00100.169771/2017-49

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 38, QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)
3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)
2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)
3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 2017 4
Ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de outubro de 2017 34
Ata da 6ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2017 176
Ata da 7ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2017 180
Ata da 8ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2017 274
Ata da 9ª Reunião, realizada em 18 de outubro de 2017 400
Ata da 10ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2017 446

1.2 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2017 505
Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2017 532
Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2017 533
Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2017 589
Ata da 5ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2017 590
Ata da 6ª Reunião, realizada em 26 de outubro de 2017 591

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Hélio José, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, José Medeiros, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Rocha, Heuler Cruvinel, João Rodrigues, Hugo Leal, Marcelo Aguiar, Marcelo Squassoni, Félix Mendonça Júnior, Pompeo de Mattos, Delegado Francischini, Professor Victório Galli, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Paulo Paim, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Fausto Pinato, Renzo Braz, João Gualberto, Laerte Bessa, Arnaldo Faria de Sá e Juscelino Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2017** que: "Requer ao BNDES o levantamento detalhado de todos os empréstimos feitos às empresas do Grupo J&F Participações Ltda" **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2017** que: "Requer ao Bacen o compartilhamento de todas as análises de risco produzidas em razão da exposição de instituições financeiras decorrentes de empréstimos concedidos a empresas do Grupo J&F Participações Ltda." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2017** que: "Requer ao Bacen o levantamento minucioso de todas as operações de câmbio realizadas pelas empresas do Grupo J&F Participações Ltda no ano de 2017." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2017** que: "Requer ao BNDES levantamento de todos os empréstimos feitos às empresas do Grupo J&F Participações Ltda." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2017** que: "Requer ao BNDES e pela subsidiária BNDES-Par cópias de todas as transações financeiras com a JBS e/ou com a J&F Investimentos de 2007 a 2016." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2017** que: "Requer a transferência do sigilo eletrônico dos e-mails enviados e recebidos no endereço marcellomiller@hotmail.com, pertencente ao ex-procurador da República, Marcello Miller." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 177 de 2017** que: "Requer a transferência do sigilo telefônico de Marcello Miller." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado com as seguintes alterações: 1. Acréscimo do aparelho funcional utilizado pelo Ex-Procurador Marcelo Miller na Procuradoria-Geral da República à transferência de sigilo telefônico; 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alteração do início do período de transferência de sigilo para 01/01/2015; 3. Solicitação para que as companhias telefônicas informem as ERB's, Estações Rádio Base. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 190 de 2017** que: "Requer a transferência do sigilo bancário do ex-procurador da República, Marcello Miller." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2017** que: "Requer que as operadoras de telefonia encaminhem a esta CPMI a ERBS (Estações de Rádio Base) dos celulares do ex-procurador da República Marcello Miller." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2017** que: "Requer que as operadoras de telefonia encaminhem a esta CPMI a ERBS (Estações de Rádio Base) dos celulares do diretor jurídico da JBS Francisco de Assis." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2017** que: "Requer que as operadoras de telefonia encaminhem a esta CPMI a ERBS (Estações de Rádio Base) dos celulares do empresário Joesley Batista." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2017** que: "Requer que as operadoras de telefonia encaminhem a esta CPMI a ERBS (Estações de Rádio Base) dos celulares do executivo da J&F Ricardo Saud." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2017** que: "Requer os dados telefônicos, com o registro e a duração de todas as ligações telefônicas originadas e recebidas, a partir de janeiro de 2015, de todas as linhas telefônicas vinculadas ao CPF do Senhor Francisco de Assis e Silva." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 197 de 2017** que: "Requer os dados telefônicos, com o registro e a duração de todas as ligações telefônicas originadas e recebidas, a partir de janeiro de 2015, de todas as linhas telefônicas vinculadas ao CPF do Senhor Ricardo Saud." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 198 de 2017** que: "Requer os dados telefônicos, com o registro e a duração de todas as ligações telefônicas originadas e recebidas, a partir de janeiro de 2015, de todas as linhas telefônicas vinculadas ao CPF do Senhor Joesley Mendonça Batista." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/26

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Boa tarde a todos! Boa tarde a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDESPar, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público; além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião da CPMI, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Colegas Senadores e Deputados, na quinta-feira passada, nós aprovamos diversos, dezenas de requerimentos e convocações, requerimentos de informações e convocações de dezenas de pessoas. E nós, no mesmo dia, na quinta-feira, decidimos que nesta semana nós iríamos ouvir o Procurador Dr. Ângelo Goulart Villela, o Sr. Márcio Lobo, o Sr. Willer Tomáz e o Sr. Luciano Coutinho, ex-Presidente do BNDES.

Pois bem, evidentemente que a equipe da CPMI trabalhou na quinta-feira até altas horas e na sexta-feira também fizeram uma força-tarefa, mas, tão somente no final do dia de sexta-feira, que esses ofícios foram remetidos a estas quatro pessoas, as quais nós pretendíamos ouvir nesta semana, hoje e amanhã. Entretanto, devido a esse tempo curto, eu devo esclarecer que o Sr. Ângelo Goulart nos informou a sua impossibilidade de comparecer hoje, em virtude de seu advogado não poder acompanhá-lo

em virtude de seu advogado não poder acompanhá-lo, mas se colocou à disposição da CPMI. Designei, assim, o dia 4 de outubro, semana seguinte, próxima quarta-feira, para que possamos ouvi-lo. Saliento que como o Sr. Ângelo é membro do Ministério Público possui a prerrogativa de ser ouvido em data e horário a serem combinados com a autoridade. Ainda não temos a confirmação de sua presença, mas ele se comprometeu a nos responder ainda hoje. Acredito eu que na semana seguinte nós ouviremos o Dr. Ângelo Goulart.

Com relação ao Sr. Willer Tomaz, nos informou que não poderia comparecer em virtude de ter uma audiência judicial fora de Brasília no mesmo dia da reunião. Colocou-se à disposição para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaborar com a CPMI e solicitou a remarcação da audiência. Designei, também, para o dia 4 de outubro, próxima quarta-feira, para sua oitiva. O Sr. Willer já confirmou a presença.

O Sr. Márcio Lobo havia confirmado presença para a reunião de hoje. Entretanto, diante da proximidade da data da audiência, não foi possível emitir passagens que possibilitassem a sua chegada a tempo da reunião. Remarquei, assim, a sua audiência para o dia 3 de outubro, próxima terça-feira. O Sr. Márcio já confirmou a presença.

O Sr. Luciano Coutinho, ex-presidente do banco BNDES, nos informou que durante esta semana participaria de seminários em seu Estado, impossibilitando o seu comparecimento e solicitou que a sua oitiva ocorresse em outro dia. Remarquei, assim, a oitiva para o dia 3 de outubro, a próxima terça-feira. O Sr. Luciano Coutinho também confirmou presença.

Tão somente o Dr. Ângelo Goulart, que deve confirmar hoje, até o final do dia, conforme ele acordou com o nosso pessoal da CPMI.

Assim, na próxima semana, comunico aos senhores e senhoras, ouviremos o Sr. Márcio Lobo e o Sr. Luciano Coutinho, no dia 3 de outubro, na terça-feira, às 9 horas; e o Dr. Ângelo Goulart e o Sr. Willer Tomaz, no dia 4 de outubro, também às 9 horas.

Eu queria prestar essas informações. Na quinta-feira, nós tivemos uma reunião extremamente produtiva, mas, lamentavelmente, no finalzinho dos nossos trabalhos, começou a sessão extraordinária da Câmara dos Deputados e assim nós tivemos que suspendê-la.

Os requerimentos de transferências de sigilos foram todos lidos, porém não votados.

porém, não votados. Estamos, hoje, aqui, aguardando o quórum qualificado, porque é por votação nominal de 18 Parlamentares.

Concedo a palavra a V. Exª, depois eu tenho mais uma informação a ser prestada, mas passo a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma sugestão, já que estamos hoje e este é um ótimo horário e um ótimo dia para se fazer a reunião, mas sugiro que as próximas reuniões sejam realizadas na terça-feira neste horário e na quarta-feira também no mesmo horário, em razão de que, na quarta-feira, na Câmara, nós temos todas as comissões, o que atrapalha muitos os Parlamentares de aqui estarem. Na quinta-feira à tarde, geralmente há muita gente que tem os seus compromissos de viagem, agendas de voo e, na quarta, no início da tarde, parece-me que é mais tranquilo para todos, ou seja, entendo que seria mais produtivo e a frequência de Senadores e Deputados seria muito maior e muito melhor, porque há essa vacância entre meio-dia e 16h, ou 17h. Apenas como sugestão, se assim V. Exª entender e os demais Parlamentares concordarem, de que, assim, fossem, na terça-feira à tarde e na quarta-feira à tarde, as reuniões desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª. Sabemos que nós estamos num momento um tanto quanto delicado nas duas Casas com relação à reforma política, e esses dois horários são bastante tumultuados nos dois plenários. Mas nós vamos levar ao conhecimento de todos e está acatada aqui já a princípio a recomendação de V. Exª, vamos deliberar.

Eu queria prestar também uma informação aos colegas Senadores e Deputados. Venho informar a esta Casa que apresentei um projeto de lei o PLS 341, de 2017, para regulamentar o que se convencionou chamar de quarentena para ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público. A proposta impede que procuradores e juízes exerçam a advocacia pelo período de três anos a partir do afastamento de suas funções públicas seja por aposentadoria ou exoneração. O motivo é óbvio: evitar o uso de informação privilegiada por parte de procuradores e magistrados que ingressam em grandes escritórios de advocacia ou até mesmo montam seus próprios escritórios.

Na verdade, essa medida chega com 13 anos de atraso, Sr. Relator. A preocupação em coibir esse tipo de conflito de interesses está expressa claramente na Constituição Federal desde dezembro de 2004, com a Emenda de nº 45. O §6º do art. 128 e o inciso V do parágrafo único do art. 95 vedam literalmente a ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Não há justificativa para que essa matéria até hoje não tenha sido disciplinada, Deputado Izalci. Até hoje essa matéria

disciplinada, Deputado Izalci. Até hoje essa matéria não foi disciplinada.

Cabe ao Parlamento instrumentalizar o Estado no combate a eventuais abusos e irregularidades. Não podemos continuar caminhando na contramão dos fatos nem insistir na velha prática de trancar a porta depois que ela já foi arrombada.

Com a aprovação do projeto que submeto à apreciação dos meus colegas, Deputados e Senadores... E aqui está o Senador Lasier.

Senador Lasier, trata-se de um projeto que nós protocolizamos ontem a respeito da quarentena. Se nós tivéssemos regularizado essa lei, que foi criada através da Constituição, da Emenda 45, nós não teríamos tido esse caso, por exemplo, do ex-Procurador Marcello Miller. Portanto, já peço o apoiamento de V. Exª nesse projeto, para o qual vamos pedir urgência.

A Ordem dos Advogados do Brasil poderá, uma vez aprovada a lei, atuar de forma imediata para impedir o uso de informações privilegiadas, impedindo a inscrição em seus quadros de ex-magistrado e ex-membros do Ministério Público antes do transcurso do prazo constitucional. É de três anos a quarentena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei, como é sua função, deve sempre reagir, e a tempo, às distorções que a realidade impõe aos rumos civilizatórios estabelecidos no Texto Constitucional. É a esse propósito que se volta o presente projeto, para o qual peço, mais uma vez, o apoiamento dos nossos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, para que nós possamos, o mais rápido possível, aprovar esse projeto.

Ainda não atingimos o quórum de 18, estamos em 14. Estão faltando quatro. O Deputado Delegado Francischini acaba de chegar. Precisamos de 18 presentes para aprovar, é votação nominal.

Vou passar a palavra para o Deputado Izalci e, depois, para o Relator Marun.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, acho que a gente poderia, daqui a pouquinho, iniciar o processo de votação. Faltam só dois, daqui a pouco os dois aparecem, vão chegando, e a gente vai votando.

Mas eu queria aproveitar esta reunião, porque já são 15h37, para que a gente possa estabelecer a condução desta CPMI.

É evidente que, para ouvir aqui os convocados e convidados, não necessariamente tem que haver quórum qualificado. Nós podemos iniciar as reuniões sem quórum, porque só a deliberação é que precisa de quórum qualificado.

Eu gostaria de sugerir, não sei se é essa a pretensão de V. Exª, que nós, na medida em que definíssemos o horário de 14h30, pudéssemos estabelecer 30 minutos para fazer a inscrição, mas que começássemos exatamente às 14h30, porque se os Deputados começam a vir aqui e ainda não houver começado, a tendência é, nas próximas, também chegarem atrasados. Então, poderíamos colocar exatamente às 14h30, iniciando com presença ou sem presença qualificada, para podermos iniciar os trabalhos, senão vamos perder muito tempo com isso.

Acho que a gente pode já discutir os requerimentos e, na votação nominal, o painel fica aberto até chegarem mais dois ...na votação nominal, o painel fica aberto até chegarem mais dois para completar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

A votação é por chamada. Portanto, nós vamos ter de aguardar mais um pouco, mas é muito importante, muito importante, que votemos hoje, Senador Lasier, esses requerimentos de transferência de sigilos. Nós precisamos desse material para que nós possamos avançar nos nossos trabalhos. Portanto, solicito até aos colegas que convidem os demais colegas... Estão faltando quatro Parlamentares.

Eu passo a palavra ao Deputado Marun.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quiser fazer uso da palavra, Deputado Pimenta, fique à vontade.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu utilizo o tempo que V. Exª gentilmente me concede para comentar uma notícia que consta hoje do jornal *O Estado de S. Paulo* dando conta de que eu estaria sendo acusado de um desvio de R$16,6 milhões no tempo em que acumulei o exercício da função de Secretário de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul e da presidência da Agência de Habitação Popular daquele Estado.

É mentira! É mentira! E em relação a isso eu faço as seguintes considerações.

Em primeiro lugar, a notícia, mas principalmente a manchete, sugere a possibilidade de eu ter desviado R$16,6 milhões, quando, na verdade, esse é o total pago pelos serviços de informática prestados à agência desde a sua criação, em 19 de fevereiro de 2002, sendo que eu a presidi por um período de 4 anos – e nem o Ministério Público alega que os serviços não foram prestados. Foram, ao todo, seis presidentes, e todos estão sendo processados. Então, o que o Ministério Público fez foi considerar ilegal a terceirização dos serviços de informática, como se o serviço não tivesse sido prestado. Pede a devolução de todos os valores pagos, sendo que a acusação correta contra mim deveria dizer respeito ao valor pago durante o período em que eu estive na agência. É nefasta e mentirosa a acusação que faz o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em sequência: o jornal desconhece o fato de que, no período em que exerci a função de Secretário de Habitação e das Cidades, o Mato Grosso do Sul foi o Estado que proporcionalmente mais casas populares construiu no Brasil, fruto do trabalho sério de uma equipe que exigiu apoio dos serviços de informática especializados.

O jornal esquece que a terceirização dos serviços de informática é prática comum e benéfica em diversos órgãos públicos e empresas. E ouso dizer que a obrigatoriedade, imposta pelo Ministério Público, de realização de concurso público para a contratação de pessoas que fizessem esse trabalho hoje traz prejuízos financeiros aos cofres públicos.

Quarto: é triste verificar que um órgão de imprensa de tamanho quilate se preste a publicar uma manchete que serve para que pigmeus morais, como esse tal de José...

que serve para que pigmeus morais, como esse tal de José Nêumanne – nem sei o nome, mas é o que se lê – e muitos outros, se apressem a me desqualificar.

Por sinal, estou à disposição de qualquer um, especialmente do Sr. José, para debater, em qualquer momento, qualquer assunto. Certo?

Então, repito: é triste verificar que uma manchete dessas sirva para que pigmeus morais, como esse José Nêumanne, se apressem a me desqualificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui Secretário de Habitação durante cerca de 14 anos e, à época, coordenei a construção de mais de 80 mil moradias em centenas de processos de licitação. Nunca fui sequer acusado de qualquer superfaturamento. Construí 80 mil casas e, todo mês, pago a prestação da minha na Caixa.

Só respondo a esse processo, com 14 anos de exercício de função pública no Executivo, em que, certamente, serei julgado como inocente e em que o juiz, em decisão interlocutória, já negou, inclusive, o bloqueio dos meus bens, por não constatar o *fumus boni iuris* para tanto. Trata-se de processo já julgado pelo Tribunal de Contas do Estado e considerado regular e legal.

Por fim, eu afirmo: se voltar a ser Secretário em qualquer Pasta, voltarei a terceirizar o serviço de informática, porque penso que isso traz eficiência e economia ao setor público.

Essa é minha resposta. Estou disposto a debatê-la em qualquer ambiente.

Lamento que, no momento em que assumo a responsabilidade de ser o Relator desta importante CPI, uma notícia que já foi notícia em todos os jornais – foi notícia nos jornais do meu Estado com destaque – volte à baila. Isso já foi noticiado no meu Estado, e eu já sofri o julgamento do povo de Mato Grosso do Sul, que me fez o segundo Parlamentar mais votado nas últimas eleições.

Essa falta de respeito, esse descuido com a honra das pessoas deve, sim, ser combatido, não pode mais fazer parte da prática de um debate decente.

Por isso, repito, estou à disposição de qualquer um para debater esse assunto. Inclusive, eu já havia citado isso, esse processo como o único ao qual respondo, em reunião anterior desta CPI.

Sei que isso não tem nada a ver, mas penso que esta CPI é a causa, inclusive, de eu ter sido o único citado, já que são várias as figuras que hoje estão... Há Deputado que foi Presidente da Agehab que está sendo processado, há conselheiro do Tribunal de Contas que está sendo processado. Então, entendo que o fato de eu ter sido o único citado advém do fato de eu estar hoje no exercício desta relatoria.

Por isso, eu fiz questão de, mesmo com desvio de finalidade, Sr. Presidente, trazer essas minhas considerações aos senhores.

Era o que eu tinha a dizer.

Estou à disposição depois – não vamos aqui atrapalhar – de quem quiser debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Aguiar.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Sr. Presidente, boa tarde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos os Senadores e Deputados nesta tarde.

Quero apenas cumprimentar V. Exª pela iniciativa

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Boa tarde, cumprimento todos os Senadores e Deputados nesta tarde.

Quero apenas cumprimentar V. Exª pela iniciativa de apresentar esse projeto tão importante, um projeto que tramitará nesta Casa e tramitará também na Câmara dos Deputados, da regulamentação da quarentena. Sem dúvida nenhuma é um projeto muito importante, que, se já tivesse sido analisado, tramitado nas duas Casas, teria nos dado tranquilidade nessa situação do Procurador Marcelo Miller, que não cumpriu a quarentena e que tem totais argumentos dentro da fragilidade de uma lei não regulamentada, que nós analisaremos aqui na CPI. Sem dúvida nenhuma, já foi evidente tudo aquilo que foi orquestrado, mas, por não haver uma regulamentação, isso nos deixa muitas vezes, como se diz aqui, em uma saia justa no sentido do que vamos analisar aqui na CPI.

Então, quero, sem dúvida, parabenizar V. Exª, parabenizar a iniciativa, chamar a atenção de todos os Senadores, de todos os Deputados Federais que fazem parte da CPI, e externar, sem dúvida nenhuma, o nosso apoio tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

Eu agradeço a oportunidade, e vamos trabalhar para que isso realmente seja aprovado o mais rápido possível.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Estamos aqui em busca de mais dois Parlamentares, que acredito que devem chegar em minutos – espero eu. Quem quiser fazer uso da palavra... (*Pausa.*)

Deputado Miguel?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – O pronunciamento do Deputado Carlos Marun vem muito a propósito do que tem acontecido nos últimos tempos. Acho que isso sempre aconteceu com a imprensa, mas nos dias de hoje é muito mais grave. Eu acho que os órgãos de imprensa, especialmente o jornal, que é escrito, não têm um alcance muito grande, mas os próprios jornais têm os seus *sites* e têm as suas participações nas mídias sociais, nos facebooks e em todos os instrumentos da nova tecnologia, e têm um alcance muito grande. Então, é preciso que os jornais, os órgãos de imprensa tenham muito cuidado quando forem tratar das pessoas, do cidadão, seja um Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, seja um Senador, seja um simples vereador de um Município, seja o prefeito da sua cidade; têm que tratar todos os assuntos com responsabilidade. Porque o que acontece – tem acontecido sempre e hoje se repete com muito mais gravidade – é que muitas vezes o cidadão é condenado antes do processo; ele já é condenado pela opinião pública. Vai ser absolvido depois, em um processo judicial, mas já foi condenado pela opinião pública.

Por isso, quero me solidarizar com o nosso Deputado Carlos Marun pelo pronunciamento que faz. Tenho certeza absoluta de que a verdade há de prevalecer um dia. Espero que essas notícias, dessa forma com que estão sendo feitas, não tragam uma repercussão negativa, pelo trabalho que o senhor exerce com grande altivez, com grande

... pelo trabalho que o senhor exerce com grande altivez, com grande proficiência, tanto na Câmara como vai acontecer aqui também nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Senador Ataídes, na Superintendência da Polícia Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, há uma placa – eu suponho que ainda esteja lá, porque era uma placa de inox – com um texto do magistrado Eliasar Rosa. Eu me lembro de um trecho que dizia o seguinte – ele falava sobre os policiais, mas serve para jornalista. Lá dizia mais ou menos o seguinte, se ainda me lembro: quereis ser policiais, serdes, mais sabeis ser. Eu trocaria para jornalistas. Dizia o seguinte: saiba que em suas mãos, em várias oportunidades durante sua carreira, estarão valores muito caros à sociedade, valores que o cidadão levará uma vida inteira para construir e que podem ser destruídos em segundos; valores muito tênues, como é a honra, a moral.

Eu me lembro desse texto até hoje e me lembro aqui do último discurso do Senador Luiz Henrique da Silveira. Ele disse o seguinte: a política é como uma rosa, mas, como uma rosa, ela também tem seus espinhos. O Senador Luiz Henrique estava com 44 anos já de vida pública, e ele falou: tudo que eu não tenho deve-se muito às decisões que tomei na minha vida pública. Mas as decisões que ele disse ter tomado eram principalmente em respeito à família, à sua honra e aos netos. Mas, como ele disse, quis o destino que, certa feita, assistindo ao Jornal Nacional, tenha saído uma notícia dizendo o seguinte: "Senador Luiz Henrique da Silveira. É aberto inquérito no Supremo Tribunal Federal." E aquela notícia saiu justamente quando ficou famoso nos jornais... Foi a primeira vez que saiu a lista do Janot. Aí, ele disse que os amigos começaram a ligar dizendo: "Mas, Senador, a última coisa que eu esperava era você metido nisso".

Então, misturaram alhos com bugalhos. E ele não tinha a menor ideia do que seria esse inquérito. Ou seja, ele não foi notificado, ele não foi intimado a nada; não sabia. Ficou estupefato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sentado, junto com os netos, assistindo àquilo ali. Uma semana depois, ele acabou falecendo. Mas o último discurso dele foi esse.

Quando da sabatina do então procurador aqui, eu até o inquiri sobre esse tema. Ele falou: "O Senador Luiz Henrique, antes de morrer, esteve comigo por umas duas horas e saiu de lá muito feliz". Eu até duvidei na hora. Falei: "Duvido que ele tenha saído feliz". Mas eu penso que o ex-Procurador ainda vai ter a oportunidade de, em alguma entrevista, pedir desculpas pelo que aconteceu com o Senador Luiz Henrique da Silveira, porque se tratava apenas, Deputado Marun... Houve um programa de rádio, em Joinville, em que alguém ligou para dizer que estava para morrer, porque não estava conseguindo a operação, e o locutor disse: "Não; você não vai morrer, não. Há políticos em Santa Catarina, e nós vamos falar com o Senador Luiz Henrique da Silveira. E, se não der certo, a gente vai fazer uma vaquinha." O certo é que nem comunicaram ao Senador nem nada; ele não ficou sabendo. Apenas essa pessoa foi operada, e posteriormente alguém que estava na fila falou: "Mas como ela conseguiu?" Ligou uma coisa a outra e entrou no Ministério Público. Obviamente, o Ministério Público de Santa Catarina falou: foro especial

O Ministério Público, obviamente, de Santa Catarina falou: "Não, foro especial." Mandou para Brasília. Chegou aqui, a Procuradoria mandou para o STF; abriu-se o inquérito; e, num desses caminhos, ele não foi nem notificado. Poderia ser um simples mal entendido. O certo é que ele foi para páginas dos jornais, ele foi para os *sites*, ele foi para as redes sociais, ele foi execrado uma semana antes de falecer.

Então, esses cuidados são importantíssimos. E, às vezes, no afã de dar a notícia, as pessoas não têm esse cuidado.

Eu recentemente, quando fui candidato aqui à Presidência do Senado, abri o jornal e estava lá: "Senador gasta verba do Senado em prostíbulo." Eu fiquei... Eu falei: "Bom, danou-se agora..." Eu falei: "Como é que é?" Fui ver o que era, pedi para minha assessoria ver... Eu tinha jantado num restaurante em Querência, no interior de Mato Grosso, quando fui ver, fui tentar saber, era porque, na razão social do estabelecimento, estava escrito "PUB"; PUB, boate, prostíbulo... Bem, isso aí virou... E é um lugar onde as pessoas de Querência almoçam e jantam. Quer dizer, o proprietário simplesmente tinha colocado PUB porque disse que pretende no futuro colocar música ao vivo e precisaria disso. Então, assim, nós estamos sujeitos a esse tipo de coisa; e, depois que sai nas redes, eterniza-se. Há poucos dias, num debate político, o sujeito, como as redes estão muito polarizadas e há essa raiva, mandou lá: "Não, manda ele devolver o dinheiro que ele gastou no puteiro." Essa foi a frase. Quer dizer, isso arrebenta com as pessoas.

É por isso que eu digo: eu tenho o maior respeito e defendo, por mais que eu não concorde, a oportunidade de as pessoas dizerem o que quiserem. Mas é óbvio que quem está atrás de uma pena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou atrás de um computador precisa entender que, ali do outro lado, existem famílias, existem vidas, existem carreiras. Isso é muito importante a gente ressaltar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Sobre o caso do colega Luiz Henrique da Silveira, eu também acompanhei de perto a agonia dele naquela última semana.

Eu tenho dito – e repito e ratifico sempre – sobre a importância da imprensa, da nossa imprensa. Mas precisamos de responsabilidade acima de tudo.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Obrigado, Presidente, Senador Ataídes.

Senador, com relação ao andamento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, andamento que tenho achado que tem sido muito devagar – e não por sua culpa, nem do Relator –, eu queria fazer uma sugestão e uma pergunta.

Antes, a pergunta: quantos requerimentos de audiências públicas foram aprovados até agora? Temos ideia mais ou menos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Porque, como nós não votamos ainda todos os requerimentos, mas já votamos alguns e cada vez aparecem mais, eu fico descrente de que esta Comissão termine o seu trabalho até o fim do ano, até o recesso. E confesso, com toda sinceridade, que estou desconfiando de que não chegaremos lá.

Eu queria fazer uma sugestão, então. A reunião de hoje era para votar requerimentos. Não conseguimos, porque não há quórum e, ao que tudo indica, não haverá quórum. Já que não houve até agora, está cada vez mais difícil. Eu queria fazer uma sugestão: que, na próxima reunião, se fizesse uma mescla; se fizesse, ao mesmo tempo, mescla, se fizesse, ao mesmo tempo, já a ouvida de algumas pessoas indicadas, dois, três ou quatro depoentes, e, na medida em que houver quórum, continuam-se votando os requerimentos, porque, para requerimento, precisamos de quórum, mas não se perderia a oportunidade. Então, essa é a sugestão.

Já convidar, ou convocar, conforme o caso, para a próxima reunião, três ou quatro pessoas que vão depor. Com isso, não desperdiçaremos a oportunidade, porque a coisa está ficando difícil.

Essa é a sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª, Senador Lasier.

Logo no início da abertura desta reunião, eu justifiquei a não presença, hoje, dos nossos quatro convocados: os Srs. Marcio Lobo, Luciano Coutinho, Willer Tomaz e também Ângelo Goulart.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Mas houve alguma explicação para a ausência?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim, sim, sim.

Foram aprovados esses requerimentos na quinta-feira, mais de cem requerimentos...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Na verdade, muito próximo de 200 requerimentos de convocações, de convites, de pedidos de informações, e a Secretaria da CPMI trabalhou até altas horas de quinta-feira. Da mesma forma, na sexta-feira.

Os requerimentos só foram enviados a esses quatro convocados no finalzinho da sexta-feira. Evidentemente que poderíamos ter caso como este aqui, do ex-Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que tem seminário nesta semana e justificou a ausência dele.

Mas, respondendo à pergunta de V. Exª – os quatros, inclusive, já estão confirmados para a semana seguinte. Só o Dr. Ângelo Goulart que ficou de confirmar até hoje, no final do expediente –, hoje, no final do dia, eu já até falei com o Delegado Francischini, com o Marun, também com o Hugo, com o Wadih, nós vamos nos reunir para fazer uma agenda para o mês de outubro. Evidentemente que esta agenda será um roteiro, porque há...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – No mês de outubro, só há uma semana, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Novembro, perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Outubro, outubro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Perdão.

Este caso está tão... Que eu já nem sei onde estou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É outubro. Nós vamos fazer uma agenda, então, para outubro, dessas oitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Qual é o seu prognóstico? Quantos requerimentos poderão ser atendidos com capacidade de encerrar este ano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vou colocar a V. Exª o seguinte, deixe-me dar uma informação aqui mais precisa. Nós separamos – eu pedi à Secretaria que fizesse uma separação desses requerimentos de convocações. Aí ficou o seguinte: para o Ministério Público, ficou o Procurador Ângelo Goulart Villela, Eduardo Botão Pelella, Marcelo Miller e Rodrigo Janot. Evidentemente que a solicitação de Rodrigo Janot, o ex-Procurador, foi aprovada através de convite. Então, são esses quatro do Ministério Público Federal.

Pois bem. Da JBS: Sr. Demilton Antonio de Castro – estou falando dos requerimentos aprovados

Sr. Demilton Antonio de Castro – estou falando dos requerimentos aprovados de convocações. Demilton Antonio de Castro, da JBS, executivo da JBS; Fabio Chilo, convocado, Gerente Jurídico da área tributária da JBS; Sr. Florisvaldo Caetano de Oliveira, convocado, executivo da JBS S.A.; Joesley Batista, convocado, acionista controlador da Grupo J&F Investimentos; Ricardo Saud, convocado, ex-Presidente de Relações Institucionais do Grupo J&F; Valdir Aparecido Boni, convocado, executivo da JBS; Wesley Batista, convocado, acionista da J&F Investimentos; e Willer Tomaz de Souza, convocado, advogado do Grupo. Então, esses são os convocados do Grupo JBS.

Vamos para o outro grupo.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – E serão chamados nessa ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Todos.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não, serão os próximos?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É disso que nós vamos falar daqui a pouquinho, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Porque nós devemos ter um critério de prioridade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós vamos estabelecer essa agenda que eu disse a V. Exª. Eu só estou repassando a pergunta principal que V. Exª me fez.

A respeito do BNDES, quais foram os convocados aprovados por este Plenário?

BNDES: Srª Claudia de Azevedo Santos, representante do BNDES no Conselho da JBS; Sr. José Cláudio Rego Aranha, convocado, ex-Diretor do BNDES; Sr. Luciano Coutinho, ex-Presidente do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CVM. Outro grupo, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários): Sr. Florisvaldo Machado, Inspetor da CVM; e também o Sr. Leonardo Porciúncula Pereira, convocado, ex-Presidente da CVM.

Outro grupo, da Caixa Econômica Federal. Quais os nomes aprovados? Sr. Jorge Fontes Hereda – parece-me que nós transferimos para convites, não é? Se não me falha a memória. Está convocado; mas convidados: Jorge Fontes Hereda, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal; e Maria Fernanda Ramos Coelho, também ex-Presidente da Caixa Econômica.

E por derradeiro, aqui, acionistas minoritários: Sr. Márcio Lobo.

Portanto, Senador Lasier, hoje no final do dia nós vamos então reunir os dois Sub-Relatores, o Relator e também colocaremos um representante do PT para nos acompanhar nessa reunião. Nós vamos então traçar uma agenda para o mês seguinte, evidentemente obedecendo à prioridade. Agora, nós precisamos de informações, porque sem informações fica difícil a gente ouvir, por exemplo, o Marcelo Miller, e outros mais.

Eu acabo de receber a informação de que nós atingimos o quórum.

Na sessão de quinta-feira, inclusive eu cheguei a ler os requerimentos, diversos requerimentos de transferência de sigilo. Então, aprovarmos hoje esses requerimentos será um grande avanço para os trabalhos desta CPMI. Eu, até certo ponto, discordo de V. Exª, Senador Lasier, porque o início do trabalho de uma CPI dessa magnitude, até ela pegar, não é muito fácil. Mas eu, a princípio, estou satisfeito e vamos aprovar agora, aqui... Passemos então à deliberação dos requerimentos nºs 8, 27, 28, 33, 34, 157, 177, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197 e 198.

Essa votação requer procedimento nominal. Eu indago ao plenário se nós podemos votar em globo todos esses requerimentos de transferência de sigilo. Se podemos, eu vou então chamar um por um. Podemos?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, em globo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k. Com a palavra...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Fazemos em bloco, mesmo, Presidente. Em bloco. Se houver algum em que há discordância, a gente retira e depois faz separado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas não há. Então vamos votar em bloco? (*Pausa.*)

Perfeito. Eu começo então pelo Senador...

Como vota V. Exª, Senador Airton Sandoval?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – A favor.

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Como vota o Senador Romero Jucá? Não se encontra. (*Pausa.*)

Também não se encontra. Vamos chamar os que estão presentes.

Como vota o Senador Lasier Martins? (*Pausa.*)

Como vota o Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Também a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Senador Pedro Chaves, como vota? (*Pausa.*)

A favor.

Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Jones Martins, como vota?

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Como vota o Deputado Wadih Damous?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Como vota o Deputado Paulo Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Obrigado.

Como vota o Deputado Miguel Haddad?

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – A favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Como vota o Deputado Izalci? Como vota V. Exª?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Favorável.

Como vota o jovem Deputado Heuler Cruvinel?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO. *Fora do microfone.*) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Como vota o Deputado Marcelo Aguiar?

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Presidente, Senador Ataídes, eu voto favorável a todos os requerimentos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Maravilha. Obrigado.

Como vota o Deputado Marcelo Squassoni? (*Pausa.*)

Muito obrigado a V. Exª.

Como vota o Deputado Félix Mendonça Júnior?

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Como vota V. Exª o Delegado Francischini?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, eu gostaria só de sugerir a V. Exª, com o aval dos demais Deputados e Senadores, no seu Requerimento nº 177, de 2017, pela experiência já de várias operações, uma pequena alteração pela eficiência

... já de várias operações, uma pequena alteração pela eficiência já que ele, e um determinado ponto da minha sub-relatoria importantíssimo, que é sobre as delações premiadas, o senhor colocou o CPF do ex-Procurador Marcelo Miller, que é tido pelo Ministério Público Federal como um traidor de toda a categoria.

Eu gostaria que o senhor estendesse para o aparelho funcional que ele utilizava na Procuradoria da República, se não vem só o aparelho particular dele pela quebra de sigilo que V. Exª propõe.

Também gostaria que V. Exª aceitasse a proposta do prazo ser maior do que primeiro de janeiro de 2017, visto que já há, na mídia, diversas informações sobre que ele poderia ter atuado, também, nos bastidores de mais duas delações premiadas que foram gravadas com o mesmo *modus operandi* e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que foram realizadas no ano de 2016. Então, para que nós pudéssemos levar à primeiro de janeiro de 2015 essa quebra de sigilo, estendendo essas informações para que possam ser cruzadas.

E a terceira alteração, é pedindo que as companhias telefônicas informem as ERBs, que são as Estações Rádio Base, para sabermos, em cada ligação, onde estava cada uma das pessoas que conversava, já que o extrato telefônico, por óbvio, não traz as informações dos áudios das conversas, mas o local onde estava cada um pode nos elucidar o que aconteceu. Acho que o interesse principal, e por isso fui contra a convocação do ex-Procurador-Geral Rodrigo Janot, do ex-auxiliar do Rodrigo Janot, Eduardo Pelella, justamente porque nós temos que focar naqueles que têm indícios graves no cometimento de crimes e de ilícitos e um deles é o Seu Marcelo Miller, que manchou a instituição do Ministério Público Federal e merece uma atuação forte dos membros desta CPMI.

Seriam essas três alterações à proposta e voto "sim" em todas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Esse Requerimento nº 177, realmente é de minha autoria e o Deputado Delegado Francischini coloca, então, que a quebra de transferência de sigilo do ex-Procurador Marcelo Miller também seja estendida ao seu aparelho telefônico funcional.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Funcional e aumentado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E também alterando o prazo de 2017 para 2016 da ERBs.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E as ERBs também dos extratos telefônicos. São três alterações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto, eu coloco sob apreciação de V. Exªs.

Eu acato a sugestão, como autor do requerimento, e pergunto aos senhores se há alguma objeção?

Se não houver está acatada a sugestão de V. Exª.

Está acatada.

Como vota V. Exª, Delegado Francischini?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Professor Victório, como vota V. Exª?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC - MT) – Voto favorável, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Portanto, aprovado os referendados requerimentos.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, só teve uma alteração que acho pode ter ficado mal colocada, 2015, primeiro de janeiro de 2015, não é de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não é de 2016, não?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Porque uma delação foi realizada em 2015, das que a mídia tem colocado ...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... que poderia ter sido orientada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito, então, estamos retificando.

das que a mídia tem colocado, que pode ter sido orientado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito. Então, estamos retificando. Não 2016, mas 2015.

Portanto, os requerimentos estão aprovados, em razão de se tratar de matérias...

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Para uma questão de ordem, Deputado Miguel Haddad.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Na última reunião que nós tivemos aqui, em que até o Procurador afirmou... Nós precisamos ter um cronograma. É essencial que nós tenhamos um cronograma... (*Fora do microfone.*)

... para termos a compreensão de qual é o prazo que nós temos, se haverá necessidade, ou não, da prorrogação do prazo, e não há nenhum impedimento de que os requerimentos sejam aprovados em reuniões em que se tenha as oitivas. Talvez seja de bom alvitre e o rendimento seja diferente, porque nas oitivas nós possivelmente teremos...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – ... aí um número maior de Deputados e Senadores, o que permitiria que, logo no início dos trabalhos, nós pudéssemos aprovar os requerimentos. Senão, nós vamos incorrer...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – ... nesse quadro de hoje, que é, desde as duas e meia... Os Deputados e Senadores chegaram às duas e meia, e às quatro horas só que nós conseguimos a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Lasier, irei conceder a palavra...

Nessa reunião, hoje, de trabalho com o Relator e o Sub-Relator, nós vamos, então, estabelecer essa agenda para o mês de outubro, e eu quero propor ao Relator e aos Sub-Relatores fazermos três sessões por semana, porque são dezenas de convocados. Eu acho que nós podemos fazer, respondendo a pergunta de V. Exª, sessão na terça, na quarta e na quinta pela manhã. Então, eu vejo que até 18 de dezembro esses convidados, esses convocados aqui, não tenho dúvida de que antes, muito antes, serão todos ouvidos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Deputado Heuler pediu a palavra primeiramente. Permita-me passar a ele, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente, nós teremos a primeira oitiva desta CPMI na próxima terça-feira, quando ouviremos o ex-Presidente do BNDES Luciano Coutinho. Mas, antes, teremos que ter as informações adequadas vindas do TCU para que possamos fazer essa oitiva de forma mais completa. Nós não teríamos condições... Eu sei que o senhor quer dar celeridade, mais pressa, mais rapidez aqui a esta CPMI, mas acho que nós teríamos que ter todas as informações em mãos, que todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, tivessem a posse dessas informações para que nós pudéssemos ter condições de ter uma oitiva mais completa com o ex-Presidente do BNDES, tendo em vista que ele é um dos mais aguardados aqui para podermos iniciar aqui os trabalhos desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós tivemos, Deputado Heuler, muito cuidado na escolha dos nossos primeiros convocados. Por isso, nós convocamos o Sr. Márcio Lobo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é acionista, é advogado dos acionistas minoritários do BNDES, o Dr. Willer Tomaz, que é advogado do Grupo JBS, o Ângelo Goulart, Procurador, e também o ex–Presidente

Procurador e também o ex-Presidente Luciano Coutinho. Então, foi a escolha que nós tivemos.

Mas, sabidamente, nós precisamos de informações, porque, senão, nós vamos fazer papel aqui ridículo, não é? Mas com isso nós estamos tendo o maior cuidado.

E a Secretaria da CPMI trabalhou, eu repito, até no final de semana enviando esses ofícios em busca dessas informações. Acredito eu que, a partir da semana seguinte, possivelmente já as teremos.

Eu também fui fazer uma visita ao Diretor da Polícia Federal para que ele também nos atenda o mais rápido possível nesse compartilhamento de informações.

Portanto, eu acredito que, passando esta semana e a seguinte, na outra, com os próximos convidados ou convocados, eu acho que nós já teremos, no sistema, bastante informações. Espero eu.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, uma dúvida que me ocorreu, não sei se V. Exª ou o relator podem me ajudar a esclarecer. Se eu entendi bem pela imprensa, quando foi descoberto aquele áudio de quatro horas do Joesley com o Ricardo Saud, foram achados também mais nove áudios, além daquele. Naquela fita lá, havia outros áudios, nove áudios. Mas o relator, Ministro Fachin, e a Presidenta do STF, Ministra Cármen Lúcia, teriam decidido que esses áudios ficariam em lugar fechado, secreto a que ninguém poderia ter acesso, por conta do conteúdo desses áudios.

Esta CPMI já solicitou acesso a esses áudios? Está em algum requerimento? Nós temos competência legal para poder ter acesso a esses áudios? Porque eu achei muito estranho isso aí. Por que razão foi tomada uma decisão de que nove áudios que existem não fossem juntados em nenhum inquérito, sendo colocados... Pelo que me disseram, são áudios que têm conteúdos explosivos.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – O que estranha não terem vazado, porque tudo vaza.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu quero saber o seguinte: se são nove áudios que envolvem uma conversa do cara da JBS com o seu contador, sei lá o que é o Ricardo Saud, eu acho que, para esta CPMI, esses áudios podem ser muito valiosos, para que nós pudéssemos entender. Não sei. Talvez para o STF não interesse.

Então, eu gostaria de saber o seguinte: entre os documentos que nós solicitamos para serem juntados ao processo, encontra-se aí alguma coisa relativa a isso, relator? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permite-me, relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Esse requerimento é o 209. Ele contempla, sim, Deputado Paulo Pimenta...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele foi aprovado já?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O seu questionamento. Nós solicitamos – eu estou abrindo até aqui agora para que o leiamos...

Está aqui. Requerimento nº 209:

> Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) o pedido, ora formulado, de requisição ao Supremo Tribunal Federal, a título de compartilhamento, da cópia integral dos processos e procedimentos envolvendo o acordo de colaboração da empresa JBS, em especial, o termo de benefícios concedidos aos colaboradores, bem como a disponibilização de todos os áudios gravados.

Esse requerimento é de quem?

Ah, é do Deputado Delegado Francischini.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Foi votado aqui, hoje, e aprovado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto, V. Exª... Respondo, então, a V. Exª...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... agradecendo seu questionamento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Obrigado, Presidente.

Eu tenho aqui comigo uma dúvida quanto à forma de acesso que nós, os membros da Comissão, teremos a esse documento.

Parece que o Senado tem uma tecnologia de informática, em que essas informações poderão ficar à disposição nos computadores, e cada membro da Comissão terá uma senha para que possa acessar esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Deverá ser dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Está perfeito, é dessa forma. E nós estamos indo um pouco além *(Fora do microfone.)*.

Sabemos que o objetivo desta CPMI é muito amplo. Nós vamos ter um volume de informações jamais visto aqui, no Congresso Nacional.

Inclusive, atendendo à sugestão do experiente Delegado Francischini, hoje Deputado Federal, a CPMI está contratando um *software*, para que possamos, de uma forma rápida, ter acesso a essas informações, de uma forma mais precisa e mais direcionada.

Portanto – V. Exª, inclusive, já colocou –, cada Parlamentar terá a sua senha e terá, então, acesso a todas essas informações no *site* da CPMI.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? O Sr. Relator? (*Pausa.*)

O querido Deputado Pompeo de Mattos está com a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Presidente, Senador Ataídes, Deputado Marun, meu conterrâneo, gaúcho, que tem esta missão de trabalhar esse relatório, a minha preocupação, Presidente, é a de que os que estavam para serem ouvidos amanhã ficaram para a outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Correto. Para terça-feira e quarta-feira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Terça-feira e...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mais precisamente, repito, na terça-feira, nós ouviremos aqui o Sr. Márcio Lobo e o Sr. Luciano Coutinho – na terça-feira. E, na quarta-feira, só falta o Procurador Ângelo Goulart confirmar, mas acredito que sim. Na quarta-feira, o Sr. Ângelo Goulart e o Sr. Willer Tomaz, ambos na quarta-feira.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – A que horas, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Na terça-feira, às 9h, e também, na quarta-feira, às 9h.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Na terça, às 9h...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E, na quarta, também às 9h.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Na quarta, às 9h. À tarde, não terá, então? Na terça, à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Acredito que aí nós vamos entrar tarde adentro. Imagino eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Sim.

Fica a preocupação porque, normalmente, de manhã, a maioria dos Deputados está chegando, mas, de qualquer sorte, isso é irrelevante, cada um monte o seu o horário.

Mas a preocupação que eu tenho, Sr. Presidente, é que esta CPI tem muitos documentos para serem analisados. Vão chegar muitos documentos para serem avaliados, analisados, lidos, compreendidos; enfim, eu imagino que, em uma determinada altura, talvez alguns sejam até sonegados. Temos que nos preparar para esse enfrentamento, para esse embate que, na minha concepção, não há razão de ser, mas de qualquer sorte a minha preocupação é quanto aos depoimentos. Eu acho que nós temos que dar uma celeridade aos depoimentos porque eles são a parte viva – eu diria assim –, são a alma da CPI e dão, inclusive, mais do que isso, a dinâmica da CPI porque o papel é frio, às vezes até a letra é um pouco morta, e a palavra é viva, ela tem nuances que podem surpreender.

Eu me lembro de que nós tivemos na CPMI dos Correios, que era presidida – eu sei que Delcídio era o Relator –, depoimentos aqui que a gente não imaginava aonde iriam chegar e chegamos aonde nós nem, em sã consciência; ou seja, houve praticamente delações aqui, na CPI. As pessoas vieram dizer aqui o que não tinham dito em lugar nenhum, tomaram coragem. O ambiente da CPI propicia esse envolvimento.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento tão conturbado na Nação – eu diria assim – onde tudo é possível para que a gente tenha as coisas mais transparentes. Ninguém está acima da lei – é verdade –, nem o Legislativo, nem o Executivo, nem o Judiciário, mas mais do que isso: os homens e os nomes, porque a minha preocupação é que daqui a pouco é sua excelência fulano de tal, é sua excelência do lado do outro lado do lado do outro lado do lado de lá, que, para mim, não é relevante; o que, para mim, é relevante não é a pessoa, mas é o fato. Quer dizer, tal pessoa tal dia fez tal coisa de tal jeito, e tu vais lá e está feito; isso que é relevante, isso que é significativo, porque as pessoas estão –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu vejo assim – muito preocupadas: "Ah mas estão chamando fulano que não podia, ciclano que não dava, aquele beltrano e vai lá ver o que ele vai dizer." Eu não não me importo quem é, o importante é o fato que vai trazer para que nós possamos aí buscar o fio da meada e desenrolar esse novelo porque há muita coisa por baixo dos panos aí, há muita coisa embaixo do tapete, atrás da porta. E eu acho que nós temos que clarear sem nenhum preconceito, sem nenhuma preocupação se vai dar aqui, ou vai dar ali, ou vai dar lá. A gente tem que buscar aquilo que fundamenta as razões de ser dos fatos que hoje são notícias, que impactam a sociedade e que vão cobrar de nós. E nós, principalmente nesta CPI – e o Deputado Marun ao fim e ao cabo –, darmos uma resposta para a sociedade, sob pena de todos nós pagarmos uma pecha de tomarmos a condição de termos sido coniventes, termos colocado panos quentes, para não dizer outras palavras que dizem por aí.

Então, esse cuidado – eu quero desde logo dizer – e esse zelo nós possamos tê-los e, da minha parte, os terei. E vamos aprofundar. Por isso, a oitiva deve preferir, ela deve estar na linha de frente do interesse da CPI, no sentido de dar vida à CPI e chamar aqui para dentro os fatos que são mais relevantes. E que a gente possa, a partir de então, buscar avançar na investigação que se faz necessária.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, só um parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Olha só aqui: "Fachin ainda avalia destruir outros áudios gravíssimos recuperados pela PF em gravadores de Joesley". O Ministro Edson Fachin ainda avalia se mandará ou não destruir áudios recuperados pela Polícia Federal em gravadores de Joesley Batista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Como é que um Ministro...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – "Ele alega que são 'conversas invioláveis'" e que... Bom, "os áudios não são 'conversas invioláveis' e usá-los não viola sigilo entre cliente e advogado", diz Joesley, quando entregou a própria delação. "Um investigador disse [...] [à imprensa] que esses áudios complementam os entregues de livre e espontânea vontade [...]". E que só será possível entender toda a trama se ouvirem não só os que foram divulgados, mas também os que estão sendo mantidos sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos aguardar...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se eles destruírem esses áudios, nós nunca mais vamos poder ouvir esses áudios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos aguardar, Deputado Paulo Pimenta, a resposta do nosso requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu não estou dizendo... A preocupação de que nesse meio tempo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu não imagino que o Ministro Fachin venha a proceder dessa forma, não imagino.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A destruir os áudios?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Imagino que não. Acho que ele não faria isso. Acho que a nossa Suprema Corte não faria isso. Essa é uma colocação pessoal, mas eu não acredito. Espero eu que não.

Concedo a palavra...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Só para informação, de quem é essa informação?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – *Estadão*.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – De quando?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma semana atrás.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente, eu quero aqui, depois da manifestação do Senador Lasier Martins, realmente é um fato, pelo número de pessoas que serão convocadas para dar depoimento, se houver excessivamente novas convocações ou aquelas que já estão sendo apreciadas, dá a impressão de que se pode distorcer um pouco esta CPMI. Então, de repente, fazer uma reavaliação de todas as convocações e enxugar um pouco, que se permita apenas quem está diretamente ao grupo JBS, quer seja da parte empresarial, quer seja dos bancos e da parte política também. Porque, se devagar demais, ela acaba sendo mais um circo do que uma CPMI. E o que nós vamos investigar aqui? Como disse Joesley, as traquinagens promovidas pelo grupo JBS.

Parte desse grupo, com associação indevida com alguns homens públicos, os benefícios e o favorecimento de uma instituição financeira como o BNDES, que deixou de financiar centenas de milhares de pequenas e médias empresas pelo País afora, dinheiro que falta para estrutura de alguns empreendimentos no Brasil, que foi, de forma irregular, para as mãos desse grupo. E, agora, de uma forma escandalosa, montam uma grande operação para promover uma delação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, segundo consta, parece que a dita delação do grupo JBS já vinha de tempo. Eles tentavam fazer. Na verdade, anteciparam a delação, porque estavam reféns desse tal de Ricardo Saud, esse sujeito já vinha há muito tempo com o grupo na mão. Esse é o sentimento que se tem. E é uma impressão que tenho, Deputado Marun, de que, não vai longe, esse Ricardo Saud vai pedir para fazer uma delação contra Joesley, pode ter certeza. Isso não vai demorar muito tempo. Isso se ele aqui na CPI mesmo já não abrir o bico.

Mas, de qualquer forma, o foco principal é avaliar toda a traquinagem promovida por esse grupo. Agora, um detalhe importante: quando ele cita que eles cooptaram 1,8 mil políticos, era importante que eles nominassem cada um, de que forma foi a relação promíscua que eles obtiveram com cada homem público. Porque é muito prático: hoje, qualquer citação que você faz do Congresso Nacional, não importa o que diga, se for a maior mentira, passa a ser a grande verdade, porque hoje esta Casa está contaminada – toda e qualquer notícia.

Como disse o Deputado Marun, esta mesmo que publicaram em razão do seu nome, recentemente, tudo o que disser quanto à política vai ser verdade, até que se prove o contrário. Levantado aqui pelo Senador Medeiros o caso do Senador Luiz Henrique, que é do meu Estado, eu conheço os fatos de perto. Foi a maior covardia que o Ministério Público poderia ter promovido contra um homem público. Sem ter nenhuma materialidade, nenhuma participação...

E olha sobre o que era: era de uma pessoa doente, com graves problemas de saúde, que buscava ajuda numa emissora de rádio na cidade de Araranguá. E o próprio locutor, diretor da emissora se propôs a ajudar a sua colaboradora, quando intermediou o atendimento numa unidade de saúde, aliás, num hospital, conta paga pela própria emissora que a pessoa procurou. Mas só pelo fato de ter sido citado o nome do Senador, um servidor daquele Município, que era adversário político do Senador, que o Senador nem sabia quem era, promoveu e efetuou a denúncia, que foi manchete em tudo que é jornal no Brasil e que se misturou com as denúncias que vieram logo em seguida dessa grande operação.

Então, eu acho que é importante nós focarmos aqui. Isso não é uma briga de PMDB com PT, não é da direita contra a esquerda. Eu acho que aqui tem que ser uma briga pela verdade, passar a limpo o que é que este grupo fez, até porque eu acho que todos nós precisamos saber quem é que são os homens públicos que foram beneficiados com dinheiro ilícito, dinheiro roubado da parte da corrupção, porque nem tudo que eles fizeram de doação no passado – eu, graças a Deus, não fui beneficiado por essa raça –, pelo que consta, para alguns políticos deste País, era dinheiro, em tese do conhecimento, fruto de corrupção. Agora, dizem eles que absolutamente tudo aquilo que foi repassado, quente ou frio, eles tentam incriminar a todos. Então, eu acho que é necessário fazer uma investigação profunda aqui nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Quer fazer uso da palavra, Relator?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu vou fazer só uma consideração. Não é difícil, veja bem, eu não estou dizendo... Eu disse aqui: eu estou sendo processado. Custava o jornal no dia seguinte: O Relator da JBS está sendo processado por improbidade administrativa. Seria uma mentira? Não. Agora, colocar que eu estou sendo acusado por um desvio de R$16,6 milhões... Colocou a mentira. Por quê? E nós temos que... O político vai ser... Para ser político, você tem que ter tantos anos, serviço militar, não ter vergonha na cara. Tu tens que ter sangue de barata. Você, para ser político, é obrigado a ter sangue de barata para aguentar esse tipo de coisa.

Então, a verdade, essa promotora que está fazendo, será que ela acha que nenhum serviço foi prestado por essa empresa para pedir a devolução integral de todo o recurso? Oitenta mil pessoas, só no meu período, a agência deve ter produzido 120 mil habitações, que foram selecionadas, destinadas, contratadas através desse serviço.

Vamos chegar lá e pedir para todo mundo sair de casa? "Saia todo mundo de casa! Isso aí foi ilegal, isso não existiu." Então, o bom senso tem que prevalecer para que este País chegue em algum momento a algum lugar. Esse de que nós estamos aqui falando, o Joesley, chega lá e diz: "Não, eu corrompi 1.890 políticos, tudo foi propina./' Esse homem tem que ser condenado, vamos dizer, uma pena pequena por... Vamos dar um ano para cada um, ele tem que ser condenado a 1,8 mil anos de cadeia. Ele é réu confesso! Ele é réu confesso de 1.890 casos de corrupção. A pena dele deveria começar com 1.890 anos de cadeia. Essa é a realidade.

Então, nós temos que ter esse respeito e ele tem que ser mútuo. Olha, eu tenho um respeito por esse jornal *Estadão*, talvez até isso é que esteja me magoando mais, porque isso não é típico. Esse jornalista mesmo, um jornalista sério, já me entrevistou algumas vezes. Ligou-me para me ouvir, eu falei por meia hora. Teve uma frase minha na matéria. E coloca uma situação. É claro que eu tenho adversários políticos. Tem pessoas que discordam do meu jeito de atuar. Claro que eu tenho, e eu acho que o político que não tem adversários não deveria ser político, porque é um água com açúcar, é um água morna. É claro que eu tenho adversários, e esses adversários agora se aproveitam de uma situação como essa para me enxovalhar, agredirem a minha mulher, o meu filho. E a gente tem que simplesmente ficar assim: "tudo bem, tudo bem, tudo bem". Ora, não pode ser obrigado um político a ter sangue de barata. Nós temos, sim, até porque o político tem que ter, a virtude da coragem, da determinação, e isso não combina com o sangue gelado de uma barata.

Então, desculpem até por eu ter desviado a finalidade. Acho que você tem razão. Nós temos que avançar e vamos avançar celeremente. Eu digo em relação à sua colocação. Os relatores agora... Eu tenho que fazer um relatório. Eu vou colocando ao grupo, este colegiado que nós temos, aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou fazendo questão de ouvir para eu poder concluir o relatório. Vai chegar o momento em que eu já tenho aqui, e eu praticamente já não preciso ouvir ninguém para fazer o meu relatório. Tem o sub-relator Francischini, tem o sub-relator Hugo Leal. Vão sendo colocados aqueles que nós entendemos... Por exemplo, nós convocamos oito, nove executivos da JBS. Será que precisamos ouvir todos? Possivelmente, não. Há pouco ouvimos um ou dois e já temos a linha do *modus operandi* nefasto dessa organização criminosa.

Então, eu penso que, apesar de nós termos tido esse revés de não conseguirmos já fazer amanhã, como gostaríamos todos, a primeira oitiva, nós estamos avançando. Temos hoje um conjunto de requerimentos de oitivas e de sigilos telefônicos, telemáticos, fiscal e bancário aberto, temos requerimentos de compartilhamento de informações com diversos órgãos, inclusive com o STF, que contempla a alegação do nosso colega Paulo Pimenta e de outros aqui. Então, eu acho que estamos no caminho certo.

Semana passada, eu conversei com Paulo Pimental, porque eu não queria que caísse essa reunião. Paulo Pimenta, diante de um requerimento de convocação, e nós vimos que tínhamos dificuldade de quórum. Se ele pede verificação de quórum, cairia a reunião. Eu levantei, fui lá e: "que isso?" Realmente, conversei. Será que nós aqui não vamos poder conversar? Fui lá e conversei. Não foi no escurinho do cinema; foi na frente de todos.

E isso já muitas vezes é colocado como uma coisa que evidencia um acordo. Então, vamos seguir em frente. Temos uma CPI que, eu tenho certeza, tem grandes resultados, a despeito de tudo. E vou dizer: eu acredito que, da mesma forma que o Brasil é melhor hoje depois da Lava Jato, o Brasil pode ser ainda melhor depois que nós concluirmos os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e ratifico, mais uma vez...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – E parabenizo o Presidente. O Presidente é um homem democrático... O Presidente é um democrata, está conduzindo com maestria os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Hoje, então, nós vamos traçar essa agenda prévia para o mês seguinte e vamos dar conhecimento a V. Exªs.

Com relação a esse fato que o Relator Marun colocou, levantou-se da tribuna e foi até o colega Pimenta... Aí, então, aparece na imprensa que há um pacto entre PT e PMDB. Eu queria só fazer o registro, aproveitando, de que não combinaram com os russos. Viu, querida imprensa? Não combinaram com os russos. Então, aqui não há acordo. Aqui nós estamos em busca da verdade. E foi com esse propósito e com esse objetivo que eu colhi as assinaturas e que hoje eu estou aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidindo esta CPMI, e espero que nós tenhamos resultados positivos para o nosso País, para o nosso povo.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a aludida reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Hélio José, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, José Medeiros, Paulo Rocha, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, Givaldo Vieira, Fausto Pinato, Renzo Braz, João Gualberto, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Rocha, Laerte Bessa, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Jose Stédile, Marcelo Aguiar, Marcelo Squassoni, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Fabio Garcia, Pedro Fernandes, Delegado Edson Moreira, Leonardo Quintão, José Pimentel e Raquel Muniz. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Wadih Damous, Arnaldo Faria de Sá, Juscelino Filho e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 182 de 2017** que: "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2017** que: "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima, ex-advogada da JBS." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 239 de 2017** que: "Requer a convocação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Não Apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas decorrentes da aprovação dos requerimentos 3, 36, 53 e 76. Oitiva do Márcio Lobo, em atendimento ao requerimento 53/2017; do Luciano Coutinho, em atendimento aos requerimentos 3/2017, 36/2017 e 76/2017. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/03

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas, cumprimento os nossos colegas Senadores, Deputados Federais...

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES/PAR, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

Antes de passarmos à pauta de hoje, esta Presidência gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos: primeiramente, informo que ontem foi recebida, na Secretaria da CPMI uma petição dos advogados do Dr. Ângelo Goulart Villela, comunicando que ele não poderia comparecer à reunião marcada para amanhã, quarta-feira, em virtude do grave estado de saúde do seu pai, que está internado no Rio de Janeiro, e solicitando a remarcação da oitiva para o dia 17 do mesmo mês, do mês corrente.

Diante da justificativa apresentada, remarquei a audiência para a data solicitada. Ele inclusive nos enviou, além deste ofício, algum documento de internação do seu pai.

Lamentavelmente, a primeira vez, ele justificou que não tinha a presença de seu advogado e que, na verdade, o tempo foi muito curto do recebimento do ofício do seu convite para a sua vinda, e nós aceitamos. E, agora, esta semana, o motivo, imagino eu, seja de força maior, doença do senhor seu pai.

Entretanto, aguardo, espero que a semana seguinte, ou melhor, no dia 17, passando essa semana, na outra, ele realmente esteja aqui conosco.

Informo também que os ofícios encaminhando os requerimentos de informações, aprovados, foram enviados entre os dias 25 e 29 de setembro, semana passada. Importante essa informação para os senhores, porque nós precisamos de informações para que nós possamos, então, executar as nossas tarefas de forma mais adequada. Mas o volume de requerimentos aprovados naquelas duas últimas semanas foi enorme, foram quase 200 requerimentos, incluindo requerimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação, de convocação, de transferência de sigilo e outros. E a Comissão trabalhou firmemente, mas somente

trabalhou firmemente, mas, somente dos dias 25 a 29 de setembro, semana passada, foram enviados. E, dessa forma, devemos começar a receber as respostas na próxima semana.

O requerimento referente à aquisição do *software* de *Business intelligence* foi remetido à Diretoria-Geral do Senado Federal, e estamos aguardando resposta em relação à viabilidade. Ressalto que os ofícios destinados ao exterior demandam trâmites administrativos mais demorados e, por isso, ainda não foram enviados.

Presto, então, essas informações preciosas aos senhores.

A respeito desse *software*, hoje eu vou procurar a Diretoria do Congresso Nacional para que eles agilizem o mais rápido possível o cruzamento de informações, pois será uma avalanche de informações que esta CPMI deve receber.

Considerando que esta CPMI deve receber dados de acesso restrito, esta Presidência informa que os Srs. Parlamentares já podem se cadastrar no sistema específico para ter acesso aos documentos sigilosos recebidos pela Comissão. Ressalto que o cadastramento é pessoal e exclusivo dos Senadores e Deputados membros da Comissão e dos consultores legislativos do Senado Federal e da Câmara Federal designados para assessorar a Comissão. Cada Parlamentar membro poderá indicar ainda, em memorando encaminhado à Secretaria da Comissão, um assessor para obter acesso à documentação sigilosa. O acesso será conferido somente após a assinatura de termo de confidencialidade e sigilo. O cadastramento poderá ser feito na Secretaria da Comissão, no subsolo da Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, ou, então, aqui mesmo durante as reuniões.

Passando para as oitivas, tínhamos colocado em primeiro plano que iríamos aprovar – parece-me – dois ou três requerimentos, mas por enquanto ainda não temos quórum. Vamos deixar então mais para o final da reunião.

Requerimento convocando o ex-Presidente do Cade e também a advogada Drª Fernanda Tórtima, e eu não tenho dúvida de que irão contribuir muito com a vinda deles a esta CPMI.

Passando às oitivas de hoje, esclareço que, conforme a pauta da reunião, estão presentes os seguintes senhores: Dr. Márcio Lobo, advogado da Associação de Acionistas Minoritários da JBS; e também o Dr. Luciano Galvão Coutinho, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Coutinho, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, havia falado para o assessor do BNDES que nós iríamos primeiro ouvir o Dr. Luciano; mas, consultando o Plenário aqui da Comissão, achou a sua maioria de bom alvitre que nós ouvíssemos primeiro o Dr. Márcio Lobo, porque, de repente, ele pode ter informações interessantes para que nós possamos, então, fazer perguntas ao Dr. Luciano, para que ele as esclareça para nós.

Portanto, eu solicito, se possível, ao Senador Lasier Martins para conduzir o Dr. Márcio Lobo até esta Mesa, Senador Lasier. Acho que ele está naquela sala ao fundo. V. Exª poderia nos fazer esse favor? (*Pausa.*)

No transcorrer do depoimento, serão obedecidas as seguintes normas: a palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, que já se encontra aqui comigo, com preferência para o Relator, os sub-Relatores, o Presidente, os autores dos requerimentos, os demais membros e os não membros, pelo tempo já estabelecido nas normas de funcionamento CPMI. Isto é: dez minutos para o Relator e o sub-Relatores; cinco minutos para os demais; além de dois minutos para réplica e dois minutos para tréplica.

A Presidência também esclarece que os depoentes serão ouvidos separadamente, de modo que uns não saibam nem ouçam os depoimento dos outros, conforme aplicação análoga do art. 210 do Código de Processo Penal, de aplicação subsidiária aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje nós estamos começando a nossas oitivas, e eu vou cometer aqui uma figura de linguagem, um pleonasmo, mas não custa nada pedir aos nossos colegas, Senadores e Deputados, já que nós vamos ouvir aqui muitas autoridades – muitos deles, inclusive, hoje presos –, para que a gente mantenha o respeito com os nossos convidados; acima de tudo respeito, conforme determina a nossa Constituição Federal. Eu espero e acredito que nós

Eu espero e acredito que nós tenhamos esse devido respeito com os nossos convidados e convocados.

Portanto, seguindo a ordem, passo a palavra ao Dr. Márcio Lobo, que é advogado da minoria societária da JBS, para que, se assim julgar necessário, faça a sua exposição.

Dr. Márcio, *a priori* até por 10 minutos, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MÁRCIO LOBO – Bom dia, Srs. Deputados, todos os demais aqui presentes. Meu nome é Márcio Lobo; sou advogado na área de direito societário e mercado de capitais.

Inicio a minha breve fala agradecendo o tão honrado convite do Deputado Izalci Lucas para comparecer nesta CPMI. Sem dúvida nenhuma, é de extrema importância para apurar os fatos ocorridos nos últimos dez anos, envolvendo os irmãos Batistas e o BNDES, assim como os acordos de colaboração premiada firmados pelos irmãos, pela J&F e pelo Ministério Público Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero poder contribuir com os trabalhos dessa CPMI, limitando-me a opinar sobre os fatos de meu conhecimento, que estejam dentro da minha área de atuação e que não infrinjam o sigilo profissional do advogado do cliente. Para isso, farei uma breve dissertação e após fico à disposição para perguntas.

Queria desde já aclarar que sou advogado da Associação de Investidores Minoritários... E aí, Presidente, só uma correção: não minoritários da JBS; é uma Associação de Investidores Minoritários do Mercado de Capitais. Então, ela tem por objeto promover ações para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil; estimular as boas governança corporativa; e defender os direitos e interesses de acionistas minoritários do mercado de capitais em geral, em especial de investidores minoritários de companhias listadas na Bovespa. E ainda é de interesse maior da Associação a moralização do mercado de capitais, a fim de transformá-lo em um ambiente seguro para investidores e, consequentemente, capaz de fomentar o crescimento de renda e de emprego no País.

A Associação entende que o mercado de capitais é a fonte mais eficiente de financiamento da economia e lembra que, como consequência dos fatos que esta CPMI pretende apurar ou outros similares de igual magnitude e gravidade, como por exemplo das empresas X, que envolveram empresário Eike Batista, hoje preso em prisão domiciliar, o Brasil encontra-se hoje privado dessa fonte importante de financiamento.

Deixo claro ainda que Associação, que represento juntamente com outros colegas, move ações judiciais para tentar restabelecer a governança corporativa da JBS, assim como medidas para que a própria companhia e seus acionistas minoritários sejam ressarcidos dos prejuízos causados pelos irmãos Batista; prejuízos estes confessados em suas delações, que envolveram desvio de recursos na ordem de R$1,4 bilhões do caixa das empresas, além de outros gravíssimos delitos.

Apenas, em uma breve introdução, discorrerei sobre mercado imobiliário, em que, segundo o Banco Mundial, da população brasileira, que hoje é de 200 milhões de habitantes, apenas 0,29%, 590 mil pessoas físicas são investidoras em ações. Com base na mesma fonte, verifica-se que nos Estados Unidos, que possuem uma população de 320 milhões de habitantes, 65% disso, ou seja, cerca de 200 milhões de pessoas, investem no mercado de capitais.

Ou seja, cerca de 200 milhões de pessoas investem no mercado de capitais. No Brasil, 0,29% da população; nos Estados Unidos, 65%.

Para se ter uma ideia, em 2015, a Consultoria Economática divulgou dados em que apenas a empresa norte-americana Apple valia mais do que todas as empresas brasileiras listadas na Bolsa. Repito, só a Apple valia mais do que todas as empresas listadas na Bolsa de Valores. Isso é consequência flagrante da total falta de credibilidade no mercado de capitais junto ao público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investidor em virtude dos inúmeros e seguidos escândalos envolvendo essas empresas abertas, que lesaram sobremaneira os acionistas minoritários e toda a economia nacional.

Nessa hora que surge, a meu ver, o maior responsável por esses eventos danosos: a autarquia federal chamada Comissão de Valores Mobiliários, mais conhecida como CVM. Pois a xerife do mercado acionário não cumpre com seu dever legal de atuar, de forma preventiva, de fiscalizar e de punir aqueles que cometem delitos. A grande verdade é que os pouquíssimos procedimentos administrativos instaurados pela CVM leva uma eternidade para serem julgados e os poucos que resultam em punição, estes são irrisórios diante dos prejuízos causados aos investidores e à economia nacional.

E, para piorar, o valor dessas multas são destinados ao erário público e não para ressarcir os verdadeiros prejudicados diretos, que são exatamente os acionistas minoritários.

Para se ter uma ideia, os escândalos relacionados à Petrobras tiveram início em março de 2014, e até hoje, passados quase quatro anos, ninguém foi condenado pela CVM.

Os poucos processos administrativos abertos estão até hoje parados no colegiado da autarquia sem julgamento. Essa história se repete nos escândalos da Perdigão Mundial, Parmalat, e, repito, das famosas empresas X, que venderam água por petróleo e, até hoje, nada aconteceu.

A prisão dos irmãos Batista, pelo crime de manipulação de mercado em *insider trading*, é a primeira da história do país. Espero que essa iniciativa da justiça sirva de lição para a CVM e ela passe a cumprir, de forma efetiva, o seu dever legal, fiscalizando e punindo quem comete esses gravíssimos crimes, que lesam enormemente o país.

Neste novo escândalo envolvendo os irmãos Batista, a CVM abriu, em tempo recorde, nove processos administrativos. Espero que eles sejam julgados com a mesma celeridade e que não terminem nos famigerados "termos de compromisso", onde os criminosos pagam multas simbólicas e a autarquia encerra os casos sem sequer enviar os processos para o Ministério Público Federal.

Entrando agora no cerne do primeiro tema dessa CPMI, sobre as possíveis irregularidades nos financiamentos e empréstimos obtidos pelos irmãos junto ao BNDES, e me baseando nas informações que são públicas, divulgadas pela imprensa e pelo próprio banco, nos parece que essas operações foram eivadas de, no mínimo, atipicidades, em relação as suas atividades normais.

Os dados divulgados pelo próprio BNDES na sua página de transparência dão conta de que, nos últimos dez anos, foram destinados aos irmãos Batistas, de forma direta e indireta, cerca de R$12,8 bilhões em recursos públicos, sendo que R$9 bilhões em participação societária e R$3,8 bilhões em empréstimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente esses números já são causadores de espanto Somente esses números já são causadores de espanto, levando-se em conta que o início das operações da JBS foi em um pequeno açougue em Anápolis, interior de Goiás, nos anos 50, até se transformar no maior grupo privado de faturamento do País e na maior processadora de carnes no mundo.

O faturamento da empresa, que em 2006 era de R$4 bilhões, saltou para 170 bilhões em 2016, um crescimento de 4.000%. Pelo que tudo indica, inclusive confessado nas delações dos irmãos, isso se deu através de financiamentos públicos, principalmente obtidos junto ao BNDES, em troca de propinas, que chegam à casa de R$1,4 bilhões. Repito, esses números foram confessados pelos próprios irmãos Batista e seus executivos.

Fazendo uma comparação, nem a Apple, que citei anteriormente, teve um crescimento dessa magnitude em 10 anos. O que se diz no mercado – e é confirmado pelos próprios em suas delações premiadas – é que, durante o governo Lula, eles obtiveram empréstimos junto ao BNDES, que eram liberados em tempo recorde, com juros muito abaixo dos praticados no mercado, sem as garantias exigidas de outras empresas, além de um gigantesco investimento direto em ações.

Outro fato que causa espanto são os aportes financeiros, cujo objetivo era comprar empresas estrangeiras, afinal, o BNDES se destina a fomentar o mercado nacional. A gota d'água que deu início às primeiras investigações da Polícia Federal foi um empréstimo de R$700 milhões para a compra da empresa norte-americana National Beef, que não foi concretizado, e o dinheiro não foi devolvido ao banco,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – ... tendo sido convertido em debêntures. Essa operação foi condenada pelo Tribunal de Contas da União, e a suspeita é de que tenha causado um prejuízo na ordem de R$1,2 bilhões.

Já sobre as delações premiadas dos irmãos Batista, entendo que a pena aplicada de multa de R$220 milhões, com a imunidade completa dos crimes cometidos e a permanência no controle empresas foi demasiadamente branda – estamos falando de crimes gravíssimos.

Além dos empréstimos irregulares do BNDES, houve ainda fraudes em financiamentos de fundos de pensão, liberações de recursos do FGTS na concessão de crédito da Caixa Econômica Federal, além de propinas fiscais ao Ministério da Saúde para obtenção de licenças, culminando, ainda, como divulgado por toda a mídia, com a cooptação de membros do próprio Ministério Público Federal, que agiram como agentes duplos durante as tratativas das delações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se compararmos as delações premiadas dos demais envolvidos na Lava Jato, o quadro fica ainda mais estarrecedor. O Marcelo Odebrecht, por exemplo, teve uma pena total de 10 anos de prisão, sendo que dois anos e meio em regime fechado, além de multa pecuniária.

Quanto ao acordo de leniência da J&F, em que foi aplicada uma multa de R$10,3 bilhões, que, à primeira vista, parece até muito elevada, se analisarmos com mais atenção, veremos que também foi irrisória dos delitos e prejuízos causados ao País e às empresas.

O acordo prevê um pagamento em 25 anos, corrigidos pelo IPCA. Esse diferimento no pagamento reduz a multa em quase 50%, se trazidos a valor presente pelo juros atuais da Selic. Outra boa comparação é se analisarmos a distribuição de dividendos no ano de 2016 para os irmãos Batista, na casa de R$900 milhões. A multa aplicada será paga pela dupla com menos de 50% dos dividendos que irão receber ao longo dos próximos anos, se mantido. Ou seja, os irmãos ficam totalmente imunes dos crimes, livres leves e soltos, e ainda irão desfrutar de R$500 milhões anuais.

Não podemos esquecer também que, a meu ver, o MPF falhou gravemente na forma de distribuição dos valores da multa aplicada. O acordo prevê que, dos 10,3 bilhões a serem pagos, 8 bilhões serão divididos entre BNDES, Funcef, Petros e União, na proporção de 21,80% para cada um. Já para o FGTS e Caixa Econômica Federal serão destinados 6,25% também para cada um. Os 2,3 bilhões restantes serão destinados a projetos sociais na área de educação, saúde e prevenção da corrupção.

A pergunta que fica é: e os pequenos investidores, aqueles que aplicaram parte de sua poupança acreditando na empresa, qual é a diferença deles para os fundos de pensão, BNDES e Caixa? Por que esses minoritários privilegiados irão receber quase R$8 bilhões, e os pequenos investidores nada receberão? Isso é justiça?

Parece-me evidente que nessa parte o MPF também pecou gravemente, mostrando-se míope a não enxergar que é de fundamental importância o ressarcimento dos pequenos acionistas para que o público investidor comece a olhar para o Brasil como um país que possui autoridades imbuídas no esforço de tornar o seu mercado de capitais um ambiente sério para negócios e, por isso, merecedor de investidores.

Finalmente, deve-se levar em conta os possíveis delitos cometidos depois e até durante as tratativas dos acordos de colaboração. Segundo investigações da Polícia Federal e da própria CVM, os irmão Batista, nesse período, compraram cerca de 2 bilhões de contratos futuros de dólar. Apenas na véspera do vazamento das delações foram comprados US$473 milhões nesses contratos futuros. Só com o lucro dessas operações no mercado de câmbio, os irmãos já pagariam a multa da delação na pessoa física.

Como se não bastasse tudo isso, a FB Participações, que é 100% dos irmãos, ainda vendeu R$370 milhões em ações da JBS, que foram recompradas pela própria tesouraria da companhia. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

venderam, e a própria companhia comprou, evitando um prejuízo para os irmãos de R$138 milhões. Se confirmados esses fatos, estaríamos diante dos crimes de *insider trading*, previstos no art. 27-D da Lei 6.385, de 1976. As penas para esses crimes são de um a cinco anos de reclusão e multa de até três vezes a vantagem obtida.

O que tudo indica é que os irmãos Batista usavam as empresas para manipular o mercado, para sangrar o caixa em benefício pessoal e que o objetivo final da dupla era dilapidar o patrimônio da empresa e ir embora para os Estados Unidos, onde foi investida grande parte dos recursos públicos.

Hoje a situação da JBS encontra-se tão debilitada que muitos analistas apostam na sua falência, caso os controladores não sejam afastados imediatamente do comando. Esse, inclusive, é o objetivo principal da nova direção do BNDES e da associação de investidores minoritários. Porém, a Justiça paulista vem impedindo todas as tentativas de afastar a família Batista.

Para concluir, entendo que temos que tomar muito cuidado para que as delações premiadas não se transformem em verdadeiros prêmios para os criminosos, fazendo com que o crime compense em nossa sociedade, o que só estimula desenfreada de malfeitos. Felizmente, no caso dos Batistas, as delações estão sendo revistas. Esperamos que eles sejam afastados do comando, que cumpram pena e paguem multa

eles sejam afastados do comando, que cumpram penas e paguem multas à altura e nas proporções merecidas e que esses valores sejam utilizados para ressarcir efetivamente os prejuízos causados à Nação e principalmente aos acionistas minoritários diretamente prejudicados pelos desvios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª.

Quero fazer um registro, permitam-me, Sr. Relator e colegas: no dia 10 de maio do corrente ano, como Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, eu realizei aqui mesmo, neste plenário, uma audiência pública com representante da Comissão de Valores Mobiliários, do Cade, dos bancos, da Receita Federal, do TCU e da CGU.

O objetivo dessa reunião, que durou por mais de quatro horas, era saber ou tentar saber por onde passaram esses bilhões de reais dessa Operação Lava Jato e outras mais.

Aqui, agora, o Dr. Márcio Lobo disse, com todas as palavras: "CVM não cumpre o seu dever constitucional." Eu sabia disso. A CVM viu tudo, o Cade viu tudo, os bancos viram tudo, a Receita Federal viu tudo – quando falo Receita Federal, é o Coaf. Eu perguntei aqui, por dezenas de vezes, ao Presidente do Coaf: "Mas, Presidente, V. Sª não viu?" "Não vi. Não vi." Claro que viram, claro que viram. E a própria CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, agora, acabamos de ouvir que os irmãos Batista, esses dois espertalhões, não conseguiriam se tornar os maiores empresários do mundo se não tivessem a mão pública no negócio. E aqui está muito claro, e nós vamos também ouvir o ex-Presidente do Cade também e da CVM.

Eu queria só fazer esse registro, e as notas taquigráficas estão aí sobre essa audiência pública. A *Veja*, nesta semana, colocou aí a respeito do Coaf muito claramente. Não fez menção a essa audiência, mas disse que vai fazer na próxima agora, porque eu passei à *Veja* todas essas notas taquigráficas.

Mas, na verdade, Dr. Márcio, muito pouca gente conseguiu, ou seja, não sabíamos de nada, ou seja, a coisa aconteceu de fora para dentro e não de dentro para fora.

Passo a palavra para o nosso Relator, Deputado Carlos Marun, por até dez minutos.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Dr. Márcio, antes de mais nada, bom dia, o nosso agradecimento por sua disposição em contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Eu vou, então, imediatamente, à apresentação de algumas perguntas que visam esclarecer algumas dúvidas que ainda tenho, mesmo após a sua exposição.

Fica evidente que o senhor vislumbra a prática de crime de manipulação de mercado e de uso indevido de informação privilegiada no caso.

Quais foram os acionistas beneficiados com essa suposta manipulação de mercado e uso indevido de informação privilegiada? Só os irmãos Batista ou algum outro acionista o senhor entende como também beneficiado e

Só os irmãos Batista ou algum outro acionista o senhor entende como também beneficiado? E a pergunta que eu faço é especificamente em relação ao BNDESPAR, que detém 20% das ações da companhia.

O senhor tem que apertar ali.

O SR. MÁRCIO LOBO – A princípio, ao que tudo indica, os beneficiados foram os irmãos. Agora, todas as operações no mercado financeiro são registradas. Cabe à CVM agora identificar quem foram os acionistas que venderam e compraram ações na véspera da delação e se beneficiaram com isso, se essas movimentações foram atípicas – pessoas que nunca compraram nem venderam, de repente, vendem. Hoje, isto existe, programas de computador que verificam na hora a atipicidade nas movimentações, nas compras e vendas, e facilmente é detectado quem se beneficiou com isso.

O que foi divulgado pela imprensa – e repito: as informações que eu tenho são as informações públicas divulgadas pela imprensa – é que os irmãos Batista, no caso específico das ações da JBS, ao venderem para a própria tesouraria da companhia R$138 milhões em ações, evitaram esse prejuízo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passaram para a companhia, que comprou essas ações e teve um prejuízo. E no mercado de dólar, eles, também sabendo que, quando a delação deles fosse divulgada, o dólar ia disparar – no dia da delação, o dólar subiu 10% em um dia –, compraram R$2 bilhões em contratos. Na véspera, compraram trezentos e tantos milhões de dólares em contratos de dólar, quer dizer, só nessa operação de dólar, eles já pagariam os R$220 milhões da multa da delação premiada deles na física.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

Eu acredito que, em relação a essa pergunta – eu tenho outras perguntas a apresentar –, pelo seu conhecimento, só os irmãos Batista se beneficiaram, salvo novas informações que nos cheguem a partir de outras oitivas que vamos promover.

Mas como o senhor vê essa decisão da diretoria da CVM em 30 de agosto no sentido de permitir que os irmãos Batista votassem na assembleia de acionistas convocada pelo BNDES com o objetivo de afastar o Wesley Batista da Presidência da companhia. Em 31 de agosto, foi proferida liminar pela 8ª Vara da Justiça Federal do TRF3, vedando a participação dos irmãos nessa assembleia. Essa decisão realça uma eventual atecnia do colegiado da CVM? É a pergunta que lhe faço: como o senhor interpreta essa sucessão de fatos? Os órgãos do Estado têm decidido tecnicamente como devem em favor de um grupo econômico tão poderoso como esse?

O SR. MÁRCIO LOBO – Excelente pergunta. Vamos lá.

É preciso também separar a CVM. A CVM tem a parte técnica e a diretoria do colegiado, que é nomeada inclusive pelo Ministro da Fazenda. Essa decisão do colegiado, por exemplo, foi contra o parecer dos técnicos da CVM. Os técnicos da CVM entenderam que os irmãos Batista estariam conflitados, estariam impedidos de votar nessa assembleia especificamente em relação a esse tema, e o colegiado se reuniu e foi contrário ao parecer dos técnicos, entendeu que não, que eles não estariam em conflito, que eles poderiam votar. Aí, depois de eles votarem, que a CVM, se alguém questionasse, iria analisar. Mas, antes, a CVM não faria essa análise.

Como V. Exª bem colocou, tanto a associação quanto o BNDES entraram com uma ação na Justiça

quanto o BNDES. Entraram com uma ação na Justiça; o Juiz Federal deu uma liminar a favor do BNDES, impedindo a votação dos irmãos, mas depois houve um recurso e o Tribunal resolveu suspender a assembleia. Não ocorreu a assembleia, ficou em aberto; até hoje não aconteceu a assembleia. O Desembargador entendeu que isso deveria ser discutido em juízo arbitral, também, *data maxima venia*, acho que de forma equivocada. Mas, hoje, a assembleia não aconteceu, não houve essas deliberações que seriam importantíssimas para a companhia. Depois os irmãos acabaram sendo presos. Aí, nomearam... Houve uma reunião do Conselho e hoje quem é o controlador da empresa, quem é o Presidente da empresa, é o pai do Joesley, de 84 anos, o José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, para concluir, entendo, novamente, que o Colegiado da CVM errou em não impedir o voto dos irmãos, dos controladores nessa assembleia que não se realizou.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

O senhor acredita que a legislação brasileira, nos casos pelo senhor narrados, é suficiente para proteger os acionistas minoritários?

E, no caso, o senhor poderia, de forma breve, nos sugerir alguma alteração na legislação para que essa proteção se tornasse mais efetiva e nós pudéssemos viver uma situação não semelhante, mas no sentido citado dos Estados Unidos, onde 65% é investidora da Bolsa de Valores?

O SR. MÁRCIO LOBO – A verdade é que o nosso País tem muitas leis, os nossos códigos são bons, mas, infelizmente, eu acho que essas leis não são aplicadas. Mas acredito também que se poderia aperfeiçoar a nossa legislação, principalmente no que diz respeito às ações civis públicas, nos Estados Unidos conhecidas como *class actions*, que lá funcionam muito bem. As empresas que cometem delitos, os acionistas são representados; escritórios de advocacia entram com ações em nome desses acionistas; eles são ressarcidos.

Para se ter ideia, aqui no Brasil, esses escândalos da Petrobras, nenhum acionista minoritário até hoje conseguiu na Justiça ser ressarcido dos prejuízos causados pela desvalorização das ações da Petrobras. Nos Estados Unidos, a informação que temos é de que a grande maioria dos acionistas que compraram ADRs nos Estados Unidos já foram ressarcidos. Foram feitos acordos, a Petrobras pagou bilhões de dólares lá fora; havia fundos de pensão, fundos de bancos que eram detentores de ADRs e já foram ressarcidos, foram feitos acordos. E aqui no Brasil ninguém recebeu um real.

Então, para concluir, sendo breve, eu acho que vocês legisladores deveriam melhorar essa parte da legislação para que os minoritários fossem mais protegidos, tivessem chance de ser ressarcidos em caso de serem lesados e, assim, acreditariam mais no mercado financeiro e aplicariam seus recursos. Hoje, como você falou, 590 mil pessoas aplicando na Bolsa de Valores é ridículo. Infelizmente, esta é a palavra: é ridículo.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Bom, eu solicitaria que o senhor encaminhasse por escrito, então, a esta CPI sugestões no sentido – para serem avaliadas pela CPI, obviamente,...

O SR. MÁRCIO LOBO – Perfeito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – ... pelo Parlamento...

O SR. MÁRCIO LOBO – Com o maior prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – ... no sentido de que essa legislação seja aprimorada, até para garantir os direitos dos minoritários.

O SR. MÁRCIO LOBO – Com o maior prazer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – É noticiado pela imprensa que há indícios de que a JBS vem lesando minoritários há muito tempo, como por exemplo o caso da fusão entre JBS e Bertin. Do que consistiram os atuais, se houve essa lesão, pelo seu conhecimento... Do que se constituíram os eventuais atos praticados, quem são seus responsáveis e quais os danos causados?

O SR. MÁRCIO LOBO – Esse caso específico da Bertin me parece também – e repito, eu tenho essas informações que o público tem através dos jornais e tal – que novamente os beneficiados foram os irmãos. Houve uma lesão em torno de R$1 bilhão para os minoritários – e minoritários esses Caixa, BNDES – e os únicos beneficiados foram novamente os irmãos, prejudicando todos os demais. São essas as informações que eu tenho.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor já teve conhecimento da participação de um fundo ou de uma empresa de nome Blessed nessas negociações da Bertin?

O SR. MÁRCIO LOBO – Novamente, as informações que vêm a público e nos corredores são de que esse minoritário, se não me engano, tem 5% da empresa; é sediado numa ilha dessas, um paraíso fiscal; ninguém sabe efetivamente... É uma pessoa jurídica; ninguém sabe efetivamente quem é o sócio realmente nessa empresa; e parece que ele está junto com os controladores, tomando essas decisões em conjunto e tal, mas não se tem conhecimento porque o detentor dessas ações é sediado em um paraíso fiscal – é uma *offshore* e ninguém sabe quem é o dono.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O vazamento foi noticiado às 19h do dia 17 de maio de 2017. Esse horário foi determinante para o prejuízo? Esse horário de divulgação foi determinante para o prejuízo dos acionistas minoritários? Ou seja, se tivesse divulgado às 10h da manhã, se tivesse divulgado ao meio-dia, isso teria alguma diferença no posicionamento desses acionistas?

O SR. MÁRCIO LOBO – Eu não sei opinar aqui se o horário influenciou. Eu acho até que sim, porque foi perto do fechamento do pregão. Então, talvez, se tivesse sido divulgado...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Que horas fecha o pregão?

O SR. MÁRCIO LOBO – Se não me engano, às 17h.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Às 17h.

O SR. MÁRCIO LOBO – Ou 16h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Está bem. Positivo.

O SR. MÁRCIO LOBO – Então, quer dizer, esperaram fechar o mercado para sair esse vazamento. Aí, quando as ações abriram, o próprio mercado do dólar e tal, abriram no dia seguinte, já abriu subindo o dólar de forma... E caindo muito os papéis da JBS.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, são as informações complementares

Sr. Presidente, são as informações complementares à exposição do Dr. Márcio Lobo. São as informações que eu gostaria de buscar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª. E, para melhor encaminhamento dos nossos trabalhos, vamos – porque o Relator tem aí os seus privilégios, como também os sub-relatores e todos nós – dirigir todas perguntas ao nosso convidado, ao nosso depoente. Ele, então, por favor, faça as suas anotações, seguindo, portanto, o que foi acertado previamente por este Plenário. No caso dos relatores, dez minutos; no caso dos membros, cinco minutos, com réplica e tréplica.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem. Pelo menos nas CPIs de que participei, sempre o autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª está logo na sequência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ...tem precedência. E são dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Dez minutos? Aqui nós acertamos cinco minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É, mas para o autor do requerimento geralmente são dez.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Foi cinco minutos? Falamos do autor do requerimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não. Não falamos. Sobre o autor do requerimento, não.

Aqui o próximo inscrito, então, seria o Sub-relator Delegado Francischini, que está em voo.

Passo, então... E até indago alguns colegas: se tiver por escrito essas perguntas poderíamos, inclusive, tirar uma cópia e passar ao nosso depoente, porque assim ficam melhores os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal, Sub-relator na parte fiscal, previdenciária e agropecuária da CPMI da JBS.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Srs. Deputados, Srs. Senadores, senhor convidado, Sr. Márcio Lobo. Eu inicio as minhas indagações, e vou direto às indagações. Acho que V. Sª já apresentou as informações necessárias e gerais. Procuro aqui, pelo menos, para poder localizar V. Exª, fazer algumas perguntas de cunho ainda de localização. V. Exª participa de alguma sociedade de advogados?

O SR. MÁRCIO LOBO – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E qual é a sociedade?

O SR. MÁRCIO LOBO – Jorge Lobo Advogados.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito.

V. Sª também é acionista minoritário da JBS?

O SR. MÁRCIO LOBO – Sou. Comprei 500 ações para poder participar da assembleia.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª também... Temos informações de que V. Sª, o escritório que V. Sª representa ingressou com uma ação civil pública, ou pelo menos anunciou que ingressaria com uma ação civil pública, pedindo ressarcimento por perdas causadas por atos de corrupção praticados pela empresa. E eu faria duas perguntas: contra quem é essa ação? Primeiro, se ela foi ingressada. Contra quem seria essa ação? E também se ela estabelece a recomposição de R$600 milhões que teriam sido desviados ou roubados do caixa da empresa para poder municiar campanhas políticas, como foi manifestado. Então, a pergunta é: contra quem seria essa ação? O que era o objeto dessa ação? E se existia mesmo essa discussão de ressarcimento de R$600 milhões que teriam sido doadas para campanhas eleitorais e políticas de forma oficial ou também, pelo contrário, de forma sub-reptícia?

O SR. MÁRCIO LOBO – Bom, na verdade, não ingressamos ainda com a ação. A ação está sendo estudada. A ação é para ressarcimento desses prejuízos causados, na casa dos R$600 milhões.

O meu escritório e um escritório de outro colega somos contratados pela associação para esse fim. Existem medidas na Câmara Arbitral já em curso, até foram noticiadas ontem. Mas com ação civil pública específica ainda não ingressamos.

A ação, na verdade, é contra os controladores. Nós entendemos que os controladores que prejudicaram a empresa, utilizaram a empresa para benefícios pessoais próprios, lesando os demais acionistas, sócios como eles. Porém, eles, controladores, com o comando na mão, fizeram esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desvios, desvios esses, repito, confessados por eles. Então, entendemos que a empresa deve ser ressarcida por esses prejuízos causados. Evidentemente, de forma indireta, os acionistas minoritários serão ressarcidos.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – No caso de acionistas majoritários, também incluindo BNDESPar, porque BNDESPar possui 21%, mais 42%...

O SR. MÁRCIO LOBO – Na verdade, mesmo o BNDES, o BNDESPar, com 21%, são acionistas minoritários. São acionistas minoritários relevantes, mas são acionistas minoritários.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª conseguiu reunir 5% dos acionistas para convocar assembleia em algum período?

O SR. MÁRCIO LOBO – Não. A associação ainda não conseguiu reunir 5% para convocar assembleia.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª chegou a fazer o pedido dos acionistas minoritários para a empresa, mas também para a Comissão de Valores Mobiliários? Chegou a ter acesso à lista desses acionistas minoritários?

O SR. MÁRCIO LOBO – Na verdade, a associação mandou um *e-mail* para o RI da JBS solicitando a lista de acionistas. Isso é um direito previsto na lei societária, em que qualquer pessoa – nem acionista precisa ser – pode pedir essa informação à companhia. A JBS respondeu o *e-mail* dizendo, perguntando por que queria a lista e tal. A associação respondeu, explicando os motivos. O RI da JBS respondeu que iria enviar a lista. Porém, passados já uns quatro meses, se não me engano, até hoje não mandou. Como ele não enviou a lista, a associação entrou com um requerimento na CVM e com uma ação judicial para ter acesso a essa lista.

Na verdade, a ideia da lista não é só para convocar assembleia, mas, sim, para saber quem são efetivamente os prejudicados e que essas pessoas ingressem na demanda e sejam ressarcidos. Esse é um outro grande problema. O acionista minoritário no Brasil não é ativo. Você vai a uma assembleia dessas e não tem meia dúzia de pessoas, enquanto, nos Estados Unidos, os caras têm que alugar um estádio, porque vão todos os acionistas. O cara tem US$1.000 em ações e está lá querendo brigar pelos seus direitos. Aqui, como as pessoas, acho eu, infelizmente, não acreditam na Justiça, não acreditam no Judiciário, não acreditam na CVM, se sentem desmotivadas e nem comparecem à assembleia. É incrível.

O caso, por exemplo, da OGX, em que eu também atuei e atuo como advogado dos minoritários, é incrível: são milhões e milhões de prejudicados, de reais de prejudicados, milhares de acionistas minoritários e, na assembleia, comparecem meia dúzia de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Por acaso, também é Batista.

O SR. MÁRCIO LOBO – Por acaso é Batista.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eike Batista, mas é outro Batista. V. Exª deve estar errando os Batistas.

V. Sª também afirma que a CVM não cumpre os seus deveres legais. Tem conhecimento de fato que comprove essa assertiva? Primeiro, deixar isso mais objetivo.

Primeiro, deixar isso mais objetivo e V. Sª, como advogado, é conhecedor da legislação societária e da própria CVM.

O Relator já fez essa pergunta e eu vou insistir, apenas não como pergunta, mas como sugestão, onde poderia ser modificada a legislação? Onde poderia ser aprimorada? Onde houve falha – falha – da própria Comissão de Valores Mobiliários? Onde é que poderíamos nós, aqui, como Parlamentares, analisando, fiscalizando, onde poderia haver uma melhor participação dessa questão dos acionistas minoritários?

Nós estamos aqui exatamente para isso. A nossa Comissão Parlamentar de Inquérito foca e o objetivo principal é o aprimoramento da legislação e todas as contribuições serão muito bem vindas, como, também, o aprimoramento da fiscalização.

Onde nós, aqui, como Parlamentares, Câmara e Senado, podemos também olhar, ajudar, colaborar, na questão da fiscalização das ações da Comissão de Valores Mobiliários?

Mas V. Sª disse que não cumpriu os deveres legais e tem conhecimento, deu essa informação e afirmou aqui nas suas palavras iniciais, e eu queria saber se tem algum ponto objetivo, onde a CVM falhou, onde não foi cumprida esse dever legal?

O SR. MÁRCIO LOBO – A CVM, eu a considero uma ré confessa.

Há um ano, mais ou menos, saiu uma matéria, se não me engano, na *Exame*, em que entrevistaram o Presidente da CVM à época e ele disse, justificando, que não tinha recursos humanos, não tinha recursos financeiros e tal, mas ele confessou.

Para você ter uma ideia, não lembro os números de cabeça, mas a Bovespa também tem um sistema de computação que analisa qualquer flutuação atípica nas ações. Então, esse programa de computador identifica uma operação atípica e envia essas informações para a CVM. O próprio Presidente da CVM disse que recebia, não me lembro agora de cabeça, mas mil informações nesse sentido e ele analisava cinco, porque não tinha condições de analisar. Quer dizer, a própria CVM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

confessa que não tem recursos e pessoal para suportar o nosso mercado, que é pequeno, que, na verdade, é um mercado pequeno, mas ela não tem condições.

Então, quando eu digo que ela não fiscaliza, repito, no caso, por exemplo, da OGX do Ike Batista, ficou claro isso. Durante anos foram divulgadas informações de que haviam encontrado não sei quantos bilhões de barris de petróleo e que a empresa valia não sei quanto, o acionista ia para a televisão, ia para os jornais e fazia propaganda da empresa, dizia textualmente "comprem minhas ações que elas vão subir" e tal, e a CVM nada fez, só depois do leite derramado é que ela vem atuar.

O caso da JBS, especificamente, é a mesma coisa. Esses burburinhos de que a JBS, que os irmãos Batistas vinham recebendo recursos públicos, esse crescimento da empresa totalmente atípico e a CVM nada fez. Aí, depois de estourar o escândalo, de tudo o que aconteceu, de delações, ela abre nove procedimentos administrativos para fiscalizar.

Então, ela – ao invés de atuar como a lei determina, foi criada para isso, na lei que criou a CVM está escrito – tem que atuar preventivamente, ela tem que fiscalizar, ela tem que analisar e ela não o faz. Ela espera acontecer para depois ir tentar apagar o incêndio, aí, muitas vezes, na maioria das vezes, o incêndio já aconteceu, o incêndio já tomou conta.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Certo, obrigado.

Presidente, é a última pergunta para poder dar oportunidade aos ...

Tem mais uma só, a última pergunta para dar oportunidade aos demais colegas.

Eu tenho só mais uma última pergunta, para dar oportunidade aos demais colegas.

V. Sª fez afirmação aqui que há fraude nos financiamentos com dispensa de prerrequisitos costumeiros ao mercado.

Saberia identificar pontualmente quais são essas fraudes, os prerrequisitos e quem são os responsáveis por autorizá-los?

O SR. MÁRCIO LOBO – Vamos lá.

Na verdade, eu sempre digo que, se comprovado, como foi divulgado por todos os jornais...Eu não tenho quem foi que liberou o empréstimo. Eu não tenho essas informações. Mas o que foi divulgado pela mídia, o que foi dito pelos próprios irmãos Batista e seus executivos, em suas delações premiadas, é que eles conseguiam empréstimos em um tempo muito inferior que demais empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiam, sem oferecer as garantias necessárias, com juros muito abaixo dos praticados no mercado.

Então, essas informações que eu tenho são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – ...informações obtidas pela imprensa. E o próprio TCU agora...Eu li uma reportagem ontem ou anteontem dizendo que se verificou que houve realmente esse empréstimo especificamente de setecentos milhões para compra da empresa norte-americana, houve um prejuízo de R$1,2 bilhões para os cofres públicos.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Deputado Hugo Leal.

Pela sequência aqui, é a minha vez. Mas eu vou abrir mão das minhas perguntas para dar aos nossos colegas a vez. Eu quero fazer tão somente uma pergunta a V. Sª.

Em algum momento, Dr. Márcio Lobo, os irmãos Batista ou um ex-diretor e presidente do BNDES, do Cade, da CVM, propôs alguma coisa ilícita a V. Sª, tentou subornar V.Sª, por se tratar de advogado dessa minoria, que, na verdade, é uma maioria – parece-me que é mais de 30%. Em algum momento, alguém lhe fez uma proposta de suborno?

Eu gostaria muito de ouvir de V. Sª.

O SR. MÁRCIO LOBO – Não. Nunca me fizeram. Espero que nunca façam.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pois bem. Agradeço-lhe.

Passo, então, a palavra ao autor do requerimento, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, antes de começar a contar o meu tempo, eu quero, ainda na questão de ordem, reforçar e, se for o caso, a gente tentar votar depois ou mudar o Regimento.

Mas eu acho que o autor do requerimento, muitas vezes, se aprofunda no estudo para fazer o requerimento. Então, acho que não é justo e não é correto, em termos técnicos e óbvios, que se tenha um tempo tão pequeno como o de cinco minutos.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exª, ao Relator e aos sub-relatores, que estão normalmente definindo os critérios do andamento da comissão, para que os autores do requerimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

independente se é meu ou não, acho que todos os autores de requerimento precisam de um tempo maior, já que quem fez o requerimento, evidentemente, é porque precisa de mais tempo para fazer os questionamentos, diferentemente de quem não fez.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu defiro a questão de ordem de V. Exª.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Todos, todos que....

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não quero dizer nem que vou usar dez não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Todos que subscreveram também terão o mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Será para todos os autores de requerimentos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Normalmente é...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Todos os autores.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Normalmente, o primeiro sempre, nas CPIs de que eu participei...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O primeiro signatário.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ...é o autor, o primeiro signatário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Os demais não.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas existem vários requerimentos da mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isso é uma coisa, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Subscrição é uma coisa.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Aí é aprovado um...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Aí é aprovado um.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É, mas veja só, Deputado Izalci: o que o Deputado Paulo Pimenta colocou é correto. Há requerimentos que têm oito, dez autores. Se a gente for colocar...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É aprovado um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, já existe no plenário, em todas as CPIs de que eu participei, e foram várias, quatro ou cinco, em que participei, em todas elas, quando se falava num requerimento, era o primeiro, quem subscrevia primeiro...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas tem dez primeiros.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Deputado Izalci, tem pessoas que têm cinco, seis requerimentos diferentes para convocá-la. Quando vai à votação, é um que vai à votação, então, os demais autores acabam ficando também como autores daquele.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O que eu acho é que há requerimentos diferentes, sim; eu digo que subscrição, vamos resolver da seguinte forma...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Subscrição contra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos resolver da seguinte forma que eu proponho aos senhores. Há requerimentos com oito autores, oito requerimentos, oito autores, mas vamos fazer o seguinte: vamos por ordem, então, de protocolo. Quem protocolou primeiro, então, tem o direito aos dez minutos. Senão, no caso de oito, dez autores aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É um bom critério.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É um bom critério, não é isso? Então, está acertado e confirmado. Aceito a questão de ordem de V. Exª com essa ressalva.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Márcio Lobo, V. Sª foi convidado exatamente pela Operação Tendão de Aquiles. V. Sª já disse aqui sobre a CVM, há notícia de vários processos tramitando na CVM. Eu dividi as minhas perguntas e entreguei a V. Sª. São quatro blocos. O primeiro deles trata de ações e câmbio; o segundo, com relação à troca de comando; compra e venda de ações; e a questão do acordo de leniência.

Com relação à questão de ações e câmbio, como V. Sª disse, a própria associação tem tentado mover ações de responsabilização e de reparo de danos. V. Sª pode nos dar mais detalhes acerca do andamento dessas ações? Qual foi o valor do dano mensurado pela associação?

Eu entreguei a cópia das perguntas para ele.

Segundo: V. Sª poderia nos dizer quantos são os acionistas minoritários da JBS? Qual a parcela do capital da JBS que eles representam? V. Sª poderia nos fornecer uma cópia do livro de registro dos acionistas, se V. Sª tem? V. Sª poderia nos apontar todos os outros episódios em que a associação entendeu que os acionistas minoritários da JBS foram lesados, a exemplo do caso Bertin? Poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecer também os motivos para esse entendimento? V. Sª detém alguma informação adicional relevante sobre o uso da empresa Blessed Holdings, aquela sediada no paraíso fiscal dos Estados Unidos, que também foi sócia da AFB Participações, controladora da JBS, que fez parte da fusão JBS com a Bertin? Se tem, eu gostaria que V. Sª apresentasse. V. Sª dispõe de provas diretas ou indiretas que sustentem a atuação lesiva dos controladores da JBS nesses outros episódios? Também, se tiver, eu gostaria que apresentasse. Com relação à troca de comando, a exemplo também dos acionistas minoritários, o BNDESPar e a Caixa Econômica também defendem a troca de comando da JBS. O BNDESPar detém 21,3 do capital votante da JBS e a Caixa, 4,5. Qual é a avaliação da associação para o fato de a JBS ter servido como duto de distribuição de propinas a agentes políticos, justamente em razão dos aportes de recursos do BNDESPar? V. Sª disse há pouco que está movendo uma ação, só para alguns detalhes... V. Sª disse há pouco que está movendo uma ação. Só alguns detalhes sobre isso: como a associação enxerga a participação tão expressiva da BNDESPar no capital da JBS? A associação saberia dizer qual foi o impacto do preço da ação da JBS em razão dos aportes sucessivos de recursos do BNDES na empresa? Qual é a avaliação da associação acerca dos aspectos regulatórios e de governança do mercado de capitais brasileiro? Como a associação avalia o papel da CVM em todo esse processo? V. Sª dispõe de alguma informação relevante acerca do resultado dos inquéritos administrativos instalados pela CVM para analisar as operações do mercado de dólar, futuro e negócios de ações de emissão da JBS S.A., realizadas no mercado à vista?

Coom relação à compra e venda de ações, em 17 de maio de 2017, a JBS comprou R$35 milhões de ações da empresa. Nesse dia, após o fechamento do pregão, notícias sobre a delação dos irmãos Batista vieram à tona. Contudo, enquanto a empresa comprava as suas próprias ações, os acionistas e controladores se desfaziam dos papeis. As vendas de 17 de maio totalizaram R$35,114 milhões. Na véspera, dia 16, os controladores venderam R$9,957 milhões de ações da JBS. V. Sª concorda que esse movimento dos irmãos Batista serviu para conter uma queda que seria ainda maior no preço das ações? Qual foi o impacto financeiro desse movimento?

V. Sª entende que estão presentes nesse episódio indícios contundentes de prática de manipulação do mercado, fazendo uso de informação privilegiada? V. Sª poderia nos dizer qual foi o impacto no preço das ações da JBS desde a revelação de que os executivos da JBS fizeram a delação premiada? Qual é a perda acumulada no preço da ação da JBS após esse episódio? V. Sª saberia dizer qual foi o comportamento em termos de ganhos e perdas acumuladas no preço das ações da JBS nesses três períodos: primeiro, da abertura de capital até a entrada do BNDES; do início dos aportes dos recursos do BNDES até a divulgação da delação premiada; e da divulgação da delação premiada até os dias de hoje? Nesses três períodos, V. Sª tem conhecimento de quais foram os ganhos e as perdas, nesses períodos? V. Sª poderia nos informar a perda de valor no preço de mercado da empresa JBS até o presente momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último bloco, sobre o acordo de leniência. O Ministério Público Federal, ao homologar o acordo de leniência da J&F, controladora da JBS, estabeleceu uma multa de R$10,3 bilhões. Como vítimas, o Ministério Público Federal identificou o BNDES e a Caixa, acionistas minoritários da JBS – com 21,3 o BNDES e 4,5 a Caixa Econômica, respectivamente. Para reparação de danos, o Ministério Público Federal destinou R$1,75 bilhões ao BNDES e R$500 milhões para a Caixa. Quanto aos demais acionistas minoritários, privados, nada foi estipulado. Então, pergunto: uma vez que os demais acionistas minoritários privados detêm cerca de 30% das ações, V. Sª enxergou tal arranjo como seletivo e discriminatório, vez que protegeu apenas o patrimônio público? Poderia desenvolver esse raciocínio em relação a essa questão?

Uma das cláusulas do acordo de leniência confere a prerrogativa de o Ministério Público Federal postular suspensões de todas as ações civis públicas de reparações de danos até o cumprimento final do acordo, ou seja, daqui a 25 anos. Como a associação avalia essa situação, se só pode entrar depois de 25 anos? V. Sª dispõe de alguma informação relevante acerca do acordo de leniência que a JBS está negociando com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos?

Essas são as minhas indagações, se V. Sª puder

Essas são as minhas indagações, que estão aí.

Se V. Exª puder...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Dr. Márcio Lobo.

O SR. MÁRCIO LOBO – Bom, vou acompanhar aqui pelas perguntas que V. Sª me deu.

Pergunta um: "V. Sª poderia nos dar mais detalhes acerca do andamento dessas ações? Qual foi o valor do dano mensurado?

Repito, como já falei: a Associação hoje move uma ação, na Justiça Federal, pedindo o impedimento do voto dos controladores naquela Assembleia; uma ação pedindo a lista de acionistas, também em curso na Justiça de São Paulo, e um requerimento arbitral, esse que corre sob sigilo, está certo?

Então, das informações sobre requerimento arbitral, infelizmente, eu não posso dar mais detalhes, mas que o requerimento está em curso. Acredito até que a própria JBS deva divulgar um fato relevante a respeito disso, até porque já saiu alguma coisa na imprensa, então, ela é obrigada agora a divulgar. E quanto às ações na Justiça de São Paulo, elas permanecem em curso e hoje essa é a atuação da Associação em termos de ações judiciais.

Ainda não ingressamos com ação civil pública. A ação civil pública ainda está sendo estudada e, caso a Associação mova essa ação, certamente será divulgado aí nos órgãos de imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, segunda pergunta: "V. Sª poderia nos dizer quantos sãos os acionistas minoritários da JBS? Qual a parcela do capital da JBS que eles representam? V. Sª poderia nos informar a cópia dos livros?"

Vamos lá.

Os minoritários, minoritários que eu digo os pequenos investidores, tirando o BNDESPAR, é mais ou menos de 30% do capital social da empresa. Eu não tenho esse livro de acionistas e, até mesmo que tivesse, esses livros, caso sejam efetivamente fornecidos à Associação, a gente não pode divulgar essa lista. Essa lista não pode ser divulgada abertamente. Ela vai ser para uso apenas da Associação para tentar entrar em contato com esses acionistas.

Bom..."V. Sª poderia nos apontar todos os outros episódios em que a Associação entendeu que os acionistas minoritários da JBS foram lesados, a exemplo do caso Bertin? Poderia fornecer motivos para esse entendimento?

Bom, isso, como eu falei, todas essas notícias de *insider* cometidos, supostamente cometidos pelos irmãos, prejudicaram os acionistas minoritários; não só os acionistas minoritários, mas todo o mercado de capitais, não é? Esses crimes de manipulação de mercado afetam diretamente o acionista prejudicado, mas também toda a credibilidade do mercado e da bolsa de valores.

Especificamente sobre o Bertin, eu já respondi. Houve um prejuízo aí na casa de R$1 bilhão. Tudo indica, não é? E todos os demais, como essa operação do dólar, essa venda das ações às vésperas do vazamento da delação, tudo isso prejudicou os acionistas minoritários e todo o mercado nacional.

V. Sª detém alguma informação adicional relevante sobre o uso da empresa Blessed, sediada no paraíso fiscal Delaware, nos Estados Unidos, e que foi sócia da FB Participações? O processo de fusão da JBS com a Bertin, se tem?

Repito: essa empresa Blessed, se não me engano, detém 5% da participação. É uma *holding*

em que não se identifica quem é o sócio final. Sabe-se só da empresa. O que tudo indica é que ela participa do bloco de controle, ela vota com os controladores, mas ninguém sabe quem é efetivamente esse sócio.

"V. Sª dispõe de provas diretas ou indiretas que sustentam a atuação lesiva dos controladores da JBS nesses episódios?"

Provas diretas eu não possuo, mas a CVM e o próprio Ministério Público vêm levantando. Nessas delações, eles confessam os crimes, quer dizer que são crimes confessos, como desvios do caixa da empresa para pagamento de propina e para benefícios pessoais. Então, prova maior do que a própria confissão dos réus é difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo bloco aqui:

"A exemplo da Associação de Acionistas Minoritários, a Aedmin, o BNDESPAR e a Caixa Federal também defendem a troca do comando da JBS. O BNDESPAR detém 20% do capital, por sua vez..." Isso.

Como já falei aqui, a Associação também entende que a família Batista tem que ser afastada o mais rápido possível. A companhia precisa voltar a ter uma governança séria. Os acionistas precisam acreditar na companhia, o mercado precisa acreditar na companhia, os credores precisam acreditar na companhia. E acredito eu que, enquanto a família estiver no controle, na presidência, isso vai ficar muito difícil. Agora, então, com os irmãos presos e o pai na Presidência, a situação da companhia ficou muito delicada. Se não me engano, assim que o pai foi nomeado, no dia seguinte, as ações caíram 5%. Então, a situação da companhia é grave. A informação dos analistas de mercado é que, se não for revertida essa situação, a companhia pode até falir.

"Qual a avaliação da Associação para o fato de a JBS ter servido como duto de distribuição de propinas a agentes públicos, justamente a razão dos apostos dos recursos do BNDESPAR?"

É, como eu já disse, isso confessado pelos irmãos, segundo ele foi desviado da companhia R$1,4 bilhão. A maioria desse valor foi destinada a propinas, muitos inclusive de caixa um, foram doações legais, porém, segundo a informação deles, com objetivos escusos.

Então, a informação que tenho é esta: R$1,4 bilhão em desvios diretos do caixa da companhia. Quer dizer que esses recursos eram retirados direto do caixa da companhia e desviados. Aí, como o Presidente falou, essa movimentação de dinheiro é gigantesca. Qualquer pessoa física vai tirar R$10 mil para pagar um pedreiro em uma obra que fez e tem que dizer porque, para que, por que estou tirando, o que eu vou fazer com o dinheiro, e eles movimentam esse volume gigantesco, e nada é descoberto previamente. Repito: precisa-se ter uma fiscalização prévia, ainda mais nessas companhias abertas, em que é necessária urgente uma fiscalização prévia para evitar esse tipo de acontecimento.

"Como a Associação enxerga a participação tão expressiva do BNDESPAR no capital da JBS?"

Isso também nos causa um certo espanto, porque é uma participação muito relevante de uma única companhia.

O BNDES diz que "Ah, na época, o Governo tinha o intuito de aumentar a participação das empresas nacionais. Essa parte de carne estava muito em voga no mundo. Então era interessante para o País ter uma liderança neste mercado." Essa é a justificativa do BNDESPAR. Mas, na minha visão e na da própria Associação, foi uma exposição muito relevante, muito alta para uma empresa pública. Foram recursos públicos de valores astronômicos para uma só empresa – na verdade, um só grupo – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, quando aconteceu, os prejuízos vieram. Com a participação tão relevante, os prejuízos são enormes.

"A Associação saberia nos dizer qual foi o impacto do preço das ações da JBS em razão dos aportes dos sucessivos recursos do BNDES?"

Bom, a informação que eu tenho, e é pública também, a JBS, se não me engano, abriu o capital em 2007. As ações valiam R$7,5, por ação. Elas chegaram a R$17, quase R$18, no ápice do papel e, depois da divulgação das delações, o papel recuou para R$ 6 e agora está em R$8, se não me engano.

Então, houve, durante esses dez anos, uma alta muito grande e, aos poucos, foi perdendo força. E agora, com a delação, o papel, no dia seguinte do vazamento da delação, caiu 15%. Como eu já disse, quando nomeado o pai dos irmãos para a presidência, ela caiu 5%. Então, hoje, quer dizer que quem apostou lá atrás na companhia, a companhia teve uma valorização grande, mas hoje entregou praticamente tudo que valorizou nos últimos dez anos.

"V. Exª dispõe de alguma informação relevante acerca do resultado dos inquéritos administrativos instaurados pela CVM para analisar as operações realizadas no mercado de dólar futuro em negociações com ações de emissões da JBS realizadas no mercado?"

As informações que eu tenho são as públicas. Foram nove processos administrativos abertos. Inclusive um deles foi que municiou o Ministério Público Federal a pedir a prisão dos irmãos, no caso do dólar aí e do *insider*. Então, a informação que eu tenho é que os processos administrativos ainda estão no início. Essa é a informação que eu tenho. Não tenho mais que isso.

Terceiro bloco.

"V. Sª concorda que esse movimento dos irmãos Batista serviu para conter uma queda que seria a maior nos preços das ações?"

Aqui é aquela questão que eles venderam R$35 milhões, às vésperas do vazamento da delação. Na verdade, acredito eu que eles não venderam isso para segurar o preço das ações. Muito pelo contrário. Eles venderam às vésperas, antes da ação cair, para se beneficiarem. E a tesouraria da companhia comprou esses papeis – aí, sim – para que não houvesse uma queda muito grande, porque eles iam colocar muitas ações no mercado para comprar e, se não tivesse comprador, o papel automaticamente ia cair. Como encontrou um comprador do outro lado que era a própria companhia, ou seja, eles que controlavam a companhia, aí não houve essa oscilação no papel. Aí, no dia seguinte

após o vazamento da delação, o papel caiu 15%. Quando venderam as ações dele, repassou-se esse prejuízo para a companhia, livrando-se ele, pessoalmente, do prejuízo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"V. Sª entende que estão presentes, nesses episódios, indícios contundentes da prática de manipulação de mercado, além do uso de informação privilegiada (*insider trading*)? Poderia desenvolver o raciocínio?"

Então... Repito, como já havia falado na minha exposição: esse é o caso clássico de *insider trading*. São detentores de informações privilegiadas que o público, em geral, não tem. Eu sei que vai acontecer alguma coisa, os demais participantes do mercado não sabem, e eu, de posse dessas informações, me beneficio. Ou vendendo, porque eu sei que a ação vai cair, ou comprando, se eu sei que a ação vai subir.

Então, esse é o caso típico e clássico, e é incrível como os irmãos são audaciosos, pois fizeram *insider* da própria delação. Quer dizer, eles fazem uma delação premiada... Não se sabe aí quem vazou a delação, mas tudo indica que foram eles mesmos, e fazem uso dessas informações para cometer novos crimes. Quer dizer, é muita certeza da impunidade. É incrível a coragem que esses irmãos têm.

Treze: "V. Sª poderia nos dizer qual foi o impacto no preço das ações, desde a revelação de que os executivos da JBS fizeram uma delação? Qual a perda acumulada no preço das ações?"

Então... Se não me engano, antes da delação, esse papel estava treze e alguma coisa, 14, e hoje está R$8. Quer dizer, houve uma queda aí de praticamente 50%.

"V. Sª saberia nos dizer qual foi o comportamento, em termos de ganhos e perdas acumulados, dos preços das ações nesses períodos – abertura do capital até a entrada do BNDES, dos inícios dos aportes e a divulgação da delação?"'

Aí, é aquilo que eu falei: em 2007, quando ela abriu o capital, a ação valia R$7,50. Se não me engano, em 2015, início de 2016, o papel foi a 18, e hoje se encontra a R$8. Quer dizer, ela teve uma valorização de praticamente mais de 100% e hoje recuou, entregou quase tudo que valorizou.

"V. Sª poderia nos informar a perda, em termos de preço de mercado, das empresas JBS, até o presente momento?"

Aí, eu vou te confessar agora: eu não sei exatamente o valor total dela, de mercado, mas a queda foi de praticamente 50%, com a divulgação dessas delações.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Desde a delação!

O SR. MÁRCIO LOBO – Desde a delação.

Quarto bloco.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Acordo de leniência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO LOBO – Acordo de leniência. (*Pausa.*)

"V. Sª concorda que esse movimento..."

Ah, não. Desculpem-me. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

É... Dezesseis. Eu estou lendo só aqui o cabeçalho e tal.

Ah: "Uma vez que os demais acionistas minoritários privados detém 30% das ações da JBS, V. Sª enxergou tal arranjo como seletivo, discriminatório, uma vez que protegeu apenas o patrimônio público?"

Bom, essa pergunta é excelente.

Eu já tinha destacado na minha exposição que, com relação a essa multa de R$10,3 bilhões, somente os acionistas minoritários relevantes, ou seja, Caixa, Funcef, BNDESPAR, irão receber o valor dessas multas, vão dividir R$8 bilhões. E R$2.3 bilhões serão destinados a projetos sociais, e os 30%, que são esses acionistas minoritários diluídos, que acreditaram na empresa, que investiram a sua poupança acreditando que as ações iriam se valorizar, que fomentaram o mercado, esses foram esquecidos pelo Ministério Público Federal. Então, V. Exª colocou aqui muito bem, pois eles foram, sim, discriminados. Houve um benefício apenas aos agentes públicos. A própria União vai receber R$2 bilhões, se não me engano. E esses minoritários, que foram na verdade os primeiros prejudicados, os prejudicados diretos, aqueles que a gente diz que o prejuízo vem na veia, eles que são os primeiros prejudicados, esses não vão ver um real dessa multa aplicada aos irmãos. Isso novamente é, a meu ver, o que causa o desestímulo da população em investir no mercado financeiro. Se você aplica numa ação e há fraudes comprovadas, confessadas, e o minoritário não é ressarcido, então, a chance de você repetir a aplicação em outras ações é nenhuma, é nenhuma. Depois desses escândalos, segundo informações da própria Bovespa, o número de CPFs que pararam de operar na Bolsa ... O cara está inscrito, está lá o CPF dele, mas ele não compra mais uma ação. Desde o que ocorreu com as empresas X, as pessoas físicas ou pararam de operar ou operam muito pouco, porque não acreditam mais no mercado e, infelizmente, não acreditam na Justiça.

Uma das cláusulas do acordo de leniência da JBS confere a prerrogativa ao MPF de postular a suspensão de todas as ações civis públicas de reparação de danos até o cumprimento final do acordo. Ou seja, daqui a 25 anos. Como a Associação avalia essa situação? Vou confessar que não tinha conhecimento dessa cláusula. Vou até dar uma analisada nisso. Acho um tanto complexa a cláusula final, porque tira direitos de demais acionistas de requerer o ressarcimento dos seus prejuízo. Quer dizer, eu fui prejudicado e além de não receber nada ainda não posso entrar com uma ação. Causa-nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espanto e espécie se realmente existir essa cláusula no acordo e indago se ela realmente tem eficácia jurídica, porque você tirar o direito de alguém ter seu prejuízo ressarcido é muito sério.

E a última pergunta: V. Sª dispõe de alguma informação relevante acerca do acordo de leniência da JBS que está sendo negociado com o departamento dos Estados Unidos?

As informações que eu tenho são realmente de jornais também. Parece que eles estão em tratativas há um bom tempo. Agora, lá nos Estados Unidos – desculpem pela expressão –, o buraco é mais embaixo. Lá os culpados são presos, são condenados, os minoritários são ressarcidos, os controladores que abusam do controle são punidos. Um bom exemplo disso é o caso do Madoff, que deu um dos maiores rombos na história do mercado americano, está preso, praticamente em prisão perpétua, pois foi condenado a cento e tantos anos de prisão. Perdeu todos os bens que possuía

anos de prisão, perdeu todos os bens que possuía. A esposa dele hoje mora num imóvel pequeno em Nova York, um filho se suicidou, inclusive, com a situação. Lá o crime não compensa. Lá eles têm medo. A CVM deles lá é a SEC. E, quando se fala em SEC, o pessoal pensa duas vezes antes de fazer malfeitos.

Espero ter esclarecido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª tem direito a dois minutos de réplica.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim, mas eu só quero fazer aqui uma ponderação.

No início da fala do nosso convidado Márcio Lobo, ele disse que tinha alguns documentos que são confidenciais e sigilosos. Nós pedimos o compartilhamento dos processos da CVM. Como eu disse, ele disse que a própria lista de acionistas, mesmo se ele tivesse, não poderia fornecer, porque é questão sigilosa. Caso não esteja embutido no requerimento de compartilhamento de informação, eu gostaria que nós pedíssemos essas informações sigilosas que foram colocadas pelo Sr. Márcio, para que tivéssemos acesso a isso no nosso trabalho.

Obrigado, Presidente.

O SR. MÁRCIO LOBO – Perfeito, sendo requerido será informado com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos sim.

Por favor, Deputado Izalci, proceda à confecção desse requerimento. É de bom alvitre sem dúvida nenhuma. Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Deputado Miguel Haddad, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Márcio Logo, parabéns pela exposição bastante didática e compreensível...

O SR. MÁRCIO LOBO – Obrigado.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – ... eu queria, primeiro, saber se V. Sª tem informação de que se, além do BNDES, há outros bancos envolvidos nesse processo, ou se é só o BNDES, em relação à suspeição de financiamentos e de informações. Essa é a primeira consideração que eu gostaria de fazer.

De forma objetiva, como o senhor vê essa relação do BNDES com a JBS ou com a J&F? Onde estariam as eventuais irregularidades? De forma muito objetiva, porque se fala e se ouve sobre a possibilidade de o BNDES ter mudado o estatuto, ter mudado algumas regras para poder financiar ou o BNDESPAR investir na JBS, o senhor tem informações objetivas e poderia apontar onde ocorreram essas irregularidades?

Quando você falou da CVM e do conselho da CVM, afirmou inicialmente que ele é integrado pelas indicações do Governo, do Ministério da Fazenda. O atual conselho tem quanto tempo de mandato e quem foi que fez a indicação?

Eu gostaria, se me permitir, Presidente, Ataídes... Eu queria, se me permitir, que ele pudesse responder a esses questionamentos e aí se houvesse... Eu tenho réplica ainda?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Então, eu gostaria de... Eu tenho mais ainda dois minutos que eu queria que fossem acrescentados, por favor.

O SR. MÁRCIO LOBO – Posso pedir para pontuar novamente uma por uma e eu vou respondendo, porque aí eu acho que fica mais fácil? uma por uma, que aí eu vou respondendo. Eu acho que fica mais fácil.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Você quer que faça esse ponto?

O SR. MÁRCIO LOBO – Isso, aí fica uma pontuação.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Primeiro em relação aos bancos, a outros bancos: se em relação a essas linhas de crédito houve a participação de outros bancos? E, se houve, como?

O SR. MÁRCIO LOBO – Perfeito.

As informações que possuo é que de participação relevante, empréstimos relevantes, o grande financiador foi o BNDES. Mas houve também repasses da Caixa, de fundos de pensão –, não de igual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monta, mas também repasses desses órgãos públicos. E bancos privados, eu também não tenho conhecimento, mas também, se houve, não houve participações tão relevantes quanto a dos bancos públicos. Essas são as informações que eu possuo.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Até porque a Caixa Econômica, também, era sócia...

O SR. MÁRCIO LOBO – Isso.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Ela investiu como acionista.

O SR. MÁRCIO LOBO – Isso. Perfeito.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – De forma que eu indagaria de forma objetiva: quais são as irregularidades que o senhor poderia apontar do BNDES em relação aos investimentos do BNDESPAR? Inclusive aos recursos, aos financiamentos subsidiados, onde estaria a irregularidade? – se ela ocorreu.

O SR. MÁRCIO LOBO – Eu não tenho como pontuar diretamente: "Foi nesse contrato, foi nessa operação". As informações que são disponíveis ao mercado é que esses empréstimos eram, repito – confessados pelos próprios executivos do grupo –, esses empréstimos eram dados em tempo recorde. Enquanto, se não me engano,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – ... qualquer empréstimo no BNDES chega a levar um ano para uma pessoa conseguir esses empréstimos, a JBS conseguia em dois, três meses. Perfeito?

Outra situação atípica é que esses juros seriam subsidiados, seriam com valores muito abaixo do mercado. Essa é a informação que eu tenho.

Outra atipicidade é que as garantias exigidas para esses empréstimos também seriam aquém das praticadas pelo BNDES com os demais clientes. Ou seja, eles, na hora de captarem esse dinheiro, apresentavam garantias com as próprias ações e tal, e o BNDES não exigia o que exigia dos demais clientes.

Então, essas são, ao nosso ver, as mais flagrantes irregularidades cometidas pelo BNDES, além da... Aí não se pode afirmar se é irregular ou não essa informação de que ele teria mudado o próprio estatuto; essa informação eu não tenho. Até vou... Já anotei aqui para fazer esta pesquisa: se houve modificação do estatuto para poder fazer esse financiamento.

Agora, o banco tem uma participação de praticamente de 22% na empresa, e é uma participação muito expressiva – e também atípica com a participação em demais empresas de grande porte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – O senhor entende que o vencimento do BNDESPAR... Inclusive os financiamentos subsidiados, eles desequilibraram o mercado? Tornaram a J&F muito competitiva e com isso desequilibrando o mercado e conduzindo algumas empresas ao encerramento das suas atividades?

O SR. MÁRCIO LOBO – Com certeza, esse volume de dinheiro disponibilizado para um grupo só afetou o mercado, principalmente de carne. Esse volume foi tão grande que os irmãos começaram até a investir em outras áreas: compraram, se não me engano, Alpargatas, compraram uma empresa de cosméticos, fizeram

....se não me engano, a Alpargata; compraram uma empresa de cosmético, fizeram um banco.

Quer dizer, então, com certeza, esse volume de dinheiro destinado a um só *player* do mercado, provoca uma oscilação anormal com os demais concorrentes. Tanto é que o grupo se tornou a maior empresa de carne, de proteína do mundo no mundo.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – E quase única no Brasil.

O SR. MÁRCIO LOBO – E quase única no Brasil.

Agora, inclusive, eu vi também em uma reportagem, com essa crise na JBS, alguns frigoríficos de Mato Grosso até reabriram as suas atividades. Tinham parado, não estavam conseguindo atuar no mercado e reabriram. Isso eu li ontem ou anteontem, se não me engano.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Certo. Então, vamos seguir porque nós temos o nosso outro convidado, Dr Luciano Coutinho.

Agradeço a V. Exª, Deputado Miguel Haddad, e passo a palavra ao Deputado Paulo pimenta, por cinco minutos. Réplica, dois minutos e tréplica, dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado.

Eu tenho uma pergunta que diz respeito ao que V. Sª falou sobre os problemas da CVM na fiscalização. E as auditorias independentes, se eu não estou enganado, a própria KPMG, foram acionadas pelos minoritários em algum momento? Vocês têm algum tipo de informação nesse sentido?

Mas eu quero aproveitar a maior parte do meu tempo para tratar de uma uma questão que, do meu ponto de vista, de certa forma, está sendo secundarizada por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veja bem, esse golpe – se é que nós podemos chamá-lo de "golpe" – para dar certo precisava ter várias coisas, esse específico da manipulação do mercado de ações e do mercado de dólar.

Primeiro, era necessária aquela operação que foi feita de venda, planejada. Mas tinha um detalhe que era chave: As ações só iriam ter uma queda vertiginosa, e o dólar só iria disparar se esse vazamento ocorresse no tempo entre o fechamento do pregão, às 17 horas de um dia, e abertura do outro dia às 9 horas da manhã. Qualquer vazamento fora desse período estragaria o golpe, correto? Se o vazamento ocorresse com o pregão aberto...

Então, tem algum agente público que estava tratando a delação... Tem um agente público que vazou a delação. Isso valeu muito. Quem foi esse agente público que vazou a delação, ou não foi um agente público? Esse criminoso – porque também é um criminoso...

Esse criminoso – porque esse também é um criminoso –, esse criminoso, além de dar um prejuízo de milhões e favorecer os irmãos para que ganhassem bilhões, pode ter ganhado também muito dinheiro. Quem era? Será que era o procurador que fazia o jogo duplo? Quem eram as pessoas que sabiam que essa delação estava praticamente fechada?

Mas há uma outra questão. Não adiantava somente alguém saber, ela tinha que ser publicada. E não adiantava publicar num órgão de imprensa de pouca credibilidade. Dezenove horas: onde é que saiu isso aí? Jornal *O Globo*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Dezessete horas. Fechou o pregão, pá! Furo: jornal *O Globo*. De noite, pá! Jornal Nacional. Despenca o valor das ações. O dólar... No outro dia, às 9h da manhã, abre o pregão, vão lá, compram um monte de ações e ganham uma fortuna...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O valor maior que a própria multa. Então, existe uma engrenagem. Esse golpe, para dar certo, tinha que ter vários fatores: tinha que haver alguém que vazasse, tinha que haver alguém que publicasse, as ações tinham que ter sido vendidas, e preparado...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – E alguém que publicasse no horário determinado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Que publicasse dentro desse horário. Não podia publicar fora desse horário, porque senão estragava o negócio. Então, eu acho que nós temos que tentar, como CPI, para compreender o golpe, entender também o vazamento, porque o vazamento tem sido um aspecto central dessas delações e dessas operações, e elas valem muito dinheiro para escritórios, para quem fecha, para quem negocia, mas também para situações como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo isto: acho que nós temos que tentar entender a lógica dessa operação, porque nós estamos falando de bilhões de reais, mas isso só daria certo se determinadas condições fossem viabilizadas: o vazamento e a publicação. Então, vejam bem, foi tudo planejado: vende, vaza, publica, compra no outro dia. Se esses quatro elementos não trabalhassem de maneira articulada e conjunta, o golpe não daria certo. Mas são quatro atores que estão atuando de maneira articulada nesse processo. Acho que isso cabe à nossa CPI investigar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra, por cinco minutos...

V. Exª fez pergunta, Deputado Paulo?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Só a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perdão. Então, com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A primeira, e gostaria que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E quero lhe parabenizar por essa análise que fez. Essa teia não teria funcionado se não fosse concomitantemente montada, profissionalmente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Isso se chama organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Com agentes do Estado. Cabe até delação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Exatamente. Nós vamos chegar lá, espero eu.

Com a palavra, então, o advogado, Dr. Márcio Lobo, para resposta.

advogado, Dr. Márcio Lobo, para resposta.

O SR. MÁRCIO LOBO – Vamos lá. Sobre a pergunta em relação à auditoria, se já foi tomada alguma providência contra as auditorias, não, ainda não, mas, com certeza – isso é um outro calcanhar de Aquiles –, as auditorias têm um papel muito sério nessas situações. Sempre que acontece esse tipo de operação, há problema em questão de auditoria. Nos Estados Unidos, por exemplo, aquela Enron era a maior empresa de auditoria do mundo e quebrou por causa de relatórios fraudulentos que viabilizavam esses golpes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para fazer uma ponte aqui sobre a hora da divulgação da delação, na minha opinião, qualquer horário em que se soltar essa delação, os irmãos e quem tivesse essas informações privilegiadas iriam se beneficiar, mas, soltando às 17h, potencializa enormemente a operação. Se solta durante o dia, aí o pessoal já começa a operar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Quando solta às 17h, com o mercado fechado, aí é uma noite inteira de analistas imaginando como vão operar. Aí, quando o mercado abre, já cai 15%; o dólar subindo 15%; as ações caindo 15%. Aí potencializa enormemente o mercado. Quando falo em CVM...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quanto será que foi o prejuízo que esse vazamento provocou?

O SR. MÁRCIO LOBO – Vamos lá. Essa parte econômica de prejuízo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O valor estimado.

O SR. MÁRCIO LOBO – Essa parte econômica de prejuízo era até melhor o Vice-Presidente da Associação, Aurélio Valporto, que é o economista e até já depôs aqui uma vez na CPMI dos Fundos de Pensão, que tem esses números melhor que eu, mas o potencial lesivo é enorme. Quer dizer, a informação que eu tenho divulgada, só nessa questão do dólar, eles lucraram US$1 bilhão nessa operação, só na questão do dólar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo.

O SR. MÁRCIO LOBO – Agora, o potencial no mercado ainda é muito maior.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Qual seria o número estimado?

O SR. MÁRCIO LOBO – Eu não tenho ideia. Eu vou te confessar que...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só no dólar, esse vazamento provocou um ganho de US$1 bilhão.

O SR. MÁRCIO LOBO – De dólares.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO MALDANER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Relator, cumprimentar também o Márcio Lobo. O nosso interesse aqui na participação nesta CPMI é uma preocupação que nós temos com sócio indireto, que é colaborador, que trabalha na empresa, e com o integrado, aquele que faz o financiamento, põe lá a sua produção. E ele é responsável. Ele empenha tudo que tem de proprietário, inclusive a família, fica tudo hipotecado, porque a empresa não é responsável pelo financiamento. É o agricultor, é o integrado que tem que empenhar tudo, e o risco é dele. A única parceria, contrato que ele tem é de entregar a produção. Então, eu estou muito preocupado com o que escuto aqui para V. Sª, porque tem

para V. Sª, porque tem hoje o desentendimento, claro, os sócios minoritários, que foram prejudicados, entrando, inclusive, com ações para ressarcirem os danos. Então, eu estou muito preocupado.

Primeiro, eu colocaria: Será que tem alguém da Comissão de Valores Mobiliários que está comprometido dentro desse sistema? Será que tem algum agente que está comprometido, porque se dá, infelizmente, o que está acontecendo no País? Será que alguém do BNDES também está comprometido dentro dessas operações, com tantas vantagens que foram aqui citadas? E eu perguntaria também, em relação à Carne Fraca, se os sócios minoritários têm alguma informação para nos transmitir?

E qual é a saída legal, existe alguma saída legal para trocar o comando da companhia, se agora o pai que assumiu o lugar dos filhos? E qual o interesse dos filhos de porem o pai se eles previam que as ações seriam desvalorizadas? Por que que, como é que eles não tinham essa visão de que as ações seriam desvalorizadas?

Então, a nossa preocupação aqui, volto a frisar, é, por exemplo, lá, em Santa Catarina, já fechou, no sul do Estado, uma planta agora com apenas 400 colaboradores, mas nós estamos preocupados lá, por exemplo, no Município de Ipumirim, no Município de Seara, de São Miguel do Oeste, de Itapiranga, milhares e milhares de empregos que trabalham nessas plantas, os integrados, por exemplo, agora, estão tirando, quem está pagando hoje é o integrado.

Só para se ter uma ideia, eu falava agora, nesse final de semana, alguém, lá, que colocou dois mil suínos na engorda, botou dois mil suínos, ele recebeu 10 mil a menos para o último lote agora, que entregou esse mês, agora, em final de setembro. Quer dizer, vão tirar do agricultor, sendo que o índice de conversão foi o mesmo. Quer dizer, o lote não teve manejo, não teve dificuldade. Quem trata lá enxerga que não é justo.

Quer dizer, recebeu 10 mil a menos no lote de dois mil suínos, recebeu, no mês passado, 62 mil e agora 51 mil e pouco. Quer dizer, quem vai pagar essa conta é o integrado? Eu estou preocupado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aquele que está – entende? –, porque ele é sócio indireto, e com o trabalhador nessa situação. Essa é a nossa grande preocupação e, claro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO MALDANER (PMDB - SC) – ... se a CPMI aqui chegar e acabar que o crime pare de compensar no Brasil, acho que vale a pena. Então, melhorar a legislação para acabar que o crime compense hoje e também, claro, aqui, no Brasil.

Então, é essa a nossa grande preocupação que nós temos lá com o integrado, que está fazendo investimento, é financiado, e se teria que pedir ao BNDES, que é sócio, porque têm outros grupos que poderiam assumir lá, em Santa Catarina. Agora, abriram três plantas para exportar para a Coreia do Sul, que são da Aurora Alimentos, em Chapecó, BRF, em Campos Novos, e também a Pamplona, lá, em Presidente Getúlio, e a JBS vai ser prejudicada ao menos em Santa Catarina.

Então, eu estou muito preocupado com esses trabalhadores. Por isso que nós estamos aqui, participando dessa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª não dirigiu nenhuma pergunta, não é, Deputado Celso?

Ah, dirigiu.

Então, com a palavra, Dr. Márcio Lobo.

Então, com a palavra, Dr. Márcio Lobo.

O SR. MÁRCIO LOBO – Então vamos lá.

Sobre a primeira questão, se a CVM tem alguém comprometido, o BNDES tem alguém comprometido, eu não tenho como afirmar se há comprometimento ou não. Mas, especificamente da CVM, houve uma escuta dessas telefônicas, eu não me lembro exatamente de quem com quem, com o Joesley, ou do Joesley com alguém, onde foi oferecido a ele um cargo de diretoria da Comissão de Valores Mobiliários. Ele queria alguém no Cade, aí o sujeito falou assim: "Ah, não; no Cade não dá, mas eu tenho na Comissão e tal." Ou seja, foi estarrecedor esse diálogo oferecendo um assento na diretoria da CVM. Agora, eu afirmar que tem alguém lá dentro e tal, não posso fazer essa afirmação, não tenho provas. Tem essa escuta telefônica que nos causou espanto.

Em relação ao BNDES, o que tem também nas delações é que eles confessaram que conseguiam esses empréstimos e, em troca desses empréstimos, pagavam propina a agentes públicos, está certo? Então, isso é confessado por eles. Agora, quem especificamente dentro do BNDES liberava e tal, eu também não tenho como afirmar quem é, quem estava cooptado, quem estava fazendo, né? Às vezes, até o cara que dá lá, assina a liberação, nem está envolvido na história. O sujeito libera lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – ... e faz a análise, né?

Quanto à saída legal, existem, sim, saídas legais para o afastamento do controle da família Batista. Eu também não consigo compreender como os irmãos colocam o pai lá na presidência, ainda mais o pai com 84 anos. Assumir uma empresa... Ele estava afastado desde 1980, se não me engano, do dia a dia da empresa. Isso só pode ser fome de poder, querer o poder a qualquer custo, porque não poderia ter pego um profissional de mercado e colocar ali, um CEO, para dar mais credibilidade? Mas não. Fizeram uma reunião do conselho no final de semana, convocada às pressas, e colocaram o pai lá na presidência. Isso também nos causa completo estarrecimento.

Sobre o fechamento das plantas e tudo mais, infelizmente, e aí vale destacar, qualquer golpe desse, qualquer fraude dessa no mercado financeiro, acho que um bom exemplo para se visualizar é que é como se fosse um tsunami. Tsunami acontece lá na Ásia. Então, o primeiro prejudicado é a praia em que veio a onda. Mas aquela marola chega ao Brasil. Então, a gente costuma dizer isso na economia, quer dizer, esse golpe vai afetar primeiro o acionista, em que é na veia, está certo? Depois, os empregados da companhia, também na veia, são demitidos. E aí começa. A cadeia dos fornecedores dessa empresa. E assim vai. Mas, se você fizer uma análise, e isso é fácil, um economista aqui didaticamente demonstra que acarreta até mesmo que um sujeito cá, que não tem nada a ver com a história, vá ser prejudicado.

Nessa crise, por exemplo, da Petrobras, eu sou do Rio de Janeiro, é inacreditável o que aconteceu no Rio de Janeiro. Acho que ninguém imaginava que o mercado de petróleo no Rio era tão responsável por toda a economia. Afetou. E a pessoa fala: "Ah, não, isso aí só afeta rico, só afeta o pessoal que aposta na bolsa." Não. Estão muito enganados. Afeta todos. Afeta todos: desde um funcionário que o rico tem que mandar embora porque perdeu dinheiro: "Então, vou mandar a minha empregada embora, vou contratar uma diarista." Então, essas fraudes no mercado financeiro têm um potencial lesivo

fraudes no mercado financeiro têm um potencial lesivo astronômico, por isso não quis nem dizer número aqui, porque não tenho esse número, mas os números são avassaladores. É inacreditável o potencial que isso atinge.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª, Deputado Celso, quer fazer uso da réplica?

O SR. CELSO MALDANER (PMDB - SC) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não? Então, agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Presidente desta Comissão, Senador Ataídes, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Dr. Márcio Lobo, nosso convidado aqui, nesta Comissão, hoje, o senhor como representante dos acionistas minoritários, que são em torno de 30% do capital da JBS – o que realmente é um número significativo, representativo para o capital dessa grande empresa –, o senhor inteirado dentro do mercado – inclusive, adquiriu ações também dessa empresa – trouxe um número aqui: em torno de 1,4 bilhões do caixa da empresa da JBS em corrupção, nesses anos todos, R$600 milhões envolvendo políticos.

Esses acionistas minoritários preparam a ação para poder pedir ressarcimento desse recursos? Já há alguma ação, tendo em vista que esse é um valor também significativo?

Outra pergunta: V. Sª tem conhecimento de tráfico de influência para aprovação de operações junto ao BNDES pela JBS? Se "sim", favor indicar nomes e os fatos.

O senhor tem conhecimento de irregularidades não apontadas pelo TCU em relação à JBS e ao BNDES? Parece que há insuficiência de informações para os acionistas minoritários. Se "sim", como isso foi utilizado pelos irmãos Batista para prejudicar esses acionistas minoritários?

Na fase áurea da JBS, com crescimento meteórico da empresa, os minoritários já desconfiavam de que algo estava errado, porque nenhuma empresa teve um crescimento astronômico como o da JBS, em nenhuma parte do mundo. Se "sim", quais os indícios de irregularidade dessa época?

Eram esses os questionamento, tendo em vista que o senhor abordou aqui já vários temas. Vários temas aqui já foram respondidos por diversos Deputados e Senadores, que já questionaram V. Sª.

O SR. MÁRCIO LOBO – Bom dia, Deputado.

Vamos lá. Sobre a questão dos 30% de minoritários, o que eu disse é o seguinte: hoje 30% das ações estão diluídas na mão de pequenos investidores. Eu não represento esses 30%, está certo? Eu represento uma associação de acionistas minoritários, que vêm a mercado, tentando angariar esses acionistas, para que eles sejam ressarcidos, está certo? Esse é um primeiro detalhe.

Quanto às propinas e aos desvios de caixa de 1,4 bilhão, R$600 milhões destinados a agentes públicos, essas informações, repito, são divulgadas pela imprensa e confessadas nas delações premiadas dos próprios executivos e dos irmãos Batista, está certo? Então, esse é o número.

A Associação, como já disse aqui anteriormente, tem um requerimento arbitral em que visa a ressarcir a empresa desses prejuízos causados e também os minoritários, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a gente também tem duas ações judiciais em curso. Essas não têm sigilo. Então, é uma para ter acesso à lista de acionistas

Então, é uma para ter acesso à lista de acionistas e a outra era para impedir que os irmãos votassem na Assembleia que não se realizou, está certo?

Sobre tráfico de influência no BNDES, repito, nas delações dos executivos e dos irmãos, eles dizem textualmente que, para conseguirem esses financiamentos em valores astronômicos e em tempo recorde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – ... com juros abaixo do mercado, foram pagas propinas a agentes públicos para que isso fosse viabilizado. Agora, nomes de a quem ele pagou e tal têm lá nas delações, eles falam lá, mas eu não tenho aqui como nomear cada um, quem foi que recebeu e tal. Se não me engano, eles falam em 1,6 mil políticos que receberam e tal. Quer dizer, a divulgação que hoje tem no mercado, a informação que tem hoje no mercado é essa.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Mas, dentro do BNDES, o senhor não tem informação de nenhuma pessoa que recebeu recurso para liberação de recursos do BNDES para a JBS?

O SR. MÁRCIO LOBO – Dentro do BNDES, eu não tenho essa informação.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – É... Bom. (*Pausa.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Qual é a última pergunta? Desculpa, eu anotei Carne Fraca... Ah, se os acionistas, ao longo desse crescimento, quem se beneficiou e tal?

É difícil também afirmar quem sabia, tinha essa informação privilegiada e comprou ação ou quem estudou lá o balanço da empresa, viu que ela, a carne era, aí, é uma questão de mercado, eu não tenho como aqui opinar quem que surfou nessa onda e ganhou e vendeu lá, a R$18, sabendo que ia acontecer um escândalo.

Isso fica muito difícil de se detectar, de mensurar, mas, repito, é papel da CVM, da Bovespa, analisar essas operações atípicas, e isso, sim, têm programas de computador, inclusive, que conseguem detectar isso, pessoas que não aperavam e operam exatamente num dia em que a ação subiu, ou, então, o sujeito estava com a ação há muito tempo e, aí, vende um lote muito grande às vésperas de acontecer alguma coisa. Então, é uma sorte que causa espanto. Tem que ser avaliado, analisado e ver se essa pessoa que fez essa operação não tinha obtido alguma informação privilegiada para fazer esse movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu queria voltar a fazer um pedido ao senhor, quando é que o senhor vai pautar os políticos, para que não aconteça igual às outras CPIs, porque nunca são chamados políticos.

Então, eu espero que, na próxima sessão, amanhã, talvez, já se pautem os políticos, que são a quem a gente interessa aqui perguntar.

O senhor já está percebendo que os Deputados já estão repetindo as perguntas, e de dois o senhor chamou a atenção, perguntando qual era a pergunta, porque vão se repetindo.

Eu acho que quem a gente tem que chamar são outras pessoas que geralmente são blindadas nas CPIs.

Eu quero iniciar minha pergunta concordando, pela primeira vez, com o Deputado Paulo Pimenta: para que esse golpe existisse, teria que ter uma organização criminosa mesmo. Só que ele, talvez, falhou um pouco no tempo. Essa organização criminosa começou a funcionar mais agressivamente em 2003. É uma empresa que faturava menos de R$2 bilhões antes de 2003, ou seja, antes da posse do Presidente Lula, e chega ao final, em 2016, no período Lula-Dilma, com

...final, em 2016, no período Lula/Dilma, com 170 bilhões, claro que houve alguma coisa diferente.

Então, essa organização criminosa já vem funcionando há muito tempo, não somente na data da delação. Ela veio de muito tempo.

Aqui mesmo foi falado pelo Advogado Márcio Lobo que existiam várias irregularidades. Ele percebeu nesses empréstimos, nessas benesses que foram dadas pelo Governo, através de fundo de pensão etc, BNDES, BNDESPAR, como juros subsidiados – ele colocou aqui –, como as garantias duvidosas para os empréstimos, uma velocidade nos empréstimos. Isso já foi detectado, e ele frisou aqui muito bem.

Então, isso é o que nós devemos apurar. Quando começou essa organização criminosa? E é de estranhar também – e aí pergunto depois ao Márcio Lobo... Como é que se investe em uma empresa que tem esse crescimento com todas essas dúvidas quanto a esses empréstimos? Uma empresa que, em 2006, 2010 aliás, fez doação oficial de 107 milhões a Partidos políticos. Gostou muito do investimento aos políticos, tanto que deu 107, em 2010, e doou 388 em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, o retorno sobre o investimento nos políticos deu muito resultado, tanto que ele aumentou muito. Isso fora o de caixa dois. Eles falaram que tinham 200 milhões só para Lula e Dilma, uma conta corrente que ele tinha em banco lá fora.

Então, essa organização criminosa, repito, voltou a funcionar há muito tempo, desde 2003, e com doações... Aliás, os Batistas já eram conhecidos há muito tempo como sonegadores, como corruptores. Agora, eu ouço os políticos falarem que ele é bandido. Até um dia desses era recebido no palácio à noite, sem agenda e eram amigos, frequentavam as festas etc.

Agora, virou bandido de repente. Então, quer dizer, eu não quero entrar no juízo de valor, se é bandido, se não é bandido, se começou agora. Mas o fato é que há pouco tempo era tido com uma pessoa influente, amigo de quase todos os políticos. Aliás, os políticos bajulavam muito eles, porque davam muito recurso.

A minha pergunta para o advogado é a seguinte: se uma empresa dessa, que tem esse crescimento tão grande, baseado em empréstimos dos quais V. Exª mesmo tem dúvida... Como foram feitos esses empréstimos?...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Como é que se aplica nessas empresas? Como se aplicam recursos nessa empresa? Isso que aconteceu no final da delação isso já era esperado por muitos, por muitos.

Fazem essas doações gigantescas para político... Veja que as doações no Brasil são feitas, geralmente, por prestadores de serviço do Governo. Geralmente, são os prestadores de serviço ou empresas que são beneficiadas.

O senhor não percebe nenhuma empresa que, no seu dia a dia, não tem relação, e não tem dependência com os políticos, com os governos, doar para políticos. Não existe isso. Só existe...

Então, você, que representa os acionistas minoritários... Não existe uma maneira de você se prevenir contra esses golpistas, como falam alguns do PT?

Eu acho que isso era o óbvio. Já era esperado há muito tempo que existisse. Porque no setor, havia várias empresas quebrando, várias, porque eles compravam – tinham dinheiro subsidiado –, abriam frigoríficos onde interessava e fechavam outros. Perdeu o povo, que perdeu o emprego etc.

Então, você não estava prevendo isso? Foi surpresa para vocês a delação premiada dos irmãos Batista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi surpresa para vocês essa delação premiada dos irmãos Batista?

O SR. MÁRCIO LOBO – Ótima pergunta. Vamos lá: primeiro, queria esclarecer que fui contratado pela associação para atuar nesse caso JBS só após os acontecimentos trágicos. Está certo?

Agora, especificamente, quanto ao investidor minoritário – e digo o pequeno investidor –, a grande maioria, na verdade, compra ações baseado no gerente, que o aconselhou a comprar. Muitos deles nem fazem essa análise da empresa. Deveriam até. Mas muitos não.

O senhor falando agora realmente causa espanto esse volume de doações. Será que ninguém percebeu que isso daí era um castelo de cartas que, uma hora, ia desmoronar? Na hora em que se tirasse uma carta daquela ia desmoronar tudo, como aconteceu? Realmente, esse volume de doações não é normal, ir de 100 para 300 e tudo o mais. Esse crescimento gigantesco em 10 anos chama atenção também.

Agora, afirmar aqui que esses minoritários já sabiam e compraram ação com essa intenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Eu, infelizmente, não tenho como precisar quem sabia, quem comprou e quem conseguiu vender antes da hora. Quer dizer, eu sei que uma grande parcela de minoritários – isso sempre acontece... A gente até brinca que o sujeito entra no final da festa só para pagar a conta. Está havendo uma festa, aí a festa está lá bombando, e o sujeito entra no finalzinho, e o pessoal que aproveitou a festa vai embora, e ele fica para pagar a conta. E é isso que acontece muitas vezes. É o investidor minoritário desavisado, que entra ali no afã de achar que a empresa é séria e é boa. E, quando vê, está na contramão e é obrigado a pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª tem dois minutos para réplica.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor aqui afirmou também que, nos Estados Unidos, muitas vezes acionistas têm mil dólares investidos em ações de uma empresa e participam das reuniões. O senhor disse que são feitas até em estádios.

Então, aconselho ao senhor agora, defendendo os acionistas minoritários, a criarem tipo um grupo de risco, uma associação que avalie o risco dessas empresas, porque, no Brasil, colocamos muita culpa nos políticos, mas é o povo que os elege. Foram os acionistas também que investiram o dinheiro deles. Agora, a culpa é somente da CVM? Não. A culpa é de todos, inclusive de quem investiu e não analisou os papéis corretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quando você pega o seu dinheiro, se é dinheiro suado de um trabalhador, que pegou a sua aposentadoria ou o seu Fundo de Garantia e investiu em ações, ele tem de ter uma garantia mínima possível. Não investir numa empresa que há muito tempo, repito, é corruptora, é sonegadora, tinha privilégios do Governo Federal. Essa organização criminosa começou há muito tempo.

O SR. MÁRCIO LOBO – Só para concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Sª tem direito à tréplica.

O SR. MÁRCIO LOBO – Serei rápido. Só para dizer que esse é um dos objetivos da associação: conscientizar os minoritários, torná-los mais ativos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Que compareçam às assembleias, que olhem as empresas em que estão investindo para, depois, não reclamarem. Não tomei conta do meu dinheiro e, depois, vou lá reclamar o leite derramado? Não. Que invista consciente.

Mas, fazendo um aparte, muitas vezes essa propaganda, essa ilusão é muito grande e acaba levando pessoas de boa-fé a investirem seus recursos achando que aquilo é sério. E, depois, não é sério. Aí, cabe à CVM fiscalizar e punir essas pessoas que não são sérias. É ela quem tem o acesso a essas informações. É ela quem tem o dever...

que tenham acesso a essas informações. Ela é que tem o dever e o direito de questionar o controlador, o que ele está fazendo, o que ele não está fazendo. Se há alguma coisa suspeita, cabe à CVM também, independentemente de reclamação de algum investidor, agir e proteger o mercado que ela regula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Senador Lasier.

Senador Lasier, aguarde um segundo, por favor, porque nosso convidado vai ao toalete.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Presidente Ataídes, quantos Deputados, quantos Congressistas ainda estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Senador Lasier, o Senador Hélio José e o....

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA. *Fora do microfone.*) – E o Deputado Félix.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perdão. E o Deputado Félix.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, inclusive ...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Temos ainda que ouvir o ex-presidente Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... que ouvir o ex-presidente Luciano Coutinho.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, é só para me retirar se eu estiver inscrito. Essa testemunha não sabe de nada. Tudo que ela sabe leu no jornal. A gente lê o jornal com o pessoal que está aqui atrás. Então, não trouxe nada para acrescentar. E V. Exª tinha que encerrar logo porque a gente não tem o que perguntar para esse cara.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tenho uma sugestão, talvez para um acordo de cavalheiros, se é possível falar assim. A gente estabelecer um horário para as inscrições, viu, Francischini? Uma ideia que me ocorreu é que a gente estabelecesse um horário até, por exemplo, X hora: inscrições até uma hora depois que se iniciou o debate. Senão, as pessoas vão chegando e vão fazendo perguntas que já foram feitas. E aí vão repetindo tudo de novo.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu acho que a gente tem que ter ponderação quando vê que a testemunha não sabe de nada. Tudo que ela sabe viu no jornal. Vamos dispensar a testemunha.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu acho que podia ser assim, Presidente: começou a fala da pessoa, V. Exª estabelece um prazo tipo uma hora, ou seja, até uma hora depois do início das falas vamos receber inscrições, uma hora, duas horas. Mas deve haver um ponto, senão isso se torna interminável.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu volto a repetir o que eu tenho dito sempre, ratifico o que eu tenho dito, o Plenário é soberano. Então, qualquer manifestação por parte de qualquer um dos nossos colegas a gente coloca em apreciação. Eu também vejo dessa forma.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu até me sentiria, Senador Lasier, totalmente atendido na minha pergunta se o senhor perguntasse para a testemunha se sebe alguma coisa além do que há na mídia, porque aí ela podia complementar e eu não precisaria como Sub-Relator perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, eu pergunto aos colegas que ainda não fizeram uso da palavra se nós podemos realmente abrir mão disso para a gente ouvir o Dr. Luciano Coutinho.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A minha pergunta, Sr. Presidente, é bem simples e é uma única, porque o nosso depoente, Márcio Lobo, já falou bastante. Algumas perguntas que eu pretendia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer já foram formuladas. A curiosidade que eu tenho é se o Dr. Márcio Lobo, que se apresenta aqui como representante da Associação dos Acionistas Minoritários do mercado acionário, como advogado, se ele acompanhou de perto, se teve oportunidade de fiscalizar, de ver o que estava acontecendo nessas negociações, com é sabido hoje, temerárias, fraudulentas com a JBS. Se na época ele não desconfiou de nada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, para concluir.

Márcio, eu tenho um monte de perguntas, mas nem quero fazê-las. Só quero saber se há alguma coisa nova a acrescentar, porque eu, como Senador da República, o único compromisso que eu tenho nesta CPI é com a verdade.

porque, como Senador da República, o único compromisso que eu tenho nesta CPMI aqui é com a verdade. Não é com enrolação, com disse me disse nem com fofoca da imprensa. Eu quero saber como você, como minoritário, classifica esse *boom* do crescimento da JBS, o que tem de contravenção, de corrupção e de coisa errada que você pode indicar nessa questão.

É isso que eu quero saber.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Sr. Presidente, eu poderia complementar logo e encerraria?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Está bem, Deputado Félix.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Eu gostaria de saber se o Sr. Márcio Lobo sabe se o conselho de administração da JBS e da J&F, que era a *holding* que controlava a JBS, tomava decisões em conjunto, se supervisionava tudo isso, se participava de tudo isso, se o senhor sabe se o conselho de administração da JBS e da J&F participava de todas as decisões. Só isso.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, complementando o que eu tinha pedido, já que o senhor abriu para todos: se há alguma coisa que não está na mídia, se ele participou de alguma reunião do conselho de administração, se ele tem informações que vão acrescentar algo ao que já temos juntado nos autos ou ao que também lemos na mídia, porque, daí, ele vai estar, com certeza, nos dando uma complementação para que possamos usar no relatório. É importante a presença dele, mas acho que ele pode nos acrescentar coisas novas, o que não saiu ainda na mídia e ele tem conhecimento por ter participado ou como testemunha aqui, trazer como complementação para nossa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Muito bom.

O SR. MÁRCIO LOBO – Bom, na verdade, eu não tenho nada a acrescentar ao que eu já falei, até porque a mídia hoje tem acesso a informações até sigilosas, que nós não temos. Então, tudo o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aí na mídia eles conseguem, muitas vezes, até antes do próprio advogado. Eu sou advogado da associação, repito, já disse aqui. O senhor não estava aqui presente. Estou nesse caso há uns seis meses mais ou menos.

Respondendo a pergunta aqui do nobre Deputado, com certeza, o conselho de administração participa ou deveria participar, se não participou, de todas as decisões da companhia. Esse é o papel do conselho de administração. Ele tem que participar e tem que avalizar as decisões da companhia. E isso é o que a gente chama de governança corporativa, onde essas decisões são tomadas com base em reuniões de conselho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Então, acredito que todos os conselheiros participaram. Essa empresa tinha conselheiros, e conselheiros ativos, está certo?

Mas, concluindo a sua pergunta, eu não tenho mais nada a acrescentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Senador Hélio José.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRCIO LOBO – Senador, eu não tenho nada mais a acrescentar a tudo o que já falei. Espero ter contribuído, pelo menos com uma pequena parte, com esta Comissão. Foi a minha intenção não só como advogado, mas como cidadão brasileiro, porque isso me afeta não só profissionalmente como pessoalmente. Espero que o País saia de onde se encontra hoje, nesse lamaçal de escândalos e corrupção, porque está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Agradeço, Dr. Mário Lobo, a participação de V. Sª, o convite que V. Sª nos atendeu.

Peço ao Deputado Paulo Pimenta que acompanhe o nosso convidado, Dr. Luciano Galvão Coutinho, até esta Mesa.

Agradeço a V. Sª.

O SR. MÁRCIO LOBO – Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o senhor me permite que, enquanto aguardamos, eu faça algumas considerações?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro, claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu entendo que foi muito positiva e pertinente a participação do Dr. Márcio Lobo e vou destacar alguns aspectos, pois entendi como muito relevantes as considerações que fez.

Primeiro, essa questão de termos no Brasil somente 590 mil investidores pulverizados em bolsas de valores, enquanto nos Estados Unidos isso passa de 100 milhões: 65% da população americana têm esse tipo de hábito. Isso, sem dúvida alguma, é um dos motivos da força da economia desse nosso vizinho do Norte.

Outra coisa: o prejuízo que ele estima... E por que eu digo prejuízo? Se alguém ganhou, alguém perdeu. Dinheiro não foge. Se ele entende que a JBS, nessa manipulação de mercado e utilização de informações privilegiadas, faturou US$1 bilhão, alguém perdeu US$1 bilhão – os acionistas minoritários, como ele coloca, e muitos outros. E isso deve também ao horário, inclusive, em que o vazamento foi divulgado. Se não é absoluta essa situação, prejuízo haveria, mas, se fosse, talvez, divulgado às 15h ou às 14h, isso geraria um prejuízo menor. No lugar de 3,5 bilhões, 1 bilhão – coisa pouca, 1 bilhão, 1,5 bilhão a menos seria esse lucro indevido auferido pela JBS.

Esse aspecto, que é um aspecto difícil também tem que ser considerado. Eu até confesso que considero o vazamento, a princípio, um crime de não tão grande relevância. Todavia, quando ele é cometido no âmbito de instituições que têm o dever de zelar pelo cumprimento das leis, ele se torna mais grave. E quando, em função dele, uma fortuna como essa, valores quase incalculáveis, troca de mão, aí a situação se torna ainda mais grave.

Eu penso que esse é um aspecto... Dois aspectos entendo que surgem das manifestações do Dr. Márcio em termos de necessidade de aprofundamento dos trabalhos desta Comissão. Primeiro, uma análise dos vazamentos. Um vazamento que, no início, era furo jornalístico, se revela agora como forma de ganhar dinheiro ilicitamente. Segundo, a necessidade de avançarmos na questão do aprimoramento da legislação.

Vejam bem: se nós temos somente 590 mil investidores aqui no Brasil, isso se deve muito à insegurança

investidores aqui no Brasil, isso se deve muito à insegurança daqueles que se propõem a investir. E o investimento em bolsa não pode ser tratado como uma roleta. O investidor não é um apostador, que vai lá e perdeu, perdeu, ganhou, ganhou. Não. Ele toma decisões baseado em informações que busca, informações que são necessariamente públicas e, a partir daí, de uma análise criteriosa de tudo isso, toma as suas decisões de investimento. Então, ele tem que ser protegido contra a desinformação ou contra o ato ilícito, doloso que venha no sentido de que alguns ganhem muito, ilicitamente, e outros percam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, são dois aspectos que entendo, Sr. Presidente, que esta CPMI não pode passar ao largo. Primeiro, as circunstâncias desses vazamentos. Afinal, isso aí é só furo jornalístico ou há gente ganhando dinheiro ou ganhando outras situações nesse tipo de procedimento? Segundo, o aspecto do aprimoramento da legislação não só em termos de área penal como também, como se revela agora, em termos da legislação que regula o nosso mercado, a nossa bolsa de valores.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Eu consulto o Plenário: Delegado Francischini, Hugo e demais colegas. Nós temos dois requerimentos aqui. Até que o Dr. Luciano Coutinho chegue, nós temos dois requerimentos aqui: o Requerimento nº 182, de 2017, de autoria do Deputado Izalci; e também o Requerimento nº 218, de 2017, de autoria do Deputado Heuler Cruvinel, que requer a convocação da Srª Fernanda Tórtima, ex-advogada da JBS, e também do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Eu consulto V. Exªs se há um consenso para a gente votar esses dois requerimentos.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, são dois separados?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Separados.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós tínhamos, numa reunião, chegado a um consenso de fazer o dos advogados ao final, quando tivéssemos informações para fazer as perguntas. Então, eu concordo com o Cade...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não. Aqui é só um requerimento.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas requerimento de convocação?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Requerimento de convocação, só para aprovação. Depois, nós vamos, como fizemos primeiramente, sentar – eu, V. Exª, o Senador...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu fico muito preocupado no mesmo sentido do Deputado João Gualberto, que vem se preocupando. A gente está indo agora para os advogados. Eu acho que os advogados têm que ser quando a gente tiver todas as informações completas. Eles estão advogando nas causas, etc. Pode parecer, de novo, que nós estamos desviando do caminho. Então, eu me posiciono... O senhor sabe que eu jogo abertamente. Eu sou a favor de trazer o Presidente do Cade, mas, neste momento, ainda continuo contra os advogados que estão atuando nos processos, porque não entendo ainda da participação deles na CPMI. É a minha posição honesta e sincera, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Heuler, que é o autor do requerimento da convocação da Drª Fernanda Tórtima.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Seria apenas a votação do requerimento de convocação da Drª Fernanda Tórtima. Poderia deixar para que ela pudesse vir aqui à CPMI depois que nós ouvíssemos outros convocados, outros convidados, inclusive os políticos, porque acho que nós temos que deliberar sobre os requerimentos também dos políticos que nós queremos ouvir também nesta CPMI, que concordo também com o Deputado João Gualberto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – João Gualberto, com a palavra.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu acho que já há muitas pessoas já aprovados os requerimentos. Então, vamos chamar os políticos; depois, eu aprovo qualquer um. Neste momento, eu não aprovo mais nenhum, só aprovo de político; esse que precisamos escutar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu vejo que a vinda, por exemplo, do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, do Cade, é de fundamental importância para esta CPI.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas aproveitando este momento, Deputado João Gualberto, não custa nada a gente fazer a aprovação. A gente faz a aprovação, porque eu gostaria de que nós fizéssemos um acordo porque, alguém pedir verificação aqui, vai ficar muito ruim. Eu gostaria de ter a anuência de todos para a gente aprovar aqui.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Presidente, eu vou usar todas as prerrogativas. Eu quero avisar logo.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – São 1.890 políticos acusados. Quais seriam aqueles que o senhor faz questão de ouvir?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O primeiro é o Presidente Lula.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – E quem mais?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu falei o primeiro. Vamos chamar o Presidente Lula e, depois...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor está falando políticos, políticos. Então, vamos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu falei um.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – São 1.890. Um?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu falei um. O.k., vamos aprovar esse um.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Acho que, se nós vamos aprovar requerimento, nós deveríamos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vamos aprovar ele, então.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos aprovar o Vinícius, então, do Cade?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, o Presidente Lula.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vamos o Vinícius, então, Presidente.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vamos votar o do Presidente Lula.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vamos o Vinícius, então, Presidente. Vamos o Vinícius, por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado João Glauberto, nós vamos, no momento certo.

Eu acho que nós não podemos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor não sugeriu o Presidente Lula também?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu gostaria de saber e fiquei sabendo.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Fica o meu compromisso já de voto em todos que o Deputado João Glauberto propor. Eu o acompanho, mas, neste momento, eu acho que o Presidente do Cade realmente é importante, e a gente podia tirar os dos advogados neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Peço a V. Exª a compreensão, Deputado João Glauberto, para a gente fazer pelo menos a aprovação do ex-Presidente do Cade. É de fundamental importância para nós. Gostaria de ter o de acordo de V. Exª, se possível.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu voto contra, mas não vou pedir verificação hoje, mas, nas próximas, eu peço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Maravilha.

Portanto, eu boto em votação, então, o Requerimento nº 239, de minha autoria, a convocação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho.

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O da advogada Fernanda Tórtima deixemos, então, para a próxima reunião.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Quero pedir aqui para que a gente possa apreciar, na próxima reunião da Comissão, o pedido também do requerimento de convocação de um dos sócios da JBS, o irmão do Joesley e do Wesley, Júnior da Friboi, que eu já pedi também o requerimento de convocação dele. Acho que é de vital importância. Ele foi presidente do grupo e da empresa por longos anos, inclusive há um pedido de requerimento de convocação para que gente pudesse fazer a convocação dele deixando, então, para que, depois, a gente pudesse ouvir a advogada. Também acho de extrema importância o requerimento que eu apresentei da Drª Fernanda Tórtima. Ela foi citada em áudios também, em conversas de Joesley com Ricardo Saud. Acho que seria de extrema importância, mesmo deixando para ouvi-la depois que a gente ouvisse outros convocados e convidados aqui, nesta CPMI, mas acredito que o irmão do Joesley e do Wesley, Júnior da Friboi, que recebeu recursos da empresa JBS e, depois, montou várias outras empresas com esse mesmo recurso que veio também do BNDES. Então, acho que seria de extrema importância que esta Comissão também ouvisse aqui o Júnior da Friboi. Há um pedido de requerimento de convocação, de minha autoria também, para ele se faça presente nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Registrado o pedido de V. Exª.

Nós não fechamos a nossa agenda. Amanhã, na sessão de amanhã, eu informo aos colegas que nós vamos, então, apresentar uma pré-agenda. Uma pré-agenda, evidentemente, poderá sofrer modificações para os nossos próximos depoentes, essa agenda para o corrente mês de outubro.

O Dr. Luciano Coutinho acaba de chegar.

Agradeço a V. Sª, Dr. Luciano Coutinho, por ter aceitado o nosso convite e estar aqui hoje. Na semana passada não foi possível por causa de sua agenda, mas hoje, conforme o combinado, V. Sª está aqui conosco. É um prazer enorme!

Também acompanha V. Sª o seu advogado. O nome do senhor?

O SR. ALOISIO LACERDA MEDEIROS (*Fora do microfone.*) – Aloisio Lacerda Medeiros.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Seja bem-vindo!

O SR. ALOISIO LACERDA MEDEIROS (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Portanto, passo a palavra, por até dez minutos, ao Dr. Luciano Coutinho, para as considerações de V. Sª, diante desta Comissão Mista de Inquérito. Com a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Antes de tudo, eu quero saudar os membros e participantes desta Comissão Parlamentar Mista, na pessoa do Sr. Relator e do Sr. Presidente, Senador Ataídes, Deputado Marun. Mas eu quero saudar também cada um dos senhores aqui, com muitos dos quais já tive oportunidade de travar conhecimento e dizer, e os senhores sabem da minha disposição a sempre elucidar, responder, prestar todos os esclarecimentos. Os senhores sabem do meu compromisso com a verdade, e eu reitero aqui o meu compromisso de dizer a verdade.

Eu quero aproveitar e falar muito rapidamente, nestes dez minutos, sobre o papel do BNDES. Eu não sei se nós teríamos aqui um *pointer* para mostrar.

O BNDES é um banco de desenvolvimento. Seu principal papel é apoiar o investimento. Poderíamos voltar um eslaide. E o investimento, é o segundo eslaide ali, o BNDES, durante o período recente, o ciclo de crescimento recente, foi um dos principais fatores para subir a taxa de investimento do Brasil. O Brasil, a economia brasileira até 2003, 2004, investia 16,5%, 17% do PIB. No período de 2008 a 2014, a média subiu para 20%, tendo alcançado, em alguns anos, até 21%.

tendo alcançado, em alguns anos, até 21%.

Isso significa que nós conseguimos contribuir, sustentadamente, ao longo de seis, sete anos, com mais 3%, pelo menos, de investimentos adicionais na economia brasileira. Esse adicional de investimento totalizou 1,3 trilhão. O BNDES recebeu 450 bilhões do Tesouro Nacional, mas viabilizou 1,3 trilhão de investimentos em infraestruturas, em energia, no agronegócio, em várias áreas.

Mas eu queria falar principalmente sobre a governança do BNDES. Eu peço que passe para o eslaide seguinte.

O BNDES tem uma governança colegiada. Tudo começa com a apresentação, pelos interessados, de uma carta-consulta. Essa carta-consulta vai ser examinada num departamento de prioridades da área de planejamento. Esse departamento, em que há várias pessoas, vai instruir uma... Primeiro, vai verificar a elegibilidade: se ele se enquadra dentro das políticas e dos programas do banco. Se não se enquadrar, vai receber uma carta dizendo que a consulta não corresponde às linhas do banco. Se se enquadrar – e é um direito de qualquer empresário apresentar –, ele vai ser julgado em um comitê.

Paralelamente, a área de avaliação de risco de crédito, que é segregada, vai analisar o balanço, que precisa ser auditado por empresas independentes, etc., e vai atribuir um nível de risco àquele grupo econômico. Esse processo, então, afunila para um comitê chamado Comitê de Enquadramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e Crédito, do qual fazem parte mais de 20 superintendentes de todas as áreas do banco. Então, é uma decisão... É gente de carreira, experiente, que vai então avaliar se aquele projeto merece ou não um processo de enquadramento. O enquadramento não é uma decisão final; é uma decisão apenas de que o projeto tem mérito para ser analisado, tanto é que não necessariamente 100% dos projetos enquadrados são aprovados no fim. Mas é uma decisão colegiada de mais de 20 pessoas de várias áreas do banco.

Posteriormente, esse projeto será analisado por uma área técnica que tem *expertise* ou, às vezes, como é frequente em projetos mais complexos, por mais de uma área técnica que vai analisar o projeto. Quando ele estiver maduro, ele será pautado pela área técnica, através do seu diretor, para uma outra decisão colegiada na diretoria. Essa decisão colegiada é precedida por uma análise pelas assessorias técnicas dos diretores e da presidência. E, uma vez aprovado, numa decisão colegiada, o projeto é afinal contratado – faz-se um contrato...

O projeto é afinal contratado, faz-se um contrato, e depois ele vai para a execução. Aí é a parte da execução. Na execução ele volta para a área técnica. É a área técnica que libera, que monitora o desenvolvimento do projeto. Mas até a aprovação, pelo menos cinquenta pessoas técnicas, em todos os níveis, analisam o projeto.

Portanto, é essa governança do BNDES, colegiada, aderente de forma rigorosa aos regulamentos, prezando a conformidade de procedimentos, que assegura ao banco uma isenção, uma independência em relação a ingerências e o fato de que o banco, pela sua excelência, sempre teve um índice de inadimplência muito mais baixo do que a média do sistema financeiro nacional. O BNDES se notabiliza inclusive em comparação com outros bancos, por ter um índice muito baixo de inadimplência, mostrando o zelo com que os seus recursos são administrados.

Podemos seguir. Por favor, o próximo.

Eu queria também falar um pouco sobre a BNDESPAR, uma vez que o objeto desta CPMI é a JBS, são os investimentos que foram feitos através da empresa de participações acionárias do BNDES, a BNDESPAR, que foi resultado no passado da fusão de três empresas de participações. No início dos anos 80 elas foram unificadas sob a BNDESPAR. Então é uma empresa que existe há muito tempo e é uma empresa submetida a todas as regras de governança da CVM. É uma empresa que publica suas demonstrações contábeis segundo o padrão IFRS, que é o último padrão internacional. Ela o faz trimestralmente. Ela utiliza todos os regulamentos. Inclusive, quando é recomendável pelos auditores, faz o chamado teste de imparidade dos seus ativos. Ou seja, quando uma ação fica muito tempo ou tem uma perspectiva de estar abaixo do seu valor estimado de custo, a BNDESPAR faz o chamado *impairment,* ou seja, faz a redução, uma dedução. Ou seja,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...a carteira da BNDESPAR não é uma carteira inflada artificialmente, é uma carteira enxuta, porque ela usa os padrões de mercado. E a BNDESPAR está supervisionada pelo Banco Central, pela CVM e por todos os órgãos de controle do nosso País. Então é uma empresa transparente.

Vamos em frente.

Eu queria fazer aqui uma breve comparação com outros bancos de desenvolvimento, mostrando que o BNDES é um banco que apoia quase todos os setores da economia brasileira. E ele também tem um braço de investimentos que é a BNDESPAR. Perguntemos:

tem um braço de investimentos, que é a BNDESPar. Perguntemos: isso é uma excentricidade do Brasil, do BNDES? Não, não é. Todos os países têm bancos de desenvolvimento e, dentro dos seus bancos de desenvolvimento, têm bancos de investimento ou empresas de participação acionária – o China Development Bank, o KfW alemão, o KDB coreano, os japoneses, os franceses. Aliás, o banco francês de investimento, a sua agência de investimentos é do século XIX, ou seja, há uma longa tradição na Europa, no Japão, de bancos de participação acionária. Portanto, essa atividade do Estado de participar acionariamente de empresas não é uma jabuticaba; não é nada diferente daquilo que é praticado em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento.

Vamos em frente.

O patrimônio, o ativo total, como eu disse, é um ativo correto, enxuto. Estava em 80 bilhões – não estou conseguindo enxergar aqui tudo. E esse valor era composto de um patrimônio líquido de 74 bilhões e um passivo de 6 bilhões, com o próprio sistema. Portanto, a BNDESPar é uma empresa lucrativa.

Eu pedi aqui que fôssemos adiante, por favor, rapidamente. Próximo.

É uma empresa lucrativa. Ela propiciou lucros de mais de 20 bilhões até 2014/2015. E ela é uma grande geradora de caixa. Aqui tem a geração de caixa da BNDESPar. A BNDESPar gerou 18,6 bilhões entre 2002 e 2016 para o sistema BNDES. Como é que ela gerou esse caixa? Porque ela tem uma carteira que não fica parada. Ela gira a carteira, ela vende quando os preços estão favoráveis, com lucro, realiza, faz liquidez com essas ações, para reinvestir em novas empresas e, ao mesmo tempo, ela foi uma doadora de caixa, de liquidez, para o sistema BNDES.

Ou seja, a BNDESPar nunca dependeu de um centavo de recursos do Tesouro Nacional. Ela tem recursos próprios. E ela sempre operou estritamente em termos de mercado, em condições de mercado, a taxas de mercado. É absolutamente falsa a noção que é repetida muitas vezes inadvertidamente de que a BNDESPar investiu recursos subsidiados. Não é verdadeira essa afirmação. Ela investiu em condições de mercado, muitas vezes condições negociadas duramente, exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

refletindo um papel de banco de investimento, diferente do BNDES banco. Portanto, ela tem essa característica.

O apoio – vamos em frente – ao setor de proteína derivou de políticas importantes, a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, que recomendou o apoio à exportação de produtos brasileiros competitivos, e a política de desenvolvimento produtivo de 2008 a 2010, que, dentre as suas diretivas, continha a de consolidar e expandir liderança internacional – internacionalização de empresas de vários setores –, uma vez que o Brasil tinha poucas empresas de alcance internacional, quando comparado a outras economias. E, nesse sentido, também o setor de proteínas.

Vamos em frente, por favor.

O apoio do BNDES ao agronegócio. O BNDES, sistematicamente, aumentou o seu apoio ao agronegócio brasileiro. O BNDES é o principal apoiador da formação de capital para o agronegócio. Quando falamos de formação de capital, estamos falando de financiamento de tratores, financiamento de colheitadeiras, financiamento de silos, financiamento de armazéns, financiamento de infraestrutura para o setor agropecuário brasileiro. E aqui estão os dados de expansão dos programas agropecuários do BNDES. E ele passou de 2,5 para 18% do total do BNDES.

Eu tenho muito orgulho disso. Entre 2005 e 2016, o BNDES desembolsou 31 bilhões para o setor de abate, de frigoríficos, sendo que, desses, 18,8, quase 19 bilhões se destinaram a 17 mil unidades produtoras, predominantemente pequenas unidades produtoras. Então, também não é... E cooperativas, o nosso apoio a cooperativas é muito forte.

Então, também não corresponde à verdade a leitura de que o BNDES restringiu-se a apoiar grandes grupos através da BNDESPar. O BNDES cuidou também do agronegócio *latu sensu* e do setor de proteína, também priorizando pequenas empresas.

Vamos a resultados. Eu queria ver os resultados. Acho que podemos pular. Vamos direto para os resultados das internacionalizações e das exportações.

Por favor, próximo.

Aqui está a evolução das exportações. No caso específico, as exportações de proteínas. Se eu tomar 2003 como base, elas mais que triplicaram, há uma ascensão. E olha que aqui a gente não tinha conseguido, a diplomacia, abrir o mercado chinês e o americano. Ou seja, nós vamos aumentar ainda mais essa exportação.

Vamos adiante.

Eu queria falar especialmente sobre o Centro-Oeste brasileiro, porque o Centro-Oeste, em termos de emprego, percentual do emprego e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

percentual do emprego e da exportação. Nós vamos ver o emprego depois, mas vamos olhar primeiro a exportação. O Centro-Oeste que representava 19,9% em 2003 saltou para quase metade da exportação brasileira de bovinos *in natura*. Então, ela teve um papel importante, uma taxa de crescimento de 25, uma taxa extraordinária de crescimento. Isso mostra resultados nas exportações totais e também no emprego.

Eu quero chamar a atenção para outro aspecto importante do apoio ao agronegócio que foi a notável queda da informalidade, ou seja, a informalidade que mediava em torno – e, a leitura tem que ser feita aqui no eixo direito –, ela mediava em torno de mais de 30%, trinta e poucos por por cento e ela veio caindo para 7%. Essa redução da informalidade...

Ali o verde é o total de cabeças abatidas e o azul é total de couro processado. A diferença entre os dois mostra que havia um pedaço de boi que morreu, mas que não estava dentro do sistema de vigilância sanitária, mas o couro que era processado dá para ter uma ideia. Essa redução importante da informalidade ela resultou em ganhos, para o consumidor brasileiro, de qualidade, ela resultou em receita tributária para a sociedade brasileira, para os Estados e para a União e resultou também em novos padrões de produtividade e de exigências sanitárias, de exigências de qualidade na produção, ou seja, aumento de qualidade.

Vamos agora ao emprego. O próximo que mostra – eu falei antecipadamente – aqui a gente mostra o crescimento do emprego nas atividades de abate mostrando que, em 2014, o Brasil tinha 272 mio empregos na área de abate, dos quais o Centro-Oeste tinha 73.6 mil empregos, tinha uma participação relevante tanto no abate quanto no emprego.

E, por último, é o reconhecimento socioambiental porque a política do BNDES, quando apoiou os frigoríficos, condicionou os frigoríficos a atenderem rigorosamente as vedações, a compra de animais provenientes de fazendas onde existissem condições similares ao trabalho escravo ou a compra de animais provenientes de áreas ilegalmente desmatadas. Então, esses padrões de observância da legislação e do respeito ao meio ambiente foram reconhecidos por uma entidade inteiramente independente e aqui são citações

por uma entidade inteiramente independente. E aqui são citações de dois relatórios do Greenpeace, um de 2009, que diz que a agropecuária brasileira é o maior vetor de desmatamento do Brasil, e uma de... Desculpe, uma de 2009 e uma de 2015, reconhecendo, e aí as conclusões são animadoras, as empresas de auditoria constatam que os grandes frigoríficos, os três grandes, têm conseguido manter um controle satisfatório, um *compliance*, uma conformidade com respeito às normas ambientais e de trabalho.

Por último, o último, Senador. Desculpe aqui. O resultado econômico específico da BNDESPar com seus investimentos na JBS foi um resultado positivo. Nós, dos R$8,1 bilhões investidos, dos quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

originalmente foram R$5,6 em JBS e R$2,5 em Bertin, que, somados, dão os R$8,1, o BNDES já recebeu R$1 bi em comissões, prêmios; R$4 bi de venda de ações, com lucro. E o valor da participação em dezembro do ano passado era de R$3,5 bi. Portanto, nós temos no acumulado uma participação, um resultado positivo dos investimentos feitos pela BNDESPar na empresa.

A empresa se transformou de uma empresa que faturava R$4 bi para uma empresa que ascendeu a quase R$170 bi. Uma empresa que cresceu, se transformou em uma grande empresa. Então, mas eu estou aqui para explicar as motivações do BNDES, e não só para isso, mas para prestar todos os esclarecimentos aos senhores, com muito prazer e com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª, Dr. Luciano Coutinho.

Só para prestar uma informação ao Plenário, a ordem de inscrição de oradores, conforme já acertado, primeiro o Relator, com até dez minutos; depois, os sub-Relatores, o Deputado Delegado Francischini, depois o Deputado Hugo Leal; depois eu. Mas, em permuta com o Senador Lasier, atendendo a um pedido do colega, abri mão da minha fala e estou passando então ao Senador Lasier. Depois, autor do requerimento, acertado também que terá um tempo de dez minutos, é o Deputado Izalci. Na sequência, Deputado Miguel Haddad, Paulo Pimenta, Deputado Celso Maldaner, Deputado Heuler Cruvinel, Senador Medeiros, Deputado Rocha, Senador Ronaldo Caiado, Senador Pedro Chaves, Senador Hélio José, Deputado Félix Mendonça Júnior e Deputado Marcelo Aguiar.

Essa é a ordem. E passo então...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, antes

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, antes do senhor passar, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Questão de ordem, portanto, do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Eu fui convidado por V. Exª, gentilmente, para acompanhar o Dr. Luciano Coutinho até esta sala.

E fui informado de que, na minha ausência, foi colocado um requerimento em votação. E, evidentemente, como estava atendendo a uma solicitação de V. Exª eu não poderia estar aqui.

Eu não acho que isso seja uma maneira adequada. Claro que não houve nenhuma má intenção, mas, no mínimo, o fato de eu ter sido convidado para acompanhar o Dr. Luciano Coutinho e esta votação ocorrer aqui, na minha ausência, do meu ponto de vista me tirou o direito de poder manifestar a minha opinião, o meu voto ou seja lá o que for.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E em uma relação de respeito que nós temos tido até hoje, espero que ela se mantenha, eu gostaria que essa votação fosse anulada. Não é possível, eu fui induzido a não estar na sala.

Então, não quero criar nenhum tipo de polêmica maior, mas até mesmo em respeito à minha participação aqui nesta Comissão, eu peço a V. Exªs que em um momento oportuno a gente refaça essa votação, porque se não eu vou me sentir, de alguma forma, prejudicado.

Então, quero fazer esse apelo, no primeiro momento, à compreensão de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu acato...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... a questão de ordem de V. Exª e, também, Deputado Paulo Pimenta, peço-lhe desculpas, porque...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Tenho certeza que V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... passou por mim despercebido.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tinha certeza de que V. Exª teria essa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas, amanhã teremos uma nova oitiva e eu já peço à Secretaria que coloque, então, amanhã.

E, portanto, aceito a questão de ordem e ratifico o meu pedido de desculpas a V. Exª e passo a palavra, ...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... então, ao Deputado, Relator, Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu, preliminarmente, queria até deixar claro aqui que não sou nenhum justiceiro.

Eu, ao contrário, sou um defensor do devido processo legal e do primado direito de defesa. Até lhe confesso que isso aqui não me agrada. Se eu quisesse ser um investigador teria feito concurso para a Polícia, se eu quisesse ser um acusador teria feito concurso para o Ministério Público e teria passado nos dois, poderia até escolher. Felizmente eu tenho uma trajetória de sucesso nos certames classificatórios aos quais eu me submeti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso aqui é uma situação que não me traz prazer. É realmente o exercício de uma questão em relação a qual eu me sinto responsável.

Então, o senhor sabe que o senhor não veio aqui, o senhor não está sendo convocado aqui simplesmente para nós trocarmos cortesias, efetivamente existe uma dúvida, existe um pensamento na Casa, em setores da população, que dão conta de que a JBS teria um relacionamento privilegiado com o BNDES durante a sua gestão...

Um relacionamento privilegiado com o BNDES durante a sua gestão, quase que um... disporia quase que de um cheque especial lá no banco, pelo menos é essa... onde, com base no qual, percorria países e o Brasil quase que comprando frigoríficos, emitindo cheques que seriam necessariamente e sabidamente honrados pelo banco; que esta relação teria estabelecido um processo perverso de cristalização quase que de um monopólio – e isso no meu Estado é realidade, eu sou de Mato Grosso do Sul –, e que essas liberações se dariam em muitos casos em troca de propina a agentes políticos, inclusive aos senhores, existe inclusive essa suspeita, estou colocando aqui. Esse é o contexto no qual nós o convidamos, convite imediatamente aceito, mas é nesse contexto que nós o convidamos para participar e contribuir com os trabalhos da nossa CPI.

Eu tenho um grande respeito pelo BNDES, muito grande. Então, isso não vem de encontro a esse respeito, é essa consideração que eu tenho pelo trabalho desse banco. Eu tenho aqui 20 perguntas; não as farei, até porque eu entendo que muitas delas serão feitas pelos colegas que participam, senão o relator vem aqui, fala, fala, e acaba praticamente já com quase todas as perguntas respondidas.

Eu farei agora duas perguntas – três – e gostaria que no tempo que me sobrasse eu pudesse, ao final, se V. Exª assim permitir, utilizar no sentido de fazer alguma pergunta que não tenha sido ainda incluída nos questionamentos dos colegas e em relação ao qual eu sentisse a necessidade de esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª tem réplica.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo. Então, a réplica fica lá para o final.

Então, eu lhe farei três perguntas simples: a governança da BNDESPar em relação à participação – no caso não é financiamento, mas em relação à participação – em empresas, os critérios de avaliação são tão rígidos quanto os do BNDES para a formalização de financiamentos? Porque o senhor colocou ali que quase um grupo de 50 pessoas analisa – superintendentes, conselho. Na BNDESPar a situação é semelhante, ou ali a coisa é menos rígida ou, pelo menos, menos controlada? Essa é uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segunda pergunta: qual o valor total dos aportes feitos à JBS durante a sua gestão? Eu vi ali que a BNDESPar é em torno de R$8 bilhões. Esse seria o total, ou existem financiamentos? Afinal qual seria esse total?

E a terceira pergunta que eu lhe faço tem a ver muito também com o meu Estado: é se em algum momento, digamos, esse recurso foi utilizado sabidamente para compra de frigoríficos que foram imediatamente fechados. Ou se a constatação de que isso

teria acontecido eventualmente com um recurso do BNDES gerou algum tipo de punição ou de mudança no relacionamento do BNDES com a empresa.

No meu Estado, alguns frigoríficos foram comprados e fechados, outros alugados e fechados, isso com grande prejuízo, especialmente à concorrência e às economias locais.

Então, eu lhe faço essas três perguntas. Ficam outras 17 aqui, mas que eu utilizaria, talvez, o final. Faltaram-me 5 minutos, o senhor veja que eu estou... Eu, no final, faria em complementação aos questionamentos que serão feitos pelos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Correto. Com a palavra o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito obrigado, Deputado Carlos Marun, pela sua objetividade e por... Eu quero dizer que eu terei curiosidade por todas as 20 perguntas, mas vamos imaginar que elas serão feitas pelo Plenário, porque eu gostaria de esclarecê-las todas.

Primeiro, eu queria focar na questão da governança da BNDESPAR. A governança da BNDESPAR é rigorosamente igual à do BNDES. Ela passa por uma análise de condições, de balanço de crédito. Ela passa antes por uma análise de elegibilidade: se o projeto é um projeto de *equity* de participação acionária, ele vai ser desenvolvido dentro da BNDESPAR.

O que havia de diferente, e não existe mais, é que o registro que dá conhecimento geral ao banco era feito só na etapa final do processo, do projeto. Por quê? Porque a BNDESPAR é uma empresa submetida a regras da CVM e, portanto, passível de severas punições quando há vazamento de informação.

Não é infrequente que a CVM circule ofícios quando há uma operação em que ocorre um vazamento. Felizmente isso no BNDES nunca aconteceu. Mas, havendo um vazamento, a CVM vai lá para examinar quem originou o vazamento e começa a perguntar, em todas as instituições privadas que estão apoiando uma determinada operação, qual era a equipe que tinha conhecimento daquele assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, para prevenir vazamentos, o processo era registrado de forma não tão formal. No enquadramento na decisão final para a diretoria é que era feito... Ou seja, o processo de negociação amadurecia, via de regra tomavam... Por exemplo, o primeiro investimento em JBS tomou mais de um ano de tratativas. Nos outros casos, quando o banco já conhecia um pouco mais a JBS, de 5 a 6 meses de tratativas. E, quando estava maduro para a decisão, é que ele era formalizado.

Agora, desde 2012, nós modificamos a política, aperfeiçoamos a política – ela foi posteriormente aperfeiçoada também pelos meus sucessores –, de tal maneira a tornar o registro e o acompanhamento de todas as etapas devidamente codificados, as atas e os relatórios devidamente registrados em um sistema altamente confidencial.

Obviamente, em algum momento, a decisão final tem que passar pelo Comitê de Crédito, que tem superintendentes de todas as áreas e assessores de todas as áreas. Então, o risco de vazamento aumenta, mas a gente faz todo o possível para evitar.

Mas o processo decisório é um processo colegiado que replica absolutamente o processo da concessão de crédito no BNDES. Então, ele não é um processo menos rigoroso nesse sentido.

Então, feito esse esclarecimento, eu queria dizer também aqui o segundo ponto, Excelência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Quando, em 2007, a JBS se apresentou ao BNDES, solicitando participação em um aumento de capital para compra da Swift Argentina, a JBS já havia feito mais de 30 aquisições de pequenos frigoríficos sem ter recebido um centavo do BNDES.

Então, a JBS foi uma empresa que foi bem sucedida – eu não conheço a razão, mas ela foi bem sucedida – em fazer aquisições e integrar essas empresas aos seus sistemas. O fato é que o mercado de crédito, e depois o mercado de bônus etc... Por exemplo, o IPO da JBS foi feito, se não me falha a memória, em março de 2007, e o mercado apoiou maciçamente. O BNDES não participou do IPO da JBS. Ele participou, três meses depois, de um aumento de capital, porque havia um alvo específico, que era a aquisição de uma grande empresa no exterior.

Então, o apoio do BNDES foi dirigido fundamentalmente à internacionalização da JBS, à aquisição, primeiro, da Swift; depois era para ser a aquisição da Smithfield e da National Beef. A National Beef não pôde ser adquirida por causa do departamento de justiça, o controle antitruste americano opôs obstáculos. Como alternativa, a JBS comprou a Pilgrim's, que era a maior empresa de frango dos Estados Unidos e estava em recuperação judicial.

Então, os alvos foram primordialmente alvos no exterior, para aquisição de empresas em um período muito especial, que era um período em que a economia americana estava em crise, o setor de proteínas dos Estados Unidos estava em crise muito profunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da grande crise financeira internacional, da crise conhecida do *subprime*, o setor de proteína nos Estados Unidos, boa parte dele, entrou em recuperação, conhecida como *chapter* 11, de maneira que as oportunidades de aquisição, com preços muito vantajosos,

com preços muito vantajosos se apresentaram e foram trazidas à JBS por grandes bancos internacionais, e essas oportunidades são fugazes, são oportunidades conjunturais. Assim é que os apoios à JBS se deram entre 2007 e 2009. Depois que essas aquisições foram feitas, não houve apoios, houve depois a conversão, a capitalização da debênture.

Há apenas uma exceção de aquisição no Brasil, que foi a aquisição do Grupo Bertin pelo grupo JBS. A aquisição do Grupo Bertin não foi, porém, por razões de dificuldades enfrentadas pelo próprio grupo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, foi uma maneira de evitar que um grande grupo entrasse em sérias dificuldades, ameaçando milhares de empregos, etc.

Eu tenho, Deputado, um histórico de vida de zelo pela concorrência e pela defesa da concorrência. Em outras oportunidades, no Senado, diante da Comissão de Assuntos Econômicos, esse tema de pequenos frigoríficos foi discutido em vários momentos. Eu me dispus a dialogar com a Abrafrigo, os recebi várias vezes, e nós tentamos buscar, através de outras linhas, apoiar o setor, embora houvesse sempre dificuldade da exigência de CND, que é uma exigência constitucional para bancos públicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... e muitos dos pequenos frigoríficos, às vezes, já estavam numa situação tão difícil que não tinham CND.

Mas eu quero deixar claro o seguinte: jamais, em nenhum momento, o BNDES apoiou o grupo JBS ou qualquer outro para fazer aquisição e fechar unidades. Isso era uma conduta anticompetitiva, e essas condutas anticompetitivas estão na esfera do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, atribuição do Cade, atribuição da Secretaria de Direito Econômico, e eu creio que elas devem ser coibidas, sim, e é importante a proteção da concorrência para eficiência da economia e para os direitos dos pequenos empresários.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O recurso total, o valor total investido é o valor que a BNDESPar investiu ou temos outras operações significativas, pelo menos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O recurso principal, dos 8.1, foi 5,6 para aquisições no exterior e mais 2,5 que vieram do apoio a Bertin. Isso deu 8.1 em participações acionárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em matéria de crédito, o BNDES tem várias linhas de prateleira, como a gente diz, que são utilizadas via rede bancária. É muito provável que a JBS tenha feito uso dessas linhas. Não há operações diretas de crédito significativas para o grupo JBS, ela usou a rede bancária. Agora, há uma operação não na área de proteína, mas no seu Estado, importante, que foi a fábrica...

Agora, há uma operação não na área de proteína, mas no seu Estado, importante, que foi a fábrica da Eldorado, mas isso aí é no setor de celulose, foi um empreendimento novo que o grupo buscou, e aí houve, sim, financiamento do BNDES para viabilizar a fábrica de celulose lá em Eldorado.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Em Três Lagoas.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Três Lagoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito por enquanto?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sim, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Passo a palavra ao Deputado Delegado Francischini, por até dez minutos.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, nobres Deputados presentes.

Sr. Luciano Coutinho, vou ser bem direto para evitar salamaleques e acho que o objetivo são as respostas. Me vem muito à mente a CPI da Petrobras quando vejo o começo do seu depoimento, quando nós ouvimos Gabrielli e Graça Foster explicando Pasadena: cheio de gráficos, cheio de dados, depois desmanchou tudo.

Eu vou fazer minhas perguntas baseado no Acórdão do TCU 3011/2015, Acórdão 800/2017, e o Relatório da Operação Bullish da Polícia Federal, em que o senhor estava no exterior e houve um pedido de condução coercitiva e busca, etc., na sua residência, na Operação Bullish.

Eu começo com o Acórdão 3011. O senhor tem conhecimento desse acórdão, que já foi amplamente debatido, inclusive em outras CPIs, com a sua presença. A primeira pergunta, que fica para o seu registro – ao final, quando eu terminar as perguntas, eu abro novamente para o senhor responder todas, para ficar mais fácil – é se houve indícios realmente de tratamento privilegiado concedido pelo BNDES à JBS? Essa é a pergunta. Por quê? Porque um acórdão muito técnico do TCU detalha primeiro: operação com aporte de capital para aquisição da Swift, nos Estados Unidos.

Indício 1, esse é o relatório: enquadramento, análise e aprovação de uma operação de grande porte, complexa, de alto risco, em tempo consideravelmente inferior àquele indicado pelo próprio BNDES. Em resumo, o empréstimo saiu em 22 dias úteis, numa operação complexa, de alto risco, milhões de dólares em 22 dias, a operação de aquisição da Swift.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indício 2: possível aporte de capital com risco de investimento para o BNDES, custo financeiro zero para a JBS, e valor acima do necessário para realizar o objeto dessa operação Swift. Diz aqui o TCU: possibilidade de não utilização do valor integral aportado na operação, que a JBS tinha em caixa, em aplicações financeiras, R$1,6 bilhões, depois da auditoria e do empréstimo realizado.

Indício 3: contraditoriamente à avaliação da equipe de análise do BNDES e da opinião conceituada de agências de risco, que apontaram elevado risco na operação em razão da situação financeira da Swift e de crise no mercado de carne americana, as ações da JBS foram adquiridas com ágio, o que só seria justificável se as avaliações indicassem perspectiva de valorização e não o contrário.

Indício 4 – esse indício 4 já na operação Smithfield Beef e National Beef, que o senhor referenciou que acabou o fiasco, porque o próprio órgão americano de controle não deixou que acontecesse. Indício 4: enquadramento de análise de uma operação de grande porte complexa, em tempo muito inferior do que o próprio BNDES. Essa segunda, gente, em 15 dias úteis, foi aprovada dentro do BNDES. Ainda mais rápida do que a primeira, da Swift, que foi em 22 dias.

Indício 5: o BNDESPar, por meio de sucessivos...

Indício 5: o BNDESPAR, por meio de sucessivos aditivos, permitiu que recursos seus no montante de R$615 milhões, aportados à JBS especificamente para aquisição da National Beef, não utilizados na finalidade pactuada, permanecessem na posse da JBS sem finalidade específica. Depois, a finalidade veio, que foi a Pilgrim's.

Indício 6: utilização não justificada de expansão do número de pregões existentes da amostra a ser utilizada no cálculo do valor da ação a ser adquirida, resultando em escolha do valor mais elevado, que acabou numa condenação do TCU, de dois meses atrás, do Sr. Luciano Coutinho, Joesley e Mantega, ex-Ministro da Fazenda, a devolver R$126 milhões aos cofres públicos, matéria amplamente conhecida pela mídia dos últimos dias, o indício 6.

Indício 7, já na operação da Pilgrim's agora. Isso tudo é relatório do TCU. Não é relatório meu. Estou lendo relatório *ipsis litteris* do TCU. Indício 7: enquadramento, análise e aprovação da operação da Pilgrim's de grande porte e complexa em 20 dias úteis.

Então, a primeira, 22 dias úteis; a segunda, 15 dias úteis; a terceira, 20 dias úteis.

A segunda pergunta é: qualquer brasileiro proprietário de uma empresa que procurasse o BNDES, na sua época, ia conseguir o financiamento desses valores ou aproximado nessa velocidade?

E continuo aqui as minhas perguntas, Sr. Luciano Coutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indício 8: descumprimento de vedação imposta pelo próprio estatuto e regulamento interno, contra vedação de participação societária em empresas com sede no exterior. Como superaram os estatutos?

Indício 9: BNDESPAR aprovou a realização de um aporte de capital na JBS no montante de US$2 bilhões, nos quais US$1,2 bilhão parecem não terem sido adequadamente justificados e analisados. É uma nova ocorrência, que foi para o acórdão seguinte, porque eles não encontraram a aplicação e não conseguiram a justificação de US$1,2 bilhão no empréstimo do BNDESPAR. É o TCU dizendo que não encontrou. É o indício 9.

O SR. LUCIANO COUTINHO – De qual operação? Desculpa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da operação JBS/BNDESPAR. Acho que são as aquisições da Pilgrim's.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Da Pilgrim's.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pilgrim's.

Indício 10: o BNDESPAR já havia pactuado, no contrato da operação, uma fórmula de cálculo do valor da ação da JBS a ser utilizado para a conversão das debêntures e aceitou alterar essa fórmula, o que resultou em preço superior ao contratado. O indício 10 é de que houve tratamento privilegiado.

Indícios 11 e 12, para finalizar a primeira pergunta, Sr. Presidente: o BNDESPAR, já havendo pactuado contrato da operação de conversão com as ações da JBS Brasil, no caso de não ter ocorrido a abertura de capital nos Estados Unidos, daria direito ao detentor das debêntures a um prêmio equivalente a 10% do valor da operação no ato da conversão. O BNDESPAR abriu mão desse prêmio, aparentemente sem contrapartida, o que pode representar indício de dano para o banco e para o Erário no montante de R$350 milhões, em valores históricos.

E o último indício da participação do BNDES na evolução do capital: não restaram claros, nos elementos trazidos aos autos do Tribunal de Contas da União, da equipe técnica que fez toda essa avaliação, quais foram os benefícios econômicos e sociais que fundamentaram o aporte de R$5,6 bilhões de forma direta na JBS, em prazo recorde extremo, com recursos públicos subsidiados, em três anos, para o seu crescimento (e dos empregos e da produção de carne) apenas lá no exterior, sem exigência de investimentos por parte dos demais

Apenas lá no exterior, sem exigência de investimento por parte dos demais sócios ou qualquer outra contrapartida para o País e que teve como resultado fazer com que o Estado brasileiro se tornasse o maior sócio individual da empresa com a participação do BNDESPAR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diz o TCU aqui, entre 2007 e 2011, porque depois houve um novo relatório que o senhor acompanhou até 2014: só até 2011, o BNDESPAR adquiriu ações da JBS de forma direta ou indireta no montante de R$8,11 bilhões.

Essa seria a primeira pergunta, que são os indícios de tratamento privilegiado. O senhor fez uma apresentação detalhada, sou Doutor, Pós-Doutor na área, mas aqui está toda uma equipe técnica do Tribunal de Contas da União indo frontalmente contra a sua posição.

A segunda pergunta, Presidente, refere-se aos indícios de danos causados ao BNDES nessas três operações analisadas. Na aquisição da Swift, por exemplo, indício de possibilidade de dano de R$69,7 milhões.

Operações seguintes: Smithfield, estimativa de dano: R$163,5 milhões; Pilgrim's, ações com elevação dos preços das ações, atingiu R$266,7 milhões, diz o relatório do Tribunal de Contas da União.

Ausência de demonstração de aplicação de parte dos valores. E aí a imprensa nos últimos dias vem firmando tiro de que aqui está um caminho. E nós aprovamos a participação do Federal Reserve, do FBI, no acompanhamento do dinheiro desses empréstimos do BNDES nos Estados Unidos, por quê?

Diz o TCU, e por que fiz aquele pedido aprovado de compartilhamento de informações com o governo americano: Entendo correta a análise e conclusão da unidade técnica, diz o Ministro do TCU, quanto à existência de indícios de ausência de demonstração da aplicação do montante de R$614,5 milhões nas finalidades previstas, e que não houve o cumprimento do objeto do aporte e não restou demonstrada a efetiva utilização do referido montante na Pilgrim's Pride.

Somando os três valores das três operações, Dr. Luciano Coutinho, existem indícios, diz aqui o TCU, que o BNDESPAR pode ter aportado o montante de R$3,66 bilhões em três operações sem que haja demonstração de aplicação em objetos relacionados à operação, vez que não houve demonstração da realização.

7) Ausência de análise dos benefícios econômicos, desse nós já tratamos.

Ausência de realização de *due diligence* e de análise criteriosa das três operações.

Nessa parte, eu trago a V. Exª para que possa comentar. Nós estamos apresentando, Presidente, a convocação do Diretor Técnico da KPMG e de outra consultoria, que são as responsáveis pelos relatórios técnicos que deram sustentação também a JBS como contratante para essas operações e que a CVM abriu uma investigação para entender como toda essa confusão tinha parecer de consultorias dando sustentação aos negócios.Pode vir uma linha de ação.

9) Indícios de irregularidade na aquisição de ações do Grupo Bertin e sua incorporação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A operação aprovada do Grupo Bertin e os recursos foram liberados em quatro parcelas, olhem os valores envolvidos, ao longo só do ano de 2008, primeiro, R$1 bilhão no final de abril, R$500 milhões e depois R$300 milhões em setembro e R$700 milhões em dezembro.

Então, aqui nós temos bilhões de reais numa pancada só

Então, aqui nós temos bilhões de reais numa pancada só ao grupo Bertin, e depois vimos o que aconteceu com as delações premiadas contando como ocorreram essas ações.

Aquisição do frigorífico Independência.

Também realizou, em novembro de 2008, um aporte de 250 milhões. Já no início de 2009... Quer dizer, em 2008, o BNDESPAR autorizou um aporte de 250 milhões. Começou 2009, menos de quatro meses após a liberação dos recursos pelo BNDES, o Independência ingressou com recuperação judicial e faliu a empresa. Então, não sei qual foi a análise de autorizar, se o BNDES analisa a saúde financeira de uma operação como essa, com tanto conhecimento, com tantos técnicos.

E a última aqui, Presidente: operação de troca de ações por créditos da Itaipu Binacional. Eu não tinha ouvido falar nisso. Foi a assessoria que fez uma avaliação grande e pasme quem não ouviu também: segundo a descrição elaborada pela equipe técnica do TCU, a terceira dessas operações avaliadas consistiu numa troca de um conjunto de ação de empresas no valor de 6 bilhões de propriedade do BNDESPAR por direitos de crédito na Itaipu Binacional, avaliados pelo mesmo montante, de propriedade da Eletrobras. Que operação é essa, Sr. Luciano Coutinho, que nem eu nem o meu pessoal técnico conseguiu? Troca de ações de 6 bilhões do BNDESPAR com um crédito da Itaipu, da Eletrobras? Qual foi a engenhosidade dessa operação?

Quais são as perguntas que eu acho as mais importantes, Presidente, para a minha subrelatoria, já que vamos encaminhar, com certeza, esse seu depoimento para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal, principalmente na Operação Bullish, em que o senhor é um dos investigados? Então, a minha pergunta é: diz a Polícia Federal que 1,2 bi de prejuízo houve nesses aportes todos relacionados e que a maioria desses investimentos, empréstimos, vamos chamar assim, saíram depois do pagamento de uma consultoria ao ex-Ministro Antonio Palocci. O senhor tinha conhecimento? O Sr. Antonio Palocci falou com o senhor sobre essa operação toda dos aportes? No seu sigilo telefônico já quebrado na Operação Bullish, vão aparecer conversas do seu gabinete, do seu funcional ou dos seus aparelhos privados com o Sr. Antonio Palocci, que supostamente deu a consultoria que motivou a liberação desses empréstimos bilionários, segundo a Polícia Federal, na Operação Bullish?

A delação do Sr. Joesley Batista cita que pagava propina, através do Sr. Victor Sandri, ao ex-Ministro Mantega.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor tinha conhecimento e, da mesma forma, tinha contato com o Sr. Victor Sandri ou com o Sr. Joesley Batista diretamente ou indiretamente, através de alguns deles, que pode ser comprovado nas quebras de sigilo telefônico que vão chegar aqui à CPMI?

E, para finalizar, Presidente, dos seus diretores – é por isso que eu citei a Petrobras no começo –, muitos se sentiram traídos, outros lá na frente acabaram envolvidos. O senhor põe a mão no fogo pelos seus diretores, pelos seus assessores que liberaram esses empréstimos em velocidade estapafúrdia e que envolvem pagamentos de consultoria a ex-ministros com delações premiadas? Para sabermos lá na frente qual vai ser o tratamento talvez numa segunda convocação ou num convite, um convite para alguém que vem dizer que foi traído ou uma convocação de alguém que pode estar envolvido, como aconteceu na Petrobras.

E qual foi o seu rendimento bruto mensal no período em que estava à frente do BNDES? Recebeu consultoria direta ou indiretamente através de alguma empresa

Recebeu consultoria direta ou indiretamente através de alguma empresa ou de algum familiar de V. Sª? E isso está declarado no Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica?

Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e concedi um pouco tempo a mais para o Deputado Delegado Francischini, uma vez que ele é subrelator dessa área de contratos. E é sabido por todos nós e pelo povo brasileiro que, se esses dois irmãos não tivessem o Brasil como sócio, não teria acontecido essa catástrofe.

Passo, então, a palavra ao Sr. Luciano Coutinho, para, de uma forma objetiva, responder, então, ao questionamento do Deputado Francischini.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sr. Presidente, o nobre Deputado Francischini fez uma quantidade muito grande de perguntas e eu vou precisar de um pouquinho mais tempo para poder responder. Então, peço um pouco de paciência para não atropelar as respostas.

Eu queria, primeiro, Deputado Francischini, esclarecer o ponto relativo ao suposto prazo de 20 dias, 22 dias. Isso não corresponde à realidade dos fatos. E a equipe técnica no TCU, no relatório técnico, reconheceu e existe prova documental no BNDES de que essas tratativas duraram, no primeiro caso, da Swift, 12 meses pelo menos; nos outros casos, cinco, seis meses. Dessa maneira, como eu expliquei aqui, por uma questão: para prevenir riscos de vazamentos, que são punidos severamente pela CVM, a formalização desses aportes, desses projetos acontecia apenas na etapa madura do projeto, quando era apresentado a todo o comitê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor tem esses protocolos para encaminhar à CPI do início, mesmo que sigiloso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, sim, podemos mostrar. Aí, eu tenho que... Na verdade, eu não sou mais Presidente do banco, mas eu tenho certeza de que o banco esclarecerá todos esses pontos, até porque isso está no Livro Verde, que foi produzido pela atual gestão, mostrando que não há correspondência com a realidade esses prazos que foram mencionados.

Então, este é o primeiro ponto. As operações foram examinadas criteriosamente, com os prazos devidos. Então, esse é o primeiro ponto.

Hoje esses processos, como expliquei para o Deputado Marun aqui antes, são devidamente codificados e registrados num sistema confidencial e, aí, se superou o processo, porque antes havia uma certa formalidade, mas os registros existem de que havia tratativas em curso, porque realmente seria impossível uma operação de alta complexidade ser feita em 20 dias. Mas esse é o primeiro ponto e esse é um ponto que se aplica a todas as operações mencionadas.

Segundo ponto importante é que há uma é que há uma expressão que não corresponde à verdade, dizer que esses aportes foram a custo zero. Na verdade, esses aportes foram uma participação acionária, que geram direitos econômicos relevantes... Primeiro, a participação acionária da propriedade das ações que têm liquidez; segundo ela gera direitos econômicos, a recepção de dividendos, que é uma remuneração da participação acionária, e a expectativa de ganhos de capital, através da valorização das ações, o que, de fato, aconteceu.

Então, o investimento e o horizonte de investimento de uma empresa como o BNDESPAR não é similar a de um fundo de *private equity*, que tem dois anos de prazo; Ele tem uma perspectiva de médio prazo, de longo prazo, aguardando o pleno amadurecimento das condições.

Então, por exemplo, a questão... Não é pertinente falar em custo zero ou de recursos subsidiados. Não houve recurso subsidiado. Esses são recursos, como eu mostrei, gerados pela própria capacidade da BNDESPAR.

Vamos à questão dos supostos ágios na compra dessas participações. V. Exª mencionou, para os casos e, posteriormente, num segundo bloco de perguntas, aqueles cálculos de diferença que foram mencionados. De onde vêm essas diferenças? E aqui eu preciso tomar um pouco de tempo para explicar.

Como é que o mercado de capitais precifica uma empresa resultante de uma aquisição? Vamos tomar o caso, por exemplo, da primeira aquisição, que foi a operação da Swift. A JBS era uma empresa que faturava 3,8, quase 4. A Swift era uma empresa de US$10 bilhões. Ao câmbio da época, sei lá, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representaria 20 e tantos bi. Então, a JBS era uma empresa relativamente pequena, olhando o contexto...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso não é indício de risco? Uma empresa de 4 comprar uma de US$10 bi, lá fora, isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. Não porque – isso deve explicar.

Mas eu queria, primeiro, falar da precificação. Nós estamos comparando uma empresa pequena, regional, e tinha uma participação até relevante no mercado brasileiro, em um pedacinho do mercado argentino, com uma empresa que, posteriormente, quando compra a Swift, se transforma, primeiro, em número de cabeças a maior abatedora de gado bovino no mundo; a terceira empresa no mercado americano, muito próxima da segunda; uma empresa que tinha uma subsidiária na Austrália, com 55% de participação no mercado australiano; e, do mercado australiano, forte exportadora para o mercado asiático australiano, forte exportadora para o mercado asiático, e ainda operações no resto de países no Mercosul.

Então, a JBS quintuplica de tamanho ao adquirir a Swift e se torna uma empresa de escala internacional com acesso ao mercado do Pacífico, com acesso ao mercado do Atlântico. Então, ela se transforma. Ela colhe o resultado de toda a história da Swift, que foi uma das empresas pioneiras em internacionalização, em operar em outros mercados.

Bom. Como é que o mercado precifica, está certo? O mercado precifica através de um método chamado fluxo de caixa descontado. O que é isso? É uma projeção de lucros futuros ou do fluxo de caixa livre futuro, que é descontado para valor presente por uma taxa de risco, e a taxa de risco é relevante neste cálculo – inegavelmente, existia um risco nessa operação, mas foi um risco calculado –, de maneira que esta metodologia é universalmente utilizada por todo o mercado de capitais, por todos os bancos. Ora, não faz sentido – veja bem, nós estamos comparando... É como se estivéssemos comparando um avião de...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Agora o senhor concorda que um banco teria, mas um banco de fomento?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente. Presidente, eu acho que tem de deixar fazer as respostas, depois tem a réplica, porque senão... Eu também estou com vontade de...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Relator, repito, essa parte de contrato, tem uma responsabilidade muito grande na formatação do seu relatório...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim, é para saber assim: sempre que alguém estiver falando vai poder interromper?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Até para eu ser justo com o Sr. Luciano Coutinho, eu vou...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se a regra é essa, eu vou usá-la também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Deputado Delegado Francischini vai ter direito à réplica, então eu peço... Eu estou, inclusive, pedindo aqui uma partezinha...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu sou muito pelo critério. Se o critério é esse: olha, quando alguém estiver falando, a gente pode interromper?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, réplica e tréplica.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pode. Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não, não.

Mas só uma informação interessante, Deputado Francischini, que 2004... De novembro de 2004 a março de 2006, na gestão de Guido Mantega, o banco emprestou a juros subsidiado – isso é fato – 12 bilhões e tanto para esse grupo. Então, não há o que se falar de risco. Eu venho da Contabilidade e do Direito Tributário. Então, não há o que se falar de risco. O risco era enorme, não é? Uma empresa com um faturamento com menos de R$2 bilhões contrair uma dívida de R$12 bilhões.

Só um esclarecimento. Volto a palavra, agradeço... Volto a palavra.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, eu tinha complementado: se para um banco comum, eu concordo com o que o senhor está falando, taxa de risco, mas para um banco de fomento no exterior e com valores altos... Qualquer banco de fomento no mundo faz isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, porque, Deputado, a Swift era uma empresa que, recorrentemente, tinha uma lucratividade estável.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone*.) – No Brasil?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, a Swift, nos Estados Unidos.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Por isso eu falo fomento no Brasil.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

Porém, num certo momento, ela foi vendida para um fundo de *private equity* que não era do ramo, ela foi vendida pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para um fundo de *private equity*, que não era do ramo. Ela foi vendida pela última... A família havia vendido muito antes, nos anos 60; depois foi comprado por uma empresa da área de alimentos; e posteriormente ela foi vendida a um fundo de *private equity*.

Esse fundo colocou uma gestão na Swift que não entendia do negócio. E, de repente, a Swift, que era uma empresa estável e lucrativa, começa a dar prejuízo. Houve também o fato de doença da vaca louca em uma das unidades, o que fechou os mercados de exportação. O fechamento de mercado de exportação dos Estados Unidos provocou o excesso de oferta doméstica e esmagou as margens.

Outras falhas de gestão – não vou entrar aqui – da então fundo de *private equity*, que geria a Swift, estavam muito bem identificadas no plano de negócio. Ou seja, quando foi feito o diagnóstico, a JBS sabia exatamente quais medidas precisariam ser tomadas para recuperar a rentabilidade tradicional da Swift. O plano de negócios previa que isso seria feito em dois anos ou três anos – eu não me recordo agora. O fato é que, em 12 meses, a nova gestão conseguiu reverter o resultado, com medidas adequadas à gestão.

Então, havia risco, sim; mas havia também a *expertise* de uma empresa que tinha experiência de aquisições e de reestruturações e tinha também o suporte de consultores especialistas e de um grande banco americano, que havia preparado um plano de negócios robusto. Com base nesse plano de negócio, o mercado calculou os preços, precificou cada um. Obviamente o modelo de precificação é universal, mas as premissas que cada banco ou cada investidor coloca são específicas. Quem é mais otimista coloca um lucro maior, coloca um risco menor; quem é mais pessimista coloca lá...

O fato é o seguinte: de todas as avaliações, o BNDES tinha avaliação conservadora. O BNDES foi cauteloso ao avaliar a Swift. Enquanto a maioria dos bancos e outros participantes do mercado avaliavam a empresa resultante da soma de JBS mais Swift com uma ação em torno de 10, 11, alguns até em 12, o BNDES precificou o preço justo, olhando para essa nova empresa, em 9,70 e o aumento do capital foi feito a 8,15.

Então, na verdade, do ângulo do BNDES, usando a metodologia do mercado capitais, nós pagamos um preço descontado. Então, não há que falar em ágio. O ágio é uma construção... É como se você fosse precificar essa nova empresa, de grande escala, internacionalizada, olhando no espelho retrovisor, pegando a média de pregões do passado. Não é assim que o mercado precifica. Qualquer... E há até

Qualquer... E há até uma matéria no jornal *Valor* em que operadores de mercado e funcionários de bancos são entrevistados e eles dizem isso. Quer dizer, na verdade, aqui há uma dificuldade.

Eu espero, com toda sinceridade, que, através de um diálogo, em boa-fé, possamos elucidar essas questões diante dos órgãos de controle. Porque, na verdade, foi feito um investimento rentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e foi feito um salto de qualidade na empresa. A empresa se transforma numa grande empresa internacional com essas condições.

Então, respondo aqui algumas questões relativas ao caso Swift, relativas à questão de prazo. Em relação à questão de prazo, eu me esqueci de dizer, Deputado, que esta prática se aplicava a todos os casos na BNDESPar, de somente registrar na etapa final. Não era um um tratamento específico à JBS. E a gente tem demonstração, é possível demonstrar que isso era uma prática que não era um favorecimento, não era nada diferente do praticado para outras empresas.

Muito bem. Em relação à operação Smithfield e National Beef, efetivamente, quando o Departamento de Justiça americano bloqueou a transação, o BNDES tinha duas opções: exercer cláusula de devolução dos recursos ou apostar na continuidade do projeto de internacionalização de empresas, uma vez que, em 2008, com o agravamento da crise financeira – vai explodir de maneira dramática a partir de outubro de 2008 – nos Estados Unidos, o setor de proteínas fica em grave dificuldade, e as oportunidades aparecem. Então, o aditivo que foi feito é o seguinte: "vamos buscar outros alvos".

E, na verdade, a aquisição da Pilgrim's, que foi feita posteriormente, em 2009, foi uma aquisição extremamente exitosa por duas razões. Primeiro, comprou-se por um preço muito baixo, uma vez que a empresa estava em recuperação judicial. Segundo, ela diversificou a matriz de proteína; a JBS deixava de ser uma empresa exclusivamente de carne bovina e passava a ser uma empresa de aves, comprando a maior empresa do mercado americano de aves – também uma empresa exportadora.

V. Exª dirá: "Ah, mas a Pilgrim's estava em recuperação; era uma operação de risco." Sim, sem dúvida. Operações de mercado de capitais de aquisição são operações de risco; mas são operações que têm um prévio planejamento por parte de agentes econômicos experientes no negócio e capacitados para fazer a reestruturação. Tanto é que, da mesma forma que a Swift foi rapidamente reestruturada, igualmente a Pilgrim's foi

a Swift foi rapidamente reestruturada, igualmente a Pilgrim's foi rapidamente reestruturada, e era uma empresa que voltou a ser lucrativa e cumpriu o objetivo. O objetivo era comprar Smithfield e National Beef. Ao invés de comprar National Beef, comprou Pilgrim's, com uma diferença: a Pilgrim's era quase três vezes maior do que a National Beef e estava no setor de carne de frango. Portanto, ela cumpriu. Não há desvio de finalidade, ao contrário, há uma total aderência, até com vantagens ao plano de internacionalização da empresa. Essa é a visão que nós temos, porque, uma vez que você entra na empresa, que você se torna sócio, você quer que a empresa aproveite as melhores oportunidades em prol da sua valorização.

De maneira que aqui eu queria aproveitar e passar para uma questão que V. Exª fez no fim, que é a suposta – e aqui realmente há uma diferença de ponto de vista – ausência de comprovação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

utilização de recursos. Nós gostaríamos de dizer o seguinte: nós temos comprovação para o uso dos recursos. Ocorre que uma parcela desses... Por exemplo, no caso da Swift, o valor do *equity* comprado, o valor das ações, foi US$225 milhões e havia uma dívida acumulada de US$1,129 bilhão. Então, na verdade, havia necessidade de reestruturar as finanças da Swift, haver uma reestruturação do capital. Isso significava reduzir dívidas. Quer dizer, na verdade a Swift foi comprada por um valor de *equity* pequeno e a absorção de uma dívida grande. Isso exigia a redução de dívida. E a comprovação de que essas reduções de dívida foram efetuadas – poderá ser feita pelos auditores, tanto lá quanto aqui – está disponível, quer dizer, há comprovação do uso dos recursos. Tanto no caso da Swift quanto depois, no caso da compra da Pilgrim's e da Bertin, existe a comprovação do uso do recurso. Então, eu queria adiantar uma questão. Eu acho, Deputado, que essas informações devem ser requisitadas ao banco, ao BNDESPAR, e eu tenho absoluta certeza de que serão fornecidas a V. Exª.

Bom, ainda sobre a questão da capitalização da debênture, eu queria explicar aqui, e aqui também é um tema complexo. Quando foi feita a operação de Bertin e Pilgrim's, tanto Bertin quanto Pilgrim's trouxeram um volume de dívidas inconveniente para a estrutura de capital. Para adequar a estrutura de capital a uma estrutura manejável, que permitisse à empresa continuar emitindo bônus e ter acesso ao mercado internacional de capitais, era necessária uma operação de redução, de readequação de capital.

Essa operação foi feita, esse suporte. Como o BNDESPAR já tinha uma participação acionária relativamente grande, ela foi feita através de uma debênture. O objetivo inicial era que houvesse uma abertura de capital da JBS nos Estados Unidos, que a JBS USA abrisse o capital, e a debênture fosse convertida numa participação acionária nos Estados Unidos. Os regulamentos do Banco Central permitem o apoio do BNDES a uma empresa domiciliada no exterior, desde que controlada por brasileiros domiciliados no Brasil, residentes no Brasil. Então, aqui não há um problema de regulação.

Pois bem. Seguidamente, as informações dadas pelos assessores eram de que o mercado de capitais americano passava por uma fase muito negativa, muito difícil, e que as empresas de proteína estavam subprecificadas, de tal maneira que uma abertura de capital naquele período, 2009 ou mesmo 2010, seria uma abertura de capital potencialmente onerosa, em que nós poderíamos perder tipo 400 milhões – aqui é um número, eu posso estar falando um número não exatamente preciso, porque a memória nem sempre... Então, com essa ressalva. Mas a gente corria um grande risco: fazer, forçar uma abertura de capital num mercado onde a situação era difícil. Então, foi dado... A JBS, então, pagou um prêmio para ter mais um ano para poder fazer esse aumento de capital. Ainda assim, como o mercado de capital lá fora não melhorava, no início de 2011 – porque a capitalização foi feita em maio de 2011 – a JBS inicia uma tratativa com o BNDES para capitalização dessa debênture na forma de participação acionária na JBS Brasil. Então, o banco se defrontou com a seguinte opção: ou bem nós esperamos até o fim do ano, correndo o risco de uma abertura de capital no exterior onerosa, ou não esperamos até o fim do ano, e aí entra a cláusula de conversão obrigatória; e nessa cláusula de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conversão obrigatória havia os 10% de incremento do principal. Apenas nessa circunstância, quer dizer, não era um direito que valia, era um direito restrito à circunstância em que o parceiro não exercesse, não fizesse a abertura de capital, e então se acionava essa cláusula.

Pois bem. À época em que a conversão foi feita, todo o mercado, em média – se você pegar 15 bancos e pegar a média –, o preço previsto de JBS no fim de 2011 estava em torno de 8,5, se não me falha a memória.

...em torno de 8,5, se não me falhe a memória. E então a expectativa é de que, se fôssemos esperar para converter, iríamos converter por um preço mais caro e menos favorável.

Vamos supor que a gente não tivesse aceito a proposta de então e o preço se confirmasse, a expectativa, o sinal que o mercado estava nos dando se confirmasse, nós seríamos acusados de ter causado um prejuízo, porque seria dito: você teve a oportunidade de converter a 7,04 e não converteu, quando todo o mercado lhe sinalizava que o preço iria subir.

Ora, como Bolsa é volátil, efetivamente o preço, no fim do ano, estava abaixo dos 7,04. Mas, era impossível prever esse preço em maio. Em maio, o preço estava oscilando acima de 8, de tal maneira que nos parecia vantajosa a conversão a 7,04. Então, esse foi o racional, foi uma decisão racional tomada com base num cálculo econômico e não há o que falar em ter aberto mão. Não se abriu mão de nenhum prêmio, porque essa foi uma decisão racional tomada muito antes e que esse prêmio só aconteceria na hipótese de, no fim do período, não ter acontecido o aumento de capital, e só se nessa hipótese.

Então, aqui, perdão...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sem o capital não aconteceu não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele está concluindo e V. Ex terá a réplica.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Estou explicando ao Deputado o seguinte: as matérias de mercado de capitais são muito mais complexas e elas não podem ser simplesmente simplificadas de uma maneira linear, porque aí vamos chegar a conclusões não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... verdadeiras a respeito de danos ou de prejuízos, etc.

Bom, finalmente acho que já respondi os pontos sobre precificação, que a precificação é para frente sobre a questão de ausência de demonstração, já respondi também.

A questão de ausência de *due diligence*. Ocorreram as *due diligence*. As *due diligence* foram feitas pela compradora, pela JBS, dos alvos, das empresas-alvo compradas, e foram auditadas por empresas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está inclusive em fatos relevantes. E o BNDES, através de acordos de confidencialidade, olhou essas *due diligence.* Então, não foram feitas assim.

Finalmente, tem a questão do Independência. A questão do Independência, foi avaliada da seguinte forma: o Independência era uma empresa que tinha uma excelente reputação, embora era uma empresa fechada, que queria migrar para o novo mercado e já havia adotado a prática do novo mercado.

O Independência era uma empresa que tinha feito, dois, três meses antes da operação

há dois ou três meses antes da operação do BNDES, a emissão de um bônus no mercado internacional, com o apoio do mercado internacional, de cerca de US$300 milhões. Então, não era uma empresa que não tinha a devida qualificação. Era uma empresa auditada por uma das grandes auditorias internacionais – se não me falha a memória era a BDO – e era uma empresa que tinha também o suporte de outros bancos privados. Assim, o BNDES decidiu apoiar a empresa considerando todas essas condições, quer dizer, uma empresa que já havia ido a mercado, uma empresa que tinha uma auditoria de primeira linha, considerando que o custo-benefício de fazer um *due diligence* não compensava e, inclusive, isso não era obrigatório. Posteriormente os normativos do banco tornaram obrigatório. A partir de 100 milhões fica obrigatório fazer. Na época não era e se considerou, por todas as informações, que a empresa era hígida, que tinha práticas, etc.

Foi, de fato, uma enorme surpresa que dois ou três meses depois a empresa tenha... Em função dessa grande surpresa, o banco não fez o segundo aporte. Curiosamente, após o aporte do BNDES, outros grandes bancos internacionais ofereceram um crédito, e não pouco crédito, à empresa. De maneira, que foi feito... O contrato tinha uma cláusula de arbitragem. Nós seguimos o contrato. Nós fizemos a arbitragem, porque não conseguíamos entender como, em um período tão curto, a empresa, que tinha demonstrativos saudáveis, se deteriorou tão depressa.

Infelizmente, a arbitragem foi contrária ao BNDES e aí, paralelamente, por iniciativa própria, o Ministério Público examinou o assunto e chegou à conclusão – isso paralelamente ao processo de arbitragem – de que não havia uma irregularidade, o que nos deixou sem motivação. Nós perdemos a arbitragem... Tem aqui um posicionamento independente do Ministério Público dizendo que não tinha enxergado irregularidade. Então, essa é a história da independência. Nós perdemos a independência assim como outros grandes bancos perderam. Isso aqui esclarece, com toda a franqueza, a questão da independência.

V. Exª perguntou...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Itaipu...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se não me falha a memória, e vou pedir depois a V. Exª para eventualmente complementar essa informação, havia o interesse do Tesouro Nacional em capitalizar a Caixa Econômica Federal e outras entidades. E uma das formas de capitalizar seria com ações. A capitalização com ações era uma capitalização consistente com as normas fiscais. Então...

com as normas fiscais.

Então, o que é que o Tesouro propôs? Eu quero que o BNDES me dê ações no valor equivalente a esses recebíveis de Itaipu. Então, o BNDES trocou ações da sua carteira por recebíveis de Itaipu, com vantagem para o BNDES, e, com essas ações, o Tesouro capitalizou a Caixa Econômica. Dentre essas ações, tinham ações também da JBS. É o que eu me lembro.

Mas eu tenho aqui uma informação.

Essa operação foi de 6 bi e que foram trocadas, a preço justo, por ações da carteira da BNDESPAR por recebíveis de Itaipu, que são recebíveis de alta qualidade, trocados. Aí o Tesouro pode fazer a capitalização da Caixa Econômica. É uma operação que pode ser esclarecida perfeitamente. Está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – É.

Bom, ainda tenho algumas respostas a dar para o Deputado Francischini. É a resposta relativa à questão do Ministro Palocci, do papel do ex-Ministro Palocci, do ex-Deputado Palocci.

Primeiro, quero dizer o seguinte: eu tive pouquíssimos contatos com o Ministro ou Deputado Palocci. Primeiro, quando ele era Ministro da Fazenda, eu estava fora do Governo. Depois, quando ele era Deputado, eu já estava no banco, mas tive poucos contatos com ele. Acho que não tem nenhum problema. Na minha agenda, estão poucos contatos. Não me lembro aqui, mas foram poucos contatos com ele. Eu jamais tratei com o Ministro Palocci de qualquer contribuição política ou vinculada a qualquer projeto do banco. Nunca tratei. Então, não tem o que...

A mesma coisa em relação, eu devo dizer, à questão do Sr. Victor Sandri. Eu não conheço o Sr. Vitor Sandri. Pode ser até que ele me conheça, mas eu não o conheço, não o identifico. E eu jamais recebi do Ministro Guido Mantega qualquer solicitação indevida, vinculativa a qualquer projeto em curso no BNDES. O meu relacionamento com o Ministro era um relacionamento profissional ligado a temas da economia, do andamento dos orçamentos e dos investimentos, do andamento do orçamento de recursos do BNDES, assim por diante.

Em relação à busca e apreensão, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

'Eu estava no exterior, num evento internacional, agendado há muitos meses. Aliás, evento onde havia várias personalidades ilustres participando. Era um evento entre o Brasil e Inglaterra, em universidades, etc, quando houve a operação.

Inglaterra, em Universidades etc. E, quando houve a operação, eu, ao telefone, conversei com a Polícia Federal e pedi aos meus filhos que franqueassem todo o acesso, todos os meus documentos. E, como sou uma pessoa muito organizada, os assuntos estavam todos em pasta, com nomes, o que facilitou a vida deles. Em pouco tempo, eles acharam os temas que queriam. E foi feito.

Posteriormente, ao meu retorno, eu, imediatamente, através de meus advogados, me coloquei à disposição e prestei todos os esclarecimentos e continuarei à disposição para prestar esclarecimentos se assim for convidado.

De maneira que a minha atitude, Deputado, é de absoluta transparência. Eu tenho total disposição de prestar todas as informações.

V. Exª perguntou meu rendimento bruto durante o BNDES. Eu tive estritamente... Eu nunca recebi um centavo de consultoria durante todo o meu longo período no BNDES. Diga-se de passagem que fui sócio de uma empresa de consultora da qual me desliguei inteiramente. Nunca mais tive nenhuma relação, inclusive, nem pessoal. Afastei-me. E meu Imposto de Renda, minha declaração de bens, foi, religiosamente, todos os anos, depositada na Comissão de Ética Pública. E vai ficar absolutamente meridiano que a minha evolução patrimonial e de renda é estritamente proporcional e proveniente do meu salário como Presidente do BNDES e da minha aposentadoria como professor da Unicamp. São as duas fontes principais de renda que eu tenho.

Então, isso é absolutamente transparente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual era o valor, Dr. Luciano?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O valor bruto desses rendimentos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O valor bruto.. Olha, o meu salário na Unicamp, hoje, com os descontos... Há o valor bruto e o valor líquido.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Bruto mesmo, Presidente. É mais fácil.

O SR. LUCIANO COUTINHO – O valor é de R$17 mil. Eu sou professor titular, depois de 30 e tantos anos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o meu salário no BNDES era um salário razoavelmente bom, porque são salários... E eu acho que precisam ser, porque são pessoas que têm a responsabilidade. Era um salário que começou, líquido, em torno de...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Bruto.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Bruto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Estão querendo saber o bruto.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bruto? Bruto, talvez R$60 mil e pouco. Mas eu não lembro. Eu me lembro do líquido.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aproximado, Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Era um salário... Obviamente esse salário tinha uma correção. Eu entrei no Banco e fiquei nove anos no Banco. Então, ele foi tendo correções ao longo do tempo.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Havia bônus nisso, Presidente? Sem bônus isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu teria de olhar a média.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Havia bônus nesse salário?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Havia bônus. Dependia do desempenho da instituição. Inicialmente, esses bônus eram de dois a três salários e, em alguns anos, chegaram a ser de quatro salários. O bônus era também...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Era o décimo terceiro mais quatro salários. É isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não em todos os anos quatro salários. Quatro salários foi o máximo de bônus recebido num determinado ano. Mas todas essas informações podem... estão declaradas, obviamente, na minha declaração de rendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª tem 2 minutos para a réplica.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, é rápida também, já que todos estão esperando para fazer as perguntas.

A primeira é a da lógica, que eu continuo não entendendo, e a Operação Bullish também não entendeu. Um banco privado, um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Eu não vi resultado no Brasil de emprego, de fomento, de renda, de investir. Quanto? Quase 12 bilhões, que V. Exª trouxe, Presidente, de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se fosse aqui o presidente de um banco privado, qualquer banco privado, teria entendido completamente a lógica. Perfeito. Mas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que seria um banco de fomento no Brasil, que deveria gerar emprego, renda, desenvolvimento regional, eu não vi. Então, essa é a primeira colocação.

A segunda é: eu entendi a lógica de mercado, mas a lógica de mercado dizia – a Operação Bullish entra nesse detalhe também – que o contrato previa que o BNDES podia exigir os 10% de... Então, talvez na lógica de mercado, os 10% poderiam até dar prejuízo para o BNDES. Depois o senhor explica melhor. Ficou uma dúvida nesses 10% que o BNDES poderia exigir na questão das ações, dos debêntures etc..

A outra é sobre tanto Mantega como Palocci. O senhor deve acompanhar na mídia que o Palocci está em plena delação premiada. Nós já sabemos, pela própria Operação Bullish, que ele recebeu valores milionários da JBS como consultoria. Foi divulgado pelos veículos de comunicação – todos – que isso ocorreu momentos antes da liberação de grandes aportes pelo BNDES, que essa consultoria pode estar num dos itens dos anexos da delação premiada de Antonio Palocci...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... e que Guido Mantega também tentou um acordo esta semana, que não foi homologado, e que deve voltar a sentar na mesa de negociação com o Ministério Público Federal, com a Procuradoria-Geral da República.

A pergunta que eu fiz a V. Exª foi nesse sentido: os contatos que teve com Guido Mantega e com Antonio Palocci, quando nós tivemos a delação premiada pública e nesta Comissão, continuam da mesma forma? Algum deles pediu, e o senhor não atendeu, ou tentou lhe pedir ou algum funcionário lhe relatou que estava sendo assediado? O senhor tem informações internas, já que a Presidente do BNDES, desse último governo, assumiu, durou alguns meses, e a gente sabe que alguma coisa ela sabe, porque ela desapareceu do BNDES alguns meses?

Queremos ouvir de V. Exª, porque, com certeza, tornando públicas essas delações premiadas, vão aparecer fatos novos, o senhor sabe disso. Qual é a sua posição? Para a gente entender se o senhor volta como convidado, como convocado ou não volta se não estiver citado em nenhuma das delações premiadas.

Seria isso para encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Deputado, com toda a franqueza, é o seguinte: eu nunca tive conhecimento de nenhum pedido ilícito ou de nenhuma consultoria, das atividades do ex-Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Palocci, nunca tive o menor conhecimento. E essas... Também nunca recebi pedidos ilícitos. E isso não teve e nem eu permitiria que viesse a ter qualquer interferência na lisura dos processos do BNDES.

Então, tenho a consciência absolutamente tranquila. Posso dizer isso ao senhor, olhando seus olhos, com toda a tranquilidade

Posso dizer ao senhor, olhando nos seus olhos, com toda a tranquilidade.

E em relação à questão do prêmio, esse prêmio seria devido se e só se o BNDES aguardasse até o fim do período e acionasse a cláusula de conversão obrigatória. O que aconteceu foi uma capitalização feita vários meses antes, voluntária, em condições que nos pareciam muito mais favoráveis, porque a percepção que nós tínhamos era que perderíamos muito se aguardássemos o processo, porque as ações estavam subindo, e a expectativa de todo o mercado era que elas continuassem subindo. Infelizmente elas não subiram, porque mercado de capitais é imprevisível e é volátil.

Eu inverti o raciocínio para explicar: olha, supondo que a gente não tivesse aceito aquela proposta de conversão, de capitalização a R$7,04, e depois, lá na frente, o mercado tivesse a 8,5 ou 9, a gente seria acusado de ter deixado de aproveitar uma oportunidade vantajosa quando o mercado já sinalizava uma subida de preço. Apenas um contrafactual esse exemplo.

Mas o que eu tenho a dizer é o seguinte: as decisões todas são feitas num banco de maneira racional como um banco de investimento. Agora, quero dizer o seguinte: a BNDESPAR é uma fonte geradora de lucro e de resultado para o sistema BNDES. Ela é pequena comparada ao sistema BNDES. O sistema BNDES é um banco de desenvolvimento, é um banco que emprestou há 20, 30 anos para a expansão do sistema hidrelétrico brasileiro, é um banco que apoiou a estruturação da energia eólica no Brasil, é um banco que apoiou os investimentos em infraestrutura no País, é um banco que apoiou o agronegócio, é um banco que apoiou a indústria brasileira. É um banco de desenvolvimento que empresta a longo prazo, do qual tenho orgulho de ter trabalhado.

Então, eu acho que o BNDESPAR é um braço de investimento específico. E, como mostrei aqui em uma das transparências, ele não é uma peculiaridade, uma excentricidade do BNDES. Ele é uma ferramenta que existe em vários países.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos concluir?

Está concluído.

Agradeço a V. Sª.

Passo a palavra, então, ao segundo subrelator da área fiscal, previdenciária e agropecuária, o Deputado Hugo Leal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, vou tentar ser bastante objetivo para que os demais colegas possam também fazer as suas perguntas.

Vou direto às perguntas, até porque muitas já foram feitas e complementadas pelo Deputado Francischini e pelo relator.

Primeira questão: Na página do BNDES existe uma frase que, por ser uma empresa pública e não um banco comercial, o BNDES avalia a concessão do apoio com foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil. Se essa era a lógica, um dos principais impactos econômicos e com nítidas repercussões sociais ocorreu na concentração do mercado.

O que V. Sª teria a dizer com relação a isso? Faltou mecanismos para localizar a questão da concentração do mercado ou o acompanhamento posterior

para localizar a questão da concentração de mercado, o acompanhamento posterior sobre essa concentração, uma vez que privilegia aqui, por omissão do BNDES, essa linha?

Outra que V. Sª mesmo trouxe aqui:

Sendo a JBS uma das maiores devedoras de contribuição previdenciária, como teve acesso ao crédito, se outros frigoríficos menores...V. Sª mesmo disse que não tinha acesso, uma vez que não tinha a certidão negativa de débito. Existia CND, a exigência para as outras e para a JBS não existia? Até porque, se pegar o relatório da previdência, vão ver nitidamente que um dos maiores devedores de previdência é a JBS.

V. Sª lembra de algum projeto que não tenha sido aprovado e o que motivou a desaprovação?

Uma outra questão.

O prazo para a aprovação costuma ser em média, pelas análises que foram feitas pela assessoria, de doze meses. Mas, no caso da JBS, principalmente nos três últimos, esse prazo reduziu em um quarto. Isso seria o quê? Uma característica, um privilégio, um tratamento especial ou, de fato, foi o volume de recursos?

A quinta pergunta, que V. Sª respondeu em parte, é sobre o Sr. Victor Sandri. Como V. Sª disse que não o conhece, que não se lembra, a minha pergunta era se ele já esteve presente a alguma das reuniões com a JBS.

A sexta pergunta seria: V. Sª conhece José Cláudio Rego Aranha? Provavelmente conhece porque ele foi diretor do BNDES e era diretor do mercado de capitais. Numa entrevista ou numa informação, ele diz que foi sugerido que, uma vez que o BNDES não entraria no IPO ou não entraria na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

criação de mais recursos para poder aportar à JBS, teria dado consultorias ou teria procurado outras instituições, como o Fundo da Petrobras, Banco do Brasil, a Caixa e a Angra Partners para poder aplicar recursos na criação do Fitpro, que era o fundo específico para a questão da proteína.

V. Sª disse que o BNDES não infla os seus dados. Mas me parece que, neste caso específico, pelo menos, é o que se tem depreendido, o Sr. José Cláudio Rego Aranha, que foi diretor de mercado de capitais, ajudou que o mercado investisse em dados inflados, de maneira atípica no mercado, pelo menos na criação do Fitpro. O BNDES não participou, mas influenciou que outros fundos o fizessem.

V. Sª também manifestou sobre a questão do Ministro Guido Mantega que todas as vezes que foi abordado sobre temas, são sempre temas de conhecimento geral, conhecimento da economia, dentro dessa lógica.

Existem – e já foi noticiado isso em um dos periódicos – pessoas que manifestam o conhecimento que teria ao menos uma reunião em que o Mantega o convocou para uma conversa e o Sr. Joesley Batista estava presente. Isso é verdade? Qual foi o procedimento de V. Sª? Em alguma das vezes que foi chamado o Ministro Guido Mantega, esse Sr. Joesley Batista esteve presente em algum desses momentos? Qual foi o procedimento de V. Sª?

E se V. Sª conhece a Srª Patrícia Moraes, da JP Morgan, e se ela fez reuniões no BNDES.

Como última indagação, reuniões no BNDES.

Como última indagação, se V. Sª tem sugestões para melhorar a legislação ou os procedimentos do BNDES, exatamente para que possa evitar a questão da concentração de mercado, especialmente esse de proteínas animais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra, o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exmo Deputado Hugo Leal, muito obrigado pelas perguntas. Perguntas são sempre super bem-vindas, porque elas nos dão a oportunidade de esclarecer.

A exigência de CND (Certidão Negativa de Débito) com o INSS e com a Receita é uma exigência constitucional. É irrecorrível. O Banco não pode operar com nenhuma empresa que não tenha CND. Ou seja, se a JBS, em algum momento, perdeu a CND, ela ficou impedida, ou outros grande grupos. Em nenhum momento, porque é um grande grupo, muitas vezes de capital aberto... Ficou sem CND, paciência – fica impedido. É uma norma.

Durante a crise de 2009, eu fui um dos que advogou, e o Governo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Me permita, Sr. Luciano, só para ajudar o colega: isso significa que esses empréstimos concedidos ao Grupo JBS sempre apresentaram a CND, de débito? Sempre apresentou?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, ele teria que apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Se não, o banco não teria procedido aos empréstimos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Para toda operação de crédito, tem que ter a CND.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu estava dizendo o seguinte: em vários momentos, excepcionalmente durante o período da crise, em 2009 e 2010, houve um projeto, uma iniciativa de lei, que suspendeu temporariamente essa exigência, mas isso durou pouco. Pode ser que, durante esse prazo, sob uma lei especial... A motivação disso foi a crise econômica e pequenas empresas. Eu queria apenas fazer essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas me permita: eu sou empresário há 30 anos em vários segmentos da nossa economia. Eu desconheço esse período.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Acho que foi de 2009 para 2010.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas eu vou até verificar: 2009 e 2010, não é? Eu vou verificar, porque sempre me solicitaram essa CND, em primeiro plano.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sempre é solicitado.

As exigências socioambientais e sociais – eu aqui aproveito até para responder, porque não respondi direito ao Deputado Francischini. O Banco tem uma grande preocupação com os impactos socioambientais dos empreendimentos, especialmente os empreendimentos de agronegócios, e estabeleceu uma série de condicionantes rigorosos para as empresas de proteínas, que foram cumpridas. Está na minha... Não sei se o Deputado chegou a ouvir a apresentação.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eu vi a apresentação. A questão – desculpe, Presidente – não é só a questão socioambiental. É a questão da concentração do mercado, porque dentro da previsão da missão do BNDES, socioambiental e econômica, há o impacto econômico no Brasil.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, eu vou falar...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Então, a questão é a concentração de mercado. É a minha preocupação. Socioambiental, não tenho dúvidas. Provavelmente, deve ser um dos melhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO COUTINHO – Vou falar sobre concentração de mercado também, e aproveitar e falar juntando com a última questão sua, que eram sugestões.

A questão dos prazos, Deputado. Eu queria esclarecer que os Eu queria esclarecer que os prazos não são prazos exíguos, de 22 dias, 19 dias e tal. Esses prazos são prazos tipicamente... No caso da operação Swift, foi um prazo de 12 meses, ou até mais; nas outras operações, em torno de cinco ou seis meses. São prazos médios, razoáveis e similares a prazos feitos para outras operações com outros grupos. Então, não há uma discrepância que indique qualquer favorecimento ao grupo JBS. Esses prazos foram... É diferente que o registro que dá uma publicidade dentro de todas as áreas do Banco era feito – e continua sendo feito – só na etapa final. Foi feito um aperfeiçoamento de processos. Essa questão de prazos já foi explicada ao TCU, e o TCU tem essa explicação detalhada, com toda a documentação apresentada pelo Banco.

V. Exª me perguntou sobre o Sr. José Cláudio Aranha. Eu me lembro do Sr. José Cláudio Aranha, mas de forma menos profunda, porque eu cheguei ao Banco em 2007, e acho que ele saiu cerca de dois anos depois. Ele já estava em período próximo à aposentadoria. Eu tive muito pouca interação pessoal com ele. Ele era Chefe de Departamento na área de Mercado de Capitais. Depois que ele se aposentou como chefe de departamento, eu não tinha – nem tinha por que – conhecimento de atividades de consultoria...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Deixe eu esclarecer, Presidente, porque eu acho que isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nesse esclarecimento não há problema.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É muito importante. Não é nova pergunta.

É o seguinte: o que se informa é que o Sr. José Cláudio Rêgo Aranha era Diretor de Mercado de Capitais, ou Chefe de Departamento, como quer V. Sª, e ele recebeu orientação para que esse fundo especial, esse fundo de investimentos, buscasse alternativas com a Angra Partners e com outros fundos. Salvo engano – pode ser um engano meu, não tem problema nenhum –, ele era servidor, funcionário do BNDES, e recebeu essa orientação, tanto que ligou para uma dessas agências ou fundos de investimentos para que fosse montado o FIP Prot, que é o fundo de investimento para a questão da proteína, do qual o BNDES não queria participar, naturalmente por identificar algumas questões que não estavam regulares.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Deputado, a montagem desse FIP Proteínas foi uma coisa que pareceu conveniente ao BNDES, porque o BNDES já tinha uma participação de 12% ou 13% – não me lembro agora – na JBS, já tinha feito uma segunda operação. Essa participação, então, feita de maneira compartilhada com fundos de investimentos e fundos de pensão, era uma maneira de reduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relativamente a participação do BNDES, que no fim era de 45% no FIP Prot. Agora, os detalhes... O BNDES interagiu com os parceiros, os fundos parceiros, para a montagem do FIP.

Com os parceiros, os fundos parceiros, para a montagem do Fipe. Agora, eu sinceramente não me recordo quais funcionários participaram desse processo. É possível que o Sr. José Cláudio Arantes, não sei se ele ainda estava no banco, mas, se ele estava, é possível que tenha participado desse processo. Apenas eu não tenho condições de esclarecer isso.

Em relação à reunião com o Ministro da Fazenda e o Sr. Joesley, a sua pergunta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu tinha uma vaga recordação dessa reunião. Quando eu li um excerto da delação do Sr. Joesley, eu me lembrei de uma reunião em que ele estava presente e tal. Essa reunião, sinceramente, nem lembro quais foram os temas tratados.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas no gabinete do Ministro da Fazenda?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, sim. Eu não me lembro dos temas tratados. O que eu posso dizer é que eu não recebi nenhum pedido ilícito do Ministro. Eu ouvi. Eu lhe confesso que me senti desconfortável com isso, porque eu recebia todos os empresários que me pediam audiência. Então, eu podia ter... O Sr. Joesley me pedia audiência, eu o recebia, eu ouvia as demandas dele, ele apresentava. Então, é o que eu tenho a dizer.

A Srª Patrícia Moraes, do JPMorgan. Conheço superficialmente de eventos do setor financeiro, etc.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ela não participava de reuniões da JBS com o BNDES? Nunca...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Como o JPMorgan foi assessor do BNDES, e ela é uma pessoa do escalão técnico do JPMorgan, é possível que ela tenha participado de reuniões técnicas sobre os assuntos. Mas essas reuniões da área técnica eram na área técnica. Eu não me recordo de nenhuma reunião com essa senhora para tratar de assuntos, embora a conheça. E sei da sua, enfim, dentro do JPMorgan, um papel de relevo, uma pessoa respeitada e tal.

A questão, finalmente, de concentração de mercado. É uma preocupação do BNDES observar a legislação de defesa da concorrência. Eu pessoalmente tenho enorme apreço pela questão de defesa da concorrência. Antes de vir trabalhar no banco, eu trabalhei no setor de defesa da concorrência como consultor e sei da importância de fortalecer o Sistema de Defesa da Concorrência, o Cade, etc. O Sistema da Concorrência mudou com o aperfeiçoamento da lei. Anteriormente, as concentrações, as aquisições eram realizadas e só depois as consequências eram avaliadas. A lei agora exige um exame prévio. Eu acredito que todos os...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

, enfim, processos anticoncorrenciais e eventuais, de qualquer empresa, devam ser objeto de investigação ou de denúncia pelos prejudicados ao sistema de defesa da concorrência. De forma que, quando veio a nova lei, nós estabelecemos um convênio técnico de cooperação de tal maneira que o BNDES, antes de fechar uma operação, interage e se certifica com o Cade, com a Secretaria-Geral, de que aquelas operações estão dentro dos parâmetros aceitáveis.

Então, há uma interação técnica.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso desde quando, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, eu acho que foi logo em seguida à edição da lei, não me lembro direito.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Em 2003, 2002.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Se eu lhe der uma data agora eu vou ser, ...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, tudo bem.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... vou estar dando uma data que eu não lembro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Perfeito, perfeito.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Mas, o seguinte, a orientação dada, ainda, quando eu estava na Presidência do Banco, era de não só respeitar como valorizar o novo sistema e buscar uma atitude, inclusive, de cooperação.

E se há aperfeiçoamentos a fazer, eu acho que sempre existem aperfeiçoamentos a fazer.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós estamos abertos aqui.

A CPI funciona exatamente para isso, tendo oportunidade, querendo apresentar, de forma expressa, estamos aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Em permuta comigo, eu passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu agradeço a sua generosidade em permitir essa permuta porque daqui a pouco tenho a Comissão da Mineração, na qual tenho a honra de ser o Presidente.

Bom, cumprimentado o Dr. Luciano Coutinho, eu queria dizer, a respeito de uma das perguntas do Deputado Francischini, que eu não fiquei ainda inteiramente satisfeito porque, pelas anotações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu fiz, com relação a uma verba restante de R$2 milhões, ainda não houve uma explicação, ao menos para mim, convincente, porque uma auditoria do TCU revela que a JBS não conseguiu comprovar, até hoje, a aplicação de R$3 bilhões do total de recursos obtidos do BNDES para compra da Swift, da National Beef e da Pilgrim's, demoradamente comentado aqui pelo Dr. Coutinho.

Para compra da Swift, por exemplo, o BNDES injetou R$1,1 bilhão, mas os auditores não identificaram, até hoje, a aplicação, pelo menos, de R$350 milhões na aquisição do frigorífico.

No caso do National Beef, a JBS usou recurso do BNDES e do fundo Fitprot, formado pelo BNDESPar, Petros, Previ e outros. O negócio não prosperou, isso foi explicado aqui, e a JBS não devolveu os R$614 milhões disponibilizados para a operação.

Então, a pedido dos irmãos Batista, o BNDES autorizou que a soma fosse, então, aplicada na compra da Pilgrim's, mas não há provas – isso foi divulgado pela imprensa – de que isso realmente aconteceu.

Para piorar,

O BNDES comprou 3,5 bi em debêntures da JBS, para sacramentar a aquisição da gigante americana de frango. Até o momento, segundo auditoria do TCU, o BNDES não conseguiu provar o uso efetivo de 1,5 bi – 1,5 bi – nesse negócio. Os 2 bilhões restantes ninguém sabe ao certo até hoje para onde foi. Então, esse é o primeiro item que eu queria perguntar e pedir ao Dr. Coutinho que nos explicasse melhor daqui a pouco.

Outra pergunta que eu queria fazer é com relação à finalidade do BNDES, que tem a ver com tudo que o Dr. Coutinho está dizendo aqui. O BNDES, que foi criado em 1952, segundo seu estatuto, muito explícito, foi criado para promover o desenvolvimento da economia nacional, da economia do Brasil, com geração de empregos e redução de desigualdades. Só que, no dia 21 de dezembro de 2007, o Presidente Lula ampliou empréstimos e financiamentos do BNDES para estrangeiros. Uma data um pouco estranha, 21 de dezembro, com o Congresso já em recesso e praticamente na véspera de Natal, de modo que não deu nem para discutir. Por que, com o Brasil com tantas carências de usinas, de rodovias, de portos, de aeroportos, de metrôs – isso aí ensejou tudo aquilo que tem dado causa a tanta discussão e tanta estranheza e indignação dos brasileiros –, por que o BNDES, que foi criado para atender o desenvolvimento do Brasil, foi emprestar tantos e tantos recursos no exterior para países de pouquíssimo significado comercial para o Brasil? Todo mundo sabe que Moçambique, Angola, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Cuba, etc... Então, esse é um problema pendente que até hoje a maioria dos brasileiros não conseguiu entender.

Então, se possível, o Dr. Coutinho nos explique, porque ele era na época o Presidente do BNDES. E o Dr. Mantega, um pouquinho antes, tinha sido ele o Presidente do BNDES, mas depois estava vinculado ao BNDES como Ministro da Fazenda. Então, esse é um problema pendente que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos, e não podemos perder essa oportunidade em que o Dr. Luciano Coutinho está aqui conosco.

Outra questão que eu pediria ao Dr. Coutinho que nos explicasse é com relação aos juros. Como se sabe, o BNDES emprestava na base de 6% de juros, quando tomava a 11% e emitia títulos públicos nessa base de 11%, e emprestava a 6%, transferindo para os brasileiros o prejuízo de 5%. Essa é outra questão que eu gostaria de ver respondida.

Há também outro ponto que me desperta curiosidade há bastante tempo, com relação ao que sempre o BNDES insistiu em dizer, que havia necessidade de sigilo. Sigilo de operações ou sigilo bancário...

Sigilo de operações ou sigilo bancário, sempre houve aí uma diversidade de expressões para confundir. Mas acontece que o TCU, inconformado com a tentativa, numa tomada de contas, o banco, em vez de prestar contas, o que fez? Entrou com recurso no Judiciário. Aí, num mandado de segurança, que era a discussão, esse Mandado de Segurança nº 33.340, do ano de 2015, o Ministro Luiz Fux respondeu o seguinte: operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidos pelo sigilo bancário a que alude a Lei Complementar nº 105, de 2001, visto que as operações desta espécie estão submetidas ao princípio da Administração Pública, esculpido no art. 37 da Constituição Federal. Em tais situações, é prerrogativa constitucional do TCU o acesso a informações relacionadas às operações financiadas com recursos públicos. E aí há uma frase marcante que deveríamos lembrar todos os dias nesta Casa:

> O segredo, como "alma do negócio", consubstancia a máxima cotidiana inaplicável em casos análogos ao *sub judice*, tanto mais que, quem contrata com o Poder Público não pode ter segredos, especialmente se a revelação for necessária para o controle da legitimidade do emprego dos recursos públicos. É que a contratação pública não pode ser feita em esconderijos envernizados por um arcabouço jurídico capaz de impedir o controle social quanto ao emprego das verbas públicas.

Esse mandado de segurança, com esse pedido de informações de tomada de contas do TCU, até hoje não teve prosseguimento. Então, como estava isso na administração do Dr. Coutinho, eu pergunto: por que não fez essa prestação de contas? Qual era o motivo de esconder tanto essa situação, tanto quanto, aliás, várias obras que foram construídas com financiamento do BNDES, sobretudo a tão famigerada discussão sobre o Porto de Mariel, em Cuba, em que uma parte diz que era empréstimo para governo, outra parte que era para empreiteira, etc.

Eu gostaria de enveredar para outros pontos, mas, considerando, Dr. Coutinho, que há também aqui no Senado uma CPI do Senado sobre o BNDES, rigorosamente só sobre a administração do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES, eu gostaria que V. Exª pudesse nos responder se está disponível para, brevemente, voltar aqui ao Senado Federal, para nos responder sobre essas questões.

Então, em resumo, eram essas as questões, já que até agora o ex-Presidente foi bastante questionado sobre esses seus 9 anos, que me pareciam ser 11, mas ele disse há pouco que são 9 anos. Temos muito a falar, porque o BNDES tem sido identificado pelos brasileiros há muito tempo como a caixa-preta, e essa caixa-preta não foi satisfatoriamente aberta até agora, de modo que nós precisaríamos ainda de muito tempo de V. Sª para termos esclarecimento, afinal, isso é dinheiro público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Senador Lasier.

V. Exª estava fazendo a sua exposição, eu estava me lembrando que uma medida provisória eu estava me lembrando que em uma medida provisória no segundo semestre de 2015, eu coloquei uma emenda, e ela foi aprovada, que determinava que o banco BNDES desse publicidade sobre o resultado desses empréstimos subsidiados, TJLP – conforme V. Exª já colocou – em média 5% a 6%, tomando no mercado a 11%, até mesmo a 14%. Então, em 2016 – se não me falha a memória, janeiro de 2016 –, o Banco então prestou essa informação ao povo brasileiro. Ou seja, de 2009 a dezembro de 2015, o banco BNDES teve um prejuízo na concessão desses empréstimos subsidiados – aqui se inclui a JBS – de R$123 bilhões. Eu queria fazer esse registro.

Passo a palavra, então, ao Sr. Luciano Coutinho para as respostas.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, depois eu queria um pouco qualificar, mas é o seguinte: o prejuízo não é do BNDES, porque o BNDES opera casado. Ele recebia esses recursos do Tesouro Nacional em TJLP, que era a base das suas operações. O BNDES sempre operou com um *spread* de lucro de pelo menos 2%. As operações do BNDES sempre foram operações rentáveis. O banco sempre foi bastante lucrativo, sempre pagou dividendos ao Tesouro Nacional – é importante –, de maneira que nós temos que considerar aqui, então, apenas isso: o BNDES não teve prejuízo. O que havia era um custo financeiro para o Tesouro Nacional sempre que a Selic subia e se descolava da TJLP. Um descolamento de até dois ou dois e pouco por cento era neutralizado pelos lucros e pelos impostos pagos ao Tesouro Nacional pelo BNDES.

Nós fizemos também cálculos para mostrar que a realização de investimento gera receita tributária. Qualquer um sabe: a montagem de um canteiro de obras, a compra de equipamentos, gera imediatamente – o Senador é empresário – receita tributária. Então, se nós consideramos que os investimentos financiados pelo BNDES geram uma rodada de receitas tributárias, que foram calculadas, mais os impostos pagos pelo próprio BNDES, mais os dividendos pagos pelo BNDES, e fizermos essa conta ao longo do tempo, nós vamos ver que esse volume de subsídio do Tesouro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional é muito menor do que o que está nos relatórios, porque o relatório olha apenas o lado dos custos. Não olha o lado dos benefícios. Então, existem estudos comparando custos e benefícios, que eu acho que são mais equilibrados. Com a diferença entre a TJLP e a Selic baixinha, como é no momento, esse subsídio desaparece completamente. Graças à forte queda da inflação e à redução de juros pelo Banco Central, essa diferença hoje... A TJLP está em 7% e a Selic está em 8,25%, mas todo mundo espera que na próxima reunião do Copom haja uma 8,25%, mas todo mundo espera que na próxima reunião do Copom haja uma outra redução, de maneira que a diferença entre as duas taxas vai ficar muito pequena, e ela é mais do que compensada pelos impostos e pelos lucros pagos pelo próprio BNDES.

Então, esse é um fato conjuntural, que eu espero que seja superado definitivamente, na medida em que venhamos a ter a correção da grande anomalia brasileira, que não é o financiamento de longo prazo do BNDES, mas é a Selic, é o fato de que o Brasil tem quase 25 anos de juros de curto prazo extraordinariamente altos. Essa é a raiz da questão, que felizmente está sendo endereçada. Eu espero que a redução do juro seja uma redução duradoura, e que caminhemos para ter um juro de curto prazo em patamares civilizados, porque as operações de longo prazo do BNDES não eram feitas a juro negativo. Elas são juros comparáveis aos juros internacionais, até um pouco mais altas, mas precisa ser um juro real, máximo, de 3% ou 3,5%, porque os empreendimentos produtivos, especialmente olhando longos prazos, precisam ter financiamento compatível. Um juro real muito alto torna inviável o empreendimento produtivo. A taxa de lucro precisa remunerar os investimentos. Então, eu creio que essa é uma questão macroeconômica bem mais complexa, e eu espero que com reformas econômicas, com reformas fiscais, com avanços, possamos equacionar essa questão dos juros atacando a sua raiz.

Eu queria falar então, Senador – e agradeço muito as suas perguntas – sobre a sua primeira questão, que é a questão de comprovação de uso dos recursos. As auditorias e o acórdão do TCU estão ainda em processo de apuração, e o BNDES tem buscado fornecer ao TCU todas as informações. Eu tenho a fundada esperança de que, de uma colaboração construtiva entre o BNDES e o TCU, surja o entendimento e a elucidação desses pontos. Pelas informações que tenho, as finalidades de uso dos recursos nas operações citadas – compra da Swift, compra da Smithfield e depois compra da Pilgrim's – foram amplamente documentadas ao TCU, foram mostradas e comprovadas. O uso dos recursos foi comprovado. Então, eu certamente acho que talvez a gente tenha que detalhar mais e oferecer ainda mais informação para que isso seja definitivamente elucidado.

Em relação à sua questão sobre o apoio às exportações de serviços de engenharia, eu queria lembrar, Senador Lasier Martins... Eu conheço o Senador de várias audiências. Não é a primeira vez que travamos... Lá na Comissão de Assuntos Econômicos, várias vezes. Senador, o apoio à exportação é uma atividade feita por todos os bancos de desenvolvimento de vários países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atividade feita por todos os bancos de desenvolvimento de vários países ou através de *eximbanks* que são bancos...Nos Estados Unidos, por exemplo, tinha um *eximbank* até pouco tempo, a Inglaterra, todos os países da Europa, Alemanha, França, Itália, Japão, Coreia, China têm bancos de apoio à exportação. No caso do Brasil é o BNDES que perfaz essa função de apoio à exportação.

No nosso caso a participação brasileira na exportação mundial de bens e serviços de engenharia é muito pequenininha. Ela era de 1%, 1,2% e, em 2014,chegou a 2,4% da exportação mundial que é muito grande, é um mercado de US$500 bilhões, muito disputado. No caso brasileiro essa operação – é importante que isso fique claro – essa operação é estritamente para apoiar bens e serviços produzidos no Brasil e exportados para um determinado projeto. Então, tomando o exemplo do porto, são os serviços de engenharia mais nobres de concepção, de desenvolvimento do projeto, são equipamentos, dutos, equipamentos dos mais diversos tipos que são produzidos no Brasil e exportados para o projeto.

Como é que essa operação é feita? O exportador recebe isso em reais no Brasil. Portanto, não há transferência de divisas para o país estrangeiro. O exportador recebe aqui em reais e recebe na medida em que a exportação é comprovada, auditada e aprovada pelo país importador, que efetivamente foi feita a exportação etc. Essa cadeia de exportação de serviços compreende – compreendia porque ela está paralisada agora –, compreendia cerca de quatro mil empresas das quais 2.800 são pequenas empresas que geravam quantidade apreciável de emprego no Brasil.

Então, o que nós estamos fazendo ou que se fazia era um reforço da capacidade exportadora brasileira sem transferir dinheiro para governo estrangeiro. O governo estrangeiro ficava devedor e pagava em moeda forte, a prazo, com as devidas garantias. Em média, a participação brasileira no projeto...É que parece que o BNDES financiou 100% do projeto. Não. Como o BNDES só financia conteúdo produzido no Brasil a média da nossa participação era em torno de metade ou menos da metade dos projetos. A outra metade dos projetos era custeada, ou pelo orçamento do País, ou por outras agências, outros concorrentes porque esses projetos, via de regra, não eram apenas, embora podia até a construtora brasileira poderia ser líder do consórcio, mas frequentemente ela importava equipamentos de outras fontes usando outros financiamentos. Então, era uma composição de financiamentos.

Essa atividade existe, Senador, desde os anos 90. Ela não é uma atividade que começou no Governo do ex-Presidente Lula. Ela existe

atividade que começou no governo do ex-Presidente Lula. Ela existe há muito tempo.

Em termos acumulados, o mercado mais importante é o dos Estados Unidos, de longe. Depois vêm os mercados da América Latina e, depois, os mercados africanos. De maneira que ela nunca representou mais do que 5%, em média 3%, 3,5%, do desembolso total do BNDES. Ou seja, ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava sendo feita em detrimento de obras ou de projetos no Brasil. Os nossos projetos dependiam da nossa capacidade de governo de formular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ..., de desenvolver, de colocar esses projetos em licitação. E não havia uma, digamos assim, troca, "eu estou fazendo um projeto no exterior e, então, não posso..." Nunca aconteceu isso, porque a gente sempre teve recursos para garantir em primeiro lugar os projetos no País.

Então, são essas, digamos, algumas explanações que eu queria adicionar.

A questão do sigilo bancário, que foi a sua última questão.

Essa é uma questão para a qual eu gostaria de esclarecer o seguinte: nunca houve uma resistência ou uma disputa com o TCU, pelo menos do nosso ponto de vista. O que existia era o seguinte: existe uma lei complementar, que é a lei bancária, que obriga todos os bancos no sistema nacional a observarem o sigilo bancário.

Ora, se eu... E existia uma característica específica: o Banco Central e outros organismos têm a obrigatoriedade de preservar o sigilo bancário. A lei que criou o TCU não estabeleceu explicitamente que o TCU tinha a obrigação de preservar o sigilo bancário. Então, por uma questão jurídica e, inclusive, por uma questão de jurisprudência, porque julgados anteriores haviam sido em sentido diverso, nós tínhamos o receio de fornecer informações relativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... à intimidade financeira de uma empresa...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Mas V. Exª está em colisão com a decisão de um ministro do Supremo.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não! Não! Não! Não! Espera aí. Eu não terminei. Não estamos em colisão com...

Como nós tínhamos uma insegurança – tínhamos, no passado – a respeito de fornecer o sigilo bancário que diz respeito à intimidade financeira de uma pessoa jurídica, quando diz respeito a qual o seu nível de alavancagem, qual o seu *rating*, qual a sua estratégia de negócios, qual o seu plano de negócios, essas são, todas, matérias muito delicadas. Se você dá publicidade a isso, você causa dano à concorrência, porque você está dando informação para os concorrentes. Então, há aqui uma razão de ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bom, quando o TCU... E a gente sempre foi fornecendo. Chegou o momento em que o TCU quis, de fato, ter informações sobre a intimidade financeira da empresa. Então, nós fizemos uma consulta ao Supremo para o Supremo elucidar a questão. E no momento em que a turma do Supremo decidiu

E, no momento em que a turma do Supremo decidiu que, sendo órgão de controle, o TCU deveria receber as informações relativas ao sigilo bancário – note bem que o TCU recebe as informações, mas fica obrigado a conservar o sigilo, porque, na verdade, a gente não pode simplesmente... Salvo suspeita fundamentada de um ilícito com autorização judicial, você não pode abrir nem o sigilo do cidadão sem o devido processo legal, nem o de uma empresa sem o devido processo legal.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Dr. Luciano, com todo o respeito, Dr. Luciano, não foi uma consulta ao Supremo, foi um mandado de segurança.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. É o instrumento.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – E essa ação judicial simplesmente paralisou e até hoje não teve desdobramento.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não é... Senador, desculpe-me, o senhor tem razão, não foi uma consulta, porque o Supremo não admite consulta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Foi um mandado de segurança.

Mas, na nossa situação, o Supremo decidiu. Na hora em que o Supremo decidiu, imediatamente nós fornecemos todas as informações ao TCU, todas as informações ao TCU. Então, essa informação de que o Banco não está cumprindo não é verdadeira. O Banco está cumprindo todas as informações. Ainda no meu período, entreguei todas as informações solicitadas pelo TCU.

Mais ainda: nós revertemos algumas decisões em 2015, juntamente com o Ministro Armando Monteiro, hoje Senador Armando Monteiro; nós anunciamos – e então o Ministro do Desenvolvimento e Comércio – uma ampla política de transparência de todas as informações. O BNDES hoje tem e sempre teve, desde 2008, todas as suas informações públicas, todos os contratos são públicos.

Mas, a partir de 2014 e 2015, nós aperfeiçoamos. O *site* do BNDES é extremamente amigável, qualquer pessoa pode entrar e identificar qualquer operação. O BNDES... Inclusive, as operações de exportação para o exterior. E o BNDES é, comparado aos outros bancos, o banco mais transparente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

banco de desenvolvimento mais transparente entre os seus pares. Portanto, esta história de caixa-preta é um *slogan* que foi inventado e que continua sendo repetido injustamente para nós.

Desculpe-me a minha... Eu lhe peço desculpas, porque sinto que há um não reconhecimento do esforço feito, e não é consigo a minha... O meu sentimento não é com o Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – É com o Brasil inteiro.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não é com o Brasil inteiro. É que às vezes se passa uma versão, e uma versão vira verdade. E ela não... E você não examina em profundidade. Então...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Em réplica, me permita duas questões ainda, que acho que não foram ainda bem respondidas.

V. Exª usa muito a expressão "exportação de serviços". Na verdade, foi exportação de trabalho, isto é, o BNDES criou milhares de trabalhos no exterior em detrimento do trabalho no Brasil, porque essa imensidade de obras lá fora, metrôs, usinas, aeroportos, ferrovias, rodovias, em duas dezenas de países, isso proporcionou muito trabalho lá fora, quando precisávamos dessas obras de infraestrutura e precisamos até hoje, aqui. E foram feitas lá fora, em verbas investidas lá fora. Esse é um ponto.

O outro ponto é que ouço o senhor dizer que esses recursos

dizer que esses recursos eram emprestados, eu queria tirar essa dúvida. Esses recursos são emprestados aos governos estrangeiros ou às empreiteiras que vão trabalhar lá fora? Qual é a verdade?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O tomador, o BNDES desembolsa em Reais no Brasil e não transfere divisas para o governo estrangeiro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Para o governo estrangeiro. Em todas as obras?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Em todas as obras. Ele paga em Reais aqui, ao fornecedor da exportação. O governo estrangeiro fica devendo em moeda estrangeira para o BNDES, com as devidas garantias, e, Senador, o BNDES, diferentemente dos outros bancos, não financia gastos locais. O BNDES financia exclusivamente bens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... e serviços produzidos no Brasil e exportados para o exterior. Ou seja, bem e serviços que geram emprego no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O caso de Mariel foi empréstimo para a Odebrecht ou para o governo cubano?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O tomador final é o governo cubano. A Odebrecht...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Então, eu quero lhe pedir permissão, eu fui investigar, Dr. Coutinho, fui investigar e obtive um vídeo, em que essa sua opinião é contrariada. Se a técnica tem condições, eu peço que produza aqui, na tela, a divergência.

Campanha 2014, campanha Presidencial.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – A candidata ao governo diz que o empréstimo é para a empreiteira.

O essencial já saiu ali, o essencial está ali.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – E, aí, Doutor, qual é a verdade? V. Exª diz uma coisa, a candidata diz outra.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Do trechinho do debate eu não entendi exatamente o que é que ela estava querendo dizer, mas é o seguinte...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Quem sabe, reproduzimos para o senhor entender?

Vou reproduzir.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não precisa reproduzir de novo. É porque, se quiser, pode reproduzir, mas não vai me elucidar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Desnecessário. Ela é muito clara, quando ela diz que não é para o governo externo, não é? Ela é muito clara.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Doutor, desde que se criou a liberação de verbas para o BNDES investir lá fora, foi para investir em empresas. Queiroz Galvão, principalmente, a Odebrecht, com o acompanhamento, para cima e para baixo, do Presidente Lula, fazendo a oferta. Isto é verdade ou não é verdade?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, Senador, o BNDES recebe projetos aprovados depois de uma priorização dentro do Comitê de Financiamento e Comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois de uma priorização dentro do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, o Cofig, e por uma Câmara de Comércio Exterior, a Camex. Esses projetos são obtidos pelas exportadoras brasileiras, pelas construtoras, eram obtidos. Eles eram priorizados, passavam por todo um filtro, um mecanismo de governança fora do BNDES, que acompanhava isso. E uma vez priorizados pelo Governo e uma vez recebendo o seguro de exportação, dado pelo Fundo Garantidor de Exportações, incumbia ao BNDES a execução do processo de exportação, de apoio à exportação. Então, do ângulo da exportação, o BNDES estava, entre aspas, "financiando" a exportadora, estava adiantando recursos para a empresa exportadora, se você olhar o processo do ângulo da moeda nacional. Se você olhar do ângulo da moeda estrangeira, da dívida estrangeira, era para o país importador ou por uma empresa importadora. Isso porque, por exemplo, o Brasil exportava muitas aeronaves para os Estados Unidos. Nesse caso não era o governo americano, era uma empresa americana a compradora.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não era verba do BNDES, Doutor?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não era verba do BNDES?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, eram recursos do BNDES desembolsados em reais para a Embraer, que gerava um contrato com, digamos assim, uma grande operadora aérea americana. Vários contratos aconteceram de venda de aeronaves da Embraer. Então, o exemplo vale nesse sentido. Olhando do lado da operação em reais você tinha um agente de exportação que recebia em reais o recurso. Olhando pelo lado do exterior era um financiamento, como aparece ali na minha ... Eu estou falando exatamente o que eu falei na CAE. Apareceu ali a minha fala na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Dr. Luciano, nós temos aqui ainda, coincidentemente, o número 13 de pessoas ainda para indagar.

V. Exª tem direito à réplica.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não. Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP - AL) – Está satisfeito?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Estou satisfeito, estou satisfeito. Eu deploro as evasivas do presidente, com todo o respeito, mas nada mais tenho a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exº

Passo a palavra, então, ao autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos ainda sem almoço, querido Izalci. Então, se o amigo pudesse ser um pouco mais breve, pois ainda temos 13 oradores.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, vou entregar as perguntas novamente para que ele possa respondê-las. Mas como eu já tive oportunidade, nesses últimos quatro anos, de inquerir e ouvir o Dr. Luciano Coutinho por diversas vezes, eu gostaria que fosse uma resposta, Dr. Luciano Coutinho, de forma bem objetiva, sem muito rodeio técnico. Se V. Sª pudesse responder de forma bem objetiva, para mim seria muito bom, até para antecipar isso.

Na época em que V. Sª ocupava a presidência do banco havia governança política no BNDES o o BNDES era apenas um agente executor de decisões políticas previamente definidas no Palácio do Planalto?

Se havia governança política no BNDES, quem foi o responsável pela decisão de implementar a política de campeões nacionais?

De quem foi

de implementar a política de campeões nacionais? De quem foi a decisão de ampliar o processo de internacionalização das empresas nacionais mediante, inclusive, participação acionária? V. Sª poderia nos apontar as atas do conselho de administração onde as razões para a implementação dessas decisões são explicitadas?

Nesse contexto, recentemente, o atual Diretor Financeiro do BNDES, Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, deu a seguinte declaração – abre aspas: "O BNDES foi o mensageiro. Não é justo atirar no mensageiro. Tem que pegar quem resolveu, quem tomou a decisão de mandar aquela mensagem." Indago a V. Sª: foi o mensageiro ou foi o responsável pela decisão de enviar a mensagem? V. Sª foi o mensageiro ou foi o responsável de enviar a mensagem? Se foi o mensageiro, quem foi que resolveu enviar essas mensagens?

Na época em que V. Sª ocupou a Presidência do BNDES, foi identificado algum caso de interferência política com o propósito de influenciar decisões internas do banco relativas à liberação dos recursos do grupo J&F? V. Sª chegou a tratar com o ex-Ministro Guido Mantega ou mesmo com algum preposto dele, a exemplo do Victor Sandri, algum assunto de interesse do grupo J&F? Qual assunto e por que razão?

V. Sª, durante quase dez anos em que esteve no BNDES, nunca escutou nada acerca da existência de uma conta corrente que era periodicamente alimentada com propina após cada liberação de recursos do BNDES com o grupo J&F?

Na época em que V. Sª ocupou a Presidência do BNDES, quem foi o responsável por aprovar, em última instância, as operações de internacionalização envolvendo o grupo J&F, quer na via de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empréstimo, quer por intermédio de participação acionária ou aquisição de debêntures? Quantas instâncias de decisão são envolvidas desde a protocolização do pedido até a liberação dos recursos?

No âmbito do BNDESPAR, a quem coube a decisão de entrar pesado no mercado de capitais no setor de carne? Por que a JBS foi escolhida para receber os financiamentos via participação acionária? Onde estão as análises que suportavam essa decisão?

Inclusive, quero aqui aproveitar, e gostaria que V. Sª anotasse, há uma informação aqui: a alteração normativa que permitiu a aquisição de debêntures conversíveis em ações da Pilgrim's foi redigida em seu gabinete, sem a análise prévia da área técnica, e foi utilizada uma única vez na história do BNDESPAR, demonstrando que não havia demanda no mercado. A JBS tinha conhecimento ou solicitou isso?

Uma vez que não existem garantias à concentração em setores específicos via mercado de capitais, não é muito arriscado para o BNDESPAR? Por que isso aconteceu com a JBS? Faltou governança empresarial? Essa decisão foi de quem?

Em recente audiência aqui nesta Casa, o Tribunal de Contas apontou para a existência de certa ingerência por parte do Ministério da Fazenda nas definições do BNDES no que diz respeito à concessão de financiamentos. Disse que a interferência partia especialmente da Camex, da Sain, que é da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., mediante a emissão de uma autorização do Comitê de Enquadramento e Crédito e Mercado de Capitais do BNDES. V. Sª poderia nos explicar em que medida essa interferência contamina o processo decisório do BNDES?

Em que medida essa interferência contamina o processo decisório do BNDES?

Atualmente, tramitam no TCU alguns processos que avaliam as operações realizadas pela JBS junto ao BNDESPar entre os anos de 2005 e 2014. Há, inclusive, dois acórdãos já proferidos sobre o tema, o 3.011, de 2015, e o 800, de 2017.

O 3.011 trata da avaliação de operações envolvendo National Beef, Pilgrim´s Pride e Bertin. Inclusive, V. Exª tem de anotar, porque não está no papel, uma informação: o BNDES, por sua gestão, fez aportes de capitais no Frigorífico Independência, que faliu, e no Frigorífico Bertin, que foi comprado pela JBS para não falir. Esses aportes de capitais também foram analisados por sua equipe e aprovados por sua diretoria? Essas operações eram do conhecimento do Sr. Guido Mantega? Houve algum pedido dele em relação a elas, Independência e Bertin?

Segundo a fiscalização recente do Tribunal de Contas, o prazo médio para processar o financiamento de um processo de grande porte, período compreendido entre a data da protocolização até o pedido da data da deliberação, gerava em torno de 210 dias corridos, 150 dias úteis. Todavia, no caso da JBS, foram identificados prazos inferiores a 22 dias. V. Sª saberia nos explicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por que as liberações de recursos nas operações envolvendo as empresas do Grupo J&F eram mais ágeis, de 150 para 22 dias?

Eu conheço algumas pessoas que lidaram com o BNDES e levam meses e meses.

Ainda de acordo com a fiscalização do Tribunal de Contas, houve várias operações que beneficiavam o Grupo J&F e que redundaram em perdas expressivas. De acordo com as análises daquela Corte, do Tribunal de Contas, houve pagamento indevido de ágio na subscrição de ações da JBS, houve tratamento privilegiado nos trâmites dos processos da JBS e houve dispensa de recebimento de bônus quando da conversão de debêntures para ações da JBS. Eu indago a V. Sª se saberia nos explicar por que tamanho interesse do BNDES em alavancar as operações do Grupo J&F, contrariando, inclusive, os interesses locais da população, tendo em vista a concentração de mercado e a geração de emprego no exterior?

Em relação ao pagamento de ágio, citado no Acórdão 3.011, do Tribunal de Contas da União, em que o Tribunal alegou que tanto uma conceituada agência de risco quanto a própria equipe de análise do BNDES apontaram a aquisição da Swift pela JBS como um negócio de elevado risco, dada a circunstância de crise no mercado de carne nos Estados Unidos entre 2007 e 2008.

Ocorre, todavia, que o BNDESPar, a despeito dessas circunstâncias adversas de mercado, adquiriu ações da JBS para que ele tivesse o Fund para comprar a Swift. As ações foram adquiridas, inclusive, com ágio de R$0,50 por ação, em que pese o patrimônio líquido da Swift se encontrar negativo. Mesmo assim, pagou-se R$0,50 de ágio nessas ações. V. Sª saberia nos explicar a verdadeira motivação dessa operação vez que todos os sinais existentes tanto do mercado quanto da empresa mostravam-se desfavoráveis?

Em outro acórdão e num processo do Tribunal de Contas, o TC-034940, que foi o Acórdão 1.412, de 2017, restou comprovado o açodamento do BNDES na avaliação de risco de uma operação, uma vez que foi aprovado um crédito de...

...do BNDES na avaliação de risco de uma operação, uma vez que foi aprovado crédito de R$450 milhões para o frigorífico Independência Participações S. A., mediante apresentação de documento contábil fraudulento.

Após 18 dias do pleito, o BNDES aportou R$250 milhões na empresa, sendo que o frigorífico recorreu 90 dias depois à sua recuperação judicial, dada a sua situação completa de insolvência.

Ocorre que nesse intervalo o BNDESPAR financiou a aquisição de participação acionária do frigorífico Independência pela JBS, sob a alegação de que o BNDESPAR buscava proteger o seu investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª saberia explicar o que motivou tamanha negligência do banco ou foi uma ação deliberada para deixar o ativo mais atraente para JBS?

E para encerrar, Sr. Presidente – só tenho mais uma –, ainda nesse contexto, no início de 2008, o Grupo Bertin solicitou apoio do BNDSPAR, por meio de um aporte de capital via participação acionária, no montante de 2,5 bilhões.

A operação foi aprovada e os recursos foram liberados em quatro parcelas ao longo de 2008, sendo um bilhão no final de abriu, 500 milhões... e 300 milhões em setembro, e 700 milhões no final de dezembro.

O balanço do grupo Bertin...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ...relativo ao exercício de 2008, divulgado em 2009, revelou um prejuízo de 681 milhões e uma dívida de 5,5 bilhões.

Tendo o balanço de 2008 do Betim demonstrado essa situação crítica, foi vislumbrada a quantidade de uma fusão com algum dos outros grande frigoríficos existentes no País.

Uma primeira tentativa foi com o Grupo Marfrig. Não apresentou os resultados esperados, mas a ideia acabou sendo bem sucedida nas negociações do grupo JBS.

Após a operação, o valor da participação do BNDESPAR ,tinha a empresa Bertin, caiu de 2,5 bilhões para 1,742 bilhões, com uma perda de 758 milhões. Ou seja, aproximadamente 30%.

V. Sª saberia explicar o que motivou tamanha negligência do banco ou foi mais uma ação deliberada para favorecer a JBS?

E, para encerrar, ainda segundo auditoria do Tribunal de Contas, falta à JBS comprovar a aplicação de 3 bilhões, obtidos junto ao BNDES, para comprar a Swift, a National Beef e a Pilgrim's.

De acordo com as análises para a aquisição da Swift, o BNDES aportou à JBS 1,1 bilhão. Todavia, resta identificar a aplicação de 350 milhões no caso da National Beef. A JBS não comprovou a aplicação de R$614 milhões, desde que o negócio não prosperou. Já no caso da Pilgrim, falta à JBS comprovar a aplicação de R$2 bilhões.

V. Sª chegou a acompanhar alguma dessas operações? O que de fato ocorreu? E nos diversos processos que tramitam atualmente no TCU, já existe um valor apurado de prejuízo da ordem de de R$850 milhões na operação entre o BNDES e a JBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª foi chamado a prestar alguns esclarecimentos sobre esses processos? Poderia nos dar algum detalhe sobre isso?

Essas são as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Marun. PMDB - MS) – Nós temos aqui 14 Parlamentares inscritos.

Eu vejo que muitas das perguntas começam a se repetir. Isso é natural...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Só responde o que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Marun. PMDB - MS) – Exatamente.

Então, obviamente, V. Sª tem a prerrogativa de, se quiser, responder de novo até porque... Mas, a princípio, algumas das perguntas formuladas pelo nobre Deputado izalci já foram respondidas.

Então, cabe a V. Sª...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Só o que não foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Marun. PMDB - MS) – Exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – De forma bem objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Marun. PMDB - MS) – Positivo.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bom, realmente, o Deputado Izalci fez uma varredura completa de muitas perguntas. Então, várias delas uma varredura completa de muitas perguntas. Então, várias delas já tinham sido explicadas detalhadamente ao Deputado Francischini e a outros Deputados que fizeram uma lista longa. Mas eu vou tentar ser telegráfico, em respeito ao Deputado.

Primeiro, Deputado, o BNDES tem uma governança técnica, estritamente técnica, e uma governança colegiada, atenta à conformidade dos seus procedimentos. É essa governança, que é feita por vários colegiados e várias equipes – são pelo menos cinco equipes diferentes, com dois colegiados diferentes, envolvendo pelo menos 50 pessoas –, que garante a integridade dos processos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só com relação a isso – não queria interromper, mas já interrompendo –, a essa pergunta que eu fiz com relação às ações da Pilgrim's. Foi dito que foi feita no seu gabinete a análise prévia dessa questão. A única fez que foi feito no gabinete foi nesse parecer. V. Exª nega isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu não tenho conhecimento de nenhum normativo ter sido escrito no gabinete do Presidente. Os normativos passam por todo o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exª nega isso, então? É só um "sim" ou um "não".

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nego porque não faz parte da governança do BNDES...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É por isso que eu citei aqui que foi a única vez na história do...

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... o Presidente ter um normativo que não tenha cumprido o processo interno de discussão, de aprovação, etc. A não ser que ele tenha...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa da Pilgrim's não foi a JBS que pediu? Essa questão eu tenho que deixar muito clara. Ninguém solicitou para V. Sª com relação a essa questão das debêntures, que foram convertidas em ações, nesse aspecto da Pilgrim's?

O SR. LUCIANO COUTINHO – No caso...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Porque é uma colocação única. Foi a única vez na história do BNDES que aconteceu isso, essa conversão, essa normativa que foi feita no gabinete de V. Exª para atender a conversão das debêntures nas ações da Pilgrim's.

O SR. LUCIANO COUTINHO – As operações de capitalização de debêntures estão previstas em um contrato. O contrato já está lá pronto...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ninguém pediu nada para V. Sª?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não pediu. Tem uma cláusula específica...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só isso que eu quero. A resposta é só essa.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Na verdade essa debênture não era uma debênture qualquer. Era uma debênture mandatoriamente, obrigatoriamente conversível em ações. Era aquilo que se chama "quase *equity*". Ela tinha um caráter muito mais de *equity* do que de dívida. E ela está regulamentada no sistema BNDES há muito tempo. Não há uma novidade nesse ponto.

V. Exª perguntou também... Por outro lado, o BNDES é um organismo definido na lei da sua criação como uma ferramenta do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, ele deve atender aos planos nacionais de desenvolvimento. Dois planos importantes – a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e a Política de Desenvolvimento Produtivo – foram políticas que recomendaram a exportação e a internacionalização, e especialmente a PDP não apenas reforçou a política de internacionalização de empresas nacionais, como – era fato público – listou setores onde essa política teria mais chances de êxito. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa declaração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

politica teria mais chances de êxito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa declaração do Carlos Thadeu, na mensagem?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu não quero opinar porque eu não vi aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu estou perguntando. Eu estou perguntando se, com relação ao que ele disse, o que diz V. Exª com relação a isso. Ele diz aqui: "O BNDES foi o mensageiro...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... Não é justo atirar no mensageiro. Tem que ver quem mandou a mensagem." É isso que...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bom, o BNDES é uma entidade técnica, ela está dentro da estrutura de governo e ela tem a sua governança independente, de natureza técnica, mas as prioridades de um governo são definidas, e a lei que criou o banco o define como uma ferramenta de desenvolvimento do País e de diretrizes de desenvolvimento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi o Guido Mantega que interferia nisso? Foi o Guido Mantega?

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... estabelecidas pelos diferentes governos. Então, eu interpreto...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O ex-Ministro Guido Mantega, nessa colocação de V. Sª?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A participação do Ministro Guido Mantega ou algum mensageiro dele, como o Victor Sandri, inclusive.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, eu...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Teve alguma interferência em algum processo? É o item cinco aí.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu repito essa questão e esclareço de novo, eu não conheço...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... o Victor. Eu nunca recebi nenhum pedido indevido do Ministro Guido que estivesse vinculado a qualquer processo dentro do BNDES.

A questão de prazos, V. Exª chamou a atenção. Com base no TCU expliquei também que esses prazos não correspondem a prazos efetivos, prazos no caso da Swift foram pelo menos os 12 meses;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos outros casos, de cinco a seis meses. E esses prazos não foram diferentes para outras operações com outras empresas. Apenas o registro final da operação que dava publicidade dentro do BNDES era feito na etapa final, para minimizar o risco de vazamentos. Foi explicado em relação aos prazos.

Em relação a pagamentos de propina ou qualquer tipo de financiamento político, eu não tenho o menor conhecimento relativo a essas questões, nunca tratei ou vinculei qualquer processo no BNDES a esse tipo de contribuição ou de ilícito, sei lá.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – V. Exª tomou conhecimento depois dessa conta corrente que existia?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exª tomou conhecimento dessa conta corrente que existia, de propina, pelas delações?

O SR. LUCIANO COUTINHO – V. Exª me perguntou.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não tinha conhecimento, não tinha tido nenhum conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só agora tomou conhecimento?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Só depois. Tomei conhecimento das alegações ao ler excertos das delações, da delação, que revelam essas supostas contas, mas eu nunca tive conhecimento disso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nunca desconfiou de nada, que havia...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... alguma propina nisso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não. Nunca tive nenhuma insinuação, nenhum processo nisso.

Bom, sobre prazos, eu acho que é uma série de questões, Deputado, sobre o pagamento dos acórdãos, sobre o pagamento de ágio. Eu acho que nós não vemos pagamento de ágio, dado o sistema de precificação que o mercado utiliza, que é um sistema de precificação que olha para o futuro, traz ao valor presente, e não tem, não há como falar de ágio, porque você está comparando

Não há como falar de ágio, porque você está comparando preço pago com preço passado. Portanto, nós temos que comparar a nova empresa, por exemplo, que surge da aquisição da Swift – uma grande empresa internacional, com acesso a mercado – com uma empresa pequena. Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posso comparar com a mesma métrica, usando o espelho retrovisor para calcular o valor de um novo empreendimento no futuro. Então, essa é a questão.

Bom, não houve dispensa do prêmio. Eu já expliquei. Esse prêmio era devido se e só se não fosse cumprida a condição de abertura do capital. Eu expliquei que essas aquisições tinham um elemento de risco, mas era um elemento de risco calculado, dada a capacidade da empresa de reestruturar, e o fez com sucesso, e havia um plano de negócios robusto indicando isso. E as aquisições... Infelizmente, a falência, as dificuldades de uma independência e as dificuldades do Grupo Bertin nada têm a ver com essa interpretação de que elas... Essas empresas andaram mal por causa de gestão própria. Nenhuma empresa vai falir porque quis falir. Então, é um tipo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... de interpretação que não tem cabimento depois atribuir isso como se fora para favorecer a JBS. Não faz sentido lógico isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é, mas houve um caso, só para... Houve um caso em que o Tribunal de Contas disse que a prática normal do BNDES no cálculo, por exemplo, do preço da ação do dia, que foi questionado... Porque havia uma tradição de pegar por 30 ou 60 dias, e nesse caso aqui da National, a média foi dos 120 últimos pregões, porque pegava um valor maior se fizesse o cálculo em cima de 120 pregões, e a tradição do tribunal era de 30 ou 60 pregões. Só usou 120 porque o valor da ação lá atrás era muito maior.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Isso aqui é o seguinte: o tribunal não é um banco de investimento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...não tem prática nessa questão. Isso aqui é o seguinte: a Lei das Sociedades Anônimas estabelece explicitamente que é prerrogativa da empresa emissora definir o preço da emissão, e a empresa pode usar vários critérios. Ela pode usar fluxo de caixa descontado, ela pode usar a média de preços de mercado, e a lei não especifica que é 30 dias.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas, tradicionalmente, sempre usou um critério. Aí, de repente, vem a JBS, e o critério era outro.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Mas ela...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Isso foi o que aconteceu.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...é prerrogativa. O importante, Deputado, é que esses aumentos de capital foram aprovados em assembleias gerais com participação de minoritários, com aprovação, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esses aumentos de capital tiveram maciça participação dos acionistas minoritários, que, no caso da Swift, aprovaram por unanimidade a operação. E não eram minoritários quaisquer. Eram grandes fundos de investimento, vários deles internacionais, que sabem fazer as contas e têm sua própria capacidade.

Por último, a suposta falta de comprovação das aplicações ao texto. Eu já tinha também explicado que o BNDES forneceu e está disposto a elucidar e aprofundar a questão das comprovações. Todas essas operações têm comprovações. Parte delas foi para readequar a estrutura de capital e

reduzir dívidas das empresas adquiridas. E por último, o balanço líquido. Se eu pegar a valorização das ações de ontem, o balanço líquido de ganhos da BNDESPar, que na transparência que foi aqui mostrada dava 3,6 bi, hoje estaria em 2 bi por conta da crise de reputação da empresa e da perda de valor da ação. Mas não é negativo.

Me desculpe, mas eu tentei telegraficamente...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem.) – O tempo do Izalci já terminou, né?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Já terminou. Concluiu, não é, Deputado Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas a prosa aqui é muito boa, Dr. Luciano, porque é um contador de carreira o Deputado Izalci, como eu também comecei a minha vida como contador; e um economista aqui, não é? Então esse papo aqui, se deixar, nós vamos noite adentro, e nós conhecemos um pouco do assunto, não é, Deputado Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Até porque dois mais dois são quatro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não tem jeito, os números não mentem, não é? O homem, sim.

Concedo...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Presidente, me dá um...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro, claro. O nosso convidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por favor.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Por favor, fique à vontade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, amanhã está confirmado 9h presença do Willer?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Willer, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Às 9h?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isto. E do Procurador Ângelo Goulart Villela...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... ficou para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Na outra. Passando a seguinte, na outra: 17.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E será sempre às 9h mesmo, ou...?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isto, isto. Olha, veja só o exemplo de hoje: nós começamos às 9h30 e já estamos já quase chegando à Ordem do Dia. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É verdade. É que algumas vão demorar mais, então, dependendo...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É, é. Mas...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu até sugiro, Presidente, por exemplo, quando for o Joesley, que fosse num dia só ele, para não ter que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ou o irmão dele talvez, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Para a gente ganhar tempo, porque senão a gente não vai conseguir.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente, vamos de agora em diante nos deter no tempo regimental, para que possa a gente concluir aqui a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos, vamos sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – ... e todos possam participar da reunião, até porque, de agora em diante, as perguntas começam a ficar repetitivas. Com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É. Eu vou até recomendar ao Dr. Luciano Coutinho...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Tem que ser pragmático, ser mais...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mais direto...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – ... direto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... e que não responda perguntas já proferidas, não é?

Agora, o Deputado João Gualberto quer saber que dia que nós vamos botar os políticos aqui, né? Concordo plenamente com V. Exª. Nós não podemos neste momento é perder o nosso foco, né? O nosso foco é investigar esses empréstimos concedidos ao Grupo JBS, então esse é o foco principal desta CPMI; como também a Comissão de Valores Mobiliários. Aquele moço hoje, o Dr. Márcio Lobo, ele contribuiu pouco, mas ele disse algumas coisas interessantes. Ele disse que a CVM não cumpriu, Deputado Izalci, com as suas atribuições. E eu sabia que não tinha.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não só a CVM, mas os outros órgãos também: Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – CADE, o Coaf...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Banco Central, Banco do Brasil, todos eles podem...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, esse é o nosso objetivo. Agora, isso desemboca onde? No meu entendimento, desemboca no político, nós sabemos disso, não é? De onde é que saíram esses milhões para irrigarem essas campanhas? De onde saíram? Saíram dessa empresa, desse grupo JBS. E quem era o sócio desse grupo JBS? O Brasil – isto é sabido –, mas nós estamos iniciando. Podemos dizer que nós estamos iniciando.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nós não sabemos ainda quem é o sócio oculto.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Mas acaba em dezembro, não é, Presidente? Dezembro já acaba.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Vamos ver, se for da vontade do plenário...

Agora, as informações que nós solicitamos, milhares de informações, que deverão começar a chegar agora, já a partir da semana seguinte, eu espero que o Congresso Nacional já tenha adquirido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este *software* que faz esse cruzamento de informações. Isso vai facilitar muito o trabalho de todos nós, principalmente dos nossos relatores e sub-relatores.

Eu vejo que nós podemos ter resultado aí extremamente positivo para o nosso País e o nosso povo.

Hoje, a vinda do Dr. Luciano Coutinho é muito importante para nós, ouvir dele como foi que o Brasil virou sócio desses dois empresários.

Luciano Coutinho já voltou. Então, com a palavra V. Exª, Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sr. Presidente e Dr. Luciano Coutinho, V. Exª acabou de falar que a presença até agora e as respostas do Dr. Luciano estão elucidando muito. Se o senhor tivesse participado da CPI do BNDES, em 2015, mais ou menos dois anos atrás, ele falou exatamente coisas bem parecidas. Ele chegou aqui... Aliás, eu estranhei muito quando o PT fez de tudo para ele ser o primeiro a ser ouvido na CPI do BNDES, e o próprio também mandou ofício pedindo para ser ouvido. Se não me engano, o senhor foi o primeiro a ser ouvido, no final de agosto e início de setembro, exatamente pela capacidade que tem de articular as respostas. Ele fez a mesma apresentação aqui, talvez seja a mesma – não lembro direito, acho que foi a mesma –, bem parecida, falando de governança, que o BNDES é tudo perfeito, lá o brasileiro não perde dinheiro, não emprestou nada errado, fez tudo certinho. Então, foi a mesma apresentação, as mesmas respostas, exatamente o que aconteceu há dois anos.

Sobre o Frigorífico Independência, a mesma coisa, embora o seu proprietário tenha dito naquele momento que, se tivesse a influência política no BNDES, ele não teria quebrado. Falou para mim em uma resposta que ele deu para uma pergunta minha. Então, coisas bem parecidas.

Quando indagaram o senhor sobre os empréstimos para os países lá fora, o senhor não respondeu se a ex-Presidente Dilma mentiu. Ela mentiu naquele debate ou não? Ou ela se enganou? O que houve ali? Porque ela falou com muita convicção que os financiamentos eram feitos para as empresas, e não para os países. O que ela fez ali? Ela mentiu, ou omitiu, ou se enganou? O que ela fez, embora mostrasse uma convicção muito grande?

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Isso é uma pergunta de V. Exª?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu vou usar os doze minutos para tudo: pergunta e resposta. Não tem mais o que perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – O.k. Mas ele está até anotando. Então, ele vai responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ele pode responder de imediato. Eu só vou usar os doze minutos: os dez minutos e os dois.

Ela mentiu ou não mentiu?

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Cinco minutos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, dez minutos. Autor, dez minutos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Mas o primeiro autor é o Deputado Izalci. V. Exª é cinco minutos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então, eu posso usar o tempo de Liderança também do Partido: mais oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Então, faça esse bate-bola, mas vamos obedecer ao prazo.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O.k., eu vou obedecer.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Por favor.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ela mentiu ou não, Dr. Luciano? O senhor a escutou falar.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Aparentemente, não acho que ela mentiu, que foi uma mentira. Agora, eu acho que é uma questão

que eu não... Quem tem que responder é a pessoa que falou.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Está, mas na interpretação do senhor... O senhor a escutou falar. Ela mentiu ou não, se enganou?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Difícil dizer, não é? Porque ela... Diálogo completo, acho que ali é um enxerto do diálogo. Eu... Não sei o que é que precedeu e o que é que sucedeu. Então, acho que é a própria...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Já foram feitas quase todas as perguntas. Não vou repetir, senão vai cansar todo mundo. E todo mundo tem compromisso daqui a pouco.

Mas o senhor já teve ou tem os bens bloqueados pela Justiça, ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO COUTINHO – Há uma ação no Município de Dourados, no Mato Grosso, relativo a um empreendimento, em que a primeira instância aprovou uma cautelar. É público isso. Aprovou uma cautelar, alegando que aquela operação foi feita sem garantias, o que é absolutamente não verdadeiro. A operação tem todas as garantias.

E essa cautelar provocou o congelamento de bens não só do presidente, mas da diretoria e de mais de uma dezena ou duas dezenas de técnicos que trabalharam na operação.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Foi empréstimo a que empresa?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Foi para que empresa esse financiamento?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Para a São Fernando, uma usina de açúcar que, à época, era um empreendimento conjunto do grupo Bertin com o grupo São Marcos, que é...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Por acaso é do amigo do Lula, o Bumlai?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – É o grupo do Sr. Bumlai.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor pedia ajuda às empresas para os políticos, para as campanhas, que, depois, com as delações, a gente percebeu que não era ajuda, não era financiamento de campanha, era propina? O senhor pedia ajuda para os políticos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Para os empresários, para doar para os políticos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Já esclareci que não, que não tratei desses assuntos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Embora já tenha havido delação de pessoas, acusando o senhor de pedir.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não. Não, pelo que é meu conhecimento, existem alegações publicadas pela imprensa, e nenhuma colaboração, de que eu tenho conhecimento, confirmou ou afirma. Inclusive, se os senhores lembrarem, na CPI do BNDES, executivos de empresas foram perguntados, e todos eles confirmaram que o BNDES é técnico, que o tratamento é técnico e que nunca houve nenhum desvio e procedimentos sem fonte de lisura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Em CPI nunca respondem o que deve ser respondido. Geralmente, isso é...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, eu estou dizendo que não...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – ... respondido em delações premiadas. Aí é que ele responde.

O SR. LUCIANO COUTINHO – O que estou dizendo é o seguinte: o senhor está supondo. Eu estou dizendo que não...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, *o.k.*

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... que não tem...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas não por causa da resposta em CPI.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, eu estou dizendo que, no meu conhecimento, não há nada em relação ao BNDES, nem à minha pessoa.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sobre essas coincidências de o ex-Presidente Lula viajar aos países onde depois se vinha a receber financiamentos do BNDES. Ele viajava, geralmente pago pelos empresários – Odebrecht ou outra qualquer –, em aviões fretados. Logo após os regressos, ele recebia também recurso para fazer "palestra", entre aspas, e depois saiam os empréstimos. Isso tudo é fantasia ou não existia isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O que expliquei aqui, Deputado, é que os processos no BNDES não têm relação com...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Foi só coincidência, então, sempre coincidência?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não há a coincidência de que uma coisa aconteceu e que, na semana seguinte, aconteceu outra. Os processos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas foram vários países...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Os processos são os seguintes: existe um processo de priorização entre países de projetos. Isso passa por comitês fora do BNDES. Na estrutura do Ministério da Fazenda, passa pela concessão

fora do BNDES. Na estrutura do Ministério da Fazenda, passa pela concessão de um seguro. Depois que toda essa operação está pronta, entra o BNDES, pede mais garantias, estabelece condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de segurança e executa a operação de exportação de serviços. Não há... Nunca recebi qualquer pedido, solicitação indevida do Presidente ou ex-Presidente.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Se o senhor voltasse atrás, o senhor repetiria... O senhor foi um dos responsáveis pela política de campeões, quando foram emprestados mais de 40 bilhões para o Eike Batista, para a JBS, para a OI, e parte desse dinheiro foi perdido. O senhor voltaria a reeditar a política de campeões?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu acredito que nós estamos... Primeiro, o caso da OI não é aplicável a esse mesmo raciocínio, mas eu quero dizer o seguinte: que a gente só olha para os casos eventualmente de insucesso. Agora, os vários casos de sucesso, em que o Brasil desenvolveu empresas de porte internacional...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu fiz a pergunta dessas empresas. O senhor voltaria, emprestaria de novo para o Eike Batista, para o...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eike Batista não teve..., faliu por conta da empresa de petróleo, a qual o BNDES não apoiou. O BNDES apoiou investimentos em infraestrutura.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, o grupo como um todo.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não. O BNDES emprestou com garantias para os empreendimentos de infraestrutura. Eike Batista não está...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então, o senhor repetiria a política de campeões, é isso?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Essa política...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – A pergunta é esta: repetiria...

O SR. LUCIANO COUTINHO – É o seguinte: essa política foi uma diretiva da...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Repetiria ou não repetiria? Para não gastar muito tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele está pedindo que V. Sª...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – É, repetiria ou não a política...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu estou dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ...e responda se o senhor achar que deve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUCIANO COUTINHO – V. Exª quer que eu diga, quer que eu simplifique a resposta com um "sim" ou um "não". E eu não posso fazer isso. Eu tenho que lhe explicar por quê.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Porque sim ou porque não, então.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exatamente. Então, existia uma política de internacionalização de empresas dentro de uma política de governo. Vigeu de 2008 a 2010. Dentro dessa política estava a política de internacionalização, com a qual concordei e onde a gente tem muito mais casos de sucesso do que de insucesso.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então, o senhor repetiria a política de campeões, é isso? Por causa...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu não teria nem alternativa, porque essa era uma política nacional legitimamente estabelecida. Mas eu quero dizer que eu concordava com a política e achava que essa política era uma política razoável para o Brasil. Aliás, todos os países...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O.k. Respondeu.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...apoiam as suas empresas e a internacionalização das suas empresas.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mesmo empresas que dão propina para os políticos? Ela apoia também?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não, isso não.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ah, não. O.k.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Por isso, eu não compactuo, Deputado. Não queira me induzir a dizer...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não estou induzindo a nada. Não estou induzindo a nada. Estou perguntando apenas.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, a última coisa, a última coisa. Existe um pequeno risco...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Presidente, pela ordem, porque nós queremos também fazer pergunta. É até um desrespeito com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não. Eu estou gastando menos tempo. Estou gastando menos tempo, porque eu poderia ter usado cinco minutos, resposta dele, depois... Eu estou usando muito menos tempo.

Só a última pergunta: existe um pequeno risco de o BNDES perder esse recurso investido lá fora, nesses países lá fora, Cuba, Venezuela, etc., como a imprensa acabou de noticiar que talvez receba calote da Venezuela? Existe esse risco ou não ou há garantia tranquila para o BNDES?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, esses riscos estão todos segurados pelo Fundo Garantidor. O BNDES não corre risco. Quem poderia correr algum risco seria o Tesouro, mas há também outros...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Tesouro Nacional.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...mecanismos de segurança, que é o Convênio de Créditos Recíprocos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então, qual

Tesouro Nacional.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Outros mecanismos de segurança, que é o convênio de créditos recíprocos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então corre risco, então? O Brasil corre risco de perder. Não o BNDES, mas o Brasil.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito pequeno.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mesmo da Venezuela?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito pequeno.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel.

Deputado Heuler, me permite. Nós estamos muito próximos já da Ordem do dia, e ainda há o Senador José Medeiros, o Senador Caiado, que acabou de chegar de outras atribuições, com certeza.

Vamos cumprir os cinco minutos.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Depois, a resposta; e, depois, a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – A resposta e réplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, com a palavra.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Agradeço, nosso Senador Ataídes, caros Senadores e Deputados, Sr. Luciano Coutinho, estamos aqui para podermos discutir os aportes, os repasses que foram feitos pelo BNDES para a empresa JBS, uma empresa que tinha inicialmente um faturamento de R$4 bilhões e que, depois desses aportes, teve um faturamento no último ano de R$171 bilhões. Principalmente no meu Estado, no meu Estado de Goiás, parte desses recursos foi utilizada para compra e aquisição de outras plantas frigoríficas no Estado de Goiás e em todo o nosso País, o que causou prejuízo para os pecuaristas, achatando o preço do valor de mercado da arroba de boi e, consequentemente, dando prejuízo aos produtores rurais em todo o Estado de Goiás.

Esses recursos também foram utilizados para compra e aquisição de plantas frigoríficas também em outros países, gerando emprego, gerando renda em outros países.

Sendo eleita como uma das empresas campeãs nacionais, principalmente na área do agronegócio, a JBS trouxe vários prejuízos para todos os pecuaristas e para o mercado de carnes de modo geral.

Com relação às perguntas, eu já quero iniciá-las, mas inicialmente também fazendo essa ligação principalmente com esses aportes, com esses recursos que foram feitos através do BNDES para a JBS e, logo em seguida, também com esse financiamento de campanha através da empresa JBS para vários partidos políticos, principalmente para o Partido dos Trabalhadores, em grande parte desses recursos no ano de 2014, principalmente para as eleições presidenciais.

A primeira pergunta que eu quero inicialmente fazer para o senhor: o Sr. Joesley Batista, na sua delação premiada, na sua colaboração premiada, disse que o apoio do BNDES à internacionalização do Grupo JBS ocorreu mediante pagamentos de propinas durante os governos Lula e Dilma. Ele aponta a figura de Guido Mantega, ex-Presidente do BNDES no período de 2004 a 2006 e ex-Ministro da Fazenda no período de 2006 a 2015, como fundamental ao fechamento dos acordos e a essas operações que teriam motivado propina de 4% por operação.

Joesley cita um financiamento de US$80 milhões para compra da Swift, na Argentina, em 2005, quando Guido Mantega era Presidente do BNDES, e as aquisições de 25% do capital social da JBS pelo banco estatal, pelo BNDES, ao valor de US$1 bilhão, em 2007 e 2008, quando o senhor já era Presidente do BNDES. Em 2009, o Banco fez uma operação em que passou R$2 bilhões

Em 2009, o Banco fez uma operação em que passou R$2 bilhões em títulos da JBS para o BNDES. Em 2011, mais uma nova operação de financiamento de US$2 bilhões para compra de uma empresa de celulose. Eu gostaria de saber se isso seria só na época do Sr. Guido Mantega ou se teve algum acordo quando o senhor já era Presidente nessas outras operações aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na operação Bullish, deflagrada em 12 de maio de 2017, que investiga possíveis fraudes e irregularidades em aportes concedidos pelo BNDES por meio de sua subsidiária BNDESPAR efetuados no período de 2007 a 2011 à JBS, as transações foram executadas sem exigência de garantias e com a dispensa indevida de prêmio contratual previsto. Gostaria de saber se o senhor tem, se o senhor sabe de algo que foi executado com relação a isso.

O senhor já recebeu pressão para aprovação de operações por parte do BNDES, JBS, por parte de algum agente político? Teve conhecimento de algum técnico ou diretor do BNDES que recebeu pressão para que o banco desse tratamento diferenciado para a JBS? Se sim, quais foram essas pessoas?

E a última pergunta, Sr. Presidente, o senhor é economista, PhD em universidade americana: hoje um dos maiores problemas do País é o crescimento insustentável da dívida pública brasileira, tendo claramente contribuído para o cenário a emissão de títulos da dívida pública por volta de R$450 bilhões nos anos recentes a fim de emprestar ao BNDES com altos subsídios, com juros subsidiados. Hoje, já em 2017, vemos que esse enorme gasto não foi suficiente para impulsionar o PIB, tendo o País enfrentado a maior crise econômica nos últimos anos que nós tivemos. Diante do fato, pergunto: comparando o custo de oportunidade dos recursos do Tesouro emprestados ao BNDES, o senhor avalia que foi bom negócio para o País capitalizar o BNDESPAR para operação envolvendo a JBS e outros financiamentos de outras obras em outros países.

São essas perguntas que eu gostaria que tivessem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito obrigado, Deputado.

Antes de responder, eu queria fazer duas pequenas correções. Eu falei aqui de um período onde não havia exigência na CND, e eu me enganei. Na verdade, o Senador está correto. A CND previdenciária é constitucional, ela sempre valeu. Então, eu queria deixar isso corrigido para não parecer...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Está feita a correção, está feita a correção, Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO COUTINHO – E a outra é também uma questão levantada pelo Deputado Izalci, que é a seguinte: as matérias no BNDES, elas podem se originar normalmente, elas se originam normalmente de uma área técnica e depois são discutidas nos colegiados. Pode ter existido alguma matéria originada no gabinete da Presidência. Mas nunca existiu uma matéria feita no gabinete e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decidida no gabinete. Se houve uma informação IP originada no gabinete, ela teve que obedecer a todo o trâmite. Era apenas essa

(...) no gabinete, ela teve que obedecer todo o trâmite. Era apenas essa corrigenda também...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só que coincidiu... Como foi citado... Só para dizer, como... Eu falei num caso específico que foi produzido no gabinete de V. Sª, que foi o caso do investimento no Grupo Independência, que deu prejuízo. Só isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não. Nesse caso não houve originação no gabinete da presidência. Não faria sentido. Essa é uma originação técnica. Podem ter outras matérias de regulamentos, etc, que podem ter origem no gabinete, não tem problema, desde que elas sigam todo o circuito de conformidade no circuito de decisões. Era apenas uma correção, para não ficar uma informação equívoca.

Desculpe, Deputado Cruvinel. Eu vou responder as suas questões. Primeiro, quero dizer o seguinte, eu nunca tive conhecimento a respeito de vinculação entre operações no BNDES e pagamento de propinas. Nunca recebi pressões ou propostas indevidas por parte do Ministro Mantega ou de outra autoridade tentando vincular isso a algum projeto em tramitação no banco, nem tenho conhecimento de que... Nenhum diretor ou técnico me relatou ter recebido algum tipo de pressão. Nunca recebi esse tipo de relato.

Portanto, eu respondo a sua pergunta de que os aportes ao grupo foram feitos com base em uma avaliação técnica do retorno, da lógica, do potencial de valorização, de agregação de valor que cada negócio trazia. A questão da celulose é separada da questão da empresa JBS, é um empreendimento à parte, é planta nova de celulose, no Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas. É uma questão à parte e foi uma operação de crédito, não foi uma operação de participação acionária.

As alegações de que essas operações de participação eram operações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...onde houve dispensa do prêmio... Não houve dispensa do prêmio. Esse prêmio seria devido se – e só se – uma determinada cláusula viesse a ser acionada no final do contrato, se não tivesse sido feita uma abertura de capital. Ele não gerava um direito automático aplicável a qualquer circunstância. Então, não houve dispensa de prêmio.

Nas operações de participação acionária não é aplicável o conceito de garantia similar a uma operação de crédito. Uma operação de crédito precisa ser paga e não tem garantias reais, garantias fiduciárias, etc. Numa operação de participação acionária você tem as ações de sua posse. Então, ela está automaticamente... E tem a expectativa de ganhar dividendos e ganhar com a valorização das ações. É de natureza totalmente distinta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...a participação acionária de uma operação de crédito. Então, não podemos aplicar os mesmos critérios de uma operação de crédito a uma operação no mercado de capitais.

Sobre a questão da dívida pública, dos aumentos de dívida pública, esses aumentos, como eu expliquei, foram fundamentais para permitir um grande (...)

(...) foram fundamentais para permitir um grande ciclo de investimentos.

Não é verdade que o aumento da capacidade de empréstimo do BNDES não reverteu em aumento dos investimentos no Brasil. Os investimentos saíram de menos de 17% do PIB, em média, para 20%. Então, nós agregamos um acréscimo, nesses anos de 2008 a 2014, de um trilhão e 300 bilhões em novos investimentos. Então, os 450 bilhões viraram um trilhão e 300 em investimentos adicionais. Esses investimentos pagaram impostos; esses investimentos geraram resultados no BNDES.

Se nós considerarmos os benefícios e considerarmos os impostos e dividendos pagos pelo BNDES, e considerarmos um período mais longo, a conta não é negativa. Eu terei prazer em enviar estudos que demonstram que essa conta fica positiva. Na medida em que a Selic se aproxima da TJLP, automaticamente essa conta fica positiva.

O Brasil fez muito mais dívida para adquirir reservas externas, coisa com a qual eu concordo. Quer dizer, o grosso da expansão da dívida bruta foi feito para acumular quase 300 bilhões – 280 bilhões – em reservas externas, em primeiro lugar. Em segundo, recentemente, a expansão de operações compromissadas tem expandido o volume da dívida pública. Então, o BNDES há muito tempo deixou de ser uma pressão sobre a dívida bruta.

Ultimamente é ao contrário. Ao devolver, o BNDES está permitindo abater dívida pública. Mas, enfim, o último ponto é o seguinte, essas operações de aporte de empréstimo do Tesouro ao BNDES não tiveram uso na BNDESPar para participações acionárias. A BNDESPar é uma empresa que tinha capacidade própria de geração de caixa através do giro da sua carteira. E ela não cooperou com recursos subsidiados. A BNDESPar sempre operou em bases de mercado, em custos de mercado e com base no giro da sua própria carteira e não com recursos fornecidos pelo Tesouro Nacional. Isso é muito importante deixar claro, porque é um braço de investimento que funciona como se fosse um banco de investimento, submetido à CVM e submetido ao regime privado do mercado de capitais.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Mas no caso, a BNDESPar utilizava recurso do BNDES, que era em torno desses quatrocentos e poucos bilhões de reais, para estar adquirindo debêntures, ações de outras empresas, como a JBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não. A BNDESPar não precisava do BNDES para investir em novas participações, porque ela tem uma carteira própria valorizada em 80 bilhões e gira essa carteira. E recebe dividendos, é uma grande recebedora de dividendos, grande recebedora de juros sobre debêntures. Essa renda mais a venda de participações supre as necessidades próprias de caixa da BNDESPar. Então a BNDESPar não dependeu... Ao contrário, a BNDESPar foi uma geradora líquida de caixa para o sistema BNDES. Ao invés de precisar, ela doou caixa para o sistema BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ótimo. O.k. Agradeço.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, não tem procedência essa hipótese levantada de que usou recursos do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito, Deputado?

Senador José Medeiros com a palavra.

Senador José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Relator; o convidado, Dr. Luciano Coutinho; o eminente advogado.

Sr. Presidente, preliminarmente, falo aqui em nome do Estado do Mato Grosso. Quando nós ouvimos tudo que é falado aqui, dito, a população de Mato Grosso, Dr. Luciano Coutinho, fica se perguntando: "E o que aconteceu com o Estado de Mato Grosso?" Porque ali havia um plano de concessão da rodovia BR-163 e, de repente, foi cortado e até agora o BNDES não consegue dar uma resposta, o porquê de terem sido cortados os aportes para a rodovia. Continuam morrendo as pessoas. Mato Grosso é um dos Estados que mais contribuem para o equilíbrio da balança comercial brasileira em termos de escoamento de produção, de exportação. No entanto, ele ouve dizer que há um porto em Muriel, que há um metrô em Caracas, que há um monte de coisa e ele pergunta: "E a nossa rodovia?"

Eu queria fazer esse...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Deputado, poderia...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador José Medeiros.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, desculpe-me. Eu não entendi direito o que teria sido cortado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Não, foi um comentário que eu fiz porque foi feita uma concessão e houve a promessa de que o BNDES faria aportes para a duplicação da rodovia BR-163, o que acabou não acontecendo. Mato Grosso hoje paga pedágio para uma rodovia que não é duplicada.

Era esse o comentário que eu queria fazer, porque está muito latente o assunto lá, no Estado de Mato Grosso.

Eu quero rapidamente fazer umas perguntas aqui, Sr. Presidente. Vou colocar um pouco longe porque já estou naquela idade e os óculos hoje eu perdi.

Presuntivamente, o BNDES deveria estar voltado ao investimento em projetos que tragam retorno social ao País, especialmente aqueles que aumentassem o volume de investimento no País. O senhor já tratou desse tema, mas há algumas particularidades que serão importantes aqui.

Desde 2008, o Governo Federal investiu 523 bilhões no BNDES, investimento sem qualquer retorno social. De 2008 a 2014 a taxa de investimento do País saiu de 18,2% para 18,3%, o que demonstra inefetividade das ações do BNDES. Em 2016, a taxa de investimento caiu para 16,4%.

b) Aumento da dívida pública de 2008 a 2014. A dívida pública cresceu 78%, sendo o gasto com as políticas do BNDES responsável por 35% desse montante. Em 2016, a dívida pública chegou a 76% do PIB.

c) O prejuízo aos cofres públicos com subsídios concedidos pelo BNDES entre 2008 e 2014, segundo estimativa do TCU, chegou a 81,6 bilhões.

O caso JBS. O frigorífico de Anápolis passou a contar com o apoio do BNDES a partir de 2007. O faturamento em 2006 foi de 4,3 bi; o faturamento em 2014, 120 bi; em 2007 e 2011, o BNDESPAR fez aportes

fez aportes de 8,1 bi à empresa. Desses – como V. Sª mostrou ali –, 5,6 bi foram, de 2007 a 2009, para aquisição do frigorífico no exterior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

O relatório publicado pelo próprio BNDES reconhece que os aportes do BNDESPar tiveram pouco impacto no capital humano e nos processos de inovação da empresa, bem como colaborou para que a empresa concentrasse o mercado interno.

Tais fatos, somada a delação do Sr. Joesley, dão a entender que o Banco sacrificou o desenvolvimento nacional em detrimento de benefício financeiro a uma empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na visão do senhor, qual foi o retorno social ao cidadão brasileiro decorrente dos aportes feitos à JBS?

O senhor entende que o BNDES, beneficiário de recursos públicos do Tesouro, pode se portar como um banco privado?

O que o senhor tem a dizer a repeito do artigo do Prof. John Wilkinson, publicado pelo BNDES, que identificou que os aportes à JBS tiveram baixo retorno em termos de capital humano e de inovação e contribuíram para a concentração no mercado?

O fato de o próprio BNDES reconhecer tardiamente tais falhas, apesar dos diversos alertas feitos pelo setor ao longo dos anos, não deveria ensejar a responsabilização de quem implementou tal política anticoncorrencial e desprovida do espírito público?

Por último, Presidente, eu lhe pergunto se havia métricas para identificar os retornos sociais. Aí eu digo tipo empregabilidade, fator humano. Porque nesse estudo do Prof. Wilkinson, ele faz uma avaliação do impacto do BNDES por tipo de capital – é bem estratégico, socioambiental, relacionamento –, e a gente vê que na parte de processo, inovação e capital humano foram muito baixos esses aportes.

São essas as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Obrigado, Senador José Medeiros.

Vamos tentar responder. Eu também senti muito a interrupção da duplicação da rodovia, mas isso se deveu à impossibilidade jurídica em função dos problemas de *compliance* da empresa envolvida, da construtora que era a líder do consórcio. O Banco, infelizmente, não pôde dar sequência ao projeto.

Essa é uma das razões pelas quais eu acho que uma das tarefas importantes é resolver, de forma muito mais rápida e definitiva, a questão de como coordenar dentro do Estado a questão das leniências para as pessoas jurídicas.

Porque uma coisa é você ter os processos com as pessoas físicas, mas separar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Separar CNPJ de CPF.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que se pudesse haver agilidade – obviamente cumprindo todos os preceitos legai – num processo unificado ou coordenado de leniência que reabilite as empresas, como é feito em vários países que já têm legislações mais avançadas.

Mas, enfim, isso tem a ver com o ponto que V. Exª levantou e que eu acho que...

Segundo, V. Exª levantou vários pontos sobre o aumento da dívida e a suposta ineficiência da política do BNDES.

Eu acho o seguinte: durante o período em que o BNDES recebeu recursos,

Eu acho o seguinte: durante o período em que o BNDES recebeu recursos, ele contribuiu fortemente para um aumento dos investimentos no País. Este é um fato inegável: a taxa de investimento subiu. Depois, nós tivemos, a partir do último trimestre de 2014 e em 2015, 2016, até o primeiro trimestre de 2017, uma severíssima recessão econômica que derrubou os investimentos. Isso tem múltiplas causas, desde perda de confiança a processos mais complexos.

Obviamente, se o BNDES pudesse assegurar para sempre o crescimento do Brasil e respectivamente do ciclo econômico e das questões políticas, nós estaríamos num mundo maravilhoso, mas isso não existe. Então, é um pouco atribuir...

O fato é o seguinte: os investimentos que foram financiados pelo banco são financiamentos palpáveis, que, durante um período, aumentaram a formação de capital do Brasil.

Posteriormente, é preciso ter em conta que, a partir de 2014, os empréstimos do Tesouro desaceleram fortemente. Você teve um empréstimo grande em 2009, no início de 2009, alguma coisa em 2010, e depois foi caindo. Então, os empréstimos não foram crescendo, foram caindo, foram cadentes. Enfim, nós podemos discutir isso em outra oportunidade.

Em relação à JBS... E mais, a questão do custo financeiro: eu acho que, se levarmos em conta não apenas o custo financeiro do Tesouro, devido à diferença entre o seu custo de captação, que é dado pela Selic e a TJLP, se nós cotejarmos o custo que o TCU – V. Exª mencionou um dado do TCU – e se levarmos em conta os benefícios gerados, temos uma conta distinta que pode mostrar até ganhos e não resultados negativos.

Em relação aos ganhos sociais dos investimentos no setor de proteínas, eu queria chamar a atenção para duas coisas importantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Primeiro, as exportações de carne e as exportações totais cresceram, entre 2003 e 2014, 14% (a exportação total), sendo que o Centro-Oeste cresceu 24,6% –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

taxa anual de crescimento, uma taxa muito forte. Houve uma expansão inegável das exportações brasileiras antes mesmo da abertura dos mercados da China e da Rússia, que são mais recentes.

Além disso, houve um aumento importante do emprego nas atividades de abate não apenas no Brasil, mas no Centro-Oeste. O emprego no Centro-Oeste cresceu de 28 mil para 73 mil no abate, em 2014, uma taxa de crescimento de 9% no período, ao ano! Uma taxa bastante expressiva, de maneira...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Para concluir, Doutor.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Aí eu aproveito a sua sugestão, e ela veio ainda no meu período no banco. Nós tínhamos dados – e também havia os dados de

Nós tínhamos dados. E também havia os dados de melhoria da *performance* ambiental das empresas, conforme idade na compra de gado, de não comprar gado de terra em que havia trabalho escravo, não comprar gado de terra desmatada, etc. Esses eram dados macro que tínhamos. Nós, então, resolvemos contratar estudos independentes, de pessoas isentas. O Prof. John Wilkinson é um grande especialista que foi contratado pela área de planejamento do BNDES, seguindo as melhores práticas, como o Banco Mundial faz, ao contratar consultores especialistas externos para avaliar as nossas políticas, e para avaliar e para melhorar.

Então, eu concordo com a avaliação de que as empresas têm que fazer mais esforço de inovação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, eu acho que isso aqui já é parte de um processo de aprendizado e de avaliação das políticas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Estamos já completando praticamente oito horas de audiência. Então, a bateria vai descarregando, mas V. Exª tem mais dois minutos e depois nós temos o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Coutinho, V. Sª disse aqui a respeito desses ganhos, mas eu vou citar, por exemplo, Mato Grosso. Mato Grosso tinha uma planta frigorífica bem distribuída. E essa expansão que foi feita com esses aportes do BNDES acabou concentrando essas plantas em cidades que estavam em pleno desenvolvimento. Cito aqui o caso de Vila Rica, na divisa com o Pará, em Mato Grosso, que tem uma área territorial muito grande e por isso uma densidade demográfica pequena. Então, esse varejo, vamos dizer assim, de plantas era muito importante para o Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando houve essa concentração do ponto de vista... – e vou falar sob a ótica de Mato Grosso –, o ganho mesmo ficou para a empresa JBS, porque os empregos nós já tínhamos na divisão das plantas todas, mas, quando se concentrou, foi fechada a maioria das plantas.

Certa feita eu ouvi aqui uma fala do Senador Ronaldo Caiado e parece-me que em Goiás também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – ... não teria sido diferente. Também vi no Mato Grosso do Sul o Senador Moka ser muito incisivo sobre isso a ponto de, em determinado momento, ter feito algumas críticas. E é bom que o Brasil saiba disso, porque, no momento em que tentam ligar, de forma pejorativa, Parlamentares, é bom que o Brasil saiba que os irmãos Batista foram tocados da porta para fora do gabinete do Senador Moka, devido a essa concentração.

Então, esse é o reparo que faço, para dizer que, do ponto de vista de Mato Grosso, nós ficamos com gosto de caixão velho na boca, embora a gente sinta que o Governo tenha defendido isso com unhas e dentes e a meu ver o ganho não foi tão importante assim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

E concedo a palavra ao Vice-Presidente desta douta Comissão, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, demais pares Deputados e Senadores da Comissão, eu quero fazer uma rápida retrospectiva de alguns dados nos quais gostaria que V. Sª Dr. Luciano prestasse atenção.

O Dr. Guido Mantega, ex-Ministro, foi

Dr. Guido Mantega, ex-Ministro, foi Presidente do BNDES de novembro de 2004 a março de 2006, por um ano e cinco meses, então, de 2004 a 2006.

Em 2005, eu presidi a Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados. Em 2005, nós tivemos exatamente, entregue por terceiros, uma gravação do grupo, do Frigorífico Araputanga que mostrava que o Júnior da Friboi já mantinha um cartel e fixava preço, e garganteava, dizendo: "Nós aqui, nos cinco Estados, nós acertamos e nós fixamos preço." Isso está gravado na fita, a fita já documentada, já feita toda a análise. Lá na frente, a gravação do mesmo pessoal do Araputanga, que estava sendo, naquele momento – dizendo eles –, passado para trás pelo pessoal da Friboi, e Wesley diz o quê? Que tem com o BNDES contrato de gaveta.

O banco diz ter cometido erros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, eu estou citando aqui 2005, quando eu fui Presidente da Comissão de Agricultura. Demos conta de chegar com esse processo até o Cade. O Cade, à época, nada fez.

Hoje, 12 anos depois, o *Estadão* publica que agora o Cade mandou abrir novamente e recomendou ao tribunal do órgão que condene o Júnior pelas gravações e pelo cartel montado. Doze anos depois.

Mas por que eu digo isso? Veja bem, vamos repetir de novo: o Guido Mantega era o Presidente à época que se iniciou a operação e o poderio da Friboi junto ao BNDES.

E aqui ele fala, no documento, na gravação, ele fala e o irmão confirma que tinha contrato de gaveta, e ele fala que tem um comando hoje para poder colocar preço onde ele quisesse no Brasil. Tudo bem.

Dito isso, pergunto a V. Sª: houve algum pleito da JBS junto ao BNDES que não tenha sido atendido? Tal fato está documentado? Se está, eu gostaria que V. Sª exibisse os documentos. Primeira pergunta.

Segundo: V. Sª presidiu o banco, o BNDES, de maio de 2007 a janeiro de 2010, no governo Lula; de janeiro de 2010 a maio de 2016, no governo Dilma, o mais longevo Presidente, com nove anos e um mês. Na transição, V. Sª permaneceu. O que o Joesley disse na delação? Ele disse que acertava com o Ministro Guido Mantega e que rapidamente os contratos ...e que rapidamente os contratos aconteciam e que ele repassava a propina para aquela pessoa com quem ele havia acertado.

V. Sª utilizou, baseado nessa delação do Joesley, a tese de que V. Sª estaria inocentado porque não foi citado o seu nome. Veja bem, é uma interpretação um pouco enviesada. Ele começa um acordo com o ex-Ministro Guido Mantega em 2004. Ali ele passa a ter a fase de ascensão. Depois, V. Sª ocupa o BNDES. Pela proximidade que ele já tinha com o Guido Mantega, ele acertava com o ex-Ministro Guido Mantega e as coisas aconteciam pelo BNDES, tanto é que a própria análise feita pela Polícia Federal demonstra que eles estiveram no gabinete de V. Sª 23 vezes – o próprio Joesley –, e o próprio TCU diz que, após dois encontros que teve com V. Sª, o BNDES teve um prejuízo de mais de R$700 milhões.

O que eu quero trazer para a pergunta, a segunda pergunta que faço a V. Sª, é se houve... E por que repito essa pergunta? Quero saber se houve alguma pressão política do ex-Ministro Guido Mantega para que fossem liberados empréstimos – qualquer um –, também o da empresa Eldorado Celulose. Por que eu estou dizendo isso? Porque nós estamos sendo informados hoje pela imprensa de que o ex-Ministro Guido Mantega está negociando uma delação premiada. Ora, de acordo com a delação premiada do ex-Ministro Guido Mantega...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – ...as declarações de V. Sª têm que ser cotejadas exatamente com o que o Ministro Guido Mantega diz, senão V. Sª será chamado novamente a esta CPMI.

Então, a linha de raciocínio – eu espero ter sido bem didático – inicia desde 2005, quando eu levantei o primeiro processo. Esse processo ficou dormitando lá no Cade durante 12 anos e só agora ele foi ressuscitado.

Aquilo que eu coloco aqui, se o senhor vai ter que confrontar com a delação do Guido Mantega... V. Sª diz – como eu disse, é uma interpretação enviesada – "Olha, mas ele disse que ele acertou com o Guido Mantega, não acertou comigo". Mas, dentro da delação do Guido Mantega, isso aqui poderá trazer uma total incongruência entre as declarações.

Então, baseado nesses dois pontos, se houve algum pleito junto ao BNDES que não tenha sido atendido e se pode ser documentado e repassado a nós e se V. Sª recebeu qualquer tipo de pressão baseado naquilo que poderá ser dito pelo ex-Ministro na sua delação premiada.

São as perguntas que formulo a S. Sª, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Caiado, pode, inclusive, acontecer uma acareação, não é?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Agradeço as questões do Senador Caiado. Já tivemos várias oportunidades, na CAE, de responder, de dialogar em torno de questões do setor.

Realmente, qualquer comportamento de cartel é um comportamento não aceitável – é crime, né?, cartel – e deve ser objeto de investigação. Não conheço os detalhes desse processo, mas lembro-me de que, uma vez, na CAE, esse assunto foi levantado e a minha consideração foi que esse era um tema que deveria ser levado ao sistema de defesa de concorrência. E eu espero que esse tema, que essas questões sejam devidamente elucidadas, porque a defesa da concorrência é relevante para o País, é importante em qualquer economia.

As suas questões foram muito objetivas. Eu queria, primeiro, esclarecer que nunca recebi nenhum pedido indevido, nenhuma pressão indevida ou ilícita do ministro Guido Mantega relativa à tramitação de processo no banco. Minha relação com ele foi uma relação profissional, de colega de governo, em torno de questões de interesse da economia. Mas não, nunca tive conhecimento, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho nem tive conhecimento de acertos ou doações políticas feitas pelo Ministro. Isso está fora do meu conhecimento. Na delação do Sr. Joesley, ele efetivamente fala, pelo menos em excertos da delação que foram publicados ou através de vídeos, ele fala desses supostos acertos com o Ministro, de uma suposta conta, etc., mas só o Ministro poderá... Eu de nada disso tenho conhecimento. Só o Ministro poderá esclarecer esse ponto. O que eu posso dizer também é que o Sr. Joesley explicitamente afirma que nunca houve pagamento de propina, de nenhuma forma, no BNDES, do seu presidente a um funcionário mais júnior. Isso também está dito, explícito. Então, eu realmente... O que eu não posso responder é sobre temas sobre os quais eu não tive conhecimento, dos quais eu não tive parte nenhuma, nenhum tipo, portanto, nenhuma participação.

Em relação à ideia de que V. Exª sugeriu ou V. Exª leu em algum trecho, não estou imputando à sua pessoa, mas leu em algum trecho, que eram feitos acertos e depois rapidamente os contratos aconteciam, isso não corresponde à realidade dos fatos. Os contratos todos foram discutidos tecnicamente, duramente, e de maneira isenta e impessoal

Os contratos todos foram discutidos tecnicamente, duramente, de maneira isenta e impessoal no banco. Na verdade, o que aparece nas delações são queixas em relação à dureza do tratamento dado pelo BNDES.

V. Exª fez uma pergunta a respeito da questão de eventuais projetos não aprovados. Eu não me recordo de algum projeto específico não aprovado, mas posso lhe dizer o seguinte: nenhum projeto foi aprovado do jeito que foi proposto inicialmente, todos os projetos foram adaptados, foram ajustados aos normativos e às regras do banco.

Por exemplo, V. Exª, ou, se não me engano, o Senador ou alguém que o precedeu, fez referência aqui ao projeto Eldorado, a fábrica de celulose. Esse foi um projeto que demorou um longo período.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Por quê? Porque esse projeto era um projeto novo para o grupo. O grupo não tinha experiência no setor. E esse projeto teve de atender a um conjunto de condições, até em prol do próprio sucesso do projeto. E, como o banco tem grande experiência em relação ao setor de celulose, ele sabia que o projeto, tal como originalmente apresentado, não tinha a consistência necessária e precisava de vários aperfeiçoamentos. Era preciso haver uma base florestal proporcional ao tamanho da fábrica, que é muito grande, e o projeto de logística todo desenvolvido, para saber exatamente como escoar a produção, o que não é fácil, pois celulose é um produto de grande volume, de grande escala. Como ter acesso ao sistema portuário de saída? Qual era a prospecção de mercado?

Então, esse foi, por exemplo, um projeto para o qual havia várias exigências naturais, não no sentido de se fazer uma exigência para se fazer uma exigência por si só, mas para que houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condições que dessem robustez e consistência ao projeto, o que explica o porquê de ele ter demorado. Depois, você vê um relato, dizendo: "Não, o banco foi muito duro." Não! O banco cumpriu o papel de exigir o que era devido num projeto desse porte, porque é um projeto grande e importante, para assegurar até o próprio sucesso do projeto. O grupo até deveria agradecer o rigor do banco, porque o preservou, e, efetivamente, após, o projeto foi executado de maneria bem-sucedida e foi recentemente vendido a um grande grupo asiático por uma soma bastante expressiva.

Então, às vezes, há mesmo um rigor do banco no tratamento do grupo, o que é verdadeiro. Eu, pessoalmente, dei todo o respaldo à atitude técnica da instituição diante de todos os projetos.

... técnica da instituição diante desses... de todos os projetos, de todos os pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª, Senador Ronaldo, tem a réplica. Gostaria de usá-la?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, há dois pontos.

Primeiro, V. Sª disse que não se lembra de nenhum projeto ter sido rejeitado, mas que provavelmente todos foram modificados. Essa foi a resposta de V. Exª.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Aperfeiçoados, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Perfeito.

No entanto, nós assistimos no Brasil é a que milhares de projetos são rejeitados pelo BNDES. Então, o que eu quero tratar aqui, deixar com uma evidência maior, é o tratamento diferenciado que foi dado ao BNDES... ao JBS. Ou seja, V. Sª diz: "Eu não me lembro de cabeça se tem algum que tenha sido rejeitado ou não, mas acredito que todos tenham sido mais debatidos, mais articulados e, provavelmente, foram modificados." Mas nós temos, no entanto, milhares de projetos que foram negados – está certo? – e sequer tiveram, por parte do BNDES, esse gesto de continuar o debate, formatar novamente, buscar a capacidade logística ou de campo de produção e tal. Primeiro item.

Segundo item...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Segundo item: V. Sª diz da austeridade do BNDES – e aí não somos nós que estamos falando; é o Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União diz, para contraditar V. Sª, que a tramitação dos processos do JBS no BNDES duravam em torno de 20 dias, enquanto os outros têm um tempo médio de 202 dias. Isso são dados do Tribunal de Contas, não são dados meus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tercerio lugar: quando uma JBS apresenta um projeto ao BNDES de uma Eldorado Celulose... V. Sª, que é profundo conhecedor da economia do País e dos investidores, sabe que eles não conhecem nada da matéria; neófitos completamente do assunto, criando uma fábrica de celulose no meio do País, sendo que todos se deslocam para o litoral para que haja uma compatibilidade financeira entre a produção e a comercialização dos produtos. Com várias empresas no Brasil com experiência sobre o assunto, por que essa preferência dada à JBS em poder fazer um projeto desse com toda a participação do BNDES bancando essa experiência dele? Isso aí teria, por parte dele... V. Sª nega; que nunca recebeu do ex-Ministro Guido Mantega, nem do ex-Presidente Lula nenhuma ingerência nesse sentido, mas causa estranheza – certo? – um cidadão simplesmente mudar cem por cento de atividade, e, no entanto, as outras empresas que têm esse reconhecimento, até mundial, não tiveram essa mesma oportunidade que a JBS.

Então, é essa a réplica que faço a V. Sª, e solicito realmente a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permita-me mais uma vez, Senador Ronaldo Caiado, dar só uma informação a respeito da gestão do ex-Presidente e ex-Ministro Guido Mantega: nos 20 meses de sua gestão diante do BNDES – 20 meses! – ele emprestou R$6,6 bilhões à JBS

R$6,6 bilhões à JBS; US$80 milhões à Swift; R$2,8 bilhões à Eldorado Celulose; R$2,7 bilhões à Bertin; R$425,9 milhões à Bracol; e R$250,2 milhões à Vigor.

Nós sabemos – eu sou empresário – que, para se ter uma conta garantida num banco qualquer privado, leva-se pelo menos, miseravelmente, 120 dias, uma quantia garantida de R$5 mil, R$10 mil. Em 20 meses, esse grupo conseguiu contrair das mãos do ex-Presidente e Ministro Guido Mantega R$12,1 bilhões.

V. Sª, Dr. Luciano, tem direito a tréplica. Gostaria de fazê-la com relação à fala do Senador Ronaldo?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sem dúvida.

Senador, primeiro eu queria dizer o seguinte: projetos não são rejeitados no banco arbitrariamente de nenhuma forma. Os projetos são examinados por uma equipe e, se eles são elegíveis às linhas do banco – portanto, se eles estão dentro dos produtos financeiros do banco – e se o grupo tem condições de balanço, condições patrimoniais para tocar o projeto, você não pode arbitrariamente negar o projeto.

Os projetos só podem ser negados por razões ou de incapacidade econômica ou de excesso de endividamento ou, enfim, por alguma razão econômica, ou por uma razão intrínseca de inviabilidade do projeto. Afinal de contas, nós vivemos num regime de livre iniciativa; está na Constituição. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpre a um organismo de Estado, como um banco, dirigir o empresário, dizer: "Ah, você não pode fazer isso; não pode fazer aquilo."

E há aquela história: conselho você dá a quem pede. Eu até, no caso aqui de uma empresa da área de proteína de bovino, de frigorífico, que é intensiva em capital, principalmente em capital de giro, entrar numa área intensiva em capital, que é a celulose, é ter dois negócios intensivos em capital. Intuitivamente não parecia; mas eu posso interferir na liberdade de iniciativa do empresário. Na área de celulose, as unidades industriais são muito grandes. E existe oportunidade de entrar uma planta por ano, no máximo. Se a planta for muito grande, entra... Aquela que começou primeiro pega a vez na fila. E não só no Brasil; você está olhando o mercado global.

O que acontece é o seguinte: o banco havia apoiado uma expansão grande do Grupo Suzano no Maranhão; a Fibria, que era outra concorrente importante, estava num processo de desalavancagem. E, diga-se de passagem, essas duas empresas foram, ao longo de suas histórias... A Fibra é resultado da fusão da Aracruz Celulose, VCP Celulose e Papel, que é a Votorantim Celulose... E haviam sido afetadas, em 2009, pela crise dos derivativos – é um fato público. E ela teve que passar um período de desalavancagem. e ela teve um período de desalavancagem.

Então, o grupo JBS aproveitou um momento de entrada para conceber o projeto na região. Essa região do Mato Grosso do Sul é uma região extremamente favorável ao crescimento do eucalipto. A base florestal lá tem uma altíssima produtividade. Assim é que a Fibria, por exemplo, tem várias unidades lá, tem unidades lá perto de Três Lagos. Então, a escolha do local não é uma escolha exótica, é uma escolha que teve uma lógica econômica.

Agora, tem essa razão pela qual... Não há arbitrariedade... Dizer não, eu não vou fazer o seu projeto, porque eu não gosto. Não. Tem que examinar e dar uma chance ao projeto para que ele seja aperfeiçoado, por isso há um período de análise. Se a empresa melhora o projeto e cumpre as condições, e avança nas condições, então não razão para cercear um investimento de um grupo empresarial que possa fazê-lo.

Agora, a questão do prazo. Esse foi um exemplo de um projeto que demorou um longo tempo. Eu não sei o prazo de tramitação, mas demorou mais de um ano o caso do projeto da Eldorado. Agora, os outros projetos também das participações societárias, não é verdadeira, não é precisa a informação de que foram prazos de 20 dias, de 22 dias. O que acontece é que, em função da necessidade de manter o sigilo dessas operações envolvendo empresa de capital aberto, cujos vazamentos podem produzir efeitos no mercado e serem objeto de pesadas multas e sanções da CVM, é muito... Era uma prática do banco zelar ao máximo para minimizar os riscos de vazamento. De maneira que essas tratativas eram feitas, mas o registro, entre aspas, "público" dentro do Comitê de Crédito do BNDES só era feito quando o projeto estava maduro e, uma vez aprovado no Comitê de Crédito, ele subia para a diretoria. Mas isso não quer dizer que o processo inteiro demorou 20 dias. Ao contrário, no caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Swift, está documentado – e esses documentos foram enviados ao TCU – de que esse é um projeto que demorou mais de 12 meses ou 12 meses. Que os demais... E depois que o BNDES já conhecia melhor o grupo, os projetos tiveram tramitação de participação de cinco a seis meses.

Então, não é... E essa informação hoje, em função de observações do TCU, foram aperfeiçoadas, de maneira que você tem um processo de registro de todas as tratativas dentro de um sistema extremamente confidencial, um sistema confidencial, para que não haja vazamento e, depois, ele é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...aberto para decisão final. Mas isso já está em utilização.

De maneira que nós estamos

em utilização, de maneira que nós estamos... Isso era um ponto importante para a explicação a respeito dos prazos, e esses prazos aplicados ao caso JBS foram também para outros casos similares de participação acionária. Então, nós demos vários exemplos de outras empresas que tiveram tratamento igual. Não houve, portanto, favorecimento especial ao grupo em relação a essa questão de prazo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, eu sei que estou... Eu gostaria só de mais um segundo, já que nós esperamos aqui até o fim. Só um minutinho. Sei que V. Exª está há oito horas aí...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Como V. Sª disse que o BNDES é muito rígido nas decisões dele, independentemente de qual seja a empresa, V. Sª conhece algum outro caso em que o BNDES tenha feito a opção de compra das ações e repassado dinheiro à JBS para que ela adquirisse um frigorífico nos Estados Unidos, National Beef, e que logo depois não foi feito porque o Cade lá dos Estados Unidos impediu? E, no entanto, ele não teve que retornar o dinheiro, nem o BNDES fez a opção de venda das ações, deixou que ele ficasse com as ações até que pudesse achar um novo negócio.

Quer dizer, é um pouco destoante a tese de que é muito rígido o BNDES e que as coisas caminham dentro de um ritual perfeito, porque, no entanto, nós somos informados de outras situações totalmente diferentes e que têm tratamentos diferentes. E quando V. Sª embasa todo o seu apoio na tese de que é tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – ... muito rígido, tudo muito técnico no BNDES, amanhã V. Sª não tem o receio de ser desmontado, ser pego no contrapé no momento em que, numa delação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ex-Ministro Guido Mantega, ele dizer exatamente que não foi assim? Quer dizer, essa é a tese na qual V. Sª alicerça toda a sua defesa, e no entanto os fatos documentam o contrário.

Quando o Guido Mantega era Presidente do BNDES, vocês tiveram que reconhecer para nós um erro de contrato de gaveta. Agora, a JBS pega um dinheiro para comprar uma empresa nos Estados Unidos, não compra, e o BNDES fica com o dinheiro, a JBS fica com o dinheiro para poder comercializar na hora que ela achasse bom, no dia que ela quisesse. Então, essas regras não são tão assim como V.Sª coloca. Acho que o apoio que V. Sª faz na defesa é que é o regimento da casa, são as regras da casa, e esses empréstimos todos para a África, para a Venezuela, para Cuba, para a JBS, são todos acordos em que nós sabemos que não houve essa rigidez toda na documentação.

Então, é isso que me preocupa, de amanhã V. Sª ser chamado aqui novamente, porque essa tese vai se desmontar. Essa é a posição que eu reforço, especificamente dizendo desse repasse que foi feito pelo BNDS à JBS para comprar a National Beef.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Tenho informação de que a Ordem do Dia da Câmara já se iniciou e nós precisamos encerrar, mas o Deputado Jones Martins quer fazer uso da palavra.

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – Exato.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Mas eu gostaria de responder, porque acho que o Senador deixou no ar algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então vamos.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... nem que seja muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bem breve.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Primeiro, Senador, eu não tenho nenhum temor em relação. Estou absolutamente com a consciência tranquilo. Segundo, o seguinte: o banco é rígido na observância de todos os procedimentos. Agora, mesmo um projeto de crédito, uma operação de crédito, que, em geral, tem um projeto muito claramente definido, se houver uma razão racional, por uma mudança Se houver uma razão racional por uma mudança de mercado, por alguma razão que justifique, esse projeto pode voltar à diretoria e ela pode rever. A rigidez não é absoluta. A racionalidade econômica deve primar sempre sobre isso.

Agora, em relação a participações acionárias, V. Exª perguntou. No caso da National Beef, que o Departamento de Justiça americano sinalizou que não ia aprovar, a gente tinha duas opções: pedir de volta os recursos ou aproveitar outras oportunidades. Naquele momento, o setor de proteína nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos estava entrando em grave crise, e várias oportunidades de aquisição estavam presentes. Assim é que o BNDES deu um prazo adicional e inclusive permitiu avaliar outras proteínas, e o fato é que os recursos que eram para comprar a National Beef serviram para comprar a Pilgrim's, maior empresa americana de frango, que estava em *chapter 11*, estava em recuperação judicial a um preço extremamente favorável. Era uma empresa endividada. O *equity value* dela foi 225 milhões. Tinha uma dívida grande, quase comprou pela dívida, mas era uma empresa que foi rapidamente restruturada e permitiu ao grupo diversificar o seu risco em proteínas. Era uma empresa, inclusive, bem maior do que a National Beef.

Nesse sentido, não houve desvio de finalidade. O projeto de internacionalização foi cumprido de uma maneira até mais vantajosa, entende? Então, é preciso entender de uma maneira – digamos – iluminada pela racionalidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Jones Martins.

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – Dr. Luciano... Está funcionando? (*Fora do microfone.*)

Acho que agora sim.

V. Sª tem explanado e sustentado aqui a sua manifestação na rigidez técnica dos critérios do BNDES. V. Sª fala em governança técnica, em vários colegiados, em mais de 50 técnicos envolvidos nos mais diversos processos, ou seja, sustenta que os critérios são apolíticos, são técnicos, e levam em consideração a política econômica do País. Por outro lado, a sensação – e quero reafirmar que, tecnicamente, a sua sustentação tem muita coerência –, o que intriga a sociedade brasileira, e talvez seja o fundamento desta CPI, Presidente Ataídes, é que uma empresa recebeu tantos benefícios, recebeu o incentivo para quase monopolizar o mercado – ou se transformou, quem sabe, no monopólio da carne no Brasil –, que recebeu recurso público para investir lá fora – isso intriga a sociedade brasileira também –, essa mesma empresa aportou volumosos recursos em caixa dois de campanha. Volumosos recursos: fala-se em 1.600 políticos beneficiados; fala-se agora, na delação, em R$200 milhões em uma conta corrente para o Presidente Lula, para a Presidenta Dilma, para a campanha, uma coisa que não está bem explicada. Então, essa mesma empresa, que, segundo o senhor, no banco que o senhor presidia, cumpria todos os critérios e passava por todas as avaliações técnicas, essa mesma empresa, de outro lado, monopolizou o mercado, fez caixa dois

Essa mesma empresa, de outro lado, monopolizou o mercado, fez caixa dois, está envolvida numa série de irregularidades, foi presidida e liderada por um sujeito chamado Joesley.

Aliás, eu queria só a confirmação do senhor, o Senador Caiado disse que teria informação de que o senhor esteve com ele durante 23 vezes. Quer dizer, diante de tudo isso, nunca houve um direcionamento para beneficiar a JBS? O senhor nunca foi orientado ou recebeu alguma pressão para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

beneficiar a JBS? Isso tudo foi mera coincidência mesmo? Essa empresa que sai de um faturamento de 4 para 170 bi aprova tudo o que bem entende no BNDES, sai como monopolizadora praticamente do mercado, financia campanhas, e o BNDES não viu nada disso, não sabia de nada disso?

Para encerrar, era isto: entre tantos critérios técnicos do BNDES, não existe um acompanhamento das regras de compliance da empresa, porque, uma empresa recebe tanto dinheiro público, e o BNDES não tem nenhum mecanismo, nenhum instrumento para monitorar essa empresa, para saber se ela está vinculada a institutos de compliance, se a governança dela é transparente, não tem nenhum instrumento que possa medir a honestidade dessa empresa? Como é que uma empresa recebe tanto dinheiro público e, ao mesmo tempo, financia tanto caixa dois, e o BNDES fica cego a isso tudo, tão criterioso que é nas suas regras e nos seus critérios, enfim, de concessão de crédito?

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra... E a pergunta? Fez a pergunta?

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – A primeira pergunta é para confirmar se houve 23 encontros entre o Presidente Luciano e o Joesley; se, entre os critérios, havia ou há algum critério de medição de acompanhamento das regras de compliance da empresa; e se o Presidente puder falar subjetivamente, é verdade, se acha que, dentro do BNDES, há como aperfeiçoar o controle dele a partir de tudo o que foi explanado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu não tenho o número de vezes. Eu quero dizer o seguinte: eu recebi todos os grandes empresários, os médios e os pequenos empresários que me pediram audiência. Eu acho que era um dever, ainda que me fizesse trabalhar 12, 13 horas por dia. Abri minha agenda para os interessados, não só para empresários, mas para outras entidades de classe, entidades trabalhistas, etc. Era um dever. Eu recebi muitas vezes o Sr. Joesley. E 23 vezes em 9 anos dá menos de 3 vezes por ano, para um grupo do porte da JBS. Não há nada de extraordinário. Se eu for comparar com outras empresas, terei recebido igualmente outras empresas. Então, não vejo nada de extraordinário nisso.

Segundo, V. Exª tocou num ponto. Em 2010, o grupo não fez contribuições tão volumosas quanto as feitas em 2014. Eu não me lembro porque eu não acompanho as prestações eleitorais.

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – Só para colaborar, Presidente. Hoje de manhã foi dito aqui que, em 2010, teriam sido 100 milhões e, em 2014, teriam pulado para 300 milhões essas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Oficialmente.

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS) – Oficialmente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois é, eu concordo com V. Exª no seguinte: que a escala de financiamento em 2014, ou mesmo em... é muito alta. Em 2014, extremamente alta. Agora, essas contribuições, em grande medida, fluíram da *holding,* quero crer, porque eu não... A JBS em si tem auditoria de balanços, etc..

Agora, V. Exª chama a atenção para um ponto muito relevante: o Brasil precisa decidir o sistema de financiamento político. Neste momento, está proibida a contribuição empresarial. Se em algum momento houver um restabelecimento da contribuição empresarial, eu acho que ela tem que ser dentro de regras de transparência. E, mais: qualquer empresa que tenha nesse período recente – assim está acontecendo – deve firmar acordos de leniência, pagar as suas multas e adotar rigorosos programas de *compliance*. E esses programas devem ser rigorosamente fiscalizados, é a minha opinião.

Eu me surpreendi com o volume das doações em 2014, e acredito que é possível, sim – é mais do que possível –, é necessário aperfeiçoar a governança das empresas no País.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só para reforçar. Não sei se naqueles pedidos que nós fizemos, há cópia das atas do BNDES relacionadas aos empréstimos da JBS?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Solicitamos.

Dr. Luciano Coutinho, eu ouvi atentamente, aqui, as respostas de V. Sª e as perguntas dos nossos colegas. Oito horas de audiência não é mole, não é? Eu venho da Contabilidade, do Direito Tributário, e há 30 anos administrando empresa no nosso País e gerando emprego. A Constituição Federal assegura ao cidadão brasileiro o direito de não produzir prova contra si, não é Dr. Aloísio.

O SR. ALOISIO LACERDA MEDEIROS – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isso.

É correto V. Sª não produzir prova, até porque está acompanhado de um grande causídico do nosso País, Dr. Aloisio. Mas contra os fatos eu vejo que não há argumentos – isso é um refrão, não é? O Brasil era sócio, ainda sócio desse grande grupo JBS, e o sócio de fato era V. Sª. Durante nove anos, V. Sª era o sócio de fato da JBS, porque era o Presidente da nossa grande estatal, do nosso maior banco público. Era o sócio desses réus, hoje, confessos. O Joesley disse: "Nós somos bandidos." Portanto, V. Sª era sócio de fato desses bandidos – de fato; de direito, não, mas de fato sim, era V. Sª durante nove anos que tratava com eles. Surpreende-me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surpreende-me muito a CVM não ter alertado V. Sª, o Cade não ter alertado V. Sª, CGU, TCU, daí por diante, na compra destas empresas falidas. Swift, empresa falida, comprou um passivo. V. Sª é um doutor. Eu me sinto, inclusive, honrado em estar ao lado de um homem com a sabedoria como a de V. Sª. É um doutor em economia, um professor respeitadíssimo.

V. Sª, como sócio de fato desses dois réus, não sabia que essa avalanche de dinheiro público estava correndo riscos? Eu não me esqueço, Dr. Luciano... Logo que eu cheguei na Casa – porque eu sou ainda principiante –, estava aqui a CPI da Petrobras. E aí, eu cheguei no finalzinho, fiz uma pergunta o Diretor Paulo Roberto Costa, se ele se arrependia de tudo que ele fez como diretor da Petrobras, nesta sala. Chorando, ele me disse que a vaidade dele, Deputado Izalci, levou-o a assumir a Diretoria de Abastecimento da Petrobras – a vaidade. E que, naquele momento, ele era um lixo jurídico e tinha vergonha da sua mulher e dos seus filhos.

Eu percebo, Dr. Luciano, que o senhor ainda vai ter muita dor de cabeça pela frente – muita dor de cabeça pela frente. Os irmãos Joesley e Wesley virão aqui e eu quero perguntar a eles se eles topariam ter o banco BNDES como sócio deles; se pudessem voltar ao passado, se eles topariam tomar dinheiro emprestado e vender ações para o BNDES. Eu tenho quase certeza de que eles vão dizer que não fariam mais. Eu conheço o Júnior Friboi há 38 anos, eu sou de Anápolis também. Eu tenho certeza de que eles vão dizer: "Se nós tivéssemos tocado o nosso negócio, nós estaríamos hoje não tão bilionários, mas estaríamos ricos, em paz e podendo dormir sossegadamente."

Essa propina, esses milhões de dinheiro da JBS a mais de 1,5 mil políticos, isso é dinheiro público! V. Sª, Dr. Luciano, com toda vênia... Esses quatrocentos milhões, quatrocentos e poucos milhões doados a políticos, esse dinheiro saiu da sociedade, da sociedade do BNDES, do dinheiro público.

Eu só faço uma pergunta ao senhor, Dr. Luciano Coutinho,

E pergunto ao senhor, Dr. Luciano Coutinho: se o senhor fosse presidente e uma grande empresa, se o senhor fosse presidente de um grande banco privado no País, ou proprietário, V. Sª recomendaria a compra desses 8,1 bilhões desse grupo? Só esta pergunta: recomendaria, como doutor em economia que V. Sª é?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, eu lhe agradeço toda a gentileza com que fui tratado aqui, a sua paciência nessas mais de oito horas de jornada. Agradeço, também, a todos. Estou entendendo que essa seja a minha última oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO COUTINHO – Apenas quero dizer a V. Exª que, na pessoa física, não sou sócio e nunca fui. A BNDESPar é uma instituição, o banco é uma instituição, é uma relação institucional que continua. O banco sob outra direção tem se posicionado a respeito, exigido governança, etc.

Mas eu creio que o que estava em jogo aqui era o projeto de criar grandes empresas brasileiras que nos pudessem orgulhar. E a JBS não foi a única aposta. No setor de proteínas foram feitas várias apostas; no setor de celulose, outras; no setor de *softwares* nós temos outras. Então, nós temos vários exemplos de grandes empresas que nos honram, honram o Brasil. Empresas privadas, que têm uma atuação de destaque no sistema internacional.

Isso fazia parte de uma política que tinha razoabilidade, relativamente a outros países com o mesmo grau de desenvolvimento, mesmo a Índia, a China. A China hoje já ultrapassou todo mundo, mas o Brasil tinha muito poucas empresas internacionais, que se contavam numa mão só. Era a Petrobras, a Embraer, a Vale, uma empresa privada que era a Gerdau, não sei se muito mais. E agora nós temos um número maior.

Isso é importante para o comércio, porque em grande medida o comércio é puxado também por investimento. É importante por várias razões econômicas. Podemos discutir a tese, e tal.

Então, eu creio que a gente deve separar os ganhos obtidos com organização dessas empresas, corrigir as questões de excesso de concentração regional, que foi levantado aqui por vários Senadores em determinados Estados, o Centro-Oeste, embora o Centro-Oeste tenha sido um grande beneficiado na criação de emprego e na exportação de proteínas nos últimos 15 anos. Mas há que sempre aperfeiçoar as políticas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Recomendaria?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu respondo a sua pergunta primeiro com uma informação. O mercado de capitais deu mais financiamento e participação à JBS do que o BNDES.

financiamento e participação, a JBS do que o BNDES. A JBS é uma grande. Ela não conseguiu abrir capital nos Estados Unidos, como era um projeto de longa data. Ela estava preparando a abertura de capital, e a crise de reputação agora inviabilizou isso. Enfim, eu acho que, em algum momento... Eu espero que a empresa sobreviva, porque ela emprega muita gente. Que ela possa ter a sua governança substancialmente aperfeiçoada.

Ela foi uma grande emissora de bônus no mercado internacional – mais de R$9 bilhões. Eu posso lhe dar depois, se não me falha a memória, números mais precisos. Talvez até mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta é a seguinte: o mercado já referendou a JBS. Vale dizer que muitos banqueiros disseram para os investidores de mercado: "Comprem esse bônus, essa empresa é boa, essa empresa tem consistência."

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sócio rico. (*Risos.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, porque a política do BNDES já era uma política de saída. O BNDES chegou a ter 30%, já estava com 20%, ficando com um pouquinho abaixo de 20%, e, na verdade, a ideia era de que o BNDES não fosse mais necessário, porque a expectativa era de que, com a continuidade...

Olha, em 2015, as ações da JBS estavam batendo em R$15, R$16. A média tinha sido comprada a R$7,5, um lucro de 100% nas ações! A expectativa era de que valorizasse mais e de que nós tivéssemos, finalmente, um retorno de ganhos que permitisse que a BNDESPar não só acumulasse caixa e ganhos e não dinheiro do Tesouro.

Esta é uma diferença importante que eu queria que ficasse registrada: a BNDESPar é uma empresa lucrativa de participações, que tem uma capacidade de geração, independentemente de recursos aportados pelo público, pelo Tesouro. Obviamente, na sua origem, esses recursos vieram lá de traz; ela tem uma carteira.

Mas, enfim, eu digo a V. Exª que continuarei a sua disposição. Tenho muito apreço por V. Exª e estarei à disposição desta Comissão para complementar...

Quero dizer que, para mim, foi uma extraordinária honra ter presidido o BNDES durante esses nove anos. Eu tive a oportunidade de interagir com um corpo técnico da mais alta qualidade, além da excelência técnica; um corpo técnico comprometido com a ética, comprometido com o desenvolvimento do Brasil, e comprometido com a impessoalidade, a lisura em todos os procedimentos. Para mim, foi uma honra ter sido Presidente dessa instituição.

Tenho toda a tranquilidade em elucidar e esclarecer. Vou pesquisar aqui se provavelmente até a gente tenha dito não para o grupo. Eu não me lembro, porque nem tudo... Há coisas que não tinham... Enfim... Agora, o "não" não pode ser arbitrário. Você não pode dizer "não" arbitrariamente; tem de dizer sempre justificadamente o porquê.

Mas eu quero lhe agradecer muito e agradecer à Comissão.

Muito boa tarde a todos!

tem que dizer sempre justificadamente o porquê.

Mas eu quero lhe agradecer muito, agradecer à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E muito boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agradeço a V. Sª, Dr. Luciano Coutinho, e a presença também do Dr. Aloisio Lacerda. Agradeço a todos.

E, antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 4ª Reunião da CPMI, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta encerrada a aludida reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Hélio José, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Sérgio Petecão, José Medeiros, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, João Gualberto, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Rocha, Laerte Bessa, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Juscelino Filho, Félix Mendonça Júnior, Pompeo de Mattos, Delegado Francischini, Professor Victório Galli, Dário Berger, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Delegado Edson Moreira, Paulo Paim, Leonardo Quintão, Wilder Morais e José Pimentel. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Fausto Pinato, Renzo Braz, Arnaldo Faria de Sá e Marcelo Squassoni. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva decorrente da aprovação do requerimento 92. Oitiva do Willer Tomaz de Souza, em atendimento ao requerimento 92/2017. **Resultado:** Oitiva realizada como reunião secreta. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 182 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima, ex-advogada da JBS." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 239 de 2017** que : "Requer a convocação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho ,ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Durante a reunião foi, também, designado como Relator Parcial de Investigação dos Vazamentos de Informações Sigilosas e de Aprimoramento Legislativo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas da parte pública da reunião.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e com o BNDESPAR ocorridas entre os anos de 2007 e 2016, que geraram prejuízos ao interesse público; e, além disso, investigar os procedimentos do acordo de delação premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

No dia de hoje, será realizada a oitiva do Sr. Willer Tomaz de Souza, advogado do grupo JBS.

Eu não gosto muito da palavra "determino". Peço, então, à Secretaria que conduza à mesa, em primeiro lugar, o Sr. Willer Tomaz de Souza. (*Pausa.*)

Ratificando, o Dr. Willer nos avisou, no início da reunião, que o inquérito a que ele responde e o inquérito em que ele atua profissionalmente, ligado aos fatos investigados pela CPMI, encontram-se em segredo de Justiça. Ademais, alertou-nos que deve guardar sigilo profissional, nos termos do Estatuto da OAB.

Diante de tais informações, proponho aos Srs. Deputados e Senadores que realizemos a oitiva do Dr. Willer em reunião secreta.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem!

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR. Pela ordem.) – Não há a mínima possibilidade de, por uma questão de transparência, trazer as informações a público? Há a mínima possibilidade, de acordo com o depoente, de que possamos fazer, talvez, um trecho aberto e outro fechado? Não há acordo? Ou o acordo seria para ser somente fechado, para que ele possa falar? Ele vai falar se for fechado, Presidente? Essa é a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim! Eu já conversei com o Dr. Willer na sala da Secretaria desta Comissão, e ele se comprometeu – não é isto, Dr. Willer? – em, secretamente, responder a todas as indagações dos senhores.

Portanto, eu consulto o Plenário se podemos, então, fazê-lo secretamente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, quero dizer só uma coisa: será feito reservadamente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Reservadamente.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Secretamente... Nada é secreto neste mundo, Sr. Presidente. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Reservadamente!

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, assim, de acordo com o artigo... (*Pausa.*)

Está certo. Já está aprovado. Correto!

Transformo a presente reunião em reunião secreta ou reservada.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 25 minutos e é reaberta às 14 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Transformo a reunião em reunião pública, a partir deste momento, e coloco em votação o Requerimento nº 239, de 2017.

ITEM 3

Requerimento Nº 239/2017

Requer a convocação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho ,ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Deputados e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por derradeiro, coloco em votação as Atas da 5ª Reunião e da presente reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a referida reunião.

((*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 25 minutos, reaberta às 14 horas e 10 minutos e encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Jones Martins, Celso Maldaner, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Laerte Bessa, Hugo Leal, Jose Stédile, Marcelo Aguiar, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini, Valdir Raupp e Gladson Cameli. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Hélio José, Roberto Rocha, Lasier Martins, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Carlos Marun, Fausto Pinato, Renzo Braz, João Gualberto, Heuler Cruvinel, Arnaldo Faria de Sá, Juscelino Filho, Marcelo Squassoni e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2017** que : "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2017** que : "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Wadih Damous. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 182 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. Fernanda Tórtima, ex-advogada da JBS." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos 66 e 138. Oitiva de Maria Fernanda Ramos Coelho, em atendimento ao requerimento 138/2017; de José Cláudio Rego Aranha, em atendimento ao requerimento 66/2017. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos, a todas. Cumprimento os nossos colegas Deputados, Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e a BNDSPAR, ocorridas entre os anos de 2007 e 2016, que geraram prejuízos ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de delação premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

No dia de hoje serão realizadas as oitivas do Sr. José Cláudio Rego Aranha e da Srª Maria Fernanda Coelho, além da apreciação também de um requerimento. Lembrando que a Srª Maria Fernanda Ramos Coelho é Ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, e o Sr. Cláudio Rego Aranha, Chefe de Departamento do Banco BNDES. Por razão de força maior, o Relator, Deputado Carlos Marun, não pôde estar hoje aqui conosco. Comunicou-nos, e eu estou designando, com a anuência, evidentemente, do Deputado, o Delegado Francischini como Relator *ad-hoc* nesta reunião de hoje.

Portanto, vamos começar então ouvindo a Ex-Presidente da nossa Caixa Econômica Federal

a Srª Maria Fernanda Ramos Coelho.

Peço a V. Sª que se dirija até a mesa, Srª Maria Fernanda.

Agradeço V. Sª por ter atendido a nosso convite, Srª Maria Fernanda, e concedo inicialmente a palavra a senhora, por um prazo até de 20 minutos.

Com a palavra para que a senhora possa, então, descrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª sabe o motivo deste convite, que foram compras de ações, através da Caixa Econômica Federal, do Fundo de Investimento do FGTS, do FI, compras de ações do grupo JBS, salvo melhor juízo, na gestão de V. Sª, como também empréstimos concedidos a esse grupo.

Portanto, passo a palavra a senhora, para que, em um prazo – repito – de 20 minutos, possa, então, fazer os seus esclarecimentos iniciais. Com a palavra.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Muito obrigada, Senador Ataídes Oliveira.

Cumprimento também o Deputado Delegado Francischini.

Srs. Deputados, Senadores aqui presentes e profissionais da imprensa, eu trouxe uma breve apresentação para mostrar os principais destaques e dados da gestão no período em que fui Presidenta da Caixa.

Eu fiz o concurso público em 1981. Em março de 1984, eu fui admitida na Caixa e assumi a presidência da instituição de março de 2006 a março de 2011. Então, aqui tem os principais dados desse período.

Por favor.

Alguns destaques, então.

Inicio esta apresentação com alguns números da instituição.

Em 31 de dezembro de 2010, a Caixa possuía R$400 bilhões em ativos. Além dos recursos próprios, a Caixa também é responsável pela administração de mais R$435 bilhões em ativos, destacando R$260 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e R$123,5 bilhões de fundos de investimento de rede e exclusivos; isso dá mais do que R$800 bilhões, lembrando que esses dados são de 2010; os números atuais da Caixa superam – e muito – esses números que os senhores podem observar.

Na administração do FGTS, a movimentação chegou a aproximadamente 93 milhões de contas, e esse dado dos recursos movimentados na economia versa acerca de toda a movimentação da Caixa, seja por meio de sua operação das políticas públicas, habitação, saneamento; enfim, o volume de recursos movimentados na economia, no ano de 2010, atingiu a marca de R$338 bilhões em dezembro, o equivalente a 9,2% do PIB.

Naquele ano, nós tivemos um lucro líquido de

a 9.2% do PIB. Naquele ano nós tivemos um lucro líquido de R$3,7 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A rede de atendimento da Caixa, à época, era composta de quase 40 mil pontos de atendimento, sendo 6.900 unidades próprias, entre agências, postos de salas de autoatendimento, e 33 mil correspondentes, sendo 10.600 lotéricos. Trata-se de uma rede lotérica extremamente importante para a Caixa, porque ela consegue chegar em todos os Municípios brasileiros. O crescimento da rede foi decisivo para o aumento do número de clientes.

Esse é um número muito significativo também e que é a nossa prestação de serviços, a nossa transferência de benefícios e atendimento aos trabalhadores. Então, por mês, mas com essa rede robusta de atendimento mais de 12 milhões de trabalhadores receberam pagamentos do seguro-desemprego, cotas de rendimentos do PIS, abono salarial e benefícios do INSS. À época nós tínhamos pouco mais de 83 mil empregados responsáveis por gerenciar e pela gestão de todo esse volume, desse fluxo de atendimento.

Isso aqui se refere a uma experiência muito importante da Caixa na inclusão bancária, que permitiu o acesso ao mercado bancário de 10, 7 milhões de brasileiros que até então estavam fora do sistema bancário. Em dezembro de 2010, nós tínhamos 7,4 milhões de contas ativas. Essas são contas simplificadas porque havia uma grande dificuldade para o cidadão que não possuía endereço que pudesse ser conferido com o CEP, porque, assim, ele não tinha direito a abrir uma conta num banco. A partir dessa conta Caixa Fácil ...

Bom dia! Cumprimento os dois colegas, advogados da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Cumprimentamos V. Sªs, advogados da Caixa, que acabaram de chegar.

Sejam bem-vindos!

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Então, nós tínhamos essa modalidade. A partir do momento em que o cidadão tinha essa conta ele poderia acessar microcrédito, que eram valores, à época, de até R$200, o que permitiria que ele iniciasse pequenos negócios. Esse foi realmente um dado bastante significativo.

Bom, nós chegamos à marca de 52.8 milhões de clientes bancários que fizeram aproximadamente R$4,1 bilhões de transações bancárias.

E com relação à poupança da Caixa, eu diria que a Caixa tem dois grandes carros-chefes. Ela sempre foi reconhecida como o banco da poupança brasileira e o banco da habitação. Foram mais de 40 milhões de poupadores, com R$129 bilhões em depósitos, líder do mercado sempre.

No crédito comercial Pessoa Física, nós ficamos com um saldo, em dezembro de 2010, de R$26.9 bilhões, valor que foi mais de 25% superior que o registrado no ano interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O volume de contratações de R$47.1 bilhões, um aumento de 14% em relação a 2009.

No Crédito Comercial Empresas nós tivemos um saldo de R$28,5 bilhões, um crescimento de mais de 20% em relação a 2009.

O volume de contratações foi de R$55 bilhões. Aqui é compreensível porque você pode contratar durante um ano e durante esse mesmo ano liquidar a operação. Por isso é que o saldo é inferior ao valor contratado, uma evolução de 17;5% em relação ao ano anterior.

Aqui há um dado que consideramos muito importante porque demonstra a aderência principalmente da Caixa para atendimento à baixa renda das mais de 800 mil empresas

para atendimento à baixa renda das mais de 800 mil empresas, à época. Da carteira pessoa física, 97% eram micro e pequenas empresas, correspondendo a 40% do volume das operações de pessoa jurídica da Caixa.

Crédito habitacional. Sem dúvida, o grande carro-chefe da instituição. Nós fechamos o ano de 2010 com um saldo de R$108,3 bilhões, com contratações de R$77,8 bilhões, incluindo repasses. Um valor 57% maior do que 2009. E, se a gente comparar com 2007, foi um crescimento de 254%. O destaque aí, sem sombra de dúvida, foi o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi lançado em março de 2009 e que encerrou 2010 com 1 milhão de unidades contratadas, nas três faixas, na faixa de zero a três salários mínimos, de três a seis e de seis a dez salários mínimos, como à época era trabalhado o Programa Minha Casa, Minha Vida, para aporte dos subsídios que lhe eram destinados.

O crédito para saneamento e infraestrutura. Dos R$15,2 bilhões de recursos aplicados em saneamento e infraestrutura, saúde, agricultura, educação e desportos, R$12,4 bilhões corresponderam a financiamentos e R$2,8 bilhões corresponderam a repasses do Governo Federal.

O Programa Bolsa Família. Sem dúvida, outro programa que com a ampla rede de atendimento da Caixa foi possível viabilizar principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Ele beneficiou mais de 11 milhões de famílias e fizemos mais de 15 bilhões de pagamentos dos benefícios sociais.

No PAC, a Caixa também teve uma participação na execução do Programa de Aceleração do Crescimento, que foi lançado em 2007. O programa, de uma maneira geral, beneficiou mais de 135 milhões de pessoas com obras de habitação, abastecimento, esgoto, drenagem, pavimentação, transportes, entre outros, com o volume de 23 milhões de empregos gerados. Essas obras somaram contratos acima de R$165 bilhões.

A caixa teve uma atuação especificamente aqui, na área de saneamento e infraestrutura e na área habitacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui, também é importante relatar a estrutura de governança da Caixa. A Caixa tem como órgãos colegiados o seu Conselho de Administração, o Conselho Diretor e o Comitê de Fundos e Loterias e o Comitê de Gestão de Ativos de Terceiros. Essas são duas vice-presidências da Caixa que nós chamamos de vice-presidências segregadas. Elas têm um balanço e uma contabilidade próprios.

Nós temos também os comitês delegados do Conselho Diretor. Podemos citar o Comitê de Compras e Contratações, o Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e outros comitês que são delegados pelo Conselho Diretor para tratamento de temas específicos e o Conselho Fiscal. Além da governança corporativa, a Caixa também consolidou, no ano 2010, dois outros eixos que considero muito importantes do seu modelo de gestão: o sistema de planejamento e avaliação dos resultados, ambos baseados no planejamento estratégico, que foi formulado numa parceria que contou com a participação dos empregados, dos controladores e dos parceiros, inclusive, com a participação da direção da rede lotérica, que é a grande parceira da instituição.

Também, à nossa época, foi criado o FI-FGTS (Fundo de Investimento do FGTS) pela Lei 11.491, de 2007. Ele entrou em funcionamento praticamente um ano depois, em junho de 2008. Ele era destinado a investimentos –ele era, não, ele é destinado a investimentos – em empreendimentos

(...) a investimentos... Ele era não, ele é destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e saneamento. Quem estabelece as diretrizes, os critérios e as condições de aplicação dos recursos é o Conselho Curador do FGTS, que é presidido pelo Ministro do Trabalho. Ele aprova a política de investimentos. Hoje tem sua composição 24 pessoas, das quais 12 são representantes do Governo, seis dos trabalhadores e seis dos empregadores.

O Conselho Curador, quando da criação do FGTS, constituiu o Comitê de Investimentos que delibera sobre as propostas de investimentos e tem em sua composição 12 membros, seguindo a mesma regra: seis representantes do Governo, três dos empregados e três dos empregadores.

Então, os senhores podem observar que tanto na estrutura de governança da Caixa quanto na estrutura de governança do Fundo de Investimento do FGTS a decisão é sempre coletiva; não existe uma decisão monocrática na Caixa.

A Caixa é responsável pela gestão e administração do Fundo de Investimento do FGTS. Até 2010, ela possuía 29 ativos, dos quais R$15,73 bi aplicados. Aí havia uma preocupação muito grande de que esses projetos abraçassem a grande diversidade brasileira e as diversas regiões do País. Então, 23% dos recursos foram aplicados na Região Sudeste, 19% na Região Nordeste, 19% na Região Centro-Oeste, 13% na Região Norte e 10% na Região Sul.

À época, o relatório de administração do Fundo de Investimento do FGTS apontava duas necessidades, duas carências, na realidade: a carência em relação a projetos na área de hidrovias, porque a gente tem um volume de rios navegáveis e uma costa imensa, acho que são mais de 40 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quilômetros de rios navegáveis, mas a gente não possuía projetos nessa área. Essa foi a distribuição regional da aplicação dos recursos do Fundo de Investimento do FGTS. E aqui estão as duas referências.

Como eu saí da Caixa e logo após fiquei... Eu me aposentei da Caixa em 2012 e as referências para essa apresentação que eu preparei há dois ou três dias, enfim, todas poderão ser conferidas. E há muito mais informações em relação à atuação da Caixa, Senador, que estão num relatório, do qual pode ser feito o *download* no sítio da Caixa, que é o Relatório de Administração Consolidado de 2010; e também o Manual de Governança Corporativa está disponível no sítio da Caixa, lembrando que aqui estão os grandes destaques, mas a atuação da Caixa abraça uma diversidade enorme e sem dúvida é uma instituição, uma empresa de uma importância estratégica para o Estado brasileiro, não só pela sua rede de atendimento, mas pela capacidade dos seus empregados de responder às demandas que são feitas.

Eu, inclusive, na sexta-feira, vi que a Caixa publicou o seu relatório de administração. Só neste ano, a Caixa foi responsável, no pagamento das contas do Fundo de Garantia, por atender mais de 20 milhões de pessoas nos pagamentos do FGTS. Então, encerro aqui, Senador, a minha apresentação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agradeço V. Sª.

Essas informações trazidas sem dúvida nenhuma são de grande valia, porque eu, particularmente, sabia (...) Porque eu, particularmente, sabia e sei da magnitude desse grande banco, Caixa Econômica Federal, mas agora V. Sª traz números. Apesar de serem de 2010, são números e informações importantes. Mas antes, Srª Maria Fernanda, de passar ao nosso Relator *ad hoc* a palavra, e aos demais membros desta Comissão, eu indagaria a V. Sª o que V. Sª poderia falar a nós a princípio, *a priori*, sobre essa relação comercial entre o grupo JBS e J&F com a Caixa Econômica Federal durante a gestão de V. Sª e também essa relação institucional. Não é uma pergunta que eu estou fazendo, mas uma colocação, indagando V. Sª, a princípio, se quer fazer algum comentário sobre essa relação – repito – sobre o Grupo JBS, tanto na área comercial como institucional com a Caixa Econômica Federal.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não, Senador. Do ponto de vista da relação institucional, ela sempre se dá por via das superintendências regionais. A Caixa tem uma estrutura corporativa, em que a relação comercial entre as diversas empresas e a Caixa se dá por via das superintendências regionais. Particularmente, não conheci o grupo, não tive contato algum com quaisquer dos membros do grupo, ma como recebi o convite desta Comissão, eu por bem solicitei à Caixa Econômica Federal que ela nos informasse se teria havido alguma operação à época. Então, a Caixa me informou que, enquanto eu fui Presidenta da Caixa, houve três operações: uma em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

novembro de 2009, uma em dezembro de 2010 e uma em janeiro de 2011, que são operações de giro, ou seja, são operações de curto prazo, operações comerciais, e que todas estavam liquidadas. Então, durante o período em que fui Presidenta da Caixa, a relação às operações que aconteceram foram essas três.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª e passo a palavra ao Relator *ad hoc*. Cumprimento os colegadas que chegaram depois, o Deputado Miguel Haddad, o Senador Airton Sandoval, também o nosso querido Sub-Relator, Hugo Leal. Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, mas ele é Sub-Relator da área de contratos na CPMI da JBS. Com a palavra, Deputado Delegado Francischini.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, nossas perguntas vão no sentido de identificar essas três operações que foram no período da ex-Presidente da Caixa. Então, primeiro, quais são os valores dessas três operações? Quando elas foram quitadas, essas três operações? Se foram antes do estouro, da deflagração da operação em que a JBS começou a ser investigada formalmente. Também a gente identifica atuação de lobistas dentro do Ministério da Fazenda à época, fato já reconhecido na delação premiada do Sr. Joesley Batista, reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, que em uma decisão de poucos dias atrás,

Tribunal de Contas da União, que, numa decisão de poucos dias atrás, determinou o ressarcimento aos cofres públicos por parte do ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega, do ex-Presidente do BNDES Luciano Coutinho e mais um lobista conhecido como Victor Sandri de milhões de reais na aquisição de ações BNDESPar para naquele caso Swift, que nós acompanhamos anteriormente.

Claro, era uma outra gestão, Drª Maria Fernanda, mas a atuação do grupo JBS dentro de governos... E aqui eu não falo de um governo só; a gente vê atuação até estadual do grupo JBS. Então, não há de se falar em um governo, e sim de vários governos. E a nossa investigação vai no sentido de identificar as ramificações dentro do Poder Público, seja de qual governo for, independente de que partido político estava à frente.

Então, a minha pergunta é, quando foram quitados esses empréstimos, se houve o pagamento regular das parcelas ou se houve o pagamento maior ao final, depois da identificação dessa atuação; e se o Ministro da Fazenda à época ou Presidente do BNDES manteve contato com V. Sª, no sentido de atender essas demandas ou nem chegou ao conhecimento da Presidência, visto que nós estamos na iminência agora de dois acordos de delação premiada, dos dois ex-Ministros da Fazenda, Guido Mantega e Antonio Palocci. Ambos estão no processo de delação premiada, e estão chegando dados para todos nós via mídia e via informações sigilosas que estão chegando a esta CPMI. Então, a nossa pergunta é se alguém procurou V. Exª ou algum diretor também relatou a preocupação de estar sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assediado com pedidos para que fosse atendido o Grupo JBS ou empresas da *holding* J&F para que elas fossem atendidas.

Presidente, seria essa a primeira pergunta, para abrir. Eu acho que vai servir para todos que querem fazer perguntas as respostas sobre essa indagação, porque foi o período subsequente da Caixa Econômica Federal, se eu não me engano, depois do seu período, em que houve aquisição dos debêntures e das ações.

E a gente finaliza querendo a sua análise como ex-Presidente: a senhora teria feito a aquisição dessas debêntures com as garantias que havia, se fosse a Presidente da Caixa Econômica Federal à época? Foi uma operação... Na nossa visão, a senhora é uma técnica, alguém que tem um conhecimento. A senhora como técnica teria feito essa aquisição de debêntures, a participação acionária no Grupo JBS? Ou foi uma operação que pode ser caracterizada de alto risco e que causou...

Nós temos uma matéria agora de *Valor Econômico*, *Estadão*, *Folha*, dos grandes veículos do nosso País, quase todos que acompanham esta CPMI, mostrando que o prejuízo já é bilionário para o BNDES e para Caixa Econômica Federal dessa aquisição, porque o grupo está se esfacelando, visto a quantidade de pagamento de propina, de irregularidade identificadas. E a Caixa Econômica e o BNDES, que direta ou indiretamente são o patrimônio público brasileiro, estão também esfacelando junto.

Então, seriam essas as perguntas iniciais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra à Srª Maria Fernanda Coelho.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não. Então, do início das perguntas de S. Exª o Deputado Delegado Francischini: as informação foram solicitadas à Caixa; eu recebi essa resposta ontem e eu vou lhe dizer exatamente os valores e as datas de quando foram concedidas.

Não tenho aqui, não veio na informação a data exata da liquidação, mas certamente, como são operações de giro... Só lembrando: operações de giro são operações da área comercial, então elas não são operações de aquisição de ações

comercial. Então, elas não operações de aquisição de ações, ou de compra de debêntures ou de quaisquer instrumentos de dívida.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Empréstimos para capital de giro.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Empréstimos para capital de giro que são feitos, são liquidados e eles podem, a depender da análise de risco da empresa, da sua capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagamento e de endividamento, ser renovados. Então, você pode fazer um empréstimo hoje, você liquida, porque é exatamente para o giro da empresa.

Então, as informações prestadas foram as seguintes: operação de giro em 11/11/2009, no valor de R$250 milhões; no dia 20 de dezembro de 2010, ou seja, pouco mais de um ano depois, de R$500 milhões; e, no dia 20 de janeiro de 2011, de R$500 milhões. Provavelmente aqui é uma renovação da operação e constam aqui todas elas liquidadas. Creio eu – e não tenho nenhuma lembrança de qualquer atraso nesse período, porque um valor desse a gente lembraria – que não deve, não houve, não imagino que tenha havido...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual foi a terceira?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – A terceira foi no dia 20 de janeiro de 2011, de R$500 milhões.

Bom, em relação ao segundo questionamento que V. Exª faz, se tinha conhecimento de lobistas ou se houve qualquer contato do Ministro da Fazenda ou do Presidente do BNDES em relação às operações, não, de forma alguma. Desconheço lobistas atuando em favor da empresa nem houve qualquer contato do Ministro da Fazenda nem do Presidente do BNDES Luciano Coutinho.

Veja, acho que é uma questão importante como se dá o processo tanto de concessão quanto de análise das operações da Caixa. Ao apresentar qualquer empresa um projeto, esse projeto passa por uma análise dos técnicos, você tem uma análise de risco, você tem uma análise da capacidade de pagamento e de endividamento. Mesmo numa operação que se concede numa agência da Caixa, você tem um comitê de análise da operação. Então, mesmo na agência, um gerente geral de agência, ao aprovar uma operação, tem um comitê dentro da própria unidade, ou seja, várias pessoas opinam. E, como você tem na estrutura de governança um regime de alçadas, então, a depender dos valores, você tem vários comitês que vão se apropriando do conhecimento daquela operação e do acompanhamento das garantias que são fornecidas. Então, é assim que se dá o processo de análise das operações de crédito dentro da instituição.

Acho que isso é importante dizer, porque, considerando o regime de alçada, considerando os diversos comitês, qualquer decisão a ser tomada tem um crivo técnico que é extremamente rigoroso. Eu posso dizer que – e, aí, talvez seja importante dizer –, desde o final da década de 90, a Caixa vem trabalhando continuamente para poder reforçar os seus graus internos de controle e de análise dessas operações. O senhor viu o volume de crédito que a Caixa aporta. Quando eu deixei a Presidência da Caixa, o nível de inadimplência da instituição era de 2%, ou seja, com aquele volume de oferta de crédito tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica, era de 2%. Chego a ter quase certeza de que era o menor do mercado, inclusive muitas pessoas diziam que, à época, a nossa inadimplência habitacional era baixa, porque a gente estava concedendo, e a gente sempre defendo: "Estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedendo com rigor, com critério." Então, esse percentual tem se mantido ao longo dos anos. Então, é fácil falar, porque agora já se passam praticamente sete anos da minha gestão, e a gente tem visto e acompanhado que a Caixa tem se mantido bastante rigorosa e criteriosa nas suas análises e nas suas concessões.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, continuando, eu identifico aqui, não sei se todos

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, continuando, identifico aqui, não sei se todos conseguem vislumbrar, que, em outubro de 2010, nós tivemos uma eleição geral presidencial; dois meses depois, nós temos 500 milhões de empréstimo para capital de giro, quase meio bilhão; um mês depois, mais 500 milhões, uma terceira operação, que foi a última. Ou seja, num prazo de um mês, R$1 bilhão de empréstimo de capital de giro.

A pergunta é: a senhora, como Presidente... É óbvio que uma operação desse tamanho, gerando quase um bilhão, chegou até a Presidência da Caixa. Quais outras empresas tiveram aportes desse tamanho de empréstimos nesse período pós-eleitoral? Porque vejo que são valores, talvez, dos maiores empréstimos de capital de giro que a Caixa Econômica fez, totalizando um bilhão, dois, três meses depois do período eleitoral de 2010. E se havia certidão negativa. Todos os documentos, a gente sabe que o grupo era um grupo que vivia na linha tênue da documentação, isso reconhecido pelo TCU. A senhora, numa reunião de diretoria em que deve ter sido levado esse assunto, ou do Conselho, da Presidência, passaram-lhe o relatório completo, dizendo que o grupo tinha todas as certidões negativas, tinha capacidade de garantir esse empréstimo? A senhora não acha estranho, em um mês, logo depois da eleição, um bilhão de capital de giro para uma empresa, uma única empresa?

Eu sei a dificuldade porque nós escutamos empresários todos os dias, procurando-nos, dizendo a dificuldade que está o cenário econômico. E o valor é um grande valor, um bilhão, em um mês, de capital de giro. Então, fica uma pergunta técnica também. É uma pergunta técnica. Não é alto o empréstimo de um bilhão alguns meses depois de uma eleição? Havia documentação legal para esses empréstimos?

A nossa preocupação é: pode não ter chegado até a Presidência, mas um bilhão, em um mês, não é um valor muito alto? Se a gente pegar agora e requisitar... Porque eu vou fazer este requerimento à Caixa: nesse período pós-eleitoral, vamos pegar seis meses, quais outras empresas tiveram algo parecido com um bilhão em capital de giro junto à Caixa Econômica Federal e os juros que foram aplicados. A senhora dizendo que foram os menores juros do mercado, então, é óbvio que o grupo JBS procurou um banco, uma empresa pública federal justamente pela facilidade para poder pagar seu capital de giro. Mas a pergunta é: nesse período, que é um período pós-eleitoral, fazia três meses só do período eleitoral... E a gente viu a quantidade de delações premiadas que estão vindo desse período. Nossa pergunta é, novamente: a Presidência ficou alheia a qualquer tipo de *lobby,* de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedidos da Presidência da República ou do Ministério da Fazenda ou do BNDES, de que a Caixa Econômica teria que fazer esses empréstimos porque o grupo JBS, segundo consta – e aqui há uma grande discussão na CPMI –, teria pago propina para mil, oitocentos e tantos políticos no período eleitoral, entre doações legais e propinas? A gente tem tentado fazer essa diferenciação, mas não foi por aí que acabou o capital de giro dessa empresa e ela teve que buscar o Poder Público para ter capital de giro para continuar funcionando?

Então, seria essa a segunda pergunta, ex-Presidente Maria Fernanda.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Excelência, veja: a pergunta de quais outras empresas acessaram crédito, eu não tenho como lhe responder, mas certamente, fazendo a solicitação à Caixa, a Caixa enviará a esta Comissão, Senador, todas as informações que estão sendo requeridas aqui. Então, sem sombra de dúvida, isso tudo é

sendo requeridas aqui. Então, sem sombra de dúvida, isso tudo é registrado, a gente tem um sistema. Enfim, todas essas informações ficam por mais de 20 anos, até porque são informações bancárias.

Em relação à análise documental, é importante dizer que esse valor passou, foi aprovado no Conselho Diretor, e todos os contratos, todas as operações, todas as demandas de crédito, além das análises de risco, de avaliação da reciprocidade em relação ao cliente, do tempo em que ele já opera com a instituição, há uma análise jurídica. Para toda operação de crédito, há um parecer da área jurídica. O diretor jurídico tem assento no Conselho Diretor, ele não tem voto evidentemente, e ele acompanha todas as aprovações e os votos.

Como se dá o processo numa reunião do Conselho Diretor? A operação vem por meio de voto. O voto é proposto pelo vice-presidente da área. Aqui nesse caso pelo vice-presidente da área jurídica, à época era o Fábio Lenza. Esse voto vem com todos os anexos, que são os pareceres das áreas técnicas, afirmando o enquadramento dessa operação. Nesse caso aqui, como o senhor vê que foi um giro, é uma operação de 500 milhões e outra de 500, tendo sido liquidada a anterior. Só para ficar claro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual era a linha de crédito?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Giro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não era mais em cima, FGTS?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não, giro comercial da Caixa.

De fato, a Caixa sempre operou com as menores taxas do mercado, e é por isso que a gente conseguiu ter a expansão e o crescimento que a gente tem, em função de um grande processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interno, inclusive de ajustes de custos para poder viabilizar não só o melhor atendimento, mas para ofertar as menores taxas para o mercado. Então, na realidade, em uma operação é liquidada outra operação.

De toda forma, a Caixa certamente enviará essas informações da maneira que esta Comissão considerar adequada.

Reafirmo, não houve qualquer demanda nem quaisquer contatos por parte da Fazenda ou por parte de alguém que tenha vindo ou comentar ou falar acerca dessa operação. Essa operação seguiu o seu trâmite normal, entrando pela superintendência regional... Há uma superintendência de relacionamento desse cliente e aí ele vem para o Conselho Diretor, momento em que ele é aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, só mais uma pergunta, se a nossa depoente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Análise documental e as certidões, eu acho.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Isso, desculpe, Excelência.

O senhor comentou também da análise documental. Só é feita operação na Caixa se todas as certidões estiverem em dia. Não existe possibilidade de ele ter dívida em relação ao FGTS – até porque a Caixa inclusive é a própria administradora e gestora do fundo – ou quaisquer outras certidões negativas. Tudo tem que estar regularizado. O parecer da área jurídica é bastante claro ao apontar essa irregularidade ou, mesmo sendo aprovado, colocar em exigência. Ou seja, só é possível ser formalizada a contratação em sendo resolvida aquela pendência. Você de fato pode ter um processo de aprovação no Conselho Diretor em que você aprova a operação em exigência. Ou seja, a exigência é clara. Por exemplo: atender a ausência de uma certidão. Isso precisa ser comprovado, anexado, para que a operação seja contratada. Inclusive porque senão você não consegue cadastrar no sistema. O sistema não vai gerar aquela operação, porque ele vai exigir a certidão com a regularidade.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora conhece ou teve algum contato

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora conhece ou teve algum contato com o Sr. Victor Sandri, conhecido lobista que agora é um dos investigados nesta CPMI? E se alguém do grupo J&F, no período que V. Sª foi presidente da Caixa Econômica Federal, esteve em audiência na presidência do banco ou fora da presidência do banco? Em algum momento, algum dos diretores do grupo JBS encontraram com V. Sª em eventos ou estiveram em viagens ao exterior ou tiveram qualquer contato que possa servir para esta CPMI, com documentos novos que cheguem? Por isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante a sua posição de depoente, que está colaborando para que, quando chegarem esses documentos, nós possamos fazer o cotejo deles e entender – "Não, no próprio depoimento, ela fez a ressalva de que, em tal dia, o assunto não foi esse ou foi aquele, etc" –, para que a CPMI possa dar andamento na sua condição como depoente, como a gente vem considerando até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Se me permite, Deputado Delegado Francischini, só para esclarecimento, Srª Maria Fernanda, se é que eu entendi, é possível que se faça um empréstimo – nesse caso, capital de giro, e eu conheço bem esse tipo de operação... Foi possível a Caixa, na sua gestão, conceder um capital de giro nesse volume de R$1 bilhão aproximadamente, com ressalva da não apresentação, por parte deste tomador, de alguma certidão, em especial a que o Dr. Delegado Francischini colocou, a CND? Foi possível? Eu gostaria de ter essa confirmação.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Em relação... Não conheço o Sr. Victor Sandri, não tive audiência ou, enfim, participação em eventos com alguma pessoa do grupo. Agora, é importante também registrar que todas as agendas da Caixa têm um registro, e isso poderá ser verificado também junto à instituição.

Veja, foi muito bom o senhor fazer essa pergunta, Senador, para deixar isso bem claro. O que, às vezes, acontece é, durante o trâmite de um processo, ele levar, por exemplo, mais de 30 dias para ser aprovado. Então, aquela certidão... Hoje, 10 de outubro, a certidão venceu no dia 5 de outubro. Ele não deixará de ser analisado, mas é claramente definido que não existe a possibilidade de você ter uma contratação de uma operação em que o CND não esteja regularizado. O que pode acontecer é isto: à época, as reuniões do Conselho Diretor aconteciam às terças-feiras. Então, suponha que o processo veio e a certidão venceu ontem, segunda-feira. Isso ficava registrado para evitar que o processo tivesse que voltar na reunião seguinte e ele saía com essa exigência. Sob nenhuma hipótese, há possibilidade de contratação com certidões que não estejam em dia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Essa contratação que V. Sª coloca – usando termos mais técnicos e de melhor entendimento por todos nós, os milhares de telespectadores que estão nos assistindo – é a liberação desse recurso. Então, quer dizer que, em hipótese alguma... No momento da liberação desses recursos, todas as certidões teriam de estar em dia. Confirma?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agradeço, eu agradeço.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Se eu vou entrar no sistema, eu tenho de registrar, inclusive, o número da CND e a data dela.

o número da CND e a data dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço.

De validade?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, é a última pergunta.

A nossa depoente permaneceu quase cinco anos à frente da Caixa Econômica Federal. Não poderíamos aqui exigir que ela tivesse conhecimento de todas as operações de um banco do tamanho da Caixa Econômica Federal, mas uma operação de 1 bilhão de capital de giro em um mês é algo que chama atenção principalmente três meses depois de 2010, do período eleitoral. Queria que a senhora me citasse pelo menos um outro empréstimo de 1 bilhão de capital de giro nos cinco anos em que V. Sª foi Presidente da Caixa Econômica Federal.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Excelência, veja, eu fiquei exatamente cinco anos, foi de 29 de março de 2006 a 29 de março de 2011. Eu realmente não tenho essa informação. Então, decorridos praticamente sete anos, seria imprudente da minha parte e tecnicamente inconsequente, inclusive, citar qualquer outra empresa que pudesse ter tido... Inclusive, eu nem sei se eu posso fazer isso *vis-à-vis* o sigilo bancário.

Então, de fato... Mas tenho certeza de que V. Exª poderá solicitar essa informação à Caixa Econômica, e será atendido.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Houve, então, outras operações com 1 bilhão de capital de giro num período tão curto de um mês?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Veja, Excelência,...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu acho que a senhora, como Presidente de um banco com uma operação de 1 bilhão... É a operação que um presidente...

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Nós fizemos...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se eu for Presidente...

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Nós fizemos várias operações de valores significativos – várias! –, valores, inclusive, provavelmente superiores a esse. De fato, eu lamento, mas não tenho como, vamos dizer assim, ter essa informação da forma como o senhor solicita.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito, Deputado Francischini?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Jorge Hereda Fontes foi quem sucedeu a Srª Maria Fernanda Ramos. E nós temos já requerimento aprovado, se não me falha a memória, de autoria do Deputado Izalci... É isso mesmo, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Evidentemente que precisamos ouvi-lo, porque foi na gestão dele que o FI-FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) da Caixa comprou 4,9...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só por uma curiosidade, nós temos requerimento do Fábio Cleto, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não; aprovado, não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ. *Fora do microfone.*) – Colocado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Há apresentado?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Há apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu acredito até que haja. Eu lhe dou a resposta, porque eu tenho aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O do Funaro nós temos ou não? Do Funaro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – A Secretaria pode até checar para nós; já está checando, Deputado Paulo.

Portanto, passo a palavra agora ao Deputado Sub-Relator da área fiscal , agropecuária e previdenciária, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos Deputados e Senadores e a nossa convidada, Maria Fernanda Ramos Coelho!

Imagino que V. Sª esgotou aqui parcialmente as principais informações que caberiam, pelo menos, da minha parte falar. E também o Deputado Francischini foi muito feliz nas suas colocações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante diretas, e obviamente precisam ser complementadas por documentos que eu imagino que já poderão ser pedidos.

Eu vou tentar aqui resumir em praticamente em três perguntas para V. Sª.

Primeiro, eu gostaria de saber de V. Sª como se deu a sua ascensão à Presidência da Caixa Econômica, sua trajetória dentro da Caixa, e como se deu a escolha dos seu nome para ocupar a Presidência da Caixa Econômica, obviamente já no período de 2006, no Governo do Presidente Lula.

E qual a relação de V. Sª com o ex-Ministro Guido Mantega? Existiam reuniões periódicas permanentes? Qual era a relação que existia entre a Caixa Econômica e o Ministério da Fazenda? Caso essa relação não fosse direta, se dava com algum outro servidor do Ministério da Fazenda, como o Secretário-Executivo ou outro tipo de secretário?

Outra pergunta é se senhora conhecesse a Srª Patrícia de Moraes, consultora do Banco J.P. Morgan e que estabeleceu que trabalhou nas relações com a JBS, inclusive em várias das operações financeiras?

E a quarta pergunta: V. Sª, com certeza, deve ter conhecido o Sr. Fábio Cleto, que foi Vice-Presidente e também um dos responsáveis pelas operações do FI-FGTS. Qual era a relação formal de trabalho e qual o posicionamento dele quando se tratava de matérias dessa natureza? E de onde veio, de onde surgiu a criação FI-FGTS?

Basicamente, Sr. Presidente, vou fazer essas quatro perguntas, podendo fazer a réplica, caso não me sinta satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra à Srª Maria Fernanda Ramos.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Bem, como iniciei, fiz concurso em 1981. Fui admitida na Caixa em Recife, em 1984. Minha carreira começou como auxiliar de supervisão, caixa executivo, gerente de núcleo, gerente geral de agência, depois gerente de apoio ao desenvolvimento urbano. Em 2003, vim para Brasília assumir a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Depois, tornei-me Presidente da Diretoria Executiva, e, com a saída do ex-Presidente Jorge Mattoso, o Presidente Lula, que já tinha adotado a escolha de servidores no Banco do Brasil – tanto Lima Neto quanto Rossano Maranhão são servidores de carreira –, também, na época da seleção, fez entrevista com alguns empregados da Caixa e, assim, fui selecionada. Então, eu fui selecionada também exatamente em função da própria trajetória e da experiência dentro da Caixa. Então, em brevíssimas palavras, essa é a minha trajetória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só uma pergunta: mas existia uma lista específica ou a seleção foi aleatória?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – As pessoas que estavam no âmbito do nível estratégico. Você tem o nível estratégico, o nível tático e o nível operacional. Então, da equipe que estava no nível estratégico, eu fui uma das pessoas que foi indicada. Fiz uma entrevista com a então Ministra-Chefe da Casa Civil, a Presidente Dilma Rousseff, e também uma entrevista com o Presidente Lula. Então, a partir daí, claro, a partir de uma análise curricular que foi estabelecida, eu fui indicada Presidente da Caixa em março de 2006.

Com o Ministro Guido Mantega, sim, o nosso controlador, único acionista – a Caixa é uma empresa 100% pública – os contatos... Presidente, o Ministro Guido Mantega tinha uma agenda bastante intensa, então a gente tinha, de fato, mais contatos com o Secretário-Executivo, o Dr. Nelson Machado, que também presidia o Conselho de Administração da Caixa.

Dr. Nelson Machado, que também presidia o Conselho de Administração da Caixa. Então, na realidade, eu diria que o volume de agendas maior se dava com o Dr. Nelson Machado, que presidia o Conselho de Administração. Com o Ministro Guido, sempre o acompanhamento, a fiscalização, enfim, se estavam batendo as metas, então, todo o processo de acompanhamento que é feito pelo Ministério da Fazenda perante a Caixa.

Em relação à Srª Patrícia Moraes, não. Não conheço. Nunca ouvi falar, inclusive.

O Vice-Presidente Fábio Cleto assumiu depois que eu saí. Eu saí da Caixa... Meu mandato terminou em março de 2011, e ele foi Vice-Presidente na gestão seguinte. Então, de fato, eu não tive contato com o Vice-Presidente Fábio Cleto.

O FI-FGTS: o FI-FGTS foi uma proposta estruturada dentro da área técnica da Caixa em função de você ter a possibilidade de utilização de recursos do patrimônio líquido do Fundo que implementariam projetos principalmente – e aí é uma questão importante no fundo de investimento – que trabalhassem com plantas com bastante geração de trabalho e renda, de bastante emprego, pois isso alimenta o Fundo por outro lado, porque você gera trabalho e renda e emprego, e as pessoas contribuem, as empresas contribuem para o FGTS. Então, o FI-FGTS teve esse grande objetivo. Além disso, também o de melhorar a remuneração das contas dos trabalhadores, porque o FI tem um retorno de TR mais 6%, enquanto que a remuneração das contas do Fundo de Garantia é TR mais 3% ao ano. Então, foi uma proposta formulada pela área técnica, apresentada à Fazenda, apresentada à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento. Foram vários debates internos, inclusive nós tivemos a oportunidade de conversar também na Câmara e no Senado. Nós fizemos várias audiências com assessores legislativos, com a equipe técnica. Então, foi uma proposta bastante discutida no âmbito das diversas esferas de Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ela constou, de forma direta, salvo engano, ou indireta, de uma medida provisória, a questão da aplicação desses recursos do Fundo de Garantia. V. Sª está lembrada disso?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Ela tornou-se a lei onze mil e quatrocentos... Foi uma MP...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Foi uma medida provisória.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – É.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – A medida provisória originalmente já previa toda essa formatação que havia sido dada pela área técnica ou ela sofreu modificações aqui no Congresso Nacional? V. Sª lembra disso?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não, não recordo que tipo de alteração houve. Eu lembro que tinha uma expectativa de alguns Parlamentares de ampliar, vamos dizer assim, o escopo da concessão, mas isso, nem o Conselho Curador, nem o...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ampliar o escopo que V. Sª fala...

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Por exemplo, não apenas para saneamento, habitação...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, exatamente.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Ir para, por exemplo, educação ou para outros fins, entendeu? Isto foi realmente acordado, que ficaria apenas com a destinação para obras de infraestrutura urbana, habitação, saneamento, rodovias, portos, aeroportos. Eu acho que a questão dos aeroportos foi fruto do debate, mas eu, realmente, Excelência, Deputado Hugo Leal, eu não tenho essa certeza aqui agora.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, é importante. Sei que V. Sª não vai conseguir lembrar, nós também, às vezes, temos dificuldade aqui, mas eu só quero resgatar realmente esse momento em que foi criado o Fundo de Investimento do FGTS. Eu estava como Parlamentar ainda naquela oportunidade, eu era Parlamentar, e lembro dessa discussão. A minha pergunta é se, no momento em que foi criado esse Fundo, quer dizer, pelo proposto pela área técnica, se o escopo dele foi ampliado aqui. Se V. Sª não lembra, nós vamos fazer essa pesquisa, porque realmente era para saneamento, habitação, das características que eram ...realmente, era para saneamento e habitação, das características que eram realçadas do fundo, para o fundo FGTS, mas o que aconteceu aqui durante a tramitação da medida provisória, V. Sª não se lembra... Houve debates, mas nada que caracterizasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma preocupação, um chamar a atenção naquele momento em que se discutia essa medida provisória?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não, a única coisa de que realmente me recordo é dessa ampliação de escopo e, com base nos diálogos, na apresentação da proposta, ficou claramente definido que seria destinado a esses projetos de obras e de infraestrutura.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só mais duas perguntas.

V. Sª conhecia o Ministro Guido Mantega antes de ele ser ministro ou o conheceu já como ministro? Se existia alguma relação, qual era essa relação? O mesmo pergunto em relação ao Ministro Antonio Palocci: V. Sª já o conhecia ou o conheceu também como ministro?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Conheci ambos como ministros. O Ministro Antonio Palocci... Quando eu assumi, foi basicamente um dia após o Ministro Guido Mantega... O Ministro Antonio Palocci saiu, o Ministro Guido Mantega assumiu. Então, eu o conheci, praticamente, no dia da posse.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Eu, na presidência desta CPMI, tenho o privilégio, assim como todos os senhores... Como foi estabelecido nas normas aqui, no início dos trabalhos desta CPMI, eu posso fazer algumas intervenções. Então, não me levem a mal, mas eu queria só fazer uma pergunta a Srª Maria Fernanda.

É a respeito desses empréstimos, Srª Maria Fernanda, do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), como também do FI, ao BNDES com juro extremamente subsidiado.

Na gestão de V. Sª foi feito algum repasse, algum empréstimo ao BNDES? V. Sª acha e acredita que foi um bom negócio? Ou fugiu ao objetivo, por exemplo, especialmente no caso do Fundo de Investimento do FGTS, que o Sub-Relator Hugo Leal questionou, esse fundo de investimento quando emprestou esse dinheiro ao BNDES para emprestar mais de R$12 bilhões e comprar mais de R$8 bilhões em ações do Grupo J&F?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Veja, quando foi criado o FGTS e que nós efetivamente começamos a operar com ele? Em agosto, no meio do ano de 2008, havia necessidade de você ter uma carteira de projetos que pudessem ser apresentados para análise e para contratação. Na época em que estive à frente da presidência da Caixa, sim, nós repassamos do Fundo de Investimento do FGTS R$6,7 bilhões, se não me falha a memória, de recursos para o BNDES, porque o BNDES tinha em carteira... E, aí, é importante dizer: foi repassado no âmbito da Lei 11.497. Então só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poderia ser utilizado também para as operações definidas em lei, ou seja, investimentos em infraestrutura de saneamento, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos. Então, nós fizemos esse repasse.

O BNDES tem uma equipe técnica, eu diria, de extraordinária qualidade. Então...

equipe técnica de extraordinária qualidade. Então, os projetos, eles já tinham projetos em carteira, o que poderia alavancar exatamente as aplicações do fundo. Então, nós fizemos esse repasse desse valor. E eu não tenho dúvida alguma de que foram utilizados exatamente no âmbito da lei, porque isto foi muito claro quando foi feito o repasse do valor do FI: a necessidade de serem utilizados na carteira de projetos afeta à Lei 11.491.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Do FAT? A senhora se lembra de remessa ao BNDES do dinheiro do FAT?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não, Excelência, desconheço. Do FAT, desconheço. Realmente desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª e pergunto ao Deputado Hugo Leal se está satisfeito. (*Pausa.*)

O.k.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, só para complementar ao Deputado Hugo, acho que vai ajudar a todos. Nós temos as informações que estão chegando do BNDES, alegando que está com um prejuízo bilionário, inclusive falando de o Governo pagar, o Presidente do BNDES está discutindo como o próprio Governo devolve cento e tantos bilhões para o BNDES, porque ele está totalmente... São 130 bilhões, o Deputado Hugo está complementando.

Esse repasse não foi capitalização, foi uma operação de crédito para o BNDES. Foi aplicado nos fins da lei? A senhora controla... E houve o pagamento ou está dentro dessa dívida aí da Caixa Econômica, ainda está a ver com o valor recuperado? Porque os repasses do Tesouro Nacional aprovados aqui no Congresso que capitalizaram o BNDES são esse fundo de 130 bi que hoje existe, nós capitalizamos para o Tesouro Nacional e o dinheiro não retornou. Está um percentual da Caixa Ecônomica Federal nesses 130 bi que o BNDES alega que ainda... O BNDES pagou, devolveu esse dinheiro à Caixa?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – A aplicação desse recurso, isso aí, sem sombra de dúvida, para o BNDES, os 6.7 bilhões, foram para aplicar conforme a Lei 11.497, ou seja, na sua carteira de projetos, que são objeto dos investimentos do fundo de investimento. A última informação que eu tive, e pode não ser a atual, é que já havia retornado para a Caixa, desse valor, R$3 bilhões. Mas isso também, Excelência, pode ser perguntado, questionado à Caixa, para averiguação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então teria 3 bi ainda em aberto?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Porque você tem... Porque isso tem prazos. Então, esses, esses repasses, eles têm prazo. São feito em tranches. Então você tem prazo para retorno. Então, a última informação que eu tinha era essa. Mas, de fato, tenho tido bem pouco contato com a Caixa, então...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço mais uma vez.

A informação que eu tive em 2014 é de que só o FAT havia emprestado ao BNDES algo muito próximo de R$200 bilhões. Passo a palavra ao Deputado, hoje também sub-relator da área legislativa desta Comissão e de vazamento de informações, o Deputado Wadih Damous. Se quiser usar da palavra... (*Pausa.*)

Não? O.k. Agradeço a V. Exª.

Passo então a palavra ao Deputado Izalci, autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente,

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, tenho algumas perguntas aqui.

O Sr. Jorge Hereda foi o sucessor de V. Sª. Num depoimento que ele fez na 10ª Vara Criminal, disse que sofreu pressões do ex-Deputado Eduardo Cunha para que fosse acelerado o processo de financiamento da Caixa em algumas empresas. Segundo Hereda, o ex-Deputado teria dito que o convocaria para a CPI da Petrobras se não apresentasse uma análise dos pleitos no banco, se ele não agilizasse.

V. Sª poderia informar se, nesse período em que V. Sª esteve à frente da Caixa, chegou a tratar de algum assunto relativo a essas operações da empresa J&F Investimentos, em alguma conversa com Fábio Cleto, Geddel, Eduardo Cunha, Lúcio Funaro. Se afirmativo, eu gostaria que V. Sª detalhasse.

V. Sª poderia repassar alguns dados, valores e objetivos da operação de empréstimo realizado com a empresa Bertin, Eldorado Celulose, Banco Original, Marfrig, Seara, Vigor, J&F Investimentos?

V. Sª, durante o período de sua gestão à frente da Caixa, sofreu algum tipo de pressão do Ministério da Fazenda para encontrar alguma solução para pleitos de empréstimos por parte da empresa J&F Investimentos ou dessas empresas ligadas? Se também for afirmativa a resposta, eu gostaria que V. Sª detalhasse isso.

Qual a avaliação de V. Sª sobre a liberação e sobre a questão da liberdade de atuação dos técnicos da Caixa, os técnicos como agentes executores de políticas públicas? V. Sª entende que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas oportunidades, as ditas políticas públicas de desenvolvimento servem mesmo como pretexto para o atendimento de outros interesses?

V. Sª saberia explicar as circunstâncias que levaram a Caixa a adquirir ações da empresa JBS?

V. Sª já esteve reunida com Joesley Batista ou com algum outro executivo do grupo J&F? Se afirmativo, eu gostaria de saber mais alguns detalhes sobre isso.

Por enquanto, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Passo a palavra à Srª Maria Fernanda.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Bem, Excelência, Deputado Izalci, não tive contato nem com o Vice-Presidente Fábio Cleto, nem com o Vice-Presidente Geddel, tampouco com o ex-Deputado Eduardo Cunha nem com Lúcio Funaro. Ambos os Vice-Presidentes se tornaram Vice-Presidentes após a minha saída da Caixa, tanto o Fábio Cleto, quanto o Geddel.

As operações que V. Exª citou, creio, não foram realizadas no período em que me tornei Presidenta, em que fui Presidenta da Caixa, de março de 2006 a março de 2011.

Não houve qualquer pressão do Ministério da Fazenda para fazer qualquer tipo de contratação de empresas, não só da JBS e da J&F, mas de quaisquer empresas. A gente nunca teve nenhum tipo de pressão específica em relação a alguma empresa ou a algum empresário.

As ações da JBS, como o senhor mesmo disse, foram do período de 2012. Então, de fato, nunca tive... Não os conheço e não tive contato com nenhum dos executivos do grupo JBS/J&F, com os irmãos Joesley e Wesley ou com outro executivo.

Veja, quanto à atuação dos técnicos da Caixa, creio que é importante salientar que, desde sempre, a Caixa tem buscado uma efetiva capacitação dos seus quadros. Então, não é só um estímulo. Na época, se não me falha a memória, no ano de 2009

Na época, se não me falha a memória, no ano de 2009, nós éramos a instituição com maior número de horas por empregado em sala de aula e capacitação. Nós tínhamos, em média, os empregados por quatro semanas fazendo cursos que os especializassem para o atendimento às demandas. Além disso, desde a nossa gestão – e antes da nossa gestão –, nós já tínhamos um processo seletivo interno, para que os empregados possam ocupar determinados cargos e funções. O processo seletivo abrange não só a entrevista como abrange também uma prova de conhecimentos. Então, eu diria que a atuação dos técnicos da Caixa tem sido exemplar no exercício das suas funções públicas, criteriosa na análise desses processos. Eu não tenho nenhuma dúvida em relação à atuação técnica da equipe da Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Das empresas Bertin e Eldorado Celulose V. Sª se lembra de alguma operação com elas?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – A Eldorado, pelo que li pelos jornais... Não sei se... Talvez aqui a própria assessoria possa confirmar. Ela é uma operação de 2012.

Realmente do Grupo Bertin eu não tenho lembranças.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sª, como Presidente da Caixa, não sofreu nenhuma pressão com relação a esses financiamentos dessas empresas?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não. De forma alguma.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Desse grupo, nada?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – De forma alguma.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Algum outro grupo teria sofrido alguma...

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Nenhum outro grupo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Talvez seja isso que levou à saída de V. Sª do comando ou não? Foi normal?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não já era opção, eram cinco anos. A Presidenta assumiu, e há mudança de equipe natural.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ou seja, as operações foram após a saída de V. Sª.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª e passo a palavra para o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não tenho nenhuma pergunta, Sr. Presidente. Estou suficientemente esclarecido com as colocações da Drª Maria Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço.

O Deputado Marcelo Aguiar está com a palavra.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Presidente, quero cumprimentar V. Exª e também todos os que fazem parte da Mesa, o Relator, o Sub-Relator e a ex-Presidente Maria Fernanda Ramos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero justificar a ausência do Deputado Juscelino, que está neste momento em uma viagem oficial pela Câmara dos Deputados. Por isso ele se ausentou, mesmo sendo um dos autores do requerimento, e estou fazendo aqui esta menção aqui na Comissão.

Apenas para corroborar com o Relator e também com algumas dúvidas que o autor Juscelino tem a respeito da ex-Presidente Maria Fernanda, eu queria deixar duas perguntas. Acho que já fui contemplado pelos pares, pelos que fizeram suas colocações.

De março de 2006 a março de 2011, quais as operações foram aprovadas, autorizadas e implantadas realmente por V. Sª como Presidente da Caixa assim como Presidente do Conselho de Administração da CaixaPar que tiveram como beneficiárias as empresas do Grupo J&F, Grupo JBS e outros grupos envolvendo os irmãos Joesley e Wesley Batista ou o pai José Batista Sobrinho?

Das outras perguntas já fui contemplado com as respostas.

Eu queria o que a senhora pode nos esclarecer a respeito do assunto e do vínculo de V. Sª na compra do Banco Panamericano pela Caixa e CaixaPar, com repasse posterior ao BTG Pactual, que foi alvo da Operação Conclave da Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Passo a palavra à Srª Maria...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, só uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sem querer entrar no mérito da pergunta, a CPI tem uma finalidade e um foco específico. E as pessoas que comparecem à CPI devem ser perguntadas com relação a essa questão.

Por exemplo, sobre outros temas que dizem respeito a operações da Caixa Econômica Federal que não estão no escopo dos assuntos atinentes à CPI, não há nenhuma necessidade de os depoentes fazerem qualquer tipo de menção ou precisar responder a respeito dessas questões.

Faço questão de esclarecer para que não haja...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Paulo, eu ia esclarecer evidentemente que os nossos membros têm todo o direito de dirigir qualquer pergunta aos nossos depoentes, mas eu ia notificar a Srª Maria Fernanda para que ela fique à vontade para responder ao Parlamentar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sem dúvida, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É um direito que V. Sª tem de responder, na íntegra, ou não responder.

Portanto, passo a palavra a Srª Maria Fernanda.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Em relação à primeira pergunta das operações que foram feitas de março de 2006 a março de 2011, fizemos esse questionamento à Caixa Econômica Federal e tenho aqui as datas em que foram feitas as operações com o grupo.

São operações de giro. A primeira no dia 11/11/2009, no valor de 250 milhões; a segunda no dia 20/12/2010, no valor de 500 milhões; e a terceira no dia 20/01/2011, no valor de 500 milhões. Ou seja, no período em que eu estive na Presidência da Caixa.

Em que pese não haver a necessidade da resposta, então, de forma muito breve, sobre a operação do Banco Panamericano. Inclusive estive nesta Casa, no Senado, se não me falhe a memória, em novembro de 2010, com o então Presidente do Banco Central, o Ministro Henrique Meirelles, respondendo a diversos questionamentos que os Parlamentares fizeram. Houve um inquérito da Polícia Federal e do Ministério Público Federal de São Paulo que incriminou 17 dirigentes ou representantes ou empregados do Banco Panamericano, enquadrou em diversos itens grande parte deles por fraude, falsificação de documentos, etc. O Ministério Público Federal de Brasília requisitou esse processo – e aí é exatamente quando acontece a Operação Conclave –, e estou aguardando. Essa operação aconteceu em abril e, até o momento, eu não tenho elementos nem fui convidada ou convocada, enfim, chamada para prestar algum esclarecimento em relação a essa operação. De fato aconteceu em abril deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra, Deputado Marcelo.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Perfeito, Presidente.

Eu me dou por satisfeito e agradeço a gentileza de responder uma pergunta fora do escopo do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Hugo quer fazer...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Fique à vontade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O Deputado Paulo Pimenta está preocupado? Pode ficar tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, observando a lei que criou o FI-FGTS, em 2007, em agosto de 2007...

Em agosto de 2007, esse Fi-FGTS... Não vamos nos preocupar com datas, Srª Maria Fernanda. Não precisa se preocupar com as datas e nem com o número da lei.

Eu queria saber o seguinte: desde que foi criado esse Fi-FGTS, que, obviamente, despertou muitos interesses exatamente pelo volume e pela importância no investimento em infraestrutura, ele sempre foi vinculado à Vice-Presidência de Governo e Loterias ou houve modificações para que ele chegasse a Vice-Presidência de Governo e Loterias? É importante...

E quem, no período de 2007 a 2012, assumiu? Quem estava responsável por esse fundo de FGTS desde que ele foi criado? Se ele era de uma Vice-Presidência e mudou ou se sempre foi da Vice-Presidência a responsabilidade de colher essas primeiras demandas?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não.

Como o senhor mesmo disse, a Lei 11.491 é de junho de 2007. Efetivamente, começamos a operar no ano seguinte, em 2008. O Fi-FGTS, até porque é uma Vice-Presidência segregada... Então, ele sempre foi vinculado à Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias. Esses nomes mudam na Caixa. Hoje pode ser até que seja outro nome, mas é a antiga Vifug (Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias).

Na época em que eu fui Presidente, o Vice-Presidente da criação do Fi era o Moreira Franco, que saiu em meados de 2010...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – 2010.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – É. Em meados de 2010, ele foi atuar na campanha do então candidato a Vice-Presidente Michel Temer, e quem assumiu foi o seu diretor que é o substituto, nos casos de vacância, férias, ou em alguma ausência, que é um empregado da Caixa, Joaquim Lima de Oliveira.

Então, foram as duas pessoas, enquanto eu fui Presidenta da Caixa, que ocuparam essa Vice-Presidência.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Então, ele ficou, da criação do fundo até 2010; depois de 2010, um substituto foi servidor da própria Caixa até 2012, quando assume... Ou não? V. Sª não deve se lembrar, porque foi posterior a...

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Eu acredito que ele não ficou porque, pelo que eu li nos jornais, quem assumiu essa Vice-Presidência foi o Fábio Cleto.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, a partir de 2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – 2011! Essa mudança foi em 2011.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, 2011. Perfeito. É só importante saber quem estava naquele período da criação, os objetos... Inclusive, V. Sª tem boa memória, porque, do escopo inicial, do conceito inicial, os aeroportos foram inseridos aqui no Congresso Nacional.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – É isso mesmo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só para lembrar, porque, depois, a gente vai fazendo uns aviõezinhos de carreira e a gente vai entendendo um pouco dessa lógica. Nada com relação a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Passo a palavra ao Deputado Izalci. Depois...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Era só para um esclarecimento. Não vou fazer... É só um pedido de esclarecimento que me ocorreu agora. Se a depoente lembra quem era o Vice-Presidente de Fundos na gestão dela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Falou? Não ouvi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Moreira Franco? Ah, eu não tinha ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro, corrigindo que, neste caso, eu não fui o autor do requerimento; foi o Juscelino Filho, que está ausente por motivo de viagem. Não fui que eu fiz o requerimento.

Eu só perguntaria à Drª Maria Fernanda que, apesar de ela ter saído em março de 2011, V. Sª teria alguma informação relevante sobre a operação que houve em 2012 e que envolveu uma cessão onerosa de crédito da União junto à Itaipu Binacional? Nessa oneração de crédito, o pagamento devido foi efetivado

de crédito, em que um pagamento devido foi efetivado por meio de ações pertencente ao BNDESPAR, tendo sido utilizada na operação 296 milhões de ações da JBS. V. Sª tem conhecimento dessa operação da Itaipu Binacional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto a essa política de grandes empresas, V. Sª tomou conhecimento, alguém convidou para participar? Quando o governo introduziu essa política das grandes empresas, V. Sª participou de alguma reunião, quando houve essa política de adoção desses grandes..., de formar esses grandes grupos?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Bom, em relação à primeira parte da pergunta, Excelência, em relação a uma operação em 2012 com a Itaipu Binacional, não, não tenho nenhuma informação.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem conhecimento nenhum?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não conheço.

Em relação à política das grandes empresas, veja, as decisões estratégicas na empresa são tomadas pela instituição financeira e o seu controlador. Então, certamente, imagino que o senhor faça essa pergunta em relação ao BNDES,...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – ... essa é uma decisão tomada entre a instituição e o controlador; no caso da Caixa, entre o seu grupo estratégico e o Ministério da Fazenda.

No entanto, eu gostaria de fazer um registro, até pela experiência que a gente teve na Caixa, experiência prática: o BNDES tem uma importância enorme para as demais instituições, porque nós operamos, só na Caixa, por exemplo – eu posso me lembrar agora rapidamente – três linhas de financiamento: o BNDES Finame, o Cartão BNDES e o BNDES Giro, que são linhas com recursos do BNDES e que são extremamente importantes, principalmente o Finame, para a compra de máquinas. São recursos que movimentam significativamente a economia, e, então, para os empresários são muito significativos.

Em que pese ele ter essa política de grandes empresas, na Caixa, a nossa perspectiva sempre foi democratizar o acesso ao crédito. Isso é uma diretriz da instituição. Então, na realidade, o nosso era ampliar o máximo possível o número de pessoas que pudessem acessar os produtos e serviços da Caixa.

Então, eu diria ao senhor que foi muito significativo haver essa linha para oferecer, no seu portfólio, no portfólio da instituição, às empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não temos mais nenhum Parlamentar que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pela ordem,...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... Deputado Francischini.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR. Pela ordem.) – Eu queria confirmar só, Presidente, se foi o Sr. Fábio Lenza, então, que, como Vice-Presidente da Caixa à época, levou ao Conselho os três empréstimos que V. Sª nos apresentou hoje: 250 milhões, em novembro de 2009; 500 milhões, em dezembro de 2010; mais 500 milhões, em janeiro 2011. Foi ele, como Vice-Presidente, na época, que é pessoa jurídica, pelo que entendi, que levou o processo para reunião de Diretoria, para aprovação desses três empréstimos?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Muito obrigada, Excelência, Delegado, porque fui conferir aqui agora. Esse livro nós produzimos ao final do período em que estivemos na Caixa, com os principais dados. Então, até para confirmar, o Vice-Presidente Fábio Lenza, em 2010 – e aí eu não posso realmente garantir se houve alguma mudança no período –, era o Vice-Presidente de Pessoa Física; o Vice-Presidência de Pessoa Jurídica, a VIPJU, como a gente chamava, era do Carlos Antônio de Brito. Então, quando se finalizou a nossa gestão, o Vice-Presidente de Pessoa Jurídica...

Agora, como é uma operação de giro, certamente veio pela Vice-Presidência de Pessoa Jurídica, com quem quer que estivesse à frente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, nessas datas aqui, o Vice-Presidente de Pessoa Jurídica

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, nessas datas aqui o Vice-Presidente de Pessoa Jurídica era o senhor...

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Brito. Era o Brito, agora precisaria confirmar isso também com a Caixa, mas tenho quase certeza de que em ambas era o Brito o Vice-Presidente, sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi a senhora que o escolheu para a função de diretor?

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não. Os Vice-Presidentes, assim como a Presidenta da Caixa, os Vice-Presidentes são portaria e escolha do Ministério da Fazenda com a Casa Civil.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – A delação premiada do Funaro, que todos acompanharam – e a mídia; é só pegar qualquer veículo que está lá –, diz quem é o padrinho político de cada um nas indicações. Quem era o padrinho político do Vice-Presidente de Pessoa Jurídica, já que a gente viu que, na última gestão, o foco do caos foi a Vice-Presidência de Pessoa Jurídica? Quem era o padrinho desse diretor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Veja, à época o que se tinha, a indicação seria uma indicação do PMDB.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu acho que a participação da Drª Maria Fernanda deixa bastante claro que, durante o período em que ela esteve à frente da Caixa Econômica Federal, não existem evidências ou indícios de qualquer fato que efetivamente tenha relação com esta investigação, mas, por outro lado, parece-me que, se de fato nós queremos dar consequência – eu conversava agora aqui com o Deputado Wadih sobre isso –, nós temos de chamar para ouvir aqui quem efetivamente estava no centro desse relacionamento.

Wellington Moreira Franco era o Vice-Presidente, quando foi criado o fundo; é fundamental que o Moreira Franco seja chamado aqui. Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha, pelas informações todas que estão públicas do seu envolvimento, e o Funaro. Então, nós, eu e o Deputado Wadih, vamos apresentar o requerimento agora para que possamos aprovar aqui a convocação dessas quatro pessoas: o Ministro Wellington Moreira Franco, o ex-Ministro Geddel Vieira Lima, o ex-Deputado Eduardo Cunha e o delator Funaro.

E ainda estamos analisando aqui se vamos ou não apresentar o requerimento para chamar aqui o Sr. Roberto Derziê. E o Fábio Cleto vamos botar também nessa lista dos primeiros, dos cinco. Então, vamos fazer uma sessão para valer para aprofundar essa questão da Caixa Econômica Federal, trazendo essas cinco figuras: Fábio Cleto, Moreira Franco, Geddel, Eduardo Cunha e... O outro era o... Fábio Cleto.

Então, está bom. Pode preparar para nós, para ver se conseguimos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Respondendo o questionamento logo do início, o requerimento de Lúcio Funaro se encontra protocolado na CPMI. Eu até coaduno com V. Exª, Deputado Paulo Pimenta, no sentido de que nós ouvíssemos todos essas pessoas, inclusive o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quer era realmente o grande instrumentador de todo esse processo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vai ser muito bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto, eu colocarei, juntamente com os requerimentos de V. Exª, também o requerimento do ex-Presidente Lula e, talvez também da ex-Presidente Dilma, sobre quem também temos requerimento na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Dilma, sobre quem também nós temos requerimento na Casa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, pelo que eu vi o senhor se assustou com meu requerimento. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – De forma alguma!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Foi impressionante como o senhor se assustou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não. Eu só estou dizendo porque nós...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Aqui pareceu uma espécie de uma ameaça para mim que o senhor está querendo fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado, de forma... Eu não ameaço, homem! Não, não, não. Não é peculiar a mim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Parece até que o senhor ficou um pouco nervoso, Presidente. Interessante a sua reação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não é peculiar. Eu agi...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tenho direito de propor quem eu quiser, e o senhor não vai me intimidar com esse tipo de postura. Então, se o senhor quiser fazer o requerimento, faça. Não precisa anunciar. Porque aqui ninguém vai intimidar ninguém, o.k.?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Já estão feitos, acho que todos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, quando o senhor quiser fazer um requerimento, o senhor faça, como qualquer outro membro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Já tem todos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Paulo Pimenta, eu manifestei dessa forma porque, no início dos trabalhos desta CPMI, ficou acertado previamente entre nós que nós não mudássemos muito o foco do nosso objetivo, que é realmente virem esses empréstimos concedidos a esse grupo JBS, não é? E nós, então, deixaríamos para posteriormente a vinda de políticos. Então, ficou previamente acertado. Portanto, eu, diante da...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas o senhor caracteriza...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agora estou falando, Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor caracteriza esses nomes como políticos? Funaro, Fábio Cleto?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Fábio Cleto, não; mas estamos falando de Moreira Franco, estamos falando de Cunha, V. Exª falou de Geddel. São políticos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Bem, Presidente, se o senhor não quer que eles venham, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, pelo contrário, aqui eu não passaria a mão na cabeça nem do meu pai se ele estivesse vivo e estivesse sob suspeição. Eu já falei isso aqui por diversas vezes e ratifico o que eu disse. Ou seja, se é para chamar Geddel, chamar Moreira Franco, que chamemos, então, todos os demais.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só se pode ouvir o Geddel, Moreira Franco e Cunha se puder também chamar o Presidente Lula, é isso? Senão, nós não podemos investigá-los, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É, vamos seguir, vamos seguir.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, só quero fazer uma colocação como Relator. Eu acho que faz parte da Relatoria, e a minha escolha veio de vários Deputados e Senadores, junto com V. Exª, que pudéssemos dar estabilidade técnica à CPMI. Eu concordo com o Deputado Paulo Pimenta que muitos desses nomes têm a ver com a nossa investigação, então, fica a minha posição pública de que eu votarei positivamente sobre todos os nomes citados, mas, se nós vamos seguir o rumo técnico... E agora eu saio da politização de ex-Presidentes da República, não. Mas eu acho que, se nós vamos ouvir esses nomes que estão citados em delações, nós temos também que colocar, e daí eu assinaria até junto esse pedido, o ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega, que está nas delações, etc., junto com todos eles, e o ex-Ministro Antonio Palocci. Aí, com certeza, nós estaríamos demonstrando que o foco não é PT, não é PMDB, mas todos que estão realmente citados. Politização, ir já de cara no Presidente Lula, Dilma, com certeza não é esse o foco, porque vamos politizar e vamos arrebentar com qualquer acordo de aprovação que avance a investigação. Mas se nós vamos nesse caminho já de início, eu concordo, porque todos estão citados, e citados com muitos indícios, como o Deputado Paulo Pimenta falou. Mas daí nós teríamos que fazer um amplo escopo, um acordo para que pudessem vir os seis Ministros da Fazenda que estão nas delações premiadas, e teriam meu acordo, como Relator, de assinar junto, até, esse pedido. E depois a gente escolheria a data propícia, de acordo com a investigação, com os dados vindos. Acho que todos que estão citados...

Acho que quem veio para cá é quem não teme, Presidente, qualquer convocação. A nossa preocupação era não politizar e evitar, depois, acordos, era que a gente pudesse ter um depoimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como foi esse, excelente o depoimento da nossa ex-Presidente da Caixa Econômica, que trouxe dados novos, que são esses empréstimos logo após o período eleitoral. Abriu uma linha de investigação numa nova ...após o período eleitoral, abriu uma linha de investigação numa nova vice-presidência, que nós podemos ir lá acompanhar, ir lá, no foco. Como bem acompanharam, não foi só o PT, pela posição do Deputado Paulo Pimenta. Mas eu acho que nós podemos agora fazer uma pauta até, depois de ouvir os técnicos, para começar a ouvir alguns políticos que estão citados também, já que aqui, eu tenho certeza... Quem veio para cá é quem não tem problema de trazer as pessoas que tem de ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, que trouxe um esclarecimento importante para mim.

Eu me referi ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque ele era o chefe maior e fazia as indicações, mas, na verdade, V. Exª, Deputado Francischini, está correto. Quanto a esse grupo colocado corretamente pelo Deputado Paulo Pimenta: o ideal seria que compusessem esse grupo para a gente ouvir o ex-Ministro Guido Mantega e Palocci.

É bom que se diga que, em um ano e pouco de gestão Mantega junto ao BNDES – parece-me que entre 2004 e 2005 – foram emprestados, a juro extremamente subsidiado, R$12 bilhões aos irmãos Batista. Então, tirando o nome do ex-Presidente Lula, nós poderíamos, então, Deputado Paulo Pimenta, convocar também o Mantega e o Palocci. Concordo plenamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu estou impressionado, Presidente, impressionado! Eu não imaginei que, falando naqueles nomes, iria desencadear todo esse pavor. Eu falei nomes aqui sem nenhuma intenção política, nenhuma intenção política...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Moreira Franco era o vice-presidente da área, foi citado aqui. Aí falei do Eduardo Cunha...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Deputado Paulo Pimenta...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Esses nomes provocam...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª quer que a gente acredite...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Esta Casa é impressionante!

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Deputado Paulo Pimenta, V. Exª me concede um aparte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, vamos deixar clara a seguinte situação. Esses nomes que foram trazidos aqui já constam de requerimentos prontos para a pauta. Estão aqui Antonio Palocci, Guido Mantega, Henrique Meirelles, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Wellington Moreira Franco. São todos requerimentos prontos para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Funaro...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eduardo Cunha, Rodrigo Rocha Loures, Lúcio Funaro, dentre outros. Estão prontos.

Faça uma reunião extraordinária e nós votamos hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos fazer aquela reunião nossa, porque essa decisão aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Extraordinária, e podemos votar hoje à tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Paulo Pimenta, essa agenda de pauta de convocados, eu não a estou fazendo sozinho. Claro que é uma atribuição pessoal do Presidente, mas eu tenho reunido o Relator e os Sub-Relatores, agora com a presença do Sub-Relator do PT, esse grande causídico, Deputado Wadih Damous... Então, juntos, nós estamos criando essa pauta. Portanto, vamos olhar carinhosamente a reivindicação de V. Exª.

Eu agradeço, mais uma vez, a presença da Srª Maria Fernanda.

Por derradeiro, Srª Maria Fernanda, eu percebo, e eu já estive com V. Sª algumas vezes... V. Sª não chegou à presidência da Caixa por acaso, não é? Eu vejo que chegou...

chegou à Presidência da Caixa por acaso, não é? Eu vejo que chegou realmente por competência, que é peculiar a V. Sª, em 2006, e assumiu a Presidência até 2011. Eu só faço uma perguntinha derradeira. Com toda essa competência que lhe é peculiar e esse tirocínio que V. Sª tem, já em 2010 o Brasil já era sócio do Grupo JBS através do Banco BNDESPAR. Já sabíamos também que o monopólio estava sendo criado, estava sendo formado. Eu só pergunto a V. Sª se, naquele momento, na sua gestão, que emprestou quase R$1 bilhão, alguma luzinha amarela acendeu a senhora diante desses fatos que eu estou colocando, do monopólio e também dessa participação do BNDESPAR. Acendeu alguma luzinha ou não? Por derradeiro, eu gostaria só de ter essa resposta a esse questionamento.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Veja, Excelência, todas as análises técnicas que a Caixa faz no momento de concessão, elas, inclusive, abrangem também o segmento, não é?, no qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

as empresas estão inseridas e elas fazem uma análise bastante abrangente. Posso lhe garantir que não houve, nesses pareceres, nada que trouxesse alguma dúvida em relação a isso, porque quaisquer dúvidas que pudessem ser trazidas elas teriam de ser dirimidas antes da contratação. Então, se houvesse algum tipo de questionamento ou de abordagem nesse sentido, certamente a operação não avançaria. Então, para que tivesse acontecido, ela teria que estar em conformidade com não só a diretriz da Caixa, mas com a participação do grupo ou da empresa no cenário econômico nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – A pergunta que eu fiz, a senhora fique à vontade se quer responder ou não, não é com relação ao parecer da equipe técnica, mas a uma coisa pessoal de V. Sª. Se a senhora quiser responder...

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Não. Não tive nenhuma luz amarela...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Luzinha amarela.

O SR. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – ... nenhuma dúvida nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto, agradeço mais uma vez a presença de V. Sª, por ter aceitado nosso convite, ter estado aqui e respondido claramente a todas as nossas indagações.

Passo, por derradeiro, a palavra ao Deputado Wadih.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – (*Fora do microfone.*) ... que de fato é extremamente complexo, mais difícil do que qualquer investigação que se faça aqui nesta Casa, seja como até como objeto nesta ou em outras, que é o meu nome, Presidente, a pronúncia correta do meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Por favor. (*Risos.*)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Então, eu quero esclarecer a V. Exª: meu nome é Wadih Damous.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Damous?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Isso. Eu sei que é extremamente difícil, Presidente, porque eu acabo sendo conhecido por diversos nomes aqui. Eu gostaria de ser conhecido pelo meu de batismo: Wadih Damous.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Wadih Damous?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Wadih?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Damous.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Doravante eu lhe prometo que irei pronunciar, porque eu vejo que todos os nossos colegas...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – É para auxiliar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu vejo que todos os nossos colegas...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Senão eu fico sendo conhecido aqui por vários nomes, Presidente. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª está extremamente correto e doravante eu irei pronunciar de forma correta.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª está extremamente correto. Doravante, irei pronunciar de forma correta.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Portanto, agradeço, mais uma vez, a presença de V. Sª, Srª Maria Fernanda.

A palavra "determino" não me agrada.

Peço à Secretaria que conduza à Mesa o Sr. José Cláudio Rego Aranha, ex-Chefe do Departamento de Investimentos do BNDESPAR. (*Pausa.*)

Repetindo, o Sr. José Cláudio Rego Aranha é ex-Chefe do Departamento de Investimentos do BNDESPAR.

Agradeço ao Sr. José Cláudio Rego, que está acompanhado do seu advogado, Rafael Fagundes.

Rafael é o nome do meu filho mais velho. Seja bem-vindo!

Agradeço, mais uma vez, o atendimento ao convite, Sr. José Cláudio, por ter nos atendido. Passo, então, a palavra a V. Sª, para fazer os seus devidos esclarecimentos.

Lembro que este convite a V. Sª se refere, evidentemente, a empréstimos bilionários concedidos a este grupo JBS e à *holding* J&F, como também a compras de ações desse grupo. Hoje, nós sabemos que os seus sócios majoritários, os seus Presidentes, como já declararam, são réus confessos, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bandidos. Portanto, é o motivo de termos convidado V. Sª para estar hoje conosco nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Concedo, então, a palavra a V. Sª por até 20 minutos.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Obrigado.

Primeiro, eu gostaria de dar um bom-dia a todos.

Eu trouxe aqui quatro lâminas, que eu gostaria de apresentar aos senhores, para terem a contextualização da época em que eu trabalhava no banco e de quando ocorreram essas operações com a JBS.

Muito bem, minha formação é de engenheiro. Sou engenheiro mecânico e engenheiro de produção. Eu me formei em 1971. Entrei no banco em 1979 e permaneci no banco por quase 30 anos, por 29 anos.

No período em que ocorreram essas operações com a JBS, eu era o Chefe do Departamento de Investimentos da Área de Mercado de Capitais do BNDESPAR, que é o braço ...eu era o Chefe do Departamento de Investimentos da Área de Mercado de Capitais da BNDESPar, que é o braço do BNDES que trabalha, basicamente, com ações ou com instrumentos conversíveis em ações. Eu só gostaria de frisar isso porque originalmente eu fui convidado com o cargo de Diretor, e eu nunca fui diretor nem do BNDES nem de nenhuma de suas subsidiárias.

Eu, no banco, participei, durante os meus 29 anos, de várias operações em diversos setores – estruturações, fusões,incorporações, reestruturações societárias – e também nesse período eu fui indicado para diversos colegiados, que eram conselhos de administração de diversas empresas investidas pela BNDESPar.

Às vezes vou falar BNDESPar, às vezes BNDES... Para resumir, vou falar BNDES, mas sempre entendendo que seja BNDESPar. Talvez assim fique mais fácil, porque BNDESPar não é um nome muito conhecido de todos.

Eu gostaria de passar essa segunda lâmina se fosse possível.

Eu retornei com esse fluxo apenas para demonstrar como as operações que chegam ao BNDES podem ser analisadas.

Obrigatoriamente, todas as empresas se dirigem ao banco. Elas fazem uma carta-consulta, e essa carta-consulta, então, vai para duas áreas do banco específicas: a Área de Crédito vai basicamente analisar o cadastro da empresa, vai olhar os seus balanços e vai ver se a proposta da empresa tem aderência à política de crédito do banco; a Área de Planejamento e Pesquisa elabora um relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito preliminar, mas muito preliminar mesmo, reunindo as intenções da empresa, o projeto em tela e o que ela gostaria do banco.

Nessa Área de Planejamento e Pesquisa, então, esse pequeno relatório é enviado para o Comitê de Enquadramento e Crédito, que é um comitê formado por 20 superintendentes do banco. É óbvio que, como o banco tem seu dinamismo – eu estou falando de 2007, 2008, 2009... Eu estou dizendo que eram 20 na época; hoje podem ser 18 ou podem ser 22. Então, por favor, o número é uma coisa aproximada e da minha memória. Esses 20 superintendentes do banco, então, verificam se aqueles dados preliminares, que nos são passados pelo relatório preliminar, podem ser enquadrados ou não. Eles podem dizer "não", e o projeto morre, ou eles podem dizer "sim", e o projeto segue adiante.

Esse projeto segue adiante dependendo da orientação. Se for crédito, ele vai para as áreas operacionais do BNDES que fazem apenas crédito, ou seja, financiamentos. Se ele for um projeto que busca mercado de capitais, emissões de ações ou instrumentos conversíveis em ações, ele, então, vai para a BNDESPar.

Qualquer área do banco que receba esse projeto, ela tem uma equipe multidisciplinar que vai analisar esse projeto em todos os seus aspectos: econômico, financeiro, técnico, tecnologia, mercado, aspectos sociais – no caso deles,eram projetos fitossanitários, de meio ambiente – e, juntamente com isso, a gente vai desenvolvendo, junto com área jurídica, um contrato que vai retratar aquilo que foi combinado – quanto é de dinheiro, como ele vai ser liberado, se em uma parcela, se em duas parcelas, quais são as condições prévias. Às vezes as certidões não estão perfeitas; às vezes, a gente, ao analisar alguma das plantas, acha que a parte de meio ambiente não está adequada. E todas essas condições, que são prévias às liberações, são colocadas, então, nesse contrato.

Isso feito, a gente conclui esse relatório. É feita uma sugestão da forma que a gente acredita que seria melhor para a empresa e aquilo que o banco...

uma sugestão da forma que gente acredita que seria melhor para a empresa e aquilo que o banco pode fazer dentro do pedido que ela apresentou. Isso vai ao nosso superintendente da área, que repassa ao diretor da área. E, uma vez consensado, tudo, atualmente pode haver alguns ajustes que precisam ser feitos, isso, então, é enviado para a diretoria para que seja aprovado.

Durante esse processo, só para lembrar, são envolvidos cerca de 50 técnicos. Desde o começo, quando começamos, lá atrás, na carta consulta até quando a diretoria aprova, nesse processo, havia um desses 50 técnicos envolvidos.

Eu gostaria de passar para...

Bom, com relação à JBS, a JBS era uma empresa que já vinha... Nós estamos em 2005. Vou focar exatamente nas operações... Na época em que eu era chefe de departamento de investimentos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BNDESPAR, eu tive relações com operações solicitadas e analisadas pelo banco com relação à JBS. A primeira operação aconteceu em 2005, mas o banco já vinha financiando, a JBS já era cliente do banco há mais de dez anos, desde 2005. Na época, a empresa buscou fazer uma operação em ações, e não uma operação em financiamento. A gente chegou à conclusão de que era muito difícil fazer isso no tempo previsto para a compra da Swift argentina...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Só uma pergunta. O senhor disse que tinha operações desde 1995, ou eu entendi mal?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Desde 1995, a JBS era cliente do BNDES através de financiamentos para exportações, financiamentos relativos aos programas dele de exportação de carne.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Desde 1995?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, desde 1995.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Obrigado.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Exportação de carne?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Exportação de carne e de outros produtos; de repente, carne cozida ou alguns outros produtos que eles tivessem. Então, eu preciso exportar, preciso de dinheiro para exportar, faço um financiamento em um banco de uma linha específica para exportação.

Por favor, estava...

Bom, então, nesse momento, por conta da política de desenvolvimento voltada para a internacionalizações da companhia, a área do banco sugeriu que a gente fizesse..., a área de comitê de enquadramento e crédito em mercado de capitais sugeriu que nós fizéssemos a operação de renda variável. Ficou muito difícil de ser feita, porque as empresas da JBS naquela época eram duas empresas limitadas. Para que a gente faça uma operação de ações com a BNDESPAR, a empresa tem que ter alguns requisitos, entre eles, ser uma sociedade anônima, que pode ser fechada, porque não tem ações em bolsas, ou pode ser aberta, porque já tem ações colocadas no mercado. Então, combinamos nesse período – e foi uma recomendação da análise feita para créditos, porque essa operação virou um crédito – que começasse a desenvolver um projeto de governança para que futuramente eles pudessem vir a abrir capital em bolsa num período mais à frente. E basicamente foi isso.

Então, a operação da Swift argentina saiu via uma operação de crédito na qual existia uma cláusula dizendo que, caso a empresa viesse a abrir capital no período em que esse financiamento ainda estivesse sendo pago, que eventualmente a BNDESPAR poderia fazer ou uma operação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

debêntures conversíveis ou uma conversão em ações, caso ela realização IPO. E nada disso, essa operação nunca aconteceu, mas estava de alguma forma prevista nesse primeiro relatório.

Bom, vou passar para 2006/2007, que foi o período em que a JBS entrou se preparando através daquela sugestão de melhorar a sua governança, procurou bancos coordenadores que avaliaram a empresa e resolveram fazer, então, lançamento do IPO, como a gente diz, a primeira abertura de capital da JBS. Durante todo esse período de 2006, a JBS nos procurou Nós analisamos a empresa detalhadamente – nós da BNDESPAR, porque o banco já conhecia. Fizemos todas as análises da empresa e chegamos à conclusão de que não haveria necessidade de a BNDESPAR participar deste IPO, porque, no nosso entendimento, o mercado iria adquirir toda a proposta da JBS, que eu acho que foi em torno de 1,6 bilhões – e ela foi toda absorvido.

A precificação da empresa para fazer as abertura de capital foi de R$8. Isso aconteceu eu acho que em março de 2007, se minha memória não estiver falhando.

Voltamos para 2006/2007, operação da Swift. Bom, mais ou menos em março de 2007, a JBS nos procurou, falando que tinha o objetivo de participar de um processo em que também havia outras concorrentes para a compra da Swift.

Normalmente a empresa que quer ser vendida ou pode ser comprada procura um banco para coordenar, para que ela possa procurar os melhores investidores no mundo inteiro, no caso, porque era uma empresa muito grande. Ela pediu um apoio, via BNDESPAR, para que a gente participasse.

Então, a aquisição dessa empresa à época era uma aquisição interessante para quem comprasse, quem quer que fosse o comprador. Era também para a JBS, porque a empresa estava em uma dificuldade muito séria, estava com uma crise financeira muito grande. Havia o problema da vaca louca, nos Estados Unidos. Havia alguns países, para os quais eles dirigiam as suas exportações, com barreiras. Então, a empresa estava em uma situação bastante difícil. Não só ela, mas todas as demais empresas que participavam do mercado americano.

Só para lembrar: essa empresa foi adquirida por um fundo que veio de outro setor, que não era o setor de frigoríficos. Eles trabalhavam com o setor automobilístico. Pagaram, em 2006, US$424 ou 444 milhões para comprar. Na proposta para a JBS, essa mesma empresa – lógico, mais endividada; lógico, com mais dificuldade, não tendo as mesmas máquinas – foi comprada por US$225 milhões, bem abaixo dos US$444 bilhões que haviam sido pagos há praticamente um ano.

Por que a Swift era interessante para a JBS? Na realidade, a Swift mudaria o perfil da JBS, que, com a compra da argentina, já havia, de alguma forma, diminuído os riscos fitossanitários que havia no Brasil de vez em quando. Uruguai e Argentina eram dois países em que não havia esse tipo de doença. De alguma forma, eles conseguiram cercar... Então, os problemas fitossanitários eram muito pequenos. Por isso, a JBS passaria a ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se ela comprasse a Swift, ela certamente estaria indo para um mercado muito grande, talvez o maior mercado consumidor do mundo, que era os Estados Unidos. Além disso, ela passaria a ter – antes ela era uma empresa que tinha como grandes consumidores os países ligados ao Atlântico – o Pacífico inteiro. Ademais, ainda tinha uma compra anexada: dentro desse pacote, vamos dizer assim, da Swift havia as plantas que ela tinha na Austrália, que tinham como característica ser voltadas para o Sudeste Asiático, principalmente o Japão.

Só para vocês saberem, a JBS nessa época faturava aproximadamente R$4 bilhões, e a Swift americana faturava US$10 bilhões, que, a dólar da época, fazendo números redondos, daria mais ou menos uns R$20 bilhões.

Só a última lâmina, então.

É a última lâmina. Eu vou falar das operações de 2008.

Nesse ano de 2008, a Smithfield e a National Beef, que haviam concorrido na compra da Swift, e não o fizeram... Tentaram inclusive participar, e não conseguiram, porque todas estavam com dificuldades. Eu fiz parte da operação, da seguinte maneira: eu participei daquele pequeno relatório preliminar, que é feito pela área de enquadramento do banco e que manda para o departamento de crédito, para decidir se essa proposta é ou não aceitável. Esse é um relatório bem preliminar, e esse colegiado, no qual estão os 20 superintendentes do BNDES, decide se segue ou não.

Então, eu não participei do relatório que foi elaborado para a decisão definitiva de investimento na Swift. Por quê? Pela simples razão de que eu estava me aposentando em 15 de junho de 2008. Uma outra informação que acho importante: eu fui conselheiro da JBS em agosto e setembro – ou setembro e outubro. Eu não me lembro exatamente, porque eu acho que mandei a carta no final de setembro, e a primeira reunião de conselho... Foi aprovada no comecinho de outubro... Mas setembro. Então, de setembro de 2007 a junho de 2008, porque o "julho" de 2008, que está ali, é a data em que houve uma reunião de conselho, que era necessária, para que eu fosse, vamos dizer, oficialmente desligado do conselho da JBS.

Eu pedi a renúncia e... Ah, há uma informação importante: durante todos os meus 30 anos em que participei da BNDESPAR, eu fui indicado para muitos e muitos conselhos, e os empregados do Sistema BNDES – considerando todos, BNDES e BNDESPAR – que são indicados para serem conselheiros de empresa são obrigados a abrir mão de qualquer remuneração desses conselhos.

Então, agradeço.

Eu acho que tentei só contextualizar um pouco mais onde eu estava no BNDES, qual foi a minha vida naquele pedaço, com as operações da JBS que aconteceram nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª e passo a palavra ao relator *ad hoc*, Deputado Delegado Francischini.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, em 4 de março de 2008, constava no *Diário Oficial* que o depoente deveria estar numa missão internacional na Alemanha, pelo BNDES. Só que nós temos informações aqui, inclusive com cópia de ata, de que o nome do depoente aparece numa ata da reunião da JBS, em São Paulo, no mesmo dia.

O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Esse fato é verdadeiro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor estava nos dois locais?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não estava nos dois locais.

Eu trouxe aqui o Estatuto Social da JBS... Se me permitir ler duas linhas...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Claro. Claro.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Deixe-me colocar meus óculos, porque eu não enxergo mais. A gente vai ficando velho, não enxerga mais nada.

Estatuto Social da JBS:

> As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferências ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião (...) As convocações (...) serão feitas [sete dias antes] mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração (...) antecedência, a menos que (...) membros...

Ou seja, todo o material dessa reunião já havia sido distribuído, eu já havia lido. Quanto a todas as minhas dúvidas e discussões, que poderiam surgir, eu já havia conversado com os meus pares na empresa. Na realidade, oficialmente, o que houve foi: eu estava fora, fizemos a reunião, e a comunicação foi basicamente por telefone.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor aprovou, não é? Votou positivamente, nessa ata, para... O que é que dizia essa ata?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Olha... Senador, desculpe-me. Eu acho que o senhor pegou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Olha... Senador, desculpe-me. Acho que... O senhor pegou minha memória, mas eu acho que nessa ata, em 2008... E devia haver a aprovação da Smithfield e National Beef. Estou enganado ou não?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sim.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Certamente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – São todas as operações do National Beef, a Smithfield...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Isso.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Inclusive, a National Beef foi aquela que não deu certo, o dinheiro ficou em conta, numa operação que o TCU questionou. Inclusive, nós fizermos a leitura aqui para o nosso ex-Presidente do BNDES Luciano Coutinho da decisão que ele tomou de não pedir a devolução do dinheiro, já que haveria uma nova aplicação na Pilgrim's, se eu não me engano. Mas o senhor votou positivamente.

Qual foi o instrumento de comunicação – que nós podemos, através de quebra de sigilo, confirmar o seu depoimento – que o senhor usou na Alemanha para ter essa reunião de videoconferência diretamente com a JBS?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não foi videoconferência, foi via telefone.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, qual foi o aparelho? O número telefônico?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O telefone deveria ser meu celular.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O funcional do...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, nunca tive telefone funcional.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi o pessoal do senhor?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Provavelmente, sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, por esse telefone...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Ou o telefone funcional... Ou, eventualmente, se o meu funcional não estava funcionando, um telefone da empresa, lá.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas o senhor falou que não tinha funcional. O senhor tinha funcional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, o funcional da empresa da Alemanha, não o meu funcional da empresa BNDES. Não sei exatamente qual a forma foi feita.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi nesse dia 4 de março. Vai haver um contato telefônico da Alemanha do seu telefone ou...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Exatamente. Ou do telefone da empresa. Não posso me recordar – são dez anos, mais ou menos – exatamente do que eu fiz naquele dia. Mas, certamente, sem problemas. Mais, senhor, só para complementar...D

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da operação...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – A informação. Então, essa ata previa exclusivamente o seguinte: existe uma possibilidade de compra de duas empresas, uma chamada National Beef e a outra chamada Smithfield. Essa era a proposta.

Eles apresentaram lá os dados que eles tinham, as referências que eles tinham com relação à empresa e o valor provável que seria requerido para que essa operação fosse realizada. Essa foi a aprovação que eu fiz. Absolutamente. Como eu me aposentei em 2008...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ... eu não consigo lhe responder a respeito do que aconteceu lá na frente com essa operação. Seria leviano eu afirmar qualquer coisa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor era um dos... O chefe do departamento de investimento da área de mercado internacional. Então, quem, no País, teria mais informações sobre – vamos usar uma – a National Beef, era o senhor. Ela tinha saúde financeira para ser adquirida? Ela era uma empresa estável? O Brasil, através do BNDES, quando resolveu financiar sua posição no Conselho de Administração, dando o aval, o senhor verificou se a legislação americana não iria intervir, dizendo que poderia estar havendo uma formação de cartel, fazendo com que o investimento brasileiro fosse para o ralo? Vamos chamar assim.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Só tentando retroceder. Na realidade, as empresas americanas nesse período não estavam tão bem, eles tiveram alguns problemas do setor de frigorífico como um todo. Essa aprovação é apenas uma aprovação no sentido seguinte: siga em frente, continue vendo se isso é realmente um bom negócio, isso para a empresa. Quanto ao BNDES, esse assunto não estaria nem ainda sendo tratado, ele teria que voltar aqueles processos que eu apresentei ali, de fazer uma nova carta-consulta, procurar o banco, apresentar a empresa que ele estava querendo adquirir para que, então, o banco se posicionasse.

Não sei se fui claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi.

O TCU, num dos seus acórdãos – e foi motivo de várias perguntas aqui, na CPMI –

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi.

O TCU, num dos seus acórdãos – e foi motivo de várias perguntas aqui, na CPMI – trouxe prazos extremamente rápidos, em torno de 20 dias da avaliação, de toda aquela estrutura que o senhor trouxe, com mais de 50 técnicos, para concessão desses empréstimos internacionais – vamos chamar assim...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Está bom.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu vou me centrar na Swift, que era do seu período e vamos excluir as outras...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Perfeito.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... para que a gente não divague aqui no que o senhor acha, mas no que o senhor realizou.

Disse o ex-Presidente Luciano Coutinho que existia anteriormente a esses em média 20 dias de prazo das três operações – eu não me lembro qual era o prazo específico, mas um prazo muito exíguo, uma grande estrutura. Para um empréstimo de bilhões ser feito, ele disse que havia um procedimento sigiloso anterior que corria no BNDES, que estaria em torno de nove ou dez meses antes dessa operação da Swift correndo. Existe esse processo sigiloso? Onde é o cadastro desse processo sigiloso? Existe o processo físico para a CPMI possa buscar? Há pareceres de V. Sª dentro desse processo físico sigiloso anterior a esses 20 dias ou nós só vamos encontrar materialmente os 20 dias dentro do BNDES?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Deputado, deixe-me tentar, ver se eu consigo clarear um pouco mais. Eu tenho a impressão de que quando o Presidente Luciano Coutinho comentou que isso tinha mais de dez meses, um ano, eu acho que ele se referiu à análise da empresa JBS.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não da operação?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não da operação Swift. Do meu ponto de vista.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, não havia a análise da operação Swift dez meses antes?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Em dez meses, não. A operação Swift deve ter chegado em março e nós aprovamos em julho. Então, deve ter 90 dias, cem dias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Do TCU, o senhor teve acesso, com certeza, ao acórdão do TCU que diz que foi aprovado em vinte e tantos dias, em vinte e dois dias, se não me engano.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu tenho essa informação, mas eu posso...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vinte e dois dias úteis, então pode ser...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – São úteis? A informação é março de 2007, aprovação em julho de 2007. Esse é fato que ocorreu. É esse período aí.

Essas operações, por conta do sigilo só, já que o senhor tocou nisso, permita-me. Essas operações, todas elas eram tratadas, não só a da JBS, mas de qualquer outra empresa, principalmente quando havia possibilidade de abertura de capital ou um valor muito grande envolvido, a gente procurava fazer o máximo possível sem registrar os acontecimentos dentro do padrão normal do banco. Por quê? A gente tinha muito medo de vazamento, além do que a CVM é extremamente rígida com essas questões de vazamento, Deputado. Eu acho que ficaria muito mal se a gente, numa operação dessa, deixasse vazar alguma coisa. Então, existia – vamos dizer assim – um rito de só apresentar ou só registrar formalmente essas empresas quando a gente tivesse clareza e praticamente certeza de que a operação ia ser realmente realizada.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não tinha. Como é que se fazia um controle dentro do banco se não havia o registro? A empresa vinha, pedia um empréstimo, não protocolava, deixava informalmente? O que o senhor está dizendo é que havia um rito extraformalidades dentro de um banco que é um banco de fomento, um banco com dinheiro público. Como funcionava isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O rito não é que seja de informalidade. Eu estou dizendo é que os registros formais... Na realidade, a gente entrou com a carta-consulta. Entrou. A gente tentava não esclarecer demais o valor da operação.

esclarecer demais o valor da operação. A proposta: a empresa entrou aqui com um pedido no caso, vamos supor, de 2 bilhões; a empresa entrou com um pedido de financiamento, e a gente não botava lá os 2 bilhões, a gente não dizia que era para compra de uma outra empresa lá fora. Porque todos esses dados... Ainda mais quando o mercado inteiro sabia que, se a operação fosse de mercado e não de crédito, certamente seria de ações, certamente seria da BNDESPar. E esse mercado gosta muito de informações antecipadas. Os senhores imaginam o que um *insider information* num negócio como esse o que ele não poderia fazer para a pessoa física dele...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Fez, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Então, é uma coisa com que a gente tomava muito cuidado.

Eu estava fora do banco, mas eu acho que, em 2014, houve um acordo do TCU em que o banco forneceu várias informações relativas às operações da JBS para tratar especificamente dessa questão da formalidade não formal que a gente tinha.

E, a partir daí, o que o TCU exigiu que o banco fizesse? Ele exigiu que o banco criasse uma linha sigilosa para que esses registros ficassem formalmente impressos, mas que não fossem de divulgação para todo o público grande do BNDES. Sei lá, são 1,2 mil empregados na minha época. Tinha muita gente lá dentro, empresários indo, empresários voltando, secretários falando, pessoas às vezes que não têm nada a ver, que estão lá para fazer algum tipo de informação e ter uma conversa que sai aqui. Então, era o cuidado que a gente tinha não só com as operações da JBS, mas com todas as operações de mercado.

E a CVM é muito rígida. Se ela descobrisse que houve um vazamento dessas informações, todos nós seríamos processados.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor tem conhecimento, como todos nós, da delação premiada do Sr. Joesley Batista, dos demais diretores do grupo JBS, deve ter assistido, foi um bombardeio na mídia. E como o senhor estava convocado para vir depor, com certeza tomou conhecimento desses dados todos. Concorda?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – De certa forma, eu não posso dizer que sou um conhecer profundo, mas as coisas que foram colocadas na mídia, nos jornais, todos nós lemos. Os jornais também falados, os repórteres anunciam isso diariamente na televisão.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O TCU, há poucos dias, condenou o ex-Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que era o Presidente na época em que V. Sª era chefe...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Da operação da JBS.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... de operações, o ex-Ministro Guido Mantega e um operador chamado Victor Sandri à devolução de mais de cento e poucos milhões de reais aos cofres públicos da operação Swift, que é a primeira avaliação.

Qual é a avaliação que o senhor faz? O senhor acompanhou essa decisão? Saiu em vários jornais de circulação nacional.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. A notícia eu vi, mas acho que o TCU faz o trabalho dele. Ele tem feito um trabalho que é dentro do que pertence a suas atividades. Acho que o trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dele é feito dentro da metodologia adequada que eles têm. Agora, eu não me sinto à vontade para comentar o valor determinado disso ou...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor deu parecer positivo no seu setor naquela estrutura para compra da Swift?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, nós todos, quando fechamos um relatório... Esse relatório é um relatório que todas as pessoas envolvidas assinam e a proposta foi pela aquisição da Swift.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor acha que foi um bom negócio para o Poder Público a compra da Swift?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – A compra da Swift...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Já que o BNDESPar... A gente está dizendo que o BNDESPar era o sócio...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Estamos tratando de recursos públicos. O único ponto específico com relação ao BNDESPar é que eles não eram subsidiados, uma vez

o único ponto específico com relação ao BNDESPar é que eles não eram subsidiados, uma vez que a gente não tinha taxa de juros. Na realidade, a gente tinha preços de ações que eram estabelecidas no livre mercado pelos compradores e pela própria empresa.

Do ponto de vista, vamos falar exclusivamente da Swift, Sr. Deputado, a operação foi superinteressante não só para o Brasil, mas para a JBS. Os resultados que eram previstos para acontecer... A Swift tinha uma margem Ebitda muito baixa por conta da administração que o tal fundo que a comprou em 1973 implementou na companhia. E as medidas tomadas pelo grupo JBS ao assumir a Swift levaram que em menos de um ano o Ebitda voltasse para os níveis históricos de 3,8%, 4%, saindo de uma taxa que estava titubeando, até que ela não chegou nem a 1%. Então, isso é uma geração de caixa muito grande se se colocar isso aí em US$10 bilhões, é um caixa substancial que a empresa – posso lhe afirmar – nunca tinha visto na sua vida.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor passou praticamente um ano como membro do Conselho da JBS, ao mesmo tempo ocupando a função de quem dava parecer na estruturação da liberação desses empréstimos.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então eu entendo... A pergunta é se o senhor concorda com essa colocação. Sua posição como conselheiro seria a proteção do BNDESPar dando a sua opinião favorável ou contrária dos procedimentos que a empresa está adotando. Concorda?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu não sei exatamente...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor representava o BNDESPar, patrimônio público.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim. Eu fui um empregado indicado pela BNDESPar para assumir um cargo no Conselho da empresa JBS.

A partir do momento em que você é eleito pelos demais membros do Conselho para que você passe a exercer a função de conselheiro, essa função a própria lei determina que ela é realizada na pessoa física. Se a gente pegar aqui a lei das SAs, a gente pode ver que na realidade você tem um dever de lealdade para com a empresa. Isso é um ponto muito importante.

O segundo é lógico que o BNDES. ao indicar um empregado dele para aquela empresa, ele gostaria que algumas das suas visões de como uma empresa deve ser dirigida pudessem ser de alguma forma ouvidas. Por exemplo, nas questões de formalização dos fornecedores de carne, nas questões sociais, nas questões de meio ambiente, nas questões fitossanitárias. E outra, esperando que aquela empresa agregasse valor àquele investimento que foi feito.

Eu diria que não existe conflito, só para tentar colocar dessa forma, entre um conselheiro na pessoa física que está naquele conselho e tem que votar pelos assuntos que são pautados de acordo com a sua consciência e com os interesses da sua companhia e com um chefe de departamento que dentro do processo de elaboração de relatórios dentro do BNDES não tinha poder de decisão.

O fato é sugerir ao relatório... Sugiro que a gente faça o aporte de recursos no montante de tanto, para a empresa tal, visando a operação de aquisição de X,Y,Z, nas seguintes condições. Isso era passado ao superintendente, ao diretor e o colegiado mais alto do banco ou da BNDESPar, que era a diretoria, que tomava a decisão desse investimento.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor não vê conflito, então, entre ser conselheiro da JBS... O senhor falou em lealdade com a empresa JBS.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, é o que diz a lei.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Veja bem, concordo

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, é o que diz a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu concordo que... Mas o senhor foi indicado pelo próprio BNDES para ocupar o Conselho de uma empresa, com um investimento de bilhões em dinheiro, indicado pelo próprio BNDES. O senhor não acha que o senhor também teria de ter lealdade com o BNDES nas decisões? O senhor foi lá para proteger o investimento de vinte e tantos por cento do BNDES de dinheiro público. Não havia conflito nessa atuação? O senhor não se sentia conflituoso? Porque eu...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É uma pergunta importante, Deputado Paulo. O senhor vai entender. Por um ano... Eu não achei nenhum posicionamento do senhor, em um ano de atas das reuniões do Conselho da JBS. Em nenhum momento o senhor fez uma ressalva: "Olha, não concordo.", ou "O investimento não deveria ser...". E a gente viu, depois da delação premiada da JBS, um caminhão no meio desse período todo de problemas contados pelo próprio Sr. Joesley Batista, o Sr. Francisco, todos que estão aqui dentro contando que essas operações hoje estão delatadas pela própria JBS.

A sua posição ali. O senhor concordou com tudo. O senhor nunca sentiu conflito em ser um dos que davam parecer pela liberação e participar do Conselho, ao mesmo tempo, aquiescendo com a sua própria operação?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permita-me...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para uma questão de ordem.) – Presidente, uma questão de ordem. Estou achando muito boas as perguntas e tudo, só que esta CPI está ficando com uma dinâmica que a gente fica assistindo... Não tem tempo. O Relator é livre. A gente fica assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu acho que, por enquanto...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós ouvimos hoje aqui a ex-Presidente Maria Fernanda. Eu acho que os trabalhos estão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, é só para entender a dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... caminhando de uma forma bacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Com certeza outros Parlamentares também teriam coisas para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas eu acredito que o Relator já esteja...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A gente pode combinar então... Só um Deputado pergunta...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Já estou terminando esse ponto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... e o resto vem para cá para ficar assistindo. A gente pode combinar assim. Fica mais objetivo, talvez, porque foram mais de 50 perguntas já. Não dá para nós participarmos também do debate?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Relator, para conclusão do seu relatório, realmente tem de dirimir todas as dúvidas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não seria o caso de, quem sabe, se outros fizerem... Depois ele volta e pergunta mais algumas coisas. Os outros colegas também têm a oportunidade de participar...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor não fez nenhuma pergunta para a Maria Fernanda...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ela falou tudo o que eu queria perguntar. Por que eu iria perguntar de novo? Não vim aqui para perder tempo. Não estou aqui à toa. Vou perguntar de novo só para aparecer na televisão? Eu não me presto a esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas, como esclarecimento, permita-me, Relator Delegado Francischini. Na gestão do nosso convidado hoje, José Cláudio Rego Aranha, de 2007 até 2016, o Banco, então, investiu na compra da Swift R$1,1 bilhão; da Smithfield, R$1 bilhão; da Bertin, R$2,5 bilhões; e da Pilgrim, R$3,5 bilhões.

Também de 2004 a 2006, na gestão do ex-Ministro Guido Mantega, emprestou o BNDES – aqui nós falamos do BNDESPar, que comprou ações – à Swift US$80 milhões em 2005; R$6,6 bilhões para a JBS;

à Swift US$80 milhões em 2005; R$6,6 bilhões para a JBS; R$2,8 bilhões para a Eldorado Celulose; R$2,7 bilhões para a Bertin; R$425,9 milhões para a Bracol *Holding*; e também R$250,2 milhões para a Vigor. Isso num prazo de um ano e pouco. Eu só queria fazer esses esclarecimentos, Sr. Relator.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Só para eu encerrar a pergunta... Neste um ano, o senhor não viu nada que merecesse registro em ata das reuniões do Conselho de Administração da JBS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Deputado, se o senhor olhar essas atas, o senhor vai ver que o que aconteceu durante esse um ano foram financiamentos com aprovação de créditos, por quê? Porque, por conta de a empresa estar num novo mercado, por conta da sua governança e de dar informação a todos os seus... Inclusive os seus minoritários tiveram redução de capital de uma companhia. Basicamente, assuntos que não geravam nenhum tipo de conflito e que eram quase basicamente da operação da companhia nesse período. Por isso, não houve nada.

Agora, com relação... Foi a Smithfield que o senhor falou? Desculpe. Ah! O conflito. O dever de lealdade é para com a empresa. Se a gente observar, os bancos internacionais que fazem sistematicamente o mesmo tipo de trabalho que a BNDESPar faz, como o IFC, como o KFG, da Alemanha, normalmente indicam os seus próprios técnicos para participarem desses conselhos. É interessante que isso seja feito porque você está enviando pessoas que têm o conhecimento do setor, que têm o conhecimento da empresa e que, de certa forma, podem contribuir para que o investimento feito pela BNDESPar siga dentro daqueles propósitos que o BNDES estimou que iriam acontecer quando ele fez a aplicação dos recursos.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, mais duas perguntas rápidas e já passo para...

Consta que o depoente, na condição de integrante do Conselho de Administração da JBS, participou ativamente das deliberações do grupo. Então, há expedientes que apontam a aprovação, por exemplo, de proposta de aquisição acionária de grande monta, à exemplo das ações das empresas pertencentes ao grupo italiano Gruppo Cremonini, que são a Inalca e a Montana Alimentare.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nesse caso específico da Cremonini, foi aprovada, inclusive, a abertura de uma *escrow account*, que é um procedimento geralmente utilizado em operações acionárias de grande vulto e que envolve risco para as partes envolvidas. Isso foi em 2007, no período em que o senhor ainda era...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, provavelmente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual foi a instituição financeira que figurou como depositária, que é o *escrow*, o intermediário nessa transação?

Presidente, para a gente poder ser rápido, a última pergunta: o senhor conhece alguém da Angra *Partners*? Se o senhor conhece alguém, acompanhou uma operação... Dizem que, na época, o senhor ocupava a chefia da superintendência e o senhor teria procurado e solicitado a criação de um fundo de ações, talvez, de subscrição da JBS. Eu queria que o senhor clareasse para nós, já que, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vezes, na mídia, a gente não pode trazer o que, tecnicamente, o senhor aqui presente pode nos detalhar.

Seria um fundo, segundo consta, cuja proposta inicial era de R$335 milhões diretamente e R$774 milhões, que seriam os 45% de participação do BNDESPar no PROT FIP (Fundo de Investimento de Participações). Como foi definido o valor unitário dessas ações da referida operação

Como foi definido o valor unitário dessas ações da referida operação? Houve equivalência entre o preço atribuído e a cotação de fechamento do pregão apurado à época? Acho que é uma das investigações da CVM abertas em cima também da sua participação.

Seriam essas as duas últimas perguntas, Presidente.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Então, com relação à compra da Inalca, essa foi uma compra feita exclusivamente com os recursos da JBS. A Inalca era uma empresa italiana especializada na produção de produtos alimentares altamente sofisticados, diversos tipos de presuntos, diversos tipos de pratos especiais, e que detinha uma tecnologia de automação nas suas fábricas que a gente não tinha aqui no Brasil. Então, foi feito esse acordo entre as empresas. Eu não me lembro do banco que fez o *escrow account*, porque deve ter tido uma exigência de botar recursos talvez antecipados, ou alguma coisa. Então, realmente, se eu falar, eu estou...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor não se lembra de qual é o banco?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, eu não me lembro. Eu estaria dando uma informação que eu não...

E, basicamente, foi para isso que essa operação foi feita. Na realidade, o que a JBS buscava nesta operação era ganhar conhecimento da forma de como eles operavam a empresa e, se possível, absorver um pouco da tecnologia da empresa para produtos que aqui no Brasil a gente ainda não tinha numa faixa de qualidade tão alta.

A segunda pergunta que eu me lembre foi com relação àquela do PROT FIP, é isso?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Muito bem. E se eu conhecia alguém da Angra Partners. Perfeito?

Angra Partners era uma empresa que trabalhava no mercado de capitais e, se eu disser que eu não conheço, eu estaria mentindo. Eu conheço a Angra Partners, conhecia algumas das pessoas que trabalhavam, mas, nessa operação específica, eu já não mais participei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, do fundo PROT não participei, não conversei, não fiz, não tive nada, só fiz aquele pequeno relatório de entrada. E, como eu já estava no processo de aposentadoria e... É um detalhe interno da BNDESPAR, a área e departamento de investimentos de mercado é uma área voltada para a primeira operação, para saber que outras empresas estão abrindo capital, o que o mercado está falando. E o mercado falava muito conosco, a área inteira, dizendo: "Olha, vai haver um lançamento, um IPO da empresa. Interessa a vocês?" Era basicamente isso.

Quando a gente faz a primeira operação, se o senhor verificar em algum lugar, eu coloquei que, em dezembro de 2007, eu repassei isso para uma área específica que se chama área de acompanhamento, que também está dentro da BNDESPAR, está subordinada ao mesmo superintendente, ao mesmo diretor de mercado de capitais. Essa área tem como característica acompanhar o investimento para saber se ele está sendo realizado dentro daquilo que foi previsto pelo banco e aquilo que foi combinado com a empresa. E, se acontecer no período em que essa empresa, a gente não tiver desinvestido as ações, um novo projeto que implique novos recursos para a compra ou aquisição de qualquer outra empresa ou ampliação das unidades que se faça mediante ações, então, essa área de acompanhamento é que irá fazer esse projeto.

Então, como eu já estava lá, como eu já tava no processo inclusive de aposentadoria, e isso aconteceu, eu não participei desse fundo PROT e ão sei lhe responder exatamente o que o senhor... Acho que qualquer pessoa...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor é acionista ou foi acionista de qualquer grupo, ou alguém da sua família, do grupo J&F?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu posso aproveitar e fazer...

Bom, eu entrei no banco em 1979. Como eu passei praticamente a minha vida na parte de investimento do banco, a gente nem lembra das coisas que eu fiz lá no começo, eu tomei a seguinte decisão: eu não comprei nenhuma ação na minha vida até hoje, nem eu, nem minha mulher, nem meus filhos. Eles saíram da minha casa há mais ou menos sete, oito anos, porque casaram, saíram, foram constituir suas vidas, e não posso dizer depois se compraram. Mas, se todos juntos somássemos, dará R$10 mil, R$ 15 mil, não há mais do que isso em ações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

E passo a palavra

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

E passo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, vou tentar ser bastante objetivo aqui, para facilitar aos demais que querem falar, bastante ansiosos para manifestações.

Também fui contemplado com grande parte das perguntas do Deputado Francischini, mas ainda algumas dúvidas permanecem. Primeiramente, V. Sª conhece provavelmente, conhece com certeza o ex-Presidente Luciano Coutinho. Dessa relação de conhecimento qual era o grau de relacionamento? O senhor participou de reuniões de trabalho? Foi integrante de algum projeto que tivesse contato direto com o Sr. Luciano Coutinho? Por quantas vezes conversou pessoalmente, por mensagem, por *e-mail* ou por telefone com o Sr. Luciano Coutinho? E qual era o grau dessa interação? V. Sª considera a relação com o Sr. Luciano Coutinho profissional, de hierarquia, de amizade, de coleguismo, profunda ou superficial?

Durante quanto tempo V. Sª trabalhou no BNDES? O senhor já falou. Quais as funções o senhor já especificou. E essas funções desempenhadas tinham relação direta com a Presidência, com o Sr. Luciano Coutinho? E qual o grau de independência ou subordinação?

V. Sª falou que sua aposentadoria saiu em 2008. É isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Junho de 2008.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Junho de 2008.

Ao se aposentar, passou a realizar quais atividades? Nas atividades de consultoria pode especificar quais eram os serviços que foram prestados?

Previamente à liberação de recursos ao grupo JBS ou J&F, havia algum estudo por parte do BNDES ou BNDESPAR acerca dos efeitos da operação na concentração de mercado de carnes, em especial no que se refere à fusão com o frigorífico Bertin? Ou seja, nas análises e estudos feitos pelo BNDES, havia algum tipo de preocupação específica com relação à questão da concentração de mercado? Existe algum estudo dessa natureza?

O BNDES e o BNDESPAR...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... tinham conhecimento das reiteradas reclamações de pecuaristas acerca dos efeitos negativos do intenso processo de concentração do mercado em curso? Havia alguma interação do BNDES ou do BNDESPAR em defesa dessa concorrência?

Essa pergunta o nobre Deputado Francischini já fez, mas eu vou insistir aqui dentro de uma outra linha, e talvez no final possamos entender. O senhor participava diretamente das decisões do BNDES e do BNDESPAR, pelo menos no que se refere aos seus simples relatórios, mas participava, indicava, sugeria liberação de recursos para o grupo JBS e J&S, e, simultaneamente, das decisões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimentos tomadas pelo conselho de administração do grupo? Por quanto tempo ocorreu esse acúmulo de funções? Pelo o que V. Sª disse aqui, por um ano. Não é? Só reafirmar. Não lhe ocorreu que as atividades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... apresentavam interesses conflitantes?

A esse respeito, quais eram as regras da instituição tanto

regras da instituição tanto do Conselho de Administração da JBS e J&F quanto do BNDES? E indago de V. Sª a partir de quando o acúmulo dessas funções foi proibido, de quem trabalha na área de crédito e em conselhos de administração de empresas onde o BNDES participa. Até quando isso foi permitido e a partir de quando isso foi proibido?

Na operação com o Bertin havia algum condicionante no sentido de se evitar a paralisação das atividades de unidades adquiridas com recursos do banco?

E, a última, obviamente aguardando as respostas para ver se há réplica. Como foi o processo de substituição de V. Sª tanto na função que exercia de pareceres na área de mercado de capitais quanto na função de conselheiro da JBS/J&F? Quem foi a pessoa que o substituiu e se houve alguma informação, algum contato para continuação de alguma outra atividade dentro do conceito de administração da JBS?

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Passo a palavra ao Sr. José Cláudio.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Exª são várias perguntas. Por favor, se eu não responder a todas...

Então, a primeira é saber do meu grau de relacionamento com o ex-Presidente Luciano Coutinho e se isso gerou algum tipo de relação mais próxima, de amizade etc etc. Não, conheci o ex-Presidente Luciano Coutinho, tivemos um único contato anterior a ele ser presidente que foi no processo de uma empresa do setor aéreo que não foi para frente e o assunto morreu porque o banco tomou uma determinada linha e a gente não tinham nenhum contrato, nem absolutamente nada com o Sr. Luciano Coutinho.

Quando presidente dificilmente nós, da área técnica, temos reuniões com o presidente. Na realidade o que acontece é que, na sistemática do banco desde o presidente do banco até o técnico de nível mais júnior, nós temos a orientação de não sentar sozinho com qualquer representante de qualquer empresa que vem ao banco. Então, sistematicamente, temos mais pessoas nessas re...é um hábito do banco, eu diria que é uma regra não escrita, mas que funciona permanentemente. Muitas vezes, o presidente do banco solicitava a presença de pessoas quando tinha uma reunião com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas que estavam demandando não só a JBS, mas qualquer outro projeto em que a gente estivesse em fase de análise ou inicio de conversa. Então, a relação foi muito simples. Nesse sentido, era profissional dentro do âmbito das questões do banco.

Quando ele precisava ele solicitava, quando a pessoa solicitada era uma pessoa lá da área de investimento, da área de mercado de capitais ou, se eu estivesse eu ia, ou, senão, ia outro técnico que estivesse lá. Era apenas para participar e saber exatamente o que é que estava sendo pedido, para que quando essa coisa se evoluísse a gente estar ciente desde o começo da conversa o que estaria sendo desenvolvido.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas V. Xª teve reuniões pessoais, numa numa eventualidade dessa, com o Presidente do BNDES à época Luciano Coutinho.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só uma coisa. Sobre esse aspecto especificamente, sobre a questão da JBD e J&F só. Só isso.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eventualmente ele poderia me chamar ou chamar qualquer pessoa do banco para ter algum tipo de assunto.não me recordo do professor ter me chamado para ter algum assunto específico, mas se eu disser ao senhor que

Não me recordo de o professor ter me chamado alguma vez para algum assunto específico, mas, se eu disser ao senhor que ele nunca me chamou, eu vou ficar numa situação que, aparentemente... Depois de dez anos, eu afirmar que, de 2007 a 2008, eu nunca fui chamado pelo Presidente do Banco em nenhuma das circunstâncias, fora, inclusive – vou falar, então –, fora das questões da JBS, é complicado para mim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas nenhum fato faz V. Sª lembrar de algum fato com relação a isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, eu posso apenas relembrar que, no projeto que foi analisado, de microcondutores, nós tivemos algum tipo de conversa, porque eu tive que formar um grupo no Banco, tive que contratar escritório de advocacia para fazer esse... Então, ele me chamou...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ..., chamou a equipe e falou "olha, preciso que você crie um para que nós analisemos, o Banco analise isso, porque a gente está sendo solicitado...", por algum ministro, não me lembro exatamente quem estava solicitando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Deputado Hugo, quem chamou o depoente – acho que o senhor poderia entrar nessa – para o Conselho de Administração da JBS.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Vou chegar lá.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não existe convite. É uma indicação que cabe ao Presidente.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ah, tá! É exatamente isso. Se V. Sª foi escolhido pelo Presidente, provavelmente o Presidente conhecia ou o currículo ou a dinâmica de V. Sª.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Provavelmente, ele conhecia o currículo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E o senhor foi escolhido pelo...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Porque é comum, nessas escolhas, procurar pessoas que tenham conhecimento...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Da área de mercado de capitais.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Na área de mercado do setor da empresa em que ela atua e que seja uma pessoa um pouco mais sênior, porque não tem muito sentido você colocar uma pessoa júnior, porque, provavelmente, a gente pode vir a ter algumas dificuldades.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O período que o senhor ficou foi de 2007...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Como Conselheiro, de setembro de 2007 a junho de 2008.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Junho de 2008.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – É, não chegou a um ano. E a saída foi por conta da minha...

Outras perguntas aqui.

A relação de independência... É isso?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O professor, ninguém lá no Banco, a diretoria não diz para ninguém "olha, faça isso, isso e isso". É uma questão muito clara dentro do BNDES.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Quais as atribuições e serviços de consultoria? Eu não sei exatamente o que está sendo...

Quando eu saí do Banco...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ..., eu fui ser diretor da área de mercado de capitais de outro banco em São Paulo. Retornei de lá, passei a trabalhar em um projeto de uma empresa privada aqui do Rio de Janeiro que estava pretendendo montar uma companhia siderúrgica no Maranhão... Basicamente, isso. Depois, fiz algumas... Nada que eu fiz nas minhas consultorias, por qualquer tipo de pequenas empresas que me pediram algum tipo, teve algum tipo de relação ou de proposta que fosse pegar dinheiro no Banco. Se essa conversa começasse, a conversa estava encerrada ali mesmo. O Banco...

Posso falar...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim. À vontade.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – .... um pouquinho mais?

O Banco e a BNDESPAR, principalmente na proposta que se formula para o Banco, a gente nunca gostou, na minha época... Estou repetindo de 29 anos para trás. Acredito que isso tenha sido até melhorado. A gente nunca gostou que alguém chegasse e se sentasse à mesa para discutir seus projetos com um consultor. Eu preciso saber de quem está trazendo aquele projeto se ele conhece o que está propondo, se ele tem condições para fazer. Se chega um professor, um consultor que só faz aquilo naquele setor, ele vai falar 300 coisas, porque ele conhece absolutamente o setor. Eu preciso saber da capacidade empresarial, da capacidade de tomar decisões, de como a empresa está estruturada, de como ela é administrada, de como... Se eu não tiver essa sensação de que isso existe, nós não vamos para a frente nesse negócio.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O senhor se incomodaria de declinar o nome do banco a que o senhor prestou consultoria...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Ah, sim! É o banco Nossa Caixa, que foi fundido com o Banco do Brasil.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito. Pode continuar.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Previamente...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Concentração de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Concentração de mercado e operação da Bertin. Eu não estava nessa operação da Bertin quando ela foi... Quando isso aconteceu, está certo? Não me lembro de ter tido... Esse processo da Swift foi muito no começo dessas operações ligadas aos frigoríficos, está certo? Então, se houve reclamação das empresas quanto à concentração, isso ou aquilo, eu já não estava mais no banco.

Com relação a ser procurado pelo setor frigorífico, eu tive várias empresas do setor frigorífico que nos procuraram, buscando operações.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Marfrig.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Mas eram empresas menores. E o que dizíamos? "Olha, nós temos que melhorar a sua governança, você é uma empresa limitada, eu preciso de que você transforme..." As mesmas condições que foram colocadas lá atrás, quando a JBS me apareceu com as empresas de limitadas. Foram colocadas para essas empresas também. E a maior parte delas preferiu continuar fazendo crédito com o banco, ou não tinha tamanho, ou não tinha estrutura, ou os sócios não queriam transformá-la em uma S.A. fechada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Hugo, permita-me uma pequena intervenção?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª indagou ao Sr. José Cláudio sobre, após a sua aposentadoria, por onde ele tem trabalhado, não é? Se possível, Sr. José Cláudio, se o senhor quiser responder, qual foi o banco em que o senhor foi trabalhar, e essa outra empresa a que o senhor se referiu, o senhor poderia declinar o nome do banco e dessa empresa para nós?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O banco eu já declarei, foi o Banco Nossa Caixa, que terminou sendo absolvido em uma fusão pelo Banco do Brasil. Na realidade, o convite foi para participar desse processo de incorporação, para que contribuísse com essa incorporação. Foi um período muito curto...

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Qual banco?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Provavelmente de menos de...

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Qual banco? Eu não ouvi?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Banco Nossa Caixa.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Nossa Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E a empresa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – A empresa era do... Deixa eu me lembrar o nome do principal sócio. A empresa queria fazer a Siderúrgica Mearim, no Rio Mearim, no Maranhão.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Sr. Presidente, só para complementar essa pergunta, o senhor foi trabalhar no Banco Nossa Caixa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Isso.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Que depois foi adquirido pelo Banco do Brasil. Houve a sua participação nesse processo de aquisição pelo Banco do Brasil da Nossa Caixa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Na realidade, eu fui convidado a contribuir no período em que já existia esse processo de fusão anteriormente estabelecido. Quando eu fui chamado para lá...

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – O senhor foi para esse assunto?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu fui para trabalhar, embora a denominação fosse mercado de capitais, não só eu, há mais pessoas que foram convidadas...

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – Quais foram as demais pessoas? O senhor sabe dizer?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não me lembro dos nomes, mas tinha vários técnicos especializados que foram convidados para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nesses oito anos, então, o senhor prestou trabalho só esses duas empresas?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, depois disso eu ainda fiz algumas pequenas consultorias para algumas empresas aqui do Rio e São Paulo, pequenas mesmo. Umas que estavam querendo ter uma avaliação de venda, porque tinha sido vendidas, outras porque estavam querendo fazer fusões com outras pequenas empresas. E, a partir de 2010, eu parei, não fiz mais nenhum tipo de concultoria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E nesse período V. Sª atendeu o grupo JBS junto à Nossa Caixa, também nessa outra empresa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Sª atendeu o grupo JBS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não me lembro de nunca o grupo JBS ter ido a esse banco no período em que estive lá, até porque a gente estava evitando fazer qualquer tipo de operação que fosse, de alguma forma, relacionada ao mercado de capitais. Na realidade, foi mais para verificar o que tinha, como é que a gente ia se desfazer daqueles investimentos que estavam lá do que fazer novos

...a gente ia se desfazer daqueles investimentos que estavam lá, do que fazer novos investimentos.

Então, teve nada...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O relacionamento de V. Sª após a sua aposentadoria com o grupo JBS se encerrou?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Em 2007...2008... Acho que em 2009 um banco internacional que tinha sede aqui no Brasil fez um processo licitatório para compor um comitê independente. Esse processo visava a fusão da JBS com a Bertin.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Foi o J.P. Morgan?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Foi o Rothschaid.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu agradeço, V., Exª, Deputado, por ter me permitido essa intervenção. Continue.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – V. Exª é o Presidente, por favor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – V. Exª quer que eu complemente?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Complemente, por favor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Esse processo é feito por uma avaliação de várias pessoas, é um processo de seleção. São que sejam reconhecidas pela CVM como pessoas conhecedoras no mercado para que você possa então fazer uma...

Nesse processo, após as pessoas serem escolhidas – eu não sei quem eram as outras pessoas que estavam sendo escolhidas –, a JBS formou um comitê independente, a Bertin formou um outro comitê independe. Os bancos foram contratados, escritórios de advocacia, porque uma das prerrogativas desse comitê é contratar o que ele acha interessante para que esse trabalho seja feito dentro da melhor técnica e considerar todas as possibilidades para que a gente tenha a melhor clareza de quanto vale cada um dos seus dos negócios separados.

As técnicas são as mesmas, embora um comitê use um banco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sim.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ...e o outro comitê use o outro, as mais premissas são as mais próximas possíveis, porque se eu tenho que usar um custo médio de financiamento da empresa, vamos supor, A, e eu tenho outro custo médio de financiamento porque ele tem empréstimos maiores ou menores na empresa B, eu não posso trazer para essa avaliação o custo médio igual, porque são diferentes pela própria própria vida individual de cada uma das companhias.

Mas, em tese, o procedimento é pela mesma metodologia, cada um independentemente, a gente chega aos valores da companhia. Desse valor da companhia a gente retira a divida. Ao retirar a dívida você fica com o valor do *écot*, com o valor das ações que compõem o capital daquela companhia, e, aí sim, esses dois bancos fazem o trabalho de dar uma paridade nessas ações, e aí então se faz uma troca.

No caso dessa fusão, como em toda a fusão, você tem três opções: você pode fundir e manter o nome da primeira empresa; você pode fundir e manter o nome da segunda ou você pode fundir... Nessa operação, decidiu-se que se ficaria com o nome da JBS, mas as marcas Bertin, que eram absolutamente líderes de mercado...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Nome de fantasia.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – De fantasia... Ficaram exatamente como eram porque era uma estratégia de não perder marketing nem perder vendas.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Só foi esse banco internacional ou teve algum outro banco internacional nessa operação, um pela Bertin e outro...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu sei, eu me lembro e posso falar para o senhor que fui escolhido e selecionado pelo banco Rothschild. Eu não sei quem escolheu e selecionou o grupo que fez o comitê independente da Bertin, porque nós trabalhávamos separados, cada um com o seu trabalho em escritórios completamente diferentes e poderiam ser até em cidades diferentes. Só no final o resultado era comparativo para se determinar essa equivalência.

Perfeito. Pode continuar...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Há mais perguntas?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – A pergunta que é sobre a acumulação das funções.

Eu perguntei a esse respeito se as regras da instituição permitiam e isso posteriormente foi proibido ou continua na mesma situação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu não estava mais no banco, mas eu vi que recentemente a ex-vice presidente do banco resolveu redefinir essas normas, contratando...

resolveu redefinir essas normas contratando pessoas independentes para participarem desse Conselho de Administração. Mas, até hoje, embora não esteja no banco, mas, por conta desta audiência, eu sei que ainda há vários funcionários do banco indicados para conselho. Então, eu diria que talvez preferencialmente se indique conselheiros independentes. Mas ainda existem funcionários do banco indicados...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em cargos de conselhos de administração de várias entidades que são do BNDESPar.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu só não posso precisar se são muitos. Não consigo. Eu estou fora do banco.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, não. Tudo bem. Eu estou dizendo o seguinte: a minha pergunta foi que esse apontamento para esse conflito se deu exatamente no período, então, da Presidente Maria Sílvia. Foi isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Maria Sílvia. Foi ela...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas ela modificou algum regulamento interno, alguma norma, ela chegou a sugerir? Ou isso foi só uma sugestão, ou V. Sª não conhece?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O banco continua tendo sigilo bancário para todos os seus ex-funcionários. Quer dizer, eu tenho as informações, provavelmente, todos nós temos na imprensa e, por conta disso, eu talvez tenha perguntado por que fizeram isso. "Porque houve um pedido para que... A Presidente decidiu que achava que não deveria ter mais essa formalização, que seria menos do banco." Mas eu não participei dessa discussão. Não tenho ideia de por que se chegou a essa conclusão.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E também na época em que V. Sª fazia esse exercício também nunca foi questionada essa questão da dupla função e o conflito de...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Aliás, para o banco não houve um conflito. E, que eu me lembre, mesmo naquela época, nós tínhamos algumas pessoas independentes indicadas para conselho.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Também existia...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Também existia. Eu não estou dizendo que fosse a regra, mas tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – A última é: como foi o processo da sua substituição? Quem o substituiu no Conselho de Administração da JBS e na função que V. Sª tinha, como chefe do departamento de mercado de capitais.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Na função de me substituir, foi um técnico mais sênior que já trabalhava comigo. Foi ele quem me substituiu.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Na JBS?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Na chefia do banco.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Na chefia de mercado de capitais.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Na JBS, eu realmente não sei lhe informar, porque...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Tudo bem.

A última pergunta: o senhor conhece a Srª Patrícia de Moraes, que foi consultora, ou é consultora, do banco JPMorgan?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Nessa área de mercado para a qual eu era voltado, que era a área que convivia diretamente com todos os bancos de investimentos, eu certamente devo ter me encontrado com a Patrícia de Moraes, mas não me lembro de nenhum trabalho que tenhamos feito juntos, algum projeto especial em que ela tenha me procurado para fazer, mas certamente devo conhecê-la.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª sabia que ela é filha do ex-Ministro Pratini de Moraes? Tem essa informação? O senhor já ouviu, pelo menos, isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu posso lhe dizer que agora, durante esse processo aqui, alguém me falou de quem ela era filha. Na época em que eu estava lá, não me lembro de ter tido essa relação tão explícita a ponto de saber que ela era filha dele.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Está o.k. Muito obrigado, Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª e passo a palavra ao Wadih Damous. Saiu mais ou menos?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Toda tentativa é válida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Melhorou? (*Risos.*)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não tem problema. Está bom, vamos aceitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vai melhorando.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Presidente, apenas para que fique claro. Parte já foi respondido, mas, como nós estamos sendo vistos, estamos sendo assistidos, só para que fique claro, é isto que eu vou perguntar ao depoente: a indicação de funcionários para os conselhos de administração de empresas que recebem investimentos era legal?

Estava de acordo com práticas de mercado? Há exemplos internacionais dessa prática?

Agora, indo para uma outra linha, Presidente. O depoente foi objeto de uma reportagem devastadora na televisão, no programa Fantástico, enfim. Então, a respeito daquilo que foi divulgado, eu gostaria, até para dar oportunidade ao depoente de se manifestar sobre aquelas imputações, insinuações, já que estamos vivendo um amplo espectro, um amplo processo de criminalização geral e irrestrita e de Estado policial aqui no nosso País, em que todos são culpados até que provem o contrário. Naquela matéria, teria sido dito que o senhor recebeu uma proposta de delação. Procede essa informação? E, se procede, quais seriam os termos dessa delação?

É basicamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª, e passo a palavra ao Sr. José Cláudio.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Bom, vamos ver se eu consigo esclarecer todas as suas perguntas. Se a indicação é legal: sim. Quando o banco faz o contrato para colocação de recursos numa empresa de capital, um dos pontos que está registrado nesse contrato é: o banco se reserva o direito de ter uma, duas indicações para o conselho de administração da empresa. Está no contrato feito entre nós...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – E essa indicação é prerrogativa do Presidente do banco...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Essa indicação... Só para melhorar, para não parecer que eu estou colocando o Presidente numa... Na verdade, existe uma discussão interna, dentro das áreas técnicas, com os gerentes, com os superintendentes, com o diretor, temos uma indicação, e o presidente do banco gostaria de saber qual é a nossa opinião. Nós damos a opinião. Obviamente, ele pode ter outra opinião. Então, ele é suprido de informações e, quando a área manda, ela já manda o nome que a área acha que seria a melhor pessoa. E ele tem a atribuição de indicar. Não quer dizer que a escolha no processo interno do banco seja dele.

A indicação é legal... É uma prática de... Sim, é uma prática de mercado internacional, todos os bancos de investimento fazem isso, todos os bancos privados fazem isso, todas as instituições financeiras no mundo até separam o que que é crédito, e têm prédios diferentes para tratar de ações e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tratar de crédito. E é uma indicação comum, porque é interessante que ela coloque alguém que conheça melhor a empresa, para que ela tenha as melhores informações e a empresa consiga avançar...

A terceira pergunta é... Exemplos internacionais. A gente tem o IFC, a gente tem o KSF, a gente tem todas as instituições financeiras. É uma prática comum. Não é uma prática do Brasil. É uma prática do mercado internacional.

Com relação à matéria veiculada no jornal, eu acho que ela foi feita da pior forma possível e de uma maneira bastante invasiva.

bastante invasiva. Na realidade, a informação é de que eu tenho uma vinícola. Em 2010 eu plantei algumas parreiras, eu tenho 4ha plantados de parreiras, que são parreiras que produzem uvas para a produção de vinho. Eu não tenho a área fabril que produz vinho. Eu sou incubado de uma universidade em Caldas para onde eu mando e eles fazem meu vinho. É basicamente isso, só para você entender.

Com relação à proposta de delação, eu estou ouvindo isso pela primeira vez na minha vida.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Houve, se não me engano, trinta e tantas prisões, ou temporárias ou preventivas, de funcionários e ex-funcionários do BNDES; se não me engano. O senhor estava entre os trinta e...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim. A lista...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Foi condução coercitiva, se não me engano.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – É, não foi prisão. Foi mandado de condução coercitiva, busca e apreensão.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – E nesse... O senhor foi interrogado por...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu fui levado à Polícia Federal. Há um depoimento meu.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Houve alguma proposta, o senhor foi convidado, o senhor teria recebido uma proposta para fazer delações?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Nunca.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não? Está bom.

Encerrei, Presidente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi Operação Greenfield, só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pela ordem. Foi na Operação Greenfield que houve a condução coercitiva?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Foi a Bullish.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – A Bullish. Foi a última.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, foi essa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor foi ouvido em alguma outra operação da Polícia Federal?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, serei o mais breve possível aqui.

Primeiro eu gostaria de perguntar se houve alguma oferta de vantagem indevida para V. Sª ou para alguém que trabalhou com V. Sª no BNDES; se houve, quem ofereceu isso?

Vou me ater agora só às questões do Tribunal de Contas; o Tribunal de Contas, através do TC, o Acórdão 3011/215 do TCU. Uma é com relação à empresa americana Swift Foods. Entre as diversas irregularidades identificadas, V. Sª foi arrolado como o responsável daquela irregularidade que apontou um possível aporte de capital com risco de investimento do BNDES; um custo financeiro zero para a JBS, em valor acima do necessário à realização do objetivo específico da operação – que era o caso que foi uma capitalização de 950 milhões, tendo em vista que todo o estudo era de 750 milhões. Então, foram 200 milhões a mais. Eu gostaria de perguntar se a decisão já veio pronta, se o corpo técnico se manifestou sobre esse aporte, essa diferença, se houve alguma determinação nesse sentido.

Da mesma forma, ainda nesse mesmo processo, outra irregularidade apontada: a ausência de análise de benefícios econômico-sociais para o País. Ateve-se apenas ao estudo econômico, sem levar em consideração a questão dos benefícios sociais, que é a questão de geração de emprego, etc. Inclusive, houve uma declaração do Diretor Financeiro do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que disse inclusive, quando esteve aqui no Senado prestando depoimento à CPI do BNDES, ele dizia o seguinte: "O BNDES foi o mensageiro. Não é justo atirar no mensageiro. Tem que pegar quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resolveu, quem tomou a decisão de mandar aquela mensagem." Não sei se V. Sª teve conhecimento disso, mas eu gostaria também que mencionasse, falasse alguma coisa sobre isso – quem é o verdadeiro responsável pelos danos apontados pelo Tribunal de Contas nessas operações do BNDES.

Outro levantamento também

Outro levantamento também do Tribunal de Contas. Entre as diversas irregularidades, V. Sª também foi arrolado pela ausência da realização do *due diligence* na análise criteriosa com relação ao financiamento dessa mesma operação que eu levantei. Ela tinha um passivo descoberto; as ações não tinham valor patrimonial em razão de o patrimônio líquido ser negativo; e mesmo assim houve esse aporte de US$200 milhões a mais do que aquilo que foi estudado. V. Sª saberia explicar por que motivo o BNDESPAR buscou, a exemplo de outras operações já conhecidas, dourar a pílula nessa operação, após excluir dados relevantes aos potenciais investidores? Quais os outros interesses que estavam por detrás dessa operação para justificar tamanha desídia, que foi essa operação de 950 milhões?

Para encerrar, Sr. Presidente. Também ainda com relação a esse acórdão do Tribunal, V. Sª foi citado em razão de um aporte de capital da JBS por meio da aquisição de 139 milhões de ações com ágio de 50 centavos cada, resultando num prejuízo de R$69.735.305 do BNDESPAR. Pagou-se 50 centavos por cada ação de ágio, e as análises indicam que não havia qualquer razão de cunho mercadológico que justificasse o BNDES oferecer um valor maior do que o preço justo da efetivação dessa transação.

Então, são esses os cinco pontos que eu gostaria que V. Sª relatasse.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Sr. José Cláudio.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – A primeira pergunta de oferta indevida para mim ou para outras pessoas. Olha, não. Em nenhum momento no banco eu vi nenhum ato ilegal ou de qualquer outra maneira que a gente possa classificar... Nunca soube de nada lá no banco.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nunca soube de nada relacionado a isso, assim?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Depois, voltamos aqui à parte do TCU, certo?

Aporte de 950 milhões com custos e valores expressivos. Muito bem. Na realidade a gente tinha uma... Pela operação de enquadramento, do comitê de enquadramento de inquéritos, nós tínhamos uma proposta original de 750 milhões...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Está ligado aí? Acho que está.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Está ouvindo? Desculpe. Está verde aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos a proposta original de enquadramento de 750 milhões. Por conta da situação financeira, que, como o senhor mesmo relatou, já estava difícil, e como a empresa tinha um *renting* determinado pelo mercado financeiro de crédito nos Estados Unidos – estou falando da Swift –, ela certamente teria dificuldades para rolar essas dívidas, porque o projeto previa compra das ações, pagamento de juros... Compra das ações, US$225 milhões, se eu não estiver enganado; juros não pagos, US$25 milhões; custos e dívidas, uns US$60 milhões, US$80 milhões; dívidas a serem refinanciadas, um bilhão e cento e tantos milhões de dólares. Então, quando a gente fez essa proposta, a gente tinha todo esse conceito.

O que aconteceu quando as ações foram lançadas na bolsa? Houve uma aderência enorme do mercado – 93% das ações que foram colocadas para serem subscritas foram subscritas ao preço de 8,15. Houve sobras. Houve um leilão de sobras. O valor das ações de sobras foi para 8,70, e o preço médio da ação nos 30 pregões posteriores a essa operação foi para uma média de 8,77. Então... Mas eu estou fugindo um pouco.

Estou fugindo um pouco.

Quanto a BNDESPAR subscreveu nessas operações? A gente tinha um original de 750, um aumento para 900. Nós botamos US$583 milhões, ou seja, o mercado colocou tantos recursos que, mesmo não tendo colocado 950 milhões como possibilidade, foi só 583, morreu aí, não houve mais dinheiro. O resto foram os US$200 milhões que os acionistas colocaram. E eles tinham, não vou chamar de cheque especial, uma conta garantida por conta da empresa da faixa de US$700 milhões. Então, dessa conta garantida foram feitos refinanciamentos para a tal dívida de 700 milhões.

O que aconteceu nesse momento em que os bancos viram que o dinheiro estava entrando? Os *rates* melhoraram, os bancos apresentaram para as empresas novas taxas de juros mais interessantes, cancelaram algumas multas, e ficou uma situação bem mais confortável para a empresa renegociar parte dessas dívidas. Não sei se eu atendi à pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Atendeu, só que é óbvio que tudo isso foi em função da injeção de capital do BNDES. É evidente.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim. Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A 750 a análise, vocês botaram 950, 200 milhões a mais.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim. Mas só colocamos 583. Isso é para ficar bem constante.

Só para lembrar, essa empresa foi adquirida, em 2006, pelo fundo HM, por US$444 milhões. Alavancaram a empresa, nesse período, em US$260 milhões para fazer essa compra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mesmo com o patrimônio negativo.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Estou falando do HM que comprou, em 2006, antes de a JBS comprar. A JBS comprou essa empresa, mais alavancada em US$200 milhões, e pagou 225 milhões, ou seja, ela pagou 444. Eles pagaram 444 ou 464 e receberam 225. Eles realizaram uma perda...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas essa diferença... Houve um parecer técnico depois?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Só estou colocando para você ver como a empresa piorou com a gestão deles. Piorou tanto que aconteceu isso.

Há mais alguma?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Há.

Esse comentário do Diretor Financeiro, Carlos Tadeu, V. Sª pode dizer alguma coisa sobre isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Viu esse comentário dele?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não vi esse comentário. Realmente não...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Que não podemos penalizar aqui o mensageiro, pegar quem mandou a mensagem. Traduzindo isso...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Seria até bom o senhor traduzir porque eu desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A tradução é que o BNDES já recebia as encomendas prontas, alguém mandava, e que essa questão técnica era relevante, mas nem tanto.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Desconheço. Realmente, não tenho como falar disso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação à análise social, o banco não faz isso? Só faz em relação à econômica? Por exemplo, esses financiamentos geraram empregos lá fora e tiraram empregos daqui. O banco faz essa análise ou não?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Faz.

Não foi um financiamento, foi um aporte de capital, que foi colocado. Uma das primeiras medidas que foram tomadas na empresa foi reduzir o número de empregados, o que estava demais, reduzir os níveis hierárquicos. Estou falando da Swift americana. Então, na realidade, o que houve foi um choque de redução de custos e de administração, principalmente para a tomada de decisões. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operação foi encarada por todos, por nós e pelo mercado, como um *turnaround*, ou seja, uma empresa que está quebrada e que vai ter que receber medidas eficientes de administração para que ela volte a atingir as margens anteriores. Então, lá fora, ela não...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas a minha pergunta é com relação ao mercado daqui, por exemplo.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa política do governo de fazer investimento lá fora, com aporte de bilhões, aquece o mercado externo lá, gera emprego lá e não aqui. Essa análise o BNDES não fez? Só faz a parte econômica?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Estou tentando explicar. Na realidade, com relação à geração de emprego, nesse caso específico, foi de redução lá fora. Com relação à proposta aqui, na realidade, a empresa passou a ampliar toda a sua diversidade de clientes.

Eu tenho dados de que, de 2006 a 2015, a oferta de emprego, nesse setor frigorífico, no Brasil, cresceu a média de 8,6% ao ano, dando um salto positivo de 35 mil novos cargos em 2015 ou 2016. Não consigo precisar porque a minha memória está bem antiga.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Melhorou com relação à empresa, mas as outras...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, o aumento de empregos no setor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação a essa última do ágio de 50 centavos. Aliás, antes dos 50 centavos, essa ausência de realização da diligência com relação a essa operação com a Swift Foods.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Com relação à JBS, o BNDES fez uma diligência completa por conta do processo para o YPO dela. A gente trabalhou quase um ano. A gente conhecia suficientemente os dados da empresa. Até pedimos para que ela se transformasse de Ltda. em S.A. porque a única forma de a gente botar recursos em uma empresa para receber aporte de capital é ela ser, no mínimo, S. A fechada. Quando ela fez o YPO, a JBS o fez no mercado que é o maior nível de governança que a gente tem dentro do mercado acionário brasileiro. Quem tinha a obrigação de fazer a *due diligence* era a JBS e ela o fez. E nós temos, inclusive, documentos de escritórios americanos que podem comprovar que não têm nenhum esqueleto lá dentro, que as coisas são exatamente conforme demonstrado no balanço. E está escrito que, se alguma coisa dessas aparecesse, ela seria ressarcida dos antigos controladores. A documentação existe.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E foi ressarcida alguma coisa. Tem conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Nunca aconteceu nada. Ficou exatamente... Só estou dizendo que foi feito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação à questão desse ágio de 50 centavos por cada ação, que deu um prejuízo de 69 milhões, toda a análise dessas contas da Swift Foods não tem a análise mercadológica, não caberia pagar ágio numa ação dessas. Por que foi pago 50 centavos a mais em todas...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Posso tentar esclarecer.

A metodologia utilizada pela BNDESPAR é a mesma utilizada por qualquer banco de investimento, qualquer outra agência de fomento no mundo inteiro: é fluxo de caixa descontado. Quando a gente faz um fluxo de caixa descontado, você desconta por várias taxas, porque é para poder ter uma variação na taxa de desconto. Descontar 8% é uma coisa, descontar 9% é uma coisa, descontar 3% é quase nada, descontar 15% é um exagero.

Ao mesmo tempo, a gente tem uma outra ali em cima que se refere à expectativa futura com relação à permanência da empresa, o que você faz dentro de um horizonte de dez anos. E ninguém admite que, dentro de uma economia normal, a empresa só vai durar dez anos. Ela vai ter uma perpetuidade após isso. Então, a gente calcula essa perpetuidade. Quando a gente faz esse estudo com essas várias taxas e com essas várias, a gente compõe um quadro. E, dentro desse quadro, a gente tem um valor mais alto, um valor mais baixo, que é pela taxa de desconto, que é pela perpetuidade, que é pela perpetuidade mais alta. Então, a gente monta uma tabelinha, em que a gente tem um valor central que a gente considera que esse é o valor alvo para a compra, para o preço da compra dessas ações.

No caso específico da JBS, o nosso valor alvo chegou a R$9,70 por ação. Se nós pegarmos os bancos investidores do mesmo período, isso existe. Se os senhores solicitarem a documentação ao BNDES, ele terá, eu acredito, o maior prazer em entregá-los. Era na faixa de 12, 12,60, 11, todos muito mais altos que o nosso preço. Então, qual era o preço alvo para a gente comprar? Era R$9,70. muito mais altos que os nossos preços. Então qual era o preço alto para a gente comprar: 9,70. Isso é uma fase da história.

A segunda fase da história: a empresa, por decisão própria, tem o direito de definir o preço da subscrição que ela está fazendo para o seu negócio. Assim: "O meu negócio eu só faço se a ação custar R$20...; só se custar R$8." A empresa tem... O que ela faz para definir isso aí, é lógico que ela tem que trazer algum trabalho técnico; ela não pode simplesmente chegar e dizer que é R$20, e aí todo mundo vai olhar e vai dizer: "Ó, nós não vamos."

Então, ela fez a média dos últimos pregões e chegou ao preço de sete e qualquer coisa. E colocou um prêmio de R$0,50. Nós entendemos como prêmio porque... Não como ágio: num ágio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você tem todo um tratamento especial na contabilidade, e eu não consegui ver nos balanços posteriores esse tratamento. Então, considero isso como um prêmio. Esse foi o prêmio.

E o mercado, então, tem a capacidade de fazer as suas análises, pela metodologia que ele bem quiser. O investidor pessoa física tem a sua análise, um investidor experiente tem a sua análise, e os investidores...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas existia análise técnica de que poderia pagar os R$0,50 a mais do que estava no mercado?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Nove e setenta era muito maior do que oito e quinze. Esse era o preço que a gente....

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só para encerrar, eu não quero monopolizar aqui as perguntas.

Com relação a prazos – eu me lembro de que eu fiz aqui uma pergunta para o Luciano, o Presidente –, nós sabemos aqui a dificuldade que é para tirar qualquer coisa do BNDES: qualquer ser humano comum até desiste, porque a coisa demora tanto que... Agora, o que nós observamos é que o prazo médio para um financiamento do BNDES era de 150 dias úteis, de 250 dias normais, mas 150 dias corridos. Nós tivemos financiamento de bilhões da JBS com 22 dias. V. Sª acha que é normal isso? Que não teve nenhuma forçação de barra? Que não teve nada?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu vou voltar a falar o que eu acho – que já comentei alguma vez –: na realidade, essa operação entrou em março de 2007, não sei exatamente o dia, e isso foi aprovado em julho de 2007. Então, nós temos aí, no mínimo, 90 dias. Quer dizer, março, abril, maio, junho e julho. Foi bastante. Tem quase cinco meses.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não digo essa operação em especial, mas várias outras.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Com relação às outras, eu não estava mais no banco. Mas pelo que eu li e pelas informações que eu tive que receber por conta, foram todas na faixa de mais de seis meses. Não posso...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas houve financiamento de bilhões com 22 dias... Mas tudo bem, isso aí....

Sr. Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

E passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que ontem fez uma transmissão ao vivo sobre a agricultura familiar. Eu assisti e parabenizo V. Exª. E coincidentemente, no sábado, lá no meu Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Tocantins, eu também fiz um grande encontro falando sobre agricultura familiar, que gera hoje algo em torno de 70% dos empregos na agricultura do nosso País e bota, praticamente, 70% do alimento na mesa do nosso povo. Então, parabenizo V. Exª pelo belo discurso ontem que eu tive o capricho de assistir.

Com a palavra, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, eu agradeço não só os comentários que V. Exª faz em relação a um grande evento – e na situação difícil e delicada por que passa também o setor do leite no Brasil. Minas Gerais, como Goiás e outros Estados sofrem duramente hoje. O leite, além de ser um setor importante, tem também um fator social muito grande, pois são milhões e milhões de pessoas que dependem dessa renda.

Vamos lá àquilo que realmente é o fato da audiência da CPMI, em que o Sr. José Cláudio Rego Aranha, que foi Diretor do BNDES, está sendo aqui ouvido por nós.

Eu gostaria de saber de V. Sª se V. Sª, ao exercer a função nessa área de diretor de valores mobiliários no BNDES, se essa função vem desde a época em que o ex-Ministro Guido Mantega foi lá Presidente do BNDES.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Excelência (*Fora do microfone.*)

foi colocado, um pouco mais cedo: eu tenho até uma declaração do BNDES – se o senhor gostar de ver – de que eu nunca fui diretor nem do banco nem da BNDESPAR. Eu era o chefe do departamento da área de investimento de mercado de capitais. Então, a pergunta sobre diretor, desde a época do ex-Presidente Guido Mantega,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – O senhor já exercia o cargo que exerceu durante todo o tempo?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Exerci esse cargo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Quando o ex-Ministro Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda, V. Sª despachava com ele com frequência em relação a assuntos não só do BNDES, mas também da política do banco?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, não tinha esse tipo de relação com o Ministro da Fazenda, não. Eu diria que, enquanto ele foi Ministro da Fazenda, se eu o encontrei uma ou duas vezes foi muito.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – O relacionamento de V. Sª era simplesmente um relacionamento que não tratava hora nenhuma de uma audiência com ele no Ministério da Fazenda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nem fora do Ministério da Fazenda, V. Sª nunca teve uma proximidade maior depois que ele saiu da Presidência do BNDES? – com o ex-Ministro Guido Mantega.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não tive essa proximidade.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Ótimo. Bom.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sr. Presidente, só um esclarecimento na linha do que está indagando o Senador Caiado, apenas para que ela esclareça: ele era chefe do departamento de mercado de capitais do BNDES desde quando?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Desde quando? Veja só, eu tive várias funções dentro do banco, e as atribuições... E essa estrutura hierárquica do banco, ao longo dos 30 anos que eu passei lá... De vez em quando, fizeram alguns tipos de contrato com empresas especializadas nisso, e elas mudaram os nomes e as funções. Então, eu trabalhei na área de investimento praticamente a minha vida. Eu fui técnico, eu fui....

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Ou seja, bem antes da chegada do Guido Mantega.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim, eu comecei 30 anos atrás, na área de investimento, como técnico júnior.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Perfeito. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Continue, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Obrigado.

Quando o ex-Presidente assumiu, Luciano Coutinho, V. Sª teve alguma função mais destacada para que atendesse aos projetos da JBS junto ao banco?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, nunca ocorreu.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Nunca ocorreu. Perfeitamente.

Quando o Sr. Joesley afirma, no seu depoimento, que ele tratava os assuntos com o ex-Ministro Guido Mantega, e que, a partir daí, as coisas caminhavam, ou seja, os projetos caminhavam com

as coisas caminhavam, ou seja, os projetos caminhavam com a celeridade que o TCU identificou, na média de um curto prazo de 20 dias, enquanto outros duravam mais de 250 dias, V. Sª não tem conhecimento nenhum de uma preferência que era dada à tramitação e à conclusão desses projetos ali apresentados?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à sistemática do banco para toda e qualquer empresa que pede aporte de recursos, que é como crédito, que é como ações, a gente... Eu mostrei, não vou repetir isso, não tem sentido, mas eu mostrei aqui e tenho à disposição, existe uma sequência natural por que todos esses procedimentos, todas essas solicitações passam, podendo ser aprovadas ou não, até que se conclui. Não, nunca houve nenhum tipo de favorecimento em relação a isso.

Com relação a essa questão dos prazos curtos que são colocados, tem um acórdão no TCU de 2014. Eu me aposentei em 2008, mas eu sei que houve um acórdão do TCU no qual o banco ofereceu farta documentação para o TCU, eles analisaram essas informações dentro dos procedimentos e chegaram à conclusão de que não houve qualquer diferença no tratamento que foi dado à JBS. Eu só não me lembro o número desse acórdão do TCU.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – V. Sª tem conhecimento de algum projeto da JBS que tenha sido negado no decorrer de todos os anos em que V. Sª ocupou cargos no BNDES?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Nós analisamos a proposta de aumento de participação no lançamento de ações de abertura do capital do BNDES. Nós trabalhamos quase nove meses, um ano, nesse projeto e nós chegamos à conclusão de que não havia sentido nós entrarmos. O fato de nós não termos entrado, eu diria que, pode não ser uma negativa formal, mas é não, nós não fomos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – No momento em que o Sr. Joesley é perguntado sobre o valor de 230 mil que é repassado a V. Sª, e que é informado que isso tem a ver com contrato de consultoria, pergunto: do que se trata? Quais foram os serviços prestados? V. Sª teria como não só comprovar mas fazer chegar à área técnica da CPMI os dados deste contrato e também dos trabalhos que V. Sª prestou ao Sr. Joesley?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Senador, eu já... Vou repetir: não tenho o menor problema. Eu nunca prestei consultoria à JBS. O que houve foi que, na proposta de fusão entre duas empresas, a JBS e a Bertin, por decisão dos seus sócios, foram criados dois comitês independentes. Esses comitês independentes, cada um teve o seu banco consultor ou seu banco ajudante, o nome que nós queremos dar aqui, elaboraram, escolheram, foi feita uma escolha, a partir de currículo, entrevista, de pessoas que, dentro da opinião da CVM, tinham capacidade de fazer esse tipo de trabalho...

tinham capacidade de fazer esse tipo de trabalho.

Então, a JBS montou um comitê independente, a Bertin montou outro comitê independente. Cada um tinha seu banco responsável, os trabalhos foram elaborados dentro da mesma metodologia, as premissas tiveram algumas variações em função das características específicas da companhia. O exemplo que eu dei anteriormente foi que cada um podia ter uma taxa média diferente de empréstimo, um podia estar mais endividado e as taxas seriam maiores. A gente tem que usar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realidade de cada empresa. Então, o grupo da Bertin fez o trabalho; o grupo da JBS fez o seu trabalho: nós identificamos o valor da empresa; desse valor da empresa foram retiradas as dívidas de cada uma; e sobrou o valor das ações. Então, esses dois bancos juntos fizeram um comparativo determinando qual seria a relação de troca para cada um dos sócios. Nas operações de fusões, você pode ter várias opções. Você pode manter o nome da primeira empresa, você pode manter o nome da segunda empresa ou você pode fazer um nome completamente diferente. A escolha foi manter o nome da JBS.

Com relação aos produtos Bertin que tinham marcas já identificadas no mercado, todos os nomes dos produtos Bertin foram mantidos, porque não tinha sentido destruir valor onde havia valor. Então, esse valor que foi pago a mim foi pago... Cada grupo desses tinha três membros indicados para fazerem parte desse comitê, coordenar e regular os trabalhos, como tinha feito e dentro do prazo estabelecido. Foi pago a cada um desses três os 230 mil. Foi a única vez que eu recebi dinheiro da JBS, mas o meu contrato foi feito com o banco, embora quem assumisse a responsabilidade de pagamento fosse a empresa.

Entendeu? Agora, só para esclarecer, eu participei, em 2010, de mais um comitê independente, que não tem nada a ver com esse; em 2011, de outro também.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Perfeito.

Esse contrato que foi feito e esse estudo que foi feito por essas duas comissões, esse contrato, esses documentos foram solicitados à época, quando da delação do Sr. Joesley e tudo isso, V. Sª sabe se isso foi levado à Polícia Federal e ao Ministério Público e se a CPMI já teve acesso a esses documentos aqui, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – O que eu posso informar, na minha cabeça...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Me permite, Senador Ronaldo Caiado? Nós já recebemos – ajude-me aqui, Felipe – várias informações, especialmente sobre essa Operação Bullish. Ainda não, mas recebemos muitas informações e vamos, através de um grupo de WhatsApp, eu me proponho e farei essas informações aos nossos membros.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Muito bem, Sr. Presidente, é um assunto ao qual eu gostaria depois de ter acesso. V. Sª já colocou que foram encaminhados, eu quero ter a oportunidade de analisá-los com a equipe técnica. Também deve haver um parecer por parte ou do Ministério Público ou da Polícia Federal, no acompanhamento dos dados que foram repassados pelo Sr. Joesley na sua delação.

A última pergunta que faço a V. Sª: qual a frequência com que V. Sª despachava com o ex-Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – A frequência normal, como todos os outros presidentes. Eventualmente, em alguns assuntos, ele chamava a equipe técnica. Como relatei, normalmente, a gente faz isso sempre em conjunto, com várias pessoas, não só para receber gente de fora mas quando o Presidente chama, normalmente, nós vamos em dois, três... para receber gente de fora, mas, quando o Presidente chama, normalmente, nós vamos dois, três para que o assunto fique melhor compreendido e seja mais facilmente trabalhado.

Não tinha uma frequência grande, era eventual.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Pois não.

E, mesmo V. Sª não ocupando cargo de diretoria, era chamado com frequência à sala do Presidente?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu não diria com frequência. Todos os presidentes do banco, no tempo em que eu trabalhei no BNDES, sempre tive alguns contatos com eles. Não foi exceção o Presidente Luciano, foi dentro da normalidade.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Deputado Delegado Franscichini, para as suas considerações finais.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, ainda há dúvida, e aí eu uso este tempo até para complementar algumas informações que o Senador Caiado não acompanhou e pode trazer luz em algumas perguntas.

Nós buscamos estabelecer uma linha de depoimento sobre as relações do depoente com a JBS, já que ele era Conselheiro da JBS, indicado pelo ex-Presidente Luciano Coutinho, como Presidente do BNDES, e, ao mesmo tempo em que era Conselheiro e aprovava os investimentos e as ações, ele também era Diretor da área... Diretor não, ele era o chefe do departamento da área internacional, mas que dava o parecer, dentre uma estrutura, para liberação desses próximos.

Então, nós debatemos muito o conflito que há visto que a posição do próprio depoente era a de que ele tinha lealdade com a empresa JBS, colocado por ele mesmo, pelo estatuto, pela Lei das SAs – estou pesando claramente – e não com o BNDES que o colocou, vamos dizer assim, para vigiar o patrimônio público brasileiro pela aquisição do BNDESPAR.

Logo na sequência – aí volto para a minha pergunta –, o senhor trouxe, numa das respostas, que o senhor foi consultor do grupo JBS, já aposentado na fusão entre o grupo Bertin e o grupo JBS. Qual é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o banco internacional que está por trás dessa operação? Porque a nossa informação, via TCU, que foi o próprio... Quem financiou isso tudo foi o próprio BNDES, inclusive o Tribunal de Contas da União, na decisão que o Deputado Izalci trouxe também complementa... Um dos itens lá fim é mais de 1 bilhão do BNDES, fora da época que o senhor estava. Acho que foi na sequência da sua saída, mas 1 bilhão do BNDES.

Sei que não deve ter uma lei de quarentena para ex-integrantes do BNDES, mas o senhor, depois de 30 anos do BNDES, fazer consultoria dessa fusão, quanto o senhor cobrou por essa consultoria e quanto o senhor efetivamente recebeu? Quais foram os contatos dentro do BNDES? Se foi o BNDES? E, se foi outro banco, qual seria a relação? Para a gente entender. Se houve essa, houve outras consultorias do grupo – vamos abrir um pouco o leque, do Grupo J&F, já que a gente vê, nas delações premiadas, que havia habilidade entre os diretores *Holding* J&F, de não aparecer a JBS, mas aparecer uma empresinha que eles compraram não sei onde ela... Contratar ela... Fazer o pagamento. Houve da *Holding* J&F? Por que eu falo isso? E aqui a sinceridade impera, e o senhor já notou o meu comportamento. Nós vamos entrar, com certeza, com o pedido da quebra de sigilo bancário, fiscal, Imposto de Renda das suas empresas e o seu pessoal. A sua explicação agora nos traz luz para depois falarmos: "Não, nos depoimentos dele foi jogo aberto. Ele explicou quanto ele recebeu de consultoria, quais as empresas da *Holding* J&F e

quanto ele recebeu de consultoria, quais as empresas da *Holding* J&F", o que servirá até para o nosso relatório, nós, que estamos na sub-relatoria.

Então, deixo V. Sª aberto para explicar essa consultoria um ano após a sua aposentadoria. O senhor se aposentou em 2008 e, em 2009, foi a consultoria. E quais são os atores envolvidos? Quem o chamou para fazer essa consultoria? Foi o diretor jurídico? Foi o Sr. Joesley Batista? Como é que o senhor foi chamado novamente para o cenário da JBS?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Vou tentar clarear novamente.

Eu aposentei em junho de 2008 e essa operação de fusão aconteceu em dezembro de 2009. Portanto, um ano e meio. As quarentenas normais de banco são de quarenta dias ou quatro meses, dependendo. O máximo que eu conheço são de quatro meses. Tem aí dezoito meses que eu tinha saído.

Essa não foi uma consultoria. Essa foi uma operação de fusão, em que nela não houve a injeção de qualquer recurso de dinheiro de nenhuma das partes, nem da Bertin, nem da JBS, nem do BNDES. Apenas um comitê independente, já que a empresa era aberta, estava num novo mercado. Eu não sei por qual decisão eles decidiram fazê-lo. Fizeram dois comitês. Quem me contratou, quem me selecionou, em um processo seletivo, foi o Banco Rothschild.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Banco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Rothschild. Ele foi quem me fez a seleção. O pessoal veio de São Paulo. Tinha um escritório aqui no Rio, onde várias pessoas foram. O fato de eu ter sido escolhido foi aleatório. Eles convidaram várias pessoas e, por alguma razão que eu não consigo, porque eu não estava decidindo a minha indicação, eles me indicaram. Isso foi feito.

Eu recebi os 230 mil que estão ali. É um contrato assinado por mim com a JBS, porque quem pagou foi a JBS, e está em mão da Polícia Federal. O delegado responsável ficou com esse contrato.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E está declarado?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – E está declarado no meu Imposto de Renda, conforme a lei dispõe.

O BNDES, então, não teve nenhuma participação nesse negócio. Foi um fato isolado da empresa JBS e da empresa Bertin. Ao estabelecer a relação de trocas e o processo ser concluído, os sócios da JBS tinham um número de ações na JBs e os sócios da Bertin tinham outro número de ações da JBS. Ou seja, juntaram-se os dois, decidiram que o nome a ser mantido seria JBS e cada um ficou com a sua quantidade de ações respectivas, em função das avaliações econômicas e financeiras que foram feitas pelos dois comitês independentes e depois a paridade feita pelos dois bancos investidos.

Não sei se está faltando alguma explicação. Eu não gostaria de...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E qual foi a sua participação nisso, nessa operação?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Nessa operação, na realidade...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O banco precisava de V. Sª?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não...O BNDES não estava não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O banco que te chamou.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, faz parte desse processo você ter pessoas experientes, com conhecimento de mercado, com conhecimento da empresa, com conhecimento da legislação da CVM, com conhecimento de bolsa de valores, para que não seja feita uma aberração.

Nós três indicados contratamos escritório de advocacia, outros bancos para fazerem esse trabalho. Esse trabalho existe, esse trabalho está disponível. Eu tenho quase que certeza, não sei pela duração do tempo que já ocorreu, que eles estão disponíveis no *sites* da CVM.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Quem indicou o senhor foi o Grupo JBS e J&F? Quem foi que indicou o senhor a este banco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É isso que a gente está perguntando. O senhor falou o banco. Quem é o diretor do banco?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu cheguei em casa e minha mulher falou assim: "Teve um banco aí que não sei falar o nome que ligou procurando para falar com você. Deixou um telefone e pediu para você ligar para ele." Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O senhor tem o nome dessa pessoa?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – De quando o senhor ligou no banco.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Quando eu liguei no banco, o responsável...Olha, Marcos...Ele é uma pessoa de origem brasileira com japonesa. Eu não tenho o nome aqui, mas, se o senhor desejar, eu posso mandar informar o nome dele, porque eu tenho o cartão dele na minha casa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É importante.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Vocês gostariam que eu mandasse para algum *e-mail*?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Acho que os advogados do senhor poderiam mandar.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu faço chegar ao conhecimento da CPI. Não tem o menor problema.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – A segunda, Presidente, talvez para clarear mais ainda, é uma pergunta do Deputado Wadih Damous. Acertei o nome?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não. É Wadih Damous.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas está no caminho.

Eu queria saber por que o senhor foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal na Operação Bullish.

Porque veja, Senador Caiado, existe motivo de prisão preventiva, de prisão temporária e existem aqueles que são conduzidos coercitivamente, que eu acho que são aqueles que têm que prestar informações que estão no limiar entre serem investigados e terem decretada a prisão ou não. Então, acho que o senhor foi prestar esclarecimento que precisava ser naquele momento.

Qual foi o tema principal das perguntas? Foi essa consultoria que o senhor trouxe? Eu vi que o senhor falou a consultoria...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ...contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O contrato da consultoria, etc. Quais foram as perguntas?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – As perguntas principais voltavam para o tempo que eu estava no banco, se eu tinha participado dessas operações da JBS e se eu conhecia um determinado Ministro, a empresa dele ou o seu...não sei se é gerente ou pessoa responsável pela empresa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual o Ministro, Sr. José?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Antonio Palocci. Eu respondi que eu não o conhecia, nunca tinha visto na vida, não conhecia a empresa e não conhecia a outra pessoa a quem o polícia...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem é a pessoa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Está no meu depoimento. Desculpe, mas eu não lembro o nome.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor não conhecia a pessoa?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. Nunca o vi na minha vida.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor tem conhecimento, também pela mídia – todos nós, por um bombardeio sistemático –, que o Ministro Palocci, que também está em delação premiada, já colocou num dos seus anexos, assumindo as consultorias que ele prestou, que, do desencadear de algumas operações que vêm acontecendo com a JBS, houve o pagamento de uma consultoria ao Sr. Antonio Palocci, às vésperas, de uma grande liberação bilionária do Banco BNDES.

Talvez seja esse o caminho da pergunta.

O senhor foi perguntado sobre isso? O senhor conheceu? O Ministro Palocci falou com o senhor em algum momento do seu trabalho no banco? O senhor tinha relação com ele? Na sua quebra de sigilo telefônico, vão aparecer ligações com a consultoria, com telefone particular do Ministro Palocci?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Fique à vontade porque não vai aparecer nada, porque, como eu lhe disse...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não tinha relação.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – ...nunca o vi pessoalmente e nunca tratei com ele por telefone.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E com o Ministro Guido Mantega o senhor já falou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ...que sim.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim. Ele foi Presidente do Banco.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

O Deputado Hugo quer fazer uso da palavra?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É para um esclarecimento só.

Existem duas áreas no BNDES. O que é o BNESPAR e o que é a área de mercado de capitais? Uma está inserida na outra? Uma consulta a outra? É importante isso até para o esclarecimento, porque senão...uma área está em outra. O que é o BNESPAR? O que significa ele na estrutura do banco e o que significa a AMC, que é a área de mercado de capitais?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Muito bem.

Todos esses bancos de fomento internacionais, eles atuam basicamente em duas linhas; uma cedendo crédito.

Quando você cede crédito, você analisa a capacidade de pagamento daquela empresa.

Eu te dou um financiamento

Quando você precisa de crédito, você analisa a capacidade de pagamento daquela empresa. Eu te dou um financiamento de x reais, você vai ter uma carência de três meses, vai me pagar em dois anos, em parcelas trimestrais. Ou o que seja. Esse é o trabalho maior do banco. O banco faz sistematicamente isso.

Todos esses bancos têm um braço que trabalha no mercado acionário, na parte de investimentos em ações. O nome da empresa do Sistema BNDES que trabalha dentro desse âmbito de mercado de ações chama-se BNDESPAR. Ela existe desde 1975. Foi resultado da fusão de três empresas anteriores.

Por que é que nós chamamos de "área de mercado de capitais"? Nós chamamos de área de mercado de capitais porque é um cacoete interno do banco chamar todas as áreas que estão dentro da BNDESPAR de área de mercado de capitais. É um cacoete. Não existe área de mercado de capitais. Existe a BNDESPAR, que trabalha na área de mercado de capitais. É um cacoete errado nosso. Desculpem-me, mas é o coloquial do dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É esse o esclarecimento: a área de mercado de capitais é o BNDESPAR.

É isso?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – É o BNDESPAR. Fique tranquilo, que é isso.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente...

O nosso levantamento das atas, que eu falei para o senhor que eu levantei... Tive a paciência de levantar todas as atas...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – São 19 atas.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – São 19 atas. Talvez eu não tenha encontrado todas, então.

Quem lidava com o senhor no grupo JBS, aquele do dia a dia. Não era o Presidente Joesley Batista. Era o seu Francisco, o Diretor Jurídico, que fazia os contatos, encaminhava as atas, ou fazia contato telefônico? Quem é que lidava com o senhor no dia a dia?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu não tinha essa vivência diária. Eu tinha as programações que são feitas, das reuniões do Conselho, que têm uma previsão das reuniões normais, e, eventualmente, pode haver coisas eventuais.

Na realidade, deveria haver o secretário que fazia o acompanhamento das...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas alguém ligava e avisava? "Ó, vamos ter reunião do Conselho"? Porque isso é normal...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Ah, sim. A gente recebia...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem era, da empresa JBS, que falava?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não era nenhum dos membros do Conselho.

O Conselho de Administração normalmente tem um secretário. Esse secretário era um funcionário da JBS, que auxiliava. Não era...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E quem é o secretário lá?

Era sempre o mesmo, nesse período todo que o senhor esteve?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu não lembro. Faz tanto tempo... Não quero lhe negar informação, mas não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu acho que o advogado pode complementar depois, também, a...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Se essa informação estiver disponível, Excelência...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, não era com nenhum diretor. O senhor não tinha contato com os diretores da JBS...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não, não. Eventualmente, quando eu ia lá, a uma reunião, encontrava o Diretor, conversava com ele, mas...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas não havia um contato telefônico, troca de mensagens, nada com a Diretoria da JBS?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor estava no Conselho de Administração e não tinha esses contatos com...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Olha... Veja só: o Conselho é uma coisa estanque dentro da companhia. O meu assunto era com a reunião do Conselho. Se o assunto que vinha era uma questão ligada à contratação de empréstimos que, por conta dos estatutos da empresa ou da governança da companhia, era preciso fazer uma reunião para aprovar aquele contrato, eventualmente me ligava alguém da área financeira, um gerente deles e tal, e dizia assim... Se a questão era, sei lá, uma coisa de abrir uma empresa num determinado país, para possibilitar uma melhor distribuição dos produtos da JBS, vinha uma cara da logística, ligava-me...

Então, dependendo da situação, era uma pessoa diferente. A Diretoria não estava no dia a dia. Na realidade, eu tinha reunião com o Conselho, não com os sócios nem com a Diretoria.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quantos membros tinha o Conselho de Administração?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Acho que cinco a seis membros...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, o senhor entendeu a minha pergunta.

Presidente, eu acho que está havendo o contorno... São cinco, seis membros no Conselho. Decisões bilionárias. Aquisições de empresas como a Swift , que dominou o mercado da carne. Então... Por isso é que eu queria que o senhor deixasse consignado, como o senhor deixou: eu não tinha contato com os diretores da empresa. É a sua palavra.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Deputado Francischini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Porque eu fico muito... E aqui eu estou na posição de Relator investigador de uma CPMI. É difícil entender. Por isso que eu queria que o senhor mesmo falasse, para a gente depois poder ter as consequências jurídicas disso.

Eu não tinha contato com os diretores. Imagina se são cinco ou seis votos em um conselho. A minha preocupação é: não tinha contato com nenhum diretor da JBS?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E quem era o Presidente?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, o presidente era o Sr. Joesley Batista, do conselho.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu acho que o senhor está colocando de uma forma bastante inadequada.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor entendeu?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Sim.

O que o senhor está me dizendo... O senhor me perguntou se eu tinha contato... Eu estou falando no meu dia a dia: não. Os assuntos, sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas nesses assuntos sérios, o jurídico não ligou? O Sr. Francisco ligou, dizendo: "Olha, esse assunto é muito sério".

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Com o Sr. Francisco, eu quase não tive relação. Eu devo ter encontrado com ele, em todo esse período da JBS, uma ou duas vezes.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E com os outros diretores que estavam no conselho.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Os outros diretores... Eu acho que estava lá o Joesley. Eu eventualmente encontrava com ele, porque ele ia mais ao banco do que os outros. Com os demais, só na reunião...

Só para sua informação, porque é importante: eu não estava no conselho da JBS quando foi tomada a decisão da Swift.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor havia saído?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Não. A Swift ocorreu, e depois da Swift é que eu fui indicado para o conselho. Eu não tinha como estar lá na...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi a National Beef e a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Na National Beef eu já havia saído do banco.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas do conselho, não.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Houve uma ata na qual foi colocada a intenção da empresa em participar da compra da National Beef, concorrendo com demais empresas do setor que estavam interessadas na compra daquele ativo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito, Deputado Francischini?

Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Presidente, apenas para ficar claro, porque o depoente foi aqui instado, por diversas vezes, a esclarecer o papel dele como funcionário do BNDES, como membro do conselho de administração.

Então, fixaram algumas coisas: era legal a empresa que recebeu investimentos ter, no seu conselho de administração, funcionários indicados pelo BNDES? Era. Já foi esclarecido aqui que era.

Bom, a partir do momento em que isso é legal, que tipo de conflitos de interesses pode-se levantar aqui que pudessem ter havido? É isso que eu gostaria que o depoente esclarecesse, porque ele, ao responder uma pergunta, disse que devia lealdade à JBS. Isso me parece que está sendo interpretado de maneira enviesada aqui. Seria interessante que o senhor esclarece.

Por último, o senhor conheceu o ex-Ministro Guido Mantega? O seu primeiro contato com ele, o seu conhecimento dele, se deu quando ele era Ministro da Fazenda ou Presidente do BNDES?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu vou ler o art. 155 da Lei das S/As:

> Art. 155. O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:
> .....
> .....

E aí há uma série de vedações.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É nesse sentido que o senhor está falando lealdade.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Eu estou repetindo a lei.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Para deixar claro, porque o senhor foi chamado pela matéria – e parece que há gente aqui dentro que comprou a tese da matéria – de agente duplo. Então, há um misto de ignorância e de má-fé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, eu estou lhe dando a oportunidade...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... de deixar isso claro. A sua afirmação é quase uma transcrição verbal e literal da Lei das S/As.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Exatamente.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB - PE) – Eu agradeço. Essa Lei das S/As,

6.404, de 1976, Deputado Izalci... Nós que viemos da contabilidade conhecemos bem o teor dessa lei.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Vamos interpretá-la, então, corretamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito.

O que eu percebi que suscitou muita dúvida foi servir ao Grupo JBS e também a este grande banco público, o BNDES. Eu percebo que esse é o grande conflito. Por derradeiro aqui, Sr. José Cláudio, eu praticamente não tenho perguntas.

Essa grande catástrofe envolvendo o nosso banco público, BNDES, e também o BNDESPar, com esses irmãos Batista, deu-se evidentemente pelo fato de o Brasil ter se tornado sócio desses irmãos. V. Sª, com a capacidade que tem e pela história de V. Sª dentro desse banco, com 30 anos de trabalho nesse banco, chegou, então, a esse cargo tão importante. O senhor acha que, se não fosse a participação do banco nesse grupo, nós estaríamos hoje aqui nesta CPMI? Essa pergunta é só um esclarecimento.

O Delegado Francischini levantou aqui a condição de uma transferência, de um requerimento de transferência, de sigilo telefônico, telemático, fiscal, bancário de V. Sª. Eu confesso, Deputado Francischini, que, no meio desses nossos trabalhos de hoje, eu chamei aqui o nosso assessor – sem querer formar nenhum juízo de valor, mas é a função desta CPMI – e pedi a ele que já elaborasse este requerimento de quebra, de transferência sigilo. Nós precisamos disso.

E a segunda perguntinha é: depois da aposentadoria de V. Sª em junho de 2008, o senhor, então, teve essa intervenção junto a este banco internacional – eu percebo que, atendendo aos anseios do Grupo JBS –, para essa fusão da Bertin... Eu volto a perguntar: depois, então, de 2009 mais precisamente, o senhor manteve contato e encontros... Evidentemente o senhor responde se o senhor quiser. A Constituição é muito clara no seu art. 5º, LXIII – se não me falha a memória –, quando diz que ninguém é obrigado a produzir prova, Dr. Wadih Damous, contra si. A partir de 2009, o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manteve algum encontro, falou com Joesley, Wesley, Ricardo Saud ou qualquer um outro executivo dessa *holding* J&F?

Essas duas indagações eu gostaria de fazer ao senhor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Vou responder primeiro a essa segunda pergunta: não, não mantive. Posso ter um

Posso responder primeiro essa segunda pergunta? (*Pausa.*)

Não. Não mantive. Posso tê-lo encontrado uma ou duas vezes, não sei se num seminário, ou num hotel, em alguma viagem que eu passei, mas, fora isso, não houve nenhum encontro para discutir qualquer tipo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Com quem?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Apenas com o Joesley.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com o Joesley.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Mais ninguém da empresa.

E a primeira pergunta... Desculpe-me, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Foi... Se não tivéssemos a participação do BNDES nesse grupo, se essa catástrofe teria ocorrido no nosso País, esse monopólio da carne, enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas ele responde se ele achar que deve.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Olha só, Presidente: se o senhor já deixou claro que conhece a Constituição... O senhor está fazendo perguntas no sentido da autoincriminação. Embora ele, com toda a lealdade, esteja respondendo com todo o destemor. E, depois, eu queria até um esclarecimento de V. Exª, Presidente, da razão, do porquê da transferência de sigilo. O depoente veio aqui, respondeu a todas as perguntas, com toda a lealdade, não deixou de responder a nenhuma pergunta, e, em troca, vai haver um requerimento, aqui, de transferência de dados sigilosos. Então, eu gostaria de pedir... Gostaria, não: estou pedindo, ao final, a V. Exª o esclarecimento do porquê. Qual é a razão? Qual é a motivação disso?

Nós não podemos transformar esse tipo de procedimento em tábula rasa: quem vem aqui sai daqui, já, com um pedido, com requerimento de transferência de sigilo. Até para nós termos aqui um padrão de procedimento. E essa sua pergunta é de uma carga de subjetividade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu só queria registrar isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Está bem, mas eu respondo e esclareço ao colega.

Primeiro, é uma prerrogativa minha – não como Presidente, mas como membro desta CPMI – elaborar as perguntas que o meu juízo assim determinar. Evidentemente, este requerimento será submetido a este Plenário. Quem vai aprovar não sou eu.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Então, eu gostaria de saber a motivação, Presidente, desse requerimento. A motivação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Volto a repetir: as minhas convicções me levam a imaginar que eu gostaria, sim, de ter essas transferências de sigilo do Sr. José Cláudio.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pela ordem, Deputado.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Só para complementar: eu acho que fui eu que dei início a essa discussão, e V. Exª fez o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu fiz antes. Já havia pedido antes.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu vou assinar. Vou subscrevê-lo.

Eu entendo que a condução coercitiva pela Polícia Federal, motivada, com parecer do Ministério Público Federal, autorizada pela Justiça Federal, e a prestação de consultoria ao grupo Bertin e ao grupo JBS, contratado por um banco – principalmente porque o Tribunal de Contas da União identificou que o grupo JBS usou recursos públicos do BNDES, mais de um R$1 bilhão, para fazer essa aquisição e depois a consultoria –, trazem indícios suficientes. Daí, a meu ver, mas nós vamos votar... Mas são indícios que podem fazer com que o requerimento seja, no mínimo, apreciado.

Então, essa é a minha posição individual. São os indícios que eu vejo e que, com certeza, complementam o que o Presidente falou.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Eu só havia, Sr. Presidente, pedido um esclarecimento quanto à sua motivação, porque, na jurisprudência do Supremo, está assentado que CPI não pode sair pedindo transferência de sigilo a rodo, sem fatos determinados. E eu não quero aqui estar fazendo juízo de valor leviano, mas determinadas decisões do Tribunal de Contas da União não merecem de nós aceitação imediata, por conta dos últimos acontecimentos naquela Corte de Contas.

De qualquer maneira, se o requerimento for formulado, nós o apreciaremos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª manifesta...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Claro.

Eu apenas... É porque o senhor simplesmente disse que faria o requerimento. Eu apenas redargui ou temperei, num sentido: bom, mas sob que fundamentação? Só com base de convicção, Presidente, pelo amor de Deus... Daqui a pouco, com base em convicções, nós vamos colocar gente, aqui, na cadeira elétrica.

Então, essa história de convicção... Pelo menos a minha formação jurídica não admite essa história de convicção. O que eu admito são provas. Fundamentação robusta. Fundamentação lastreada em elementos que estejam nos autos do processo. Convicção me cheira a fascismo. Convicção me cheira a República de Curitiba. Então, eu não trabalho com o conceito de convicção.

Convicção, para mim, é outra coisa. Eu posso ter uma convicção religiosa, uma convicção ideológica, uma convicção sobre um assunto qualquer, mas, no que diz respeito ao mundo do Direito, nós temos que tomar cuidado com convicções. Eu prefiro trabalhar com o conceito de provas. Demonstração. Acervo probatório robusto.

E eu repito: o depoente veio aqui, respondeu a todas as perguntas, com segurança e com absoluta lealdade. Não vamos, Presidente... Não estou dizendo que isso esteja acontecendo. Apenas é uma ponderação, no sentido... Não vamos transformar esta CPI em mais um braço do Estado policial em vigor aqui em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu respeito as considerações de V. Exª, entretanto, eu posso afirmar, Deputado Wadih Damous: eu estou com os meus 57 anos, venho da Contabilidade, do Direito, e há 30 anos administrando empresa. Inclusive, o meu grupo de empresa trabalha com o BNDES. Não é por acaso que eu estou aqui nesta Casa, presidindo esta CPI e tendo criado esta CPMI. Eu não levo em consideração... Não quero levar nem em consideração essa justificativa do Delegado da Polícia Federal, hoje Deputado Federal, com essa larga experiência que o Deputado Francischini tem. Não quero nem utilizá-la. Não sou um investigador, muito longe de ser um Delegado Francischini... E é convicção, diante dos fatos, diante das perguntas e das respostas do Sr. José Cláudio, e o cargo que S. Sª ocupou, ao longo desses anos. Cargo da maior relevância. Ou seja, só nesse período de 2000... Só em um ano e pouco de presidência do Guido Mantega, foram emprestados, a juro subsidiado, R$12,1 bilhões. E, de maio de 2007 a maio de 2016, o BNDES... Aqui uma boa parte com a participação – imagino, não é? – do nosso depoente, o Sr. José Cláudio, adquiriu 8,1 bilhões, em 21,9% das ações desse banco.

Então, eu percebo que necessário se faz... Vamos colocar o requerimento aqui, Deputado, sob apreciação de V. Exªs, e, se for aprovado, o.k. Se não for aprovado, também, paciência. Nós estamos num colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, mais uma vez, eu pergunto ao Sr. José se S. Sª quer responder a esta pergunta.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO REGO ARANHA – Quero dizer que eu não gostaria de fazer juízo de valor sobre essa questão, embora a relação do BNDES seja com uma pessoa jurídica e os acontecimentos estão sendo com pessoas físicas.

Com relação a todo esse volume de recursos, no meu período foram colocados R$583 milhões na JBS. Só isso. Não foi mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço mais uma vez a presença do senhor, a presença também do Dr. Rafael Fagundes e dos demais, da imprensa, de todo o nosso pessoal da Secretaria, do nosso relator *ad hoc*, e encerro a referida reunião.

(*A reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Hélio José, Lasier Martins, José Medeiros, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, João Gualberto, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Rocha, Heuler Cruvinel, João Rodrigues, Hugo Leal, Jose Stédile, Juscelino Filho, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Pedro Fernandes, Delegado Edson Moreira, Paulo Paim, Leonardo Quintão, Raquel Muniz, Dário Berger, Hiran Gonçalves e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Roberto Rocha, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Eduardo Lopes, Fausto Pinato, Renzo Braz, Laerte Bessa, Arnaldo Faria de Sá, Marcelo Squassoni e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva com base nos Requerimentos nº 86, 107, 114, 152 e 169. Oitiva do Angelo Goulart Villela, em atendimento aos requerimentos 86/2017, 107/2017, 114/2017, 152/2017 e 169/2017. **Resultado:** Oitiva realizada, em parte em caráter secreto. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2017** que: "Requer convocação do Sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2017** que: "Convoca Victor Garcia Sandri, empresário, para prestar depoimento à CPMI." **Autoria:** Deputado João Gualberto. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Wadih Damous. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2017** que: "Requer a convocação do sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Delegado Francischini. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2017** que: "Requer transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Claudio Rego Aranha, de setembro de 2007 a junho de 2008." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos.

Cumprimento os nossos colegas Deputados, Senadores, a Secretaria desta CPMI.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em relações realizadas com o BNDES e com o BNDESPAR ocorridas entre os anos de 2007...

... ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízo ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de delação premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

A presente reunião destina-se à oitiva do Procurador Dr. Angelo Goulart Villela e à apreciação de requerimentos.

Portanto, solicito à Secretaria que conduza à mesa o Procurador Dr. Angelo Goulart Villela. (*Pausa.*)

Drª Ângela, se quiser participar da Mesa também, fique à vontade. (*Pausa.*)

Filipe, por favor, coloque uma cadeira. A Drª Ângela, juntamente com o Dr. Gustavo, que está compondo a Mesa, é advogada do Dr. Angelo Goulart.

A Drª Ângela vai ficar ali do lado, mas, se quiser se manifestar, fique à vontade.

Dr. Angelo Goulart, agradeço V. Exª por ter aceitado o nosso convite. Na primeira vez, se não me falha a memória, logo no início deste mês, V. Exª não pôde vir, porque seu advogado estava com outras tarefas, e isso foi entendido por nós. Na segunda vez, o senhor seu pai estava internado no Rio de Janeiro. V. Exª nos mandou um ofício nos comunicando e, inclusive, mandou também um laudo de internação, e foi compreendido por todos nós, especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mim. Hoje, V. Exª disse inclusive que seu pai já recebeu alto, e isso é muito bom. Portanto, agradeço-o mais uma vez.

Agradeço também a presença do advogado Dr. Gustavo Badaró e da Drª Ângela.

Dr. Angelo, o que nos fez convidá-lo para estar aqui são os fatos que a imprensa tem narrado no dia a dia e também o que culminou com o recolhimento ...

O que nos fez convidá-lo para estar aqui são os fatos que a imprensa tem narrado no dia a dia e também o que culminou com o recolhimento de V. Exª à prisão, a denúncia de que V. Exª estava usando do cargo e de informações privilegiadas para beneficiar o grupo JBS e J&F, os irmãos Batista. Também foi dito que V. Exª recebia, através do advogado Dr. Willer Tomaz, que esteve conosco aqui na semana retrasada, numa reunião secreta, pelo fato de o processo dele correr em segredo de justiça, uma mesada no valor de R$50 mil. São esses os dois fatores, as duas causas principais que levaram o Pleno desta douta Comissão a fazer o convite a V. Exª, para que V. Exª nos trouxesse e também à nossa imprensa e ao povo brasileiro informações com relação a essas denúncias imputadas a V. Exª.

Portanto, vejo que, neste dia de hoje, 17 de outubro de 2017, V. Exª, depois de 76 dias preso – se eu estiver enganado, perdoe-me e me corrija –, sem ter sido ouvido por ninguém, tem, neste momento, uma tribuna para que V. Exª possa, então, fazer sua defesa, possa fazer os esclarecimentos que julgar necessários.

Não vou estipular tempo, Dr. Angelo, mas peço a V. Exª que seja o mais objetivo possível. Mas V. Exª fique à vontade!

Portanto, eu lhe concedo a palavra.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Senador Ataídes Oliveira.

Quero cumprimentar o Sr. Deputado Carlos Marun, Relator desta CPMI.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, as senhoras e os senhores servidores, os senhores advogados.

Para mim, Senador, é motivo de muita honra poder participar desta CPMI, porque, sem dúvida alguma, o maior interessado no esclarecimento dos fatos sou eu.

Eu passei, como o senhor bem alertou, 76 dias custodiado, no 19º Batalhão da Polícia Militar, no Complexo da Papuda, sem ter tido oportunidade alguma, exceto uma sindicância disciplinar, para falar sobre os fatos. E eu fiz questão, em que pese o meu processo correr em segredo de justiça... Então, nesse ponto, algumas informações nós teríamos de conversar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma reservada, no momento oportuno, nesta CPMI. Mas aqueles fatos que eu tornei públicos, inclusive em uma entrevista exclusiva à *Folha de S.Paulo*, são fatos, inclusive, que foram rebatidos, como fiquei sabendo pelo ex-Procurador-Geral Dr. Rodrigo Janot, em um jornal local. Esses fatos, sim, eu terei o maior prazer em esclarecê-los de forma minuciosa.

maior prazer em esclarecê-los, de forma minuciosa.

Quero inicialmente pedir, mais uma vez, minhas escusas por não ter podido comparecer na última data designada, mas como o Sr. Presidente já falou eu tive um problema familiar grave que me impossibilitou de comparecer, eu não teria condições psicológicas de estar aqui, e felizmente essa situação hoje já passou.

Antes de entrar nos fatos, quero só me apresentar aos Sr. Parlamentares desta Comissão.

Sou Procurador da República desde 2008. Passei quatro anos e meio no Estado de Roraima, onde exerci, por quatro anos, o cargo de Procurador-Chefe do Ministério Público Federal.

Naquele Estado, fui cofundador do Fórum Permanente de Combate à Corrupção, uma entidade que congrega todas as principais instituições públicas vocacionadas a combater desvios de recursos públicos. Naquele Estado, também, fui Procurador-Geral Eleitoral, atuando nas eleições de 2010. Fui transferido, por remoção, ao Estado de São Paulo, especificamente na Procuradoria da República e no Município de Guarulhos, onde continuei atuando como atuava em Roraima, na matéria criminal – isso em 2013.

Em 2014, fui convidado pelo então Vice-Procurador-Geral Eleitoral a fazer parte do quadro de assessores de Procuradores auxiliares da Procuradoria-Geral Eleitoral, tendo como mote as eleições presidenciais de 2014.

Ingressei, em maio de 2014, na Procuradoria, onde permaneci, mesmo após a saída do Dr Eugênio Aragão para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça do então Governo Dilma Rousseff, na assessoria, a convite do Dr Nicolao Dino, que então o sucedeu no cargo de Vice-Procurador-Geral Eleitoral, até a data de 18 de maio desse ano, quando ocorreu a Operação Patmos da Polícia Federal, na qual fui preso, preventivamente, e por lá fiquei 76 dias.

Pois bem, nesse meio tempo, fui convidado – e deixo isso bem claro – a participar da força-tarefa da Operação Greenfield, que ocorria no âmbito da Procuradoria da República do Distrito Federal com os braços no Rio de Janeiro e São Paulo, pelo então Procurador da República Dr. Anselmo Lopes. Esse convite aconteceu no segundo semestre de 2016. O Doutor Anselmo e eu tínhamos uma relação de amizade próxima, ele frequentava a minha casa. E, em uma dessas confraternizações, ele me perguntou acerca do meu interesse de compor, de vir a compor a força-tarefa. Naquele momento, eu mostrei o interesse a ele de integrar o quadro a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

força-tarefa, mas disse que naquele ano não seria possível, em virtude de estarmos no meio do período eleitoral e eu não teria como quebrar um compromisso assumido com o então Dr. Nicolao Dino de ser o assessor eleitoral naquele ano, mas disse que no ano que vem e especialmente no meio do ano que vem, ou seja, no meio desse ano de 2017, poderia aceitar esse convite porque já estaria findo o prazo de designação para atuar na Procuradoria-Geral Eleitoral.

Pois bem, em fevereiro, aproximadamente início de fevereiro, recebi

Em fevereiro, aproximadamente início de fevereiro, eu recebi um telefonema do Dr. Anselmo, eu estava no gabinete da Procuradoria Eleitoral, indagando se eu não poderia antecipar o meu ingresso na força-tarefa, com a justificativa de que, ainda que eu tivesse um acúmulo de atribuições, ou seja, sem prejuízo das minhas atribuições ordinárias de Assessor Eleitoral, se eu poderia acumular com a força-tarefa, ainda com uma carga de trabalho diminuta. Isso seria imprescindível para que, no meio da metade do ano, ele pedisse a minha desoneração total, para permanecer na força-tarefa, e seria mais fácil conseguir isso por eu já ter ingressado na força-tarefa e trabalhando, ainda que com uma carga diminuta.

Eu entendi as ponderações dele. Disse que dependeria de uma anuência do Dr. Nicolau Dino, que era o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, e de uma consulta à Administração Superior do Ministério Público para saber se havia ou não qualquer tipo de incompatibilidade. Feito todo esse procedimento, ingressei na força-tarefa a pedido do Dr. Anselmo em fevereiro do corrente ano. E, nessa condição, o Dr. Anselmo me deu como encargo eu investigar, eu trabalhar no âmbito da Operação Greenfield em relação ao caso Eldorado Celulose.

Pois bem, ingressei. Em relação a isso, ele me deu algumas peças para eu entender o caso. Essas peças eram de domínio público, porque era a inicial da operação, que foi deflagrada em meados do ano passado; me deu alguns relatórios que já eram públicos e tal, para eu poder entender. Ou seja, eu não tive nem pedi qualquer acesso ao processo, ao procedimento do caso Eldorado no âmbito da PRDF. Com o caso imputado a mim, ele me deu esses documentos e eu comecei, então, lendo esses documentos para entender do que se tratava. Depois disso ele começou a me chamar para participar de reuniões em relação a esse fato.

Pois bem, queria deixar bem claro neste início de conversa: eu não pedi, eu não solicitei em nenhum momento para entrar na força-tarefa da Operação Greenfield e muito menos para atuar no caso Eldorado Celulose. E eu gostaria, se fosse possível, eu faria, que houvesse uma acareação com o Dr. Anselmo Lopes, nesta CPMI, para confirmar exatamente o que eu estou falando.

Quando o Dr. Joesley Batista disse que havia um procurador infiltrado na Operação Greenfield, no MPF, eu me questiono como eu tinha me infiltrado, se em nenhum momento –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a infiltração pressupõe um acordo prévio para você entrar em determinado caso –, em nenhum momento, eu pedi para entrar antecipadamente. A minha perspectiva era para entrar em meados deste ano, e mais, eu não pedi para atuar na Eldorado. Então, essa trama toda já começa a cair por terra a partir desse fato simples e objetivo.

Outro ponto vou deixar bem claro que me foi até indagado em relação

(...) ficar bem claro que me foi até indagado, em relação a essa questão: Olha, força-tarefa... Mas você não tinha que falar com o Anselmo e tinha que se reportar a ele? Deixe-me deixar uma coisa bem clara, que força-tarefa o que faz? Pega um membro do Ministério Público, que é o promotor natural, em razão do trabalho complexo, da força de trabalho necessária, há uma designação de outros membros para atuarem e esses membros passam a ter, doravante, atribuição para atuar no caso.

Diferente é o grupo de trabalho, em que o promotor natural permanece como o único legitimado e o grupo de trabalho vira um assessor. Eles nem têm legitimidade para atuar no processo, pelo Ministério Público, assinando, requisitando petições e manifestações.

Por exemplo, Força-Tarefa, Lava Jato, Curitiba. Dr. Deltan Dallagnol, Promotor natural do caso. Por portaria, atribuiu-se a outros colegas a atribuição para atuar no caso, tanto é que nós vemos outros colegas participando de audiência, assinando, dando manifestação.

Paralelo. Grupo de trabalho Operação Lava Jato, do âmbito do gabinete do Procurador-Geral da República. Você não vê o pessoal do grupo de trabalho assinando peça, participando de audiência, por quê? Porque a atribuição é tão somente do Procurador-Geral da República.

Então, deixo bem claro que eu tinha a atribuição, desde o princípio, para atuar no Caso Eldorado. Tenho atribuição enquanto membro da força-tarefa. Se eu tenho atribuição, eu tenho independência em funcionar, eu tenho autonomia. O fato de ter que conversar com o coordenador da força-tarefa não exime a minha atribuição para atuar no caso.

Isso quero deixar bem claro, pontuar, Presidente, porque houve, por parte do ex-Procurador-Geral da República, uma tratativa de falsear a verdade, quando ele diz que como ele... Aí não fala com ninguém. Como tomou essa iniciativa de não falar com ninguém? Ora, ele está confundindo com o ofício dele enquanto grupo de trabalho, no qual ele é o único legitimado por ser PGR. Na força-tarefa não. Não quer dizer que eu não terei de falar com o coordenador num momento oportuno do meu trabalho. Mas, inicialmente, eu tracei uma metodologia de trabalho, estava disposto a implementá-la e, evidentemente, conversaria com ele assim que tivesse algo mais pontual.

Pois bem, fui preso, passei 76 dias preso, no dia da minha busca e apreensão. Até então, não sabia o que estava acontecendo. Perguntei ao Dr. Ronaldo Queiroz, que é o Procurador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

República que foi acompanhar a busca e apreensão em minha residência, o que estava acontecendo? Havia só um mandado de busca e apreensão, depois um mandado de prisão cuja tipificação... Ou seja, eu não sabia nem dos fatos, só sabia o tipo penal. Como eu sou Procurador da República, operador do Direito, eu sabia exatamente qual o crime que estavam me imputando, que era corrupção passiva, violação de sigilo funcional e obstrução da justiça. Eu perguntei: "Ronaldo, o que está acontecendo?" Ele falou: "Ângelo, eu não sei, eu estava em viagem, cheguei agora do exterior e me pediram só para cumprir esse mandado, acompanhar, para assegurar suas prerrogativas".

Tudo bem. Vi a imputação de corrupção. Foi a primeira (...) ...prerrogativas. Tudo bem, vi imputação de corrupção, que foi a primeira, com a qual me assustei mais. Mas, falei: "Corrupção de quê? Quais são os fatos?" "Não, contrate um advogado que você vai ter acesso a tudo."

O.k. Vasculharam toda a minha residência, inclusive abriram a banheira da minha suíte, uma banheira pequena, aquela banheira de apartamento antigo, abriram até para ver o motor. Não acharam absolutamente nada, nada! O delegado que cumpria o mandato disse: "Mas não tem dinheiro na tua casa?" "Não, o dinheiro que tem é este aqui." Havia, salvo engano, US$600 porque eu tinha acabado de voltar de uma viagem internacional, e havia um pouco de dinheiro. Falei que só tinha aquilo. "Você tem armas em casa?" Falei: "Não, não ando armado."

Apreenderam papeis, documentos, meu computador, meu celular. Apreenderam meu celular e perguntaram qual era a senha do meu celular. Dei a senha do meu celular e, senhores, dei a senha do meu celular por motivo muito óbvio: não tenho nada a esconder e, se eu não desse a senha do meu celular, eles não entrariam de jeito nenhum por esse dispositivo, não entrariam. Dei a senha do meu celular, dei a senha do meu *e-mail* pessoal – do meu *e-mail* funcional eles não precisavam porque teriam acesso pela Procuradoria – e, desde logo, falei: "Olha, coloco à disposição o meu sigilo telemático, telefônico, meu sigilo bancário, o que vocês quiserem."

Eu não sabia até então de onde vinha o crime de corrupção, sobretudo corrupção, porque obstrução de justiça e violação do sigilo profissional é tão absurdo... Depois vou desmembrar isso aqui, mas o que me chamou a atenção, evidentemente, foi o crime de corrupção. Franqueei imediatamente todo o sigilo e pedi para ele: "Ronaldo, eu só te peço uma coisa." Ele estava ao celular o tempo todo, certamente falando com o Dr. Rodrigo Janot. "Eu só te peço para que vocês me ouçam o quanto antes, porque vocês estão fazendo uma arbitrariedade comigo." Ele falou: "Angelo, eu vou dar esse recado."

O.k. Fui levado à Polícia Federal. De lá, fui encaminhado ao 19º Batalhão e fiquei aguardando ser ouvido. Passou uma semana, passou um mês, veio a minha denúncia, e, aí sim, eu tive exatamente a descrição dos fatos que estavam imputando contra mim: corrupção pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suposto recebimento de uma ajuda de custo, ou mesada, como foi colocado, no valor de R$50 mil mensais; violação de sigilo funcional em razão de trazer à parte investigada documento sigiloso – nós vamos, no momento oportuno, aqui nesta CPI, mostrar esse documento; aliás, não é documento e muito menos sigiloso, porque sequer constava, e nem consta, do processo –; e, pasmem, obstrução da Justiça – obstrução da Justiça porque eu estava embaraçando a colaboração premiada que os irmãos Batista estavam fazendo com a PGR.

Estava embaraçando como? Fica incoerente: se eu era um Procurador infiltrado, ou seja, trabalhando para eles, como é que eu estava embaraçando uma colaboração que seria do interesse deles?

... que seria do interesse deles. É uma coisa que sinceramente eu tenho de fazer uma ginástica interpretativa para poder entender. Como eu estaria impedindo a colaboração se a própria colaboração, no momento da minha prisão, já estava feita e homologada, já era um ato jurídico perfeito? Obstrução da Justiça pressupõe, na minha visão pelo menos, um crime de efeito permanente – eu estou obstruindo a Justiça –, pelo menos para fundamentar a minha prisão preventiva, que foi fundamentada na garantia da ordem pública e da instrução criminal. Garantia da ordem pública como? Qual o ato concreto, qual o fato concreto que demonstra que eu tenho reiteração delituosa? Qual o fato concreto que diz que eu estou embaraçando a investigação criminal se já há homologação da delação? Pois bem, foram esses os três crimes que foram imputados.

Eu esperava uma oportunidade, então, de ser ouvido, até porque eu sabia que haveria – pelo despacho do então Procurador-Geral – uma consequente ação de improbidade administrativa. Eu pensei: "Olha, não me ouviu no crime, porque estou preso; enfim, na improbidade administrativa vão me ouvir, eles têm interesse em apurar os fatos". Não. Eles não me ouviram. Curiosamente, pega-se uma inicial e faz lá de improbidade administrativa. Agora, diferentemente da denúncia, já diz que eu tinha uma promessa – uma promessa! – de vantagem indevida, que seria o pagamento de R$50 mil. Na denúncia eu tinha recebido e na ação de improbidade, como não encontraram nada – e nem encontrariam –, já virou uma promessa.

Pois bem, veio a improbidade administrativa. Nesse meio tempo, fui questionado pela minha sindicância disciplinar. "Bom, felizmente, eu vou ter, ainda que no âmbito mais restrito, no âmbito disciplinar, vou ter com quem falar". E fui contar os fatos. Curiosamente fui ouvido por três corregedores auxiliares e falei de forma pormenorizada, como falarei no momento oportuno aqui, citando documentos, citando situações específicas no âmbito da PGR, citando a questão política interna, citando tudo e citando elementos, figuras da Procuradoria e, enfim, de fora da Procuradoria que até então não estavam aparecendo até esse autogrampo ser revelado, acho que em setembro, salvo engano, no final de setembro, em que apareceram alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

personagens. Esses personagens – a CPMI, pelo poder requisitório dela, pode ter acesso ao meu depoimento na Corregedoria – eu citei dia 3 de julho, quando prestei depoimento. Seria muito fácil falar que sabia que o fulano de tal participava. Citei isso dia 3 de julho para os meus corregedores e, finda a minha oitiva na Corregedoria, um dos corregedores falou: "Angelo, é muito coerente a sua história, mas, em relação a essas pessoas, como é que você vai falar?". Eu falei: "Olha, não sei, mas estou dizendo que eles participaram". Enfim, nada como...

dizendo que eles participaram.

Enfim, nada como um dia após o outro, não é? E essa trama vem sendo elucidada até pelo excesso de esperteza, para não dizer outra coisa, dessas pessoas que se autogrampearam.

Pois bem, então eu fiquei esse tempo todo preso. Depois disso foi a única oportunidade que eu tive de falar. O meu processo, a minha prisão foi decretada pelo Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. A minha denúncia, e depois vou mostrar de forma mais pormenorizada, vejam que curioso, coloca como fosse da força-tarefa Lava Jato, Operação Lava Jato.

No primeiro título. Operação Lava Jato. Eu falei: nossa, Operação Lava Jato. O que tem a ver Operação Lava Jato comigo? Operação Lava Jato com Greenfield? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Mas, não sei se por desídia, quero crer que sim, ou por má-fé, quero crer que não, colocaram a Operação Lava Jato para dar um rótulo. E um rótulo para que, nas instâncias competentes, em eventual concessão de liberdade, fossem diminuídas as suas chances. Mas não precisava disso, por um motivo muito claro. Não havia e não há, na minha opinião, um juiz de instância inferior, do Tribuna Regional Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, na minha percepção, que iria contra uma decretação de prisão dada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ora, vamos pegar o caso. Salvo engano, na operação que eu fui custodiado, que fui preso, também foram presas duas pessoas ligadas a um Senador e verificou-se que não tinha necessidade de essas pessoas permanecerem no Supremo Tribunal Federal pelo foro. O que a Primeira Turma fez, que é o correto? Vou desmembrar, mas, antes de desmembrar, vou resolver a prisão. Soltou, deu medida alternativa e tal, e mandou o processo.

No meu caso, o Ministro Relator simplesmente remete o meu processo pelo óbvio de eu não ter atribuição no Supremo Tribunal Federal, mas sim no Tribunal Regional Federal, remete o meu processo para a instância competente que é o Tribunal Regional Federal, só que nada fala em relação a minha prisão. Como eu conseguiria reverter um decreto prisional de Ministro do Supremo no Tribunal Regional Federal? Difícil. E de lá permaneci naquela minha via-crúcis: HC, indeferimento; recurso ao STJ, indeferimento; até que eu cheguei através de uma petição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao Supremo. E a Turma, quando decidiu, optou, decidiu por me soltar, com algumas condições.

O que deixou claro para mim ali? Eu estava sofrendo um procedimento totalmente heterodoxo, e eu vou falar com mais clareza depois. Esse procedimento

com mais clareza depois.

Esse procedimento sequer eu tinha visto pelo menos nos meus quase dez anos de Ministério Público: o MP, quando entra com um HC no STJ, sem ser instado a se manifestar, o Relator não tinha nem recebido a manifestação, o MP atravessa uma petição pedindo a manutenção da minha prisão; ele estava me acompanhando em tempo real; eles não me queriam solto de jeito nenhum. Por quê? Por quê?

Foi um período muito difícil, mas felizmente não há mal que dure para sempre. Eu tinha a absoluta convicção de que o tribunal que me prendeu, pelo Ministro Relator Edson Fachin, seria o tribunal que iria me soltar. Sempre falei isso que o Dr. Gustavo Badaró. Nunca acreditei que seria solto pelo Tribunal Regional Federal, nunca acreditei que seria solto pelo Superior Tribunal de Justiça, sem qualquer demérito a essas instituições. Eu sabia, e era questão de honra para mim, que a minha prisão seria resolvida pelo tribunal que me prendeu. E assim foi.

Então, eu quero deixar bem claro a todos os senhores que, quando tomei a iniciativa de falar abertamente, foi porque eu não tenho qualquer compromisso em esconder nada, a não ser, como já falei para o Presidente aqui, sobre os fatos condizentes com a minha relação que estão em segredo de Justiça. Embora já não haja mais um arqueiro inconsequente, tenho um dever de lealdade às instituições, e eu não vou falar abertamente de matérias sensíveis, que estão em segredo de Justiça, para correr o risco de ser processado por mais uma violação de sigilo.

Com essas considerações iniciais, Presidente, eu me coloco à disposição de todos os senhores para responder quaisquer indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª Dr. Angelo Goulart.

E passo a palavra, então, ao Relator, Deputado Carlos Marun.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Questão de ordem?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para uma questão de ordem.) – É que o depoente fala aqui na questão do segredo de Justiça, que há algumas colocações que não pode fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicamente. Nesse caso, específico, nós passaríamos depois para uma reservada para ele poder falar, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Izalci, vamos começar, então, os trabalhos, vamos ver o que é que o depoente pode nos responder e, se necessário for, eu irei propor ao depoente o Dr. Angelo, se ele estiver disposto a falar um pouco mais reservadamente, nós podemos, sim, com a anuência do Dr. Angelo e com a concordância de V. Exªs, podemos, sim, transformá-la numa reunião reservada. Mas, no início, acredito que nós podemos dar andamento e vamos ver o que acontece.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas eu gostaria de insistir, Presidente, porque muita coisa que ele poderá falar, que não pode falar abertamente já talvez responderia várias questões que seriam feitas agora. Então, sinceramente, para a gente ganhar tempo, eu acho que poderíamos ouvi-lo principalmente quanto ao que é mais importante que é sobre o que ele não falou ainda

(...) ouvi-lo principalmente quanto ao que é mais importante, que é sobre o que ele não falou ainda. Então, acho que seria interessante ouvi-lo para depois iniciar o processo de perguntas, porque muita coisa ele vai esclarecer na fala sobre o que não quis falar abertamente.

Deputado Marun, eu acho que não tem sentido perguntar um monte de coisas se ele vai responder depois, numa reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permite-me, Deputado Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos iniciar os trabalhos dessa forma e se necessário for, eu irei propor a V. Exªs e também ao nosso depoente, Dr. Ângelo. Vamos começar os trabalhos. Vamos caminhando.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, senhor depoente, ilustres advogados que o acompanham; Srªs e Srs. Deputados e Senadores presentes.

Sr. Ângelo Goulart, qual atividade o senhor desempenhava na PGE? O senhor já fez uma... Essa atividade o levava a uma proximidade maior com qual dos procuradores que faziam parte do *staff* mais direto do ex-Procurador-Geral da República, Dr. Janot?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permita-me aqui, caro Relator.

Eu percebi, no início dos trabalhos desta CPMI, que nós estabelecemos alguns procedimentos de que Relator, sub-relatores e o autor do requerimento teriam dez minutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para suas indagações, o depoente teria cinco minutos para resposta, depois o Parlamentar teria uma réplica de dois minutos. Mas eu percebi que a coisa não fluiu muito bem nesse sentido. Eu percebi que nós tivemos uma melhor eficácia ao estabelecer esse relacionamento, esse bate-bola, como se diz, esse pingue-pongue de pergunta e respostas.

Assim sendo, eu proponho ao plenário que nós aglutinemos todo esse tempo, por exemplo no caso de Relatores, sub-relatores e o autor do requerimento por dez minutos, mais cinco, mais dois; são 17 minutos. Esses 17 minutos ficariam, então, sob a responsabilidade do Parlamentar. Inclusive, pedindo respeitosamente aos nossos depoentes – o depoente atual e os demais – a sua objetividade. Eu acho que assim fica melhor.

Eu queria colocar aqui, agora, Relator Marun, esse novo procedimento, e estabelecer esse horário máximo, Deputado Wadih Damous. Assim acredito que fica melhor. Eu queria ouvir rapidamente.

Se V. Exªs concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, vamos usar esse novo procedimento.

Peço desculpas e retorno a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O que é isso, Presidente.

Então, em relação ao... Existia um *staff* de procuradores, provavelmente, e de subprocuradores, mais próximos, digamos. Usa-se muito hoje a nomenclatura de tropa de choque. Então, uma tropa de choque, talvez, do senhor ex-Procurador Janot. Com quem o senhor tinha contato mais direto, em relação a esses que eram mais ligados ao Procurador? Ou o seu contato se estabelecia com o próprio ex-Procurador (...)

que eram mais ligados ao procurador ou seu contato se estabelecia com o próprio ex-Procurador-Geral Rodrigo Janot?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em relação ao ex-Procurador-Geral Dr. Rodrigo Janot, eu o conheci, vamos dizer, de forma mais próxima quando vim trabalhar aqui em Brasília a convite do Dr. Eugênio Aragão, que tem uma amizade, tinha uma amizade com o Dr. Rodrigo Janot de décadas, acho que de mais de 30 anos. E, a partir disso, eu tinha acabado de chegar a Brasília e tinha uma relação muito próxima com o Dr. Rodrigo Janot; frequentava a sua casa eventualmente e fazia alguns almoços; então, nós tínhamos uma relação de amizade. Conversávamos muito.

Depois de Rodrigo Janot, a pessoa com que eu também tinha muita proximidade era o seu chefe de gabinete, o Dr. Eduardo Pelella. Nós tínhamos uma relação muito próxima; nossas esposas eram amigas, eram próximas. Havia o núcleo duro, vamos dizer assim... Com o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vladimir Aras, que era o Secretário de Cooperações Internacionais, também tinha uma relação próxima – não tanto quanto a que eu tinha com o Dr. Pelella, nem quanto a que tinha com o Dr. Rodrigo, mas tinha...

A gente tinha um grupo com que, inclusive, a gente marcava eventos fim de semana, pessoas de fora e estavam dentro da Procuradoria. Mas a relação de amizade mais próxima era, de todos que eu posso elencar, com o Dr. Eduardo Pelella. Mas a com a equipe do Janot como um todo, com boa parte da equipe eu tinha uma excelente relação.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

Eu vou manter também aquele tipo de procedimento: não vou fazer todas as perguntas, porque tem muita coisa com os senhores.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Marcelo Miller só, Sr. Relator, para ele complementar se conhecia, da sua pergunta, para não perder o fio da meada: o Marcelo Miller ele não citou se fazia parte.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Ah, o Marcelo Miler...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim, sim.

Bom, o Marcelo Miller eu conhecia; inclusive, o Marcelo Miller esteve no meu casamento em 2013. Eu conhecia Marcelo Miller mais antes de ele estar na assessoria do Procurador-Geral; nós já tínhamos um contato, porque ele é do mesmo Estado que eu, do Rio de Janeiro; nós tínhamos amigos em comum. E eu conhecia o Marcelo Miller, então, antes de ele estar na equipe do Procurador-Geral.

O Marcelo, durante um tempo, ficou vinculado permanentemente à força-tarefa da Lava Jato, inclusive conduzindo algumas delações, mas, de um tempo pra cá, salvo engano foi em 2016, primeiro semestre de 2016, ele passou a fazer o que a gente chama de atuar em colaboração, que é: ficava com uma designação na sua unidade de origem, no caso dele é no Rio de Janeiro, e trabalhava em Brasília três dias na semana e voltava toda semana.

Então, por conta desse sistema, a gente acabou que perdeu um pouco o contato, porque ele não passava final de semana aqui; mas eu tinha um bom conhecimento dele também.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

Notícias divulgadas na imprensa nos últimos dias dão conta da existência de uma verdadeira "grampolândia" dentro da própria PGR, inclusive com a aquisição de um equipamento tipo guardião, que era utilizado inclusive pelo Procurador para obtenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ilegalmente de informações em relação a outros procuradores, inclusive. Essa é a notícia que nos chega. O senhor tinha conhecimento disso? E, se tinha, quando teve conhecimento disso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, essa reportagem a que o senhor se refere, eu li. Desde que eu estou na Procuradoria – eu estou na Procuradoria desde 2014 – eu não tive notícias específicas ou concretas em relação a isso, mas, assim, sempre eu ouvi um boato de que havia um guardião, que é o nome desse equipamento, comprado pela PGR. Nem sei qual foi o PGR, o pessoal comentava, mas eu nunca tive conhecimento concreto de se isso existia ou se isso era mais uma lenda urbana.

Mas, de fato, uma coisa eu posso assegurar: existiam subprocuradores-gerais, sim, que reclamavam, não sei se de forma procedente ou não, mas que a vida deles estaria sendo monitorada. Isso é um fato real. Agora, se isso passa a ser uma fantasia, ou, enfim, uma elucubração, eu não tenho como afirmar. Do meu conhecimento, eu não tive acesso a qualquer informação de dentro, de que havia esse guardião, se ele existia. Realmente, eu fiquei sabendo de forma mais detalhada pela reportagem que saiu há poucos dias.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

A Drª Raquel, hoje Procuradora, disse à *Veja* que foi grampeada, declarou à *Veja*. O Senhor tinha conhecimento com ela de qual é a extensão e de se ela sabem de quem foi esse grampo, quem foi o autor desse grampo?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bem, em relação à Drª Raquel, deixa eu deixar até bem claro, pontuar aqui que eu não tenho dúvida do que o calvário a que eu fui submetido tem a ver com uma suposta relação que proximidade que me foi imputada junto a ela. Dos três candidatos eleitos na lista tríplice do Ministério Público, Dr. Nicolao Dino, Dr. Mario Bonsaglia e Drª Raquel Dodge, a Drª Raquel era, de longe, a candidata com que eu tinha menos proximidade, de longe. Com a Drª Raquel eu tive um pouco de proximidade maior com ela quando era Coordenadora da Segunda Câmara Criminal do Ministério Público, que é a câmara em que eu atuava, a matéria criminal.

Mas, como Diretor de Assuntos Legislativos da ANPR, eu, juntamente com o Presidente da Associação, o Dr. José Robalinho, nós tínhamos uma interlocução frequente com membros, com os senhores, com Parlamentares, e, nessas interlocuções, nós sempre pautávamos a nossa conversa de manter o que a ANPR zela com todo o cuidado, que é a lista tríplice para o cargo de Procurador da República. Então, eu ouvi naquela época, sobretudo de final do ano para março, abril, muitos Parlamentares curiosos com o procedimento sucessório do Ministério Público. Então, nessa curiosidade, eles me perguntavam quem eram os virtuais candidatos e quem provavelmente estaria nessa lista. E não era nenhuma surpresa que os franco favoritos eram os mesmos que figuraram na lista – talvez em ordem diferente, mas eram os mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eles queriam saber quem era quem. O Dr. Nicolao Dino, por ser Vice-Procurador Geral Eleitoral e por ser também o irmão de um governador de Estado já era uma pessoa mais conhecida, mas a Drª Raquel e o Dr. Mario não eram tão conhecidos, pelo menos por aqueles Parlamentares que conversavam comigo. E eu falava com eles sobre quem era cada um, qual era o grupo político de cada um, enfim, a experiência, a trajetória de cada um no Ministério Público

de cada um, enfim, a experiência, a trajetória de cada um no Ministério Público.

Nunca tive proximidade com a Drª Raquel. Essa questão do grampo de que ela foi vítima, de que teria sido vítima, nós... Isso, salvo engano, já tinha sido ventilado na última, na penúltima eleição ao cargo de PGR, a eleição que trouxe a sucessão, a recondução do Dr. Rodrigo Janot.

Havia, naquela época, um boato de que ela teria sido grampeada. Curiosamente – eu estava já recolhido, estava custodiado no 19º Batalhão –, ouvi uma notícia de que ela voltou a ser, teria voltado a ser grampeada também. Nunca... Em razão da situação, nunca conversei com ela sobre isso, mas o fato é que, por duas vezes, esse assunto veio à tona pela Drª Raquel.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Foi detectado um grampo no gabinete da Drª Raquel, no segundo semestre de 2014. Isso é fato?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Isso é fato. Foi detectado no gabinete, lá na Procuradoria?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É, eu não... É, eu não...

Eu não presenciei, Deputado, Relator, o fato, mas isso foi circulado de forma difusa, no âmbito do Ministério Público.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

O senhor afirmou, há pouco... Suas palavras: "Eles não me queriam solto de jeito nenhum". Por quê? Eu queria que sucintamente o senhor me dissesse por quê.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, vou tentar responder, embora parte da minha resposta... Nós temos que ter uma conversa mais reservada, porque eu teria que entrar em assuntos mais sensíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que deixei claro eu falo, porque já falei isso até na minha entrevista à *Folha de S.Paulo*: havia uma preocupação clara, límpida, cristalina do então Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, com a eleição, com a indicação da Drª Raquel Dodge ao cargo de Procuradora-Geral da República.

Essa preocupação dele, especificamente, se mostrou evidente a partir de várias situações. Uma delas eu posso falar agora, outras eu falaria mais tarde.

A primeira delas – eu já falei isto abertamente –: é fato público e notório no âmbito do Ministério Público que o Dr. Rodrigo Janot e a Drª Raquel tinham políticas, situações políticas antagônicas, eram adversários políticos. Isso é perfeitamente normal; em qualquer instituição pública ou privada, você tem grupos políticos, não é? Até aí não teria qualquer anormalidade.

Ocorre que essa rixa política começou a se traduzir, a se concretizar com determinados atos. A Drª Raquel veio de titular da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, uma Câmara importante. Ela não conseguiu sequer permanecer na Câmara de Coordenação, porque isso era uma eleição do Conselho Superior, e o Dr. Rodrigo Janot certamente tentou, pela sua força política, não indicá-la a permanecer nessa Câmara, o que

não indicá-la para permanecer nessa Câmara, o que, politicamente, faz você perder um pouco da sua visibilidade. O Dr. Rodrigo Janot, numa conversa em minha presença e na presença de poucos colegas, umas quatro, cinco colegas, em outubro do ano passado, deixou bem claro que na política da sucessão ... Como a gente já discute 2018, em 2016, a gente já discutia 2017, que era a sucessão da PGR. Então, ele deixou bem claro que ainda que não tivesse a possibilidade, a força para fazer o seu sucessor, a sua caneta teria tinta suficiente para vetar um nome. E o nome que ele vetaria, isso não precisava falar, seria da Drª Raquel Dodge. Ele usaria o seu prestígio, vamos dizer assim, seja com o Executivo, seja com o Legislativo, na época, prestígio que ainda detinha, para barrar qualquer tentativa da Drª Raquel em se ver indicada na lista.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

O senhor se colocou como amigo do Sr. Janot, do Sr... e do Sr. Marcelo Miller, principalmente, pelo menos foi o que entendi da sua resposta. Podia ser aquele caso em que havia um personagem do Jô Soares em que ele dizia: "Mui amigos", não é? Deixaram-no depois 77 dias preso, sem sequer ser ouvido.

O Sr. Assis, que vai depor aqui amanhã, que já fez delação, afirma que, no dia 20 de fevereiro, teria iniciado tratativas, inclusive na própria sede da Procuradoria, tratativas em relação a uma delação premiada dos irmãos Batista. Esse contato se deu com qual procurador? Existe a possibilidade de uma delação tão forte ter corrido cerca de 40 dias dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Procuradoria sem que o Procurador-Geral tivesse conhecimento disso pela cadeia de transmissão de informações que existe em todas as instituições? Havia possibilidade de que o ex-Procurador, como afirma, só ter tomado conhecimento disso lá pelo início de abril, final de março?

Então, essa é a pergunta que eu lhe faço.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu vou começar a resposta pela segunda parte, Deputado.

Essa é uma questão de interpretação. Eu interpreto a partir do conhecimento que eu tenho da dinâmica da instituição e pelos seus personagens. A delação da Odebrecht, salvo engano, eu não tenho precisão, mas a sua negociação durou seis a sete meses. Não tenho essa precisão. Mas foram alguns meses. Foi um prazo significativo. Ela envolvia 77 agentes. Então, ela naturalmente seria grandiosa, mas não pelo número de agentes, mas pelo número de infrações e de agentes que ela estaria delatando, o que foi grandioso. Eu lembro que, certa vez, no final do ano passado, eu estive na casa do Dr. Rodrigo Janot

Eu lembro que, certa vez, no final do ano passado, eu estive na casa do Dr. Rodrigo Janot e, salvo engano... Não sei se falei isso até na entrevista à *Folha de S.Paulo*, mas eu estive com ele no final do ano passado e o vi visivelmente abatido. Perguntei para ele da saúde, o que estava acontecendo. Ele falou que estava cansado, que já estava contando os meses para poder ir embora – isso era aproximadamente, acho, em novembro mais ou menos – e que ele estava só dependendo de fechar ou não a delação com a Odebrecht para poder tocar o barco para ir embora. E ele deixou uma sinalização bem clara: olha, nós temos um *deadline*, um marco final, em dezembro. Se não chegarmos a um acordo até dezembro, eu vou encerrar as negociações, e o próximo Procurador-Geral que toque se assim entender. Por quê? Porque ele entendia que eles teriam que correr muito no curto espaço de tempo, porque haveria recesso, feriados e tal, Carnaval, para poder apurar com mais profundidade o que a delação da Odebrecht iria trazer à tona.

Pois bem. Então, essa delação da Odebrecht, a negociação foi longa, de muitos meses, pela sua complexidade.

Vamos pegar, então, a colaboração com os irmãos Batista. A data, Deputado, eu confesso a você que só fiquei sabendo da data por conta do depoimento...

(*Soa a campainha.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...de Francisco de Assis no meu procedimento da Corregedoria. Ele teria dito que foi ao Ministério Público em fevereiro, muito próximo ao meu primeiro encontro com ele, salvo engano, na mesma semana. Não tenho certeza, mas, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi na mesma semana, foi muito próximo. Foi ao Ministério Público levado pelo Dr. Anselmo Lopes, então Procurador Coordenador da Operação Greenfield, no âmbito da PRDF. Foi à Procuradoria levado pelo Dr. Anselmo Lopes e lá teria se encontrado com o Promotor de Justiça que é assessor do PGR... Esqueci o nome do Promotor de Justiça.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sérgio Bruno. E com o Eduardo Pelella. Isso teria sido em fevereiro.

Até então, a participação de Marcelo Miller não constava, pelo menos nas declarações do Dr. Francisco, aparente. A delação, diferentemente do que a PGR afirma, inclusive na minha denúncia, que diz que as tratativas iniciaram em 27 de março, se não me engano... Não. Acho que início de abril. Depois eu pontuo essas datas, porque não sou muito bom de data. Eles afirmam na minha denúncia que eles foram procurados pelos delatores no final de março, início de abril – depois a gente vai ver a data –, início da denúncia. Inclusive, está transcrito lá. Só que, no depoimento à minha Corregedoria, eles mesmos – eles, eu digo: Dr. Francisco

eles mesmos... Eles, eu digo, Dr. Francisco de Assis e Dr. Joesley, afirmam que vão à Procuradoria-Geral levados pelo Dr. Anselmo e se encontram com assessores da PGR no dia 20 de fevereiro. Essa diferença de datas talvez tenha como motivo deixar às escondidas, às escuras que, quando houve o grampo, a gravação clandestina do Senhor Presidente da República e do Sr. Senador da República teria acontecido sem o conhecimento, a anuência ou a ciência da Procuradoria-Geral.

Em relação à questão do tempo, eu desconheço, no âmbito do Ministério Público Federal, nos meus dez anos praticamente de Casa, não tenho conhecimento de nenhuma outra delação em tempo recorde, como foi feito, e muito mais, com uma imunidade processual. Eu não conheço. Eu participei de algumas delações em 2003 no ambiente do tráfico internacional de entorpecentes, em Roraima, de operações de desvio de recurso público. Até então não havia nem essa Lei de Organização Criminosa. Usávamos a Lei de Proteção à Testemunha. Eu não conheço nenhum benefício tão grande, tão grande concedido a colaboradores, colaboradores que, na visão do Ministério Público – o que foi colocado na minha denúncia –, eram chefes da organização criminosa.

Para essa expressão "chefe de organização criminosa" eu chamo a atenção, porque, depois, ela foi desmentida pelo Procurador-Geral da República. E é evidente que tinha de desmentir. Por quê? Porque, quando você é o chefe da organização criminosa, você não pode fazer delação premiada.

Então, respondendo objetivamente: a delação da JBS é *sui generis* em todos os seus termos, seja de duração, seja de tempo, seja, sobretudo, de benefícios concedidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, esse depoimento do Dr. Ângelo, em relação àquelas questões que eu estou tocando com mais profundidade com a nossa equipe de relatoria, até agora é o depoimento mais importante para mim. Considerando que, semana passada, não me fiz presente em dois depoimentos, eu gostaria que o senhor dilatasse, pouca coisa, esse tempo, para que eu fizesse mais três perguntas. Daí, as outras perguntas, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Continue, Relator.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, se me permite. O meu advogado acabou de me recordar que eu não respondi por completo a sua pergunta. Faltou a questão sobre se eu tinha conhecimento de que o Dr. Rodrigo Janot tinha conhecimento dessa tratativas.

Bom, eu vou dar a minha opinião a partir do meu conhecimento de como funcionava o gabinete do Procurador-Geral da República. Não tinha como o Marcelo Miller, repito, não tinha como o Marcelo Miller atuar, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, conduzindo uma delação...

no âmbito da Procuradoria-Geral da República, conduzindo uma delação, sem que o Dr. Eduardo Pelella tivesse conhecimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É o chefe de gabinete, mas chefe de gabinete, Senador, V. Exª me permita, chefe de gabinete, em tempos normais, é uma função meramente administrativa. Não. O Dr. Eduardo Pelella era muito mais que um chefe gabinete. O Dr. Eduardo Pelella são os olhos do Dr. Rodrigo Janot. O Dr. Rodrigo Janot não assinaria nada, absolutamente nada se não consultasse, se não trocasse uma ideia com Dr. Eduardo Pelella, que era a pessoa da sua extrema confiança.

Eu falo isso com muita tranquilidade, porque, embora eu não tenha sido chefe de gabinete, eu fui procurador auxiliar do Dr. Eugênio Aragão, e tudo que o Dr. Eugênio Aragão, ou praticamente tudo que o Dr. Eugênio ia assinar, ele me consultava para saber se eu tinha olhado aquilo, se eu dava uma olhada. Era normal isso, não estou dizendo que isso é diferente, muito pelo contrário, você tem um assessor de confiança justamente para fazer essa triagem, para fazer mais um controle. O Dr. Eduardo Pelella era a pessoa do Dr. Rodrigo Janot.

Então, na minha visão – isso, repito, é uma opinião minha, uma opinião pessoal baseada no meu conhecimento dos personagens envolvidos e da dinâmica da Procuradoria – não tem como Marcelo Miller conduzir algo, uma delação, sem que Dr. Eduardo Pelella tivesse conhecimento. E se o Dr. Eduardo Pelella tivesse conhecimento, eu acho muito difícil que o Dr. Janot não teria conhecimento também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Só para eu fazer...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu sou advogado e sou engenheiro, então eu gosto muito da... De 0 a 100, qual é a probabilidade que o senhor vê, dentro da prática do *modus operandi* da PGR no tempo em que foi, que essa equipe exerceu o comando da instituição, qual é a possibilidade de que uma notícia de uma delação de tão elevado nível quanto dos Batistas tenha chegado dia 20 de setembro ao Sr. Pelella, chegou dia 20 de setembro ao Sr. Pelella, e de que o Sr. Janot não tenha disto tomado conhecimento por mais de quarenta dias para frente?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Vinte de fevereiro, não é?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Vinte de fevereiro. E ele afirma, na sequência, que só foi ficar sabendo disso bem à frente, afirma o Dr. Janot.

Qual é a possibilidade de 0 a 100? Mas eu quero que o senhor seja... Eu sei que o senhor não pode afirmar porque o senhor não ouviu o Sr. Pelella, o senhor não estava presente na reunião, até porque eu acho que o senhor não era mais, não tinha mais essa ligação com a turma. Mas dentro da sua experiência... Vai dizer: "Eu não posso afirmar, porque eu não vi". Eu sei que o senhor não viu, nós não vimos, nós estamos querendo aqui saber coisa só que nós vimos. Mas, dentro da sua experiência, qual é a chance, de 0 a 100, que ele não tenha tomado conhecimento disso, sendo que dia 20 de fevereiro o Sr. Pelella já tinha conhecimento dessa intenção e dessa vontade e se iniciavam as tratativas dessa delação?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Já respondendo ao senhor, quero deixar uma coisa bem clara sobre o porquê eu acho, e eu externo a minha opinião, que o Dr. Janot deveria ter conhecimento das tratativas.

Eu deixei bem claro no início da minha explanação que ali na Procuradoria funcionava um grupo de trabalho, que é diferente de uma força-tarefa. Grupo de trabalho são assessores do promotor, do único promotor natural, que, no caso, é o Procurador-Geral da República. Então, enquanto assessor, você tem que ter um dever de lealdade e de informação ao promotor, àquela pessoa que você está assessorando, diferente da força-tarefa, em que todo mundo, embora tenha uma relação continua de informações, mas todo mundo tem atribuição para atuar no caso e vai conduzindo as investigações que estão ao seu cargo.

Pois bem, na minha visão, Deputado, para não

...que estão ao seu cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, na minha visão, Deputado, para não dizer que seria... Como falou, eu não estava lá, não ouvi. Estou falando pela minha experiência.

Eu acho pouco provável, e em termos de percentual, para não ser leviano, eu diria que 90% de probabilidade é de que o Dr. Rodrigo Janot tivesse conhecimento da iniciação, da iniciativa, talvez não de forma pormenorizada – e eu acredito até que não de maneira pormenorizada, pelo menos naquele momento inicial –, mas da tratativa com a JBS. Não teria como... Ainda mais com o que a JBS estava se propondo a fazer.

Chega a ser infantil, ingênuo acreditar que um candidato a colaborador que se predispõe a entregar informações, dizendo... ou provas que envolvessem personalidades políticas tão importantes no País, que esse colaborador assessor não levasse ao conhecimento imediato do único Promotor natural do caso que é o Procurador-Geral da República.

Então, eu diria que 90%. Mas baseado, repito, no meu juízo de valor, em relação a minha experiência, à dinâmica que eu tenho dos fatos. Não tenho qualquer informação privilegiada num sentido ou no outro.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

Dr. Ângelo, o motivo. Eu ainda tenho dúvida em relação a esse motivo, o motivo. Eu entendo que o seu apoio a uma desafeta histórica na instituição do ex-Procurador Janot, o apoio eventual apoio à candidatura da hoje Procuradora Raquel Dodge não seria motivo suficiente para que viesse a ser cometida contra o senhor essa violência que é uma prisão de 77 dias sem ser ouvido.

Isso é uma violência absurda, em relação à qual, de pronto, o senhor tem a minha solidariedade. É uma situação esdrúxula, absurda.

O senhor vê aí algum interesse do Procurador de que, no lugar de V. Sª conduzir esse processo de delação, no lugar de V. Sª, que fosse conduzido pelo Marcelo Miller? Talvez fosse esse o motivo que gerou esse atrito?

Porque... "Eu estou apoiando. Tudo bem, nós éramos amigos e não somos mais..." Mas chegou a um ponto de violência tão grande que teria sido a sua prisão uma forma de proteger o Marcelo Miller? Teria sido proteger não o Marcelo Miller, mas proteger uma relação que se tornou privilegiada através do Marcelo Miller?

Qual é a sua opinião a esse respeito? Por que colocar na cadeia 76 dias porque o senhor apoiou a Raquel Doge é um caso de insanidade mental, é uma questão a ser tratada nos hospitais psiquiátricos.

Eu gostaria de saber da sua opinião a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, a minha prisão por 76 dias sem qualquer possibilidade de falar sobre o fato, de esclarecer – ainda que não mudasse o juízo de valor, mas que desse oportunidade de esclarecer –, foi uma das maiores violências... Foi uma dos maiores violências que eu presenciei no Ministério Público. É fácil falar quando você está na própria pele, mas, o que eu vivi, eu espero que ninguém desta sala aqui possa ter a chance de viver.

A questão do Rodrigo Janot, na minha opinião, Deputado, era muito mais do que uma proteção ao Marcelo Miller. A minha questão em relação ao Rodrigo Janot é que ele precisava deixar bem claro, nesse ambiente em que a gente vive – midiático, de combate desenfreado à corrupção, de queridinho da mídia, de super-herói –, que ele atuava de forma imparcial, que o compromisso dele seria, única e exclusivamente, combater a corrupção, doesse a quem doer.

Ele precisava – e eu fui muito útil neste ponto – demonstrar que não havia motivação política nem interesse de derrubar um Presidente da República. Como ele faria isso? Ora, eu estou entregando aqui – estou cortando a própria carne – um membro do Ministério Público. Quer demonstração mais eloquente do compromisso que eu tenho com o combate à corrupção? Eu estou entregando um par. E esse par, o senhor tem prova de que ele cometeu corrupção?

Aí diz: "Não, tem a declaração lá, de Francisco, de Joesley, dos 50 mil". O senhor tem, então, um documento, um registro. Filmaram gente carregando dinheiro, filmaram gente contando dinheiro. Vocês não viram na mídia qualquer imagem minha em relação a dinheiro. Por que não fizeram isso, então, comigo, se eu estava levando R$50 mil? Por que não filmaram? Por que não fizeram a entrega?

Então, o Janot agiu com o fígado em relação a mim. Agiu com o fígado, porque se sentiu traído. Traído porque eu estaria estaria me bandeando para o lado da arquirrival dele. Como se isso, ainda que fosse verdadeiro, legitimasse uma atuação devastadora em relação a mim. Porque, em relação ao procedimento, ao processo em investigação, eu sei que no final isso tudo vai se resolver, porque eu sei exatamente o que fiz e, sobretudo, sei o que eu não fiz. Agora, o massacre à minha dignidade, isso é irrestituível.

Então, o Janot precisava

na feliz expressão que o Dr. Gustavo Badaró deu em uma entrevista, de um "inocente útil". Não pega aqui fazer processo de vitimização, não. Eu rejeito e repilo esse tipo de adjetivo, mas vamos responder aos fatos como eles são, e, sobretudo, delação premiada é um meio de obtenção de prova e não um meio de prova.

Cadê a prova? Cadê a maldita prova de corroboração da suposta entrega ou promessa de vantagem de R$50 mil? É o quê? É a declaração de Francisco, declaração essa que, na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corregedoria, ele diz que não sabe, que talvez tenha ouvindo de Joesley? Ou seja, ele já muda o depoimento que ele deu, no âmbito da delação premiada, para a PGR. No meu procedimento, ele já diz: "Não, eu não tenho certeza se isso aconteceu, eu acho que eu ouvi isso do Joesley" e um empurra para o outro. Então, assim, é muito fácil depois, Deputado, falar assim: "Angelo, nós erramos. Havia uma suspeita e ela não se confirmou. Volta aqui para o seu cargo. Toca a tua vida." O estrago está feito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu quero lhe fazer mais duas perguntas; eram três, duas.

O senhor tem conhecimento de alguma relação privilegiada entre algum membro da PGR e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Fachin?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Como assim? Relação privilegiada em que sentido?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Privilegiada, diferente da relação de simplesmente conhecimento pela mídia, institucional, através de ofícios, porque essa preferência, que eu penso que é evidente, do Procurador Janot de que esses processos corressem, até em uma situação forçada no meu modo de ver, porque não vejo o Ministro como prevento neste caso. Por que disso, dessa insistência de que isso chegasse ao Ministro Fachin? O senhor tem algum conhecimento de alguma...? É mais sim ou não. Também, se não tiver, eu quero... Porque a mim soa estranha essa insistência para que se buscasse uma relação disso com a Lava Jato e daí, a partir dessa relação, se chegasse a uma prevenção ao Dr. Fachin. Até me estranha o fato de ele ter considerado essa situação como natural, ter concordado com isso que, no meu modo de ver, obviamente, teria que ter imediatamente enviado esse procedimento para distribuição.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, em relação à questão de relação, a única relação, vamos dizer assim, intercessão que havia – nem sei se ainda há – entre o gabinete do Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, e o gabinete do Ministro Edson Fachin era que a esposa do Dr. Eduardo Pelella, jornalista, trabalhava com o Ministro Edson Fachin em uma assessoria de comunicação, não uma assessoria de comunicação formal do Supremo Tribunal Federal, embora ela já tenha sido, na época da Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, mas, como entrou a Ministra Cármen Lúcia, houve a mudança natural que acontece e ela passou a prestar uma assessoria particular ao Ministro Edson Fachin. Essa é a primeira relação de que eu tenho conhecimento. Isso, inclusive, foi noticiado. Eu

... eu já sabia, independentemente, da notícia, mas isso foi noticiado há cerca de um mês em um veículo de comunicação.

O outro...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Débora, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Débora.

O outro fato é que a esposa de um juiz auxiliar do Gabinete do Ministro Fachin – esse fato também foi noticiado, e eu fiquei sabendo... Esse fato específico eu soube pela imprensa, diferentemente do caso da Débora. Esse caso eu só soube pela imprensa: que a esposa de um juiz auxiliar, instrutor, não sei, do Gabinete do Ministro Edson Fachin, promotora de Justiça, foi requisitada para trabalhar no âmbito do Gabinete da PGR – na verdade, com lotação específica na Vice-PGR, mas foi uma designação do Dr. Rodrigo Janot.

São os dois fatos, que já são, acho, de conhecimento público, que me colocam em relação a essa suposta ligação com o Gabinete. Mas mais que isso eu realmente não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Como é o nome dela?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Eu não sei. Da promotora?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Que trabalha na PGR.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Eu não sei... Eu sei que é uma promotora de Justiça, mas eu, sinceramente, Excelência, não sei o nome dela. Eu fiquei sabendo por uma revista. Eu não...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Uma última pergunta eu faço considerando a sua entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, em que o senhor afirma que o Procurador Janot comandava – porque essa história de dizer "chefe", a gente não sabe se é chefe ou subchefe – uma conspiração que tinha por objetivo derrubar o Presidente a tempo de que pudesse haver um novo encaminhamento em relação à sucessão do Sr. Janot, impedindo a atual Procuradora Rachel Dodge de chegar, de estar onde está, ou até fazendo, permitindo que o próprio procurador continuasse à frente dessa instituição. Ou seja, o senhor se refere a isso, que dizer, a uma... O que o senhor tem a nos falar sobre essa situação?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Bem, eu vou ter que responder a essa pergunta em duas partes: uma parte aberta e uma parte reservada, em que a gente vai falar...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Positivo.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Bem, em relação à questão da... Da questão da motivação política, da minha visão, pelos fatos que me chegaram ao conhecimento, com a base empírica que eu tenho, da motivação do ex-Procurador-Geral Rodrigo Janot, ela... Primeiro, tem que ser destacado o seguinte caso: não estou fazendo aqui qualquer juízo – e nem poderia fazê-lo – qualquer juízo de valor acerca da procedência ou não das acusações que foram dadas ao Senhor Presidente da República e aos Ministros de Estado que foram denunciados juntamente com ele. Não estou fazendo qualquer juízo de valor em relação a isso, da sua procedência ou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

improcedência. O que eu estou dizendo é o seguinte – e eu afirmei isso de forma categórica na entrevista à *Folha de S.Paulo* –: não há a menor chance, repito, não há a menor chance de Rodrigo Janot não ter atuado de forma política para derrubar o Presidente da República, independentemente da procedência ou não das acusações – quero deixar isso bem claro –, com vista a impedir

deixar isso bem claro, com vista a impedir que a Drª Raquel Dodge fosse até aquele momento... Como Diretor de Assuntos Legislativos da ANPR, posso afirmar categoricamente que havia uma predileção pelo seu nome, seja por parte da Base aliada do Governo, seja por parte de interlocutores com o Presidente da República. Como chegou ao meu conhecimento, certamente chegou ao conhecimento do Dr. Rodrigo Janot. Então, não há possibilidade de o Rodrigo não ter atuado de forma política para impedir que o Presidente da República deixasse de indicar a Drª Raquel Dodge, e ele precisava derrubar o Presidente em relação a isso. Isso para mim é claro, é cristalino, é tão evidente.

A partir de um conjunto de fatos – alguns eu posso declinar agora; sobre outros vou falar de forma pontual –, a pressa na condução da colaboração premiada... Olha, o Dr. Janot sempre rebate o seguinte: "Nossa! Nós tínhamos um crime em andamento. Por isso que a gente precisava dar aquela imunidade." Mentira. Mentira. Mentira. É mentira! O motivo dessa pressa do Dr. Rodrigo Janot em relação a isso foi a negociação que ele fez com os irmãos Joesley. Eles estavam entregando algo caro, algo valioso. E eles não são bobos.

Na delação premiada, você trabalha com aquela ideia de quê? De máximo benefício com um mínimo de concessão. Ele estava querendo o máximo que ele poderia obter. O máximo que se pode obter num acordo de colaboração premiada é a imunidade processual, que foi o que ele obteve. O preço que ele entregou é um preço significativo. Ele entregou gravações, vamos dizer assim, clandestinas de suposto ato ilícito cometido por Presidente da República, por Senador, enfim... Não vou entrar no mérito desse caso. Então, houve uma clara negociação, e a pressa por causa disso é pelo seguinte: isso foi feito entre fevereiro, março e abril, esses três meses. O Janot tinha até setembro de mandato. Ele tinha pressa. Ele não poderia arrastar uma negociação como foi a da Odebrecht durante meses a fio. Ele tinha pressa em relação a isso. E há fatos paralelos de que eu falo para os senhores e que confirmam exatamente isso, porque eu os ouvi da boca de pessoas, enfim... Mas nós vamos conversar sobre isso de forma reservada.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Da minha parte, eu fico satisfeito neste momento e, obviamente, curioso em relação ao que vamos, na sequência, observar.

Agradeço a contribuição prestada pelo depoente aos trabalhos da Comissão, especialmente aos deste Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só para colaborar com o Relator, que perguntou sobre a questão do advogado, e eu não entendi bem. V. Sª tinha um advogado, Bottini, que, de repente, era o seu advogado... Aí esteve com o Janot naquele encontro, e, no dia seguinte, ele passou a ser o advogado do Joesley. Não sei se... V. Exª falou alguma coisa sobre o advogado...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Aguarde, Deputado Izalci, que V. Exª vai fazer essa indagação ao nosso depoente.

Eu consulto novamente o Plenário se nós podemos continuar com esta reunião aberta. Já temos quórum...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aberta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Aberta?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aberta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, concedo a palavra ao Sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Delegado Francischini, e aqui eu volto novamente à questão do tempo...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou usar menos do que o previsto, Presidente. Poucas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Correto. Mas eu não estou querendo chamar a atenção de V. Exª. V. Exª...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É que eu abusei demais na última e... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É porque o nosso Relator Marun ultrapassou aqui o combinado.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou fazer rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, minhas perguntas ao depoente são no sentido do que ele mesmo vem colocando: não teve a oportunidade de defesa e não foi ouvido. E talvez eu vá dividir minhas perguntas em duas partes: a primeira, em relação às ações do depoente que levaram ao pedido de prisão e à prisão; e a segunda, em relação às gravações do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz a leitura detalhada de todos os documentos que chegaram, inclusive do inquérito do Supremo Tribunal Federal, e acompanhei atentamente o depoimento do Sr. Willer. Participamos das principais perguntas, e continuo com algumas dúvidas. Acho que este é o momento público em que o senhor vai poder também – por muitos estarem com as mesmas dúvidas – saná-las, porque, depois de toda essa apresentação, claro, nós vamos ficar com várias dúvidas.

Bem colocado foi, Presidente, que o promotor natural dessa delação premiada que tem inúmeras autoridades com foro privilegiado era o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot.

Então, a primeira pergunta – e é a dúvida que muitos têm: Procurador Ângelo, tinha autorização a delegação do Procurador Rodrigo Janot para caminhar nesse acordo, nessa proposta inicial de delação premiada com os irmãos Batista?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Posso?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É, eu acho que é mais fácil...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É mais fácil, não é?

Deputado, vamos deixar as coisas um pouco mais claras em relação a isso. Existem duas situações diferentes. Eu não tenho atribuição, e nem poderia ter, de conduzir um acordo de colaboração premiada, nem de iniciar uma conversa que envolvesse autoridade cujo foro não é da minha atribuição. Então, em hipótese alguma, eu poderia me sentar com o Francisco, que foi a única pessoa com quem eu conversei. Não conheço o Dr. Joesley, não conheço o Dr. Wesley, não conheço essas pessoas, não tenho contato e nunca tive qualquer proximidade com eles. Eu não poderia iniciar qualquer negociação, como a gente estava num estágio bem embrionário, para conduzir uma colaboração que envolvesse fatos distintos daqueles que eu estava investigando, que têm o âmbito tão restrito, única e exclusivamente da Operação Greenfield, no caso da empresa Eldorado Celulose. A minha colaboração era tão somente naquele ponto ali. A nossa perspectiva de colaboração seria tão somente aquele ponto, o ponto sobre o qual eu tenho atribuição para atuar.

Se no curso... Vamos dizer que tivéssemos avançado. Se, no curso de uma de uma colaboração dessa, surgissem fatos que envolvessem autoridades com foro por prerrogativa de função, eu não mais poderia atuar no caso. Eu deveria remeter a continuidade dessa negociação ao membro do Ministério Público com atribuição no caso. Se for um caso envolvendo Presidente da República, Senador, iria para o Dr. Rodrigo Janot.

A minha ideia sempre foi, desde o início, discutir única e exclusivamente os fatos investigados no âmbito da Operação Greenfield, que envolvia a empresa Eldorado Celulose. E não poderia ser diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo à pergunta de V. Exª, o Dr. Janot não tinha e nem precisaria ter ciência em relação

o Dr. Janot não tinha e nem precisaria ter ciência em relação a isso, porque, até então, quando houve aquela tentativa – e nós vamos falar isso mais para frente –, aquela insinuação de que poderia trazer informações para fazer uma colaboração, ser candidato a delator, em nenhum momento houve a discussão de que haveria pessoas com prerrogativa de foro ali. Se tivesse, eu não poderia nem iniciar essa conversa.

Então, evidentemente, o Dr. Rodrigo Janot não teria conhecimento desse fato, porque ele não tem atribuição nesse ponto.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Os outros dois pontos, Presidente – e aqui eu pergunto para o depoente –, que estão colocados aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Depois o senhor complementa.

É a questão de se era usual ao Ministério Público Federal fazer delação premiada em contato direto com o escritório ou na própria residência do advogado... Isso não é usual, e foi usado... Um dos argumentos do seu pedido de prisão era sua presença. Era usual, nesses acordos de delação premiada, ir até a casa ou ir até o escritório do advogado? O senhor acha que isso foi um passo adiante e foi usado daí pelo Procurador-Geral? Foi uma infração disciplinar, não foi uma infração criminal? Qual é a sua posição? Porque o Ministério Público usa muito isto de que o senhor avançou o sinal, dizendo que compareceu a uma coisa que não era usual: à casa e depois ao escritório, num almoço com o Francisco, em que houve as conversas sobre uma possível delação premiada.

Vamos lá.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em relação à questão das tratativas de colaboração: quando o Dr. Willer Tomaz, que era advogado da Eldorado – e, a despeito de ser advogado da Eldorado, eu já tinha uma relação pré-existente de amizade com ele –, quando ele soube que eu estava atuando na força-tarefa da Greenfield, ele me mandou uma mensagem e me ligou, pedindo uma reunião com o cliente dele, que precisava falar de coisas muito importantes. Na época eu falei com ele: " Não; tudo bem; vamos marcar." Eu atuava no TSE, na Procuradoria-Geral Eleitoral. Eu falei assim: "Não; vamos marcar no MP; que horas?" Aí ele falou assim: "Angelo, eu prefiro que não seja no Ministério Público, porque a pessoa não quer [a pessoa seria Francisco de Assis] se expor em relação ao Ministério Público."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é um parêntese: quando há um candidato à delação que tem receio que a sua ida à instituição possa começar a gerar especulações de delação, por conta da imprensa enfim, de terceiros, é comum o Ministério Público... Vou citar o caso da Odebrecht: as negociações da Odebrecht com muitos executivos se deu na calada da noite – à noite mesmo, fora do expediente –, na Procuradoria. Disto eu não tenho certeza, mas até se falou no áudio também de uma casa que foi usada para fazer a colaboração de Delcídio do Amaral.

Enfim, não é comum – evidentemente não é comum –, mas, quando o candidato ou o possível candidato coloca um empecilho a comparecer lá por receio de ser identificado, de sofrer qualquer represália e tal, não é incomum você conversar em outro foro. Muito pelo contrário: se você está buscando uma coloração, você tem que fazer com que aquele candidato

Se você está buscando uma colaboração, você tem que fazer com aquele candidato, o possível candidato colaborador se sinta o mais confortável possível. Numa negociação que envolve uma colaboração, você parte de um princípio de uma confiança, você construiu uma confiança recíproca. Depois que você constrói essa confiança, você parte para a questão da negociação. Aí é um jogo de estratégia, de blefe, de persuasão e tal, mas, no início, você tem que demonstrar o quê? Uma confiança naquela pessoa de que ali você pode conversar, que estaria tranquilo.

Então, o primeiro caso, o primeiro encontro que se deu foi no escritório do Dr. Willer Tomaz a pedido do próprio Francisco, que, segundo, foi falar com o Dr. Willer: "Olha, você se incomoda de ir no meu escritório? Ele está aqui." Falei: "Não tem problema. Eu vou até aí." E marquei no escritório, fui lá e conheci; foi quando nós conversamos por não mais de 15 minutos. Nessa conversa, ele deixava bem claro o seu descontentamento com a postura adotada do meu colega, Dr. Anselmo Lopes, que havia, recentemente, pedido a rescisão de um acordo extrajudicial que eles firmaram, lá em setembro, salvo engano, do ano passado, por suposto descumprimento de cláusula contratual. E dizia que o Dr. Anselmo estava, de forma incisiva, cobrando essa revogação desse acordo já que eles estavam se negando a sentar para fazer uma colaboração premiada.

Então, o Dr. Francisco fala isso. E seria muito importante amanhã, ele vindo aqui, vocês o indagassem sobre esse aspecto, e, mais uma vez, Presidente, me coloco à disposição para estar em uma acareação aqui, sem o menor problema.

Dr. Francisco poderia... Ele começou a discutir sobre *valuation*, que era a questão do preço das ações; começou a se apresentar para mim: "Olha, você não me conhece e tal, mas eu sou diretor jurídico do grupo JBS e tal... Nós estamos com um sério problema com um colega seu... " E começou a montar um quadro do que o Dr. Anselmo... Apesar do contato frequente com ele, era uma pessoa de difícil trato. Era muito inciso nas suas cobranças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, um segundo ponto que também é usado pelo Procurador-Geral no pedido de prisão: procedimento colocado como inusual a questão da gravação feita pelo nosso depoente, de uma audiência com o Sr. Mário Celso Lopes. E o encaminhamento, via WhatsApp, para o advogado Willer Tomaz dessa gravação, colocada até pelo advogado, que tinha um texto na sequência, encaminhando esse áudio, eu queria que o depoente comentasse se foi ele, se foi feito no mesmo momento esse texto e se é usual, nesse tipo de acordo de delação premiada, encaminhar... Se ele já tinha feito isso? Porque eu acho que são os dois pontos que ficam da participação do Procurador Angelo e que traz luz para todos nós e traz luz pública também.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Os dois pontos que continuavam em dúvida para todos nós: o porquê dessa gravação encaminhada e o porquê dos encontros no escritório do advogado. Eu acho que de tudo que foi colocado, e bem colocado pelo Procurador Angelo, esses são os dois pontos que nos trazem uma posição realmente sobre a participação dele ou não nos fatos narrados até aqui.

Então, eu queria ouvir sobre a gravação que foi encaminhada para o advogado da J&F, que é o Sr. Willer Tomaz, do Sr. Mário Celso Lopes do Sr. Mário Celso Lopes... E aí a questão: existia nos autos esse texto encaminhado na sequência? Qual foi o objetivo desse texto, Presidente?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Está bem.

Bom, Excelência, vamos inicialmente pontuar uma coisa: o Dr. Willer Tomaz era advogado da Eldorado Celulose, não da JBS. Eu era o procurador responsável pelo processo da Eldorado Celulose.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aqui a gente colocou J&F, que é *holding*, é igual para todos.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

Mas só para deixar isso bem claro. Então, eu estava falando com advogado legitimado para a causa.

Segundo ponto: eu fui chamado para essa reunião pelo Dr. Anselmo. Eu estava no meu gabinete, na Procuradoria-Geral Eleitoral, trabalhando no eleitoral. O Dr. Anselmo me liga e fala: "Ângelo, eu preciso que você venha à PRDF hoje. Eu tenho uma reunião, quero que você participe dela". Ele não falou nem que reunião era. "Que horas?", Não me lembro da hora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reunião – se era 17, 16. Eu sei que faltavam mais ou menos umas 2 horas para reunião, e eu falei: "Anselmo, eu estou terminando um processo aqui com urgência. Talvez eu chegue...".

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Só um parêntese: que dia foi? Que data?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – A data... Foi em março, mas a data.. Eu confesso ao senhor que eu não sou muito bom para datas, mas foi março, seguramente.

Eu cheguei: "Anselmo, eu estou terminando um processo aqui, talvez eu chegue atrasado alguns minutos, mas eu irei". O.k..

Terminei o processo até antes do que eu achava que iria terminar. Dirigi-me à PRDF. Cheguei à PRDF, entrei na antessala do gabinete dele. Cheguei para o servidor dele e falei: "Olha, o Dr. Anselmo está aí?". "Não, está em uma reunião". Eu falei: "Diga que é o Dr. Ângelo. Ele me chamou para uma reunião. Eu não sei se é essa reunião ou se ele está em outra reunião. Mas só diga que eu cheguei. Se for o caso, eu espero aqui, sem problema".

Ele entrou no gabinete. Voltou o servidor, e me mandou entrar. Quando eu entrei, estavam Anselmo, Mário Celso e o filho dele. Eu não conhecia quem eram Mario Celso e nem o filho, Mário Lincoln, se eu não me engano.

Ele me apresentou... "Ângelo, esse aqui...". Ele me apresentou, dizendo: "Este aqui é o procurador que vai atuar no caso da Eldorado e que está atuando conosco agora na Operação Greenfield *et al.*.".

O.k.. Sentamos à mesa, uma mesa redonda. Havia ali não uma tomada de depoimento, como foi erroneamente ventilado – não havia qualquer ato processual em andamento –, o que havia era uma conversa muito informal: o Anselmo, de forma descontraída, conversando com eles – Mário Celso e Mário Lincoln –, falando sobre o caso da Eldorado.

Naquele momento eles estavam discutindo a questão dos valores das ações. O Anselmo dizia que havia uma regularidade. Eu havia ingressado na força-tarefa há pouco tempo – foi em início de março, salvo engano.

Eu peguei meu telefone com uma única e exclusiva intenção de gravar a conversa para ouvir e entender... Eu havia recebido do Anselmo uma série de documentos para eu ler sobre o casual Eldorado. Eu estava com algumas dúvidas, que ali estavam sendo ventiladas. Eu peguei meu telefone, botei – não de forma sorrateira, não – no gravador e botei na mesa. E ele ficou falando, falando, falando sobre a questão da *valuation*.

O Mário Celso tinha acabado de ser preso, em uma fase da Operação Greenfield. Nessa prisão... Ele foi preso, e foi solto logo depois. E havia o bloqueio dos bens de Mário Celso. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

começou a dizer ao Anselmo que não tinha condições de sobrevivência, porque os bens dele estavam todos bloqueados.

Foi quando, a partir daí, o Dr. Anselmo passou a conversar com ele de forma mais incisiva, dizendo que que tinha que falar, tinha que

mais incisiva, dizendo que tinha que falar, tinha que abrir a conversa, abrir a situação, que, nesse ponto, ele poderia ajudar a desbloquear. Ele fala assim: "Olha, eu vou desbloquear a sua fazenda." Salvo engano, ele falou assim: "Vou desbloquear a tua fazenda para você falar." Cadê esse documento? Começou a fazer uma pressão. Nesse momento, eu lembrei, categoricamente, que o Francisco de Assis me falou, no dia no escritório do Willer, que o Anselmo estava fazendo pressão forte em cima deles para fazer colaboração e que com o Anselmo eles não tratariam disso, de forma alguma, por achar que ele é um cara que estava pressionando muito. O.k.

Nesse meio tempo, o Anselmo começou a fazer pressão em cima do Mário Celso. Dado momento, o Mário Celso falou assim: "Eu vou fazer o seguinte: eu vou fazer uma linha do tempo, vou trazer os documentos para você ver, mas eu não tenho que delatar. Você tem que prender o Joesley." Começou a xingar o Joesley, etc. e tal.

Bom, a conversa ali não foi muito adiante, durou mais ou menos, da parte que eu participei, uns 20 minutos, uns 25 minutos. O Márcio Celso encerrou, com o compromisso de depois voltar ao Ministério Público para trazer esses documentos. Fim da conversa, eu imediatamente desliguei o meu gravador.

Ah, só um parênteses: o Mário Celso tinha sido convidado ao Anselmo para lá para prestar um depoimento, ou seja, um ato formal do procedimento de investigação. O Mário Celso compareceu sem o seu advogado. Ele foi sem o advogado. Então, para não perder a viagem, o Anselmo falou: "Não, eu vou fazer uma conversa informal." E foi daí que...

Pois bem. Finda essa conversa – o Mário Celso foi embora –, eu desliguei o gravador e perguntei para o Anselmo, o que posso perguntar na frente dele novamente em uma acareação: Anselmo, essa pressão toda que você colocou nele você acha que vai dar certo? Ele me falou: "Ângelo, não sei. Alguém vai ter que falar." Falei: Sim, você já tentou falar com a outra parte, com a JBS, com o Joesley? "Ah, já tentei mil vezes. Ali não sai nada. Então, alguém vai ter que falar." Ou seja, alguém vai ter que falar. Por quê? A colaboração premiada, na verdade, é um instrumento de obtenção de provas. Como o senhor sabe, investigar é reconstruir fatos, reconstruir fatos a partir de bases empíricas. Então, a delação premiada encurta esse processo. A investigação é um processo de tentativa e erro, tentativa e erro. Você pega uma linha de investigação e... A delação encurta esse caminho. Então, para a gente era de fundamental importância. Aí eu falei: você tem interesse em ainda tentar fazer com... "Não, com eles não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sair nada." Foi quando eu tive a ideia de chegar para o Willer Tomaz e falei: olha, aquele papo que o Francisco falou lá no escritório de que entregariam os documentos, que falarei depois, mas que trariam à baila que o laudo que eles estão dizendo que nós estamos..., a interpretação estaria equivocada, e de possíveis achaques que os servidores públicos nos fundos de pensão estariam sofrendo, ele vai trazer esses documentos? Aí o Dr. Willer falou: "Olha, ele disse que ia conversar com o Joesley para saber, mas, a princípio, vai." Então, você dá o seguinte recado: se ele não falar, ele, de candidato a possível delator, será delatado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – E, na minha percepção, enquanto conduzia a investigação, é eminentemente muito mais vantajoso, no âmbito de revirar os *modus operandi* de como estavam as irregularidades do fundo de pensão, eu conseguir uma colaboração com eles, que é a parte mais forte, que tinha mais elementos, do que com o Mário Celso

uma colaboração com eles, que era a parte mais forte, que tinham mais elementos do que com o Mário Celso, que era um diretor operacional.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor entendeu, não é? O Ministério Púbico usou o Procurador-Geral.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso foi um ato de traição, ou seja, gravar a audiência de um colega, encaminhar para o advogado da outra parte para obter supostamente uma delação. Acho que é por isso que era o ponto que trazia dúvida, ou seja, em que contexto foi feita essa gravação, o encaminhamento, qual era o objetivo, porque a decretação da prisão foi em cima destes dois pontos básicos: a quebra da confiança, como dizia o Procurador-Geral, nessa gravação de um colega e encaminhado para o advogado da outra parte, e a questão do encontro no escritório do advogado, e por isso as perguntas.

Vou finalizar, Presidente, é a última pergunta. É uma pergunta também muito direta e franca que nós fizemos na CPI da Petrobras e que acabou virando uma confusão graúda, se meu colega lembra. O senhor teve contato com alguém, depois que saiu da prisão, interessado nesse depoimento de hoje? Alguém pediu-lhe que viesse fazer esse depoimento e orientou-o com relação a perguntas, a respostas?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ou o advogado relatou que sofreu pressão de alguém para que o senhor viesse?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me. Já posso responder?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Claro!

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não. No início houve uma convocação do meu nome para vir aqui.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não! Eu digo uma combinação da sua presença aqui com relação a perguntas, respostas ...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não! Não!

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... e interesse em seu depoimento tanto para uma lado como para outro lado?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não. E a minha preocupação, Deputado, era justamente, com o devido respeito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é de responder e de falar dos fatos que eu tenho conhecimento, sem qualquer juízo político em relação a isso. Então, não houve combinação. Eu não faria esse tipo de combinação, até porque não estou interessado em defender A, B ou C que estejam envolvidos no âmbito dessa colaboração. Tanto é que na minha entrevista à *Folha de S. Paulo*, em que me foi perguntado da nulidade das provas da JBS em razão dessa questão toda, eu falei: "Olha, não estou preocupado com isso por um único e simples fato: eu não cometi crime algum". Então, se vai anular, se não vai anular, para mim não faz diferença. Então, não tenho qualquer preocupação em dar uma versão que agrade a A, que agrade a B.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, finalizando a pergunta do nosso Relator, Deputado Marun, que perguntou sobre conspiração contra o Presidente da República, eu acho que vou um passo adiante, porque o nosso depoente respondeu que entende que havia uma conspiração para derrubar o Presidente da República. Nessa conspiração a que o senhor se referiu neste depoimento para todos nós havia montagem de provas, havia inclusão de crimes que não existiam, havia gravações ilegais, sem o acompanhamento? Existiam crimes ali não cometidos pelo Presidente da República ou pelas outras pessoas gravadas? Houve a orientação de algum procurador ou do Procurador-Geral no sentido de que essa conspiração não fosse uma conspiração política? A minha pergunta é esta; a conspiração envolvia montagem de provas, crimes não cometidos, interesses além de uma suposta conspiração política?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, é difícil avaliar essa situação. Bom, eu quero deixar claro como ... Vamos pensar como investigadores, não é? Houve um grampo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

clandestino, vamos dizer assim, do Senhor Presidente da República e de um Senador. Aliás, houve de diversas autoridades, mas no início realmente foi ...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor está falando da gravação e não do grampo. A gravação...

A gravação clandestina.

Se pensarmos em botar uma lupa e fazer uma análise retroativa, o *modus operandi* foi muito parecido com a delação do Sérgio Machado; o *modus operandi* foi muito parecido com a colaboração do Senador Delcídio do Amaral e de outras delações que teriam esse tipo de atuação. Alguns personagens, por coincidência ou não, se repetem.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem são os personagens?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – O ex-Procurador Marcello Miller e a advogada Drª Fernanda Tórtima. Pelo menos, eu sei disso porque a própria imprensa noticiou a participação deles e não porque eu acompanhei na época da delação; nada disso. Eu fiquei sabendo única e exclusivamente pela imprensa. Deixar isso bem claro.

Então, uma das coisas que eu até questionei à minha Corregedoria na minha inquirição... Eu falei que, em 2015, 2016, a PGR foi rotulada por muitos Parlamentares, inclusive, por setores da imprensa e por setores do próprio Judiciário, com vazamentos seletivos: o caso da gravação clandestina do Senador Delcídio; o caso do pedido de prisão do Senador Romero, do ex-Senador Sarney e do Senador Renan. Enfim, todos eles não tiveram a participação da Polícia Federal. Foi a colaboração feita só com a gente e levada ao Judiciário para a sua homologação. Fomos rotulados por "n" segmentos de que estávamos vazando de forma seletiva. E eu não conheço um único procedimento, um único procedimento no âmbito da Corregedoria do Ministério Público para apurar se houve ou não uma sindicância para apurar o fato. Eu indaguei isso aos meus Corregedores. E eles falaram: "Ângelo, é muito simples. Como é que a gente vai investigar isso?" E eu falei: "Realmente, é difícil de investigar, mas vamos ouvir as pessoas envolvidas."

No meu caso, é muito fácil, porque o vazamento tem nome e sobrenome. E eu não estou negando nada. Agora, vamos tirar essa questão de que houve uma traição e tal. Espere aí. Colaboração premiada... O âmbito em que se começa uma negociação – e nós estamos vendo por esse autogrampo – já extrapolou e muito o princípio da moralidade, o princípio da boa-fé, o princípio da legalidade, até porque – e eu faço aqui uma uma sugestão a esta Casa Legislativa – nós não temos parâmetro normativo algum do modo de conduzir uma delação premiada. É uma regra de experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, a pergunta era... Eu estou querendo diferenciar uma conspiração política de uma conspiração criminosa. É essa a pergunta. O que eu vi até agora... O senhor disse que a gente tem uma conspiração política. Havia crimes nas gravações, montagens de crimes imputados ao Presidente que ele não cometeu? Alguém foi orientado a mentir... Entendeu?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, isso aí... Entendi.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu quero saber do mérito, porque, na minha visão, até agora, nós estamos num debate de conspiração política da carta que o Presidente mandou. Foi orientado

relação política da carta que o Presidente mandou. Foi orientado para eles imputarem crimes, etc...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Mas isso não é um crime menor. É uma conspiração política comandada pelo ex-Procurador-Geral da República. É isso que nós estamos achando que é uma coisa...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Deixe-o responder.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permita-me. O depoente vai responder, tenho certeza.

O Deputado Francischini deixa claro, Relator Marun, que o nosso depoente já declinou o crime político, de conspiração política, mas ele está querendo ir um pouco além e querendo saber, Dr. Ângelo, se foram produzidas provas para todo esse processo. Mais diretamente, é essa a pergunta, não é, Delegado Francischini?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É, conspiração política, acordo de bastidores. O certo era estar todo mundo preso por conspiração política. Eu quero saber de conspiração crime do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Se houve produção de provas.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vá lá e arme uma mentira contra o Presidente, arme um crime contra ele. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Produção de provas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não tenho conhecimento de qualquer conspiração criminosa envolvendo o Presidente da República ou qualquer outra pessoa envolvida na colaboração da JBS. Não tenho qualquer conhecimento em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito, Deputado Delegado Francischini?

Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA (*Fora do microfone.*) – Presidente, posso me ausentar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Só um minuto, Deputado. O nosso depoente precisa de uma pequena pausa. É só um segundo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos retomar, Dr. Angelo? (*Pausa.*)

Retomando os trabalhos, concedo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, eu imagino que o Deputado Francischini, pelo menos na minha avaliação, esgotou muito das dúvidas que surgiram. Já estou bem informado, porém tenho algumas pequenas dúvidas em pelo menos dez minutos.

Eu indagaria do nobre depoente, nosso convidado: V. Exª passou a trabalhar na Operação Greenfield na primeira fase ou só na segunda fase? Nas duas fases? Então, V. Exª estava desde 2016...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, na segunda fase, eu falei depois.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ah, sim. Então, V. Exª só foi chamado para a Operação Greenfield na segunda fase, em 2017? É isso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em março de 2017.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Para a gente ter uma... V. Exª falou aqui sobre a sua trajetória, só para poder entender.

De 2009 a 2013, V. Exª esteve em Roraima?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Tanto procurador eleitoral quanto...

De 2013 a 2017?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em 2013, eu fui transferido para o Estado de São Paulo, fiquei na Procuradoria da República no Município de Guarulhos, permaneci lá por um ano. Em 2014, eu vim convidado para assumir o cargo de procurador auxiliar do Procurador-Geral Eleitoral, para as eleições de 2014.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em 2014, então, V. Exª se transfere para Brasília para auxiliar o Dr. Nicolau...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, na época era o Dr. Eugênio Aragão...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Dr. Eugênio Aragão, isso em 2014.

A partir de 2014, então, V. Exª passa a exercer suas funções aqui em Brasília perante o TSE?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Perante o TSE. Em 2014, eu fiquei com exclusividade aqui em Brasília, só atuando no TSE.

com exclusividade aqui em Brasília, só atuando no TSE. Em 2015, eu passei a fazer um regime que a gente chama de colaboração. O que é isso? Durante um ano, você permanece com 20% da sua atribuição na unidade de origem. A minha atribuição é uma atribuição criminal. Então, eu ficava segunda e sexta-feira na minha instituição em São Paulo e, terça, quarta e quinta, eu ficava aqui. Fiquei durante o ano de 2015 inteiro dessa forma. Aqui e Lá.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Aqui que V. Exª fala é no TSE?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Aqui em Brasília. No TSE, exatamente, atuando na PGE, que é a Procuradoria-Geral Eleitoral, cumulando com esses 20% de atribuição na unidade de origem, que era a Procuradoria de Guarulhos em São Paulo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Em 2016, eu solicitei que eu ficasse...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Permanente.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Na verdade, foi feito o convite, e eu aceitei, de ficar com a exclusividade novamente, porque eu estava pegando avião toda semana e estava tendo, enfim, problemas até em casa. E eu pedi para ficar de forma definitiva em Brasília.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – A partir de 2016?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – De 2016 até então.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Que mês de 2016? Setembro? Outubro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Em março.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em março de 2016, V. Exª, então, passou a exercer as atividades aqui...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ...exclusivamente ainda na área eleitoral?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Isso.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E também fazendo as vezes na ANPR, que é a Associação Nacional dos Procuradores...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Acumulava.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Acumulava a Diretoria de Assuntos Legislativos, que atuava junto a esta Casa também.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Quando V. Exª fez esse pedido para vir a Brasília, em março de 2016... Quer dizer, no período de março de 2016, até então não havia recebido nenhum convite para integrar nenhuma força-tarefa. Isso só aconteceu quando, por favor?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – A primeira sondagem, vamos dizer assim, aconteceu no segundo semestre de 2016. Já havia a Operação Greenfield, já tinha sido estourada.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, em setembro.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – E, naquela oportunidade, o Dr. Anselmo me perguntou até quando eu ficaria em Brasília. Aí eu falei para ele que a minha perspectiva, pela minha portaria de designação, era ficar até o final da gestão do Dr. Rodrigo Janot, que seria setembro. Então, a partir do meio do ano, no segundo semestre, eu deixaria a Procuradoria. Aí, ele me perguntou: "Olha, eu consigo te deixar aqui pelo menos, no mínimo, por mais um ano, se você vier trabalhar comigo. Você tem interesse?" Aí, eu falei: "Tenho, tenho interesse." Por dois motivos. Primeiro motivo: eu realmente queria ficar aqui em Brasília, residir. Minha esposa já tinha vindo para cá trabalhar no Conselho Nacional do Ministério Público. E eu tinha interesse, sobretudo, porque, profissionalmente, para a minha carreira, Brasília seria bem melhor.

Então, eu falei para ele: "Mas eu não tenho condições de assumir agora um compromisso com você de atuar, porque eu estou em período eleitoral." Nós estávamos das eleições de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"E eu tenho um compromisso apalavrado de que eu ficaria durante toda a gestão do Dr. Nicolau." "Não, não, ano que vem a gente conversa sobre isso. Eu só quero saber se você tem interesse." Eu falei: "Tenho."

E o meu interesse também, em especial, é o seguinte: havia uma resolução, um projeto de resolução no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público que delimitava o prazo de permanência de um assessor deslocado da sua unidade de origem a até quatro anos. Ou seja, você só poderia estar na assessoria, desvinculado da sua unidade, por até quatro anos. Depois disso, você deveria obrigatoriamente retornar à sua unidade. Quando aconteceu essa discussão no Conselho Superior, muito se ventilou

Quando aconteceu essa discussão do Conselho Superior, muito se ventilou, até pela imprensa, que havia aí uma tentativa de obstruir a Operação Lava Jato, porque aquelas pessoas que estavam até então desde o início teriam de retornar à sua unidade de origem. E aí foi sugerido por um Conselheiro do Ministério Público uma cláusula, um parágrafo único dizendo que excetuava, excepcionava esse prazo de quatro anos aqueles que integrassem força-tarefa. Não nominou. Então, para quê? Essa cláusula era justamente para evitar qualquer alegação de que essa resolução atingiria a Lava Jato.

Então, eu tinha uma perspectiva de que eu não poderia ficar em Brasília muto tempo depois. Eu completaria quatro anos logo em 2018, início de 2018. Então, para mim era realmente interessante eu sair da Procuradoria-Geral Eleitoral já numa força-tarefa, porque aí não teria esse problema de prazo. Então, esse convite foi feito no segundo semestre; eu disse que não poderia assumir naquele momento em razão dessa situação das eleições; e que seria reformado no ano subsequente, no caso desse ano. Desse ano eu achava que o convite seria para assumir no segundo semestre como se estivesse atuando. Foi quando o Dr. Anselmo me ligou, me pediu para antecipar a minha entrada.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Exatamente. Essa data em que o Dr. Anselmo ligou – e V. Exª já manifestou aqui, se for necessária até mesmo uma acareação –, ele convidou V. Exª exatamente para ser da força-tarefa especificamente da Greenfield? Foi esse o convite? Foi direcionado?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim. Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Exª não estava mais no compromisso, pelo menos do ano de 2016, já havia encerrado. O ano de 2017, do ponto de vista eleitoral, é um ano mais... Menos arrefecido, não é? Um ano que tem menos debate. Então, V. Exª... É esse momento, é nesse momento... Foi isso quando, em março?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não. Esse telefonema dele foi no início de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Inicio de fevereiro.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Início de fevereiro. Ele me ligou. Eu estava no gabinete. Ele falou: "Ângelo, eu estive pensando de a gente fazer uma coisa melhor. Em vez de você entrar mais para frente, vamos entrar agora, ainda que você..." A proposta dele foi a seguinte: "Você trabalha segunda a quinta na PGE, quinta de manhã; quinta à tarde você vai para a PRDF. Eu já consegui uma sala para você aqui. Você trabalha quinta à tarde e sexta aqui com a gente, porque, com base nisso, eu vou ter como justificar lá na frente o teu pedido de exoneração total para ficar na operação, na força-tarefa." Aí eu disse para ele: "Anselmo, por mim, tudo bem." Porque eu pensei que realmente era mais fácil eu conseguir uma permanência 100% na força-tarefa se eu já estivesse demonstrando que eu estaria participando dessa força-tarefa, e não lá na frente, quando estivesse terminando a minha atuação na eleitoral. Mas eu pedi para ele que eu teria que pedir uma autorização do Dr. Nicolau, que era o meu chefe imediato, vamos dizer assim – eu era assessor dele –, e também da administração superior, na parte da Secretaria Geral, para saber se não havia nenhuma incompatibilidade, já que eu estava cedido da minha PRM lá do Estado de São Paulo para a Procuradoria, para atuar 100% no eleitoral.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eu pergunto a V. Exª por que V. Exª deu ênfase a essa circunstância, porque hoje, com relação, inclusive, à acareação... Porque V. Exª entende que, se indagado, o Dr. Anselmo diz que não fez esse convite – o Dr. Anselmo nega ou diz que esse convite foi uma sugestão de V. Exª.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não. Salvo engano, ele não nega.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não nega?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Ele afirma. Ele confirma o depoimento.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, não. É só para saber isso, porque como V. Exª traz aqui com ênfase, e entendo perfeitamente que, em sendo necessário, faria até uma acareação – e eu entendo perfeitamente a posição de V. Exª –, a minha questão, a minha dúvida seria: será que se então o Dr. Anselmo Lopes nega que tenha feito esse convite...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, não. Está inclusive no depoimento...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não nega. Perfeito.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – É porque quando eu falo, Deputado – desculpe pela licença –, em É porque quando eu falo, Deputado – desculpe, perdão, licença –, em ênfase na acareação, é porque eu não tenho que esconder nada. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito. Eu imaginei que, em algum momento, pudesse haver algum tipo de negativa.

Com relação aos encontros feitos de V. Exª com o advogado Willer, acho que o Deputado Francischini já fez as perguntas mais direcionadas, mas eu indagarei apenas três aqui, que eu acho que são importantes.

Há quanto tempo o senhor conhecer o Dr. Willer? Desde que veio aqui para Brasília?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Desde que eu vim para Brasília, em 2015, dois mil e... Eu conheci o Willer através de amigos em comum. A gente teve uma festa de aniversário de uma amiga nossa, em comum, e essa festa foi no escritório dele aqui em Brasília. Ele cedeu o espaço. E aí todo mundo é do meio jurídico, nós começamos uma relação de amizade, salvo engano, em 2015 ou início de 2016. Não me lembro perfeitamente, mas tem uns dois anos, aproximadamente. A minha esposa ficou amiga da esposa dele, enfim. Permaneceu uma relação de amizade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Depois do fato em si, da Operação Greenfield, eu lembro que ele esteve aqui. O Dr. Willer esteve aqui e disse que foi contactado pelo ex-Presidente da OAB, que levou até ele o Dr. Francisco para poder fazer o acordo, uma contratação, e ele assume então a advocacia – pelo menos assim foi direcionado – da Eldorado no caso específico da Greenfield, o que era uma das discussões, que obviamente foi parte da segunda fase da Operação Lava Jato. Quando o Dr. Willer fez contato com V. Exª, ele explicou os motivos pelos quais ele foi contratado pela Eldorado, ou seja, pela representante da Eldorado, pelo Dr. Francisco? Ele justificou de alguma forma ou não fez nenhum tipo de comentário?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não fez nenhum tipo. Só perguntou... A primeira vez que ele tocou nesse assunto, ele perguntou pelo Dr. Anselmo: "Você conhece o Anselmo, Angelo?". Eu falei: "Conheço, é meu amigo. Por quê?". "Como ele é? Ele é uma pessoa difícil?" – querendo confirmar se o Dr. Anselmo era uma pessoa de difícil trato. Eu falei: "Que eu saiba, não. Eu nunca trabalhei especificamente com ele, vou trabalhar agora, mas como relação de amizade, é uma pessoa muito tranquila". "Você vai trabalhar agora na PRDF?" Eu falei: "Vou, vou estar na Operação Greenfield". Foi quando ele falou: "Eu entrei agora nessa operação e as informações que eu tenho do Dr. Anselmo são de que ele é uma pessoa muito difícil". Eu falei: "Olha, Willer, eu não conheço o Anselmo como colega de trabalho, mas eu não acredito que seja uma pessoa assim, difícil, não". Ele não comentou em que termos, como, de que modo, foi feita essa contratação.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O Dr. Anselmo Lopes então era o responsável pela operação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ele era o promotor natural e, por conta disso, foi ungido a coordenador da força-tarefa.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E quantos encontros V. Exª teve com o advogado Willer Tomaz nesse período, para se tratar da Greenfield? Um deles já foi mais divulgado, quando V. Exª esteve com ele e com o advogado Dr. Francisco.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Me parece que esse episódio foi gravado, de alguma forma, foi pelo menos informado aqui pelo Willer. Além desse encontro existiram outros encontros, no escritório ou em outro ambiente?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Me permite, Deputado Hugo?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Só para completar um pouquinho, Dr. Angelo. V. Exª chegou a esta Operação Greenfield antes do Dr. Willer se tornar advogado da Eldorado Celulose ou depois? advogado da Eldorado Celulose ou depois? E foi V. Exª que indicou o Dr. Willer para advogar para a Eldorado? Eu só queria esse complementozinho.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Então, vamos começar por aqui. Se eu não responder à pergunta do senhor, o senhor me lembre.

Eu cheguei à Operação Greenfield... O convite foi no segundo semestre, mas a antecipação e o início de formalização da minha designação, por portaria, foram em fevereiro, bem no início de fevereiro. Lógico, nesse ponto, eu já estava atuando, porque já me deram muita coisa para ler, para participar de reunião e tal, mas a portaria saiu em meados de março, salvo engano. Só que eu já estava trabalhando informalmente, vamos dizer assim, antes, pela própria designação do Anselmo. O Dr. Willer me falou da Eldorado, que ele estava como advogado da Eldorado, eu boto aí uns 15 dias depois, sei lá, mais ou menos, um tempo depois. Eu não lembro as datas, mas eu tive conhecimento de que ele entrou... Quando ele entrou na Eldorado, eu já estava na Procuradoria...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele entrou, então, depois de fevereiro, depois que V. Exª já tinha assumido a força-tarefa?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Eu não tenho... Quando ele me falou... A primeira vez que ele veio perguntar para o Dr. Anselmo, que ele falou em advogado... Eu já estava atuando, vamos dizer assim, na força-tarefa. Então, foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Depois da chegada de V. Exª?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Foi indicação de V. Exª o nome dele?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Quem? O Dr. Willer? Não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Para advogar.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – De forma alguma. Não foi indicação. Eu nem conhecia Francisco, Joesley e Wesley. Conheci o Francisco... O meu primeiro contato com o Francisco, dos dois únicos, foi no escritório do Willer, ele já contratado – pelo menos, se apresentou como contratado. Com o Francisco. Isso foi final de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, é porque...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA. *Fora do microfone*.) – E a segunda vez?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – A segunda vez foi num jantar que teve a pseudo ação controlada em 3 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Deputado Hugo, e vou lhe repor o tempo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Na realidade, é exatamente essa a linha de raciocínio. A linha de raciocínio é essa. É só para deixarmos muito claros os fatos aqui, até porque nós tivemos oportunidade de tomar a oitiva do Dr. Willer, que fala mais ou menos dentro desses termos, para ficarmos um pouco mais objetivos, para demonstração de que não há nenhum tipo de conluio nesse sentido, pelo menos.

Dr. Ângelo...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, só me permita...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Pois não, claro.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – O Dr. Badaró me alertou uma coisa. No próprio depoimento do Dr. Francisco, ele afirma que o nosso encontro, o nosso primeiro encontro, ocorreu... Não sei a data que ele fala...

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Se me permitem?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Pois não. Por mim...

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Só para esclarecer, porque está nos autos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Francisco confirma no depoimento dele que esse encontro primeiro que se deu no escritório do Dr. Willer Tomaz ocorreu – aí a expressão dele – uma ou duas semanas depois que já havia contratação formal, contrato assinado. Ele também esclarece – tanto ele quanto Joesley – quem foram as pessoas que fizeram as indicações para que o Dr. Willer Tomaz fosse contratado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito. Perfeito. Eu já estou satisfeito.

Eu só queria fazer mais uma pergunta mais de caráter subjetivo, que também acho importante.

V. Exª tem um texto ou pelo menos uma publicação que é "Delação premiada como instrumento eficaz de obtenção de prova no combate ao crime organizado", em 2016. Provavelmente, talvez hoje V. Exª possa falar muito melhor sobre delação premiada, sobre colaboração que em 2016, quando o instituto estava sendo consolidado. Um dos elementos desta Comissão Parlamentar

de Inquérito, além de outras investigações... A mim coube, aqui, a sub-relatoria sobre a questão do grupo J&F na área previdenciária, na área fiscal e de concentração de mercado, mas outros dos objetivos também são avaliar essa circunstância da colaboração premiada, aperfeiçoar a legislação, dividir essas definições da colaboração ou os elementos, os atores que podem fazer a colaboração e quem pode conduzir essa colaboração. V. Exª sabe muito bem que isso é uma das principais dificuldades, hoje, com relação ao Ministério Público, Controladoria, Tribunal de Contas da União, todos os atores que se apresentaram nesse tipo de ação.

Independentemente de ser hoje, aqui, mas posteriormente, V. Exª entende que poderia ainda colaborar também para que o instituto da colaboração premiada seja aperfeiçoado? O texto escrito em 2016, e a experiência infeliz, vivida por V. Exª, poderia conduzir nesse sentido?

E uma última pergunta: V. Exª já prestou algum depoimento no processo do qual foi originária sua prisão?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Vamos começar pela segunda.

Não. Não houve nenhuma tomada de depoimento...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não foi trabalhado nenhum depoimento? Nem o contraditório? Nada?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não houve, Deputado, sequer audiência de custódia no meu caso. Uma garantia assentada... Nós conversamos em termos de garantia de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Então, não houve nenhum depoimento de V. Exª, nem Polícia Federal, nem Ministério Público, nem Supremo...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Nada. Nada.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Perfeito.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em relação à questão de contribuir com o aprimoramento necessário, diga-se de passagem, da legislação sobre colaboração premiada, é evidente que me coloco à disposição. Mas, quero dizer a todos aqui, com muita felicidade, que meu advogado, Dr. Gustavo Badaró, um dos maiores processualistas penais do Brasil, titular da USP, está reescrevendo um livro que aborda o fato. Então, sem sombra de dúvida, ele tem a contribuir muito mais do que eu, pela expertise, experiência e conhecimento jurídico que ele tem. (*Pausa.*)

Ah, o Dr. Gustavo pediu para deixar bem claro, frisar, o seguinte: a nossa legislação, hoje, deixa um espaço, uma zona cinzenta, quanto ao modo de como você deve agir na colaboração premiada. Então, nós estávamos falando aqui – não sei se foi o senhor que falou ou outro Deputado: "Ah, isso não foi uma traição você usar uma gravação para forçar o outro a fazer colaboração ou realizar no escritório?" Olha, primeiro, não há nenhum dispositivo normativo que diga: a colaboração premiada só pode ser feita na sede da polícia, ou do Ministério Público, ou enfim... Não há esse tipo de ato normativo. E nem há que ser feita fora da unidade, ter que ser reportada, transformada em ata... Nada disso. Hoje, há uma completa zona cinzenta em relação a isso.

E eu falo isso e fico bem à vontade porque nós precisamos, realmente, deixar isso bem claro na legislação, e até mesmo os atores ou operadores que conduzem essa colaboração premiada.

O Procurador-Geral da República, à época, agilizou uma ação declaratória de inconstitucionalidade sobre uma lei, a lei de colaboração de premiada, de combate ao crime, até querendo extinguir, impossibilitar que a Polícia Federal fizesse o acordo de colaboração premiada. Isso foi até um... Na época, eu, como diretor de assuntos legislativos, nós sofremos muitas críticas por parte de alguns Parlamentares, sobretudo por parte da ADPF, que é a

Associação de Delegados da Polícia Federal e tal.

Veja agora, passando por tudo o que eu passei, eu tenho uma visão, vamos dizer assim, diferente do que eu tinha à época no caso. Eu acho que você tem que ter mecanismos de controle em relação a essa negociação, tem que ter. Você tem que ter parâmetros normativos e balizas para saber até aonde você pode ir, até aonde você não pode ir. Isso está claro. Isso é evidente, Só que isso, até então, era uma coisa, e nós presenciamos a necessidade, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momento em que estamos vivenciando esse caos do autogrampo, que mostra como foi, vamos dizer assim, arrojada essa negociação. Então, a gente precisa ter realmente parâmetros normativos. E a Casa Legislativa, os senhores podem aprimorar em relação a isso.

A questão hoje é uma zona cinzenta. A gente só sabe dos requisitos, que o juiz vai verificar a voluntariedade, a legalidade, mas você não sabe de que forma foi conduzida, de que forma foi negociada, da pressão e tal. Quem atua em investigação, seja delegado de polícia, seja Ministério Público, sabe que você tem ali um jogo, é como fosse um jogo de estratégia, é um ato negocial. Você tem que, primeiro, ganhar a confiança da pessoa. A partir do momento em que você tem a confiança da pessoa, você tem que começar a negociar.

No meu caso específico, eu tinha, vamos deixar bem claro, o policial bom e o policial mau. Quem era o policial mau? O Anselmo. O Dr. Francisco deixou claro que com ele era duro, ele era isso, era aquilo e não produzia. Eu me apresentei como uma pessoa diplomática, que queria ouvir, que queria tentar resolver a situação. Para quê? Para ter uma confiança e, a partir daí, desenvolver um início de tratativa. Tudo isso tem que ser avaliado. Agora essa questão realmente precisa de um aprimoramento legislativo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Presidente, estou satisfeito.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado do Rio de Janeiro, Wa Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Wadih Damous. Estou ajudando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Interessante Deputado que o nosso...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Meu nome cada dia muda de pronúncia, Presidente. Eu sou um nome móvel.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Camaleão. Um nome camaleão.

O Dr. Ângelo deixa muito claro – e aí tem tudo a ver com a sub-relatoria de V. Exª – que há uma zona cinzenta no instituto de delação premiada, o qual tem a minha admiração. Mas nós vamos ter que olhar onde está essa área, essa região realmente obscura. Eu tenho certeza de que as mãos de V. Exª trarão a este Plenário coisas boas nesse sentido.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – É exatamente sobre esses aspectos que eu gostaria de me dirigir ao depoente, Sr. Presidente.

O depoente aqui, em relação a todo o seu relato, no que diz respeito à delação premiada ou à colaboração premiada, faz observações muito importantes que ratificam o entendimento que eu tenho acerca da necessidade de uma melhor regulamentação desse instituto. Então, é em relação a essas questões que eu quero me dirigir ao depoente, que deixou claro aqui, com toda razão, que há uma zona cinzenta, há regras que

...de que há uma zona cinzenta. Há regras que vão sendo construídas no calor dos acontecimentos, embora tenhamos uma Constituição, embora tenhamos um Código de Processo Penal, embora tenhamos um Código Penal, embora tenhamos a própria lei de organização criminosa, que prevê a hipótese de colaboração premiada. Mas o que nós estamos assistindo aqui são procedimentos que vão sendo adotados no calor da hora. Então, nesse sentido, a primeira indagação que faço ao depoente é: o Ministério Público, Dr. Angelo, tem um protocolo, uma espécie de manual de orientação para os procedimentos de colaboração premiada?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não. Não há protocolo, não há qualquer ato normativo, pelo menos à época em que eu estava exercendo minhas atividades. Eu ouvi dizer que, no apagar das luzes da gestão do Dr. Rodrigo Janot, houve um código de conduta, vamos dizer assim, mas eu nem tive acesso a esse código, isso foi agora em setembro ou agosto de 2017. Até então, não há, nunca houve qualquer manual de procedimento de boa prática em relação à colaboração; isso fica a critério exclusivo do membro que está atuando no caso. Então, aí sempre você atua numa zona cinzenta, no limite da lei. Por isso, a importância de deixarmos claros alguns parâmetros, sobretudo, Deputado, a negociação.

Uma coisa é a imagem em que você vê o Joesley prestando depoimento, o Dr. Francisco prestando depoimento ali, e o procurador perguntando. Isso aí é a mera tomada de depoimento. A negociação é antes, não é gravada. Aí é que o ambiente pode melhorar em termos de controle e parâmetro normativo. Eu não tenho como avaliar como foram as delações feitas por vários colegas. Acredito que todas elas, até então, são perfeitamente hígidas e dentro da legalidade, só que você não tem como foi feita, se foi mais arrojada, se foi mais calma, com voz passiva. Nisso ainda há um âmbito de discricionariedade muito grande dentro do Ministério Público.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Talvez não fosse... Presidente, já estou pensando aqui num possível requerimento à Procuradoria-Geral da República, caso, de fato, haja esse código de conduta, que nos seja fornecido, mediante requerimento. É importante nós termos conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez não fosse o caso, Dr. Angelo, já que o senhor, antes de ser vítima de uma delação irresponsável, enfim, se debruçou sobre o assunto doutrinariamente, que participasse das tratativas de colaboração... Órgãos ou representantes desses órgãos, por exemplo, o Conselho Nacional do Ministério Público indicaria alguém para participar, o Conselho Nacional de Justiça indicaria alguém para participar, a Defensoria Pública da União indicaria alguém para assistir à tomada desse depoimento?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – A Polícia Federal...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Representantes, caso, de fato, fique chancelado que cabe ao Ministério Público conduzir a negociação coletiva, representantes da Polícia Federal. O que o senhor acha?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, eu...

O que o senhor acha?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, eu preciso pensar a respeito. Eu nunca pensei nesse ponto. Eu concordo com o senhor. Quando você coloca pessoas envolvidas, mais pessoas envolvidas nessa negociação...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Teria o papel apenas de assistir e depois fazer um relatório se de fato os procedimentos foram adequados etc.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – E você ter um controle da voluntariedade, que hoje talvez seja a principal divergência no âmbito de uma colaboração, o requisito da voluntariedade. E você vai ter uma possibilidade de obter um controle maior. Mas, a partir do momento em que você amplia o número de participantes de uma negociação de colaboração, você também potencializa o risco de vazamentos. Então, você tem que trazer elementos que possam conjugar, a transformar o risco mínimo de vazamento, mas com controle dessa negociação.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – O senhor sabe informar se há cursos, se o Ministério Público oferece cursos ou se seus membros já tiveram cursos a distância, por exemplo, na Itália, no FBI, no departamento de justiça americano, cursos de delação premiada, de obtenção de delação etc.?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, não tenho conhecimento se houve qualquer curso. Acredito que não. Eu não me recordo...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Parece-me que no *site* do Ministério Público Federal consta um curso ministrado na Itália sobre delação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Acho que foi sobre organização criminosa...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Organização criminosa.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Aspectos gerais...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Mas, provavelmente...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, provavelmente, deve-se ter conversado sobre delação premiada, mas aspectos gerais.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Entendi.

O senhor sabe...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – E esse curso, me permita, é feito pela ANPR, ou seja, pela associação, não é algo institucional. O membro paga normalmente. Ou seja, o valor da passagem... O que a instituição, a associação paga, salvo engano, é o curso, mas a despesa de passagem, hospedagem e tudo é o membro que tem que bancar. Institucionalmente, eu não me recordo no momento – pode ser que tenha, mas eu não me recordo – de termos algum curso específico de colaboração premiada.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Entendi.

O senhor fez referência à possibilidade de... O senhor não afirmou peremptoriamente que exista, mas há possibilidade existir, o senhor ouviu dizer de um código de conduta...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – O senhor sabe se o Procurador Carlos Fernando participou da elaboração desse código?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não sei, Dr. Wadih. Eu fiquei sabendo disso pela imprensa e assim de forma muito superficial, que foi editado esse código de conduta, mas eu nem sequer tive curiosidade de ir atrás desse código ainda, porque estou afastado das minhas atribuições.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Então, reitero aqui, Presidente, que vamos formular um requerimento no sentido da obtenção desse suposto código de conduta.

O SR. GUSTAVO BADARÓ (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, me permite dar uma informação?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim, sim. Por favor.

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Até onde eu tenho conhecimento, Deputado, foi criado na 5ª Câmara do Ministério Público. Já havia um grupo de trabalho permanente para elaborar um manual de boas práticas. Agora, depois de todo esse episódio da JBS, esse grupo está atuando para fazer essa redação de um manual de boas práticas de negociações, mas não tenho a notícia ainda de que

um manual de boas práticas de negociações, mas não tenho notícia ainda de que efetivamente esse trabalho já tenha sido concluído.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Eu fico arrepiado aqui imaginando o que sejam boas práticas a partir da visão do Ministério Público – com todo o respeito, Dr. Ângelo.

Dr. Ângelo, na sua... Sempre tendo como norte a sua afirmação de que em relação às colaborações premiadas nós temos aqui uma zona cinzenta, é algo que se constrói na prática, eu destaquei aqui uma afirmação sua na entrevista à *Folha de S.Paulo*, em que o senhor diz o seguinte: o que se espera... Então, estou abrindo aspas:

> O que se espera é que continue apurando, mas com responsabilidade e profissionalismo, evitando vazamentos seletivos, evitando assassinato de reputações. Hoje, prende-se para investigar. O ônus da prova é do investigado, eu que tenho que demonstrar que sou inocente.

Nós poderíamos, a partir dessa sua afirmação, dizer que há uma espécie de *modus operandi* nesse sentido nos procedimentos de delação premiada?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, eu tento não generalizar, mas eu posso afiançar ao senhor o seguinte: vivemos tempos estranhos. Hoje, a prisão... Quando eu estava no banco da faculdade, e aqui tem um professor de Processo Penal da USP para me corrigir se eu falar mentira, nós aprendemos que a prisão é a *ultima ratio*, ou seja, ela só é necessária quando nenhuma outra medida cautelar pessoal seja cabível, porque prisão – seja ela preventiva, seja ela temporária – é restrição do segundo bem mais importante do ser humano, que é a liberdade, porque o primeiro é a vida.

Hoje, nós temos uma – e isso é fato público e notório – proliferação de prisões preventivas.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Com o objetivo de obtenção de delação.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Há proliferação de prisões preventivas – eu fui testemunha disso quando fui custodiado no 19º Batalhão. Eu verificava pessoas presas preventivamente por fatos ocorridos em 2007, ou seja, há dez anos. E eu me perguntava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como era membro do Ministério Público, todo mundo: "Não, doutor, vê essa situação para mim." Eu dava uma "consultoria", entre aspas, para essas pessoas que, infelizmente, não têm condições de pagar um bom advogado e estão lá por uma questão meramente de deficiência do seu patrocínio da causa. Então, essas prisões preventivas de forma exacerbada, proliferada, viraram a regra.

Infelizmente, quando você tem a prisão, é difícil você aferir a voluntariedade. Eu falo isso com toda... De peito aberto. Se eu tivesse alguma coisa para delatar, uma única coisa para delatar, eu não passaria 76 dias preso. Eu não desejo isso a ninguém. Então, assim... É difícil demais uma prisão. Ela só é mais Uma prisão. Ela só é mais tênue – vamos dizer assim, que eu estava conversando com o Senador antes de começar a sessão – do que a violação a sua dignidade. Isso dói mais do que o cárcere, mas mesmo assim é difícil. Então, você dizer que uma pessoa presa de forma *ad aeternum*, porque hoje, no Brasil, nós não temos...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não há prazo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ... Um prazo. Eu te dei o exemplo de uma pessoa que está presa por um fato ocorrido em 2007. Ela está presa há um ano e meio e sequer há pronúncia, porque ele é partícipe de um homicídio – partícipe, não é nem autor – cujo autor está solto. É uma coisa esquizofrênica. Ele está preso há um ano e meio, sem qualquer perspectiva de sair. Então, é difícil você aferir a voluntariedade de uma pessoa presa, sobretudo quando a prisão se protrai no tempo.

Eu vou revelar um fato aqui que chegou ao meu conhecimento já quando eu estava em liberdade, por uma das poucas pessoas – eu não quero dar nomes para evitar qualquer constrangimento – que estiveram ao meu lado o tempo todo, desde o início, que me conhecia, porque infelizmente, quando acontece uma situação dessa, você vira um leproso. As pessoas fingem que não te conhecem. As pessoas que frequentavam a sua casa fingem que não te conhecem, ficam perplexas. As pessoas que você tinha como irmãos desaparecem. Essas pessoas certamente sabem de quem eu estou falando. Uma pessoa que foi diferente, que desde o início falou assim: "Eu conheço ele, duvido que ele esteja envolvido com alguma coisa dessas de corrupção"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ela falou que chegou ao conhecimento dela, de forma clara, que a equipe do Dr. Rodrigo Janot estava pedindo uma prisão temporária minha. Prisão temporária é uma prisão que tem um prazo de cinco dias prorrogável por mais cinco dias, e que apresentou – isso foi a versão, não sei se esse fato aconteceu ou se não aconteceu, mas foi o que me foi falado – o pedido e mandou voltar: "não, para o Angelo tem que ser preventiva".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Quem disse isso? Quem deu essa resposta?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – O promotor geral.

A prisão preventiva, como eu falei, não tem prazo. Ela tem os requisitos lá do art. 312 do CPP. O que foi feito? Qual foi o dado considerado? Garantia da ordem pública e garantia da instrução criminal.

Garantia da ordem pública. Qual é o fato concreto? Zero. Eu sou primário, bons antecedentes, com reputação ilibada, inclusive em assentamento funcional há a anotação. Não tinha fato concreto nenhum para dizer que eu tinha reiteração delituosa, ou risco de reiteração delituosa. Então, garantia da ordem pública se perde.

Garantia da instrução processual. Na investigação, não havia sequer denúncia ainda. Entendeu? Houve apreensão dos bens. Eles apreenderam os bens, me afastaram da função. É lógico, eu estava preso. Não me afastaram; eu estava preso, então estava *a fortiori* afastado das funções. Como eu ia prejudicar a investigação? Ou então me dessem um afastamento a investigação. Ou, então, me dessem um afastamento, como estou hoje afastado, me proibissem de falar com certas pessoas, como estou proibido de falar com o Dr. Willer. E o material foi todo apreendido. Eu forneci todas as minhas senhas e vou falar: se eu não desse a senha do meu celular, eles não abrem. E aí? Eu estou colaborando com... Eu pedi para ser ouvido o quanto antes. O que mais eles esperavam de mim? A não ser que eles quisessem que eu confessasse uma coisa que eu não fiz, e eu jamais faria isso.

Então, eu não tinha, na minha visão, com todo respeito ao Ministro Relator Edson Fachin, que deu a minha prisão... Até, em uma época, eu perguntei ao Dr. Gustavo: "Evidentemente, eu estou emocionalmente envolvido, mas, pelo amor de Deus, tem algum cabimento a minha prisão, porque, se tiver alguma coisa dúbia, me esclareça, pois eu não consigo enxergar, como operador de direito, que estou preso?" E não! Quando, na verdade, o pessoal que foi preso com dinheiro estava solto já, estava solto! E a Procuradoria lá teve o descarado de chegar à sessão da segunda turma e dizer o seguinte, quando o meu advogado pede que, no mínimo, fosse aplicada a isonomia, já que essas pessoas foram filmadas com dinheiro e estavam soltas, que no mínimo se aplicasse o mesmo entendimento em relação a mim... Foi quando a Subprocuradora-Geral, que estava oficiando na turma, disse: "Não, a isonomia está mantida, porque o Ministério Público quer, de todo jeito, que os outros também estejam presos. Eles não estão presos não por nossa vontade." Então, eu vou continuar... Desculpe, mas isso aí é uma... Eu não consigo entender como uma manifestação do Ministério Público pode chegar a esse ponto. Então, é difícil você tratar de voluntariedade quando você tem uma pessoa presa, sobretudo por muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Ah, só um... E me chamou atenção... Vamos lá... O tratamento... Eu sempre falei do tratamento heterodoxo. Além disso tudo de que eu falei, houve uma delação citando que eu teria recebido R$50 mil. Aí vai lá: e a prova de corroboração? Não tem. A delação. "Ah, a ação controlada". A pseudo ação controlada, de que nós vamos falar depois. Não houve sequer conversa de R$ 50 mil lá, de qualquer coisa... Enfim...

Pois bem. Fui preso preventivamente. Autogrampo. Vem à tona o *modus operandi* do ex-colega Marcelo Miller. Uma conversa de quatro horas. É citado Marcelo Miller, é citado Eduardo Pelella, é citado Anselmo, é citado Janot, e eu tenho uma única citação do meu nome! E eu sou colaborador infiltrado?! Eu sou colaborador infiltrado?! Quatro horas de conversa, não tem uma única citação do meu nome, e eu sou colaborador infiltrado?! Ora, se alguém estaria infiltrado, com certeza, não era eu. Aí, Deputado, pede-se a prisão de Marcelo Miller. Preventiva? Não. Temporária, cinco dias. Ouve-se o Marcelo Miller. Pede-se a prisão de... Uma coisa incoerente. Pede para ouvir em data limite – salvo... – 8 de setembro e, logo depois, pede a prisão dele. Antes da oitiva ou já concomitantemente à oitiva, não me recordo desses detalhes, mas pedem a prisão temporária dele. O Ministro Edson Fachin nega. Houve recurso? Não, não houve recurso. Engraçado. Pede-se o afastamento do Senador Aécio Neves. O Ministro Marco Aurélio, salvo engano, dá liminar devolvendo-o ao cargo.

ao cargo. Houve recurso. E, aí, essa Primeira Turma vai lá e decide... Sem qualquer juízo de valor quanto à decisão da Primeira Turma, evidentemente, mas decide afastá-lo. Por que isso? Por que comigo essa diferença, em relação...

A prisão de Marcelo Miller... A vontade de prender Marcelo Miller é tão legítima quanto uma nota de R$3.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Inclusive, Dr. Angelo, por conta de me aferrar, de efetivamente prestigiar o caráter de voluntariedade da delação premiada, eu tenho um projeto de lei, que está na Comissão de Constituição e Justiça, que prevê que réu preso não delata. Exatamente por isso, porque nós poderemos, aqui, Dr. Angelo, acerca desse *modus operandi*, a começar pelo senhor, a desfiar aqui casos e mais casos de pessoas presas preventivamente, nessas operações, com o objetivo tão somente de delatar. E eu quero continuar aprofundando essa questão.

Nós recebemos relatos de advogados e até de pessoas que delataram, Dr. Angelo, nessa perspectiva de suprimir o caráter de voluntariedade. É uma combinação de prisão preventiva com "esse seu relato não vale. Eu quero saber de fulano." "Olha, sua mulher... Olha, sua filha... Olha, seu marido vai entrar na dança se você não falar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem conhecimento... Eu não quero que o senhor me relate caso concreto, mas o senhor tem conhecimento da ocorrência desses procedimentos como *modus operandi* de determinadas tomadas de depoimentos para a colaboração premiada?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, sem citar casos concretos, até porque eu não tenho... É a coisa: citar e não ter como comprovar, não é?

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Claro. Claro.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Existia... E, aí, nós temos que ter muito cuidado nessa interpretação.

Quando você tem conhecimento de que aquele candidato a colaborador, que aquele colaborador sabe de uma informação, mas ele está omitindo essa informação, você tem que ser persuasivo para ele falar, porque não adianta você só contar o que você quer contar e não contar o que realmente interessa. Isso, de fato, acontece. Alguns candidatos só contam a parte que lhes interessa. E outras partes que nós sabemos... Por outros indícios, por outros elementos de informação, mas nós sabemos que ele tem uma anuência sobre aquele episódio, e ele permanece silente. E, aí, você não pode deixar isso acontecer, porque, senão, vai acabar acontecendo o que hoje eu abomino, que é o estilo do *recall*. Eu contei alguma coisa sobre A, B e C. Aí, beleza: estão as investigações A, B e C. Aí surge o D, que era contemporâneo aos fatos, e nós sabíamos que essa pessoa sabia do D, e não contou. "Olha... Vem cá: e D? Ah, é verdade: o D tem isso, isso e isso." Eu chamo de *recall*. Chamam toda hora, para chamar... Ora... Meu amigo: se você não sabia do D e não falou do D, nós vamos revogar a sua colaboração, porque você omitiu informações importantes. Isso é uma coisa.

Outra coisa é eu chegar para o candidato e falar: olha,

"Eu quero saber sobre A." "Não, de A eu não sei, eu só sei de B, de C e de D." "Não, mas eu quero saber de A." "De A eu não sei." "Não, se você não sabe de A, não me interessa fazer colaboração premiada."

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Parece-me que há um certo padrão nesse comportamento.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não digo que há um certo padrão, mas existem notícias... Isso eu não tenho como comprovar. Já chegou ao meu conhecimento que isso ocorreu em algumas situações. Mas repito, para deixar isso bem claro: eu não tenho qualquer conhecimento, isso foi o que eu ouvi dizer.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não estou lhe perguntando fatos concretos, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só peço indulgência, Sr. Presidente. Eu já estou encerrando, mas eu gostaria de fazer mais duas ou três perguntas ao depoente.

Dr. Ângelo, ainda nesse aspecto da colaboração premiada, embora nós tenhamos uma ampla zona cinzenta, a lei das organizações criminosas, mal copiada do ordenamento italiano – mas isso é outra questão, colocar partido político como organização criminosa me parece uma aberração jurídica –, prevê algumas hipóteses no sentido da atuação de quem está tomando a delação. Há hipóteses de premiar antes da condenação, antes da sentença e há hipóteses pós-sentença, de maneira taxativa. Parece-me que um dos aspectos do *modus operandi* é que quem está tomando a delação promete coisas, antes da sentença ou depois da sentença, que não estão previstas na lei, faz promessas que, do meu ponto de vista – não sei qual é a sua opinião –, não poderiam ser feitas. O que o senhor tem a me dizer a esse respeito, buscando a delação?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, a lei estabelece como benefício da colaboração premiada, redução de pena, perdão judicial, imunidade por si só...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Algumas hipóteses antes da sentença; outras, depois.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Isso.

O grande debate que eu acho que o Supremo Tribunal Federal iniciou, mas talvez não tenha concluído ainda, isso vai ser revisitado, é da atuação do Poder Judiciário em relação a essas cláusulas. O Poder Judiciário vai ser um mero homologador dessa colaboração? Ou seja, o Ministério Público tem a liberdade de, numa negociação, estabelecer os benefícios através do que foi revelado pelo candidato a delator, ou pelo delator, e esses benefícios podem ser revisitados pelo Poder Judiciário?

Esse é um tema que, por conta dessa situação com a colaboração da JBS, demonstra que a legislação tem que ser aprimorada, porque isso é uma questão... Agora, numa opinião pessoal, para um sistema de controle em que a gente vive de freios e contrapesos, eu acho que o Poder Judiciário tem que ir um pouco além do que ser meramente homologador, de verificar os requisitos meramente formais. Há de se ter um juízo de proporcionalidade do que é oferecido como benefício e do que é concedido de informações. Então, de fato, hoje há uma

Informações.

De fato, hoje, há uma necessidade de estabelecer isso. O Supremo já começou a discutir. Acredito que, do Supremo, haverá alguma orientação, mas, aqui, a Casa é legislativa. E seria interessante que esses detalhes partissem do próprio Poder Legislativo.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – A nossa intenção, inclusive, um dos aspectos desta CPI é exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gente, eu vou acumular as perguntas para ganhar tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já ultrapassou o tempo.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não, mas tem que contar o tempo que o depoente está levando para responder. Às vezes, ele está respondendo com mais tempo.

Presidente, gostaria de saber do depoente acerca de vazamentos. Há uma articulação prévia com órgãos de imprensa que seja do seu conhecimento para vazamentos, posteriores ou anteriores à própria delação? Isso tornou-se um padrão, o vazamento, e vazamento seletivo.

O senhor também fez referência à existência, salvo eu tenha ouvido mal, de grupos políticos no Ministério Público Federal. Eu gostaria de ter mais detalhes: grupos políticos como? O que distinguiria um grupo político do outro? O que significaria isso? O que seriam grupos políticos no Ministério Público Federal?

E na sua opinião, Dr. Angelo, encerrando a minha participação aqui neste momento, que comparação o senhor faria entre o Dr. Rodrigo Janot e a sua sucessora, em termos de perfil? Vai mudar alguma coisa? São perfis diferentes, são modos de atuação diferentes?

Na sua opinião, o que muda, sobretudo, no que diz respeito a essas operações: Lava Jato, etc, etc?

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço V. Exª.

Com a palavra o Dr. Angelo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, vou começar de trás para frente. Se eu me esquecer de alguma pergunta, o senhor me recorda.

Bom, em relação a perfis, acho que já está bem clara, bem nítida, a diferença de comportamento em relação à liturgia do cargo de Procurador-Geral da República entre a Drª Raquel Dodge em relação ao Dr. Rodrigo Janot. Eu acho que isso é claro e evidente para toda a sociedade brasileira.

A Drª Raquel Dodge sempre foi uma pessoa mais discreta. Ela é conhecida pela sua discrição. Ela conduziu, salvo engano, a Operação Caixa de Pandora, e não se teve notícias dela se colocando como super-herói em nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Rodrigo Janot tem uma atuação, vamos dizer assim, menos sóbria, na minha visão. Isso é uma questão pessoal de avaliação. Inegavelmente, nós tivemos na gestão dele inevitáveis avanços na Procuradoria, de estrutura, de organização, etc. Mas, talvez por conta da imprensa, que muitas vezes procura em razão do nosso déficit histórico de politismo no Brasil, o nosso pêndulo mudou de tal forma que o combate à corrupção se tornou tão desenfreada a ponto de algumas vezes violar garantias e direitos fundamentais. E nós elegemos algumas figuras que atuam nos autos como super-heróis. Nós vivemos a era do juiz super-herói, do promotor super-herói. E, na verdade, a nossa instituição é formada por homens e mulheres que são sujeitos a falhas, como todos nós.

Então,

que são sujeitos a falhas, como todos nós. Então, essa questão da imprensa, do relacionamento com a imprensa, o Dr. Rodrigo Janot tinha, realmente, uma postura, vamos dizer assim, mais exibicionista. Não sei se estou encaixando bem as palavras, mas vou dar um exemplo categórico. Lembro-me de que na época em que aconteceu isso, eu fui uma das pessoas que falou a ele diretamente que seria ruim. Havia um grupo de manifestantes na porta da Procuradoria da República, na época da divulgação da delação do Youssef – da lista do Janot -, que colocou um cartaz escrito "Janot: a esperança do Brasil", mais ou menos isso. O Dr. Janot, na época, foi lá, foi tirar foto com esse cartaz. Sinceramente, acho, que sem querer fazer propaganda. Ele foi lá falar com aquelas pessoas, mas aquilo ali simbolizou um super-herói, uma esperança de novos tempos, de combate a corrupção, de implacável, de baluarte da moralidade etc. Quando, na gestão dele, a gente viu essa sua ação, de levantar o sigilo de delações sem se quer ter sido ainda oferecida a denúncia etc e tal, para a imprensa é um prato cheio porque a imprensa vive de notícia, vive de acontecimento, vive de polêmica.

Aquela pessoa que foi delatada - e hoje me coloco no lugar delas, se nós conversássemos sobre isso no ano passado talvez a minha resposta fosse diferente – , o que se falou dela não se provou. E aí foi lá o Ministério Público e arquivou, ponto. Tudo bem, arquivou, mas e a exposição na mídia como vai ficar? Isso aí é irrestituível. Então, há um novo embate de que num Estado democrático de direito nós temos de ter transparência total. Sim, nós temos de ter transparência sim, mas você só pode ter transparência com responsabilidade. Você não pode, no momento embrionário de uma investigação, expor aquela pessoa. Sobretudo no caso dos senhores, que são Parlamentares, que vivem da opinião pública, que devem satisfação ao seu eleitorado. Você não pode chegar numa pessoa e simplesmente tachá-la disso ou daquilo quando a investigação ainda está no início, o que você tem é um colaborador.

Nesse ponto a Drª Raquel Dodge evoluiu muito, na minha visão, porque traçou uma meta: "Olha, só vou tornar público o sigilo a partir do momento em que a denúncia for oferecida". Aí é ótimo porque na denúncia você pressupõe, em tese, a materialidade e o indício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da autoria. Aí realmente a sociedade tem de saber que aquela pessoa esta denunciada, ainda mais se for uma pessoa pública. Isso é importante. Agora, o que você não pode fazer é assassinato de reputações. Nesse ponto, tenho certeza absoluta, pelo perfil da Drª Raquel Dodge, que não vai acontecer. Diferente do que aconteceu – e sou um exemplo vivo disso – na gestão do Dr. Rodrigo Janot.

Não sei se tem outra pergunta. Ah, é em relação à imprensa. Bom, em relação à imprensa não tenho como avaliar essa relação desde... (*Fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Essa articulação.

Eu me lembro que teve uma entrevista que deu muita polêmica interna no Ministério Público sobre aquela questão de coletiva em *off.* Isso foi noticiado e tal. Houve uma...Agora, eu, de fato, não tenho conhecimento de se é uma articulação com setores da imprensa ou não. Isso eu não sei.

se há uma coação com os senhores da imprensa ou não. Isso eu não sei.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – E a questão, Sr. Presidente, dos grupos políticos no Ministério Público Federal?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Olha, bom, como falei desde o início, na PGR, como em qualquer órgão público – e isso não é coisa nossa –, você tem grupos políticos. Mas, veja, grupos políticos, não estou dizendo que são político-partidários, que não estão ligados a determinado Partido político. São grupos políticos, são grupos que têm pensamentos, convicções e modos de atuações semelhantes que se apeiam entre si.

Na PGR, nós temos o grupo do então antigo ex-Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro. Há uma liderança política na Casa ainda. Apesar de ele ter sido Procurador-Geral da República já há bastante tempo, ele ainda permanece com um grupo político forte. Nós temos um grupo político ligado muito ao pessoal de São Paulo, que é o Dr. Mario Bonsaglia, que foi um dos candidatos eleitos na lista tríplice também. Nós temos o grupo político do Dr. Rodrigo Janot, que é um pessoal muito ligado, à época, a Rodrigo Janot e a gestões pretéritas. Nós temos o grupo político da Raquel Dodge.

Então, são vários grupos. Mas não são grupos político-partidários. Não. São grupos que têm visões de Ministério Público, algumas distintas, outras convergentes, mas que se relacionam entre si.

Eu falo isso com muita tranquilidade, porque fui diretor da ANPR. Falo isso muito tranquilo, porque eu transitava em todos esses grupos. Eu falava assim: não vou ficar andando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

só com um grupo, apesar de estar lá na assessoria do Dr. Rodrigo Janot, porque a instituição é muito maior que esses grupos, é muito maior.

Nós temos nossas divergências de pensamento, de *modus operandi* até, mas, na verdade, temos de pensar primeiro na instituição que é o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª, Deputado Wadih, colocou a respeito do código de conduta da PGR.

Peço a V. Exª, então, que elabore esse requerimento, para que nós possamos, então, votá-lo e colocá-lo na próxima pauta, pois vejo que realmente será de grande valia...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ...principalmente para o trabalho de V. Exª como Relator parcial de investigação dos vazamentos de informações e também para o aprimoramento da legislação.

Eu não tenho dúvida de que esta CPMI, ao fim dos seus trabalhos, irá contribuir muito com a melhora, com o aprimoramento dessa legislação. Hoje, o Procurador, Dr. Angelo, com dez anos de PGR, sendo inclusive Procurador Chefe no Estado de Roraima, deixa muito claro que há uma área cinzenta nesse instituto da delação.

Portanto, vejo que esta CPMI irá contribuir muito com essa parte legislativa.

Concedo a palavra, por conseguinte, ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quero fazer duas perguntas objetivas antes aqui. São duas dúvidas com que fiquei.

Entendi mal ou o senhor disse assim, numa hora: "Aquela casa que foi alugada para o depoimento do Delcídio."

Houve uma casa alugada?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na verdade, Deputado, eu fiz remissão, quando falei isso, ao áudio que foi divulgado recentemente pela imprensa, no qual, salvo engano, o Joesley comenta, não sei se com o Saud ou com o Francisco,

... ou com Francisco, e alguém da coordenadoria, se iria fazer naquela casa em que foi tomado o depoimento do Delcídio. Foi nesse áudio que teve essa informação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor sabe onde é que foi tomado o depoimento do Delcídio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não sei.

Por isso que deixei claro que eu me referi ao áudio...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Seria uma casa utilizada pelo Ministério Público para tomar depoimentos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Um aparelho.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Tipo do DOI-Codi?

Tipo do DOI-Codi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, eu não tenho conhecimento, Deputado, se a negociação e se a captação, a oitiva, da delação do Senador Delcídio Amaral, ocorreram fora da procuradoria. Eu quis me referir, única e exclusivamente, ao áudio que fala disso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Entendi, entendi.

Eu não entendi até agora por que razão o Ministro Relator do seu caso é o Fachin?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Essa é uma pergunta que eu também não entendi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Porque se o assunto que lhe diz respeito...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu posso colocar o Dr. Gustavo Badaró, que é ...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É porque, veja bem, pelo que me consta, os fatos que foram imputados ao senhor não dizem respeito à Petrobras, não dizem. O senhor disse que não tinha documento escrito Lava Jato, ...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na denúncia.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... na sua denúncia.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas o que é que é exatamente que o seu assunto tem a ver com a Lava Jato e por que o Fachin foi o Relator do seu caso? O que eu não consegui entender até agora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permite-me?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Com todo o prazer, Presidente.

Evidentemente que descontado do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro.

O Dr. Willer Tomaz colocou aqui para nós, muito claramente, que o fato desta prisão ter sido decretada pelo Supremo Tribunal Federal era pelo motivo de que havia pessoas envolvidas neste caso com foro privilegiado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Isso eu entendi, Presidente, eu não entendi por que o Ministro Fachin?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pois é, mas, neste caso específico aqui do Dr. Angelo, é até importante perguntar para o Dr. Angelo, qual o Parlamentar que V. Exª tinha relacionamento próximo que levou, então, a nossa Suprema Corte ligar V. Exª com esses Parlamentares e através, então, desse foro privilegiado, decretar a sua prisão?

Eu só queria fazer esse complemento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

Para mim é importante isso, por quê? Porque na medida em que a esposa do Chefe de Gabinete do Dr. Janot trabalha para o Fachin... De certa maneira, é o procurador, quando ele envia para o ministro, de certa maneira ele está escolhendo o Relator, quer dizer, ou vai para a distribuição ou o Ministério Público, entre aspas, "escolhe" quem ele quer de relator.

Então, no seu caso, o Ministério Público remeteu para o Fachin?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Por que foi remetido para o Fachin?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, Dr. Gustavo, você...

Eu vou ...

Sinceramente, Deputado, até hoje não entendi também porque eu fui cair com o Ministro Edson Fachin.

A imputação em relação à questão que o Presidente fez a pergunta, de conhecimento próximo com um Parlamentar, nenhum. Não tem nenhum Parlamentar, eles nem citam isso na minha... No inquérito que abriu para mim. Eles falam muito em relação, salvo engano, ao Dr. Willer, em relação ao PMDB e tal, mas não citam Parlamentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em relação ao PMDB e tal, mas não cita Parlamentar. No meu caso, não citam nada de Parlamentar. Então, eu não tenho, não sei como o meu caso foi tratado pelo Relator Ministro Edson Fachin. É uma coisa que realmente, juridicamente, eu não sei. Não sei o Dr. Gustavo Badaró tem uma observação...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Ministério Público precisa justificar quando ele não bota em distribuição, quando ele manda direto, ele tem que...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – A distribuição por prevenção tem que justificar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, sim, mas ele tem que justificar?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Tem, tem.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, no seu caso, deve ter sido justificado. Por que para o Fachin? Por que não foi para distribuição?

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Me permite, Sr. Presidente? Só esclarecendo o que consta da petição, sem nenhum juízo de valor. A petição menciona que estaria ligado à Lava Jato, citando algumas investigações que já estavam em curso e porque faz a ligação com o Presidente Michel Temer, com o Eduardo Cunha, com a gravação da JBS, que isso seria para obstruir a investigação da Lava Jato.

Então, em um primeiro momento, é colocado esse quadro, a prisão é decretada. E, depois, sem nenhuma mudança, o Ministro Fachin diz: olha, em relação a essa parte do Ângelo, eu desmembrar, não tem relação com as demais investigações da Lava Jato e vou remeter para o Tribunal Regional Federal.

Agradeço.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu quero fazer uma pergunta sobre esse chamado *modus operandi* das delações. Pelo que eu entendi, o Francisco de Assis procurou o Ministério Público mais ou menos em 20 de fevereiro e veio firmar a delação dele quarenta dias depois. Nesse período em que ele não fez a delação, ele é o investigado, ele é o réu, corréu. Portanto, ele não é obrigado a falar a verdade porque ele não precisa produzir prova contra si mesmo.

Que tipo de relação o Ministério Público estabelece com uma pessoa que não é delator e, portanto, pode mentir e utiliza as coisas ditas por ele como prova verdadeira para inclusive pedir a prisão de um procurador? Se ele não é delator, ele não é obrigado a falar a verdade? Está errado o meu raciocínio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, me permite. Não, não, tem só uma correção. O que eu apurei pelo próprio documento dos autos, os delatores inicialmente eram Joesley Batista e Wesley...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, não eram delatores. Não tinham feito delação ainda.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, candidatos a delatores. O Francisco entra em um momento subsequente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim, eu sei. Não, não, por isso que eu estou falando em fevereiro. Não estou nem falando de setembro.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Ah sim, sim, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Estou falando de fevereiro. Porque eu não sou advogado, mas, lendo e relendo a lei, eu não encontrei essa figura do pré-delator, do potencial delator. O senhor trabalhou em delações. O Ministério Público firma documentos com pré-delatores? Existe essa figura jurídica?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Esse contrato de gaveta, não é?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O que é, da onde que vocês sustentam esse documento?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – O senhor está falando do termo de ciência e compromisso. É isso?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Um documento porque eu já tive a oportunidade de ver documentos que são firmados entre, tipo

...quando o cara vai fazer a compra do imóvel, o cara dá uma...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Contrato de gaveta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma pré-compra.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma pré-compra, assina um contrato.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Um arras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Um arras. E o que quero entender que figura jurídica que sustenta esta relação entre o cara ser delator. Ele é réu, ele é corréu, ele é investigado, ele vai virar relator, lá quase em abril. Nesse lapso de tempo que ele passa a ser o colaborador, uma espécie de agente do Estado na investigação, no que se sustenta essa relação?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na verdade, o que foi apurado é que o Dr. Francisco de Assis, havia um acordo extrajudicial firmado, no âmbito da Operação Greenfield...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas, quero perguntar ao senhor: mas, existe essa figura jurídica?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Acordo extrajudicial entre o Ministério Público e o potencial delator?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, nunca vi. E sequer participei desse acordo. Esse acordo foi feito em setembro de 2016, se é o acordo ao qual V. Exª está se referindo. Eu nem sequer estava na Força Tarefa à época e fiquei sabendo desse acordo depois do acontecimento dos fatos. Já estava na Força Tarefa quando o Dr. Anselmo quis alegar o descumprimento desse acordo. Mas, não conhecia, não é comum...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Ministério Público utiliza esse instrumento?122

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Nunca, pelo menos na minha vida profissional, nunca utilizei qualquer instrumento de um pré-acordo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor tem conhecimento de que em outros casos de delações tenha ocorrido esse tipo de relacionamento?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não tenho conhecimento em relação a isso. Para mim, foi uma figura, nesse ponto, até um pouco inusitada, o termo de ciência e compromisso, porque pode ser que seja uma coisa comum, mas, no meu conhecimento, nunca vi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas, mesmo um acordo que fosse verbal ja não alteraria a situação jurídica do investigado perante...não, olha, tu vais fazer uma delação, mas antes de tu fazeres a delação, tu vais ter que dizer isso, isso e isso.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É claro, porque, quando você se torna colaborador, você renuncia o direito ao silêncio e você tem que dizer a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso do Dr. Francisco, é uma coisa inusitada, ele atua, como quase tudo nessa colaboração – ele atua como advogado de Joesley Batista, inclusive assina...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Advogado delator.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – E vira advogado delator, única e exclusivamente para me entregar. Sendo que ele dá uma entrevista, não sei se ao *Estadão* ou a *Folha de S. Paulo*, na qual ele afirma categoricamente o seguinte: que foi pressionado, ele não tinha entregado por medo. É o que ele alega. Mas, que, sendo pressionado por colegas, de que, se ele não entregasse, a delação seria revogada e ele resolveu entregar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele teria sido pressionado por colegas seus?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim. Aí, espontaneamente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor sabe que é o colega?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na reportagem isso. Não tenho essa reportagem aqui, mas, isso é fácil, no Google a gente acha isso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu li a reportagem.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Aí ele cita, o Eduardo Pelella foi...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eduardo Pelella, que é casado com a assessora do Fachin?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E que contratou a mulher do juiz auxiliar?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É, quem contratou, contratou não, né, ele trouxe a mulher do juiz auxiliar, a promotora...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – A chefe de gabinete.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – E aí ele faz uma hora e inclusive ele fala assim: olha, eu cozinhei na casa dele, na semana passada. E ele esteve na minha casa, na época.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eduardo Pelella.

minha casa na época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eduardo Perella.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É fato que ele estava no domingo anterior ao senhor ser preso, ele estava na sua casa?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, foi domingo anterior não, foi uns dias antes. Foram uns quinze dias antes. Quinze a vinte dias antes, mais ou menos. Ele foi à minha casa, eu, ele, minha esposa e a esposa dele. Nós eramos amigos. Até então...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas o senhor, nesse dia em que ele foi à sua casa, olhando as datas, o senhor já estava sendo investigado.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Já.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele já estava em tratativas para...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Já, já estava sendo investigado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E mesmo assim frequentava a sua casa?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É. Diz ele que não tinha conhecimento, pelo que eu apurei. Mas...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas pela data do Francisco de Assis, que foi dia 20 de fevereiro, o dia em que ele foi à sua casa...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É, mas o Francisco de Assis em tese se torna colaborador em 27 de abril, salvo engano, instado supostamente por essa reportagem. Não sou eu que estou falando.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim, mas esse documento de pré-delação do Francisco de Assis, de que data é?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – O termo de ciência e compromisso, não sei se ele assinou, porque eu não participei da feitura desse termo. Se for o termo de ciência e compromisso a que o senhor se refere, ele foi de setembro de 2016.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, esse foi o do Joesley, dos dois irmãos e do outro.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Estou falando do Francisco de Assis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, do que eu tenho ciência é só do dia 27, quando se tornou, pelo menos oficialmente, colaborador. Se atuou antes, pelo menos agora no momento eu não estou...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas não há uma informação de que no dia 20 de fevereiro o Francisco de Assis procurou o Ministério Público?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ah, sim. Bom, ele liga para o...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Dr. Anselmo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ...Anselmo. Isso aí ele afirmou no meu depoimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Liga para o Dr. Anselmo, diz que o Sr. Joesley queria fazer uma colaboração premiada, e ele é levado pelo Dr. Anselmo, salvo engano, à PGR.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ele vai como advogado. E lá ele conversa com o Dr. Sérgio Bruno e o Dr. Eduardo Perella. Como advogado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Naquela oportunidade ele vai como advogado.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Como advogado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É, como advogado. Ele é instado a ser colaborador sob pena de ser revogada a delação em 27 de abril. Em 27 de abril. E ele relata, na sua entrevista, que ou ele fazia isso, ou seria revogada. Uma coisa que V. Exªs podem perguntar para ele amanhã aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Certo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Mas é o que está no *Estadão*, salvo engano, essa...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor fala na entrevista que existe certo padrão de conduta na PGR, não é?, que extrapola, práticas da cúpula da PGR que extrapolam certo padrão de conduta. O senhor poderia dizer que práticas são essas?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, na verdade, quando eu falei na entrevista, eu quis me referir a que essa situação que veio a cabo, veio à luz a partir dos áudios do "autogrampo" dos irmãos Batista, de Ricardo Saud e Francisco de Assis, que revelaram que um ex-colega teria atuado num ato como procurador depois como advogado, envolvido uma outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogada, enfim, tudo isso que estava sendo desbaratado, inclusive isso que eu citei dia 3 de julho, no meu depoimento, na minha corregedoria, citei exatamente a mesma coisa, isso já tinha extrapolado e muito o padrão de conduta que até então eu entendia que era viável.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Uma última questão, Presidente: digamos que as acusações imputadas ao senhor fossem verdadeiras; as acusações imputadas ao Marcelo Miller são muito

imputadas ao Marcelo Miller são muito, quer dizer, se a gente pudesse fazer um paralelo, ao que tudo indica ele era um dublê de representante da JBS dentro do Ministério Público. Existem tantos fatos que demonstram que ele trabalhava como jogo duplo dentro.

Por que razão o senhor acha que o Marcelo Miller não foi preso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Opinião pessoal/

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sim.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu prefiro falar isso de forma reservada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Agradeço a sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Sr. Angelo já se dispôs para, ao final, a gente pede educadamente à imprensa...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ...e a gente faz uma reservada rapidamente no final.

Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Sobral Pinto, digo, Gustavo Badaró e Dr. Angelo Goulart Vilela. Me fez lembrar do Sobral Pinto porque nunca tinha ouvido falar que alguém vai preso – aliás, tinha visto no livro do Kafka. Não era nem preso – mas o sujeito é preso, não é ouvido, esse tipo de coisa e me fez lembrar a figura do Sobral Pinto que era quem tratava muito desses casos.

Mas, Dr. Angelo, eu analiso aqui e vejo de certa forma até positiva não a sua prisão, mas a sua entrevista e o que tem chegado porque, pelo menos, se descortina uma coisa: não existem santos, nem demônios, existem pessoas, seres humanos em todas as instituições e há tempos que eu já vinha muito desconfiado. Eu tenho um cuidado muito grande com biografias e eu citei recentemente uma placa que sempre cito ela e acho que devia servir como mantra para quem trabalha com certos valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, tem uma plaquinha em inox, deve estar lá ainda, mas há cerca de 20 anos a vi e achei muito interessante. Era um texto, se não me engano, de um magistrado chamado Eliasar Rosa que dizia o seguinte:

> Quer serdes policiais serdes, mas sabeis serdes. O policial não é o andar empertigado, não é o semblante mau, não e o chapéu por sobre os olhos. Ser policial é ser o pai de família, o irmão, ser um cidadão normal como qualquer outro.

Mas a parte do texto que me chamou atenção e que até hoje guardo comigo é:

> Saibais vós que, em determinados momentos da sua atuação profissional, vós lidarão com valores muito caros na sociedade, valores que demoram uma vida inteira para serem construídos tais como honra, como a moral e por aí vai e que podem ser destruídos em segundos se vocês não tiverem o cuidado necessário com isso.

E aqui nós temos trabalhado constantemente com esse tipo de valor. O Senado Federal, o Ministério Público e a Polícia têm essa responsabilidade e há tempos que eu venho observando que, no afã de dar uma entrevista em horário nobre e, eu não vou citar, mas já ouvi de uma pessoa ligada

e eu não vou citar aqui, mas eu já ouvi de uma pessoa ligada o seguinte, e eu falei: "Mas, cara...". Quando eu o coloquei diante dos fatos, ele falou assim: "Ah, não quero nem saber. Eu quero é dar entrevista". Pasmem, eu ouvi isso – "eu quero é dar minha entrevista". Não está preocupado se o sujeito vai se suicidar, se ele tem família, se ele tem que dar satisfação lá, na igreja dele.

Então, essa preocupação me fazia refletir e eu me lembro de que, na delação, naquela gravação do Cerveró, do filho do Cerveró, me acendeu uma pequena luz, porque chegou um Assessor meu, que trabalhou muito tempo nessa área e falou: "Medeiros, dá uma olhada nessa gravação aqui". Ele falou: "Isso aqui não é escuta de dentro de bolsa nem aqui, nem na China. Isso aqui é escuta ambiental. Você dá uma olhada, porque você escuta o toque da caneta na mesa. Isso aqui é escuta ambiental". Ele falou: "Eu cansei de fazer isso aqui e tem uma diferença monstro".

Aquilo já me acendeu... Eu fiquei com suspeita sobre aquela história de que, olha, de repente, chegou o sujeito lá e falou: "Olha, eu estou com essa gravação aqui, que eu trouxe aqui, do Senador Ataídes. Eu queria que o Ministério Público desse uma olhada se tem crime aqui ou não". E, depois, vieram outras. E é justamente essa dúvida que eu sempre tive, e para mim está ficando muito clara, de que essa da JBS, principalmente, não foi uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

espontânea que, de repente, eles acordaram e falaram: "Vou gravar o Aécio aqui, vou gravar o Temer e vou gravar mais alguém e vou levar lá".

E a mesma coisa me faz pensar, depois disso tudo, que aquela história de que foi lá, no Sarney, lá, na cama, e gravou o Sarney, quando estava no hospital, e gravou mais não sei quem e mais não sei quem, que foi também voluntária. A mim me parece que foi tudo bem direcionado e, para usar o termo da moda, parece que foi uma ação bem controlada de que: "Olha, eu elejo os *players* que eu quero, elejo as pessoas que eu quero gravadas, você tem interesse, a gente combina e você vai lá fazer assim, assim, assim, assado". E isso me faz crer muito mais a partir do momento em que a gente fica sabendo que alguém estava na igreja num dia e, no outro dia, estava no bordel, para fazer a analogia com o que estava sendo feito pelas mensagens que vi do Dr. Marcelo Muller.

Mas o que fica mais escandaloso ainda é saber que toda nossa República me parece que, em determinado momento, ficou como gelatina por causa de um assunto menor, que seria a briga política pela Direção da Procuradoria-Geral da República. Isso nos faz, como Senado, pensar que nós precisamos de uma legislação não para proteger esse ou aquele, mas, passado isso, para nós começarmos a proteger a nossa República, porque, independentemente de quem quer que seja, nós não podemos ficar, o País, ao alvedrio disso. A economia, os empregos, tudo arrebentando, porque esse ou aquele está com o fígado doendo ou está com interesse político ou qualquer que seja.

Eu não sei o que teremos que fazer, mas por que que eu digo isso? Porque eu fiz esse pronunciamento há mais de ano no Senado e eu perguntei ao Procurador Rodrigo Janot por que, quando houve aquela visita do ex-Ministro da Educação ao Assessor do Delcídio, por que que ele não tinha usado a mesma régua que ele usou com o Delcídio? E por que, pela régua que ele estava usando, por que que ele não tinha indiciado, pelo

que ele estava usando, porque ele não tinha indiciado pelo menos a ex-Presidente Dilma. Silêncio total. Um ano depois, no apagar das luzes, e a meu ver no desespero para tentar aplacar tudo, ele entra com um processo, ele entra com o processo não, ele pede a investigação da Presidente Dilma, de todo mundo, no apagar das luzes. Eu falei: por que agora? Por que agora de repente a Dilma passou a ser suspeita de obstrução de justiça, o Lula e o Mercadante? Um ano e pouco depois? Então, foram coisas que foram mostrando que o procedimento não estava...

Mas, aí, para fechar, e aí minha pergunta é isso, eu queria que V. Exª pudesse ser bem franco. Essas delações, essas escutas foram voluntariamente levadas ao Ministério Público, o Joesley, o filho do Cerveró, o Sérgio Machado, elas foram voluntariamente levadas ao Ministério Público ou elas foram estimuladas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Senador, difícil, isso aí é um juízo de valor a ser feito. Não tenho conhecimento...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – V. Exª, então, não sabe se isso foi...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – E não sei dizer se foi direcionado ou não. O que eu chamei atenção desde o início sobre esse tema é que curiosamente os personagens envolvidos eram os mesmos, mas pode ser coincidência, como não pode ser coincidência, mas eu não tenho condição de falar: "Olha, houve direcionamento ou uma sugestão por parte do Mistério Público ou do advogado de fazer uma captação de imagem, de áudio, enfim, contra aquele agente político, e, assim, levar à Procuradoria". Não tem como afirmar isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Eu digo isso porque, em princípio, quando saiu que tinham áudios, o que me pareceu era que a primeira conversa que esses atores tiveram com o Ministério Público foi no momento que chegaram lá e falaram que tinham um áudio, e depois começa, pelas datas que o senhor trouxe aí, que até o Dr. Gustavo também citou ali, a gente fica sabendo que a relação, e essa, como o Deputado aqui disse, esse pré, esse aras aqui já existia, você já estava vindo conversar, o namoro já estava acontecendo. Não é uma coisa assim: "Olha, eu nunca tinha tido contato com o Dr. Ângelo ou com o Dr. Marcelo Miller ou com Dr. Rodrigo Janot, é a primeira vez eu chego bato na porta e falo que tenho uma gravação aqui". Isso o senhor pode afirmar que não é verdade. Posso concordar?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não tenho como afirmar, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Eu falo pelas datas.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Pelas datas, eles foram à Procuradoria, bater à porta da Procuradoria, isso é fato incontroverso, pelo menos falaram isso no depoimento na minha sindicância disciplinar, eles foram dia 20 de fevereiro, salvo engano.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – E as gravações são?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – A primeira gravação do Presidente da República é 7 de março, e do Senador, dia 27 de março.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – É isso que eu queria, justamente era isso que eu queria que ficasse consignado, até para que o relator pudesse ter esse cronograma, essa linha do tempo, eu a acho importante, por que o que foi falado, o que foi passado para esta Casa inclusive era que eles chegaram, bateram na porta da Procuradoria tal dia, e o que nos fez entender é que esse foi o primeiro contato, e, aí, como V. Sª nos trouxe aqui e também

nos trouxe aqui e o Dr. William que esteve aqui nos trouxe as datas. Essa relação já havia. Aliás, em outro processo até desde setembro. É isso, não é? Outra coisa... E já encerro, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, porque queria citar aqui... Quando estava saindo a lista, a chamada lista do Janot, que ficou parecendo anúncio do Oscar. Havia até especulação de quem seriam os atores que iriam concorrer ao prêmio, saiu... Isso ficou vários dias sendo noticiado e aí aconteceu um fato aqui no Senado: o ex-Senador Luiz Henrique da Silveira foi... Houve um inquérito a pedido... houve a abertura de um inquérito contra Luiz Henrique da Silveira por uma questão de Santa Catarina, que ele teria influído em advocacia administrativa para beneficiar e tirar alguém, furar a fila do SUS.

Bem, ele chegou aqui e o último discurso que fez aqui no Senado foi o seguinte: a política é como uma rosa, mas, como uma rosa, ela também tem os seus espinhos. E quis o destino que o último espinhado fosse eu.

Ele disse que estava sentado na poltrona da casa dele com os netos e saiu no Jornal Nacional: Senador Luiz Henrique da Silveira... STF abre inquérito contra o Senador Luiz Henrique da Silveira. Procuradoria-Geral da República e tal, tal. Bem. Ele disse que quase teve... Não caiu porque estava sentado. Porque tudo... Ele falou que tudo o que ele fez na vida e tudo o que ele não tinha era devido à forma como tinha conduzido a vida. Tudo que ele fez... Tudo o que ele deixou de fazer foi justamente para, além de manter o bom nome, que nunca os netos e os filhos tivessem o desprazer de vê-lo, de ver o seu nome envolvido em qualquer coisa. E em quarenta e poucos anos de vida pública ele disse que realmente manteve isto. E ele foi tomado por aquela surpresa. Ele não tinha sido notificado, intimado, enfim.

E aí, o que aconteceu? Uma semana depois ele morreu e na sabatina do seu Rodrigo Janot aqui eu perguntei para ele como ocorria uma coisa dessas de uma pessoa ser levada ao horário nobre da tevê sem que tivesse sido... Porque o fato era tão pitoresco... Ele foi citado em uma rádio, alguém achou que ele estava envolvido na advocacia administrativa - mas não estava -, porque o locutor tinha dito: olha, a senhora não vai morrer, a senhora vai... A pessoa estava reclamando sobre não ter conseguido a cirurgia e que estava para morrer. Ele disse: a senhora não vai morrer. Aqui em Santa Catarina há políticos decentes. Vou conversar com o Senador Luiz Henrique da Silveira. E, se não conseguir, a gente vai fazer uma vaquinha.

Bem, eles não conseguiram falar com o Luiz Henrique da Silveira. Fizeram a vaquinha e operaram a mulher. Alguém que estava na fila se sentiu prejudicado e, não sabendo que a cirurgia tinha sido feita de forma particular, resolveu denunciar na Procuradoria. É óbvio que, por questão de foro, mandaram para Brasília e direto para o STF. E foi o que causou esse problema.

Cito esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – E já termino, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cito esse fato e resolvi contar a história toda aqui, Dr. Ângelo, pelo seguinte... E faço uma pergunta para o senhor: houve falta de cuidado em algum momento ou lá na Procuradoria essa história de moral, honra...

essa história de moral, honra, esse tipo de valor lá não tem – como é que eu digo? – respeito algum, você está entendendo? No momento em que pego a biografia de um procurador que não tem nada até então e simplesmente jogo na lata do lixo e mando, por 76 dias, para a masmorra...

A minha preocupação é a seguinte... É que é o seguinte: não estou preocupado com o Dr. Ângelo, que consegue contratar o Dr. Gustavo Badaró para defendê-lo. Não estou preocupado com a questão do Senador fulano ou do beltrano, que conseguem ter bons advogados e que, lá na frente, vão ter sua honra restaurada. Estou preocupado com o José, com o Joaquim, com o Chico, que está lá sentado no tijolo, neste momento, lá na construção, e que, em determinado momento...

Pelo que tenho visto aqui, se um Procurador da República fica 76 dias preso, sem ser ouvido; e, se com um Senador da República da magnitude – com o tamanho da carreira que tinha –, da estatura do Senador Luiz Henrique acontece isso, eu lhe pergunto, doutor: nós estamos num momento de exceção? Está havendo uma espécie de Gestapo no Brasil, ou isso são focos pontuais, e nós devemos dormir tranquilos?

A pergunta que faço é a seguinte: nós podemos dormir tranquilos, ou há coisa estranha acontecendo nesta República?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Dr. Ângelo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Senador, não tenho como ter a pretensão de dar uma resposta de tamanha complexidade, mas posso lhe afiançar algumas coisas.

Esse episódio que o senhor narra, eu me lembro claramente de que foi um episódio – e isso, justiça seja feita – que trouxe ao então ex-Procurador-Geral Rodrigo Janot um descontentamento com a sua equipe de assessoria criminal.

É evidente que o cargo de Procurador-Geral da República, pelas suas múltiplas atribuições demanda ter uma equipe em sintonia com ele – por conta do volume de atribuições inerentes ao cargo.

O que fiquei sabendo na época é que ele mesmo pensou bem e achou que não havia necessidade de instalar uma investigação nesse caso. Isso foi muito comentado à época, porque, enfim, foi feito de forma, vamos dizer assim, açodada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, bom é trazer para o João da Silva, como o senhor está colocando. Qualquer órgão estatal, sobretudo um órgão de persecução, como a Polícia, o Ministério Público – enfim, nós precisamos ter controle em relação a isso.

É evidente que, casos, como narrei, da prisão preventiva – de fato, de 2007, e eu, há um ano e meio, preso, de partícipe, em que, se fosse condenado, já estaria em liberdade –, enfim, são casos esdrúxulos.

Nós temos uma imensa maioria de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, que são zelosos, responsáveis com suas atribuições, com suas competências. Agora, evidentemente, como há na política, como há na medicina, há o mau profissional no direito também. Há o mau advogado, o mau procurador, o mau juiz.

O que a gente tem que aprimorar – e fico muito à vontade para falar isso, porque, enquanto eu estava na Associação Nacional de Procuradores da República como Diretor, defendi esta bandeira de que nós precisamos aprimorar a nossa legislação do abuso de autoridade.

Mas uma coisa é apurar a legislação, trazê-la para os dias atuais, uma legislação ultrapassada, de décadas atrás, outra coisa

... ultrapassada, de décadas atrás; outra coisa – o que nós refutávamos na época – é misturar as 10 Medidas de Combate à Corrupção e botar um abuso de autoridade. Ora, são duas coisas distintas! Vamos trabalhar as 10 Medidas, vamos ver o que pode, o que não pode, o que é isso, o que não seria isso, etc. e tal; vamos aprimorar isso. E, paralelamente a isso, faz-se um marco normativo sobre abuso de autoridade.

Nesse ponto específico que V. Exª aborda, é preciso realmente a gente revisitar esse tema do abuso de autoridade. Não se pode denunciar uma pessoa... Porque a denúncia por si só já é uma pecha, um constrangimento. Você tornar a pessoa denunciada... Isso aí já traz um ônus para a pessoa. Então, você tem que ter muita responsabilidade em relação a isso. E lá na frente a pessoa vai lá e: "Não; vou pedir pela absolvição." É lógico que ao denunciar não há uma obrigação de resultado; você está apurando. Mas nós temos que ter mecanismos mais sérios para atuar nesses casos para evitar as injustiças.

Eu dou o exemplo clássico daquele famoso caso dos professores de uma escola em São Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Exatamente; que foram condenados antecipadamente e, no final, apurou-se que eles não tinham participação no caso. E aí? Como é que você vai restituir a honra dessas pessoas? Não há dinheiro no mundo que restitua isso.

Então, é preciso que o Ministério Público, o Poder Judiciário, a polícia tenham responsabilidade nesse trato da investigação. Agora, não é pelo temor do abuso que nós vamos proibir o uso. O instituto da colaboração premiada é de fundamental importância para o aprimoramento do combate à corrupção. Ele precisa ser melhorado? Precisa. A experiência está mostrando que ele precisa. Então, racionalmente, vamos apurar o que precisa ser melhorado, agora não vamos proibir a delação premiada. A diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem. Então, a gente tem que ter parcimônia em relação a isso.

Esse caso do Senador, concordo com V. Exª, foi algo absurdo, teratológico, mas acontece. Acontece! A gente tem que evitar para que isso não aconteça mais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PODE - MT) – Só mais uma palavra e já encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Eu queria que o senhor explicasse também aqui uma coisa que eu considerei quase que um milagre, mas eu queria que o senhor pudesse explicar para a gente.

Eu sei que, antes do Dr. Gustavo Badaró, o senhor teve um advogado que se chamava, se não me engano, "alguma coisa" Paolo. Ele inclusive ficou famoso por causa de uma foto em um "pé sujo" aqui – "pé sujo", não; vou retirar o "pé sujo" –, em um bar, aqui em Brasília, atrás de umas caixas de cerveja, onde o procurador estava sentado com esse advogado. Mas o que eu fiquei sabendo – e gostaria que V. Sª confirmasse para a gente ou não – é que me parece que esse doutor era seu advogado e que, após uma reunião com o Dr. Rodrigo Janot, ele sai de lá advogado do Joesley. O senhor confirma isso? Isso procede? Isso é verdade?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Na verdade, Senador, quero deixar uma coisa até clara, porque foi ventilado pela imprensa, e, enfim, quero deixar as coisas um pouco mais claras.

O Dr. Pierpaolo Bottini foi o advogado inicialmente contatado pela minha família no dia da minha prisão, dia 18 de maio. Naquela oportunidade, eu recebi a visita de dois advogados do escritório dele aqui de Brasília. Nós conversamos – era 18 de maio, quinta-feira. Eu, naquele momento, conversei com os advogados, eles conseguiram me dirigir ao 19º Batalhão, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiquei custodiado, e havia já uma... Eles mandaram um contrato de honorários por *e-mail* para a minha esposa

... um contrato de honorários por *e-mail* para a minha esposa, só para ela dizer "o.k.", para iniciar e tal. Foi mandado o contrato de honorários, ela respondeu o *e-mail* – "o.k" –, e eles começaram a preparar o agravo regimental contra a decisão do Ministro Fachin, cujo prazo se encerraria na outra semana. Isso era numa quinta-feira.

Durante segunda e terça, o Dr. Pierpaolo Bottini conseguiu uma audiência da PGR para quarta-feira da semana subsequente. Nessa audiência, ele falaria com o Dr. Eduardo Pelella e o Dr. José Robalinho, que é o Presidente da ANPR. Eu não conhecia o Dr. Pierpaolo Bottini.

Quando chegou na quarta-feira pela manhã, ele me visitou – pela manhã; acho que eram 8h30, 9h da manhã. Lá eu o encontrei e falei toda a situação dos fatos. Tivemos uma conversa de cliente e advogado, expliquei tudo o que tinha acontecido e as coisas que eu também não entendi que estavam acontecendo. E ele tinha uma reunião, salvo engano, às 11h na PGR com o Dr. Eduardo Pelella e o Dr. José Robalinho. Ele iria a essa reunião e voltaria, no final da tarde, para me dar um *feedback* dessa reunião.

Pois bem, ele foi à reunião. Quando chega por volta de 19h, 20h, eu já agoniado, sem saber o que estava acontecendo, chegam esses dois advogados do escritório dele – com quem eu conversara anteriormente –, junto com a minha esposa, com um termo de renúncia de procuração. Alertou que havia um possível conflito de interesses no patrocínio da minha defesa e que, por conta disso, ele não poderia atuar no meu caso. Eu na hora me senti surpreendido. E ele me contou... Na verdade, não foi ele que falou isso; foram os advogados que foram no lugar dele – ele saiu dessa reunião e foi direto para o aeroporto, para São Paulo. Eu fiquei surpreendido, achei que não havia conflito de interesses, mas entendi. E assinei a ciência da renúncia da procuração outorgada.

Eles pediram... Pela obrigação da OAB, eles teriam acho que dez dias, salvo engano, ainda de zelo pelo meu processo, para as medidas urgentes e tal. Eu tinha a preocupação porque meu prazo se expirava na sexta-feira – isso era quarta-feira –, o prazo do agravo regimental. Eles disseram que estava quase tudo pronto e tal. Enfim, aí pediram a indicação do advogado. Aí eu indiquei, na época, a Drª Luciana Lóssio, que foi Ministra do TSE, e o Dr. Técio Lins e Silva; indiquei o escritório deles para pegar a minha causa. Eles, então, assumiram, de quarta para quinta, a minha causa.

Quando foi na sexta-feira – isso, na quarta – na sexta-feira, salvo engano, ou na quinta – eu sei que, no máximo, sexta-feira –, eu, lendo o jornal, notícias, revista, vi em uma coluna, salvo engano a coluna Radar, da *Veja* – não tenho certeza, mas acho que era isso –, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escritório do Dr. Pierpaolo Bottini tinha sido contratado pelo grupo JBS para defender a legalidade da colaboração premiada.

da colaboração premiada. Então, a partir dessa situação, eu fiquei surpreso, mas já estava com outro advogado. Eles ingressaram com o agravo regimental devido, a Drª Luciana e o Dr. Tercio.

Quando eu fui solto, em 1º de agosto de 2017, pouco tempo depois, eu já sabia... Aí anunciando toda essa situação que estava acontecendo e que as coisas foram aparecendo, e tal, resolvi, por entender que, naquela situação, os meus interesses não tinham sido patrocinados de forma devida, não tinha havido uma conduta devida, fazer uma representação para apurar os fatos, sem qualquer juízo de valor, mas tão somente para apurar os fatos, se houve ou não por parte do Dr. Pierpaolo alguma ilegalidade. Repito: sem qualquer juízo de valor em relação a isso. Eu só tomei a minha precaução de apurar porque achei aquela situação pelo menos inusitada. E assim o fiz. A partir daí, deixei a cargo das instâncias competentes apurar se há ou não alguma regularidade nesse fato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel. Logo depois, ao Senador Randolfe Rodrigues. E, por derradeiro, ao Deputado João Gualberto.

Concedo a palavra a V. Exª...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... e convido o Senador José Medeiros a assumir a Presidência por alguns minutos.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Ataídes, nosso nobre Relator Deputado Carlos Marun, nosso depoente, Dr. Ângelo.

Dr. Ângelo, prestei muita atenção aqui em todo o seu depoimento. Num dado momento, o senhor alega que o Procurador-Geral Dr. Rodrigo Janot, na sua denúncia, fala que os irmãos Batista eram tratados como chefes de organização criminosa, e, assim sendo, eles não poderiam ter tido tantos benefícios decorrentes da delação premiada. O senhor poderia explicar melhor isso? O senhor acredita que houve grande benesse por parte do Procurador-Geral Rodrigo Janot? E qual teria sido o motivo de tudo isso que aconteceu por parte do Procurador-Geral Rodrigo Janot?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Pois bem, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão da titulação de Joesley Batista como chefe dessa organização criminosa, isso está, salvo engano, explícito na minha denúncia. A denúncia é assinada por três procuradores regionais, porque, na Lei Orgânica do Ministério Público da União, o Procurador-Geral da República, embora seja o promotor natural do caso, designa três procuradores para atuar. Eles atuam em delegação ao ato do PGR. Então, por isso que há três regionais assinando a minha denúncia e não o Procurador-Geral.

Nessa denúncia, há uma parte – não sei se o Dr. Badaró vai localizar – em que eles citam o Joesley como líder da organização criminosa. O que me chamou atenção é que, se eles reconhecem o Joesley como líder da organização criminosa, há um impedimento legal de eles celebrarem o acordo de colaboração premiada. Então, foi esse ponto que eu destaquei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

foi nesse ponto que eu destaquei... (*Fora do microfone.*)

Eu disse, inclusive, da imunidade.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Certo. Imunidade penal?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Imunidade processual, exatamente.

Então, em relação à questão do benefício de que V. Exª falou, bom, de fato, como eu disse logo no início desta minha explanação, eu desconheço, eu desconheço – pode ser que haja –, mas eu desconheço, no âmbito do Ministério Público, nestes quase dez anos de carreira, uma imunidade processual, uma única imunidade processual concedida a um colaborador, no âmbito do MPF – quanto ao MP estadual, eu não tenho conhecimento –, de uma colaboração premiada. Eu desconheço. Pode ser que haja. Mas, se há, é um caso bem pontual, porque, pelo menos, eu não conheço.

Estávamos conversando sobre isso. Na delação, quando se está negociando, pelo menos no início da negociação ou de um acordo de colaboração, trabalha-se com aquela máxima: mais concessões, menos renúncias, aquele binômio.

No caso, o que aconteceu é que os irmãos Batista, especialmente Joesley se propôs a entregar ao Procurador-Geral da República evidências – aqui eu não faço qualquer juízo de valor –, mas evidências de que o Presidente da República estaria envolvido em crimes e um Senador da República.

Por conta disso, eles certamente sabem do poder dessas alegações e dessas provas, vamos dizer assim que eles acham que teriam, eles negociam um acordo com o benefício máximo previsto em lei, que seria a imunidade processual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, é um benefício extremamente vantajoso sobretudo se você vê que o colaborador passou anos e anos, pelo menos como ele relata, comprando agentes políticos. E você dar de bandeja uma imunidade, com toda vênia, é dar um tapa na cara da sociedade, porque você diz que, naquele caso específico, o crime compensa. Compensou e muito.

Só para reforçar, Deputado, a folha 5 da minha denúncia traz a seguinte nota de rodapé: 3) Joesley Mendonça Batista e Francisco de Assis e Silva, a despeito, repetindo, a despeito de figurarem como líderes da organização criminosa que capitaneava o Grupo J&F, a despeito de figurarem como líderes da organização criminosa que capitaneava o Grupo J&F, não serão denunciados nos presentes autos por força dos acordos de colaboração premiada firmados com a Procuradoria-Geral da República e homologados no Supremo Tribunal Federal.

Então, eles citam textualmente que, a despeito de eles serem líderes da organização criminosa, eles vão ser beneficiados.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – O senhor acredita, então, que esse seria o motivo da concessão de tamanha benesse: entregar realmente o Presidente da República por parte dos irmãos Batista?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na verdade, a negociação foi muito rápida, né? Então, havia uma pressa, porque havia um *timing*. Quando eu digo *timing*, eu não digo o final do mandato de Rodrigo Janot. Não. Eu digo *timing* bem antes. O *timing* é o processo sucessório da Procuradoria-Geral da República.

bem antes; o *timing* é o processo sucessório da Procuradoria-Geral da República, que se iniciou em maio... Iniciaria em maio e terminaria em junho a votação, então em junho, a partir de junho e julho, a indicação poderia sair a qualquer momento.

Então, em razão desse *timing*, houve o oferecimento de uma benesse, a máxima prevista em lei, em troca desses elementos de informação, que poderiam derrubar o Senhor Presidente da República e afastar um Senador da República. Então, nesse ponto.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Certo.

Mais uma pergunta só – este assunto já foi falado – com relação ao Dr. Willer Tomaz.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Os procedimentos de delação são sempre sigilosos. Por que o senhor entregou áudios e documentos sigilosos da Operação Greenfield ao advogado Dr. Willer Tomaz? E o Ministério Público tinha conhecimento de que o senhor estava entregando esses documentos para o Dr. Willer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Vamos por parte, então.

Primeiro, a questão do conhecimento. Quero deixar pontuado aqui mais uma vez o seguinte: a partir do momento em que eu ingressei na força-tarefa – da qual eu fiz a distinção para grupo de trabalho –, eu passo a ter atribuição legal para atuar no caso, no âmbito da força-tarefa.

Foi me concedido – eu não pedi; foi me concedido – pelo então coordenador da força-tarefa o caso Eldorado. Então, a partir daí, embora eu tenha uma interlocução, que é natural, com o membros do Ministério Público, eu tenho o quê? Eu tenho independência funcional e autonomia para apurar os fatos da ótica que eu achar mais conveniente para a investigação. Isso eu quero deixar bem assentado.

Vamos lá. Em relação ao Dr. Willer Tomaz, são dois únicos fatos que me imputam como violação de sigilo funcional. O primeiro fato é o áudio da gravação da conversa. E quero deixar bem claro – porque isto foi noticiado à época: "Ah, foi uma oitiva, um depoimento..." – que não foi ato formal do processo; foi uma conversa informal, na qual o colega, que era o coordenador da operação, barganhava, pleiteava com o sócio da Eldorado – o advogado da Eldorado era o Dr. Willer Tomaz, e, como o senhor disse, estava sem o Dr. Willer Tomaz ali –, e barganhava um acordo de colaboração: "Olha, você está precisando que eu desbloqueie os seus bens; então eu vou desbloquear tanto, mas você vai ter que falar..." E foi botando a pressão.

O que aconteceu? Aquele procedimento não é documento; aquele procedimento sequer é ato solene do processo. Se não é ato solene do processo, não há que se falar em procedimento sigiloso nesse ponto. Então, o tipo penal já cai aí, porque, no crime, na tipicidade, incide o princípio da legalidade estrita. Ali não é documento, muito menos sigiloso. O que eu fiz foi usar uma informação que eu tinha... Qual informação? A pressão que o Dr. Anselmo fazia em relação ao Mário Celso para que fizesse uma colaboração premiada, que ele estava se negando a fazer... Eu peguei essa informação e indaguei ao Dr. Anselmo: "Você tem interesse em que outro faça?" "Tenho, mas dali não sai nada; já tentei."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – O outro era... É.

Então, eu vou fazer o quê? Eu vou tentar. Mas foram me perguntar:

Eu vou então fazer o quê? Eu vou tentar... Ah, mas foram me perguntar: por que que o senhor não falou com ele? Porque não tinha nada ainda. Nada. Eu tinha uma mera expectativa. E outra, o Dr. Anselmo era pintado pelo então Dr. Francisco como uma pessoa de difícil trato, embora de comunicação constante, mas uma pessoa muito difícil. Eu não ia atravessar o carro, botar o boi na frente da carroça, vamos dizer assim, e comentar já com o Anselmo, correndo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

risco dele mais uma vez tentar de novo e aí a gente ficar sem oportunidade de iniciar um diálogo.

Eu fui fazer a minha parte. E, nesse ponto, muito tranquilo em relação a isto. Por quê? Porque eu tinha atribuição para atuar, eu era o responsável pela investigação e, mais, era impensável, seria inadmissível caso eu tivesse uma sinalização positiva e concreta: ora, então tá, vamos sentar, eu tenho umas coisas para falar... Aí verdadeiramente eu teria que chamar o Dr. Anselmo ou outro colega para sentar e começar redigir o acordo de colaboração premiada.

Mas naquele momento, naquela fase inicial, era muito embrionário. Não tinha nada. Tinha uma mera perspectiva de iniciar uma colaboração. O outro documento que eles imputam como sigiloso... São dois: o áudio e o documento. A gente fala... Depois eu vou falar de forma reservada porque isso trata ainda do fato de investigado na Operação Greenfield. Mas são essas memórias de reuniões aqui que trazem... que trazem nada mais nada menos o seguinte: a gente, no Ministério Público, quando faz uma reunião com uma instituição você tem memória de reunião. Você coloca reunião tal, com fulano de tal ou com instituição tal. Debate, você põe por tópicos os principais assuntos abordados para ter aquela memória do que já falou sobre isso. Isso sequer é encartado aos autos, isso sequer é um documento sigiloso. Inclusive, é apócrifo, não tem nada, entendeu?

Então, isso é meramente um ato que eu mostrei para o Dr. William e falei o seguinte: ele estavam dizendo que me entregariam documentos que comprovariam que o valor da Valuation que nós estávamos interpretando estava correto e que eles sofriam ou estavam sofrendo achaques de servidores públicos. Ok. Eu falei: William, onde estão esses documentos? Ele disse: eu já falei com o Francisco e ele disse que vai falar com o Joesley, mas não tive resposta. Eu falei: então faz o seguinte... Ele estava dizendo que queria fazer, o tempo está passando, o *time* está terminando, daqui a pouco não vou ter mais como fazer esse acordo com vocês, entendeu? Mostrei para... Mostra aqui para ele que essa desculpa que vocês estão dando lá no início, que a gente, que o Anselmo só quer investigar a Eldorado, não quer investigar as outras empresas, as 50 empresas que a Operação Greenfield tinha, que só tinha... Isso é uma falácia. Aqui está dizendo as várias empresas que estamos investigando. Então, isso já cai por terra. E se ele realmente se predispõe a apresentar um documento que ele diz que tem comprovando achaque, para iniciar uma negociação de colaboração premiada, que mostre logo, porque o tempo está acabando. Foi única e exclusivamente com relação a isto.

Daí a Procuradoria-Geral da República, na verdade o ex-Procurador-Geral me imputar violação de sigilo funcional por conta de uma situação dessa, é estapafúrdio. Isso aqui nunca, nunca na vida é um documento sigiloso. E se é sigiloso, eles não poderiam transitar em mensagem Telegram como eu recebi., porque não é um manual que a gente tem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tratamento de documentos sigilosos. Então, já cai por aí. Segundo, isso sequer vai aos autos do procedimento. Isso não é encartado ao procedimento, não é um documento do processo.

Então, se a gente está vivendo...

Não é um documento do processo. Então, se a gente está vivendo no princípio da legalidade estrita, não tem como imputar isso aqui como documento sigiloso. Então, foi esses dois pontos que eu falei com o ... que eu estava querendo ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ... um *feedback* do Dr. Francisco em relação aos documentos que ele teria dito que ia me entregar ou não.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Da minha parte era isso, Sr. Presidente.

Agradeço pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu é que agradeço a V. Exª, Deputado Euler.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, por 15 minutos.

Nós, no início dos trabalhos, hoje, com relação a esse tempo do Parlamentar, ao tempo do nosso interrogado, mais a réplica e a tréplica, resolvemos, então aglutinar, todo esse tempo e permitir que o Parlamentar interaja diretamente com o interrogado. E nós estamos tendo uma eficácia e um aproveitamento melhor.

Portanto, V. Exª tem 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, Presidente.

Dr. Angelo Goulart, seu histórico profissional, como procurador, é em grande parte na área eleitoral. Antes desse episódio o senhor já tinha ... A primeira pergunta que eu lhe faço é se antes desse episódio o senhor já tinha participado de alguma outra operação que envolvesse colaboração premiada.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Senador Randolfe, muito me alegra ter o senhor aqui, porque é um grande parceiro do Ministério Público, sempre foi. Em Roraima, durante os quatro anos, quatro anos e meio, naquela unidade da Federação, eu estive no ofício criminal. Por dois anos, eu acumulei o ofício criminal com o ofício eleitoral, e na questão administrativa, por quatro anos, como procurador chefe. Nesses quatro anos em que eu atuei no crime, no ofício criminal em Roraima, eu participei da instrução do processo da Operação Praga do Egito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos gafanhotos, que era uma operação que visava desbaratar o desvio de recursos públicos naquele Estado.

Nos anos de 2009 a 2013, em que eu estive lá, eu atuei em colaboração premiada em algumas vezes. Nessas vezes não era sob a Lei 12.850, porque essa lei é de 2013. Na época, nós atuávamos com a lei de proteção à testemunha. Eu falei isso no início da minha explanação aqui. Participei de negociação, na época, de tráfico de pessoas. Na época, acho que com a Guiana Inglesa. Nós iniciamos uma tentativa de colaboração que não foi levada a cabo, porque a pessoa realmente não se predispôs a ajudar, como atuei em auxílio a alguns colegas em casos similares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas a maioria de sua experiência é na área eleitoral?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não! No eleitoral eu trabalhai em 2014. Eu tenho nove anos de Ministério Público, tá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sim.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Então, de maio de 2014 a maio de 2017, no eleitoral, sendo que, em 2015, pela metade. Eu fiquei com 20% da minha atribuição em Guarulhos, em São Paulo, no crime, onde atuei no combate ao tráfico de entorpecentes. Basicamente, tráfico internacional de entorpecentes. Em Roraima, durante os quatro anos e meio em que lá permaneci

Em Roraima, durante os quatro anos e meio em que lá permaneci, eu atuei no crime cumulativamente. Então, se nós colocarmos em tempo, eu tenho pelo menos três anos e meio de crime, de atuação criminal, mais do que de eleitoral. Então, tenho mais tempo na área criminal do que na eleitoral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E sobre a Operação Lava Jato, o que levou V. Exª a se interessar em participar e acompanhar?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Foi designação?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Bom, deixe-me deixar claro, Senador: eu não atuei na Operação Lava Jato, nem sequer fui designado.

A Operação Lava Jato ocorria – ou ocorre – no âmbito do gabinete do Procurador-Geral da República, no grupo de trabalho, ou na força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. São duas coisas distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu fui designado a atuar foi na força-tarefa da Operação Greenfield, na PR/DF, que tem como único mote apurar irregularidades dos fundos de pensão e aquisições de algumas empresas. É bem... É diferente da Lava Jato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não teve nenhuma intersecção, com nenhuma tarefa... Nada além da operação...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Nada. Pelo menos enquanto eu estive designado na Operação Greenfield, não há qualquer... Até porque o meu caso era Eldorado Celulose e, naquele momento, não havia nada com a Lava Jato, absolutamente nada. Até porque, se tivesse alguma interlocução com a Lava Jato, pelo menos em termos de delações premiadas – como já falei siso mais cedo –, se envolvesse foro por prerrogativa de função, nós teríamos que mandar para a PGR, caso fosse no Supremo. Se não fosse, se tivesse alguma relação com a Lava Jato, teria que ser a força-tarefa de Curitiba da Lava Jato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Entendi.

V. Exª respondeu aqui já o Deputado Francischini, tratando do tema sobre o qual quero insistir na pergunta. V. Exª podia declinar em sério o seguinte: por que V. Exª compareceu ao jantar com o Dr. Willer e o Sr. Francisco? Pergunto-lhe se nesse jantar foi tratado de alguma coisa relativa a honorários de êxito, de advogados.

Pergunto ainda se o senhor comunicou a alguém dos seus colegas do Ministério Público seu comparecimento ou se comunicou a alguém da força-tarefa daquela investigação o seu comparecimento a esse jantar.

Pergunto ainda se, durante esse jantar, o senhor telefonou para o seu colega que estava na investigação envolvendo a JBS, a J&F, o Dr. Anselmo. Pergunto-lhe se, além de ter feito esse telefonema, qual foi o objetivo desse telefonema. Pergunto-lhe ainda, se esse telefonema ocorreu, com qual objetivo foi e se essa ligação foi colocada no viva voz para que os outros participantes também soubessem.

E lhe pergunto: com todos esses ocorrendo, se isso é o *modus operandi* de atuação por parte do Ministério Público, se isso está estabelecido, se é assim o procedimento para colaborações premiadas.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Vamos lá. Vamos por partes, então.

Se eu esquecer alguma pergunta, V. Exª me fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Em relação ao jantar na casa do Dr. Willer Tomaz: como narrei já reiteradamente aqui, havia, então, uma sinalização do Dr. Francisco de que me entregaria os documentos que supostamente confirmariam que o laudo da Previc, que o Ministério Público interpretava, era incorreto. Eles demonstrariam que o laudo que eles estavam dizendo, o valor estava correto. Esse era um dos documentos.

Os segundos documentos seriam documentos que comprovariam a participação de servidores públicos nessa questão da aquisição dessas *valuations*, dessas ações. Então, esse, sim, seria o mote para uma possível conversa sobre colaboração premiada.

Dr. Francisco, na última oportunidade que eu entreguei, eu falei

Dr. Francisco... Na última oportunidade que eu falei com o Dr. Willer sobre os documentos que eu respondi o Deputado, falei: "Olha, o tempo está acabando; vai ou não vai..." Ou não sei o quê. Ele falou: "Não, eu vou falar com o Dr. Francisco e vou lhe dar uma resposta definitiva." Pois bem. Isso foi no início de abril.

Passou abril, final do mês, nada. Chega ao finalzinho de abril, salvo engano, ou início de maio, 1º de maio, enfim, foi ou 2 de maio ou final de abril, não lembro a data perfeitamente, o Dr. Willer me liga e fala: "Angelo, o Francisco me ligou; parece que ele já está com os documentos para lhe entregar. Podemos marcar?" Eu falei: "Podemos. Como fazemos? Na Procuradoria, no seu escritório?" Porque eu já tinha como base aquela minha ida ao escritório dele. "Não, ele vai chegar aqui só à noite parece. Tem como marcar... Eu vou fazer o seguinte, vou fazer um jantar lá em casa. Tem como você ir lá em casa, e você recebe esses documentos lá?" Isso era uma quarta-feira, eu me lembro claramente, pois era jogo do Flamengo na Libertadores e eu sou flamenguista. Ainda falei: "Willer, é jogo do Flamengo hoje. Vamos marcar para quinta?" Ele falou: "Não, a gente assiste..." Porque a gente já assistiu a jogo do Flamengo juntos algumas vezes. "Não, não, vamos assistir lá em casa. Aí você entrega. Marcamos 20h30, o jogo é só 21h40. Dá tempo de você receber o documento, e a gente assiste ao jogo na minha casa." Eu falei: "O.k. Então, está bom."

Fui à casa dele; ele marcou às 20h30; cheguei lá até um pouco adiantado, umas 20h20. Ele chegou logo depois, o Willer. Eu cheguei antes dele. E chegamos lá, começamos a conversar, bebendo e tal, ouvindo a televisão, a mesa de jantar foi posta de frente para a TV, aguardando o Dr. Francisco. O Dr. Francisco chega mais ou menos uns 40 minutos depois; carrega umas pastas pretas, esses documentos, supostamente o documento que ele entregaria em relação a valores e em relação à questão dos servidores. Ele senta comigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Da investigação que V. Exª estava acompanhando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim, sim.

Ele senta: "Tudo bem?" "Tudo bem." Começamos a conversar amenidades e tal... Aí o Willer fala: "Angelo, fala para ele como está a situação, porque, poxa, eu já estou ficando chato, porque você está me cobrando [isso tudo tem em áudio na ação controlada] essa situação. Explica para ele como está." Eu falei: "Olha, Francisco, desde que você me procurou lá no escritório do Willer, você disse que o Dr. Anselmo era uma pessoa difícil. Eu disse que atuaria para deixar as coisas às claras, para baixar a temperatura de um lado; você abaixasse a temperatura do outro..." Porque o Joesley tinha dado uma entrevista para a *Folha de S.Paulo*, salvo engano, dias antes desse encontro que eu tive com o Francisco no escritório do Willer. Eu falei assim: "Agora, a situação está mais tranquila. Você viu que melhorou." "Não. Melhorou." "Pois é. Eu comecei a difundir para o Anselmo [e isto foi verdade]: Anselmo, nós temos 50 empresas para investigar. Não vamos ficar com a tara em só uma empresa e tal." E assim foi; o Anselmo foi conduzindo a investigação das outras empresas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Antes de V. Exª comparecer a reunião, V. Exª comunicou alguém da força-tarefa daquela investigação ou alguém do Ministério Público?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não. Não, Senador. Eu vou dizer, porque o senhor não estava aqui: eu era da força-tarefa... Quero deixar isto bem claro: força-tarefa é diferente de grupo de trabalho. Na força-tarefa, você tem atribuição para atuar no caso. Eu não pedi para entrar na força-tarefa; eu fui convidado. Depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, perfeito; mas a pergunta que faço a V. Exª é se V. Exª comunicou alguém do Ministério Público...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não. Não comuniquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... desse jantar?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Desse jantar, não. Eu não tinha... Não comuniquei e explico o porquê: não havia nada; a partir de então, receberia algo concreto a partir desses pseudodocumentos que o Francisco iria entregar. Eu não tinha nada desses pseudodocumentos que o Francisco iria entregar. Eu não tinha nada para falar para a força-tarefa. E falo isso com muita tranquilidade, porque fui perguntado pela minha corregedoria: "Por que você não comunicou o Anselmo?". Simplesmente, primeiro, porque o Anselmo, segundo o Dr. Francisco, era uma pessoa que era de difícil trato. Embora conversasse bastante, com o Dr. Anselmo ele não conversaria. Então, eu não poderia atuar junto com o Anselmo nesse caso, porque minha porta ali já estava fechada.

Segundo, eu tinha que ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas por que o senhor, então, ligou de lá?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Senador, deixa eu só explicar, porque senão eu me perco no fundamento.

Então, depois que o Dr. Anselmo me deu o caso para atuar, eu passei a estudar o caso e tracei o que eu achava interessante para fazer. A partir uma relação de amizade que eu tinha com o Dr. Wiger, que, segundo o Dr. Francisco, me disse... Eu não pedi para baterem à porta do Francisco. Eles me chamaram para entregar um documento, que foi quando marcaram o jantar.

Chegaram ao jantar os documentos. Contextualizei a situação e falei assim: "Bom, vejo que vocês trouxeram os documentos". "Pois é, Ângelo, você vai participar da reunião de amanhã?", ele fala para mim, o Dr. Francisco fala para mim. "Você vai participar da reunião de amanhã?". Aí eu falei: "Que reunião de amanhã?". "A reunião de amanhã na PR/DF. O Joesley está indo para uma reunião amanhã, na PR/DF".

Aí eu falei assim: "Não, tem alguma coisa errada. Eu não estou sabendo de nenhuma reunião da PR/DF, e o caso estava comigo". O Dr. Anselmo havia me pedido para dar prioridade a uma outra empresa, para negociar rápido, porque estava querendo a primeira denúncia. Isso foi em abril. Mas o caso continuava comigo.

Eu achei muito estranho, porque para mim o caso estava estagnado, eu não estava tocando, estava esperando essa definição deles de se iriam ou não entregar documentos, se queriam abrir um canal de colaborar ou não. Eu falei: "Não, não estou sabendo de reunião nenhuma". "Não, haverá reunião, sim".

Aí eu cheguei, peguei meu telefone, liguei para o Anselmo, coloquei no viva voz – isso aí está em um áudio. Então, o senhor pode checar quando o senhor quiser – e falei: " Anselmo, tudo bem?". "Tudo bem". "Tudo bom?". "Tudo bom". "Anselmo, deixa eu te falar uma coisa – ainda brinquei com o jogo do Flamengo, estava passando *et al...*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Só um permeio, Dr. Ângelo: V. Exª – isso é uma pergunta – colocou no viva voz. O Dr. Anselmo tinha conhecimento disso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não tinha conhecimento disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas esse tipo de procedimento é normal, é comum?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Isso é juízo de valor. Eu quis demonstrar até então... É que V. Exª chegou depois, mas olha só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Tudo bem, mas a pergunta continua pertinente.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Por isso que eu quero mostrar, se V. Exª permitir. Para a colaboração – isso em todas, você pode perguntar a qualquer procurador da República, qualquer um –, você pressupõe estabelecer relação de confiança entre as partes. Não concorda? Porque se eu estou negociando com alguém, se a pessoa não tem confiança em mim, a pessoa não vai nem sequer sentar para abrir negociação.

Então, a partir do momento que o Anselmo era visto pelo Dr. Francisco como uma pessoa de difícil trato, de difícil convivência – embora tivessem contatos contínuos –, cabeça-dura, como ele mesmo ... Eu queria posar diferente, eu queria posar do quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, vem comigo, eu sou diplomático, eu te dou o diálogo, eu vou te ouvir, eu vou construir um ambiente melhor. Era a ideia do policial bom e do policial mau, que eu falei mais cedo aqui.

Então, atuei dessa forma, trazendo o quê? Trazendo confiança de que eu não estava ali, desculpe a expressão, para sacanear ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito. Mas esse procedimento... É este o procedimento em um processo de colaboração?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não existe procedimento, Senador, de processo de colaboração. Não há parâmetro normativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – V. Exª tem conhecimento da Orientação nº 7, da 5ª Câmara do Ministério Público Federal?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – De quando é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – De 2017.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não. De Quando foi a orientação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Orientação nº 7, de 2017.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Mas qual a data da orientação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Essa orientação é a orientação mais recente... Ela é anterior ao processo dessa colaboração premiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Se é anterior, eu faço aqui uma mea-culpa, não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – V. Exª não conhece?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não conheço. Se há uma Orientação 7 anterior, eu realmente não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – V. Exª está querendo assim dizer... Bom, V. Exª marcou um jantar, esteve no jantar...

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, eu não marquei jantar. O jantar foi pedido pelo Dr. Francisco ao Dr. Willer, que me pediu para comparecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E V. Exª acatou o convite.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim, claro. Eu esperava receber o documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E V. Exª acatou o convite.

Chegando lá, seriam, em tese, tratados assuntos da sua atividade funcional, porque dizem respeito a um processo de colaboração que estava sob vossa investigação?

De lá desse jantar, V. Exª faz um telefonema para um membro, colega seu do Ministério Público, e coloca para os outros – que eram a outra parte do processo de uma eventual colaboração – esse diálogo no viva voz.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Vinte e quatro de agosto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Esse procedimento é normal?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – O.k.. Deixe-me só responder: a Orientação nº 7, a que V. Exª faz menção, é de 24 de agosto de 2017. É no apagar das luzes do Dr. Rodrigo Janot na PGR. O almoço foi no dia 3 de maio.

Só respondendo V. Exª em relação a isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Espere aí. Obrigado. A orientação... Eu estava sem a data da orientação. A orientação é de 24 de abril.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – De agosto. Agosto. Agosto, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Senador, eu não vou aqui polemizar com V. Exª. Eu não tenho qualquer problema em falar do meu *modus operandi* em relação a isso. Até porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, para a Operação Lava Jato ou qualquer operação do Ministério Público não havia até então qualquer procedimento que regrasse como deveriam ocorrer essas delações.

E eu falo e boto e faço aqui uma análise: se fomos colocar lupa nas delações – eu não digo no Ministério Público, na polícia, enfim, de forma geral –, nem todas, vamos dizer assim, seriam proporcionais, em um juízo de proporcionalidade, à atuação, à forma de atuação de um membro do Ministério Público ou da polícia etc..

Então, nesse ponto eu estava com atribuição para atuar no caso. O jantar não me foi solicitado... Ele foi solicitado pelo Dr. Francisco para entregar essa documentação. Ele chegou ao jantar me perguntando se eu iria participar de uma reunião de um caso que estava comigo. Eu não sabia dessa reunião. Liguei para um colega nessa questão, de viva voz, para mostrar o seguinte: olha, que história é essa de reunião.

Liguei... Aí retomando a parte em que fui interrompido. "Dr. Anselmo, tudo bem?". "Tudo bom, não sei o quê..." "Anselmo, só para eu organizar a minha agenda: nós temos alguma reunião esta semana? Amanhã ou sexta-feira". "Não, Ângelo. Esta semana a gente não tem nada não. Acho que só na semana que vem.". "Por quê?". "Porque eu queria falar com você amanhã. Pode ser? Por volta de 15 horas?". Porque ele havia me dito que a reunião seria às 15 horas, na PR/DF. "Não, porque às 15 horas eu vou estar na Justiça Federal. Vamos marcar depois? Sobre o que você quer tratar comigo?". Eu falei: "Não, eu queria tratar da questão da minha designação para atuar no caso 100%, mas depois eu converso...".

Desliguei o telefone e falei a seguinte frase: "Ou o Anselmo

quer que eu participe dessa reunião ou essa reunião não existe. Isso está no áudio. Aí, só o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor acha que faltou lealdade com o colega de trabalho?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Com o meu colega de trabalho? Lealdade faltou comigo, de ficar 76 dias preso, Senador. É a isso que faltou lealdade. Faltou lealdade, faltou hombridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Esse episódio...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele está se referindo, me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Esse episódio foi anterior à sua prisão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permite-me, Senador Randolfe? Ele está se referindo ao caso do Dr. Anselmo, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É isso. Eu estou me referindo ao...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Se V. Exª não faltou com lealdade com o seu colega, Dr. Anselmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É essa pergunta. Obrigado, Presidente.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Tá. Eu vou responder. Entendo que não e vou te explicar por quê. Porque, se isso que eu fiz, essa estratégia que eu fiz tivesse dado certo... Ou seja, esqueça a colaboração premiada da JBS com a PGR. Vamos dizer que nunca houve, nunca existiu. O.k., conseguiu, pegou o documento, vimos lá, abrimos um canal do diálogo. Ele me mostra documentos que demonstrariam que havia uma conduta irregular, vamos dizer assim, criminosa de alguns servidores públicos. E nós abríssemos a porta que até então estava fechada com a JBS. Eu não tenho dúvida, Senador Randolfe, de que eu estaria recebendo tapinha nas costas, dizendo: pôxa, que bom que você conseguiu, etc. e tal. A despeito de ter ligado no viva voz para ele, a despeito de ter gravado o Mário Celso falando, ele coagindo o Mário Celso a fazer uma delação. Por quê? Porque a gente conseguiu, até então, o que nós estávamos tentando desde o início e não tínhamos conseguido, que era uma sinalização para fazer um acordo de colaboração premiada.

Então, é muito difícil agora falar: pôxa, você não acha que é lealdade? Olha, na hora dos fatos, eu imaginei que não. Se você me perguntar: você hoje agiria diferente? Provavelmente sim, provavelmente sim, só que você não pode aqui, já de antemão, dizer: olha, a sua conduta foi completamente fora da realidade. Não, até porque, convenhamos, as negociações de acordo de colaboração premiada, esse alto grampo que a gente está vivenciando aqui, demonstram que eles vão muito mais além do que foi feito por mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Permita-me, Dr. Ângelo. Presidente, já esgotou o meu tempo. Eu já irei concluir de fato. Permita-me, Dr. Ângelo, dizer – o senhor é torcedor do Flamengo; eu também o sou: nesse jogo aí, o senhor e o Anselmo estavam no mesmo time.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Permita-me, a despeito da prisão que veio depois, se faltou lealdade com o senhor ou não: naquele momento, o senhor e o Dr. Anselmo estavam do mesmo lado, no mesmo time. Eu acho, no mínimo... O bom senso indicaria que um diálogo envolvendo outra parte que estava ouvindo, já que o senhor e o Dr. Anselmo estavam no mesmo time, no mínimo, ele deveria receber uma informação que me parece que é uma informação da relação cordial, uma informação da relação com qualquer um, da relação preliminar. Olha, estou aqui falando com V. Exª, estou falando aqui com o senhor; está no viva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

voz; quem está ouvindo é fulano e beltrano. Isso aí não é nem da relação profissional, que não vou nem aprofundar. É isso que me refiro à lealdade. Isto é, a despeito de ser um jantar, de estar num encontro e tal, mas o senhor estava numa tarefa oficial. O senhor entrou em contato com um colega e, no meu entender, expôs um colega a outra parte que estava em um processo de colaboração. Essa é a minha percepção, Dr. Ângelo.

E, já para concluir, a última pergunta que tenho a fazer é

para concluir, a última pergunta que tenho a fazer – serei breve, Presidente – é entrevista...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe, me permita, a respeito desse jantar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não. Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nesse jantar, Dr. Ângelo, o senhor tinha conhecimento de que a Polícia Federal estava monitorando esse jantar?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – De que havia um carro da PF à porta da residência do Dr. Willer Tomaz?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu fiquei sabendo disso depois.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas é fato, é verdadeiro?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É fato, é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – A Polícia Federal estava monitorando esse jantar, Senador Randolfe. Era só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É parte da ação controlada,não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estruturada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – De investigação.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – E o Procurador Anselmo sabia que estava... O Procurador Anselmo, nesse jantar, sabia que o senhor estava sendo gravado, numa operação controlada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ah, isso eu não posso afirmar. Se ele sabia do depoimento eu não sei, se realmente ele sabia. O Dr. Eduardo Pelella certamente sabia.

Eles criaram um grupo de WhatsApp chamado Festas 01, Senador Randolfe. Esse grupo integravam o Dr. Eduardo Pelella e os delegados que deram aula – aula, aula – de colaboração... de gravação. Isso não foi dito por mim, não. Isso foi dito no *Estadão* – como gravar autoridades.

O Dr. Anselmo, realmente, não tenho conhecimento sobre se ele sabia desse jantar. O Dr. Eduardo Pelella certamente, sim, porque foi noticiado pela imprensa, pelo próprio Dr. Francisco.

E só falar um único ponto – V. Exª me perguntou, e eu não respondi a V. Exª –: a questão de êxito dos honorários. Deixar isso bem claro: Deputado Relator, até hoje a minha defesa não conseguiu o áudio. A minha defesa não tem o áudio, Senador Randolfe, até hoje...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Pede para o Senador...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ... da minha ação controlada.

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Pede para o Senador, que ele tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu não tenho. O Deputado tem por acaso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ninguém ouviu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nem o Ministro Fachin ouviu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O Deputado tem alguma informação?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Pelo que o senhor falou, eu tinha entendido que o senhor tinha o áudio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, não. Não sei onde V. Exª tirou isso.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu não entendi a provocação barata.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu entendi mal. Senador, o senhor estava com o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador... Senador, se me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Provocação barata.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Senador está nervoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não. Não estamos, não. Aliás, há uma coalizão ampla aqui contra... Se há alguém que está tranquilo aqui somos nós.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Coalização aqui é contra a banda podre do Ministério Público. É a coalizão que há aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, é uma coalizão do PT e do PMDB.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Contra a banda podre do Ministério Público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É uma coalizão do PT e do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É uma coalizão do PT e do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor e o Deputado Marun estão muito próximos.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Deputado, o senhor, por favor, não me cite, porque o senhor já tem dito muita asneira a meu respeito e já está passando do limite.

Eu estou aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é uma ameaça, Deputado?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é uma ameaça?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Isso não é uma ameaça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é uma ameaça?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu só estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso é uma ameaça?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – ... dizendo que o estou ouvindo com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E eu o estou ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Não me dirigi a V. Exª. O senhor me respeite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor me respeite também.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu o respeito e respeitei até agora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor me respeite.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor me chamou de cão de guarda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor se dê o respeito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor é um vira-lata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor se dê o respeito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor é um vira-lata de guarda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor se dê o respeito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – ... da banda podre do Ministério Público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor se dê o respeito.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Seu vira-lata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor é um lambe-botas do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É um lambe-botas do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Lambe-botas é o senhor, seu vira-lata. Senadorzinho de quinta categoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau do Presidente Temer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Vira-lata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Cúmplice do Presidente Temer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Vira-lata é o que você é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Você nem participa da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau do Presidente da República.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Você vem aqui mandado, para interceder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau do Presidente da República.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Participe com dignidade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau de Temer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – ... que esta CPI para falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Lambe-botas de Temer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Seu projeto de Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau de Temer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Vira-lata da pior espécie.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Bate-pau de Temer.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Vira-lata, pequinês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A pior espécie que há aqui é a do senhor. A pior espécie que há aqui é a do senhor.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Isto aqui não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A pior espécie que há aqui é a do senhor. Bate-pau de Temer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Chega. Senador Randolfe...

Senador Randolfe...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Porcaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor não me intimida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O senhor não me intimida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe, por favor. Por favor. Eu lhe peço, por favor...

E também peço ao Deputado Marun...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Não, espere aí. Ele já se dirige, me pega de empreitada... Já estou quase tapando os ouvidos, para ver uma atuação torpe como essa, tentando

tapando os ouvidos para ver uma atuação torpe como essa, tentando proteger uma banda podre.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Torpe é o que faz V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Relator.

Relator. (*Fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor nem está nesta CPI. O senhor vem aqui para aparecer.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) –

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu vou suspender.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) –

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) –

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O senhor veio aqui aparecer. Eu estou sentado aqui desde nove horas. O senhor só apareceu agora para aparecer.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O senhor não me intimida.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Seu moleque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) –

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe, eu lhe peço agora, encarecidamente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vamos retomar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Me ouça, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pode falar, Presidente. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Por favor. Por favor.

V. Exª, Senador Randolfe, estava conduzindo esse bate-papo aqui com o nosso depoente de uma forma brilhante, fazendo as suas indagações, extremamente pertinentes, sábias, eu posso dizer assim. Eu só não concordo com V. Exª em depreciar os trabalhos desta CPMI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, Presidente. Não se trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Quando V. Exª colocou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sr. Presidente, me permita. Eu respondi a uma provocação que eu acho que é indevida e descabida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É. Mas aí V. Exª compromete esta Presidência e todos os membros desta Comissão. Não podemos concordar com V. Exª.

Eu me sinto honrado com a sua presença aqui. Nós estamos juntos há longa data nesta Casa. Já tivemos alguns embates. Mas eu tenho admiração por V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu tenho profundo respeito por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E gostaria muito da presença mais efetiva de V. Exª aqui nestes nossos debates. Mas nós não podemos, de forma alguma, faltar com o respeito principalmente com os nossos colegas de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu retorno a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Só quero retomar, Presidente. Eu respondi. Estava numa condução o depoimento. Eu respondi a uma provocação. Só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Retorno...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, só para me penitenciar aqui. Na realidade, como o Senador citou ações que estão no áudio que nem a defesa tem, eu imaginei que, por algum motivo, ele havia tido acesso ao áudio. Agora, já sei que não teve. Ele adivinhou o que está no áudio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu também tive esse sentimento que o Senador Randolfe tinha.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Também tive esse sentimento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Já percebi que não tem. Mas, então, quero me desculpar por ter imaginado que, pelo fato de ele ter citado o que está no áudio, fosse porque ele havia escutado o áudio. Agora já sei que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, não foi uma provocação. Não foi uma provocação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Agora, está claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não foi uma provocação. Ele está pedindo desculpas, Senador Randolfe.

Retorno a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, só uma última pergunta, só para concluir.

Dr. Angelo, o senhor afirmou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Vou fazer a leitura aqui.

A repórter pergunta: "na sua opinião, o que motivou o Dr. Janot, na Operação Patmos"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exª responde: "isso tem uma motivação bem clara. Janot interpretou que eu havia mudado de lado também para apoiar a Raquel Dodge, a principal e mais importante adversária política dele".

Eu pergunto a V. Exª e já concluo: se era real essa motivação, se havia essa motivação real por parte do Procurador-Geral da República, o senhor não acha que seria mais coerente o Procurador-Geral da República utilizar o áudio para chantagear o Presidente da República para ter a nomeação daquele da maior confiança dele? Pergunto-lhe: e, assim impedir a nomeação da Drª Raquel Dodge?

Pergunto-lhe: como, nesse contexto de organizar tudo, uma denúncia contra o Presidente da República e ainda...

...denúncia contra o Presidente da República. E ainda nesse sentido, armar uma emboscada para que o senhor fosse pego... O senhor imagina, sustenta, acredita que é isso mesmo, que tudo isso foi montado pelo Procurador-Geral para impedir a nomeação da Drª Raquel Dodge? É a sua convicção?

Ou seja, a denúncia contra o Presidente da República, a ação a qual levou V. Exª para a prisão... V. Exª acha que tudo isso foi de fato...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Senador que quero só, antes de responder V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ...Eu não quero deixar nenhuma dúvida pairar. Eu não terminei de responder V. Exª sobre o outro questionamento dos honorários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sim.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu quero deixar isso bem claro.

Pois bem, no auge da ação controlada – nem o Ministro Edson Fachin teve acesso a esse áudio, não há... A minha defesa não teve acesso –, mas está no áudio. O Dr. Francisco de Assis vai, com uma ação controlada, ou seja, gravando com um único intuito de tentar estabelecer uma conduta criminosa para cima de mim.

Isso era muito claro, isso era evidente, entendeu? O tipo de conversa que ele estava falando.

Só que, Senador Randolfe, se os R$50 mil que lá em 20 de fevereiro ele disse que supostamente seriam pagos a mim a título de ajuda de custo, fosse verdade; se ele, então, estava gravando aquela conversa, por que então ele não comenta sobre os R$50 mil, Senador Randolfe, na ação controlada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se a ação controlada teve como objetivo – o senhor raciocine comigo –, se a ação controlada teve como objetivo construir uma prova de corroboração das alegações que ele fez lá atrás de que eu recebi R$50 mil, era intuitivo, claro, evidente que uma das primeiras coisas que ele falaria seria: "Olha, Dr. Angelo, além dos R$50 mil daquela ajuda de custo que a gente está te dando e tal, eu queria te fazer uma outra proposta..." Ou falaria o seguinte: "Tem recebido aquele dinheiro? Tem chegado com você?..." Ou, então, melhor, como foi feito: "Leva o dinheiro para me entregar".

Enfim, qualquer coisa. Mas, não, Senador Randolfe. Não teve nada, absolutamente nada de discussão de R$50 mil. Os valores, Senador Randolfe, que ele falou de honorários, foi em um dado momento em que ele afirma o seguinte: "Ah, vocês estão dizendo [vocês, Ministério Público] estão dizendo que nós devemos X..." Eu não sei o valor, não sei quantos milhões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Quinhentos e setenta e oito milhões.

"A gente sustenta que o valor devido é de 200 e poucos milhões [os valores exatos eu não sei, não lembro]. Essa diferença do que vocês dizem que a gente está devendo e do que a gente diz que está devendo... Essa é a margem para o acordo".

Até aí óbvio, não é? Acordo, corroboração pressupõe renúncias recíprocas. Alguém vai ter que ceder um pouco, alguém às vezes mais, às vezes menos. Mas vai ter que ceder.

Ok. Aí ele fala o seguinte: "Então, você está vendo isso aqui..." Aí faz uma ginástica – por isso, infelizmente... Eu gostaria que V. Exª, quando tivesse oportunidade, ouvisse o áudio –, ele faz uma ginástica para dizer: "Então, isso aqui, está certo? Está entendendo?"

Eu falei: Não, não estou entendendo.

"Pois é, essa diferença aqui – deixa eu te explicar –, essa diferença aqui é o êxito. O êxito o quê? O êxito do... O X... Até quando ele vai aceitar fazer um acordo. O êxito. Você está entendo? Está claro?"

Está claro, isso eu estou entendendo.

"A partir dessa diferença aqui você vai ter o êxito que vai ser um número entre esses dois patamares. Está claro?"

Está claro.

"Pois é. Isso aí vai deixar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está claro. Pois é, isso aí vai deixar os honorários do Dr. William no chinelo. Falou mais ou menos assim nesse negócio. Aí, eu falei assim: não entendi. Aí, ele falou assim: não... Aí, daqui a pouco, o William interrompe a conversa com ele, chama ele para conversar, eu vou ao banheiro fazer xixi. Volto. Entendeu? Ele muda completamente do assunto, fala de outra coisa, não toca mais no assunto.

Aí, Senador Randolfe, ele vai à Procuradoria-Geral da República e, em 10 de maio, ou seja, nós não tínhamos sequer ainda a transcrição do áudio porque ao áudio sequer ainda nós tivemos acesso, e diz: olha, eu fiz um x para o procurador e falou esse aqui é do procurador e tal. Quando, na verdade, você ouviu, o áudio não tem nada de x do procurador. Ele fala do x do êxito, mas não fala do x supostamente de propina para procurador.

Se ele, Senador Randolfe, estivesse realmente comprometido, sabia que estava tratando com corrupto, com uma pessoa que estava vendendo informações para a JBS, eu vendendo informações. Uma pessoa que tinha um acesso de pessoas lá dentro do Ministério Público conduzindo tudo. Um áudio de quatro horas, Senador Randolfe, somam quatro horas de áudio do autogrampo em que é citado o Dr. Eduardo Pelella, Dr. Anselmo Lopes, Dr. Rodrigo Janot, entendeu, Dr. Marcelo Miller. Cadê a citação do Dr. Ângelo Goulart? Não há, não há porque não tem corrupção, não tem corrupção.

V. Exª pode até falar: ah, o senhor agiu de forma desleal com o Dr. Anselmo? O.k. Mas o Dr. Anselmo, no depoimento dele na Corregedoria, na minha sindicância, afirma que no final de abril ou início de maio – isso está na página 3 do depoimento dele – foi convocado pelo Pelella para uma reunião na PGR na qual o chefe de gabinete disse que os advogados da J&F haviam relatado a infiltração de Ângelo, que inclusive passou a ser objeto de um dos anexos da colaboração premiada dos irmãos Batista.

Final de abril. Ora, o que o Anselmo fez? Será que a questão da lealdade... Quando ele ficou sabendo do vazamento do áudio do Mario Celso, falou: Ângelo, aquela conversa nossa com o Mario Celso vazou, o que está acontecendo, está acontecendo alguma coisa em relação a isso? Sabe, você tem alguma coisa para falar? Não, em nenhum momento, Senador Randolfe, o Dr. Anselmo me insta a eu explicar ou sugere que está acontecendo alguma coisa. Sabe como ele fica? Quietinho. Ele fica quietinho, Senador Randolfe.

Aí, no áudio da ação controlada... E por que eu falo pseudoação controlada? Senador Randolfe, o senhor, como operador do Direito, sabe muito bem uma coisa, Deputado Wadih. Uma coisa é o flagrante preparado, que é crime impossível pela Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal. O que é isso? É crime impossível por quê? Porque você insta a pessoa a cometer o crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouça, Senador Randolfe, ouça o áudio da colaboração premiada. E se V. Exª disser que aquilo não é flagrante preparado, eu peço exoneração amanhã do Ministério Público, peço amanhã. Porque o que não pode, em hipótese alguma, é a minha honra, a minha credibilidade ficar afetada porque dois marginais como os irmãos Joesley Batista, que grampearam toda a República, se passarem de super-herói agora.

E a sua pergunta a V. Exª, como você pergunta da motivação do Dr. Rodrigo Janot. Eu vou dizer a mesma coisa que eu falei na *Folha de S.Paulo*, a mesma coisa porque não tem mudança de versão dos fatos. Dr. Janot... V. Exªs têm noção o que é um cargo de Procurador-Geral da República? Certamente V. Exª tem, todos vocês. O Procurador-Geral da República é o único que pode

Certamente V. Exª tem, todos vocês. O Procurador-Geral da República é o único que pode processar um Presidente da República, é o único que pode processar um Deputado Federal, é o único que pode processar um governador de Estado, é o único que pode processar um Senador da República. O Procurador-Geral da República tem assento no Supremo, na Corte Especial do STJ, no Tribunal Superior Eleitoral, presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. Você quer poder maior que esse?

O Procurador-Geral da República é muito mais, em termos de atribuições vastas, do que um único ministro do Supremo Tribunal Federal, muito mais. É uma cadeira poderosíssima, poderosíssima. Então, essa cadeira é disputada e é de relevância para a Nação. É importante.

Então, quem está disputando aquela cadeira, Senador Randolfe, são pessoas que realmente estão disputando o poder. E o que acontece? Em relação à questão que eu fiz da Drª Raquel Dodge, é claro e evidente, como todas as circunstâncias que eu demonstrei, que havia uma pressa do Procurador-Geral da República até então, à época, de fazer um acordo de colaboração premiada e derrubar sim o Presidente da República. Não estou dizendo, eu deixei isso claro o tempo todo, o tempo todo. Não estou dizendo que o Presidente Michel Temer tem ou não culpa no episódio. Eu não estou fazendo juízo de valor, não faço juízo de valor. Eu estou falando da motivação.

O senhor me pergunta assim: era mais fácil, então, ele chantagear o Presidente da República? Ora, nós estamos aí falando já para uma prática de crime, chantagem, extorsão, coação. Eu não estou imputando ao Procurador-Geral da República crime algum. Eu estou imputando atuação motivada por questão política. Pode dizer que é crime de responsabilidade, mas não é infração penal.

Então, são duas coisas diferentes. O Dr. Rodrigo Janot é muita coisa, menos burro. Ele jamais faria, eu tenho certeza de que faria isso, qualquer chantagem com um Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República ou com um Senador para pegar um proveito pessoal dele. Duvido que ele faria isso. Eu conheço ele, não faria isso.

Mas conheço tanto que posso afirmar categoricamente que sim, ele tinha interesse sim que o Presidente da República não estivesse mais no poder, na minha visão, na minha interpretação. Baseado em quê? Baseado em tudo isso que eu estou há horas falando aqui para os senhores, que eu não vou repetir para não cansar V. Exªs. Mas, com base nisso tudo, ele tinha realmente intenção de derrubar para não ver a Raquel Dodge, a sua principal adversária política, no cargo de Procuradora-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Está satisfeito, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sem mais perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Para esclarecimento.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Não é porque... Um esclarecimento ao depoente o Dr. Badaró. Esse áudio está transcrito em algum lugar?

O SR. GUSTAVO BADARÓ (*Fora do microfone.*) – Me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro, com a palavra.

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Deputado, o que houve desde o pedido da prisão preventiva foi um laudo da Polícia Federal que contém transcrições em parte desse áudio dessa pseudoação controlada, como falou o Ângelo. Esse áudio foi encaminhado, em um primeiro momento, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quando o processo foi para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Não houve a entrega física da cópia dos áudios, nem para o Ministério Público nem pela defesa, até por problemas técnicos que ninguém conseguia transcrever. O desembargador relator teve que pedir para o serviço de tecnologia tentar fazer a gravação. Quando essa gravação estava disponível, foi concedido o *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal determinando a remessa dos autos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

E, mesmo os autos ainda estando fisicamente lá, a defesa pediu para o desembargador relator, independentemente da remessa dos autos: agora o áudio está disponível, conceda os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

áudios à defesa. O desembargador relator falou: não entrego os áudios porque agora isso está no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi distribuído a um relator, um desembargador federal que está no órgão especial

distribuído a um relator, um desembargador federal, que está no órgão especial em licença de saúde, atua o seu substituto regimental. Atuando o substituto regimental, antes da atuação do substituto, houve nomeação de um novo procurador da República para atuar no caso, assim como a Drª Janice estava designada do Tribunal da 1ª Região. Portanto, até agora, a defesa não teve acesso ao conteúdo das mídias. O que existe e é a base para a decretação da prisão preventiva, para o oferecimento da denúncia e para a ação de improbidade administrativa é apenas o conteúdo da transcrição parcial desse laudo elaborado pela Polícia Federal.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – E, nessa transcrição – só mais três minutos, Sr. Presidente –, consta essa parte do diálogo, de honorários, do x, etc., nessa transcrição consta isso?

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Nessa transcrição tem partes que falam dessa questão do êxito, tem partes que falam: "Posso desenhar um x aqui para você?".

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Esse laudo está disponível?

O SR. GUSTAVO BADARÓ – Esse laudo está disponível, embasa a denúncia, embasa o pedido de prisão preventiva.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Está bom, está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O próximo orador é o Deputado João Gualberto. O nosso depoente está no toalete. V. Exª quer aguardá-lo?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vou aguardar, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu tenho percebido que, no Ministério Público, apesar de ter um código de conduta, a coisa era feita meio que à vontade própria de cada um. Esse jantar de que V. Exª questionou bastante estava sendo monitorado pela Polícia Federal. V. Exª colocou que o Procurador Dr. Ângelo estava junto com o Procurador Anselmo. Na minha visão, não, pelo contrário. Eu acredito que, naquele momento ali, os dois, salvo melhor juízo, em lados opostos. E aí o Deputado Wadih já vai elaborar um requerimento, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos submeter a este Plenário, solicitando da Procuradoria Federal esse código de conduta, para a gente pelo menos ter uma noção de como era a coisa, de como funcionava a coisa. É realmente... E é posterior...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, é importante a gente saber, inclusive, para ver se aquele encontro do procurador com o advogado da JBS no boteco foi antes ou depois do código de conduta, porque pode ser que, no código, preveja que encontro em boteco não é proibido. Então, isso vai ser importante a gente analisar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não tinha conduta.

O Deputado João Gualberto vai acabar brigando comigo. Concedo a palavra a V. Exª, Deputado.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, quem briga aqui já saiu, o Carlos Marun. Aliás, briga aqui, briga no plenário. Ele vê o Senador Randolfe pequeno, talvez por isso ele cresça a voz e intimide todo mundo, mas acho que agora não vai ter briga, não.

Dr. Ângelo, eu queria, complementando as perguntas do Senador Randolfe, só uma curiosidade. O senhor chegou 8h20 na casa do Dr. Willer, e o Willer parece que chegou uns 20, 10 minutos depois. Depois chegou o Dr. Francisco. Quanto tempo durou o jantar, mais ou menos?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não muito tempo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não muito tempo. E digo não muito tempo da chegada efetiva do Dr. Francisco. Sou muito ruim para tempo. Eu acho que, enfim, vou considerar pelo jogo do Flamengo, tá? Não havia acabado o jogo, então, foi menos de uma hora, foi uma hora mais ou menos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – E durante todo esse tempo, ficaram você, o Dr. Francisco, o Dr. Willian jantando, conversando e assistindo ao jogo?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim. Havia o pessoal que trabalhava na casa dele passando, mas ...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu só queria registrar que há uma contradição em relação ao depoimento do Dr. Willian, que falou que não presenciou a conversa do senhor com o Dr. Francisco. Ele ficou fazendo churrasco enquanto vocês dois conversavam. Só quero registrar essa contradição nos dois depoimentos, que estão gravados aqui na CPMI. Ele está dizendo que não participou da conversa de vocês. E o senhor acaba de afirmar que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participou da conversa de vocês durante todo o tempo. E ele disse que estava fazendo churrasco enquanto vocês dois conversavam.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Na verdade, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Churrasco mesmo nessa noite? Era um jantar à base de churrasco?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Era à base de carne. Agora, não sei se era churrasco. Mas o Dr. Willian...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Pois é, mas ele diz que estava fazendo churrasco enquanto vocês dois conversavam. Só para registrar isso. Se o senhor quiser, apura a contradição das duas informações, a do senhor e do...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Só para pontuar bem claro: o Dr. Willian de fato levantava algumas vezes da mesa para ver...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Está esclarecido.

O senhor falou aqui também que vivemos em tempos estranhos...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – ... e outro Senador falou se a gente podia dormir tranquilo.

Eu acho que vivemos em tempos muito estranhos mesmo, de exagero de corrupção. Se rouba dinheiro em tudo aqui, em tudo: em Olimpíada, em Copa do Mundo, medicamento, na construção de escolas, de creches, em tudo. Então, realmente vivemos em tempos muito estranhos mesmo. Não sei se o senhor quis dizer foi a excesso de corrupção ou se foi pelo fato de o Ministério Público, da Polícia Federal, quererem investigar ou se o senhor acha que é investigar poderosos da economia, como Odebrecht, JBS, 170 bilhões em faturamento, que derramava dinheiro para Deputados, Senadores, candidatos a Presidente, candidatos a governador. Não é fácil. E aí junta esta Casa.

O que o senhor achou daquela em... 93, quando o Lula falou que, naquela Casa lá, na Câmara dos Deputados, havia 300 picaretas? O que o senhor achou daquela frase?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, na época, eu tinha 13 anos. Eu não ligava para política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – E depois disso? Hoje em dia, o senhor pensa... Em 93, o ex-Presidente Lula já falava que aquela Casa tinha 300 picaretas. O que o senhor acha disso? É exagero ou não?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não faço juízo de valor. Deputado, vou deixar bem claro...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor falou muito da imprensa, que o senhor lê...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ... Malfeitos, práticas criminosas acorrem em todos os lugares...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não, estou fazendo uma pergunta objetiva. O que o senhor achou? Se não tem opinião, diga que não tem opinião sobre...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sobre especificamente sobre o quê?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sobre os 300 picaretas que ele diz que tem na Câmara. O senhor acha que é exagero? É mais, é menos, é todo mundo?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu não tenho como afiançar que sejam 300 ou mais ou menos. Não tenho opinião em relação a isso.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ele agora, que conhece mais a Casa, falou agora em campanha em meu Estado, Cruz das Almas, cidade da Bahia, que hoje tem mais de 300 picaretas. Acabou de falar isso há dois meses. O ex-Presidente Lula, o ex-Presidente Lula, falou em 93 que aqui havia 300 picaretas e que, agora, afirmou que há mais ainda. E agora que ele conhece mais. Eu não sei quantificar porque não me envolvo com picaretagem. Então não sei. Ele realmente pode saber disso porque chefiou uma organização criminosa, como todos falam, vocês, procurador, a Justiça, a Polícia Federal.

E aí eu pergunto ao senhor: o senhor acha, na sua concepção, ou o que o senhor lê na imprensa, qual o real objetivo desta CPI?

ou o que o senhor lê na imprensa, qual o real objetivo desta CPMI? O senhor acha que é investigar os crimes cometidos, o empréstimo do BNDES para a JBS, ou se realmente é tentar arrumar algum artifício, leis para impedir ou dificultar a investigação dos políticos e dos poderosos? O que você acha?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, eu, quando aceitei o convite para vir para esta CPMI, eu vim com o único intuito de esclarecer os fatos que me envolveram e dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a versão dos fatos como aconteceu, porque eu passei 76 dias preso sem sequer ser ouvido, e contribuindo, no que eu soubesse, em relação a eventual aprimoramento da legislação.

Só respondendo um pouquinho V. Exª na pergunta anterior, os tempos estranhos eu não estou dizendo para que nós não investigarmos, muito pelo contrário. Graças a Deus existe a Operação Lava Jato, com os seus méritos e com os seus deméritos, mas existe. Antigamente, no Brasil, tinha um ditado que só ia preso preto, pobre e puta – desculpa a expressão –, e hoje nós vemos poderosos da República presos também. Isso é importante.

A gente está passando por um aprimoramento da nossa cidadania e da nossa democracia. O que eu só estou deixando bem claro aqui é que a gente não pode, sob o páreo de combater a corrupção desenfreada que está exposta em todos os lugares, fazer tábula rasa de garantias fundamentais que são caras para a gente. Eu não sou contra prisão, nada disso, mas eu sou contra medidas abusivas. Ponto. Nesse ponto.

Em relação...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor não respondeu o que o senhor acha desta CPMI?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu ia responder agora.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor acha que é para o que está servindo ela?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu não...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Pelo o que o senhor leu, pelo que a imprensa está falando. O que a imprensa está falando desta CPMI? O senhor concorda com a imprensa? A imprensa está falando – Calma, Marun, não vou citar seu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não. Eu posso perguntar o que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Deputado João, permita-me.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª tem...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu escutei todo mundo falar aqui, não interrompi ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, V. Exª me permita. Eu acho que o nosso depoente falar o que ele acha...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor vai censurar minha pergunta? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Jamais.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Então, deixe-me...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Jamais farei isso.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Olha o meu tempo. Está dando trinta minutos para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu reponho. V. Exª tem todo o nosso carinho.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu vou perguntar e ele responde se quiser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas acho meio um ponto fora da curva, mas continue. Então, responda, por favor.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ok. Ele não quer responder, não responda. Ok.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, a minha presença aqui nesta Casa demonstra...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – A sua presença eu já sei. O que o senhor acha da CPMI?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Se eu estou dando minha presença aqui é porque eu acredito que esta CPMI vá fazer um trabalho minimamente sério. Acredito nisso. Senão não estaria aqui desde às 9 da manhã, sem almoçar, falando sobre um fato que os senhores sequer vão me julgar.

Então, se eu estou aqui falando, argumentando, contrapondo é porque eu acredito e quero acreditar na seriedade das instituições.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ok. Dr. Angelo, e o senhor acha que é possível fazer um trabalho sério sem ouvir os políticos envolvidos? O senhor acha?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu acho que tem que ouvir todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Nós vamos ouvir o ex-Presidente Lula, Senador Ataídes?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado, nós já conversamos muito sobre esse assunto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vamos ou não vamos?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Claro que vamos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos tocar os trabalhos aqui, que nós estamos indo muito bem...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Nós temos dois meses só. Vou cobrar todas as vezes. Quero ver quando vem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas, no momento certo, tudo irá acontecer.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vai vir. Ok.

O senhor falou da delação premiada, que há uma zona cinzenta, como quem precisa dar alguma regulamentação, algo ou coisa parecida, com os registros, um projeto, como o Deputado aqui falou que quer impedir que presos façam delação.

Nós, ao longo desses anos, eu participei também da CPI da Petrobras, a gente interrogava várias pessoas daqueles diretores lá envolvidos em corrupção, que depois devolveram dinheiro

...aquelas pessoas, aqueles diretores lá, envolvidos em corrupção, que depois devolveram dinheiro, 160 milhões etc...

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sim, sim.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – ...Que não tinham nada.

Quando foram presos, eles falaram, abriram o bico.

O senhor acha que era possível, se aquele pessoal não tivesse sido preso, eles falariam, de fato?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado, eu vou falar uma coisa para o senhor...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Cheios de dinheiro lá fora ele falaria? Cheios de proteção dos políticos, eles falariam?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Eu vou falar uma coisa para o senhor que eu repeti hoje mais cedo.

Eu passei 76 dias preso. Apesar de ser bastante tempo não é ainda, nem de longe, o que outras pessoas...que estão mais tempo presas.

Se eu tivesse um pingo para delatar eu delataria...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Certo.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Porque, desculpe a franqueza, é muito fácil falar para quem está aqui fora. Mas só quem está lá dentro sabe como é.

Então, assim... Agora, a delação premiada, a prisão não pode ser condição para fazer a delação premiada. Eu deixei bem claro em relação a isso.

O que me preocupa, e eu deixei bem claro isso, é como a gente vai avaliar a questão da voluntariedade, porque, convenhamos, Deputado, quando você está privado da sua liberdade, do convívio com a sua família, com seus filhos por meses a fio, sem qualquer perspectiva, sem qualquer perspectiva de que o senhor vá sair, você... Como é que você... E a única porta que se abre é uma possível delação, você vai pensar o que você tem e o que você não tem para delatar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não estou dizendo que isso acontece de forma reiterada, não.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – A minha pergunta é: Sem a prisão, o senhor acha que eles delatariam ou não; falariam a verdade ou não?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Sem a prisão?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sim.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – É difícil saber.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – É difícil?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Cada caso é um caso.

Intuitivamente, você diria que não. Mas eu não sei. Depende muito do conjunto de provas que o Ministério Público ou a Polícia têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Você ter casos em que você... Olha, eu vou falar independentemente... Até porque a Operação Lava Jato tem um número significativo de colaborações que são pessoas que não estavam presas, mas por quê? Porque viam que o conjunto probatório contra eles era tão grande que era melhor eles falarem, porque aí poderiam negociar uma diminuição da pena.

Isso... Isso é muito casuísmo. Não tem como afirmar, Deputado, para o senhor que só devolveu o dinheiro porque estava preso... Pode ser, é até a hipótese provável, é possível. Mas cada caso é um caso.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sem a delação premiada, a gente teria, em tão pouco tempo – o senhor mesmo falou que a investigação demanda muito tempo, tentativas e erros etc. –, a gente teria descoberto toda essa engrenagem de corrupção?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, de forma alguma. Concordo com o senhor. Inclusive, falei isso desde o início.

O instituto da delação premiada, a despeito da necessidade de eventuais modificações e aprimoramentos, é um instituto vital para o combate à corrupção e à macrocriminalidade.

Por quê? Porque investigar é reconstruir fatos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Ok, entendi. O senhor falou isso. Ok.

E o senhor acha então... Quem são os maiores interessados em que se acabe com a delação, que haja leis mais brandas ou que se regulamente a delação premiada?

Quem são os maiores interessados?

Os grandes empresários e os políticos, não e verdade? São os que estão envolvidos, não é isso?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ...fazendo um juízo de valor em relação a quem são os interessados porque isso é muito fluído, não é?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – É muito fluído, mas, de fato, são, não são?

E o senhor acha que essas pessoas que estão aqui, que são muito interessadas, têm condição moral neste momento de criar leis, de aprovar leis, limitando a investigação?

O senhor como Procurador acha que tem? Me responda.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não estamos aqui para fazer... Para ficar com conversinha. Vamos falar sério mesmo.

O senhor tem como contribuir. O senhor acha que este Congresso tem condição moral – me desculpe, Senador Ataídes, não estou falando de todos, estou falando deste Congresso, porque o Lula falou que tinha 300, hoje tem mais de 300, picaretas aqui dentro –, tem condição moral de alterar a legislação?

O senhor gostaria, o senhor como um...

O senhor gostaria, como cidadão, que ocorresse essa mudança neste momento, por este Congresso em que muitos estão sendo investigados?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Desde que – desde que – a mudança venha para melhorar a legislação, não para abrandar.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – E acha que viria para melhorar? Nesse momento, viria? Você acha o quê?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Ah, eu não sei.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não sabe.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Aí fica juízo de valor, enfim, se há uma comissão predisposta a ouvir, inclusive foi até citado aqui, Dr. Gustavo Badaró e outros autoridades no tema sobre o assunto, para aprimorar a legislação e a sociedade cobrar, porque a opinião pública é, sem sombra de dúvida, o maior estímulo de controle.

Para melhorar? Ótimo. Eu acho que viria bem. Agora, se for para deixar pior, evidentemente que não, é melhor deixar como está.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Na opinião do senhor, acha que melhoraria neste momento, com tantos políticos investigados ou pioraria?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Permita-me, uma intervenção, Deputado João.

Nós sabemos que aqui no Congresso Nacional, eu, inclusive, sou um dos grandes críticos.

Eu sou ainda um chegante na política, aqui presente, inclusive, o Prefeito Ronaldo Dimas, que foi Deputado Federal, e hoje administra a nossa segunda maior cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos muitos Parlamentares aqui que não estão preocupados com o País, nós sabemos disso, mas nós também temos muitos políticos bons e honrados dentro desse Congresso Nacional.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu não quantifiquei, falei que não iria quantificar porque não sei avalizar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Aqui, por exemplo,...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não sei avaliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... eu convivo com o Senador, ...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O.k., eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... permita-me, Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, uma pessoa de grande caráter, um homem honrado, também o Senador Aírton Sandoval, que a gente tem convivido, e tantos outros, o Deputado Izalci, que eu também tenho convivido com ele.

Nós temos condições, sim, Deputado. Nós temos condições, sim, de melhorar essa legislação, do instituto da delação premiada, e de fazer leis boas para as pessoas, para o povo brasileiro. Nós temos condições, eu não tenho dúvida disso.

Eu acho que V. Exª, às vezes, generaliza demais.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu não generalizei não, eu repeti palavras do ex-Presidente da República, um homem mais popular.

Eu não, eu coloquei as palavras dele, não falei nada, não foi eu não.

Senador, não foi eu não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós temos que empregar pessoas honradas, como V. Exª, ...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O senhor quer debater comigo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O que você acha do Lula ter falado nesse momento que tem mais de 300 picaretas?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu só quero dizer o seguinte...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Fale-me, então, se quer debater, vamos falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado João, só quero dizer que pessoas honradas, como o senhor coloca, que eu não conheço, acredito em V. Exª.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Pesquise a minha vida, pesquise a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Honrada como o senhor, como eu, nós temos condições de criar leis boas.

Esta CPMI tem condições de contribuir muito com o nosso País, principalmente na área legislativa.

Era só essa colocação que eu queria fazer a V. Exª e retornar a palavra – porque eu peço desculpas – ao Deputado João Gualberto.

O SR. ROCHA (PSDB - AC) – Presidente, só para lembrar que nós ainda temos um depoimento reservado do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isto, é verdade.

O SR. ROCHA (PSDB - AC) – E os colegas estão esperando aqui há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É verdade, é verdade.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Bom, a minha preocupação é a que muitos têm no Brasil, de que essa CPI sirva somente, somente, para mudar as leis e dificultar a investigação.

Esse é o meu temor, por isto que eu estou aqui, Senador Ataídes, minha preocupação é só esta, porque tem muitas pessoas interessadas nisso, muitas pessoas, no Senado e na Câmara.

Então, o senhor poderia contribuir para não deixar que isso aconteça.

Acha que isso pode até regulamentar mais na frente? Poderia ser, mas neste atual momento, nós não temos legitimidade para fazer essas leis.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

O Deputado Izalci estava inscrito, mas, com certeza, diante de outras atribuições, teve que se ausentar.

E nós temos, Deputado Izalci, já um pré acordo com o nosso ... Já há um pré-acordo com o nosso depoente, Dr. Angelo, que ele fará uma reunião reservada conosco, logo após a indagação dos senhores. Então, eu pediria a V. Exª que fosse mais rápido um pouquinho, porque nós já estamos chegando a seis horas de audiência, sem almoço.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vamos para a reservada logo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu preparei 44 perguntas, mas prometo não fazê-las todas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Fazer a reservada logo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Vou fazer algumas aqui, rápidas, porque é importante, Presidente.

V. Sª disse que, por falta de regulamentação, as pessoas agem de acordo com a conveniência. No caso da atuação de Anselmo Lopes, Eduardo Pelella e Marcelo Muller, houve, de certa forma, uma atuação inusual, diferente, na condução dessa delação premiada. Eu queria que V. Sª comentasse isso. Acho que já respondeu, mas especificamente com relação a esses três que citei.

V. Sª também – foi a informação que nós tivemos – tinha um advogado, Pierpaolo Bottini. Foi o advogado...

Eu não estava aqui, infelizmente... Logo após mudou, passou a ser da JBS, Eu vou pegar as notas taquigráficas então, porque isso aí me interessa muito.

V. Sª entende que foi perseguido por Janot. E a condução do inquérito por delegado de confiança do Janot, que foi o Delegado Federal Josélio? V. Sª acha que foi regular esse procedimento? É assim que funciona mesmo? Indicado, tem que ser aquele?

Com relação aos motivos, V. Sª poderia dizer alguma coisa sobre os motivos pelos quais Joesley Batista e Francisco depuseram de uma forma, que foi em abril de 2017, e depois alteraram o depoimento dem junho de 2017, notadamente no que se refere ao suposto suborno. Houve um depoimento e depois eles mudaram esse depoimento. Não sei se V. Sª comentou sobre o episódio. Parece que foi na apuração do processo de V. Sª.

No registro do advogado Willer Tomaz, houve uma reunião de escritório em fevereiro de 2017, com a participação de V. Sª e do advogado Francisco, e ele apresentou um documento de acesso restrito à força-tarefa da Greenfield. Ele apresentou na época. V. Sª só tomou posse oficialmente no dia 20 de março, mas durante o depoimento V. Sª disse que começou a trabalhar antes. É só para saber quem repassou esse documento para ele. Foi V. Sª ou o Francisco que forneceu esses documentos?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Para quem? Desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O Willer, o advogado, naquela reunião que teve em fevereiro, apresentou os documentos restritos da Operação Greenfield. Ele apresentou esses documentos na reunião. Como V. Sª só tomou posse no dia 20 de março, portanto depois da reunião, estou indagando quem é que repassou esse documento para o advogado: se foi V. Sª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou se foi o próprio Francisco que apresentou esses documentos para ele, nesse dia. Eu não sei, eu gostaria de saber.

Aqui tem a transcrição do depoimento, e V. Sª falou sobre isso, da gravação. Mas aqui tem a transcrição do depoimento do Francisco. Ele diz aqui: "Francisco continuou relatando que explicou ao Angelo que – abre aspas –

continuou relatando que explicou ao Ângelo que – abre aspas – "a diferença é o seguinte, para resumir aqui, é a diferença de uma variação de 300 milhões ou 550 milhões. Isso dá 250 milhões de diferença. Na teoria do Dr. Anselmo, daria 250 milhões de diferença, que, corrigidos pelo IPCA, mais cinco, fica 578 milhões. O trabalho é o seguinte, o êxito é o seguinte: dos 578 milhões para o zero tem uma parcela de êxito para o Procurador Ângelo." Para o Procurador, aí está entre aspas aqui: "Ângelo." "Que nós colocamos no chinelo os honorários do Willer, já pagos para o Willer, os 4 milhões já pagos." Depois, diz assim: "É, x porcento, e eu desenho e tal lá no papel, se ele, Ângelo, não jogou fora. Você só me diz qual é o x, que a gente conversa. Aí, eu pego no braço dele, do Ângelo, e pergunto: 'Está claro para você isso?' Ele diz: 'Está claro.'"

Essa é a transcrição realmente da... É só para reforçar o que foi dito.

E, logo em seguida, ele diz, ainda no curso do jantar: "Ângelo ligou para o Anselmo, para sondar a respeito de uma reunião na Procuradoria que ocorreria no dia seguinte, dia 4 de maio de 2017. E colocou a ligação em viva voz no celular para que Willer e Francisco ouvissem. De acordo com Francisco, a finalidade da ligação de Ângelo era a de ser convidado para a reunião e, assim, fornecer informações do interesse do grupo J&F." Sobre esses dois, é só o que V. Sª falou a respeito da gravação.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Deputado, vamos começar de trás para frente. O senhor vai me relembrando, caso eu tenha esquecido.

Essa última fala do...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Francisco.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ...Dr. Francisco. Desculpa, estou com a cabeça um pouco cansada. Mostra cabalmente a incongruência dos argumentos, porque, se ele chega para mim e diz que haveria uma reunião no dia seguinte com o Joesley e o Anselmo da PRDF e se eu participaria, por que, então, eu iria participar para falar para ele, se ele já estava participando da reunião? Repita, V. Exª, por favor, o final da frase dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ele diz aqui: "De acordo com Francisco, a finalidade da ligação de Ângelo era a de ser convidado para a reunião e, assim, fornecer informações do interesse do grupo J&F."

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Como é que a reunião se daria, essa reunião fictícia, com o próprio Joesley? Como é que eu repassaria, precisaria repassar, se o próprio Joesley estaria na reunião? Não tem qualquer coerência em relação a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É... Eu estou só dizendo o que ele disse.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, não. Eu estou querendo só desmontar essa farsa do Dr. Francisco.

Em relação ao x do Procurador, isso é o que ele fala com o depoimento na Procuradoria-Geral da República, mas não é o áudio. Isso não é um áudio.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não é; é um depoimento.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – No áudio ele fala de x, realmente, quando ele fala de êxito. Essa diferença daqui para cá, desses valores que o senhor falou, que de cabeça realmente eu não sei, essa diferença aqui a gente vai ter o x, que é o êxito. Ou seja, o x é o êxito do quê? É o êxito do acordo. A única vez em que ele faz possível referência, vamos dizer assim – que eu imaginei isso depois de analisar todo o caso e tal –, de que poderia ser alguma coisa é quando fala que isso botaria os honorários do Dr. Willer no chinelo. A única coisa que ele faz de diferente em relação a isso. Entendeu? É a única coisa que ele faz de referência em relação a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Entendeu?

Durante todo o diálogo, ele fala: "Você está entendendo?", Eu falei: "Não entendi. Não entendi". Aí chega um momento em que ele dava voltas e voltas no mesmo assunto. Eu falei: "Já entendi. Está claro, está claro".

Então, veja: eles, lá em fevereiro, dizem que eu recebo R$50 mil. Se eles querem fazer prova disso, por que eles não falaram do raio dos R$50 mil? E nem sequer ele cita isso aí. Então, ele foi com o único intuito de tentar... Se ele falasse R$50 mil lá, ele seria preso. Eu daria voz de prisão a ele na casa do meu amigo. Ele não ia fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação a essa do delegado de confiança de Janot, esse processo é normal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Isso, Deputado, eu fiquei sabendo também depois, mas salvo engano é do âmbito da Operação Lava Jato. Não é do âmbito da Greenfield, porque a Greenfield ocorre na PR/DF.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É na Lava Jato.

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Não, não é normal, não é usual. Eu desconheço, em termos de Ministério Público, que você indique autoridade policial com quem você quer trabalhar, seja para o Ministro da Justiça ou para o Diretor-Geral da Polícia Federal. Nunca vi. Pelo menos nunca tomei conhecimento, por parte do Ministério Público, desse tipo de conduta.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só finalizando. É a última.

V. Sª confirma o envio de quatro relatórios de interesse de Joesley acerca das reuniões que houve nos dias 30 e 31 de março? V. Sª enviou para Willer – só para saber – os quatro relatórios?

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Os relatórios que estão aqui – vou mostrar a V. Exª – não são do interesse do Joesley. Aliás, dos quatro relatórios, o que eu quis demonstrar cabalmente é que a Operação Greenfield estava investigando não apenas a Eldorado, como eles estavam justificando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – ... dizendo que nós estávamos atuando de forma persecutória em relação a eles, mas outras empresas também nós estávamos investigando. E o principal objetivo a deixar claro é o seguinte: o *timing* para você decidir ou não mostrar esses ditos documentos que você teria para abrir um canal de diálogo está terminando. Tanto é que desses relatórios, poucos – depois vou passar às mãos de V. Exªs – falam da Eldorado. A maior parte fala de outras empresas. Então, não é relatório de interesse do Joesley. O que me chama a atenção, Deputado, é o seguinte: nessa época... Essa reunião foi dia 31 de março de 2017, quando houve essas reuniões em série – dias 30 e 31 de março. Eu passei o relatório para o Willer no início de abril. Veja que curioso: como é que eu estaria vendendo informações importantes para o Joesley, se desde março ele já estava em franco entendimento com a PGR para a colaboração premiada? A colaboração premiada abrangeria, como abrangeu, inclusive a questão da Operação Greenfield. Então, eles não precisavam ter informações da investigação, porque o acordo que eles estavam negociando com a PGR já lhes dava imunidade em relação a essa investigação. Então, para que eu era o colaborador infiltrado? Não tem coerência.

O SR. GUSTAVO BADARÓ (*Fora do microfone.*) – Dia 26/03 o Dr. Francisco já tinha entregue à Procuradoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO GOULART VILLELA – Vou deixar bem claro aqui: dia 26/03 o Dr. Francisco já teria mostrado a gravação aos Procuradores – a gravação do Presidente da República, do ex-Deputado Rocha Loures e do Senador Aécio Neves. Ou seja, ele já tinha se desincumbido do material que inicialmente eles tinham acertado, ou seja, bem antes de eu entregar isso para o Dr. Willer. Não há qualquer coerência. É questão de raciocínio lógico. Por que eu vou infiltrar o procurador de uma investigação que não vai mais me atingir, porque eu estou já com colaboração premiada acertada?

que não vai mais me atingir, porque estou já com colaboração premiada acertada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Dr. Ângelo, o Ministério Público Federal tem a prerrogativa, mais especificamente no caso do processo e da prisão do Deputado... Do Deputado não, do delegado – essas seis horas de audiência, a memória vai ficando curta e o cansaço bate –, no caso do advogado Willer, o Ministério Público indicou o nome de um delegado para proceder ao inquérito. O Ministério Público Federal tem essa prerrogativa?

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Não, não há a prerrogativa, até porque isso é da autonomia da Polícia Judiciária. Então, através da estruturação da Polícia Judiciária, o superior hierárquico designa a autoridade – não sei se há um sistema de distribuição, desconheço –, mas não há prerrogativa do Ministério Público de requisitar qual autoridade policial vai trabalhar no caso. Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Assim, de acordo com o art. 110 do Regimento, coloco em votação a proposta de transformar esta reunião reservadamente, como diz o nosso Regimento Interno, em secreta.

Os colegas Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta, com o voto contrário do Deputado...

O Dr. Ângelo fez um acordo conosco de que, após essas indagações de oitivas, ele falaria alguma coisa a mais sigilosamente, secretamente, pelo motivo de o processo dele estar em segredo de Justiça.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Seria bom que toda a imprensa escutasse e o Brasil inteiro ficasse sabendo, por isso voto contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas eu já agradeço muito essa colaboração do Dr. Ângelo em ter concedido esta sessão em aberto.

Portanto, transformo a presente reunião em reunião secreta. Dessa forma, peço respeitosamente à imprensa, também à Rádio Senado, à TV Senado, que encerre as transmissões pela internet. Apenas neste Plenário Deputados, Senadores e os funcionários da Secretaria.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Presidente, enquanto isso, V. Exª vai votar alguns requerimentos ainda hoje ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu acho que não, há um consenso, inclusive há uma quebra de transferência de sigilo...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Depois desse depoimento que nós ouvimos, eu acho que seria muito oportuno que nós tivéssemos, na próxima reunião, o depoimento do Dr. Janot.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele está...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – É o Requerimento nº 7, mas eu acho que, até pela proximidade, convinha que fosse o próximo. Inclusive, eu quero antecipar desde já, por tudo que eu vi e que vamos ouvir depois, eu quero propor uma acareação do Dr. Ângelo com o Dr. Janot.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Correto.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Por isso, eu acho que seria muito interessante que V. Exª marcasse para a próxima reunião já o Dr. Janot. É possível?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Eu posso contraditar, com todo o respeito, obviamente.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Claro.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Nós não recebemos ainda...

Nós não recebemos ainda dados dos sigilos que foram rompidos do Dr. Marcelo Miller – sigilos fiscal, bancário, telemático. Isso não foi recebido. Então, eu penso que hoje nós anteciparmos uma vinda do Dr. Janot neste momento, diante de um primeiro depoimento que traz algum tipo de questionamento à atuação do ex-Procurador, seria, talvez, acelerarmos o processo desnecessariamente, e não produtivamente. Vamos ouvir o Sr. Miller. Tanto que não chamamos o Miller ainda.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Amanhã é o Francisco de Assis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O Francisco está marcado para amanhã.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O.k.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Agora, o próprio Miller, Marcelo Miller, ainda não foi chamado. Está aprovado o requerimento, mas nós queremos antes examinar a documentação, os sigilos que estão sendo quebrados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, vai começar a Ordem do Dia na Câmara.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – É esse o motivo, somente, que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Eu tenho a impressão de que não tem muito a ver com sigilo bancário e tal, porque nós vamos nos cingir às contradições do depoimento que hoje ouvimos com aquilo que virá aqui a dizer, que é onde se percebe perfeitamente que há um conflito muito sério entre os dois. E é sobre isso que deveríamos dirimir dúvidas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Exª está corretíssimo, como sempre, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Bondade sua.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sempre muito coerente nas suas colocações.

E nós estamos indo no passo a passo. No dia de amanhã nós vamos então ouvir o Diretor Jurídico da JBS, o Dr. Francisco de Assis e Silva; vamos ouvir também o ex-Presidente do Cade e da CVM. Na outra semana vamos ouvir já o Ricardo Saud, o executivo da JBS. Ou seja, nós estamos caminhando, e acredito na primeira quinzena do mês de novembro será possível que o Dr. Janot venha aqui a esta Comissão.

Nós estamos inclusive, Senador Lasier, só para prestar essa informação a V. Exª... Eu tenho a prerrogativa de fazer essas convocações, mas estou dividindo essa responsabilidade com o Relator e com os três Sub-Relatores. Juntamente nós estamos fazendo isso, com muita cautela.

Mas V. Exª está certo, e acredito que nós vamos ouvir e inclusive fazer a acareação, conforme V. Exª colocou. Eu vejo... Hoje o Dr. Ângelo deixou isso claro, que topa uma acareação com o Dr. Francisco e outros mais, se julgarmos necessário.

O SR. ÂNGELO GOULART VILLELA – Com o Dr. Francisco, o Dr. Perrella, qualquer um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Qualquer um. Isso é muito importante.

Pois bem, peço um pouquinho mais de agilidade para que nós possamos...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, enquanto estão saindo, eu vou repetir uma sugestão que já fiz a V. Exª no outro dia. Com todo respeito aos colegas, eu acho que a gente deveria estabelecer um prazo: começou o depoimento, então dá duas horas para as pessoas se inscreverem, porque, senão, o que acontece? Chega um Deputado, chega um Senador às 2h da tarde, se inscreve e começa a fazer de novo todas as perguntas que já foram feitas. Aí fica um negócio desrespeitoso com quem está aqui e com o próprio depoente. Então, eu acho que V. Exª deveria estabelecer um prazo: "Olha, começou às 9h30; então, até as 11h todo mundo que quiser se inscrever se inscreve." Porque senão, sinceramente, o cara chega aqui às 3h da tarde, se inscreve para perguntar

O cara chega aqui às 3h da tarde, se inscreve para perguntar tudo que já foi perguntado duas vezes!

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – E há uns que chegam aqui e nos xingam ainda!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E vão embora!

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Nos xingam e vão embora! Eu estou seis horas sentado aqui. Tem que ter paciência!

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas, Senador, por exemplo, há vários... Por exemplo, eu estava na CCJ e aí venho para cá. Como é que faz?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Deputado, eu não falei para o senhor.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu sei que não estava falando de mim, mas estava defendendo outros também.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Paulo Pimenta, eu vou submeter ao Plenário o seguinte: após a abertura dos trabalhos, a lista vai permanecer ali por 30 minutos para se inscreverem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Uma hora? Então, aberta a reunião, por uma hora, a lista vai ficar à disposição. Evidentemente, nós vamos ter problemas pela frente, mas eu estou de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Uma hora. Vamos colocar uma hora. Duas horas não resolve.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Começa com uma hora.

Os senhores que concordam que essa lista permaneça após a abertura dos trabalhos por uma hora permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos aprovar, então. Está aprovado.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é tornada secreta às 15 horas e 47 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Hélio José, Roberto Rocha, Lasier Martins, José Medeiros, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Jones Martins, Celso Maldaner, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, Fausto Pinato, João Gualberto, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Rocha, João Rodrigues, Hugo Leal, Jose Stédile, Juscelino Filho, Félix Mendonça Júnior, Pompeo de Mattos, Professor Victório Galli, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Delegado Edson Moreira, Paulo Paim, Leonardo Quintão, Wilder Morais, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Carlos Marun, Renzo Braz, Laerte Bessa, Heuler Cruvinel, Arnaldo Faria de Sá, Marcelo Squassoni e Delegado Francischini. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas com base nos Requerimentos nº 38, 111, 118 e 239/2017. Oitiva do Francisco Assis e Silva, em atendimento aos requerimentos 38/2017, 111/2017 e 118/2017; do Vinícius Marques de Carvalho, em atendimento ao requerimento 239/2017. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2017** que: "Requer convocação do Sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2017** que: "Convoca Victor Garcia Sandri, empresário, para prestar depoimento à CPMI." **Autoria:** Deputado João Gualberto. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Wadih Damous. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2017** que: "Requer a convocação do sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Delegado Francischini. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2017** que: "Requer transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Claudio Rego Aranha, de setembro de 2007 a junho de 2008." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento mais uma vez os nossos colegas Senadores e Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para – aspas – "investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas J&F e JBS em operações realizadas com o BNDES e BNDESPAR, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F."

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Dr. Francisco de Assis e Silva e também do Sr. Dr. Vinícius Marques de Carvalho; o Dr. Francisco, Diretor Jurídico do grupo JBS e o Dr. Vinícius Marques de Carvalho, ex-Presidente do Cade. Faço recordar aos nobres Parlamentares que conforme deliberado na reunião passada, a lista de inscrição para perguntas aos depoentes já estará aberta para inscrição por uma hora, a partir deste momento.

Solicito, então, à Secretaria que conduza, por favor, à mesa o Dr. Francisco de Assis e Silva. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Dr. Francisco a presença de V. Sª, por ter aceitado o nosso convite. Também cumprimento o Dr. Ticiano, advogado do Dr. Francisco, e o Dr. Pedro Ivo, também advogado, que está acompanhando o Dr. Francisco de Assis e Silva, Diretor Jurídico do grupo JBS.

Eu pergunto aos nobres Senadores e Deputados, antes de passar a palavra ao Dr. Francisco, se querem fazer uso, pela ordem.

Pela ordem, Dr. Wadih.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dar bom dia aos colegas da mesa.

Confesso uma certa dificuldade, uma certa perplexidade, porque nós estamos hoje aqui diante de um depoente que é advogado da empresa investigada, mas ao mesmo tempo é delator. Eu tenho dificuldades de entender onde começa um e acaba o outro, e vice-versa.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero dizer que o depoente tem que ser ouvido, tem que falar conosco. Eu entendo que obviamente ressalvado o sigilo de ofício. Faço sempre muita questão, quando há advogados envolvidos, V. Exª sabe bem disso; e tenho, reiteradas vezes, dito que advogado não tem que falar aquilo que diga respeito à sua atividade profissional com o cliente.

Agora, nesse caso específico, eu não sei onde começa um e onde termina o outro. É claro que no curso aqui da nossa audiência, nós vamos esclarecendo esses pontos. Mas eu acho imprescindível que o depoente fale aquilo que lhe for indagado. Obviamente que aquilo que diga respeito à sua atividade profissional como advogado está resguardado pelo sigilo legal. Mas como nós temos essa dificuldade... Eu reitero que tenho uma certa perplexidade aqui em entender essa imbricação do delator, do advogado, enfim, porque o depoente acaba sendo as duas coisas. Ele fez delação e, ao mesmo tempo, atua como advogado. Quer dizer é algo...

Isso, inclusive, Sr. Presidente – aqui aproveitando o meu papel, a função que me foi atribuída por V. Exª nesta Comissão –, mostra a necessidade imperiosa de nós regulamentarmos, com rigor e precisão, o instituto da delação premiada. Esse é mais um efeito dessa zona cinzenta de que nos falou o procurador, ontem, em relação à figura da delação premiada, que é um instituto novel no Direito brasileiro, mas que desafia uma imediata regulamentação. Eu tenho a certeza de que esta CPMI será um instrumento importante de contribuição para esse aperfeiçoamento.

Então, Sr. Presidente, a questão de ordem que eu apresento é neste sentido: nós temos que ouvir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer fazer uso da palavra antes de conceder a palavra ao Dr. Francisco e seus advogados, Deputado Paulo Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, as dúvidas que eu tinha, de certa maneira foram aqui colocadas pelo Deputado Wadih. Eu também estou tentando entender o papel do cidadão. Custa a mim entender como um advogado, que age como advogado de uma empresa num processo, faz tratativas, acompanha delações, articula esquemas criminosos – como ele mesmo relata numa entrevista em que inclusive se autoelogia bastante pela sua sabedoria –, vira delator? Com as informações que ele recebia dos clientes, as coisas que ele fazia, continua como advogado depois?

Se o cara é delator, é um criminoso. Todo delator é um criminoso que confessa os seus crimes para ganhar benesses nessa famosa delação premiada, que virou agora a mania.

Então, eu estou curioso inclusive para entender essa figura, uma vez que ele se declara o primeiro advogado delator da história do Brasil, talvez até para que sirva como referência para debate nas faculdades de Direito, nos cursos de Direito. O que é na realidade um advogado delator? Então, vamos ter oportunidade hoje de ouvir e conhecer um pouco dessa jabuticaba, como costuma ser utilizado aqui no Brasil, e as perguntas eu vou fazer depois de ouvir a apresentação do primeiro advogado delator do Brasil, conforme ele mesmo se declara nas manifestações que faz pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Dr. Francisco, o Parlamentar aqui sempre tem direito a fala em qualquer Comissão, Plenário, e isso está dentro do nosso Regimento. Hoje está fugindo um pouquinho do *script* porque, geralmente, eu abro e passo logo a palavra ao nosso depoente.

Aproveito para cumprimentar o Senador Airton Sandoval, nosso primeiro aqui, e o Senador Lasier Martins, duas figuras maravilhosas que estão aqui nesta Casa, no dia a dia, com a gente. Então, hoje está acontecendo aqui essa especificidade diferente um pouco, mas é porque, Deputado Paulo Pimenta, o Dr. Francisco, orientado por seu advogado, especialmente o Dr. Ticiano, está falando e se propondo a uma reunião fechada. Mas tanto V. Exª quanto o Deputado Wadih deixaram claro que...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O delator abre mão do silêncio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Delator não pode mentir e delator abre mão do silêncio. O delator tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas antes de passar a palavra para o Dr. Francisco de Assis, passo a palavra ao Relator Carlos Marun e também a quem mais interessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Meu bom dia a todos, Sr. Presidente, Sr. Depoente, Srs. Advogados, Srs. Parlamentares.

Em relação a esse pleito até feito pelo depoente, eu entendo como advogado que sou que existem questões do relacionamento direto cliente/advogado que até devem permanecer em sigilo e não devem ser objeto nem de depoimento, nem de delação.

Agora existem questões aqui principalmente de cronograma de quando aconteceram algumas reuniões que interessam demasiadamente a essa Relatoria e que eu, obviamente, a respeito disso, farei questões, farei perguntas, comprometendo-me a não, de forma alguma, ultrapassar a situação preservada dessa relação, até porque, da mesma forma que o Wadih, também sou advogado.

Só quero fazer outro comunicado. Eu sou muito adepto – e favorável – da isonomia, tratamento igual aos iguais. Nós aqui aprovamos alguns requerimentos na forma de convite e outros na forma de convocação. Eu entendo que isso gera, em relação aos convocados, de pronto, algum tipo de resistência, porque é diferente de outros que, em situação semelhante, foram simplesmente convidados.

Em função disso, de buscar um tratamento igual aos iguais, em função dos depoimentos já prestados pelo Sr. Willer e pelo Sr. Ângelo ontem, eu estou encaminhando um requerimento pedindo que seja transformada em convocação o convite feito ao Procurador, ao ex-Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, para comparecer a esta CPI.

São informações muito fortes, a princípio coerentes com datas, com situações que se colocaram... Existe um fato que é insuperável, que é um fato, não estou falando aqui em teoria, em vontade, em ilação, que é o fato de que esse advogado e esse procurador permaneceram presos 76 dias sem que fossem sequer ouvidos. Isso é um fato. E isso depõe contra a Justiça, depõe contra tudo que eu possa entender como Estado de direito. Dois cidadãos presos não serem sequer ouvidos por 76 dias. Isso é uma situação completamente absurda.

Quem aqui nesta Casa, que é um altar, que é uma trincheira da democracia, bate palma para isso está ferindo o juramento que fez frente à Constituição, no dia em que tomou posse e, no meu modo de ver, é indigno até... Independentemente da pirotecnia que faça, é indigno até de permanecer nesta Casa, de ser um Parlamentar.

Então eu estou encaminhando ainda no dia de hoje e peço, Sr. Presidente, que na próxima sessão em que viermos a analisar os requerimentos, que eu entendo que deva ser no fim de outubro, até porque temos bastante coisa até lá. Salvo se tivermos algum sigilo para quebrar, alguma coisa nesse sentido, eu peço que seja priorizado esse requerimento que estou encaminhando, repito, transformando de convite em convocação o requerimento que encaminhamos a respeito da participação do ex-Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a ontem, o que tivemos aqui é que muita gente acha que a gente aqui é boneco, que não corre sangue nas veias. Corre! Corre sangue nas veias! Não sei. Será que para ser Parlamentar a gente tem que pegar e tirar o sangue e botar água? E ontem eu tive uma desavença, até porque me senti injustamente citado pelo Senador Randolfe, injusta e desnecessariamente. Eu estava aqui ouvindo-o com todo o respeito e ele se dirigiu a mim de uma maneira que eu entendi desairosa, eu respondi, o tom subiu, mas eu peço que isso não seja interpretado como nada mais do que foi, digamos, como uma desavença que não chegou, não passou de palavras, não chegou às vias de fato, não chegou a nada nesse sentido, entre duas pessoas que tiveram naquele momento pensamentos contraditórios e que se julgaram ofendidos no decorrer da discussão.

Obviamente, o bom é que não aconteça, mas se acontecer, também não é nenhuma tragédia, porque eu acho que o ruim seria se nós ficássemos todos aqui feito vaquinhas de presépio, quietinhos, simplesmente entendendo que o bom lá é o silêncio para parecermos bem-educados. Então, aconteceu. Da minha parte, está superado. Espero também que assim seja da parte dele.

Então, aconteceu. Da minha parte, está superado. Espero também que assim seja da parte dele.

Novamente ele não está aqui. Novamente não está aqui. Isso é que me trouxe até... Novamente não está aqui. Daqui a pouco, vai aparecer com as perguntinhas feitas e vai fazer, vai embora e vai dar entrevista ali, para brilhar. Mas, da minha parte, isso está superado, e espero que também assim seja da parte do Senador, até porque me entristece me referir a um Senador da República – por eles tenho o máximo respeito – da forma como me referi ontem ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Deputado Carlos Marun.

Então, V. Exª gostaria que esta reunião fosse aberta?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k.

Com relação a esse requerimento, falando hoje, logo pela manhã, com o Senador Lasier, por quem tenho muita admiração – ele sabe disso –, ele disse o seguinte: nós precisamos ouvir o Dr. Rodrigo Janot, porque o Dr. Willer veio aqui, falou um punhado de coisas, também o Procurador Ângelo Goulart, e nós precisamos ouvir o outro lado.

Eu disse para o Senador Lasier que concordo plenamente que ele venha realmente o mais rápido possível, para também fazer aqui os seus esclarecimentos devidos.

Senador Lasier, pergunto a V. Exª e também ao Senador Roberto Rocha, nosso companheiro de longa data, ao Senador Airton e aos demais, se nós... Isso, porque o Dr. Francisco está propondo, através do seu advogado, uma reunião secreta, mas ele está em processo de delação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi já três Parlamentares e gostaria de ter a opinião também dos senhores com relação a esta reunião, sobre se nós a fazemos aberta ou fechada.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Obrigado pela palavra, Presidente Ataídes.

Cumprimento os integrantes da Mesa, os colegas.

Bem, duas colocações rápidas: primeiro queria saber qual o prazo que temos para terminar esta CPI. Qual o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Acredito que 18 de dezembro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Dezoito de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu acredito.

Se necessário for, nós iremos prorrogá-la.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Bem, é que há muitos feriados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Em 22 de dezembro, mais precisamente.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Então, temos que andar rápido, porque há vários feriados pela frente.

Com relação ao pedido do nosso questionado de hoje, acho que, na medida em que abrimos o precedente ontem, vamos ter que manter, vamos ter que continuar, agora, desde que se justifique plenamente o porquê da reunião fechada.

Quem sabe lá... Não sei se seria possível o nosso convocado explicar por que ele quer a reunião fechada. Que ele nos convença de que precisa dessa reunião fechada.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos passar a palavra para o advogado, Dr. Ticiano, que vai se explicar.

Com a palavra o Senador Airton.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Em primeiro lugar, nós temos que ver a conveniência da Comissão. O que vai ser mais importante para nós?

Eu até entendo que o delator terá mais liberdade para dizer tudo que sente, tudo que sabe, tudo que acontece numa reunião secreta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, se isso for melhor para o trabalho desta Comissão, eu defendo a posição de que poderíamos fazer uma reunião secreta.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Por isto é que eu estou realmente buscando essas informações com V. Exªs.

Passo a palavra ao Senador Roberto Rocha. Depois, ao Deputado João Rodrigues.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) – Eu, muito brevemente, quero cumprimentar todos vocês e dizer que acho que devemos dar o máximo de conforto possível ao Dr. Francisco, com todo o respeito ao Relator. Se ele deseja – e com isso se sente mais à vontade – que essa reunião seja secreta, para o melhor proveito dela, eu estou de acordo que ela seja secreta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Quero cumprimentar os Srs. Senadores.

Eu vou na linha do Senador Lasier Martins por uma razão óbvia. Ontem, as declarações do Procurador Goulart, aqui, foram pesadas e fortes em relação ao convocado de hoje. A pergunta que se faz: realmente, se ele convencer o Plenário de que é necessário portas fechadas, por quê? Se tem algo a dizer que não possa ser dito para que a imprensa registre, até pode ser. Agora, se não quer falar o que tem que falar olhando para a imprensa, porque se sente constrangido em confrontar fatos de ontem com fatos de hoje, aí tem que ser aberta; só pode ser sigilosa se houver algo diferente do que ele disse até agora. Se é para dizer tudo que já foi dito, é questão de ter coragem de olhar para os grandes veículos de comunicação que estão cobrindo esta reunião.

Então, é importante isso. Se ele convencer todos nós: "Olha, eu tenho declarações importantes que não podem ser reveladas em público", aí se faz necessário. Agora, eu fico constrangido de dizer ou desdizer o que o Procurador Goulart disse ontem. Há dois fatos, nós temos que avaliar. Se for fato novo e algo que realmente mereça sigilo, tem que ser dado; se é por constrangimento, eu acho que aí não, deve ser aberto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Deputado Izalci. Depois, ao Deputado João Gualberto.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, o papel da CPMI, a população...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Parlamento é onde há a oportunidade de você levar ao conhecimento público. A população está acompanhando isso, a população quer saber disso. O Judiciário tem a tradição de as coisas funcionarem mais sigilosamente, isso é o papel do Judiciário. Agora, no Congresso, a coisa é mais aberta.

Óbvio que nós devemos ver a questão legal, mas eu pediria e insistiria um pouco com o nosso depoente que, na medida do possível, fosse aberta. Seria muito importante, porque hoje a população... Talvez a TV Câmara e a TV Senado hoje tenham uma audiência muito grande, porque eles querem saber. É uma questão gravíssima que levou o Brasil a uma situação caótica, como estamos enfrentando na economia, em função desses escândalos todos, e a população agora acompanha passo a passo.

Então, se der para a gente... Eu acho até que é uma oportunidade que ele tem de mostrar para a sociedade que ele quer contribuir com o País, contribuir com a transparência. Então, na medida do possível... Agora, é óbvio que se irá falar só se for fechada, é evidente que nós precisamos aproveitar ao máximo as informações; mas nós não podemos também ficar aqui...

Daqui a pouco serão 11 horas e a gente não consegue iniciar os trabalhos. Vamos ver qual é a justificativa dele. Se não for, a gente decide.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Correto. Agradeço V. Exª.

Passo a palavra ao Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Presidente, eu sempre sou favorável à reunião aberta, mas ontem houve até votação aqui para saber se a votação seria aberta ou fechada. Eu fui o único que votei a favor da reunião aberta. Então, por questão de isonomia, se eles querem fechada, tem que ser fechada. Claro. Vocês todos ontem votaram por reunião fechada; por que hoje querem tratamento diferente?

O Marun acabou de falar de isonomia. O advogado estava ali ontem, mas teve que se retirar. Há, inclusive, a questão da retirada dele. Ele tem toda razão de querer a fechada. Se há isonomia, tem que haver isonomia para todos. Mas registre-se que eu sou sempre favorável à reunião aberta. Eu acho que todos deviam ser coerentes com o que votaram ontem, claro.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Alertado pelo Deputado João Gualberto, eu quero dizer que não tenho objeção nenhuma a que esta reunião se faça fechada. Realmente, isonomia tem a ver com coerência. Realmente, permitimos aqui...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu acho que o depoimento de ontem foi...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Realmente, o advogado Willer falou aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Quantas horas foram ontem? Uma hora fechada e cinco horas aberta.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Da minha parte, não há objeção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito.

Nós vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra para o Dr Ticiano, para que ele possa, então, justificar o porquê dessa reivindicação da reunião fechada. Entretanto, eu quero dizer que vou submeter essa questão ao Plenário. Eu quero ouvir cada colega, mas vou submeter a questão ao Plenário.

Eu quero deixar claro também que o Dr. Francisco de Assis e Silva está em processo de colaboração. Ele é obrigado a colaborar com a Justiça. E isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como foi bem colocado pelo Deputado Wadih. Ele, inclusive, falou que foi presidente da OAB do Rio de Janeiro. E está confuso com essa relação de advogado e delator. Eu acho que diante desse quadro, essa é a minha posição, nós deveríamos fazer esta reunião aberta, mas o Plenário é soberano.

Vamos ouvir, então, o Dr. Ticiano, e depois vou colocar essa questão em votação.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Exmº Srs. Parlamentares, Dr. Francisco, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Wadih Damous, que também foi meu presidente na Ordem, a situação é bem simples para justificar o porquê da reunião sigilosa. A questão de o advogado passar a ser colaborador é daí que se delimita o âmbito do que ele vai depor, porque ele vai depor sobre aquilo que ele colaborou. Sobre o que ele é colaborador ele é obrigado a depor.

V. Exª, Sr. Presidente, tem toda razão. Mas dentro do que ele colaborou há investigação sigilosa. E da mesma forma que ele vai falar ... Ele não está se opondo a falar por causa de a reunião ser aberta ou fechada, mas, sim, diante do respeito ao sigilo da investigação. Mas falará para V. Exªs, como ontem o Angelo falou e como o Willer Thomaz teve, Deputado Paulo Pimenta, toda a sua reunião fechada. Não foi só durante uma hora.

Afora isso, o Deputado Izalci mencionou a diferença entre o Judiciário e o Congresso. Há uma diferença enorme, e a gente sabe disso. Mas há, na lei de colaboração, o art. 5º, inciso V, que vem sendo utilizado, no Judiciário, pelos colaboradores, que pedem o direito de não serem filmados e fotografados durante o seu depoimento, de forma a que a imprensa fique de fora dos depoimentos. Esse artigo garante que se preserve a integridade física ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eminentes Parlamentares, não é questão de se omitir, de se negar a depor. Ele vai depor, mas o que pede é que seja feito, além do tratamento isonômico, como o Deputado Marun mencionou para nós, lá na conversa anterior, na sala.

Além desse tratamento isonômico com o Willer Thomaz e com o Ângelo que foi dado, é que ele fique livre para poder depor sobre as questões sigilosas. Então, para a gente poder dar o encaminhamento mais rápido à Comissão, como o Deputado Izalci falou, que se permita essa reunião fechada, para que ele possa colaborar com as investigações da CPMI prestando um depoimento pleno aqui hoje.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Permite-me uma pergunta, Dr. Ticiano?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Claro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Ontem nós tivemos aqui o Dr. Ângelo, que fez uma parte aberta e outra parte fechada. Poderíamos cogitar disso hoje.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Hum, hum.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Mas, pelo que o senhor está dizendo, o nosso inquirido vai dizer aquilo que ele não disse na delação. Ele vai avançar.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não, não. O que eu estou dizendo é que há muita coisa que veio à tona que parece que o assunto do anexo sobre o advogado e ex-procurador está esgotado, mas não está. Nós trouxemos, inclusive, documentos aqui de áudios transcritos a que V. Exªs ainda não tiveram acesso.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Sim.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Então, não é questão de falar mais ou menos do que está lá, mas, como há a investigação sigilosa, poder passar a V. Exªs os documentos para que sejam feitas perguntas sobre esses anexos e sobre esses apensos.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Sim, mas o Dr. Francisco vai repetir aquilo que ele já disse na delação, só isso. O que vai acontecer é isso.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Ele vai falar sobre o que ele colaborou, como o nosso ex-Presidente da Ordem mencionou, e o Deputado Carlos Marun também, como advogado. O que é sigilo profissional ele não vai poder falar. O que vai ser explicado de início é essa passagem do advogado para o colaborador, mas sem, em seguida, perder a condição de advogado do grupo empresarial. Então, dentro do âmbito do que foi colaborado, ele vai esclarecer, talvez, algumas coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exªs não saibam ainda, mas está aqui, e o que V. Exªs perguntarem. Nada nesse âmbito vai ser invocado o direito ao silêncio. V. Exªs podem ter certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, vamos decidir então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Tá, mas aqui dá para a gente... Eu gostaria...

Quem concordar que essa reunião seja aberta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aberta, aberta.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, o advogado fez a justificativa para colaborar por questão de sigilo... Ele quer fazer fechado. Eu acho que o tratamento isonômico nós vamos ter que conceder, até porque interessa para nós a informação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra para o Dr. Francisco, porque estão faltando ainda três Parlamentares para dar quórum, para completar o quórum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas é só para deliberar, Presidente?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, vai ficar fechada então?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos fazer fechada. Eu peço, então, à imprensa...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu só acho que V. Exª poderia, não agora, fazer uma discussão sobre... Eu, pelo menos, penso assim: uma coisa é uma pessoa sendo investigada, um réu; outra coisa é o delator.

O delator, quando abre mão do silêncio e se torna um colaborador, os áudios são públicos, estão filmados. Então, eu acho que os delatores – até para nós podermos ter uma regra que sirva para outras situações – não deveriam ser tratados dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Veja bem. Eu entendo que é fortíssima a alegação, inclusive, que me foi alertada pelo Deputado João Gualberto, sobre a isonomia. E a outra situação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós podemos, de repente, inibir outras pessoas que têm o desejo de vir aqui colaborar, mas se sentem impedidos de participar. Outra coisa, vamos ser francos: o segredo real não existe.

Então, eu penso que, neste momento, eu também me somo ao Izalci, pois penso que é mais importante nós obtermos as informações do que termos uma imediata divulgação do que aqui estamos fazendo neste momento.

Então, fica o meu aplauso para a decisão tomada pelo Presidente de fazermos a reunião fechada. E vamos trabalhar, até porque temos bastante coisa para fazer. Temos mais um depoente a interrogar, que terá de aguardar todo o andamento desta reunião. Eu acho que, até por respeito a ele, nós devemos começar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu só acho um tanto quanto estranho porque o depoente está em processo de colaboração. Eu volto a repetir. Mas o Plenário é soberano.

E, se o Dr. Francisco vai dizer tudo, responder às nossas indagações, é uma outra questão, não é?

Como disse o Deputado Wadih, é realmente uma grande confusão, eu que também vim do direito, um advogado virar delator. Mas o Dr. Francisco está aqui na obrigação de colaborar com esta CPMI.

Vamos fazer fechada, se V. Exªs concordam. Vamos fazer, então, fechada.

O Dr. Francisco se compromete a dizer a verdade para nós, Dr. Francisco?

O SR. FRANCISCO ASSIS E SILVA – Sobre os termos da colaboração, sobre o fato para o que colaborei, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pois bem.

Transformo a presente reunião em reunião secreta.

Dessa forma, determino ou peço, melhor dizendo – não gosto desta palavra "determino" –, que seja interrompida a transmissão pela TV Senado, pela internet e pela Rádio Senado, e que permaneçam no plenário apenas os Senadores, os Deputados Federais, a secretaria da Comissão, o técnico de som, o depoente e seus advogados.

Solicito aos demais que deixem o plenário, e à polícia que assegure o cumprimento desta determinação.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 50 minutos e é reaberta às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a presença do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Agradeço a presença e lhe peço desculpas, Sr. Vinícius, pela demora. Nós estávamos aqui colhendo o depoimento do ex-diretor do departamento jurídico da JBS e a coisa esticou. Peço-lhe desculpas.

O senhor sabe que o motivo que ensejou esse convite a V. Sª é o fato de o senhor ter sido presidente do Cade. Esse requerimento, se não me falha a memória, é de minha autoria ou é do Izalci... Mas eu acho que é de minha autoria esse requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Já é sabido por todos nós que o grupo JBS estava formando um verdadeiro monopólio da carne no País. Isso é sabido inclusive por aquelas pessoas mais simples hoje, de qualquer canto do nosso País. Estava comprando inclusive plantas frigoríficas tão somente para tirá-las do mercado; e muito mais do que isso.

Eu venho da contabilidade, do direito e, como empresário, as atribuições do Cade, desse conselho, são exatamente uma dessas aqui: evitar esses monopólios. Isso é muito danoso a uma nação.

Por isto eu resolvi fazer esse requerimento e convidar V. Sª para que aqui explicasse para nós se o senhor, como presidente desse grande conselho administrativo, não viu essa catástrofe sendo anunciada.

Portanto, eu passo a palavra para o senhor por até dez minutos. Se for necessário pode alongar um pouco mais, mas eu gostaria muito de ouvi-lo, e os nossos colegas aqui também. Nós estamos aqui com o Sub-Relator da área fiscal, agropecuária e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSDB - MG) – ...e previdenciária, o Deputado Hugo Leal, que também precisa muito ouvir V. Sª.

Com a palavra.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado, Senador Ataídes.

Deputado Hugo Leal, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes hoje.

Eu elaborei uma pequena apresentação, Presidente, tentando, nesse começo de diálogo que nós teremos aqui hoje, apresentar as principais características e o desenho institucional do que é o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência hoje, para que depois, ao longo dos questionamentos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das perguntas, eu possa endereçar eventuais preocupações e questões, enfim, que os senhores tenham. Eu vou tentar ser bem sucinto nesse primeiro momento e, depois, se houver alguma dúvida, eu posso voltar a esse ponto.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência nasce basicamente com uma estrutura importante a partir de 1994, com a Lei 8.884. E nós tivemos uma mudança muito, muito importante, a partir de 2011, com a Lei 12.529.

Eu vou mostrar, se for possível passar o eslaide.

Antes, no período da Lei 8.884, nós tínhamos esse desenho do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nós tínhamos a Seae, no Ministério da Fazenda, que é a Secretaria de Acompanhamento Econômico; a Secretaria de Direito Econômico, no Ministério da Justiça, e o Cade.

Como isso funcionava? Defesa da concorrência tem duas grandes funções, no Brasil e no mundo: a análise de atos de concentração, que são fusões e aquisições de empresas, coisas desse tipo; e investigação de condutas anticompetitivas. Vou dar o exemplo da mais famosa delas que é o cartel.

Quando esses atos de concentração ou condutas começavam a ser investigados ou submetidos ao sistema, eles eram instruídos pela Seae ou pela SDE e depois iam para o Cade com o parecer pela aprovação, reprovação ou aprovação sem restrições, condenação ou não, no caso de cartéis, e o Cade julgava isso. Era escolhido um conselheiro Relator, que analisava o processo e emitia uma opinião, que era votada no plenário, como um tribunal mesmo, típico.

A mudança que aconteceu com a nova lei de defesa da concorrência, a primeira grande mudança foi – a seguir – que você tem o surgimento do novo Cade, que vai passar a ter um tribunal administrativo, que vai ocupar as funções que anteriormente eram exercidas pelo Cade.

Então, esse tribunal continua exatamente com as mesmas funções. A diferença é que o Cade passa a ter uma superintendência geral e essa superintendência geral passa a ser responsável por aquelas atribuições que existiam antes da Seae e da SDE – instruções de Atos de Concentração e de condutas anticompetitivas –, com uma diferença importante.

Os atos de concentração, que são analisados na superintendência geral, num primeiro momento, só sobem ao tribunal para serem julgados se houver algum tipo de sugestão de restrição àquele ato de concentração feito pela superintendência, ou algum dos conselheiros pedir que esse ato suba, o mecanismo de avocação. Se não, a decisão da Superintendência-Geral é uma decisão terminativa, digamos assim. É mais ou menos como funciona no Congresso quando um projeto de lei, aprovado pelas Comissões, já pode ir para a outra Casa, a não ser que tenha recurso ao plenário. É mais ou menos esse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cade, então, nesse novo modelo, é composto pela Superintendência Geral. O Superintendente Geral tem mandato. Quando eu digo mandato é aquele aprovado pelo Senado, com todo aquele procedimento típico de cargos que têm mandato. Existe um Departamento de Estudos Econômicos, que faz as análises econômicas e que instrui, ajuda na instrução dos casos; uma Procuradoria Federal especializada junto ao Cade, que também tem uma característica interessante, porque, dentre todas as autarquias federais, a Procuradoria do Cade é a única em que o Procurador também tem mandato.

Há a presença – isso também é outra, digamos, especificidade do sistema – do Ministério Público Federal oficiando de dentro do Cade. Então, ele não faz um controle externo típico do que o Ministério Público em geral faz, mas ele oficia e dá pareceres nos casos dentro do Cade. E o Tribunal Administrativo, com seis conselheiros e um presidente, que julga os casos. Nesse sentido, o presidente é um dos julgadores.

Todos também com mandato e assim por diante. E o Cade também, por conta disso, tem essa especificidade: nove pessoas dentro do Cade têm mandato. São nove pessoas no Cade que têm mandato; e duas cabeças, um presidente e um superintendente-geral. O Superintendente-Geral não responde ao presidente do Cade nem aos conselheiros. Ele tem total autonomia para fazer o trabalho dele.

Pode passar, por favor.

E a outra grande mudança importante da lei foi a transição de um modelo que existia desde 1994, de análise *a posteriori* de fusões e aquisições.

O que acontecia até a nova lei entrar em vigor, em 2012? Os atos de concentração que as empresas faziam no mercado, aquisições, incorporações, este tipo de coisa, eles primeiro eram consumados pelas empresas e apenas depois de 15 dias, eles eram notificados ao Cade. Com base em um critério de faturamento que existia na época, eles eram notificados ao Cade.

Esse sistema gerava uma série de problemas. O primeiro problema era que as empresas não tinham grandes incentivos para trazer todas as informações necessárias ao Cade para sua análise desde o começo, porque elas sabiam que já tinham o ato de concentração realizado, e elas tinham tempo, ganhavam tempo, na medida em que o Cade demorasse com a análise.

Um segundo ponto importante era que, por conta disso, o Cade também acabava tendo dificuldades de impor remédios às fusões, porque, como acabei de mencionar, os casos, já tendo entrado em execução, muitas vezes era difícil mandar vender uma planta, mandar vender algum ativo específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E um terceiro problema que havia era o problema da judicialização dos casos. Também pelo fato das empresas já terem feito a fusão, quando o Cade eventualmente reprovava um ato de concentração, esse ato de concentração fatalmente iria para o Judiciário e seria discutido no Judiciário durante dez anos, que foi o que aconteceu, por exemplo, com o caso Nestlê/Garoto, que é o caso talvez mais famoso de reprovação da lei anterior.

Com a mudança para análise *a posteriori* que a lei nova trouxe, o Cade passa a inverter essa estrutura de incentivos e passa a ter esse equilíbrio nessa balança de poder do Cade com as empresas; e muda um pouco, muda razoavelmente. Desde 2012, não tem nenhum ato de concentração apresentado na lei nova que foi judicializado. Todas as decisões do Cade foram respeitadas pelas empresas, inclusive uma série de algumas decisões de reprovação e de remédios drásticos às operações.

Essa mudança levou a alguns indicadores importantes. Aqui vou passar rápido, porque sei que meu tempo está se esgotando, se é que já não se esgotou, que é a redução drástica do tempo médio de análise desses atos de concentração. Os senhores podem ver que, em 2011, o sistema levava 154 dias, em média, para analisar uma fusão; hoje ele leva 27 dias.

Um segundo dado importante – pode passar, por favor – é o equilíbrio entre a análise de fusões e aquisições e a análise de condutas anticompetitivas.

O Cade passou a poder se dedicar também, com mais intensidade, à análise de condutas anticompetitivas.

Pode passar, por favor.

E isso também aumentou muito a procura por acordos de leniência, aquelas situações em que as empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ...vão ao Cade confessar a existência de um cartel. Então os senhores podem ver também a curva.

Pode passar, por favor.

E essa curva é a curva de arrecadação de recursos do Cade a partir de 2012. Há um salto de R$45 milhões, de arrecadação em contribuições pecuniárias decorrentes de acordos que se fazem em caso de condutas anticompetitivas, para R$700 milhões, em 2016.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso levou o Cade a ganhar, enfim, alguns prêmios nacionais e internacionais, em razão da mudança do sistema. Eu queria ressaltar que essa mudança do sistema se deve inclusive ao aprimoramento do próprio projeto de lei que originalmente tramitava no Congresso. Mas o projeto de lei foi muito aprimorado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O Senado fez emendas, voltou para a Câmara dos Deputados. Ele foi aprovado em 2011 e entrou em vigor dia 29 de maio de 2012, que foi quando eu assumi a presidência do Cade e fiquei lá até dia 29 de maio de 2016.

Quando recebi, Presidente, o convite para estar aqui presente hoje, a convocação, eu fiz duas coisas. A primeira foi obviamente preparar esta apresentação breve; e a segunda foi, obviamente tendo em vista o objeto da CPI, ler os processos, os casos que envolveram a JBS no Cade. Eu não fui relator de nenhum desses casos, porque como presidente eu não relatava casos, como presidente do tribunal. Mas eu tentei, na medida do possível e das limitações decorrentes do fato de que hoje, como ex-presidente do Cade, eu não tenha acesso a autos confidenciais; eu tenho acesso àquilo que eu consigo acessar pela internet, dos processos do Cade. Então li as análises que o Cade fez nos atos de concentração envolvendo a JBS e me coloco aqui à disposição dos senhores para responder aos questionamentos que os senhores tiverem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª.

Como é de costume aqui, eu geralmente não faço pergunta, mas pretendo fazer aqui umas duas ou três perguntas ao Sr. Vinícius. E depois passo então a Presidência desta Comissão ao Deputado Izalci enquanto eu vou almoçar.

Sr. Vinícius, o Izalci também veio da contabilidade. A gente que vem da contabilidade goza, até certo ponto, do privilégio de conhecer o mundo dos negócios. E também o funcionamento de um conselho como esse, o Cade. Eu não quero fazer um verdadeiro juízo de valor, mas eu me sinto muito à vontade para dizer que esse conselho, sob a presidência de V. Sª, até que alguém me prove o contrário, poderia ter evitado essa grande catástrofe, Deputado Izalci. Essa grande catástrofe!

Esses irmãos Batista saiam comprando tudo. Para isso precisavam de dinheiro público do BNDES, dos fundos de pensões, da Caixa Econômica e daí por diante.

Se o Cade tivesse feito o seu dever de casa, até que me provem o contrário, não preocupado com 700 milhões de arrecadação de autos, esses irmãos Batista não teriam aprontado tanto com esse povo, o nosso povo brasileiro, e com o nosso País. Eu preciso ser convencido de que o Cade agiu corretamente, nesses últimos anos, com relação a esse grupo.

O senhor foi indicado à Presidência do Cade por qual político?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu fui indicado à Presidência do Cade... Na época em que a lei foi aprovada eu era Secretário de Direito Econômico no Ministério da Justiça. E na época em que eu fui indicado para Presidente do Cade, o Ministro era o Ministro José Eduardo Cardozo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Ele que colocou o senhor?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele que levou o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isso, o.k.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ...à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O.k.

Durante a sua gestão no Cade, houve algum tipo de influência do senhor no sentido de favorecer o grupo JBS?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O senhor ficou sabendo se algum desses conselheiros foram influenciados?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Algum político executivo contactou o senhor a fim de tentar obter qualquer tipo de privilégio? Algum político?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Em nome da JBS...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... não procurou o senhor?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Ministério Público Federal abriu investigação sobre um contrato de mais de R$400 milhões, assinado entre a termelétrica do grupo JBS e a Petrobras, para fornecimento de gás boliviano, depois de suposta interferência do Cade. Assim, então, eu pergunto: no caso explícito, qual foi exatamente a atuação do Cade e por quais motivos há suspeita de favorecimento ao grupo JBS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Senador, agradeço pela pergunta. Eu, quando esse caso veio a público, já tinha saído da Presidência do Cade há quase um ano. Na verdade, há mais de um ano. Eu saí da Presidência do Cade dia 29 de maio de 2016.

Esse processo é um processo que estava na Superintendência-Geral. Eu nem tinha, enfim, conhecimento dele, porque, como Presidente, como eu mencionei, não tomo contato com processos que estão na Superintendência-Geral. Não fiz nenhuma reunião sobre esse caso e saí do Cade, não tinha tido nenhum contato com o caso. Então, eu soube pela imprensa de tudo o que aconteceu. Então, não tive nenhuma participação no caso. Tudo o que eu li sobre esse caso, as gravações, enfim, isso que o senhor acabou de relatar, foi pela imprensa.

Então, eu não tive nenhuma atuação específica nesse caso. Enfim, eu já tinha saído do Cade há mais de um ano quando essa discussão aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Como o senhor se defende das acusações feitas pelo Ministério Público?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Mas eu não estou sendo acusado, até eu onde sei, pelo Ministério Público de nada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas o Ministério Público está investigando a atuação do Cade.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Mas ele está investigando a atuação do Cade em relação a esse processo específico.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim, sim, sim.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Como eu mencionei, eu não tive nenhuma participação nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O senhor, então, não participou?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Além do que já foi citado, em quais casos envolvendo a JBS o Cade atuou e qual foi o posicionamento do Conselho?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O Cade... Eu acho que, quando... Essa pergunta é bem... É importante...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, só para melhorar um pouquinho aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sim, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Esse processo foi protocolizado ou protocolado no dia 4/9/2015, dia em que o pleito foi autuado no Cade.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nesse período até 2016... V. Sª disse que ficou até março de 2016...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Maio. Maio. Maio.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Até maio de 2016. Nesse ano todo, entre setembro de 2015 a maio de 2016, não tomou conhecimento desse processo?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não tomei nenhum contato com o processo. Eu sabia da denúncia que a JBS estava fazendo...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas depois, não é?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, a denúncia contra a Petrobras chegou a ter matéria da imprensa na época. Vamos voltar para 2015. Chegou a ter matéria acho que da imprensa na época, falando que a Petrobras estava brigando com a J... Na verdade, a J&F estava brigando com a Petrobras e tal. Foi feita uma denúncia no Cade. Como se processam essas denúncias no Cade?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sª ainda era Presidente?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu era Presidente.

Essa denúncia, quando chega ao Cade, é autuada dentro da Superintendência-Geral. Como eu mencionei, há total autonomia da Superintendência-Geral em relação ao tribunal. Eu sou Presidente do tribunal. A Superintendência-Geral faz as investigações. Eu só tomo contato com o processo enquanto ele está na Superintendência-Geral em duas circunstâncias, se duas circunstâncias acontecerem – e aí eu e todo o tribunal. Se a Superintendência-Geral, por exemplo, fizesse uma medida cautelar numa direção ou em outra e a empresa recorresse dessa medida cautelar, ela recorreria e o processo subiria ao tribunal para avaliar a medida cautelar. Outra hipótese que aconteceria seria se a Superintendência-Geral do Cade fizesse algum tipo de acordo no processo com as empresas ou com uma delas. Aí, sim, também esse acordo deveria ser homologado pelo tribunal. Como não aconteceu nenhuma das duas hipóteses, não tinha como eu Presidente do Cade ter tomado nenhum tipo de contato com o conteúdo do processo. É isso que eu queria esclarecer.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas, diante de matérias que saíram na imprensa, V. Sª como Presidente...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não chamou a atenção, nem nada?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, nada, porque, assim, toda vez que alguém que faz uma denúncia em que vai e vira um processo no Cade ou vira um inquérito e que aparece na imprensa, algumas vezes, a gente fica sabendo pela própria imprensa. Saí uma matéria, e se fala que alguém vai fazer uma denúncia no Cade...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E levam anos? E leva um ano, por exemplo? Aqui, levou quase um ano para apurar, porque foi dada entrada em setembro de 2015.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O processo ainda está na Superintendência, até onde eu sei, em apuração.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ainda?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Na verdade, tem mais de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sr. Vinícius, o senhor disse que, em 2011, houve um avanço grande na legislação. O senhor concorda que houve um grande cartel no nosso País nesses últimos oito anos? Um grande cartel de carne? O senhor concorda?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – A sua pergunta é bem interessante, Senador, porque me permite dividir essas duas questões. O que houve – e até retomar a pergunta que o senhor me fez, porque, depois, eu acabei respondendo ao Deputado Izalci –, o que aconteceu foi um processo... (*Pausa.*)

O que aconteceu, a partir de 2000, quando a gente olha os casos da JBS no Cade, atos de concentração, a gente está falando de processos de fusões e aquisições. Quando a gente está falando de cartel, a gente está falando de empresas que continuam independentes, porém fazem acordos entre si.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Correto.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, o que houve ali foi um processo de concentração de mercado...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Monopólio.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... que pode gerar, na medida em que ficar uma empresa só no setor inteiro, um monopólio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, esse processo de monopolização ou oligopolização de um mercado pode acontecer também de duas formas: ou é uma empresa que cresce porque ela, por exemplo, faz uma inovação, cria um produto novo e, de repente, domina o mercado. Isso aqui é um exemplo do iPhone. Não quero fazer propaganda, mas, enfim, isso é algo que alguém inventou e, de repente, ganha 90% de mercado, porque o consumidor olha para aquilo e dá um valor maior para aquilo, paga mais caro por aquilo, e a empresa acaba tendo o monopólio. Outro processo é um processo de aquisição. Uma empresa compra outra empresa, que compra outra empresa, que compra outra empresa, e assim por diante.

Aqui a gente tem dois grandes conjuntos de situações quando a gente está falando da JBS no Cade, na verdade, três. Primeiro, é o processo de internacionalização da JBS: a compra da Swift na Argentina; depois, a compra da Swift nos Estados Unidos; depois, a compra da Pilgrim's. Esses são casos que, obviamente, tiveram uma série de incentivos para que acontecessem e são notificações que nem foram feitas no Brasil, porque não atingiam o faturamento que a lei exige para uma empresa notificar uma operação no Brasil, que são 750 milhões, de um lado, e 75 milhões, de outro. Se estou comprando uma empresa nos Estados Unidos que não tem faturamento no Brasil, eu não preciso dar notícia disso para o Cade. Isso é o que está na lei. Eu tenho que comprar algo no Brasil que tenha um faturamento maior que 75 milhões. Então, esses casos não são da alçada do Cade. E assim qualquer outra autoridade de concorrência no mundo também. Você tem o princípio da territorialidade.

Uma segunda situação são as aquisições da JBS que não têm a ver com carne bovina: Alpargatas, a compra da Itambé, Vigor, a compra da Massa Leve, a entrada da JBS no setor de energia – comprou uma termelétrica –, a entrada em setores, suínos e aves processados, que foi quando ela começou a também entrar em competição com a BRF nesse contexto.

Então, essas operações, do ponto de vista concorrencial, como são entradas em novos mercados, normalmente não geram preocupações da perspectiva do Cade; elas podem gerar outras preocupações de outras naturezas. E há as operações da JBS envolvendo frigoríficos, que eu imagino que sejam a principal preocupação dos senhores, e foi também a principal preocupação do Cade.

O que nós tivemos aqui? Nós tivemos o primeiro bloco de atos de concentração que foram julgados sob a égide ainda da lei antiga, foram julgados em 2013, mas foram notificados na lei antiga. O que isso quer dizer? As empresas adquiriram, a JBS adquiriu outros frigoríficos, consumou as operações e aí notificou o Cade, porque era lei antiga, julgados acho que em abril, 17 de abril, se não me falha a memória, porque eu fui olhar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Aquisições antes de 2011, é isso que o senhor está querendo explicar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Antes de 29 de maio de 2012, quando a lei entrou em vigor, porque teve uma *vacatio* de seis meses. Ela entrou em vigor em 29 de maio de 2012. Para ser bem preciso para o senhor, como as empresas tinham 15 dias para notificar uma operação, se elas adquirissem uma empresa dia 29 de maio de 2012, ou dia 28, para falar da lei antiga, elas tinham 15 dias úteis para notificar. Então, até vinte e poucos de junho de 2012, as empresas notificaram atos de concentração sob a vigência da lei anterior, e todo rito, obviamente, de análise do Cade foi o rito da legislação anterior. Então, essas operações já estavam consumadas quando o Cade foi analisá-las.

Nesse período, Deputado Izalci e Presidente, o Cade, ainda seguindo uma recomendação, na época, da Câmara dos Deputados, numa subcomissão que tinha sido criada para analisar não só as aquisições da JBS mas também da própria Marfrig e também da BRF, resolveu monitorar o setor, porque a recomendação da comissão naquela época foi: "Olha, a internacionalização das empresas é algo inevitável, a gente está vivendo num mundo globalizado, é difícil segurar a concentração do mercado, mas é importante que o Cade monitore esses mercados."

Aí, o que aconteceu? O Cade descobriu – isso eu estou falando da leitura que fiz dos processos – que havia arrendamentos de frigoríficos inativos, Senador, e ativos, que não tinham sido submetidos ao Cade pela empresa.

Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu só pensei alto aqui: esse povo gostava da coisa errada, nunca vi.

Continue, por favor.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Esses não tinham sido submetidos ao Cade. Então, o Cade não tinha conhecimento disso. Qual foi o argumento que a empresa usou? O argumento que a empresa usou foi de que arrendamento não era aquisição. Desse modo, não era ato de concentração, perante a legislação brasileira, então, eles não precisavam submeter ao Cade.

Na época, ele falou: "Não, arrendamento em tudo..." Ainda mais que você tem um arrendamento com exclusividade. Uma coisa é você... O Senador Izalci tem uma planta de frigorífico; eu tenho outra planta, outro frigorífico, e faço um contrato com ele. Como eu estou com mais demanda do que ele, eu vou usar 30% da capacidade dele, porque ele está com uma capacidade ociosa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eles arrendavam 100%?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É. Arrendavam, e não notificaram ao Cade. O problema todo era que esses arrendamentos, de novo... E há arrendamentos... A Bertin achou um arrendamento de 2008, Senador, que foi notificado ao Cade em 2016 – a Bertin já sendo JBS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E o Cade não tinha conhecimento?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O Cade não tinha conhecimento, porque essas operações... Quando você fala de investigação de conduta anticompetitiva, o Cade recebe denúncias e tal. Quando você fala de ato de concentração... Se eu for comprar outra empresa, a lei diz que a empresa é que tem obrigação de notificar ao Cade.

Às vezes, acontece, como aconteceu, por exemplo, com um hospital numa cidade do Rio Grande do Sul – agora me foge à memória nome da cidade... Havia dois hospitais na cidade; um hospital comprou o outro hospital. O Ministério Público olhou e falou: "Vocês têm que notificar isso ao Cade." E mandou para o Cade uma denúncia de que tinha havido a compra. E aí o Cade foi lá e falou: "Notifica." Notificou ao Cade.

Então, às vezes acontece esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Ministério Público... Nesse caso específico desse arrendamento, não houve nenhuma notificação por parte do Ministério Público Estadual ou Federal?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Para não ser leviano, Senador: que eu me lembre, não. Pode ser que, olhando os processos, folha a folha do processo, se ache alguma coisa ali. Mas, pelo que eu me lembro – não quero correr o risco de ser leviano com ninguém –, não.

E aí o Cade teve que analisar em conjunto esses arrendamentos, que já estavam, enfim, há alguns anos, sendo executados, na mão da JBS, e o que o Cade fez ali, junto com o caso JBS/Bertin. Aqui eu não tenho o dado exato, porque está confidencial hoje para mim, mas eu me lembro de que, dessa operação de carne *in natura,* o JBS/Bertin concentrava – olhando o mercado nacional – algo em torno de 30% do mercado.

Esses 30% se referiam ao mercado sifado, que é o mercado com Certificado Sanitário Nacional. E o dado que tem nos autos é de que esse mercado correspondia a 82% do mercado total. Então, era algo em torno de 30% do mercado, para fazer uma aproximação aqui. Se a gente olhar os autos públicos, fala entre 30 e 40% e tal. E aí, o Cade olhou para esse movimento de concentração, nesse caso específico, e falou: "Olha, eu vou fazer um acordo com vocês, já que isso aqui vocês já fizeram..." Impôs uma multa por essas não notificações de arrendamentos e falou: "Eu vou fazer um acordo com vocês, em que, daqui em diante, do dia 17 de abril em diante, tudo que a JBS fizer nesse mercado tem que ser apresentado ao Cade, ainda que não se subsuma ao critério da lei. A gente quer pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

saber que vocês estão fazendo, para eventualmente pedir para vocês notificarem" – porque só para também fazer um esclarecimento, ainda que não se submeta ao critério da lei, Senador, de R$750 a R$75 milhões, o Cade pode pedir a notificação de uma operação que não se submeta, porque às vezes você pode ter uma empresa que concentra o mercado, cuja dimensão é municipal. Então, tem um posto de gasolina lá na minha cidade, Cabo Frio. Tem quatro ou cinco postos de gasolina na cidade. Um é dono de dois, outro é dono de dois, outro é dono de um. Ninguém vai ter R$75 milhões de faturamento. Houve um monopólio, nesse caso, Todos os postos de combustível na mão de um só.

O que aconteceu a partir de então? Nós tivemos mais dois casos de frigoríficos no Cade, a partir desse momento, que foram analisados... Com exceção desse da Bertin, de 2016, que eu mencionei, que era de 2008, os outros dois foram analisados já com base na lei nova. Um foi votado hoje, na sessão do Cade de hoje de manhã, que não é um caso da JBS, mas no fim virou, se tornou, que foi a aquisição do Frigorífico Mataboi pela empresa do Júnior, que é o irmão – acho – mais velho do Sr. Joesley e do Sr. Wesley. Ele saiu da JBS, criou uma empresa dele, e comprou o Frigorífico Mataboi. Isso foi notificado ao Cade – adivinhem– depois da consumação. Foi agora a compra, não era a lei antiga. Isso a gente chama, no Cade, de *gun jumpin*g. Você queima a largada. Você tem que notificar antes de consumar. Você consuma e depois notifica. Foi o que aconteceu aqui. Tomou uma multa de R$40 milhões e, hoje de manhã – eu vi, porque a sessão é pública e, como eu estava lá esperando, fiquei ouvindo a sessão do Cade –, eles reprovaram essa aquisição. O Cade reprovou essa aquisição. Reprovou a partir de uma análise de grupo econômico, porque apesar de serem empresas diferentes, pelo fato do parentesco, chegou-se a uma conclusão de que havia grupo econômico, e aí você soma a participação de mercado do Mataboi com as participações de mercado da JBS, e o Cade falou: "Não dá."

E o outro caso foi o caso JBS-Rodopa. Envolvia três frigoríficos. Esse é um caso bem interessante porque foi a primeira vez que o Cade impôs uma restrição nesses casos com uma variação de participação de mercado muito pequena. O que eu estou querendo dizer? Em um mercado como esse, em que você tem três empresas grandes – Minerva, Marfrig e a JBS – e você tem uma franja competitiva muito grande, ou seja, pequenas empresas que têm pouca participação de mercado, mas que, somando tudo, dá muito, você pode ter uma compra de uma empresa dessa pequena, a variação de participação de mercado ser muito pequena, mas como você compra uma, e depois compra outra, compra outra e compra outra, isso pode gerar um problema. Os índices, normalmente, de concentração não pegam isso – os índices técnicos que se usam. Aí você olha para esse caso, para uma situação como essa, olhando esse processo de concentração.

Nesse parecer da Superintendência-Geral, nesse caso da Rodopa, a Superintendência-Geral detectou um fenômeno que acontece em muitas das indústrias e que, nesse caso, é muito importante: é o fenômeno de diferenciação de produtos. Antes, até 2013, quando se olhava o mercado de proteína animal, viam-se duas grandes marcas: Sadia e Perdigão. Você estava falando de suíno e aves – e perus,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas é pequeno o mercado. Esse movimento que foi feito por essa indústria de suínos foi um movimento que gerou muito valor para as empresas no sentido de construir marca. E para que você faz isso? Por que o empresário faz isso? Porque ele quer que o consumidor identifique a marca dele como um diferencial – ele consegue cobrar um preço acima do custo marginal e ter lucro econômico e, com esse lucro econômico, faz mais investimentos. Isso é lucro também e gera dividendos para os acionistas e tudo bem. Só que, quando você tem um mercado com essas características, a soma de participação de mercado não é uma questão tão trivial assim, porque, quando você tem uma marca forte, às vezes, você adquire um pequeninho, mas, como você vai colocar esse pequeninho debaixo do guarda-chuva da sua marca, você está dando um potencial para ele muito grande. A partir de 2013, final de 2013, 2014, a gente tem o fenômeno em que a JBS começa a investir muito na sua marca de combate. Não estou falando de marca de picanha marmorizada, não estou falando disso. Estou falando de marca de combate: você vai lá e compra 1kg de patinho da Friboi. Isso permite, no mercado que era conhecido como mercado "comoditizado", de produto homogêneo e tal, que você tenha uma margem maior. Com essa margem maior, se dá certo a sua estratégia, você consegue também ter mais dinheiro para investimento e você faz crescimento orgânico. Não precisa nem mais comprar ninguém, porque você tem margem para fazer o crescimento orgânico.

A Superintendência, nesse caso, falou "Não", e foi para o Tribunal. O Conselheiro Relator fez um voto muito bem feito, muito duro, com restrições muito duras, que a JBS não conseguiu cumprir. Eu saí do Cade no meio dessa discussão de que a JBS não estava conseguindo cumprir as restrições que o Cade tinha imposto. Inclusive, uma das restrições era: "Vocês não vão poder fechar isso aqui, vai ter que vender a marca da Rodopa" – que eu não lembro qual é, mas tinha uma marca que eu acho que era importante – "e um dos frigoríficos a Rodopa vai ter que continuar operando." Hoje, eu acho que o Cade está nessa discussão – quem faz isso é a Procuradoria-Geral do Cade –, nessa discussão sobre o cumprimento dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sr. Vinícius, eu vou atrapalhar o senhor...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Desculpem-me, eu me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sem problemas. É porque eu vou me retirar.

Quanto à pergunta que eu lhe fiz, V. Sª, como Presidente do Cade, não percebeu essa concentração, principalmente na área de proteína animal? O senhor não percebeu essa concentração? Não lhe acendeu uma luzinha amarela diante de tudo que estava acontecendo?

A segunda pergunta: o ex-Ministro Eduardo Cardozo, ele tinha, o senhor sabe se ele tinha algum relacionamento com os irmãos Batista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não sei se ele tinha relacionamento com os irmãos Batista na época. O que eu sei é que ele, de fato, respondendo de novo a pergunta que o senhor me fez, ele nunca me pediu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nada.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... nada em relação a "julgue a fusão no sentido A ou B". Nunca – nunca, nunca.

Isso eu posso afirmar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E quanto ao monopólio, essa concentração? Isso não lhe chamou a atenção em algum ponto dos quatro anos?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Chamou a atenção e, aí, acho que é importante mencionar para o senhor que, assim, o Cade – e isso que eu estou falando também, de novo, vale para qualquer autoridade de defesa da concorrência –, ele não é um órgão que tem função de estruturação do poder econômico, de organização e regulação de um setor. Ele tem uma função de contenção.

A atuação do Cade é sempre reativa, residual e eventual. Eu dependo de uma conduta de uma empresa, de um ato de uma empresa para que eu possa atuar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E só quando é demandado ou vocês tomam iniciativa?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – No caso de atos de concentração é quando a empresa notifica ao Cade um ato de concentração.

Eu comprei a empresa tal. Aí, eu submeto ao Cade para o Cade analisar.

Na lei nova...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas o Cade não toma iniciativa? Assim, vendo alguma coisa estranha, ele não vai lá e toma a iniciativa, não?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele pode, se ele identificar um problema de conduta anticompetitiva. Se é um caso de fusão...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é, nesse caso, por exemplo, da Petrobras aí, que saiu na imprensa, é uma coisa que... Só ela, só ela tinha esse produto e você não podia nem comprar lá fora. A JBS, pelo argumento aqui, ela queria comprar o gás de lá, da Bolívia, mas não podia, porque é exclusividade da Petrobras.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa era briga.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – E, aí, eles fizeram uma denúncia ao Cade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é, mas isso que eu estou dizendo...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o Cade tivesse tomado contato com isso, não por denúncia...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, saiu na imprensa – saiu na imprensa, na mídia.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Abre. Abre.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Aí, o Cade não atua em cima disso?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Pode abrir. Pode abrir.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas não abriram.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Em relação a esse caso de que o senhor está falando da JBS e a Petrobras?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas desse caso você tem conhecimento, quando você veio para cá...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, porque foi feita a denúncia.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas nesse caso aqui, específico, você sabe se já liquidaram esse assunto ou ainda está ainda tramitando?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Acho que está ainda tramitando, eu não sei como está.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Esse do gás, ainda?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, isso eu não sei como está.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Você não viu isso lá, não, não é?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado Izalci, eu gostaria tanto que esse depoimento aqui fosse logo pela manhã. Hoje, nós estamos, já, há mais de sete horas aqui. Então, o raciocínio fica curto, principalmente, na Presidência desta douta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vejo que nós vamos recomeçar este País. Eu percebo que não basta prender quem está lá em cima, não. Nós vamos ter que descer esse andar – nós vamos ter que descer esse andar.

V. Exª, que veio da contabilidade, por exemplo, os contadores, auditores, presidentes de agências, presidente de Cade, conselheiros. Isso está no Código Penal, art. 327, têm que responder.

Esses irmãos Batista não cometeram esse mundo de crimes sozinhos, não. É toda uma organização. Não se consegue fazer sozinho. Nós, que viemos da contabilidade... Não se consegue fazer sozinho. Claro que teve que ter a anuência, ou vista grossa, ou a miopia de alguns órgãos, por exemplo, CVM, a Comissão de Valores Mobiliários. Outro exemplo, o Conselho Administrativo, o Cade. Surpreende-me muito o Cade não ter agido rigorosamente com esses irmãos.

Eu peço licença. Eu vou almoçar. Mas eu lamento muito não poder continuar ouvindo aqui o Sr. Vinícius.

Convido V. Exª, Deputado Izalci, para assumir a Presidência.

O Relator da área está aqui, o Deputado Hugo Leal, que deverá fazer boas perguntas. Depois eu vou ter acesso às notas taquigráficas.

Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo imediatamente a palavra ao nosso Sub-Relator, Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas! Boa tarde, senhor depoente, Vinícius!

Para ser bem econômico aqui, eu entendo, nosso Presidente *ad hoc,* Izalci, que, independentemente das manifestações do Sr. Vinícius, ex-Presidente do Cade e também ex-Secretário de Defesa Econômica, nós temos que ter documentos. Eu já cheguei a fazer requerimentos, o Requerimento nº 235. Peço que isso seja registrado também em ata. Nesse Requerimento nº 235 faço a requisição de alguns desses processos administrativos que podem ser enviados até mesmo em forma digital para que se possa fazer uma apuração mais apropriada. Então, só para registrar aqui que nós já temos requerimentos nesse sentido, até para corroborar as manifestações do Sr. Vinícius que veio prestar suas informações a esta CPMI.

Acho que algumas das questões que foram objeto de perguntas pelo Presidente vão ao encontro de algumas manifestações que também fiz, que iria fazer.

Eu queria que V. Sª pudesse tentar rememorar em que período como Secretário de Defesa Econômica, como conselheiro do Cade ou até mesmo como Presidente, houve alguma percepção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguma denúncia com relação a essa questão dos processos da concentração especialmente de proteína animal.

Aliás, há uma pergunta que antecede essa. V. Sª foi Secretário de Defesa Econômica de que ano a que ano, Conselheiro de que ano a que ano e depois como Presidente?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Claro!

Obrigado, Deputado, até pela oportunidade de poder eventualmente falar um pouco da minha trajetória. Vou tomar um minuto com isso, prometo.

Eu fui Conselheiro do Cade. Hoje eu sou professor de Direito Empresarial da Universidade de São Paulo. Tenho Doutorado na Universidade de São Paulo e na Universidade Sorbonne. Fiz quatro meses de pesquisa, no ano passado, durante uma quarentena na Universidade de Yale, estudando combate à corrupção, com a Prof. Rose-Ackerman, e defesa da concorrência. Durante esse período de oito anos, eu conciliei a minha atividade de professor da Universidade de São Paulo com o cargo de Presidente do Cade, de 2012 a 2016. Em 2011, durante um ano, eu fui Secretário de Direito Econômico. E, de 2008 a começo de 2011, eu fui Conselheiro do Cade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só para repetir, então: 2008 a 2011, Conselheiro do Cade?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – De 2011 a 2012: Secretário de Defesa Econômica?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, de abril de 2011 a maio de 2012, Secretário de Direito Econômico.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Depois, de 2012 a 2016, V. Exª foi presidente do Cade?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Presidente do Cade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Então, na realidade, dentro dessa questão de concentração de mercado, V. Sª está desde 2008?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Aí, a pergunta é exatamente essa. Nesses cargos que V. Sª acumulou e pelo conhecimento, o que se discutia naquele momento de 2008 até 2016, pelo menos, sobre a questão dessa concentração de proteína animal? O que chamava atenção? Não houve nenhum fato em si, seja como conselheiro, na secretaria ou como presidente? Peço para dividir isso de forma temporal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O.k. Então, se o senhor me permitir, eu vou fazer um pouco uma ilustração desse período todo.

Quando eu cheguei no Cade em 2008, em 2007, no ano anterior, o Cade tinha julgado um processo de cartel. E aí, de novo, não estou falando de aquisições de empresas, estou falando de cartel. Empresas combinando preços entre elas, em que a Friboi na época, acho que chamava Friboi, e a Bertin acho que estavam envolvidas.

Houve uma condenação. Uma das empresas chegou a fazer um acordo com o Cade, pagou R$40 milhões na época. Infelizmente, naquela época, não existia a resolução que existe hoje, em que as empresas, para fazerem acordos com o Cade, têm que confessar a participação na conduta.

E, naquele momento... Isso, para ser muito sincero, Deputado, eu fiquei sabendo agora, olhando os processos. Tinha sido aberto um novo processo, que tinha a ver com a possibilidade da existência de um cartel. Esse novo processo agora subiu para o tribunal. E a pergunta que os senhores podem fazer e seria muito razoável que fizessem é: por que durou tanto tempo?

Eu fui olhar o processo, acho que os senhores vão ter acesso a ele, o Cade ficou oito anos – Cade e SDE – oito anos, Deputado Wadih, pedindo por ofício à Justiça Federal em Cáceres, no Mato Grosso, para ter acesso ao inquérito policial em que as provas virtuais ou eventuais provas do cartel estavam presentes. Essas provas vieram ano passado...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Da Justiça do Mato Grosso V. Sª está falando?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso, isso. Eu não sei o nome de cabeça, sei que era na cidade de Cáceres...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, sim. Tudo bem, tudo bem. Só para refrescar a memória de V. Sª, em 2000, a Friboi ou a JBS compra o frigorífico Bordon. Em 2000, Barretos. Em 2004, ela adquire os frigoríficos Frigovira, também em Rondônia. E em 2003, adquire a participação dos Bertin na BF, 2003, que são os frigoríficos de Cáceres e frigoríficos de Iturama.

Veja, nós estamos falando 2000, 2003, 2004, posso continuar aqui 2005, 2006, posso continuar com 2007, 2008. Posso ir falando cada um dos eventos aqui. Por exemplo, em 2008 a questão da Smithfield, a compra também do outro frigorífico, em Pedra Preta, em Mato Grosso.

Eu acho que não é necessário, mas eu só quero fazer a demonstração a V. Sª, que isso, esses episódios foram repetidos, e essa é nossa maior preocupação. E cabe a mim aqui, como Relator parcial de um dos assuntos, que é a concentração de mercado, entender como é que se deu isso, como é que se chegou a esse ponto.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, eu vou me permitir, Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Pois não.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... fazer um pequeno parêntese para explicar, para tentar só esclarecer.

Esses casos, 2003, 2004 e assim por diante, provavelmente foram submetidos ao Cade, se caíram no critério de R$400 milhões, que era o critério da lei antiga. Imagino que, na época, o Cade tenha aprovado.

Como que se dá a análise de um ato de concentração, quando uma empresa compra a outra? Essa análise passa por uma série de etapas, tem um guia de concentração horizontal, que é um guia mesmo, público, editado pelo Cade, em que ali aparecem todas essas etapas, como o Cade faz a análise.

A primeira etapa de uma análise tradicional, em um mercado como esse não teria como ser diferente, é a definição do mercado relevante. É uma técnica que se utiliza para se identificar o mercado relevante na dimensão produto e na dimensão geográfica. E você tem várias técnicas para analisar isso. Você tem que analisar a substituibilidade do lado da oferta, substituibilidade do lado da demanda, a elasticidade cruzada. Enfim, em um debate econômico intenso, define-se o mercado relevante do ponto de vista de produto. E do ponto de vista geográfico, é estadual, é um raio, é nacional, o que é. A partir daí, você consegue definir a participação de mercado das empresas.

O que a lei faz? A lei diz: "Olha, a participação de mercado, que é uma presunção relativa de presença de poder econômico, é de 20%."

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Vinte por cento na totalidade?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Vinte por cento do mercado relevante.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Do mercado, sim.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Interno ou de exportação também?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Interno.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o mercado relevante for mundial, por exemplo...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... se pegar um produto, é 20% do mercado relevante mundial.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mundial.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o mercado for estadual, são 20% do mercado estadual.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas é porque é importante aqui, no nosso caso, aqui, especificamente, o mercado de proteína animal é mundial, mas nós estamos...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, ele é...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, ele é mundial em termos...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O Cade define...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só o territorial, só Brasil.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, o Cade define o mercado de carne *in natura* como um mercado nacional...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... porque não tem importação. Para o mercado ser mundial você precisa ter muita importação.

E aí, o que a lei diz: "Olha, se uma empresa tiver poder econômico, isso quer dizer que a operação dela tem que ser reprovada? Não, isso quer dizer que você tem que analisar a probabilidade do exercício do poder econômico." E aí, aqui, como diziam os antigos, é que mora o busílis. Por quê? Porque aqui o Cade vai fazer um exercício de probabilidade, de análise de risco, análise de risco futuro.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – E aí, às vezes, você vai fazer a primeira análise, e é barreia à entrada. Na análise de barreira à entrada, o que significa? Olha, às vezes, se é um mercado com baixa barreira à entrada, ainda que aumente o preço, alguém entra e vou ter que abaixar o preço e tal. Então, tem que analisar a barreira entrada.

Aí entra uma análise de escala mínima viável, oportunidades de venda, capacidade ociosa das empresas. O Cade manda requerimentos de informação para todo mundo no mercado: concorrentes, fornecedores, às vezes consumidores, quando são grandes consumidores, rede varejista, essas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí, o Cade faz essa análise de barreira à entrada: a entrada tem que ser provável, suficiente e tempestiva. Passou na análise de barreira à entrada com nota azul? A operação é aprovada. Não passou? O Cade passa uma análise de rivalidade. Que é entender assim: "Olha, tudo bem. Essa empresa vai ter 30% de mercado", por exemplo. Dá para pressupor que se empresa aumentar o preço do produto dela as outras empresas que estão no mercado – eu não estou falando de entrante – mas as que estão no mercado conseguem rivalizar, conseguem absorver o desvio de demanda?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, entendi.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – E aí essas análises são todas feitas e, no final, o Cade ainda vai olhar se tem operação, se tem eficiência. Foi essa a análise que fez o Cade aprovar, por exemplo, em 1998 a Ambev, com 72% de concentração de mercado. O ato de concentração da Ambev tinha 72% de concentração de mercado e em 1998 o Cade aprovou. Não teve nenhuma operação dessas de que nós estamos tratando aqui que teve essa concentração de mercado, e eu não estou dizendo que não gerou um sinal amarelo no Cade. O que eu estava dizendo era exatamente que esse sinal amarelo veio na medida em que naquelas operações da lei antiga, em que o Cade já não tinha muito espaço para atuação, arrendamentos antigos que não tinham nem sido notificados, o Cade falou: "Olha, eu vou monitorar vocês."

Depois dessas operações, houve duas operações: a Rodopa, em que foi feita uma restrição dura, e o do Mataboi, que foi reprovado hoje...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª se manifestou sobre esse caso.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Foi esse o caminho, Deputado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Especificamente, em 2009 – V. Sª estava lá – foi quando houve a incorporação da JBS. A JBS incorporou o frigorífico Bertin. Tinha comprado até então... A BF, que era uma parcela. Era uma participação... Ela tinha comprado aquela participação da Bertin no BF, que era carne enlatada para exportação.

Aí, houve em 2009, que foi um fato. Hoje, é um fato que exatamente chama a atenção, mas em 2009 provavelmente isso também, dentro do mercado, foi um fato. Isso chegou lá? O senhor lembra?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Foi notificada ao Cade em 2009 essa operação. Foi notificada ao Cade em 2009 – lei antiga. Essa operação ficou na Seae, no Ministério da Fazenda, se eu não me engano, até 2011.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ela ficou dois anos no Ministério da Fazenda e não foi para o Cade? O Cade, que é o órgão responsável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, porque na lei anterior o Ministério da Fazenda é que fazia a instrução desses atos de concentração.

De novo, é o problema que eu mencionei. O Cade levava...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, não...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O Cade, o Ministério da Fazenda. Aliás, isso era um problema para o Cade, Deputado...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Até porque o Cade era vinculado ao Ministério da Justiça.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O Ministério da Fazenda fazia a instrução.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – E aí, o que acontecia? Se ficava um processo três anos no Ministério da Fazenda – e ficava na Seae, no Rio de Janeiro –, se ficasse três anos no Ministério da Fazenda e fosse para o Cade, e em seis meses o Cade aprovasse ou reprovasse, tomasse uma decisão, a matéria no jornal saia assim: "Cade levou três anos e meio para aprovar uma operação", porque ninguém olhava para o tempo que ficava nos outros órgãos.

Essa operação da JBS/Bertin foi protocolada em 2009 e foi julgada em 2013. Foram quatro anos. Por isso eu digo que essa lei antiga era um problema sério e gerava um problema de coordenação muito sério entre os órgãos.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas o Cade, ao ter conhecimento, mesmo ainda sob a égide da lei antiga, não comunicava, não mandava um documento ou ofício ao Ministério da Fazenda, perguntando sobre isso? Ou não era demandado por outros segmentos com relação a essas circunstâncias? Ou ficava numa forma passiva, só aguardando?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não consigo lembrar desse caso especificamente, Deputado, mas, assim...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ah, sim, tudo bem. Não precisa lembrar, não.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... normalmente, o Ministério da Fazenda instruía os atos de concentração – era competência legal do Ministério da Fazenda fazer isso. Às vezes, o Conselheiro Relator perguntava: "Olha, quando é que vocês estão pensando em mandar o caso?" Porque, às vezes, ia acabar o mandato do conselheiro e ele queria julgar o caso que estava sob relatoria dele. E aí eram contatos, às vezes, informais – então, *e-mail*, às vezes até uma ligação telefônica. Era outro órgão dentro do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse caso específico, não consigo dizer....

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, V. Sª não precisa lembrar, são fatos que já ocorreram.

O que a gente vem apurando – e cabe aqui, na visão dessa relatoria parcial – é exatamente saber desses pontos, porque não adianta a gente agora tentar justificar o passado, a gente tem que corrigir para o futuro. Nós temos a modificação em 2011, que foi providencial, até porque unificou. Haver dois ministérios tratando de um assunto é totalmente ilógico, tendo a Secretaria de Direito Econômico num Ministério e o Ministério da Fazenda fazendo esse alinhamento.

Mas a preocupação principal continua, porque a presença deles que, até então, era extremamente reconhecida como um avanço empresarial... Eles vão fazendo essa dominação. Em 2013, eles continuaram; continuaram no setor de frango, que é proteína animal, mas não era a questão do abate. Eles foram ampliando isso também.

Algum processo de abatedouro de frango, de carne, chegou também ao Cade em 2013/2014?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim. Como eu mencionei para o senhor, atos de concentração que não são de carne bovina e que o Cade julgou da JBS: Alpargatas, esses de energia...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Há a Eldorado Celulose.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... de suínos e aves.

Houve, por exemplo, a compra da JBS, quando a JBS comprou a Seara.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – A Seara e a Marfrig.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Comprou a Seara da Marfrig.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso foi em 2013?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso. Ela comprou os ativos da BRF...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso. Foi exatamente isso.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... que o Cade mandou a BRF vender.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Era suíno.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É. E, nessa época, foi visto até como uma coisa... Eu lembro de pessoas na imprensa falando: "Bom, vai entrar um *player* para competir com a BRF no mercado de aves, de processados, frios..." Enfim, nesse mercado, a participação da JBS, até onde me lembro, era muito pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eles foram ampliando a partir de 2011, 2012...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – E, hoje, se o senhor me perguntar: "Vinícius, qual é a participação da JBS em abate de frango?" Eu não sei.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eu também não sei.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não sei, porque, assim, de novo, esses casos...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas eles voltaram a trabalhar, eles já tinham um poderio grande no setor.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eles se diversificaram...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Exatamente: diversificaram-se. Em 2013, acontece exatamente isto, essa diversificação. Eles adquirem um frigorífico Independência e acho que o Tramonto – eu não me lembro aqui – e começam a fazer essa ampliação...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Do Frangosul também.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Frangosul também.

Mas eu estou dizendo o seguinte – veja que foi em 2013: são questões que podem ser episódicas, mas todas elas têm esse entrelaço e isso, para mim, é fundamental porque vai significando essa questão da concentração de mercado, e veja que já é em 2013, sob a égide de nova legislação. Mas, até então, não tinha havido nenhuma denúncia com relação a isso, não é?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, denúncia, não; foram atos de concentração que foram submetidos. Se os atos não tivessem sido submetidos, provavelmente alguém poderia ter denunciado, mas a empresa fez cumprir o papel dela de submeter o ato de concentração.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Denúncia não houve, então? Que V. Sª tenha lembrança, para esse segmento de proteína?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – De que eles, eventualmente, tivessem comprado alguém e não tivessem notificado?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso. Denúncia de concentração.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não lembro.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª não é obrigado a lembrar de nada, absolutamente, só se foi alguma coisa que chamasse a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Se tivesse chegado, provavelmente, como eu disse, chegaria à Superintendência-Geral. Eu lembro que eu – mas aí era uma discussão mais de carne bovina – cheguei e, logo que eu tomei posse como Presidente do Cade, eu recebi uma comissão.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em 2011?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Em 2012.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em 2012.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu recebi uma comissão de Deputados.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Frente Parlamentar da Agropecuária.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É. Eu recebi uma comissão de Deputados, não sei se era a Frente.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, era a Frente. Eu vou rememorar aqui: foi em maio ou junho de 2012. V. Sª, conversando com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, que tratava do setor de frigoríficos, disse que o Cade iria realizar um estudo detalhado e que o segmento de abate e carne seria acompanhado de modo especial, e aí eu aproveito para perguntar se foi feita alguma coisa.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, foi o monitoramento de mercado que a gente estabeleceu na análise.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em 2012, isso. Em 2012.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, porque a gente precisava de um caso para julgar e para poder estabelecer esse padrão.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Entendi.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Como eu disse, o Cade não consegue regular o mercado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Entendi. O papel dele é evitar a concentração.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – No julgamento de 2013, que foi esse bloco de casos que envolveu o JBS/Bertin...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... o Cade adotou esse monitoramento e aprofundou as suas análises desse mercado, que levou, no caso da Rodopa, a um parecer da Superintendência bastante – digamos – crítico do processo de concentração.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O Presidente está me olhando aqui com... Se o senhor quiser, eu paro na hora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pode ficar à vontade. V. Exª que manda.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas também porque vão se desdobrando em alguns assuntos que eu acho que são importantes porque a gente vai formando convicção. Há muita informação desencontrada, a gente começou a receber as informações do Cade também recentemente, estamos tendo acesso a outras informações.

Uma outra pergunta aqui: as votações do Cade, que discutiam essa questão da JBS, foram sempre consensuais, unânimes? V. Sª se lembra disso? Houve algum conselheiro que o senhor se lembre que votou por medidas mais restritivas quanto ao ato de concentração?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Durante a minha...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Durante a sua participação como membro do Cade e como Presidente.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Olha, eu acho que como Conselheiro, entre agosto de 2008 e final de 2010, eu não lembro – posso olhar – de ter votado casos da JBS. Eu fui procurar, quando saiu a minha convocação, quando eu fui convocado como Presidente, os casos de 2012 a 2016, mas posso olhar isso, sem problema nenhum. Que eu me lembre, o tribunal do Cade...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sim, o Pleno.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... entre 2012 e 2016, julgou o caso da Rodopa, que foi à unanimidade, e esse conjunto de casos, ali, de 2013, 17 de abril de 2013, que eu mencionei, em que houve o estabelecimento desse monitoramento que eu disse aos senhores, e foi por unanimidade também, sendo que eu acabei me declarando impedido no caso da JBS/Bertin.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª se deu por impedido nesse julgamento específico em 2013?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Só nesse, é.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em 2013?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu explico o motivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Exatamente, seria bom.

Foi uma declaração de suspeição ou de impedimento?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, impedimento. É porque eu, como Secretário de Direito Econômico, o parecer da Seae vai para a SDE, a SDE manda o parecer para o Cade com uma...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... recomendação?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, na verdade era um... Enfim, tinha uma portaria da SDE com a Seae em que havia essa divisão de trabalho: que a SDE cuidava de cartéis e a Seae cuidava de fusões. Mas o parecer, por uma questão formal da lei, tinha que passar pela SDE, e era quase coisa de burocracia mesmo, era um trâmite formal, mas, bem ou mal, eu acabei assinando uma cota no processo e achei, enfim, por segurança...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Para não ser questionado posteriormente.

Eu vou fazer uma afirmação aqui, quer dizer, pelo menos de informação, V. Sª fique à vontade, até porque já respondeu a uma pergunta semelhante do Presidente, havia alguma determinação ou sugestão por parte de membros do Governo Federal para que o Cade – entre aspas – "aliviasse" a análise de concorrência para alguns setores da economia, como a questão dos frigoríficos? Havia alguma orientação, algum tempo?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não havia? Ou pelo menos uma orientação para considerar a política de campeões nacionais? V. Sª já ouviu falar na política de campeões nacionais? Com certeza!

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse é um ponto bastante caro à defesa da concorrência. E preocupante.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Exatamente. Mas essa política dos campeões nacionais, que teve episódios, e ela foi, num momento, bem gestada, bem divulgada; se, dentro dessa métrica de análise de concentração no setor, teve alguma sugestão, determinação? No Cade, não por V. Sª, mas por outras pessoas que até eram membros do Cade?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, eu nunca recebi nenhuma orientação nesse sentido: "Ah, vote numa direção e em outra", e se eu tivesse recebido, não seria bem recebido esse tipo de orientação, isso eu posso garantir ao senhor. Posso garantir.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso eu sei, que eu já recebi informações de V. Sª, pode ficar tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Mas a gente tem que fazer essa... A CPMI tem exatamente esse papel. Nós temos que buscar aqui a lógica: se houve a facilitação, a questão do mercado, a questão da concentração, o Ministério Público foca na questão dos crimes, a gente tem que buscar exatamente no que é o papel do Cade, no que é o papel da Secretaria de Defesa Econômica.

Tem um fato aqui, já que V. Sª trabalha no Ministério desde dois mil e...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... oito.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Oito. Então, tem um fato em 2006, a ex-Secretária de Direito Econômico encaminhou ao Cade, em 2006, processo para investigar o cartel do boi. V. Sª tem esse conhecimento?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, era desse que eu estava falando quando eu falei dos dez anos.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Ah, esse é o cartel do boi?

Então, teve um processo... É bom...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Deixa eu explicar isso direitinho, porque são dois processos, Deputado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É porque esse tal do cartel do boi é antigo...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – São dois processos.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É a preliminar...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso!

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... do que aconteceu com a JBS.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É, então... Aqui entra um pouco, se o senhor me permitir, se os senhores me permitirem até... Eu sei que o meu papel aqui eventualmente não é o de fazer sugestões, mas se os senhores me permitirem...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – V. Sª tem o papel de fazer sugestão, sim. Até porque a última pergunta aqui é exatamente neste sentido: se V. Sª poderia sugerir aqui... A CPMI tem um papel a ser desenvolvido, mas tem um papel também de aprimoramento da legislação. Ou não é isso, Deputado Paulo Pimenta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Exatamente o que o senhor está dizendo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Em vários pontos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Muito, muito.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eu digo o seguinte: aqui nós não somos delegacia policial, não somos gabinete de Ministério Público, não somos gabinete de juiz, não somos gabinetes de desembargadores, não somos gabinetes de ministros, aqui nós somos Parlamentares. Aqui nosso papel é fiscalização ao Poder Executivo e aprimoramento de legislação.

Então, V. Sª sinta-se à vontade. Inclusive, se quiser encaminhar de forma expressa, ficaremos muito satisfeitos.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, eu vou só explicar primeiro essa questão do cartel. Foi um processo... E tudo isso de novo. Eu fui agora pesquisar e ler o processo. Houve um processo que foi encaminhado em 2006. Esse processo foi julgado em 2007, e houve condenações.

Então, quando eu cheguei ao Cade, esse processo já tinha sido julgado, digamos assim. Eu imagino que tenha ido para o Judiciário, porque as empresas vão recorrer ao Judiciário contra a decisão do Cade, faz parte, enfim.

Esse processo teve um, digamos, desdobramento – vamos chamar de filhote –, um processo. Houve uma reunião – eu vi no processo, tem até foto –, que teria acontecido acho que no Mato Grosso, em que o Cade pediu para a Justiça Federal no Mato Grosso acesso ao processo. Quando o Cade obteve acesso ao processo, ele não obteve acesso aos autos do inquérito policial, que era onde eventualmente... Se provas existissem, estariam lá.

Foram oito anos oficiando.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Oito anos oficiando, mas não houve nenhuma iniciativa de chegar e lá alguém chegar...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Foram lá.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E não abriu...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – A notícia que eu tive é que foram lá e pegaram o inquérito. Por isso que hoje o processo está no tribunal para julgar. Eles conseguiram pegar o inquérito em 2016. O processo subiu para o tribunal e hoje está no tribunal do Cade – neste ano agora, acho que há um mês ou dois meses.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Esse é aquele lá atrás, de 2005?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse filhote de que eu falei.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O cartel do boi?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse filhote que eu mencionei para o senhor.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Viu? Não cuida do filhote, vira monstro. Por isso que nós chegamos aonde chegamos.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Foram oito anos, enfim. Eu não vou ficar aqui elucubrando.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Era só para poder guardar essa cronologia, para a gente entender...

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O que eu, enfim... Qual é o desdobramento? As gravações estão lá. Acho que foi uma reunião que foi gravada, alguma coisa assim. Eu já vi até em uma matéria do *Valor* esse diálogo.

O que acontece? Em um caso de julgamento de cartel, de conduta anticompetitiva, o Cade pode impor medidas estruturais. O que são medidas estruturais? São medidas de venda de ativos. Então, normalmente qual é a punição tradicional em um julgamento de cartel? Multa. Como cartel é crime, eventualmente as pessoas também respondem no criminal – as pessoas físicas. A pessoa jurídica responde com multa. Quando o Cade já tem uma jurisprudência... Já houve um caso, que foi o caso do cimento, em que o Cade identificou que o processo de compra de alguns ativos na indústria – cimenteira comprando concreteira, esse tipo de coisa – foi um ato organizado, ou pelo menos de algum modo negociado dentro do cartel. "Então, o senhor compra aquela, você compra aquela, eu compro aquela, e aí a gente..." O que eu estou querendo dizer? O que o Cade fez naquele caso? No julgamento do cartel, mandou vender ativos. Nada impede que nesse caso, no julgamento desse cartel – claro, garantido o devido processo legal, a ampla defesa, tem que ver as provas, analisar, enfim, tudo isso posto –, se se chegar à conclusão de que há relação entre uma coisa e outra, o Cade pode, eventualmente, num caso de condenação, impor esse tipo de restrição. Não estou dizendo que vai fazer, não estou lá, só que é uma hipótese, que é algo que eventualmente a própria CPMI pode levantar essa questão e falar: "Olha, estejam atentos para esse ponto."

Outra coisa: os arrendamentos de plantas ativas ou inativas...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Isso é importante.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Há duas discussões aqui. Eles são arrendamentos, normalmente, até onde eu sei – de novo, não tive acesso aos atos confidenciais, mas o senhor vai ter,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os senhores vão ter –, com prazos. Se tiver prazo, a renovação desse arrendamento tem que passar pelo Cade de novo...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É porque o que existe, o que aconteceu, dentro desse período... Dentro da história do Cade e depois. Depois aconteceu basicamente a mesma coisa. Repetiu-se a história, que foi a compra de unidades frigoríficas e a paralisação do negócio, para poder fazer concentração de mercado. Isso aconteceu em Mato Grosso, em vários.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – O Cade tomou alguma iniciativa dentro dessa circunstância?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – O Cade...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Coibiu, pelo menos, essa prática de aquisição de unidades de plantas frigoríficas recém-adquiridas e depois também fechadas, ou não?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – No caso JBS/Rodopa, o Cade impôs que não podia... Dado que isso podia... Só voltando, adquire-se um ativo; o Cade aprova, por exemplo. Você pode ter uma crise econômica que possa fazer você ter que fechar uma planta. Isso pode acontecer. É de qualquer mercado. Não vou falar nem de...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ. *Fora do microfone*.) – Fato do príncipe.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É. Você tem, enfim... De 2008 a 2012, você teve uma queda nas exportações de carne. Pode ter tido esse problema. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: pode ter justificativas, mas o fato é que, se você compra ou arrenda e deliberadamente fecha esse tipo de coisa com o objetivo de elevar barreiras à entrada a seus concorrentes – porque aí você fica com o ativo e, se o cara quiser entrar, ele tem que fazer a planta dele, ao invés de comprar, pegar aquela que já estava pronta –, isso pode ser um processo de conduta anticompetitiva. Aí não tem nada a ver com fusão. É um processo de conduta anticompetitiva que pode ser aberto para se avaliar esse processo como um todo, o que também, enfim, é uma discussão, como o senhor mencionou, de futuro. Isso é uma coisa que pode ser olhada. É claro que aí tem que se tomar um cuidado enorme, porque aí vai depender muito do momento do mercado, se há interessados em adquirir. Caso seja uma decisão de desconcentrar o mercado via uma análise de conduta anticompetitiva, tem que se levar em conta também o momento. O que eu estou querendo dizer é que existem saídas.

Deputado, as decisões do Cade... O que eu posso garantir para V. Exªs é que o Cade faz um esforço enorme para tomar as decisões com base na melhor técnica antitruste existente no momento das decisões que ele toma, respeito às instituições, respeito a todos os procedimentos... Isso quer dizer que as decisões do Cade não são passíveis de crítica? Não, claro que não. Todas as decisões são.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Se até as do Supremo são, por que as do Cade não seriam?

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Claro! O que eu pressuponho – e não tenho nenhum motivo para acreditar no contrário – é que essas decisões foram todas tomadas de boa-fé. Não teve nenhum tipo de...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ. *Fora do microfone*.) – Influência.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Influência ou determinação nesse sentido. Isso eu posso afirmar, assim, do fundo da minha alma.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Indago aos Deputados se querem se posicionar. Querem fazer alguma indagação ao depoente?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não, senhor.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sem perguntas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sem perguntas. Então, Vinícius, agradeço a sua presença. Como foi dito pelo Deputado Hugo Leal, se você tem alguma sugestão que possa encaminhar à CPI...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Deputado Hugo Leal falou tudo que gostaríamos de ter falado. Aliás, eu quero cumprimentar: vocês dois foram muito bem na oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Então, declaro encerrada esta audiência, e terça-feira, não é?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Terça-feira. Com a presença do Presidente Michel Temer, o depoimento dele.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Romero Jucá, Lasier Martins, Sérgio Petecão, José Medeiros, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Leonardo Monteiro, Miguel Haddad, Izalci Lucas, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Jose Stédile, Juscelino Filho, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini, Valdir Raupp, Pedro Fernandes, Paulo Paim, Soraya Santos, Leonardo Quintão, Wilder Morais, Dário Berger, Vicentinho Alves e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Hélio José, Roberto Rocha, Ronaldo Caiado, Acir Gurgacz, Eduardo Lopes, Fausto Pinato, Renzo Braz, João Gualberto, Laerte Bessa, Arnaldo Faria de Sá, Marcelo Squassoni e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva decorrente da aprovação do Req 139/17 - CPMIJBS. Oitiva do Jorge Hereda Fontes, em atendimento ao requerimento 139/2017. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2017** que: "Requer convocação do Sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2017** que: "Convoca Victor Garcia Sandri, empresário, para prestar depoimento à CPMI." **Autoria:** Deputado João Gualberto. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 136 de 2017** que: "Requer à Secretaria da Receita Federal do Brasil levantamento de todas as empresas e participações societárias dos irmãos Joesley Batista e Wesley Batista." **Autoria:** Deputado Juscelino Filho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 173 de 2017** que: "Requer a Receita Federal o montante da arrecadação, base de cálculo e renúncia de cada imposto e contribuição social referentes às empresas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, e demais investidas do Grupo J&F Investimentos S.A." **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Sr. Eugenio Aragão, ex-procurador da República, para prestar depoimento." **Autoria:** Deputado Wadih Damous. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 241 de 2017** que: "Convocação dos Srs. Sérgio Longo, Jeremiah O'Callaghan, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Wilson Mello Neto, Marcel Fonseca e Gilberto Tomazoni, integrantes ou ex-integrantes da direção da JBS S.A., para depor na CPI." **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 244 de 2017** que: "Convite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Sra. Patrícia Pratini de Moraes." **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2017** que: "Requer às Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal a relação de incentivos ou benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos, em caráter geral ou individual, à JBS S.A. ou a outras empresas do Grupo J&F Investimentos S.A., de cópia de termos de acordo em regime especial – TARE relativos a esses incentivos ou benefícios e de relatório analítico contendo os valores referentes a esses gastos tributários." **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2017** que: "Requer a convocação do sr. Victor Garcia Sandri." **Autoria:** Deputado Delegado Francischini. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2017** que: "Requer transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Claudio Rego Aranha, de setembro de 2007 a junho de 2008." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 266 de 2017** que: "Requer a realização de reunião conjunta da CPI do BNDES e da CPMI-JBS para a tomada do depoimento dos Srs. Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para – aspas – "investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDESPAR, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F".

Informo aos membros desta CPMI que, de acordo com o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 18, de 2014, que regulamenta o acesso e a cessão das salas de reuniões das Comissões do Senado Federal, que está proibida a exibição de *banners*, cartazes, faixas e congêneres durante as reuniões das Comissões.

Portanto peço o colega Paulo Pimenta...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Isso aqui se enquadra em qual delas, Presidente: em cartaz, *banner* ou congêneres? Vou considerar que seja em congêneres.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Jorge Fontes Hereda, além da apreciação de diversos requerimentos.

Faço recordar aos nobres Parlamentares que, conforme deliberado em reunião anterior, a lista de inscrição para perguntas aos depoentes ficará aberta para inscrição por uma hora a partir deste momento.

Esta Presidência informa, conforme o comunicado já publicado no *site* da Comissão, que havia agendado o depoimento do Sr. Ricardo Saud para hoje, acreditando que já teríamos os seus dados de sigilo telefônico, entretanto, como a CPI ainda não recebeu nenhum dado telefônico, reiterei à Anatel a solicitação de envio dos dados e remarquei a oitiva para o dia 31 de outubro, na próxima semana, ou seja, na próxima terça-feira a partir das 9h.

a partir das 9 horas da manhã.

Portanto, convido o Sr. Jorge Fontes Hereda para se sentar à mesa. Se achar por bem que algum advogado o acompanhe, fique à vontade. Há espaço aqui na mesa para... (*Pausa.*)

Agradeço V. Sª, Sr. Jorge Fontes Hereda, por ter aceitado o nosso convite.

E convido, até a chegada do Deputado Carlos Marun, Relator desta CPMI, o Deputado Wadih...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço V. Exª.

Antes de passar a palavra ao Sr. Jorge Fontes Hereda, gostaria de fazer uma breve leitura.

O Sr. Jorge Fontes Hereda atuou como Secretário de Habitação do Ministério das Cidades entre os anos de 2003 e 2005. Ainda em 2005, assumiu o cargo de Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal até março de 2011, quando foi efetivado Presidente da estatal. Permaneceu na Presidência da Caixa Econômica Federal até 2015, portanto, o Sr. Jorge Hereda acumulou quase 10 anos de Caixa Econômica Federal.

O Sr. Geddel Vieira Lima foi Vice-Presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica entre março de 2011 e dezembro de 2013. Nesse período, o Sr. Jorge Hereda era o Presidente da Caixa.

Fábio Ferreira Cleto ocupou a Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias entre abril de 2011 e dezembro de 2015. Foi membro do Conselho Curador e do Comitê de Investimentos do FI-FGTS, do Fundo de Investimento do FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Na quase totalidade desse período, o Sr. Jorge Hereda era o Presidente da Caixa.

Marcos Roberto Vasconcelos ocupou a Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, responsável pela gestão do Fundo de Investimento do FGTS no período compreendido entre abril de 2011 e julho de 2016. Em parte considerável deste período, o Sr. Jorge Hereda era o Presidente da Caixa.

Em parte considerável deste período o Sr. Jorge Hereda era o Presidente da Caixa.

Se porventura alguma informação dessas não estiver correta, V. Sª depois pode nos corrigir.

E, de acordo com o Ministério Público Federal, entre 2011 e 2013, o Sr. Geddel, à época, Vice-Presidente de Pessoa Jurídica da Caixa, valendo-se de seu cargo, entre aspas,

> agia internamente, de forma orquestrada, para beneficiar empresas com liberações de créditos dentro de sua área de alçada e fornecida informações privilegiadas para os outros membros da quadrilha que integrava [...]. Em troca de créditos ele buscava contrapartidas indevidas junto às diversas empresas [segundo o Ministério Público Federal]. [E continuo:] "O ex-Presidente da Câmara, Deputado cassado Eduardo Cunha, manipulava e intermediava a liberação de créditos na Caixa, com o envolvimento de Geddel, para empresas que estivessem dispostas a realizar negociações ilícitas. Em troca dos créditos, ele teria recebido propina das empresas beneficiadas.

Fábio Cleto utilizou-se do cargo de Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa para aquisição de debêntures emitidas pelas empresas que estivessem dispostas a realizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociações ilícitas. Ele faria parte do grupo que recebia propina de empresas em troca de benefícios fornecidos pela Caixa.

O doleiro Lúcio Funaro atuava junto às empresas para cobrar propina em troca da liberação de crédito da Caixa. Ele é apontado como operador dos recursos ilícitos, afirma o Ministério Público Federal.

O então Vice-Presidente de Gestão de Ativos e Terceiros da Caixa, o Sr. Marco Roberto Vasconcelos, tinha papel importante para a liberação dos créditos pretendidos pelo grupo criminoso. Segundo as investigações, há indício de que ele, aspas, "tinha participação nas empreitadas da quadrilha".

Eu queria fazer essa breve leitura, esse breve esclarecimento.

Agradeço a chegada um pouquinho tardia, mas tenho certeza de que por outros motivos, por motivo de força maior, do nosso Relator, o Deputado Carlos Marun.

Assim sendo, se V. Exª quiser retornar ao seu... Fique à vontade. E agradeço mais uma vez a V. Exª, Deputado Wadih.

Portanto, passo, então, a palavra ao Sr. Jorge, que também está acompanhado de seu advogado... (*Pausa.*)

Gleidson?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Seja bem-vindo!

Passo então a palavra ao Sr. Jorge Fontes Hereda.

Eu gostaria de esclarecer – Sr. Jorge, me permite? Eu gostaria de esclarecer – Sr. Jorge, me permite? – que nós já ouvimos aqui a ex-Presidente da Caixa, Srª Maria Fernanda. E ela fez toda uma exposição a nós, de uma forma muito didática e objetiva, sobre os procedimentos da Caixa Econômica – não sei se V. Sª acompanhou. Portanto, essas informações já trazidas a esta Comissão eu vejo desnecessárias, salvo melhor juízo de alguns colegas nossos. V. Exª traga informações, mas não aquelas trazidas já a esta Comissão.

Com a palavra.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bom dia, Srs. e Srªs Deputadas e Senadores. Queria cumprimentar a todos na pessoa do Senador Ataídes Oliveira, Presidente desta CPMI, e do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carlos Marun, meu amigo há muitos anos. Militamos juntos na Associação Brasileira de Cohabs, não é? É isso, não é?

Bom, eu queria pedir licença para os senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O som está ligado sim. Nós pedimos já para aumentar.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Estão ouvindo agora?

Então, eu queira pedir licença ao nosso Presidente, porque eu queria detalhar um pouco mais a questão da governança da Caixa, porque eu acho que é uma questão muito importante a gente entender. Portanto, eu vou falar muito rapidamente, eu tenho algumas telas, vou passar rápido, mas eu li a exposição de Maria Fernanda, vi que ela reforçou essa questão da governança interna da Caixa, e eu queria deixar registrado na CPI um detalhe de como se contrata PJ na Caixa, pessoa jurídica na Caixa. Portanto, eu vou passar muito rapidamente, para não tomar o tempo da Comissão, mas eu gostaria de deixar registrado, porque eu acho que é muito importante que a gente entenda onde as coisas podem se dar quando a gente tem questões como essas que estão sendo levantadas.

É muito complicado para uma instituição que tem 159 anos, está fazendo 160 – fez este ano 160 anos –, ter seu nome envolvido numa questão tão grave quanto a que nós vivemos no Brasil hoje. E é importante que a gente saiba que onde esse problema pode acontecer. Na minha opinião, é da porta para fora. Por isso eu queria mostrar por que eu acho isso.

E também queria apresentar rapidamente uns dados do crescimento da Caixa de 2011 para 2014.

Eu vi também na oitiva da Maria Fernanda algumas questões com relação aos montantes da exposição da Caixa ao Grupo J&F.

ao Grupo J&F, inclusive com algumas que são perfeitamente normais. Porque as pessoas não têm obrigação de saber o tamanho de uma instituição como essa e quanto se faz de crédito.

Então, eu vou rapidamente, juro, só dizer como foi o crescimento até 2014, para a gente ver qual é o tamanho dessa instituição e o que é que significa a exposição que ela tem com esse grupo.

Vou passar rapidamente, prometo ao senhor.

Aí os senhores podem ver, está desde 2006, mas é a evolução dos ativos da Caixa. Se o senhor pegar de 2010... Em 2006, a Caixa tinha 210 bilhões de ativos totais; em 2014, a Caixa tinha 1,079 trilhão de ativos totais. Quer dizer, de 2011 para 2014, nós dobramos os ativos totais da Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra coisa importante. A Caixa nesse período já tinha sido o segundo e o primeiro banco do País. Com o decorrer dos anos, foi perdendo posição. Em 2014, conseguimos voltar a ser o terceiro banco do País em ativos e conseguimos ser a segunda carteira de crédito do País. Hoje, a Caixa já é o segundo banco do País e a primeira carteira de crédito, em função de todo esse movimento que foi feito naquela época.

O que está em amarelo nesses gráficos embaixo é para dizer justamente isso. Esse crescimento dessa barra amarela no gráfico abaixo, que é a evolução da composição dos ativos da Caixa, demostra ativos de crédito, e o azul mais escuro demonstra ativos de tesouraria.

O que aconteceu nesses anos? A Caixa era um banco que vivia dos ativos de tesouraria, aplicações de títulos do Tesouro e passou a ser um banco que vivia de intermediação financeira, de crédito. Portanto essa evolução toda...

Aqui é para mostrar que os nossos pontos de atendimento aumentaram nesse período. Nós tivemos mais ou menos 1.600 agências novas construídas nesse período. Umas dez agências por dia, Paulo, você que foi o responsável por isso, e em função da defasagem que havia para o atendimento.

Volta um pouquinho, por favor.

O saldo de captação da Caixa é de 564 bilhões. Quer dizer, a Caixa também passou a ser um banco que capta para emprestar. Portanto, passou a ser um banco, um banco como outro qualquer. Não um banco como outro qualquer, um dos maiores bancos do Brasil.

Vamos passar mais uma.

Como falei, o segundo no *ranking* de crédito. E uma informação muito importante. De 2010 a novembro de 2014, nós dobramos o nosso *market share* de crédito no País.

crédito no País. Então, dar crédito para uma instituição de grande porte passou a ser... Não era uma coisa normal para a Caixa anos atrás. Na hora em que a gente resolveu diversificar a carteira, porque a Caixa tinha uma carteira de 60% de habitação, continua tendo porque cresceu tudo, cresceu... Pessoa jurídica, por exemplo, nós passamos a ter um ativo de R$100 bilhões, uma carteira de R$100 bilhões.

Acabou.

É para mostrar, na verdade, o seguinte: nós nos transformamos em um banco que competimos num mundo em que a concentração bancária é grande e também tivemos que diversificar nossa carteira para inclusive diluir o risco da Caixa. A Caixa quase que falia nos anos 90, porque era só focada em habitação, deu um problema sistêmico e ela quase que não consegue continuar seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então foi uma estratégia da empresa. Inclusive quando houve a baixa de juros, a estratégia da empresa era ter o menor juro para conseguir chegar a ganhar espaço no mercado. Nós tínhamos 70, no final de 2014, alguma coisa perto de 70, como se diz no setor, milhões de clientes. A gente pode dizer hoje uns 80 milhões de clientes que a Caixa tem, 80 milhões de clientes num país de 200 milhões de habitantes.

Esse eslaide, vou falar rapidamente, ele vai ficar aí, é só para poder mostrar que existem três tripés da governança da Caixa: os instrumentos de governança, que são os sistemas normativos, nós temos o roteiro padrão e temos várias ferramentas que nós vamos ver na frente que formatam o produto já com uma definição de competência de cada área e com todo o cuidado na governança; nós temos documentos de governança, que são os regimentos e política; mas temos principalmente os órgãos colegiados de governança. São eles: a Assembleia-Geral, o Conselho de Administração, todo mundo já conhece, mas eu queria chamar atenção para os Comitês Estatutários. Eles são comitês...

Passa, por favor. Eu não vou falar muito dessa página, porque eu queria chegar à próxima.

Aqui são os Comitês Estatutários: Comitê de Auditoria, de Remuneração, de Ética, de Avaliação de Negócios e Renegociação, Comitê da Matriz, que é o comitê de crédito da matriz. Esses são estatutários, formados por superintendentes da Caixa, de carreira. Aqui são Comitês Delegados do Conselho Diretor, que são comitês de Vice-Presidente e Presidente.

Mas vou adiantar.

Por favor a próxima.

Aqui, em 5 minutos. Esse é um processo de concessão de crédito de PJ. Começa na área de negócios com a estratégia e a definição do produto.

do produto. Nesse momento, você tem um roteiro padrão que passa na área de risco, na área de segurança, na área de preço, na área de garantia, todo um roteiro padrão que autoriza, TI que autoriza esse produto para ser ofertado. Depois que esse produto está pronto e já foi checado por essas áreas, ele vai para área de relacionamento. No caso de PJ de grandes empresas, ele é um produto que é oferecido tanto pela superintendência de grandes empresas na matriz, quanto pelas superintendências regionais da Caixa.

Essa prospecção do negócio em função é claro... A Caixa tem meta, tem meta para tudo, tem um plano de negócio e tem meta para todas as superintendências. Então tem de haver uma prospecção de novos negócios, porque o superintendente da Caixa que não cumpre meta ele perde a função naquela superintendência e vai para outra com uma classe menor, quer dizer, até ele ganhar... Funciona como qualquer banco funciona. Bateu meta, está garantido; não bateu meta, vai dar um passo para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, ali a prospecção que é feita por esses órgãos.

E aí tem um enquadramento no produto. Depois do enquadramento do produto tem a formatação. Por quê? Porque isso é uma operação estruturada. Essa operação é estruturada na superintendência, aí entra de novo em análise essa estruturação, em toda parte do jurídico, do risco, a parte de precificação, garantias, responsabilidade social, ambiental, etc. Aí ele vai para elaboração do voto, e esse voto pode ter ajustes que tenham que voltar para as áreas, mas ele tem parecer de todas as áreas da Caixa de novo. E aí ou é negado ou é aprovado em função daqueles comitês que estão ali.

Em relação àqueles comitês que estão ali, eu queria chamar atenção para o seguinte, naquela tabela abaixo: os comitês vão subindo de importância em função do valor. Agora eu queria chamar atenção para uma coisa. O gerente de atendimento de uma agência tem uma alçada pessoal de R$100 mil. O gerente da agência tem uma alçada de R$150 mil. E, depois disso, até 1 milhão, ele tem um comitê de crédito na agência dele. Só sai alguma coisa de lá se esse comitê de crédito der o.k. Se passar de 1 milhão, até 10 milhões, ele vai para Comitê de Avaliação de Negócios da superintendência, que também tem lá os membros de carreira da Caixa, estatutários, que aprovam ou não a operação. Se passar de 10 milhões, vai para o Comitê de Avaliação de Negócios da matriz. Aí vai. Se passar de 20 milhões, vai para Comitê Delegado de Crédito do Conselho Diretor. De 250 milhões para cima vai para o Conselho Diretor.

Então, o que eu estou dizendo para os senhores

250 milhões para cima vai para o Conselho Diretor. Então, o que eu estou dizendo para os senhores é o seguinte: um gerente de atendimento da Caixa tem uma alçada de R$100 mil. Nenhum Presidente nem Vice-Presidente da Caixa tem alçada de nada. Ele só tem alçada coletiva.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas sabe de tudo acima de 250?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Como?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas sabe de tudo acima de 250 milhões?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Passa tudo por eles. Claro, porque eles fazem parte do Conselho Diretor, que aprova acima de 250.

Esse é um exemplo... Depois é assinado o contrato e tem uma manutenção.

Nós temos uma auditoria, que chamamos de terceira linha de defesa, que faz a auditoria dessa questão toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar para ver se... Essa é a governança das carteiras administradas que eram da Vifug, que é uma Vice-Presidência segregada, que era do Fábio Cleto. Está aí, eu não vou citar uma por uma para dar tempo de podermos conversar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós vamos ter acesso, se V. Sª permitir, e eu passo para os nossos colegas.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Claro.

E aí é o fluxo do FI-FGTS. Cada colorido desses é um comitê que aprova a operação.

Eu vou encerrar por aqui porque eu já contei com a paciência do nosso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª.

Quero aproveitar, porque eu queria falar isso há muito tempo, mas não tinha tido oportunidade, e agora vou falar: eu espero que dentro do BNDES, dentro da Caixa Econômica, não tenha procedimentos como este que nós temos aqui no Senado Federal, Senador Airton, Senador Lasier e Medeiros. Nós temos aqui uma Consultoria Legislativa de primeira linha, mas os pareceres são concedidos de conformidade com o interesse do Parlamentar. Isso muito me surpreende e me deixa triste. "Eu quero um parecer assim, por favor, faça-o." Eu estou aproveitando essa oportunidade para dizer às nossas duas Consultorias, Conorf e Conleg, que façam a coisa como determina a lei e entreguem na mão do Parlamentar e digam: "Agora V. Exª faça o que bem achar necessário." Mas não fazer esse parecer e assinar embaixo. Eu estou me referindo a alguns pareceres que vi acontecendo nesta Casa nos anos de 2015 e 2016. Espero que, na Caixa Econômica e no BNDES, a coisa funcione da forma que o Sr. Jorge Hereda nos passou.

E só uma informação derradeira: em 2012, durante a gestão do Sr. Jorge Hereda, o banco comprou inúmeras debêntures emitidas pela *holding* controladora da JBS, a J&F. A operação proporcionou uma captação de cerca de R$500 milhões à J&F, que, no momento, estava com baixa disponibilidade de capital e elevada dívida de curto prazo. As debêntures adquiridas possuíam um prazo de vencimento de cinco anos, com prazo de carência de três anos para pagamento do principal, e não contavam com quaisquer tipos de garantia para serem executadas, caso o compromisso não fosse honrado.

para pagamento do principal, e não contavam com quaisquer tipos de garantia para serem executadas, caso o compromisso não fosse honrado. Eu queria fazer mais esse esclarecimento e passar, então, a palavra ao Relator, Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Jorge Hereda, meu bom-dia. Como você já adiantou, nós nos conhecemos e somos amigos há um bom tempo. Nós nos conhecemos quando V. Sª exercia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de Secretário de Habitação da cidade de São Paulo e eu, a função de Secretário de Habitação da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. De lá para cá, acompanhei sua trajetória exitosa: da Presidência dessa COHAB se transformou no Secretário Nacional da Habitação, em sequência, no Vice-Presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal e, em sequência, Presidente da Caixa Econômica. Eu diria até que, durante toda essa trajetória na área de habitação, em que eu também fui Presidente da Associação Brasileira de COHABs, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Habitação, nós tivemos uma relação estreita no que tange a essas questões, e sempre tive muito respeito pelo seu trabalho. Quero deixar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. O nosso convidado de hoje, Jorge Hereda, falou um pouco sobre a Caixa, como a outra ex-Presidente também falou. Antes de passar para o Relator fazer as perguntas, indago se não seria interessante que ele falasse sobre o tema mesmo, específico, sobre a CPI, essa relação toda. Ele falaria e depois a gente faria as perguntas. Para não começar a perguntar...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – As perguntas que eu vou fazer são...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Porque ele não falou nada ainda sobre as questões envolvendo... Ou não tem nada a falar, mas pelo menos para dizer alguma coisa...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – A pergunta que eu vou fazer: quais são, na sua totalidade, os empréstimos, investimentos, participações societárias que a Caixa estabeleceu durante a gestão do nosso interrogado com o Grupo J&F? Quer dizer, acho que esse é o início da...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se ele puder falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Me permite...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Começa por aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Relator Marun, V. Exª me permite? O Deputado Izalci está literalmente correto.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Se ele quiser já relacionar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nós gostaríamos de ouvir do Sr. Jorge Hereda se ele tem alguma coisa a descrever sobre esses fatos aqui que trouxeram a nós a necessidade de ouvi-lo.

O senhor tem alguma coisa a descrever com relação a esses fatos, inclusive a esta última informação a respeito dessa aquisição de debêntures, e outros mais?

Eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Relacionados à delação que foi publicada do ex-Presidente, do Cleto, etc. Alguma coisa relacionada com o fato da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas V. Sª tem a liberdade de falar ou não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas acho que falou bastante, Presidente. Principalmente que o Presidente... Não sai nada acima de 250 milhões sem o Presidente ficar sabendo, isso me resolveu já um monte de coisas. Acho que falou bastante.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A questão é a seguinte: primeiro, eu acho que falei, sim, falei sobre uma parte das questões que estão sendo discutidas aqui na CPI. Pelo menos eu vi

Pelo menos eu vi outras oitivas, principalmente a da Maria Fernanda, e vi que havia dúvidas com relação ao tamanho da exposição da Caixa com a JBS em função de que... Como se uma debênture de 500 milhões para a JBS fosse uma coisa grande para uma instituição que faz mais de 500 bilhões de crédito por ano.

Quer dizer, eu tentei mostrar, primeiro, que a exposição da Caixa com a JBS, na minha época ou em qualquer outra época, é coerente com o tamanho e a importância da instituição durante o ano, durante esse tempo. Por isso que eu tentei mostrar qual é o tamanho da instituição.

Com relação à governança, eu tentei mostrar o seguinte: esses fatos delatados também foram... Eu não vi toda a delação da JBS, mas vi boa parte dos vídeos e vi que... Ouvi e vi que existiam também depoimentos em que, dentro da Caixa, existiam... Não existiam situações de nenhum tipo... De achar coisas desse tipo... Que as coisas, segundo informação do próprio depoente, aconteciam na entrada ou algum dos acusados atrasava um processo para chegar. Agora, eu mostrei essa parte da governabilidade para dizer o seguinte: não acredito que nenhuma operação feita pela Caixa para a JBS ou para qualquer outra – pode ter algum erro, alguma coisa pequena – tenha sido feita fora das normas da Caixa, porque, na Caixa, primeiro, não se faz parecer encomendado. Sabem por quê? Porque o cara que assina o parecer tem a vida inteira na Caixa. O cara que faz o parecer não vai fazer um parecer porque um Presidente que passa pela Caixa ou Vice-Presidente que passa pela Caixa e sai... Vai arriscar a vida, o futuro dele, da aposentadoria dele, do concurso público que ele fez. Então, não tem...

Para os senhores terem ideia, por exemplo, para dar um *rating* para uma operação, você tem... Acima de 50 milhões no risco, na área de risco, você tem seis pessoas que dão nota. O superintendente é o último a votar para não ter nenhuma pressão dos outros analistas. E os analistas, cada um ainda vota e assina. Então, se houver um problema com essa operação, é óbvio que esse funcionário vai ter um problema sério para responder. Quer dizer, eu não acredito em parecer encomendado na Caixa por isso, porque... Você pode dizer assim: "Ah, mas alguém no mundo pode fazer." A Caixa tinha 100 mil funcionários, pode ser que um ou dois possam fazer isso, mas eu duvido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que as operações que foram feitas na Caixa não fossem operações de mercado dentro das condições de mercado, dentro das normas da Caixa ...dentro das normas da Caixa.

O que eu acho que pode ter acontecido, pelo que foi delatado – não tenho provas quanto a isso, se tivesse teria tomado providências mais fortes –, foi o seguinte. Aconteceram num processo de entrada ou de alguém que segurou o processo para não deixar andar. A área responsável é que leva o voto para o Conselho. Se a área responsável não levar o voto para o Conselho, não vai haver votação. Se área responsável na entrada do projeto chegar e disser que a operação não é boa, ela nem entra. Então, nesse momento, pode ter havido qualquer tipo de problema, mas, internamente, eu estou dizendo que eu não acredito, porque isso não é... Até porque os pareceres são feitos pelas áreas, mas os 10 VPs no Conselho Diretor... Nós temos 10 VPs e o presidente. Então, não é só o presidente que toma conhecimento de operações acima de 250 mihões não, mas todos os 10 presidentes da Caixa, fora os 2 agregados do FGTS, do Fundo de Garantia, que votam nessa aprovação, e isso depois de ter passado no Comitê Estatutário.

Então, todos nós tínhamos uma assessoria que checava o voto todo de novo, e pedimos que muitos votos fossem revistos. Então, eu não acredito... Eu trouxe essa informação para dizer que não acredito nessa questão.

Quanto à operação da debênture que foi feita...

E, se os senhores já quiserem que eu adiante qual foi a exposição da Caixa na minha época, eu posso fazer isso também.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Perdoe-me, Relator, mas uma das questões que foram levantadas...

Há vários depoimentos, do Cleto, do Eduardo... V. Sª, por exemplo, testemunhou que em certa ocasião foi pressionado, inclusive ameaçado com a realização de uma CPI da Petrobras, alguma coisa nesse sentido. Eu digo, com relação a esses fatos que ocorreram... É público e notório que ocorreram muitas coisas na gestão de V. Sª. V. Sª está explicando que a Caixa tem todo um sistema, mas, de fato, ocorreram muitas coisas erradas por pressão... Por exemplo, o Fábio Cleto pediu vista várias vezes, mas nunca chegou...

V. Sª nunca observou que havia alguma coisa errada nesses processos? É nessa linha que eu queria que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos passar a palavra para...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, primeiro, eu preciso saber o que o senhor quer ouvir para poder responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos aguardar, Deputado Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu quero ouvir a verdade.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Senão eu vou ter que ficar falando aqui o dia inteiro para adivinhar o que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sr. Jorge Hereda, permita-me.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun, nosso Relator.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Hereda – permita que eu me refira a você dessa forma –, qual é o objetivo que tem esta CPI ao ouvir seu depoimento? Eu tenho um grande respeito pela Caixa – digo já, de pronto – e por você também. Eu fui um dos mais exitosos secretários de habitação que o País conheceu, e você sabe disso. Várias, várias, milhões e milhões de operações, e nunca, em nenhuma das instâncias com as quais trabalhei na Caixa Econômica, desde engenheiro da Superintendência até... ...desde engenheiro da Superintendência até a Vice-Presidência de Habitação, nunca me foi solicitada qualquer vantagem ilícita para ninguém. Então, eu parto dessa situação, desse respeito que eu tenho pela instituição.

Por que você está aqui? Qual é a nossa desconfiança? Talvez seja aí que o Deputado Izalci queira chegar. Entende esta CPI que a exposição da Caixa com o grupo JBS, até porque é esse o objetivo nosso, foi demasiada e não normal, não fazia parte da forma corriqueira de trabalhar da Caixa chegar a uma exposição tão grande junto a um único cliente.

Segundo: que as operações tenham sido operações que trouxeram para a Caixa Econômica um ganho menor do que aquele que poderia ter sido auferido nessas mesmas operações e que houve pressão política; que, nessa vontade de transformar a JBS num dos campeões nacionais de inserção internacional, possa ter havido – nós acreditamos até que houve – pressão política para que a Caixa – e essa pressão pode ter sido dirigida a você, como presidente da instituição –, para que essas operações com a Caixa acontecessem da forma que entendem... Eu, a princípio, vejo aqui questões que merecem explicação: com menos lucro, com elevada exposição e com atuação atípica da Caixa em função disso tudo.

Além disso, nós temos a questão do Sr. Fábio Cleto. O Sr. Fábio Cleto era um vice-presidente da Caixa que se coloca hoje não escolhido por você – permita-me que eu use "você" –, e está evidente, pelo menos pelas delações... Eu não faço de delação prova, eu não aceito que a delação seja entendida como prova, mas, já que é quase uma autoconfissão, existem muitas coisas ali que indicam que foram realmente obtidos ganhos ilícitos, vantagens financeiras ilícitas, propina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você não achou, com o andar dessa carruagem, que nesse mato podia haver coelho? Você não notou que ali poderia estar localizado um foco de corrupção? Aí eu já não vejo como essa pressão política... Não acredito que esse foco de corrupção tivesse interesse em alavancar a JBS, mas tinha interesse, sim, a princípio, de realmente ganhar dinheiro.

Então, são essas as dúvidas que eu, como Relator, tenho em relação a isso. A sua vinda aqui foi objeto de vários requerimentos e, mais, da relatoria do Deputado Delegado Francischini, que analisa os contratos da JBS... ...que analisa os contratos da JBS, especialmente com o BNDES. É por isso que você foi convidado para estar aqui hoje, e é sobre isso que nós queremos que você discorra – pelo menos de minha parte; os colegas da CPI devem ter outros questionamentos a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Sr. Jorge Fontes Hereda.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro: com relação à debênture que o senhor mencionou, de 500 milhões. Ela está em dia, ela tem uma...

Desculpem.

J&F Investimentos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Quinhentos milhões. Ela tem, até setembro de 2017, um saldo a pagar de 174. Está em dia, não teve nenhum problema durante a sua execução.

Aliás, eu estive na Caixa conversando com o pessoal da área que monitora grandes empresas – eu não tenho condições de lembrar de todas as informações –, e a informação que a Caixa me deu foi que o Grupo J&F... Eu tenho todas as operações por ano, os saldos, e não há nenhuma operação que esteja atrasada, que não esteja sendo paga ou que tenha causado qualquer problema para a Caixa. Se os senhores olharem um gráfico ou um quadro durante o tempo, verão que há operações que são amortizadas, operações que são contratadas, e todas as operações, todas, estão em dia, inclusive a do FI-FGTS. A debênture ser *clean* é uma prática de mercado, é uma prática de mercado.

Outra coisa que a área de risco da Caixa me autorizou a dizer aqui também foi que, inclusive, as outras operações da Caixa têm mais garantia do que alguns bancos do mercado. Aí eu queria entrar na questão da exposição da Caixa à JBS.

Foi feita uma renegociação com a JBS em relação à restruturação de algumas dívidas e tudo mais. Eu posso dizer para o senhor... Tudo o que a gente fala tem alguma coisa de segredo bancário, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente tem que ter cuidado. Então, eu não posso dizer quais são os bancos, mas eu posso dizer aos senhores que os cinco maiores bancos deste País, todos, têm exposição com a JBS. A Caixa... Eu não vou dizer qual é o banco, mas a Caixa não é a primeira exposição com a JBS, não é a segunda, não é a terceira, deve ser a quarta ou a quinta exposição.

Não é a terceira. Deve ser a quarta ou a quinta exposição no mercado.

A Caixa começou a atuar com grandes empresas na perspectiva da estratégia, por isso eu trouxe a apresentação, certo? Em 2010 e em 2011.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Dr. Hereda, só uma pergunta. Aqui, por gentileza.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Diga.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O que é exposição?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ah, sim. É o quanto a JBS deve à Caixa, certo?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O quanto ela contrata é uma coisa, mas o quanto ela deve à Caixa, porque ela vai pagando... E eu tenho aqui, a cada ano, qual é a exposição da Caixa.

Então, a Caixa tem alguma coisa, segundo a área técnica me colocou, entre mais ou menos 11,9% da dívida da JBS. É compatível com um banco do tamanho da Caixa. Infelizmente eu não vou dizer o nome do banco, mas se os senhores quiserem solicitar à Caixa... Como a J&F não é aberta em bolsa, mas a JBS é, talvez consiga isso de outra forma. Mas eu acho que seria bom verificar. Não é...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Repete esse dado para mim, Hereda. É 11,...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – 11,9, mais ou menos.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Seria o quê?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Seria a exposição da Caixa no endividamento da JBS.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Dr. Hereda, só por curiosidade, o que é debêntures *clean*?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Debêntures *clean* é uma debêntures garantida por ela mesma, pelo que ela foi contratada. Se foi contratada dizendo que iria fazer tal coisa, comprar tal coisa, então é a garantia... É essa a ação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ela é mais segura?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – É *clean* por que não tem outro tipo de garantia, por exemplo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ela mesma é a própria garantia dela.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Por exemplo, tem muito banco que empresta capital de giro para grandes empresas, *clean,* quer dizer, sem garantia. Muito banco. Aliás, seria muito bom para a Comissão afirmar isso, fazer umas comparações com relação a isso. Então, o que a Caixa tem de exposição, todo grande banco neste País tem – uns mais, outros menos –; mas tem com uma empresa do tamanho e da grandiosidade da JBS.

A JBS não é a maior exposição da Caixa; não é a maior cliente da Caixa. Hoje eu tive o cuidado de procurar saber, quando fui olhar se os pagamentos tinham sido feitos, até para saber se os pagamentos da minha época, os créditos que eu tinha dado até 2014 tinham sido pagos. A informação que eu recebi é de que a exposição, hoje, da Caixa, em junho de 2017, é de 4,8 bilhões ou 4,7 bilhões, que é mais ou menos a exposição que a gente tinha em 2012. Então, ela subiu, depois...

A Caixa tem mecanismos, como todos os bancos têm, em que só pode ter exposição a um determinado grupo econômico de 10%. Creio que agora reduziram mais, mas era em torno de 10% do seu patrimônio de referência.

Então, não pode ter (...)

Então, não pode ter mais que isso.

Eu quero deixar claro que essa dívida da JBS com a Caixa foi amortecida. Hoje, ela tem quatro bilhões e alguma coisa. Não tem nada atrasado. E a maior hoje é a do FI-FGTS, porque foi um empréstimo mais a longo prazo.

A questão da exposição é isso. Não é atípica, portanto. Não é atípica. Qualquer pessoa do mercado pode dizer isso.

Na questão do Fábio Cleto, paralela à do Cunha, essa debênture, inclusive, de 500 milhões está sendo amortizada e hoje o saldo dela é de 170 milhões, que faltam pagar.

A questão do Fábio Cleto, que está ligado de alguma forma à pergunta que o Senador fez a respeito do Cunha, etc. Eu quero dizer o seguinte, quando a gente... Aquelas duas telas que eu não apresentei são as duas telas mais importantes com relação ao andamento de um processo desse tipo dentro da Caixa. Tanto no FI-FGTS quanto nas carteiras administradas.

Eu quero dizer para os senhores o seguinte, no primeiro dia que eu discuti com o Ministro Guido Mantega, os currículos que entraram na Caixa eram meu papel como Presidente assumir, e o dele como controlador. É lógico que essas indicações vêm da Casa Civil, não é? Uma coisa desse tipo.

Mas quero dizer que umas cinco indicações foram recusadas porque o cidadão não tinha perfil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fábio Cleto era um cidadão com perfil. Ele tinha trabalhado no Itaú, ele tinha uma série de... Era com perfil. Então, não tinha como eu, como Presidente, recusá-lo. Nenhum presidente tem essa força toda.

Agora, desde o primeiro dia em que o Fábio Cleto chegou na Caixa, eu chamei o Fábio Cleto, tive uma conversa boa com ele e falei: "Não mexa na área de Fundo de Garantia, porque a Caixa reorganizou o Fundo de Garantia dos últimos anos e tem gente aqui que há 20, 30 anos cuida disso. Então, eu não quero que mexa em nenhum superintendente abaixo de você.

O Fábio Cleto, à tarde – ele pode até contar isso –, chegou pedindo para tirar os três superintendentes. Eu levei para o conselho e mandei voltarem os três superintendentes de carreira que estavam antes na Caixa. Quer dizer, desde o primeiro dia que o Fábio Cleto entrou na Caixa que eu fiz o que pude para marcar essa atuação cuidando do que poderia vir, porque, como não tinha sido uma indicação que eu... Por exemplo, sete vices-presidentes são técnicos, eu os tinha indicado, mas esse não.

... acho que, se eles cometeram ilícito, foi na porta da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não dentro da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não dentro da Caixa. Acho que foi na porta...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas o dinheiro saiu de dentro da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O dinheiro pode...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E o senhor era Presidente da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu era Presidente da Caixa, saiu de dentro da Caixa, dentro das normas da Caixa. Não causou nenhum prejuízo à Caixa. Então, a minha obrigação era cuidar para que isso fosse dessa forma. Eu não tenho como sair atrás dos meus vice-presidentes indicados pelo PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Perfeito. Agradeço.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... para poder saber o que eles fazem à noite...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... nos seus conluios.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª e passo a palavra ao Deputado Delegado Francischini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, também de maneira rápida, sem muito salamaleque, a gente quer fazer perguntas diretas, e vou fazer naquele estilo que o senhor me permitiu: pergunta e resposta.

Quantas vezes o senhor já foi ouvido pela Polícia Federal nessas últimas operações da JBS?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nenhuma vez.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nenhuma vez? O senhor acha que deveria ser ouvido pela Polícia Federal?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu acho que a Polícia Federal é que acha que não, porque não há nenhum indício de participação minha em nada.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas o senhor acha que, como Presidente da Caixa, alguns desses... Qualquer empréstimo da JBS em qualquer operação foi acima de 250 milhões. O senhor teve conhecimento de todos, porque o comitê que liberava...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O que é que o senhor chama de conhecimento?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor pegou o processo...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Passou por mim, pelo Conselho Diretor da Caixa inteira e por mais 50 funcionários da Caixa. Se eles forem ouvir todos os que de alguma forma, nesse processo de governança, passaram... Agora eu estou à disposição da Polícia Federal e de qualquer um com relação a qualquer coisa. O que...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se o senhor dissesse "não", sairiam esses empréstimos, esses financiamentos? Como Presidente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Se eu quisesse?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se o senhor dissesse "não" na reunião.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Se eu dissesse "não" na reunião, ia haver uma discussão e, se os dez vices dissessem "sim"...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sairia do mesmo jeito?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sairia do mesmo jeito.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Em algum desses o senhor disse "não"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Eu não disse "não" para nenhum, porque vieram todos com pareceres e todos devidamente dentro da norma da Caixa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – No grupo Alpargatas, que foi aquela compra de 2,7 bilhões, o empréstimo foi do valor total, não é? Foi a compra total. Existiam outros dez grupos interessados no grupo Alpargatas. Por que a Caixa optou pela JBS?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu saí da Caixa em março de 2015, e essa operação foi feita no final de 2015.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas ela começou a correr no seu período, o pedido dela?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Não tive... Bem, ela começa a correr na área, na vice-presidência do produto. Para chegar ao conhecimento da Presidência, não... Eu não tive conhecimento desses dois e setecentos...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor foi ouvido na Justiça Federal, não é? Por teleconferência, o senhor foi ouvido...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu fui ouvido na Justiça Federal, convocado como testemunha do Sr. Eduardo Cunha.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor, aqui na matéria, e daí... Agora, é o senhor mesmo contando, e por vezes a matéria que a gente traz não é a realidade. O senhor foi pressionado por algum Deputado Federal para liberar financiamentos na Caixa Econômica Federal?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, a gente... Eu fui... Eu não diria... Bem, com algum Deputado...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pode citar o nome; a pergunta é essa. Quem pressionou... Pressionou o senhor dizendo assim: é norma da empresa, o senhor tem que liberar o financiamento...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu tenho... O que eu... O meu depoimento está lá, está em vídeo, está inclusive disponível, mas eu posso dizer para o senhor, porque o que eu disse lá eu digo aqui para o senhor. Eu tive... As vezes em que eu encontrei o Sr. Eduardo Cunha – eu o encontrei três, quatro vezes –, não era uma...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aqui ou na Caixa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Duas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

... não era uma...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Aqui ou na Caixa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Duas vezes na Caixa, uma vez aqui e uma vez na residência da... Câmara, certo? Não foi uma reunião minha e dele sozinho; foi... Tinha mais gente. E esse...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eram outros diretores, vice-presidentes que estavam na reunião ou políticos?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Tinham outros, tinham vices... Na reunião com o Presidente da Câmara, na época, que era o Deputado Eduardo... Luiz Eduardo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Henrique Eduardo Alves. Naquela época, nós tínhamos... Nessa reunião, tinha o Presidente do Conselho da Caixa, o VP Marcos Vasconcelos, o Geddel, que era VP de... Tinha...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor foi convidado sozinho para a reunião ou era uma reunião da Caixa na residência oficial do Presidente da Câmara?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; eu fui... Foram chamadas todas essas pessoas.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Todos eles foram convidados individualmente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Individualmente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... ou o senhor levou as pessoas com o senhor?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu... Foram convidadas todas essas pessoas.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nessa reunião foi indicada alguma empresa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Para dizer "o senhor tem que liberar o do grupo JBS"?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ou "o senhor tem que liberar – ou não liberar – para determinado setor"?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Nessa reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Porque o seu depoimento diz que o senhor não podia...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Essa foi uma reunião... Eu vou chegar ao dia em que foi.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Certo.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nessa reunião... Eu falei que tinha quatro vezes. Duas vezes foram na Caixa, e foram reuniões formais, como vários Deputados vão à Caixa e falam de emenda, falam da lentidão e tudo mais. O Henrique Eduardo Alves queria muito que se patrocinassem os times do América e do ABC lá de... Então, ele também falava muito disso. Nessa reunião, foi uma... O que acontecia sempre? Sempre era assim: "Ah, porque as operações na Viter demoram muito, e isso é ruim para tudo" e coisa e tal. Não era... Comigo, não era uma coisa explícita...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, não usaram o senhor para pressionar para sair...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Agora eu fui pressionado em outra reunião, que foi aqui, no gabinete do... Do então Presidente da Câmara, que me ligou e disse: "Olha, precisamos falar com você. Passe aqui amanhã de manhã". Ele sempre ia lá. Eu nunca vinha aqui à Câmara e achei que era obrigação minha vir aqui.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O *impeachment* já estava em andamento, Dr. Hereda?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; isso foi em 2014. Deve ter sido...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Começo...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... setembro, agosto, sei lá. Não foi nessa época. Saiu até na *Folha* que teve uma briga e coisa e tal.

Esse... Nesse dia, o Sr. Eduardo Cunha estava na reunião, mas eu estava com o meu assessor parlamentar, o André, e com o Marcos Vasconcelos, que era um VP com que por acaso ele também falou. Por quê? Porque o assunto sempre era que a Viter segurava. Mas a Viter foi orientada por mim mesmo para ser rigoroso em tudo que saísse de lá. Então, a gente ouvia e dizia: "Tá, tudo bem. Nós vamos ver o que a gente pode agilizar dentro da normalidade". Mas não fazia. Nesse caso específico, ele estava mais... Ele estava agoniado com duas coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Doutor, o que é Viter?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Viter é

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Doutor, o que é Viter?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Viter é a do Marcos Vasconcelos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Vice-presidência de Ativos de Terceiros.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Perfeitamente. Eu faço essas perguntas porque...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Claro...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... estou ajudando o pessoal que está acompanhando para entender, não é?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O senhor tem toda a razão. Desculpa. É de recursos de terceiros. Era o local onde era feita toda a análise técnica da operação, certo?

Então, o que acontecia? Nós tínhamos uma operação da Petrobras que estava lá também. E, claramente, ele me falou: "se...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Operação governo. Governo ou de empreiteiras que faziam obras na Petrobras?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; da Petrobras.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da própria empresa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Isso. Aí, o... Eu acho até que não saiu. Porque quem controlava isso era via Viter.

Então, ele virou para mim e disse que, se não saíssem as outras, essa não ia sair, e que eu ia ser chamado na CPI da Petrobras.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E o senhor foi chamado na CPI ou não?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Teve vários requerimentos em que inclusive a área...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas o senhor não foi convocado, não é? Não foi nem votado isso aí.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; não foi... Os requerimentos não foram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu me lembro disso.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... aprovados. Tem quatro requerimentos que eu vi, assinados um pelo Deputado, duas por... Um outro por ele e um outro Deputado, e outro por quatro Deputados.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E ele lhe passou uma relação das empresas, já que ele estava pressionando o senhor para liberar?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, porque eu nem peguei, meu amigo.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas como é que ele vai pressionar o senhor sem lhe dar o nome das empresas que...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Porque eu não aceitei. Eu nunca aceitei que ninguém me desse nome de empresa para fazer nada. Então, nessa...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nessa época, o senhor...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... nesse começo de conversa, já parou ali. Aí, na sequência, ele começou a reclamar da situação dos diretores da Caixa que eu coloquei embaixo dos vice-presidentes, e queria, porque queria, que eu trocasse dois vice-presidentes da Caixa, que estavam embaixo de presidentes... Dois diretores da Caixa, que estavam abaixo de vice-presidentes...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor já estava, então, preocupado com essa situação...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Claro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... de pessoas vinculadas à política infiltradas dentro da Caixa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Aliás, foi a própria determinação da Fazenda, na época. Nós criamos o cargo de Diretor Executivo justamente para ter alguém de carreira em toda vice-presidência da Caixa.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor já notava, então, essa articulação política dentro, e isso lhe preocupava? Por que o senhor não demitiu esse pessoal ou pediu acima do senhor para demitir? O senhor era o Presidente do banco. Pensou que depois o senhor poderia ter que sustentar...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu vou dizer uma coisa para o senhor: o Presidente da Caixa não tem poder de demitir o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nossa! Então, eu que vou demitir o seu vice-presidente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; quem demite...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – É o Presidente da República.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas pedir para o Ministro da Fazenda para...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Quem demite...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Sª não sugeriu ao Presidente da República ou a quem de direito acima do senhor?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É um esquema político articulado dentro da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Pessoal, espere aí. Primeiro...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Primeiro, o senhor tem que entender... Nós estamos aqui fazendo um exercício depois que as coisas aconteceram, certo?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Certeza. Pode continuar, Presidente.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Então, por favor, não vamos tratar como se fosse uma coisa do meu conhecimento, certo? Desconfiar, o senhor me perdoe, mas eu desconfiava de todas as indicações políticas. Sempre desconfiei de tudo, porque não fui eu que...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor foi indicação política ou não?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu fui indicação política também.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor desconfiava do senhor, então, também ou não?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, eu não, porque de mim mesmo eu não tenho...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor entendeu a pergunta? Se de todos os indicados por políticos o senhor desconfiava... O senhor também foi indicado pela política do PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu desconfiava porque...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... era minha obrigação desconfiar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Deputado, Paulo Pimenta...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Minha última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O Deputado Delegado Francischini está com a palavra...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Última pergunta, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É por causa do tempo.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor vê que eu não estou entrando nos termos técnicos porque o Deputado Marun e o Presidente já tiraram...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu vou dizer...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu entendo... Na minha visão – eu vou deixar o senhor comentar –, é uma posição: o Presidente da Caixa Econômica...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como diz o Deputado Marun, carreira... Nunca teve nenhum problema a sua carreira...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

Como diz o Deputado Marun: "Nunca houve nenhum problema na sua carreira".

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Chega e senta na Presidência da Caixa; identifica políticos pressionando, chamando, nomeando o vice-presidente e o presidente do Conselho; valores acima de 250 milhões para financiamento caindo no seu colo nesse comitê para aprovação. Tenho certeza de que o senhor, com essa carreira toda, perdeu mais um pouco de cabelo nessa época, certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o senhor não procurou o Guido Mantega, que era o Ministro da Fazenda, e falou: "Ministro Guido Mantega, há alguma coisa errada acontecendo. Eu sou um cara sério, tenho uma carreira estabelecida. Faça algo lá". Porque agora o senhor já saiu de lá, está na hora de o senhor botar para fora o que tem que colocar. Não dá para o senhor ficar segurando, e o senhor está vendo as delações premiadas...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Senhor...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Deixe-me só acabar.

As delações premiadas, se o senhor está lendo e está vendo os vídeos no YouTube – porque eu vi que o senhor assiste no YouTube –, estão mostrando um esquema montado não pelos funcionários de carreira da Caixa, porque lá é... Eu sou testemunha: são técnicos e gente séria. Mas aqueles infiltrados lá dentro fizeram uma verdadeira festa lá dentro. O senhor era o Presidente, não saía nada sem o processo chegar àquele comitê da Presidência, com o senhor de Presidente. Foram valores altos, do Alpargatas e de outros grupos interessados.

Então, é difícil crer em alguém que teve uma carreira como o senhor – e aqui eu faço esse registro do Deputado Marun –, "limpa" até chegar a este momento de o senhor estar sentado aqui para ser ouvido, ouvido na Justiça Federal etc.. Nada lhe chamou atenção? O senhor não se sentiu traído depois das delações – de ver seu vice-presidente, diretores, comitês, todos em delação, com dinheiro, envolvimento, milhões apreendidos em um apartamento –, o senhor não se sentiu, no mínimo, traído por tudo que estava embaixo do senhor?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu não, não... Primeiro, eu não me senti traído, porque, na minha concepção, o que aconteceu foi da porta para fora, certo? Eu não tenho como interferir nas relações que o Sr. Geddel tenha com não sei quem, que o Sr. Cunha tenha com...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas, Sr. Jorge, é um absurdo o senhor dizer que...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – É um absurdo...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... seu vice-presidente, da porta para fora, não é sua responsabilidade. Ele é o vice-presidente da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não é minha responsabilidade. O senhor desculpe, mas...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se o senhor sabe que ele está envolvido em ilícitos, usando o nome da Caixa Econômica...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não sabia que ele estava... Eu não sabia que ele estava envolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas quando eles chamam o padrinho de quem indicou seu vice-presidente, o seu diretor, pressionando, o senhor diz que não recebeu relação. Nem pediu demissão, nem ficou incomodado com esse vice-Presidente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Eu não fiquei incomodado por um motivo: porque eu confiava em tudo que estava sendo feito. Pressão para poder fazer ..., os senhores conhecem mais do que eu aqui – como é que a coisa existe.

Agora, eu queria dizer inclusive para o senhor: não há delação nenhuma que cite o meu nome.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, eu estou dizendo os seus funcionários, todos de confiança.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – E eu... Todos os funcionários da Caixa sabem a forma como eu agi lá dentro. Então, eu não concordo que a minha gestão na Caixa foi uma gestão que causou nenhum tipo de prejuízo para a Caixa, certo? Não causou. E reputo essas questões que aconteceram a práticas individuais, que não contaram com apoio interno.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou fazer, Presidente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – E eu não tinha motivo para achar que as operações...

Outra coisa: é muito fácil falar depois que as coisas aconteceram, mas eu também nunca vi nenhum Deputado entrar na minha sala e dizer assim: "Olha, o Cunha está fazendo uma coisa, está falando um monte de coisas, coisa *et al*.". Nunca vi nenhum empresário entrar na minha sala também e virar para mim...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se o senhor lesse *Estadão*, ou *Folha* ou *O Globo,* estava todo dia ali.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, não, não, não. Eu não vi nenhum empresário entrar na minha sala para dizer assim: "Olha, o Geddel me pediu tanto para fazer tal operação." Isso nunca aconteceu. Quer dizer, o que é que... O Geddel, inclusive, era uma pessoa que trabalhava pouco. Ele chegava à Caixa na segunda, tinha reunião de conselho na terça, atendia alguns Deputados na quarta e ia embora. Eu sinceramente fiquei surpreso com a... Eu não tinha...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Tinha que cortar o ponto dele, Presidente.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não tinha...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Tinha que cortar o ponto dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Infelizmente eu não tenho esse poder, mas bem que eu gostaria.

Eu não tinha... Eu não imaginava, sinceramente, que, na área do Geddel, pudesse ter acontecido alguma coisa porque era uma coisa assim... Inclusive, havia um desinteresse claro pela atividade dele de diretor na Caixa. Qualquer funcionário da Caixa...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, a última pergunta que eu acho que é mais técnica...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Então, eu queria dizer que eu nunca prevariquei, só para ficar claro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Na delação do Sr. Joesley Batista, Presidente, diz Joesley que pagou US$70 milhões, através do intermediário Victor Sandri, que está para a gente fazer a convocação na sequência, que dizia que representava Guido Mantega, Ministro da Fazenda. Eu peguei todas as investigações. O senhor recebeu alguma vez esse Victor Sandri na Caixa Econômica ou fora da Caixa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Ministro citou o nome de Victor Sandri?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nunca.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Naquela participação da Caixa Econômica no grupo JBS como funcionou aquela... São 5%, Presidente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A participação da Caixa?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Ministro Guido Mantega...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Posso lhe falar.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... lhe pediu para essa participação porque foi uma decisão de governo pelo que nós vimos até agora. Então, decisão de governo em cima de V. Sª...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Mas decisão de governo que eu vou explicar para o senhor entender.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem do governo pediu? Se foi uma decisão de governo, a Casa Civil lhe chamou e falou...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Alguém chamou.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Se o senhor deixar eu responder, eu respondo.

É o seguinte: o Ministro Guido Mantega... Eu não conheço esse senhor. O Ministro Guido Mantega nunca me pediu nada com relação à JBS nem me pediu com relação a esse cidadão. Na questão das ações, a Caixa não comprou ações da JBS. A Caixa recebeu ações da JBS como capitalização. A Caixa nunca tomou a iniciativa de comprar ações da JBS. O Tesouro Nacional, no final do ano, recebia dividendos dos bancos públicos e recebeu como dividendos...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso é pedalada, não é?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Hein?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso é a tal pedalada?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Não é não. Receber dividendos do lucro de um banco...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas de um banco público que está...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Aliás, na minha época, dobrou de 3,5 para 7.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Na Caixa, não. Estou falando do governo precisando capitalizar.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu acho que o que comumente se chama de pedalada e coisa tal é uma coisa que sempre se fez, neste País, nas contas públicas, que virou pedalada nessa empreitada da...

O que eu posso dizer para o senhor é o seguinte: eu recebi um telefonema do Tesouro dizendo: "O BNDES está entregando algumas ações..." Não foi só da JBS, foi também da Paranapanema e de outras pequenas empresas. também da Paranapanema e de outras poucas empresas, como dividendos para o Tesouro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu posso passar para vocês que foi como capitalização, porque a Caixa estava fazendo crédito e...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem ligou do Tesouro, Presidente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O Secretário do Tesouro.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como que é o nome dele? – o da época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O senhor não sabe?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu sempre pergunto para o senhor. Quero que o senhor diga quem era o...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Arno Augustin.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Arno Augustin.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ele teve um... Quer dizer, ele estava fazendo a tarefa dele, certo?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Claro.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ele me consultou se a gente aceitava as ações. É lógico que eu consultei a área técnica da Caixa, vi se isso era possível, se já havia acontecido antes, etc. Disseram que sim, que já havia acontecido antes e que, inclusive, é comum, durante um tempo – a questão de ações da Petrobras, que não podem ser vendidas.

Mas a JBS era uma ação que estava bem e que podia ser vendida. Então, podia ser transformada em dinheiro. Aí nós falamos; "Tudo bem. Pode mandar a ação". A ação chegou a R$6, e depois, nos dois últimos anos, a ação só subiu. Pelo meu levantamento, aqui, a ação, foi em 2012 que chegou. Foram 10,37% das ações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas quando a Caixa recebeu do BNDES...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não; recebeu do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Do Tesouro, mas foi uma orientação do BNDES – eu tenho essa informação. Foi um banco público pedindo a outro banco público para comprar parte das ações. Quando comprou por R$6, qual era o preço venal de mercado nesse momento? O senhor se lembra?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olhe, Presidente, eu insisto que a gente não comprou nada. A gente não comprou ações, mas a gente recebeu ações.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor recebeu no preço de mercado?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Claro!

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu recebi as ações,....

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Era uma operação diferenciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... e o preço de mercado era R$6,04.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Quanto?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu recebi as ações; não foi por preço de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O senhor sabia quanto é que valia naquele momento?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sabia: era R$6 o preço...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, não. O preço venal, o preço de mercado naquela data?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sabia. Era isto: R$6.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não era; era menos; era 80% desse valor.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bom, aqui, está... Foi a que eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Pode... Pode... Conclua, Delegado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – De qualquer forma, as ações vieram para a Caixa. Ela é contabilizada por preço de mercado, ela é marcada a mercado para entrar. Então, ela foi e entrou na Caixa a preço de mercado. Pela informação que a Caixa me deu, foi R$6,04. Depois, em 2013, essa ação foi para R$8,18. Em 2014, foi para R$10,55.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Virou sócio do Governo, é claro que teria que valorizar. Mas ela valia, na época, estou dando essa informação a V. Exª, Delegado Francischini, R$4,80. É o que valiam essas ações. Só estou prestando essa informação a V. Exª.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Para a conclusão. Para a conclusão, Delegado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Independentemente de quanto essas ações valiam, independentemente disso,...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O que chegou no papel foi que era R$6,04.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O que chegou na Caixa foi isso. Nós recebemos as ações como capitalização. Na mesma época, recebemos ações da Petrobras. A Petrobras...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi a Secretaria do Tesouro que te informou que era R$6,04. Veio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, isso era... Não foi. O Tesouro disse: "Estou mandando ações da JBS".

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente!

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isto é importante: saber quem informou o valor da ação.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Quem me informou foi a área da assessoria da Caixa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente!

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Está bom. É essa a pergunta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu acho que é importante saber quem informou o valor

da Caixa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Acho que é importante saber quem informou o valor da ... O âmago da investigação é saber se recebeu supervalorizado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Perdoe-me, Sr. Senador. Agora, eu também gostaria de poder concluir.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu tenho uma última pergunta.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O senhor tem uma técnica boa de interrogatória, mas pode dar uma chance para mim também.

Eu quero dizer para o senhor o quanto valia, na época, para mim, para a gente, da Caixa, que estava recebendo, ou seja, era o preço de mercado. Na época, segundo a Caixa me falou – o senhor pode pedir isso à Caixa –, valia 6.04 e era mais ou menos R$1,79 bilhão. Eu posso deixar aqui a tabela. Está aqui a tabela, se quiseram.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a última, para finalizar, Presidente.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Mas eu queria concluir.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Em 2013, passou para 8.18. Agora o que aconteceu de interessante? As ações da Petrobras que a gente recebeu caíram. As ações da JBS subiram. Quer dizer, para a Caixa foi um ótimo negócio. A Caixa vendeu essas ações. Ela começou a vender essas ações quando elas estavam em 11.76, Vendeu a 11.76 e a 11.36. Hoje a Caixa tem 1.89% das ações da JBS. Em 28/12, segundo informações que me deram, foi em 2012 quando entraram as ações, estavam em 8, alguma coisa assim. Então, a Caixa ganhou dinheiro com isso.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Com a JBS?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ganhou dinheiro. A Caixa não tem, não teve prejuízo. É por isso que eu estou tentando esclarecer. Quando eu fico ouvindo aqui que a Caixa gerou ...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Nem a Caixa e talvez nem o Geddel.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... que o Governo gerou uma série de prejuízos para a Caixa e ...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Conclua, Sr. Jorge Hereda, conclua, conclua..

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... e para todo mundo. Agora, não é verdade isso, não é verdade isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Há vários Parlamentares querendo formular perguntas.

Conclua!

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Desculpe-me pela minha eloquência! Perdoe-me.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor está no caminho correto mesmo.

Eu só queria saber o seguinte: a segunda operação que mais traz polêmica na ... O senhor lembra, nesse período de quatro anos, o senhor disse que a questão da compra da Alpargatas já não foi na sua gestão.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não foi na minha gestão.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – No seu período de quatro anos, o senhor se lembra de uma operação de aquisição integral de uma empresa feita por outra com financiamento da Caixa? O senhor pegou, no seu período, R$2.7 bilhões para alguma empresa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Esperá aí! Eu vou dar uma olhada aqui. Não, R$2,7 bilhões, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Comprar integralmente, comprar 100% de outra empresa?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu tenho aqui as operações. Eu vou só dar uma olhadinha. Mas eu acho que isso pode também ser solicitado à Caixa, porque pode vir uma versão oficial.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas o senhor não se lembra, assim de bate-pronto, de nenhuma?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – De nenhuma, de um financiamento para comprar uma empresa... Nós chegamos a comprar parte de empresa pela Caixapar, mas não me lembro de ...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – É uma operação única também com um valor desses... Talvez 100% de aquisição.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não! Talvez a operação da Eldorado no ... FGTS, mas não era todo o valor.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas mesmo assim é do mesmo grupo novamente.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Mas não era o mesmo valor, não era o mesmo valor. Era R$900 mil, R$ 900 milhões. Mas não era o valor total. Não me lembro, sinceramente.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Seria isso, Presidente.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Presidente, só para a sequência do ...

Presidente, só para a sequência do questionamento dele, acho que ficou uma parte obscura para mim que eu gostaria que o depoente me esclarecesse.

O senhor recebia normalmente na Presidência da Caixa Joesley ou seus assessores para tratar de questões dessa natureza?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Deputado, eu vou dizer uma coisa para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Senador Airton.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Senador, me perdoe.

Desculpe-me, mas não tenho muita...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Já fui Deputado. Sem problema.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu tomei posse em 2011 como Presidente da Caixa. Eu fui seis anos Vice-Presidente. Então, eu fui à JBS no dia 22/07/2011, convidado pelo superintendente da época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da região, pois eles queriam fazer uma exposição para a Caixa. Fui eu, o Vice-Presidente de Rede e dois superintendentes. Fomos recebidos lá – eu procurei minha agenda na Caixa para ver se –, às 16h e pouco. Eles apresentaram como era o grupo e toda a estratégia do grupo, porque estavam começando a ter uma relação que eles tinham com outros bancos. Eles queriam manter, mostrar como eles eram sólidos etc. etc. Isso sempre acontece. Depois, fizeram a apresentação, nós ouvimos e fomos embora. Eu não lembro se foi Joesley ou se foi o Wesley. Acho que foi o Wesley que fez a apresentação.

Depois disso, eu não me lembro de ter recebido nenhum dos dois nenhuma vez na Caixa. Inclusive, recebi o convite para o casamento dele, também não fui. Então, eu não tive contatos com Joesley nem com Wesley, porque a Caixa funciona pelos seus canais. Posso ter encontrado em alguma coisa. Mas eu nunca discuti uma operação da Caixa com Joesley, com Wesley nem com ninguém da JBS, porque quem faz isso é o pessoal das áreas de negócio.

Eu era um Presidente, havia 12 Vice-Presidências, havia uma reestruturação sendo feita, havia quatro milhões de casas sendo construídas pelo Minha Casa, Minha Vida, havia o Bolsa Família para correr atrás, havia parque para correr atrás, havia tudo o que outro banco faz para correr atrás. Quer dizer, administra-se uma empresa de 100 mil funcionários. Quer dizer, pilota-se pelo plano de negócio. Não se sai indo buscar cliente. Pelo menos eu não fazia isso.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.*) – O senhor mandou uma agenda da Caixa pelo menos de presente de casamento?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Rapaz, eu fui mal educado. Não mandei. Agora eu juro para o senhor: não que eu achasse que eles tinham nenhum problema. Era o meu jeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Conclua.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu nunca achei que eles tinham nenhum problema de relacionamento com a Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Só para informação, o FI-FGTS foi proposto por intermédio da Medida Provisória 349, de 2017, convertida em Lei 11.491, deste mesmo ano. Inicialmente, a MP contemplava as áreas de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento.

contemplava as áreas de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento. Após a tramitação no Congresso Nacional, passou a atender as áreas de aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, portos e saneamento. E esse dinheiro aplicado do Fundo de Investimento do FGTS no grupo JBS teve a finalidade da fabricação, da montagem da fábrica Eldorado Celulose. Eu queria deixar esse registro interessante. Só aí já prova que a coisa estava errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª sabia a destinação desse dinheiro do fundo junto ao grupo JBS?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bom, aí a gente tem que falar um pouquinho de como funciona o fundo. Eu tenho até a exposição aí. Os senhores podem olhar e, na sequência, se quiserem colocar, eu posso explicar. O fundo tem... O FI-FGTS tem um conselho que replica a mesma participação que o conselho do Fundo de Garantia. Esse conselho do Fundo de Garantia – deixa aí, por favor – foi criado para dizer, para autorizar a operação do FI-FGTS e tem a participação de trabalhadores, da mesma participação do Fundo de Garantia. Então, o que acontece? Como funciona a coisa no FI-FGTS? Você entra com pedido, normalmente à Viter, que é a área de recursos de terceiros que faz as análises técnicas, que era a área do Marcos...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Sr. Jorge, me permita. Hoje nós temos uma votação, e eu acredito que, daqui a pouco, os nossos Deputados vão ter que se ausentar, mas...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Então, eu posso ser sucinto, se o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não. A pergunta é mais direta. A lei determina, a lei determina que esses recursos do Fundo de Investimento terão que ser destinados a aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, portos e saneamento.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – V. Sª sabia que esse dinheiro do fundo não poderia ser destinado a outra coisa, a outro tipo de investimento? O senhor sabia que foi investido na construção da fábrica de Eldorado? O senhor sabia que esse dinheiro tinha esse destino?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu vou dizer uma coisa para o senhor. Se tem alguma irregularidade na aprovação, isso tem que ser perguntado ao Comitê de Investimento do Fundo de Garantia, porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não. O senhor é o ex-Presidente.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu sou o ex-Presidente, doutor, mas não sou eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Quem mandava era o comitê.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O comitê é que mandava na operação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Vamos chamar o comitê.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Falhou tudo isso, então?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A Caixa não falhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não falhou?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não é que falhou. Se foi aprovado, deve ter alguma explicação, que eles podem dar. Agora, o que eu estou falando para os senhores é que quem diz... Só um segundo que eu vou tentar explicar. Como acontece? Entrou, a Viter chega e diz...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas isso aí nós sabemos. Isso nós já sabemos.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Presidente, o senhor sabe,...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas isso nós já sabemos. Agora, a autorização final...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ...mas eu acho que tenho o direito de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não, mas o senhor não quer responder. Não há problema.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, vamos escutar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não estou sendo permitindo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Não. O senhor não quer responder. Não há problema.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu quero...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu passo a palavra...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu quero deixar registrado que quero responder, e o senhor não

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu passo a palavra então...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Presidente, eu quero deixar registrado que eu quero responder e o senhor não está me permitindo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Então, diretamente, por favor.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Então...

Não, o senhor não vai dizer qual é a forma que eu tenho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – O senhor está colocando a responsabilidade em cima do comitê. Não é essa a minha pergunta.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não estou colocando a responsabilidade...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor tem de deixar ele falar, Presidente. Não somos nós que vamos dizer o que ele...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O que é que o senhor quer que eu responda?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ele tem direito de responder o que ele quiser responder.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu quero que o senhor responda o seguinte:

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Se o senhor puder, se o senhor puder.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Se eu puder, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E se o senhor quiser.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, acho que o Presidente quer dizer o seguinte, vou resumir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É uma prerrogativa...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Menos "enrolation" e mais direto, Presidente. A gente já conhece...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, Presidente, isso aqui não é delegacia de Polícia, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Não é delegado, Deputado. Vai constranger o... Isso aqui está virando...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Isso é técnica de delegado autoritário que não deixa a pessoa falar. O que é isso, Presidente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O meu "enrolation" deve ser porque eu baiano e falo muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O senhor tem toda a liberdade de falar. Deixe o falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Aqui, na verdade, nós não temos aqui, neste plenário, nem promotor e nem defensor.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então deixe o falar!

Promotor, às vezes, aparece. E, delegado, parece que hoje está aqui atuando como delegado e não como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Eu só reforçaria a minha indagação...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD - PR) – Na verdade, o Deputado tem que ser um pouco delegado também. Ele está cumprindo a tarefa dele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – É peculiar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas não pode impedir a pessoa de falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – De forma alguma, de forma alguma.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu vou ficar no meio da questão porque também temos que deixar o depoente responder da forma que ele achar mais conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – ... Que ele julgar necessário.

Correto.

Mas a minha indagação é porque esses recursos tinham uma... Tinham não, têm – não é? – uma destinação e foi fugida essa destinação desses bilhões aí desse Fundo de Garantia, que é dinheiro do trabalhador.

Então eu só queria saber do depoente, se possível, se ele sabia que a destinação desse dinheiro no grupo JBS era para a construção dessa fábrica. Sim ou não.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, Presidente, eu estou olhando aqui. A Eldorado é uma *debenture*, então ela é da carteira administrada, ela não é do FI-FGTS. Então, provavelmente a carteira administrada pode ser utilizada para isso, certo? Ela é uma *debenture*, ela não é do FI-FGTS, ela é uma *debenture*, por isso que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – E esse dinheiro do FI, o senhor sabe qual foi a destinação dele junto ao grupo? O senhor poderia nos falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Do FI não, porque não tem... Não é do FI, é da carteira administrada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Mas o Fundo de Investimento do FGTS também colocou lá bilhões de reais em outras operações. O senhor sabe a destinação?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Para operações do grupo JBS?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Uhum.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, só tem essa. Pela informação que me deram, só tem essa. A única operação que tem é essa que eu falei da... Por isso que eu me lembrei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª e passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Wadih Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Eu gostaria que o Presidente... O depoente nos desse mais informações acerca de programas da Caixa como Minha Casa, Minha Vida. Qual foi o alcance? Quantas casas construídas? Isso é importante também. Parece que a Caixa, de acordo com o direcionamento de algumas perguntas aqui, só tem relações com esta ou aquela empresa; só faz este ou aquele investimento. Eu gostaria de ter mais informações nesse sentido.

Na sua gestão, qual foi o alcance dos investimentos da Caixa.

E essas operações foram amortizadas; a maioria foi liquidada e tem uma parte que prossegue, porque o prazo era maior, e estão todas em dia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Que tipo de operação? O senhor poderia...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Posso falar. Tem operação de capital de giro, tem operação de ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), tem de debêntures... Deixa eu ver se acho mais alguma aqui. É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Capital de giro, câmbio e debêntures?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Capital de giro, câmbio...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Empréstimo não tem? Empréstimo?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Empréstimo... Não, a debênture... Empréstimo de que tipo o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Esse normal, operação normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ah, tem empréstimo da J&F.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Isto.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Da J&F Investimentos, que são...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Da *holding*.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Que era uma... Algumas operações de infraestrutura que o grupo JBF era responsável. Não sei se eram pequenas centrais hidrelétricas, alguma coisa que tinha a ver com a produção. Mas se o senhor quiser, o pessoal da Caixa pode mandar para o senhor essa relação toda detalhada...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Está bem. Eu quero, sim.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... mas a exposição geral nesse, em 2014, foi essa.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Certo. Eu quero, sim, que você mande, por favor.

Como V. Sª explica a divulgação de notícias na mídia de que a Caixa e a CaixaPar teriam, na sua gestão, destinado recursos para empresas e negócios que há tempo vêm sendo apresentados como prejudiciais e que agora são investigados nesta CPI sob suspeita de terem sido fraudulentos?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bem, eu... Como é que eu explico? Eu, no início da sessão, estava justamente tratando dessa questão. Eu quero dizer que não acredito em fraude dentro da Caixa. Não acredito. Acho que a Caixa tem um sistema de governança que não permitiria fraude.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Você acha isso tudo mesmo depois do que aconteceu com o Geddel?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Acho. Acho. Acho, sabe por quê? Porque o que aconteceu com o Geddel, se o senhor me permite, é o seguinte...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Nunca teve nada lá dentro.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, ele... Uma coisa...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Nunca ninguém facilitou nada para ninguém.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Uma coisa é o senhor... Uma coisa é alguém cobrar um pedágio na porta, sentar em cima de um processo e não deixar andar; outra coisa é esse processo ser fraudulento. Esse processo não era fraudulento. Ele pode ter segurado o processo. A área dele é a área que coloca o processo no Conselho Diretor para votar. Se ele não quiser botar, ele fica dizendo que a operação não é boa. Ele pode fazer isso. Agora, depois que ele botou a operação para rodar dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caixa, ela só sai dentro da norma, doutor. Então, não tem, não acredito em processo fraudulento dentro da Caixa.

É isto que a gente não entende: a Caixa é um banco, entendeu? É um banco, e, para rodar um processo lá dentro, só roda de acordo com as regras. Não tem processo sem ter risco, sem ter jurídico, sem ter a área de precificação e a área de negócios, no mínimo. São pareceres em cima de pareceres. Quer dizer, eu não acredito... Eu posso estar errado, mas eu não acredito que dentro desse processo tenha algum tipo de fraude, porque também não acho que a Caixa teve nenhum prejuízo com a JBF

porque também não acho que a Caixa teve algum prejuízo com a JBS, nem com as ações, nem com as atividades, porque, hoje, todas as contratações da Caixa com a JBS estão em dia ou foram liquidadas.

Então, eu não tenho por que acreditar... Se o Sr. Geddel ou o Sr. Fábio Cleto montou uma carteirinha na porta da empresa, para poder dizer "olha, só deixa andar o processo, se o processo andar...", é um problema para eles responderem. Agora, eu sei que, na hora em que isso entra na engrenagem da Caixa, isso só sai dentro da regra, porque senão não anda. Não é na minha gestão: é em todas as gestões. É assim, porque é muita gente que teria que ser mobilizada, para fazer uma fraude num processo desse tipo. É irracional dizer isso, na minha concepção.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Está certo.

Que critérios, parâmetros ou requisitos a Caixa ou a CaixaPar adotaram na sua gestão, para escolher sobretudo esses investimentos de participação que fizeram essas empresas do grupo?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nós não fizemos nenhuma participação no grupo JBS. Não compramos nenhuma ação.

Eu estava explicando aqui que nós recebemos essas ações do Tesouro Nacional, como capitalização, e essas ações cresceram, foram se valorizando, e a Caixa vendeu, na alta, e ganhou recursos com isso. Hoje, a Caixa tem 1,8% da JBS, e a CaixaPar não tem nenhum negócio com a JBS.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Dentre as operações que a Caixa fez com o grupo, ela financiou a aquisição da Alpargatas, que foi adquirida pelo grupo J&F, inclusive numa situação muito inusual, que foi o financiamento de 100% da aquisição desse grupo. Como é que o senhor explica isso? Participou, de alguma forma, desse período, dessa aquisição?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não posso... Não foi na minha época. Não tenho condição de explicar.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – O senhor saiu, acho, em fevereiro de 2015?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Em 2015. Isso foi, acho, no final do ano...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Foi depois. Então, o senhor não participou nem do início desse processo.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Nunca discuti essa operação.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Certo.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Agora, pelo que o pessoal da área da Caixa, a quem pedi informações, me disse, essa operação já foi liquidada, inclusive.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Certo.

O senhor disse que teve pelo menos cinco encontros com o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Quatro.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Quatro, não é?

E que um deles foi na Câmara. O senhor sofreu pressão dele para mudar diretores. Não é isso?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Foi.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – E, fora essa pressão, o senhor sofreu abordagem de algum tipo de vantagem?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Não?

E quanto à sua relação com Joesley e Wesley Batista?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, nenhuma.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – O senhor nunca teve relação com nenhum?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu estive na JBS no dia 22 de julho de 2011, meses depois de quando tomei posse. Fui lá com o vice-presidente de rede e dois superintendentes da Caixa. Eles me convidaram para assistir a uma exposição sobre a empresa, justamente porque a Caixa estava expandindo o seu relacionamento com grandes empresas,

justamente porque a Caixa estava expandindo o seu relacionamento com grandes empresas, e, depois disso, fomos recebidos, se não me engano, pelo Wesley, que fez a exposição. Depois, eu nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais encontrei nem com o Joesley, nem com o Wesley em situações em que se discutisse qualquer operação. Não me lembro nem da Caixa.

Ontem, alguém me falou que ele esteve Caixa fazendo uma exposição. Acho que foi em um dia em que eu não estava, mas não tenho nenhuma...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Não teve nenhuma relação. É isso?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nunca recebi...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Eles nunca lhe ofereceram nenhum tipo de vantagem diretamente?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ...no meu gabinete, nunca discuti e nunca conversei em lugar nenhum.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Eles nunca lhe ofereceram nenhum tipo de vantagem direta ou indiretamente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – ...através de alguém para facilitar ou agilizar qualquer tipo de operação?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu vou dizer uma coisa para o senhor, Deputado: acho que o boi sabe onde arromba a cerca. Eu nunca recebi nenhum tipo disso de ninguém lá na Caixa, no tempo em que estive na Caixa.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Satisfeito? (*Pausa.*)

Obrigado. Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Jorge Hereda, a Caixa Econômica Federal sempre foi uma instituição bancária muito respeitada ao longo de décadas. A Caixa sempre foi da preferência popular, das pessoas mais simples. Foi um conceito construído por anos e anos. No entanto, nesses últimos tempos, a Caixa entrou nessa lista negra de suspeitas de fraudes. Aquela lisa: Petrobras, BNDES, fundos de pensão, Caixa Econômica Federal, para decepção de muita gente.

No seu entendimento, isso aconteceu de graça?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve ou não houve motivos? Afinal, o senhor é um homem familiarizado como poucos – seis anos como vice-presidente e quatro anos como presidente. E nos repetiu aqui, reiteradamente, que a diretoria, o conselho, tinha força para decidir, mas o senhor era o presidente a quem compete o zelo superior de supervisão. O senhor também disse aqui várias vezes que, se houve alguma coisa irregular, foi da porta para fora e não da porta para dentro. Isso é muito fácil, e o senhor disse várias vezes que não houve operações fraudulentas, mas, no mínimo, houve operações temerárias, que mereceriam todo o cuidado durante o andamento.

Então, essa é a minha primeira pergunta, porque, em determinados momentos, o senhor me dá a impressão de que recorre àquele pretexto fácil e conhecido já no folclore dessas CPIs: "não via nada, não sabia de nada". Houve uma personagem que se caracterizou por isso. O senhor eu prefiro que não seja um deles, mas não desconfiava que estava havendo alguma coisa irregular nesses últimos tempos?

Essa é a minha primeira pergunta.

O SR. JORGE FONTES HEREDA (*Fora do microfone.*) – Posso responder/

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Claro.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, primeiro,

Claro. Olha, primeiro eu queria dizer, já falei antes e vou falar para o senhor também, que eu não acredito que... O processo de um banco ele é tão rígido que é muito difícil você burlar. Eu não vi, eu não não me lembro de nenhuma operação temerária na Caixa. Não me lembro porque não vi. Não vi, o Tribunal de Contas acho que, pelo que eu tenho conhecimento, não viu, eu não sei onde está a operação temerária com a JBS. A JBS era uma das maiores empresas do mundo, só crescia... Eu falei aqui também que a exposição da Caixa para a JBS... Não era o maior dos bancos, todo banco comercial tinha relacionamento com a JBS, faziam operações da mesma forma que a Caixa, operação portanto dentro da regra do Banco Central. Então eu não consigo, não estou dizendo que eu não sei, eu estou dizendo que eu sei que a Caixa não fez nenhuma operação temerária até pelo menos na minha época. Passou por todo o roteiro padrão que tem que passar, obedeceu todas as normas da Caixa e hoje a maioria está liquidada e eu repito hoje a J&F, todo o grupo está em dia com a Caixa, entendeu... Então eu não posso dizer, não tenho nenhum elemento que possa dizer que a Caixa teve algum prejuízo com a JBS.

Quer dizer, pode ser que venha mais adiante, a depender dessa confusão que o País entrou, até ter, mas não houve até agora, eu não estou dizendo que eu não sei não, eu estou dizendo que não teve porque eu fui na Caixa inclusive discutir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então a minha resposta é essa. Agora com relação a ter ou não ter alguma coisa estranha, primeiro a gente, o Presidente da Caixa ele tem que coordenar 12 vice-Presidências. A Caixa compra, só na área de compras, R$8 bilhões por ano. Ela paga R$12 bilhões por ano. Ela tem em todos os programas sociais que a Caixa toma conta, o Fundo de Garantia, a Loteria, o papel do Presidente é gerenciar isso tudo, é acompanhar para ver se o plano negócio está sendo feito. É ver se o atendimento está feito aos programa sociais do Governo, porque a Caixa é um banco, como eu falei, mas a gente sempre se colocou como mais do que um banco, porque tem todo um trabalho social que demanda um esforço muito grande.

Então um Presidente não tem como chegar no processo de entrada de uma operação que é de responsabilidade da vice-Presidência do produto.

Então a vice-Presidencia de PJ é responsabilidade de Geddel. Eu cobrava meta, cobrava....

E os processos de

cobrava... E os processos de governança da Caixa checavam se aquelas operações eram ou não eram corretas. Então, esta coisa de "Ah, o senhor não via nada de... e coisa e tal": eu também poderia perguntar para esta Câmara se os Deputados não viam o que acontecia aqui também. É porque a gente não... Quando está trabalhando – entendeu? E as coisas andam –, a gente não... A gente tem que tocar a vida.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Se me permite, o senhor não acha, Sr. Jorge, que há uma responsabilidade superior do Presidente...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Acho.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – ... no mínimo para supervisionar o Vice-Presidente, que trabalhava pouco.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Acho.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O senhor disse que Geddel chegava lá, às segundas-feiras, e que, às quartas-feiras, ia embora.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Acho. Acho.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Ora, era pouco dedicado ao trabalho.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – E vou dizer para o senhor...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não era de suspeitar de repente, de revisar o que ele estava fazendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu acho.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – E o senhor não fez?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Tanto que ele tem um... Ele tinha três superintendentes, um diretor executivo, todos de carreira da Caixa, certo? E eu não... O senhor pode dizer... Eu vou confessar ao senhor uma coisa: para mim, eu, particularmente, preferia que ele fosse o mínimo possível à Caixa, porque não... É...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Não era de propor ao Ministro, então, que o substituísse, já que o senhor tinha...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Os senhores são muito mais experientes do que eu nessa coisa de relação política. Os senhores me perguntarem se eu tinha o poder, como Presidente da Caixa, de tirar o Geddel de lá de dentro, por favor... Vamos ser racionais. Eu não tinha o poder de tirar o Geddel lá de dentro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Mesmo sendo suspeito?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ele não era... Juro para o senhor, o Geddel nunca foi suspeito, nunca foi suspeito para mim. Nunca foi suspeito. O Geddel nunca me passou nenhuma situação de que estava fazendo alguma coisa. Ele passava uma... Desculpe-me, mas ele me passava uma aparência de relapso, certo? Dizia-se assim: "Olha, ele não está nem aqui para isso, está fazendo política".

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Então, com esse conhecimento do senhor, o senhor concorda... O senhor está dizendo, de forma oblíqua, que a indicação política, em muitos casos, corresponde a mais prejuízo à gestão pública do que outra coisa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu acho.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O senhor concorda com isso?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Dependendo da indicação, porque há muita gente boa também.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Bem, o senhor reconheceu que o Geddel era relapso.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ele era, mas...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Sim.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... quando Ministro, não era. Era outro departamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O noticiário, Sr. Jorge Hereda, da mídia, em maio deste ano, disse que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa perderam juntos R$3,4 bilhões com a queda de 42,9% das ações do Frigorífico JBS. Essa perda o senhor admite hoje que poderia ter sido evitada, se houvesse um cuidado maior com a negociação que era feita?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olhe, eu posso dizer para o senhor que a Caixa não teve perda de bilhão nenhum com essa... com a queda das ações.

Agora, não teve, acabei de falar aqui... Ela entrou na Caixa a 6 e foi vendida a quase 12. E não foi vendida por mim, não. Não estou falando que eu fui... Na minha época, vender era bobagem, porque ela estava subindo, certo? Então, a Caixa não teve esse prejuízo, não teve...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Bom...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... porque as ações foram vendidas na alta, depois é que caíram. Agora, também é bom a gente se situar um pouco, porque, quando vai para o universo de uma CPI

se situar um pouco, porque, quando a gente vai para o universo de uma CPI, a gente começa a achar que o mundo lá fora não existe, porque, olha, todos os economistas desse País, todas as áreas de áxis desse País, todos tinham avaliações da JBS, da Odebrecht, da OAS – a OAS estava em recuperação –, mas, das grandes empresas desse País, todas tinham *rate* Triplo A, todas. Depois que a gente viveu esse processo, de turbulência que a gente viveu, as empresas estão em outra situação.

Então, os bancos perderam muita coisa, sim, em algumas operações, mas, no caso da Caixa, não foi na JBS, não foi.

Então, o que a gente precisa entender é que dizer assim: "Ah, o Presidente da Caixa devia ter visto que o Fábio Cleto estava fazendo não sei o quê", depois que o Fábio Cleto fez, é muito fácil. Agora, o Presidente da Caixa tomou todas as medidas que estavam ao seu alcance para garantir que todos os procedimentos internos fossem cumpridos. Agora, eu não tenho condição de adivinhar que isso está acontecendo.

Pressão para poder agilizar processo é a coisa que mais acontece em ministério e em empresa pública. Todos os senhores sabem disso. Eu recebi Deputado que dizia: "Olha, a empresa tal vai quebrar no meu Estado se não fizer um empréstimo, coisa e tal, de capital de giro e vai deixar 200 desempregados". Você vai dizer que o Deputado estava errado em ir lá falar isso? Não, ele estava preocupado com o Estado dele. Muitos fizeram isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria não conseguiu que o empréstimo saísse, porque não passava na área de risco da Caixa. De todos os partidos, inclusive do meu, porque é esse, ele tem que ver se um banco público, porque tem que ter uma visão mais social, se pode resolver um problema de alguma situação.

Então, eu não tenho problema com isso, certo? Me pedir para agilizar, "vê se dá para agilizar Emenda", não sei o quê, isso acontece todo dia. Isso não é nada de errado. Não tem nada de errado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Duas últimas perguntas, Sr. Jorge Hereda.

Lá, atrás, foi lida uma lista de ministério, de obras que deveriam ser o destino dos depósitos do Fundo de Garantia. Se não me engano, foi o Senador Ataídes que leu, e ali não consta que a verba do Fundo fosse para a empresa Eldorado. O senhor já respondeu lá, atrás, mas eu achei pouco esclarecimento na sua resposta. O senhor poderia repetir por que essa verba do Fundo foi para a Eldorado?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Me permite, Senador Lasier, só fazer um esclarecimento em cima da indagação de V. Exª?

O Sr. Jorge Hereda, ex-Presidente da Caixa Econômica, votou favoravelmente no Comitê de Investimentos contra os votos do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Me consta aqui...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Comitê de Investimento?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Teve aqui o voto... O senhor não votaria? O senhor...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – No Comitê de Investimento?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Não?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não faço parte do Comitê de Investimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Veja só, este. investimento...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Quem deve ter votado é o Fábio Cleto, que fazia parte do Comitê de Investimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Está esclarecendo. Mas, voltando, novamente, aqui, na pergunta de V. Exª, com relação a este investimento bilionário para a fabricação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

...o PMDB tinha uma bancada poderosa na Câmara e no Senado e, por conta disso, galgava funções de comando em ministérios e na Caixa. Agora, vão cobrar do Dr. Hereda: "Dr. Hereda, porque o senhor não demitiu os indicados do Temer? Bá, Dr. Hereda, mas o Geddel não ia trabalhar segunda de manhã e mesmo assim o senhor não colocou ele na rua?"

Isso é uma espécie de brincadeira... É tratar a opinião pública como um bando de imbecis. Aquilo lá era a força política do PDMB dentro do Governo. Era uma composição, ou alguém aqui não sabe porque o PMDB tinha Ministério das Minas e Energia, tinha não sei o quê lá?

Então, eu fico abismado: "O senhor não sabia quem era o Fulano de Tal?" Um mês antes de o Geddel ser preso assinaram um manifesto de apoio ao Geddel aqui os Líderes de todos esses Partidos que estão perguntando ao senhor.

Não sabiam quem era o Fulano, não sabiam quem era o Ciclano, não sabiam quem era o Geddel. Descobriram agora, depois que foi preso, quem era o Geddel.

Achavam que o Geddel era o quê? Gerente de convento? Há 30 dias assinaram um manifesto de apoio ao Geddel e agora vêm perguntar para o Dr. Hereda se ele não sabia quem era o indicado do terceiro ou quarto escalão.

Então, aqui não é a pessoa que pode responder a essas questões. Está mais do que provado que o Dr. Hereda teve uma gestão absolutamente compatível com as suas funções. A prova disso, meus presados Deputados e Senadores, é que em meio a tudo isso que está acontecendo no Brasil, quando centenas de pessoas são chamadas para depor todos os dias, ele nunca foi chamado. E por quê? Porque não existem elementos que justifiquem.

Então, a vinda do Dr. Jorge Fontes Hereda aqui é para ele motivo de satisfação: Vir aqui, mostrar como trabalhou, como as coisas funcionavam, que tem um processo absolutamente limpo, transparente.

Então, acho que o senhor está de parabéns e fico extremamente feliz de ver a facilidade que o senhor teve aqui de responder as questões que foram colocadas, a segurança, a tranquilidade para poder responder a todas as questões... E a certeza que temos de que o senhor, com certeza, não é uma pessoa que imagina que não ocorreram irregularidades. Claro que ocorreram, mas, de sua responsabilidade direta, não existe nada. Eu acho que é isso que nos tranquiliza e nos deixa felizes.

E acho que nós aqui, nesta CPMI, temos que ter uma certa coerência nas coisas, eu procuro primar muito por isso. Eu, quando vejo um Parlamentar que até ontem andava abraçado com Eduardo Cunha... Por isso eu valorizo a postura do Marun, porque o Marun não esconde os acordos, as convicções políticas.

E aí o cara chega aqui hoje: "Ah, mas o Fulano de Tal era da Caixa Econômica Federal?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tu era de casa, era da cozinha dos caras, tchê! Até ontem estava apoiando Henrique Eduardo Alves, até ontem estava apoiando Flávio Cleto. Estão loucos de medo de que apareça o nome de quem recebeu dinheiro do Funaro e vêm aqui fazer demagogia em cima do nome do Dr. Hereda.

Então, quero lhe dizer o seguinte: eu acho que o seu depoimento foi muito bom. Eu me sinto absolutamente satisfeito e espero que a gente possa, em um determinado momento, se é para investigar de fato essas questões da Caixa, trazer aqui à CPI as pessoas que têm coisa...

as questões da Caixa, trazer aqui à CPI as pessoas que têm coisas para nos dizer.

Então, eu quero cumprimentá-lo e dizer que o senhor tenha certeza de que o seu depoimento foi um dos mais esclarecedores e convincentes que nós tivemos aqui nesta CPMI desde o início. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB - TO) – Agradeço V. Exª e passo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Ataídes; todos os colegas Deputados; Srs. Senadores, senhor depoente Jorge Hereda, o senhor disse que – depois de seis anos como vice-presidente da Caixa Econômica; quatro anos como presidente, no período de 2011 até 2015 – diversas irregularidades dentro da Caixa Econômica aconteceram da porta para fora.

No entanto, funcionários da Caixa Econômica Federal foram investigados, estão sendo investigados pela Polícia Federal, na Operação Cui Bono, por irregularidades de pagamentos de propina na liberação de financiamentos de R$4,3 bilhões para várias empresas, dentre elas o grupo, a *holding*, J&F.

O senhor teve também como vice-presidente da Caixa Econômica no período o Sr. Geddel; o Sr. Fabio Cleto, por indicação, influência do ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha; Sr. Desiree; o Sr. Lúcio Funaro, que fazia as operações também dentro da Caixa Econômica, era operador, operava dentro da Caixa para esse grupo, lá na Caixa Econômica.

O senhor aqui, por diversas vezes, disse que não tinha conhecimento dos vice-presidentes. Isso deveria ser o *modus operandi* da época, porque o ex-Presidente Lula também disse que não tinha conhecimento de nada que acontecia durante o seu governo aqui como Presidente da República.

Gostaria de perguntar: qual a sua indicação política para poder ocupar a Presidência da Caixa Econômica? Qual o seu partido político?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Primeiro eu quero, Deputado, dizer que, se há algum funcionário da Caixa ligado a essa questão, eu sinceramente vou esperar até o final da apuração para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber o que ele conseguiu fazer internamente, porque ele... Mas a Caixa tem cem mil funcionários, e eu...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Precisa de mais provas do que aquele tanto de dinheiro lá no apartamento de Geddel, diante de tudo o que aconteceu?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu quero dizer para o senhor o seguinte: o Geddel não é meu aliado, certo?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Eu estou perguntando qual o seu partido político, qual a sua indicação.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Ele não é meu aliado.

Deixe-me só dizer para o senhor: ele não é meu aliado, muito pelo contrário. O que o senhor fala de Geddel, para mim não faz nenhuma... Isso não tem nenhuma importância, porque para mim é o Geddel que tem que responder pelos passos que ele deu, certo? E não tenho nenhum tipo de relação de amizade com ele, muito pelo contrário.

Agora, eu quero dizer que essa coisa de... Eu insisto que – se é que eu posso não aceitar alguma coisa – eu não aceito esse rótulo de que eu não sabia e coisas desse tipo, porque muita coisa rola, acontece neste Congresso, acontece em Brasília. Brasília é um festival de boatos e de tudo

em Brasília. Brasília é um festival de boatos e de tudo o mais. Não é?

Eu ouvi, em 2011, 2012, que o Eduardo Cunha tinha uma bancada de 50 Deputados. Depois, eu ouvi que ele tinha uma bancada de 150. Eu nunca vi ninguém chegar e dizer assim: olha, eu quero aqui ir para a Comissão de Ética para dizer que o cara está... Não é assim que funciona. Você pode desconfiar de alguém. Agora você tem de ter provas. Você tem de ter algum fato concreto que você possa dizer, ainda mais num relacionamento político como é no Brasil, em que nenhum partido tem condição de...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Qual o seu partido político?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sim.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu sou filiado ao PT, com muito orgulho.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Tudo bem.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Com muito orgulho, há mais de 30 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Tudo bem.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Agora, isso é algum problema?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Não. Só gostaria de saber qual é o partido. Só estou indagando qual é o partido.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Qual é o partido do senhor?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – PSD.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Heim?

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – PSD.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Pois é. Aliado da gente lá na Bahia.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Mas em Goiás não é. Eu sou de Goiás.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Mas, na Bahia, a gente se dá bem que o senhor não imagina.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Em Goiás, não é.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O senhor não imagina como a gente se dá bem na Bahia. Quem sabe a gente não pode...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Não somos aliados do PT.

Lúcio Funaro...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nunca vi.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – ... E Fábio Cleto já delataram esquema fraudulento na liberação de recursos principalmente do FI-FGTS.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – É verdade.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Olhando para trás, fica claro que os sistemas de controle do banco falharam. Certo? O senhor poderia nos apontar quais as fragilidades nos processos de análise e aprovação de operações de crédito como os da J&F?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu posso dizer o seguinte: a Caixa até tomou uma medida que eu achei que sanou. Eu acho que a fragilidade foi que qualquer pessoa poderia dar entrada num projeto na Vice-Presidência. Entendeu? Quer dizer, hoje há um processo melhor, que é um processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de seleção aberta. Mas isso aconteceu, sanou de certa forma o que eu acho que foi o grande problema.

Quer dizer, por exemplo, o Fábio Cleto, na área dele, recebe um pedido de uma debênture, ele tem de enquadrar essa debênture. Se ele não enquadrasse essa debênture, não acontecia nada. Agora, a debênture que ele enquadrasse era feita direito. Então, eu acho que essa entrada, dificultar ou não a entrada, não ser democrático no acesso, talvez isso de certa forma deu um poder para o Vice-Presidente que está resolvido hoje à medida que...

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Só para um esclarecimento. O Tribunal de Contas da União à época detectou algum...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Obrigado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Na época, não se tinha... É aquela história: a gente descobre que é falho depois que acontece.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Era isso que eu ia perguntar. Auditorias internas do TCU ou de empresas de auditoria independentes...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O TCU, é claro que...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Detectaram, antes das delações, alguma anormalidade das operações envolvendo as empresas da *holding* J&F?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, o TCU é muito rigoroso. Ele sempre faz análises, sugestões, críticas, essas coisas e tal. Deve ter feito. Agora, com certeza, a gente tinha uma relação muito próxima com o TCU. O Marcos Vasconcelos, que era da Viter, sempre procurou... ele sempre procurou cumprir todas as determinações.

Eu acho que a auditoria interna não... Não me lembro de nada de muito significativo.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Era isto o que ia perguntar: nas auditorias internas e externas na Caixa, nunca foram apontadas para agilidades nos seus controles internos, nas áreas de análise,..

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Porque o controle interno...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – ... e de deliberação das operações de crédito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Porque o controle interno começa a atuar na hora em que o jogo começa. Quer dizer: você recebeu a entrada do pedido, aí você entra num processo que é auditado. Agora, esse processo de entrada é aquela história: você pode sentar em cima de um projeto e dizer: "Olha, só ando se...". Entendeu? Vai se descobrir, uma hora, que esse projeto parou daqui a.... "Por que está demorando tanto?"

Mas há outra coisa também: quem entrou com um processo – e o processo não anda – não foi lá fazer queixa para dizer: "Olha,...."

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – E nunca aconteceu isso? Nunca houve queixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nunca ninguém entrou na minha sala para dizer assim: "Olha, está demorando lá, o CAP sentou em cima". Nunca houve isso. Quer dizer, eu nunca recebi uma informação desse tipo.

Então, não é assim fácil de detectar uma coisa que é o dia a dia do vice-presidente. E o meu está em outra esfera: tem que se olhar a empresa inteira.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Em sua gestão como Presidente da Caixa, quais empréstimos foram aprovados para empresas da *holding* J&F? Quantos dias transcorreram entre o pedido do crédito e a aprovação final? – para poder ver se realmente aceleraram esses processos. E qual o prazo médio das operações similares envolvendo as empresas da *holding* J&F?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu tenho aqui o total do que foi feito...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Mas e o prazo?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não tenho aqui. Sugiro que os senhores façam um pedido à Caixa.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – O senhor não tem conhecimento de como transcorriam os processos da empresa, do Grupo J&F.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu vou dizer uma coisa para o senhor: a gente contratava por ano quinhentos e poucos bilhões de reais. Eu não tenho condição de saber. Porque eu não fazia, a gente não fazia empréstimo só para a JBS. A gente fazia empréstimos para várias empresas. Então, o tempo que demora, quando chega no conselho diretor, não é um dado que a gente leve em consideração. Leva-se em consideração só se a operação está redonda ou não está. Às vezes a operação demora mais...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Então o senhor não tinha essa relação de outras empresas e das empresas da *holding* J&F.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não tenho...

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Do prazo que...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu não tenho essa memória não, mas na Caixa você pode fazer.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Certo.

A última pergunta então: o senhor foi remunerado por palestras ou consultorias desde quando o senhor assumiu a Presidência da Caixa até os dias de hoje?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu vou dizer uma coisa para o senhor: até me convidaram para poder fazer palestra, mas eu não topei, não. Nunca fui remunerado por nada disso.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Nunca foi remunerado por palestra nem assessoria?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nem assessoria.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Desde que o senhor era Presidente, até os dias de hoje?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Eu fui Presidente, saí, fui ser Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, lá com o Otto ou o Rui, e, depois, eu sou hoje presidente de uma empresa de gestão de ativos do

Funaro, Fábio Cleto e Joesley?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Nem conheço o Funaro...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nenhum deles? Nunca esteve com o Funaro?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nunca estive com o Funaro, e, quanto ao Joesley e ao Wesley, acho que uma ou duas vezes no máximo. Eu nunca...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E, nessas duas vezes que V. Sª esteve com o Joesley...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Com o Joesley eu nem me lembro se estive, para ser sincero.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com quem o senhor falou agora que esteve duas vezes?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – O Wesley. Eu estive uma vez com o Wesley, e houve uma outra vez, parece, que me falaram que eles estiveram na Caixa, para fazer uma exposição a respeito de uma determinada operação. Mas eu nem me lembro dessa segunda.

Então, eu nunca discuti com eles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nada?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Nada. Nada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi por acaso esse encontro com o Wesley?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não... O Wesley, foi uma visita à JBS. Logo que eu assumi. Foi um convite para uma exposição de como era a empresa. Isso é muito comum.

Fomos lá...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas vocês estavam reivindicando alguma coisa ou só foi um convite para conhecer a empresa? Não havia financiamento para aprovar, alguma coisa assim, nada?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só para conhecer?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não... É lógico que, quando você começa um relacionamento com qualquer empresa grande, você quer conhecer a empresa, quer saber com quem você está se relacionando, se é uma empresa segura, se ela tem... E isso é normal entre as cooperações.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O senhor tomou conhecimento de um processo que tramitou na Caixa sobre a nova CIB, do grupo Bertin?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bertin? Era da...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Grupo Bertin.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Espere aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu sei... Mas não foi na minha época não, eu acho.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É. A nova CIB.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – As operações que eu tenho aqui... Eu não tenho a Bertin. Existe a Seara, todas as outras, mas Bertin eu não me lembro não. Sinceramente.

Mas, olhe, essas operações todas...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Inclusive, nessa...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – ... a Caixa pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos operações aqui com a J&F Investimentos, que pode, talvez, ser alguma... JBS, Seara, Vigor, Eldorado... São essas empresas que tiveram operações com a Caixa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação à empresa Eldorado, o senhor disse que não tomou conhecimento de nada.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não tomei conhecimento de nada errado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não... Houve, inclusive... Talvez... Não sei se V. Sª tomou conhecimento, mas, com relação, inclusive, ao financiamento da Eldorado, houve voto contrário tanto do Ministério da Fazenda quanto do Ministério das Cidades.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não... Um voto contrário, num comitê do qual eu não faço parte, no qual a Caixa não tem um representante, e a decisão do comitê...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é, mas o representante da Caixa não leva isso... "Olha, lá foi assim, a situação... Todo mundo era contra e, mesmo assim, foi aprovado"? Essa preocupação não existe assim?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não, essa preocupação... Não... Eu...

Quem decide se a operação vai ser feita ou não é o Comitê de Investimento, que é um comitê do Conselho Curador do Fundo de Garantia...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Que tem um representante da Caixa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Que tem um representante da Caixa, que era o Fábio Cleto, o qual acho que não tinha nenhum interesse de ficar me informando nada que fosse...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Com relação ao Fábio, V. Sª nunca desconfiou que havia alguma coisa com o Fábio, com o Cleto, ou V. Sª...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu já falei aqui também que, quando o Cleto assumiu, tomei todas as medidas para ele não demitir nenhum superintendente que estivesse lá. Todos os superintendentes foram nomeados por nós e foi o que eu consegui fazer. Agora, qual foi a estripulia que ele fez, para poder fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir com a presença dos Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Raimundo Lira, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Wilder Morais, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Ângela Portela, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, José Priante, Leonardo Quintão, Reginaldo Lopes, Ezequiel Fonseca, Lúcio Vale, Milton Monti, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar e Hugo Leal. Deixam de comparecer os Parlamentares Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Nilson Leitão, Fabio Garcia, Jorge Côrte Real, Arnaldo Jordy e Pompeo de Mattos. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Ocorreu a instalação da Comissão e foram eleitos o Dep. José Priante como Presidente e a Sen. Lúcia Vânia como Vice-Presidente, bem como foi designado o Sen. Wellington Fagundes como Relator. Foram, ainda, aprovados o plano de trabalho e os seguintes requerimentos, apresentados pelo relator: Req. 1/2017 – requer a realização de audiência pública nos Estados de Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Goiás, com a participação dos seguintes órgãos: Associações de Municípios; Fundações e Entidades de Estudos e Pesquisas locais; Tribunais de Contas dos Estados – TCEs; Governos Estaduais e Legislativos Estaduais; e Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN; Req. 2/2017 – requer que sejam solicitados ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações do Conselho Monetário de Política Fazendária (CONFAZ) no que se refere à compensação devida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pela perda de receita resultante da não incidência do ICMS sobre as exportações de bens primários e semielaborados; Req. 3/2017 – requer a realização de audiência pública com a participação dos representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda; Governos Estaduais; Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); Tribunal de Contas da União (TCU); e Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN; Req. 4/2017 – requer a realização de audiência pública com a participação dos seguintes especialistas: Sr. Eduardo Costa, Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa); Sr. José Roberto Afonso, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Jose Barroso Tostes Neto, especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados Murilo Rodrigues da Cunha Soares, autor do estudo "Lei Kandir: Breve Histórico"; Consultor Legislativo do Senado Federal Josué Pellegrini, autor da monografia "Dez Anos da Compensação Prevista na Lei Kandir: Conflito Insolúvel entre os Entes Federados?", premiada no XI Prêmio Tesouro Nacional – 2006; Req. 5/2017 – requer que sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no que se refere à compensação devida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pela perda de receita resultante da não incidência do ICMS sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as exportações de bens primários e semielaborados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado José Priante

Presidente Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada à instalação e à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2017, destinada a oferecer propostas sobre a alteração da Lei Kandir no que se refere à compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Instalada a Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para preenchimento dos referidos cargos.

São indicados indicado para Presidente o Deputado Priante, do PMDB do Pará, e para Vice-Presidente a Senadora Lúcia Vânia, do PSB do Estado de Goiás.

Consulto as Lideranças sobre a possibilidade de a escolha do Presidente e da Vice-Presidente dar-se por aclamação. (*Pausa.*)

Apoiado por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a concordância do Plenário, declaro eleitos para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, como foi anunciado, o Deputado Priante e a Senadora Lúcia Vânia.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Priante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Quero cumprimentar todos os Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras aqui presentes, agradecer a confiança na eleição do meu nome para presidir esta Comissão, que é da maior importância para o Brasil, para o Congresso e, particularmente, para os Estados que padecem injustamente com o advento da Lei Kandir.

Na verdade, cumprindo aqui o rito regimental, cabe-me a missão de designar o Relator desta Comissão para efetivamente desenvolver o trabalho, juntamente com todos os membros da Comissão.

Seguindo o acordo pré-estabelecido, eu convido o Senador Wellington Fagundes para assumir a relatoria desta Comissão Mista, representando o Senado no encaminhamento deste trabalho. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Eu gostaria de falar aqui umas breves palavras, Senador Wellington, fazendo a consideração do que diz respeito à importância desta Comissão, que tem o caráter de discutir algo extremamente complexo, tendo em vista o tempo já decorrido desde o advento da Lei Kandir – a Lei Kandir tem, salvo engano, 21 anos já de efetivação no Brasil.

Nós estamos vivendo um momento ímpar, porque, na verdade, nós estamos cumprindo, além da instalação desta Comissão Especial, um rito determinado pela Suprema Corte brasileira, que estabeleceu, inclusive, um prazo para que o Congresso possa deliberar sobre essa matéria, e já estamos atrasados, já se vão alguns meses decorridos desse prazo, tendo em vista que o prazo final, salvo engano, é no mês de novembro ainda deste ano. Portanto, nosso tempo é extremamente exíguo para que possamos deliberar a melhor forma, o melhor formato de encaminhamento dos trabalhos desta Comissão. Evidentemente que o Congresso escolheu os melhores representantes aqui para expressar os sentimentos dos diversos Estados da Federação que padecem com essa distorção que foi desenhada a partir da Lei Kandir.

Particularmente para o meu Estado do Pará, se a Lei Kandir foi boa para o Brasil, foi péssima para o meu Estado, para o Estado de Minas Gerais, para o Estado de Mato Grosso...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – ... para o Estado do Rio Grande do Sul, para o Estado do Paraná, para o Estado de Goiás, da Bahia, os Estados exportadores, que acabaram não tendo as compensações devidas e acabaram pagando pelo êxito de colaborarem substancialmente com a balança comercial brasileira. Então, esta é uma oportunidade. É algo extremamente desafiador, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma oportunidade única para que nós possamos dar um rumo para esse problema, que já perdura há tantos anos. Se fosse fácil, não estaríamos debruçados há quase duas décadas, ou mais de duas décadas diante desse problema.

Então, eu me coloco à disposição desta Comissão no sentido de promover os debates necessários, fazer o agendamento necessário, se precisarmos, fazer o debate em cada região deste imenso País; enfim, dependendo da deliberação desta Comissão Mista, eu não medirei esforços no sentido de promover as diligências necessárias.

Passo a palavra ao Senador Wellington para que ele possa encaminhar seu plano de trabalho, que, pelo que entendi, já está elaborado, e submeter já, de maneira positiva, o encaminhamento desta reunião.

O SR. CIDINHO SANTOS (PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MILTON MONTI (PR - SP) – Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não. Vamos tentar ouvir aqui o...

O SR. CIDINHO SANTOS (PR - MT. Pela ordem.) – Eu só quero cumprimentar V. Exª pela ascensão ao cargo e meu Líder maior, Senador Wellington, que representa nosso Mato Grosso. Vou ter que dar uma saída. O plano de trabalho dele já está aprovado de minha parte porque confio nele sempre. Quero dizer que estou muito feliz de estar participando da Comissão pelo Mato Grosso, nosso Estado, que tem uma perda muito grande. Realmente o tema é de fundamental importância. Tenho certeza de que V. Exª, como Presidente, e o Senador Wellington, saberão dar os devidos encaminhamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito obrigado. Feito o registro.

Passo a palavra ao Senador Wellington.

Já aberta a inscrição para a discussão. Deputado Milton, Deputado Quintão.

Por favor, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. Como Relator.) – A Senadora Ana Amélia parece que também tinha pedido.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Por favor, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer a todos também a confiança, à Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presidindo esta Comissão para fazermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a eleição de V. Exª como Presidente, à Senadora Lúcia Vânia, que também lutou muito, tem lutado muito por essa questão, principalmente da compensação.

A Lei Kandir, como já foi colocado aqui, veio em um momento de abertura de alguns Estados, e acredito que ela cumpriu bem seu papel no sentido de fomentar as exportações. No caso de Mato Grosso, principalmente – também do Pará –, sendo Mato Grosso uma fronteira agrícola, ainda estamos usufruindo muito porque é um Estado exportador e, com a abertura, como nova fronteira agrícola, ainda temos espaço para alguma coisa em termos de desenvolvimento. Mas, claro, em Estados como Rio Grande do Sul, que já teve todas as suas áreas abertas, e, enfim, em outros Estados, a situação acaba sendo bastante complexa.

Minas Gerais – o Senador Anastasia estava aqui, está aqui nosso líder, Deputado Quintão – é um Estado que tem uma industrialização grande, mas é um Estado que exporta muito também minério como matéria-prima e alguns produtos semielaborados. Então, penso que é o momento de definirmos realmente essa questão da compensação provocada pela Lei Kandir.

É importante dizer que temos já uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Inclusive, houve dúvidas, mas já está publicado até o acórdão do Supremo Tribunal Federal. Então, isso foi uma decisão do Plenário com prazo até o dia 30 de novembro deste ano. Se o Congresso não fizer, já existe a determinação do Supremo para que o Tribunal de Contas possa fazer os cálculos. Eu creio que o melhor será este ato que estamos fazendo. Ou seja, o Congresso está assumindo seu papel. Com a Comissão Mista do Congresso sendo instalada hoje, teremos prazo.

Aqui, estou com meu plano de trabalho, que sou obrigado a ler. Peço a paciência de vocês.

Eis a proposta de plano de trabalho.

A presente Comissão tem como objetivo oferecer propostas de alteração da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, chamada Lei Kandir, no que se refere à compensação devida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios pela perda de receita resultante da não incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre as exportações de bens primários e semielaborados.

Esta Comissão é uma decorrência da decisão de 30 de novembro de 2016 do STF, que julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 25 e fixou prazo de 12 meses para que o Congresso Nacional edite lei complementar regulamentando os repasses de recursos da União para os entes subnacionais em decorrência da desoneração do ICMS. Segundo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

decisão, caso não haja norma própria regulando a matéria no final do prazo fixado, caberá ao Tribunal de Contas da União estipular as regras do repasse e calcular as cotas das partes interessadas.

A ADO nº 25 foi ajuizada pelo Estado do Pará, com a participação de outros 15 Estados – aqui não vou citar todos para ser mais rápido. Por unanimidade, o Plenário da Suprema Corte acompanhou o Ministro Relator Gilmar Mendes e reconheceu a existência de uma situação de inconstitucionalidade por omissão, pois, mesmo após quase 13 anos, o Poder Legislativo não cumpriu a determinação contida no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), introduzida pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, de que seja editada lei complementar com os critérios, os prazos e as condições em que se darão os repasses em questão.

No julgamento, o Ministro Celso de Mello observou que a existência de uma deturpação no sistema de repartição de receitas compromete a saúde das relações federativas. Segundo este, as competências constitucionais dos entes federados ficam esvaziadas pela falta de condições materiais necessárias para que sejam exercidas.

Atualmente, tramitam nas duas Casas do Poder Legislativo muitas proposições disciplinando as compensações pela não incidência do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Como são várias, aqui também, para ser mais rápido, já as dou como lidas. Estão aqui no relatório. São várias: PLS 162, de 2017; PLP 362, de 2017; PLP 354, de 2017; PLS 288, de 2016; PLP 199, de 2015; PLP 160, de 2015; PLP 153, de 2015; PLS 346, de 2015; PLS 312, de 2013.

No nível infralegal, os repasses são disciplinados pelo Protocolo ICMS nº 69, de 2008, firmado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que dispõe justamente sobre os critérios para partilha de recursos entregues aos Estados e Distrito Federal pela União a título de compensação do ICMS desonerado nas exportações de produtos primários e semielaborados e nos créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, e de fomento às exportações. Trata-se de protocolo subscrito por 18 dos 27 membros. A dissidência é formada por Pará, Amapá, Distrito Federal, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Conforme o RQN nº 2, de 2017, aprovado na sessão conjunta do Congresso Nacional de 30 de maio último, a presente Comissão – nossa Comissão – contará com 11 Senadores e 11 Deputados titulares, com igual número de suplentes. O prazo de funcionamento foi fixado em 120 dias, com previsão orçamentária de R$30 mil.

Atividades propostas.

Presumindo que a Comissão iniciará os seus trabalhos hoje, bem como que não haverá suspensão do seu prazo em caso de recesso – não é mais o caso – entre os dois períodos da atual sessão legislativa, os seus trabalhos estender-se-ão até o dia 31 de outubro de 2017 e englobarão o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

• estabelecimento de relação de cooperação com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para debater a importância da alteração na Lei Kandir;

• requisição de informações ao Poder Executivo;

• análise da legislação correlata;

• realização de audiências com a participação de representantes da União, do Confaz, do TCU, dos governos estaduais e de especialistas no tema.

A cooperação com a Comissão instituída pela Câmara dos Deputados permitirá ter acesso às respostas aos Requerimentos 16 e 17, de 2017, ambos do Deputado Reginaldo Lopes. Este solicitou que: (I) o Confaz envie os dados referentes aos créditos de ressarcimento da Lei Kandir, às dívidas dos Estados e Distrito Federal com a União e à contraparte dos Municípios; e (II) a Secretaria do Tesouro Nacional envie os dados referentes a todas as dívidas municipais com a União.

As audiências serão em número de três – é o que estou propondo, mas, claro, qualquer membro poderá também ainda propor e ser aprovado. Mas a nossa proposta inicial é de três audiências: uma no meu Estado, até porque o Estado de Mato Grosso, hoje, é o que mais perde na compensação, junto com o Pará, e as outras duas no próprio Congresso Nacional. Os especialistas recomendados são:

a) o Sr. Eduardo Costa, Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa);

b) o Sr. José Roberto Afonso, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas;

c) o Sr. José Barroso Tostes Neto, especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

d) o Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados Murilo Rodrigues da Cunha Soares, autor do estudo "Lei Kandir: Breve Histórico", e

e) o Consultor Legislativo do Senado Federal Josué Pellegrini, autor da monografia "Dez Anos da Compensação Prevista na Lei Kandir: conflito insolúvel entre os entes federados?", premiada no XI Prêmio Tesouro Nacional – 2006.

O relatório deverá ser votado até o final de outubro para que haja tempo hábil para que eventual minuta de projeto de lei complementar possa ser votada em ambas as Casas do Poder Legislativo – claro, em tempo hábil.

Como cronograma, proponho para as próximas reuniões o seguinte.

No dia 09/8, hoje, reunião ordinária, com a instalação, a eleição e apresentação deste plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No dia 30/8, seminário no Congresso Nacional, tendo como palestrantes os Srs. Eduardo Costa, Josué Pellegrini, Murilo Rodrigues da Cunha Soares, José Barroso Tostes Neto e José Roberto Afonso.

No dia 14/9, audiência pública em Cuiabá com representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios, e quero justificar, porque nosso projeto de lei foi, inclusive, elaborado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, cujo Presidente é o Sr. Neurilan Fraga, junto com os técnicos da associação. Também com representantes da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), de Tribunais de Contas dos Estados, do Ministério da Fazenda e governantes estaduais, além, claro, de todos os membros desta Comissão e outros convidados que poderão estar lá presentes.

No dia 27/9, audiência pública no Congresso Nacional com representantes do Confaz, dos governos estaduais, do Ministério da Fazenda e também do TCU.

No dia 04/10, reunião ordinária, com debates e conhecimento das respostas aos requerimentos de informações.

No dia 18/10, reunião ordinária para apresentação do relatório, com minuta de projeto de lei complementar.

No dia 25/10, reunião ordinária para votação do relatório, com minuta de projeto de lei complementar.

Então, esse é o plano de trabalho, Sr. Presidente.

Também tenho já alguns requerimentos, que quero fazer de imediato, porque podemos já votar em globo, e aí cada Parlamentar presente poderá também fazer suas sugestões.

Requerimento.

Nos termos dos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados (RICD) e do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir (CME Lei Kandir), no dia 30 de agosto de 2017, conforme o nosso cronograma, para instruir os trabalhos, com a participação dos seguintes especialistas... Como eu já li dentro da programação, vou aqui apenas para a justificativa.

Esta Comissão Especial sobre a Lei Kandir é resultado da aprovação desse requerimento e, com isso, então, este presente requerimento pretende ouvir os cinco maiores especialistas no assunto, de forma a que aqui entendamos plenamente os pontos a serem analisados do ponto de vista técnico e econômico. Esse requerimento tem, pois, o intuito de auxiliar os trabalhos desta Comissão Especial com possíveis informações sobre os créditos de ressarcimento da referida lei, as dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União e a contraparte dos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda um segundo requerimento.

Requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta mesma Comissão, no dia 14 de setembro de 2017, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com as mesmas entidades que aqui eu já mencionei.

Ainda um terceiro requerimento.

De acordo com o cronograma, com a participação do Ministério da Fazenda, governos estaduais, Conselho Nacional de Política Fazendária e Tribunal de Contas, com a mesma justificativa que aqui já fizemos.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Meu caro Senador, muito obrigado pela apresentação do roteiro.

Eu gostaria, de pronto, de fazer uma sugestão com relação à agenda que V. Exª propõe. V. Exª propõe a realização de três audiências públicas, e aqui eu quero sugerir que haja uma audiência no Pará e uma em Minas Gerais para que nós possamos dividir as nossas dores, que são as mesmas.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PRIANTE (PMDB - PA) – Então, gostaria de poder merecer a consideração e a aquiescência...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Nós podemos, no mesmo requerimento do Senador Relator, incluir os Estados de interesse, como Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Existe uma ordem de inscritos aqui...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – ... Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Eu não sei se a palavra pode ser concedida na ordem... Não são tantos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

Eu penso o seguinte: todos os Parlamentares que aqui estão, a maioria deles, têm um problema sério, que são essas compensações para os Estados. Então, eu penso que, quanto mais audiências fizermos, mesmo que o Relator e o Presidente não possam estar... Todos os membros aqui poderão fazer audiências nos Estados em nome da Comissão, é só acertar o calendário para que todos possam, inclusive, discutir nos seus Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Permita-me, Senador. Na verdade, numa audiência, talvez seja necessária a presença do Relator e do Presidente, minimamente, para que possamos recolher...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Não, todas as audiências públicas serão acompanhadas pela assessoria, gravadas. Eu estou sugerindo, porque eu tenho certeza de que a maioria dos Parlamentares vão requisitar audiências em seus Estados.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Nós temos um problema temporal aqui. Nós temos de ser rápidos e ligeiros, certo?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Aí é que eu queria, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O nosso tempo ficou muito exíguo, não são mais 120 dias, nós teremos 90 dias.

Quero me congratular com o plano de trabalho do Senador Wellington, que me parece muito consistente. Sob a sua presidência, temos esperança de um trabalho muito objetivo.

O meu Estado do Rio Grande do Sul é um dos maiores prejudicados...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS. *Fora do microfone.*) – Nosso!

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O nosso, meu e da Senadora Ana Amélia: segundo levantamento que me foi encaminhado, em valores corrigidos, o Rio Grande do Sul já teve uma perda de R$48 bilhões.

Eu estava inclinado a pedir também uma audiência no Rio Grande do Sul, mas estou percebendo que há uma diversidade de requerimentos. Eu chego a duvidar que dê para ir a tantas capitais. Se der para ir ao Rio Grande do Sul, está feito o apelo. Agora, se não der, incluir pelo menos um representante do Rio Grande do Sul para participar de uma das audiências públicas. Encaminharia um requerimento nesse sentido. Nós vamos ter de agir muito rapidamente. Há uma demora, até hoje inexplicável, de praticamente 14 anos, para essa lei complementar, quando os Estados já sofrem há tanto tempo. Agora teremos que correr para fazer um bom trabalho.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Milton Monti. Depois, seguindo a ordem: Deputado Quintão, Senadora Ana Amélia, Deputado Reginaldo Lopes e Deputado Joaquim Passarinho. Peço que procurem se manifestar o mais brevemente possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Wellington, desde já eu gostaria de fazer uma proposta.

O Senador Wellington foi extremamente célere, diligente e providencial, apresentando já o roteiro na mesma sessão de instalação da Comissão, de escolha e eleição do Presidente, designação do Relator, o que não é casual, é uma coisa excepcional – ele já ganhou um ponto nesse encaminhamento. Então, se nós pudermos deliberar os requerimentos que o Senador apresentou...

Eu gostaria que o Senador pudesse fazer uma emenda para acrescentar os Estados do Pará e de Minas Gerais – e o Rio Grande do Sul também, se for a sugestão. Evidentemente, a partir dessa deliberação dos requerimentos únicos apresentados, eu solicito aos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que possam fazer os próximos oficialmente, através de requerimentos encaminhados à Mesa, e, na próxima reunião, nós haveremos de deliberar sobre as propostas apresentadas pelo conjunto dos Parlamentares.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Milton.

O SR. MILTON MONTI (PR - SP) – Caro Presidente Priante, quero primeiramente cumprimentá-lo por assumir a presidência desta importante Comissão, assim como o Senador Wellington, amigo, companheiro de partido.

Veja que o Senador é extremamente eficiente: já trouxe o plano de trabalho, já trouxe requerimento para ser votado, e as coisas...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Sabe lá se o relatório já não está...

O SR. MILTON MONTI (PR - SP) – É, daqui a pouco tira do bolso do colete o relatório!

Mas eu quero também pedir a V. Exª que faça o aditamento de São Paulo. Nós vamos, depois, analisar a oportunidade, evidentemente, sem prejuízo de que outros Estados apresentem requerimentos no transcorrer dos trabalhos desta Comissão.

Eu só quero registrar aqui que reputo ser esta uma Comissão extremamente importante, que vai tratar de um assunto delicadíssimo – o próprio Presidente Priante diz que esse assunto já está há décadas aí para ser resolvido, mas isso não acontece. Acho que estamos num momento de amadurecimento das questões relativas à reforma tributária. Acho que esse passo que será dado por esta Comissão contribuirá muito para fazer com que nós possamos melhorar o ambiente da reforma tributária no Congresso Nacional. Este é um dos gargalos graves: a partição da arrecadação de ICM nos Municípios, a forma como isso deve ser feito, se é na origem, se é no destino, como é que se faz a compensação.

Então, eu quero saudar todos e dizer que estamos à disposição para contribuir, para ajudar. Tenho certeza de que esta Comissão, formada por Parlamentares experientes desta Casa, vai chegar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um bom termo, vai oferecer ao Congresso Nacional e ao País uma solução negociada que contemple os interesses dos Estados brasileiros e desfazer as injustiças que, infelizmente, hoje estão acontecendo – injustiças claras, não há o que se dizer. Mas vamos no caminho de solucionar isso. Mais uma vez, parabéns. Vamos tocar o barco para frente. De minha parte, estou aqui para colaborar.

Peço licença porque tenho de sair.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Deputado Milton, não resta dúvida de que esse tema alcança diretamente dois assuntos que estão na ordem do dia: o pacto federativo e a reforma tributária. Então, vamos ter que ter, vamos dizer assim, concomitante ação paralelamente a esses debates que estão acontecendo no Congresso Nacional.

O SR. MILTON MONTI (PR - SP) – Até acho, Presidente, que, talvez, em outras oportunidades, a reforma tributária não andou por alguns motivos, mas esse foi um deles. Então, embora as coisas tenham acontecido meio que de trás para frente, eu acho que a nossa colaboração aqui vai ser extremamente importante para, quem sabe, destravar um ponto importante da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Muito obrigado, Deputado Priante.

Senador Wellington, parabéns pela relatoria desta importante proposta legislativa que nós temos de fazer para salvar os nossos Estados.

Minas Gerais é um Estado que depende disso. Quando foi criada a Lei Kandir, foi um desastre para Minas Gerais, como foi para o Pará e para todos os nossos Estados. Infelizmente, um desastre porque a União não cumpriu o seu papel: investir a CPMF na saúde e fazer a recomposição com os Estados exportadores. Com isso, Minas foi muito prejudicado.

Na Câmara, Senador Wellington, nós temos a Comissão Especial que foi criada, e o Deputado Priante é o nosso Relator nessa Comissão. Nós já avançamos muito na Câmara. Eu quero sugerir a V. Exªs... O Deputado Priante já esteve no Estado de Minas Gerais. Nós já fizemos uma audiência pública lá no Estado de Minas Gerais, temos um material vasto, nós temos todo o material de Minas Gerais para subsidiar V. Exª, Senador. Então, nós podemos aqui ganhar tempo, nós podemos focar o nosso trabalho aqui... Aos Deputados e Senadores que não tiveram ainda audiência pública em seus Estados, eu sugiro que a façam porque as informações serão trazidas aqui para V. Exª. Isso nos ajuda a andar rápido, Deputado Priante, porque essa decisão aqui vai salvar milhões de empregos.

Hoje o Estado de Minas Gerais está com uma incapacidade de investimentos muito grande, não consegue atender a demanda do orçamento do Estado para a saúde, para a educação, para recuperar as nossas estradas, para a segurança. Então, esse recurso aqui é de extrema importância para salvar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

economia dos nossos Estados e para que os Estados, entre eles Minas Gerais, meu Estado, possam ter recursos para atender a demanda de seus respectivos povos.

Deus nos abençoe. Vamos ser rápidos, objetivos. Conte conosco aqui. Que possamos fazer isso aqui o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem, Quintão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada, Deputado José Priante.

Caro Relator Senador Wellington Fagundes, eu quero cumprimentá-lo pelo encargo pesado, mas necessário e urgente, até inadiável, e também cumprimentar a Vice-Presidente Lúcia Vânia, que aqui no Senado tratou muito da questão da convalidação dos incentivos fiscais, matéria que tem muito a ver com o trabalho desta Comissão. O nosso Estado... Eu era repórter de economia quando o Ministro da Fazenda era Mário Henrique Simonsen, e havia, antes da Lei Kandir, o prêmio à exportação, que era uma forma de estimular as exportações, só que o prêmio era dado ao exportador, e o ônus, para o Tesouro do Estado. O governo, com a Lei Kandir, pelo menos criou a ideia de uma compensação, só que não a cumpriu.

E veja o insólito absurdo que vivemos hoje: os Estados fizeram com a União um acordo para a renegociação das suas dívidas, mas o Supremo Tribunal Federal, em alguns momentos, sustou as transferências da União para os Estados por não estarem pagando as parcelas devidas. Só que a União deve aos Estados a compensação da Lei Kandir; a União, a prima rica, não paga, mas não há nenhuma penalização para a União por não pagar.

Quando candidata em 2014 ao governo do Rio Grande do Sul, eu propus um acerto de contas contábil: pegar a compensação decorrente da Lei Kandir, subtrair da dívida que o Estado tinha a pagar à União e fazer esse acerto de contas. Era uma coisa, a meu juízo, muito prática e muito lógica, mas isso não foi encaminhado. O resultado da eleição mudou o curso, mas acho que talvez agora possamos até trabalhar nessa direção de um acerto de contas simplesmente, entre o crédito e o débito – eu penso que as coisas têm de ser pensadas de maneira criativa e inovadora.

Então, quero cumprimentá-los e dizer que estou à disposição.

Vou fazer alguns requerimentos também relativamente às indicações para as audiências públicas que teremos para debater esse tema aqui, porque o Rio Grande do Sul é uma das vítimas da Lei Kandir.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela colaboração.

Na verdade, essa conta, nos cálculos mais pessimistas, chega perto de 800 bilhões. Esse passivo, portanto, é algo estratosférico, esse é o tamanho do acúmulo da injustiça. O Estado do Rio Grande do Sul tem sido, evidentemente, vítima desse sistema, desse processo, e nada mais justo do que estabelecermos um critério de compensação.

Eu sou daqueles que se filiam a duas alternativas. A primeira é estabelecer um corte temporal e um regramento daqui para frente para estancarmos o sangramento, essa injustiça; e a segunda é abrirmos parênteses para discutirmos esse passivo, que é um passivo que hoje está na casa dos 800 bilhões na conta mais pessimista.

Muito obrigado, Senadora.

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, Relator, amigo Senador Wellington Fagundes, primeiro eu confesso, apesar de ser sempre otimista – o pessimista é um cara muito chato –, que, em se tratando dessa matéria e pelas reuniões que nós já tivemos na comissão da Câmara dos Deputados – inclusive com o Ministro Henrique Meirelles, nas quais acho que o Senador Wellington Fagundes estava até presente –, a União insiste, mais uma vez, em romper o pacto federativo.

Na minha opinião – o senhor foi feliz –, a questão da regulamentação da Lei Kandir é uma possibilidade, talvez histórica, de rediscutirmos o pacto federativo no Brasil. Na verdade, a república federativa brasileira é uma farsa, é uma fraude, não existe. A União tem uma competência tributária correspondente a mais de 70% do total, e essa mesma União invadiu competências e tomou dos Estados 18% de impostos do ponto de vista do setor primário e mineral. Portanto, a União insiste em não reconhecer essa invasão de competência; por conseguinte, ela não reconhece o passado, nas palavras do próprio Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Mas o pior, Presidente e Relator, é que eles não reconhecem nem o futuro. Nós entendemos que essa dívida está em torno de 48 bilhões, Senador Paulo Rocha. Não, 48 bilhões/ano para todos os Estados e Municípios; a dívida é 800 bilhões – 600 bilhões dos Estados e 200 bilhões dos Municípios, 25%. Mas para o futuro, anualmente, é uma dívida de 48 bilhões. O Secretário Executivo propôs, então, um ressarcimento de 4 bilhões. Então, não dá para negociar com alguém que está devendo 48 bilhões e fala em 4 bilhões.

Eu estou apresentando esta semana – quero anunciar aqui para a Casa – uma proposta de emenda à Constituição para extinguir a Lei Kandir. Se a União quer fazer uma política de exportação, mas invadindo competência tributária dos Estados e Municípios, ela tem que ressarcir impositivamente, e ela não quer. Portanto, é melhor revogar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, eu também entendo que, mesmo que a União queira ressarcir a Lei Kandir, esse princípio é equivocado. Ele é tão equivocado, que os constituintes não garantiram imunidade tributária para o setor primário e nem para o setor mineral.

Então, na verdade, alguns estudiosos falaram que se trata de uma doutrina tributária. Não é doutrina tributária; é uma imposição de mercado. É uma imposição de mercado, uma regra de mercado de país industrializado. Essa é uma teoria americana que os Estados Unidos, que são um país industrializado, impõem sobre os países primário-exportadores. Nessas condições, eles querem que a gente continue colônia.

Portanto, é um equívoco a Lei Kandir. É um equívoco tão grande porque ela nasce justamente de uma política econômica equivocada da década de 90, quando se dolarizou a economia brasileira – um dólar, um real –, do chamado câmbio fixo.

Pode perguntar, Paulo Rocha, a qualquer exportador se ele prefere isenção de impostos ou se ele prefere uma política correta de câmbio. O que os chineses fazem para exportar para o mundo inteiro? Por que acumularam tantos trilhões de reserva? Por uma política correta cambial, talvez até desleal na relação mundial do comércio, mas foi esta a prática. Nós fizemos o inverso: erramos na política cambial e resolvemos incentivar tomando o dinheiro dos Estados já quebrados e dos Municípios. E agora esta mesma União, dentro desse pacto federativo, não reconhece.

Portanto, Relator, V. Exª vai ter muito trabalho. V. Exª vai ter muito trabalho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Não é? E tem que ser de enfrentamento, porque V. Exª sabe o que é governo.

Eu vou dar um exemplo de Minas Gerais e vou concluir. Senador Paulo Rocha, se a Lei Kandir não existisse hoje, Minas Gerais arrecadaria 8 bilhões na veia, e os Municípios ficariam com 2 bilhões/ano. Então, é evidente que estamos aqui na perspectiva de preservar esse princípio equivocado, mas a União tem, então, que definir, e temos que votar aqui as regras impositivamente, porque senão...

Agora, é evidente que, se há uma crise fiscal no País, se a União está aí buscando várias outras formas de fazer esse ajuste... Eu acho que todas são equivocadas. Sou contrário. Acho que não vai produzir resultado; ela gera mais recessão. Mas não vamos entrar nesse debate. O que eu quero dizer, então, é que é melhor extinguir a Lei Kandir, na minha opinião. Isso não quer dizer que ela não tenha que pagar o passado. Eu sou da tese do encontro de contas, que Minas defende. Eu apresentei o PLP 362 sobre isso, que propõe fazer o encontro de contas. Se os Estados têm 600 bilhões para receber, sabe quanto eles devem? Devem 605 bilhões. Eles devem mais do que têm para receber. É lógico que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

há uns que são credores e outros continuarão devedores. Mas, de fato, se colocarmos também as dívidas dos Municípios, os Municípios também devem mais para a União do que têm para receber.

Então, é evidente que, como a União fez uma renegociação de dívida para 30 anos, até 2048... Inclusive, esse encontro de contas, Relator, poder-se-ia se dar em 30 anos. Faz-se mensalmente, discricionariamente, o abate do débito no crédito que os Estados e Municípios têm com a União. Nem impacto do ponto de vista da questão fiscal haveria, apesar de serem 800 bilhões. Não haveria! E, por último, a União não precisa desses recursos. Se ela precisasse... Até porque ela não recebe, os Estados não aguentam pagar – o Rio de Janeiro não paga, o Rio Grande do Sul não paga. Minas vai ter que fazer uma escolha: ou paga 6,54 bilhões por ano para a União e larga de pagar a polícia, os hospitais... Então, não tem jeito de pagar; é impagável. Portanto, eu acho que ela pode, sim, fazer esse acerto de contas do passado em 30 anos, que é a minha proposta.

Obrigado Relator. Obrigado, Priante. Obrigado por ter ido a Minas Gerais e participado conosco lá no seminário.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Deputado Reginaldo, eu já conheço a dedicação de V. Exª ao tema, inclusive com proposta extremamente fundamentada e tecnicamente muito bem elaborada. V. Exª é um estudioso, tem se demonstrado um interessado pelo assunto. Eu quero dar o meu testemunho, neste novo fórum aqui, a Comissão Mista. E, realmente, o Senador Wellington, como Relator aqui nesta Comissão Mista, deverá apreciar, de forma extremamente destacada, as propostas apresentadas pelo Deputado Reginaldo.

Eu só gostaria de fazer um chamamento à ordem aqui no encaminhamento, porque, na verdade, nós não estamos discutindo nada por enquanto, nós estamos fazendo aqui considerações gerais.

Foi apresentado aqui o requerimento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – E chamamento à ordem é com o Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Foram apresentados o plano de trabalho e alguns requerimentos. Para que nós não tenhamos o desprazer de termos esvaziada aqui a reunião, eu faço o seguinte encaminhamento. Respeitados os inscritos – aqui na ordem o Deputado Joaquim Passarinho, Paulo Rocha e Rogério Silva –, que nós pudéssemos, obviamente, com a aquiescência dos três, deliberar sobre os requerimentos, submetê-los à aprovação, e, no bojo da discussão do requerimento, conceder a palavra ou não. Evidentemente, eu tenho que respeitar o critério em que comecei. Mas é esta a minha sugestão.

Eu gostaria de ouvir o Deputado Joaquim, o Senador Paulo Rocha e o Deputado Rogério Silva.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sobre a proposição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Evidentemente, nós encaminharíamos a proposição...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – A aprovação agora. E depois continua?

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Não, na própria discussão da aprovação dos requerimentos.

Os senhores concordam?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, inclusive, eu gostaria de – também foi uma falha aqui nossa – incluir naqueles convites o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento junto com o Confaz, tanto os Secretários da Fazenda quanto os Secretários de Planejamento, porque uma coisa tem a ver diretamente com a outra. Então, é o Conseplan.

Além disso, como sou o autor da lei aqui no Senado, nós já propusemos no plenário – e já está aprovado pelo Plenário do Senado – uma sessão temática. Eu vou também propor aqui que tentemos aproveitar para transformá-la do Congresso. Já aproveitaríamos para fazer isso também.

Então, sigo a orientação do Presidente para que já possamos votar, aprovar aqui, porque também praticamente já estão inclusos os requerimentos no plano de trabalho. Só que, formalmente, eu tinha que apresentar o requerimento conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem. Então, vou colocar em votação o plano de trabalho...

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Deputado Priante, só uma informação. Qual é a data da apresentação proposta?

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – A data da apresentação do relatório?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Do relatório. Qual é a data que está proposta?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Da votação do relatório?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Da apresentação.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Da apresentação do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Apresentação do relatório no dia 18/10.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – E a votação no dia 25?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – E a votação no dia 25. Porque nós temos prazo estipulado para o dia 30...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Eu sei. A minha preocupação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – ... então vamos tentar fazer até o dia 30.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem. Então, eu vou colocar em votação o plano de trabalho e os requerimentos, com a devida aquiescência do autor do requerimento, para que sejam incluídos o Estado do Pará e o Estado de Minas Gerais.

Ele propõe a realização de três audiências públicas, está certo? Uma em Cuiabá, em que acrescentaríamos o Estado do Pará e o Estado de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – O Pará... Foi pedido aqui também, pela Deputada Lúcia Vânia, que me passou, o Estado de...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – O Rio Grande do Sul.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Não, o Estado de Goiás. O Rio Grande do Sul não requereu ainda não.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Não, mas foi falado aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Não, inclusive, o Senador Lasier falou que ele abriria mão, dada a exiguidade do tempo. Então, não foi pedido.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Então, pronto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Pode ser que eles venham a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – O requerimento de realização das audiências públicas fica transformado em quatro momentos: um em Mato Grosso, um no Pará, um em Minas Gerais e outro no Estado de Goiás. Está certo?

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só uma sugestão, Presidente, porque aí contemplaria as regiões. Na realidade, vai acabar que a do Mato Grosso contempla o Centro-Oeste, a do Pará contempla o Norte... O Nordeste eu não vi.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Aqui nós estamos sendo provocados. Mas evidentemente...

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Eu, obviamente, manifestaria aqui o interesse de fazer no Rio de Janeiro. Mas, se vai haver em Minas, o Sudeste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Mas veja só, Deputado, isso aqui, na verdade, não é uma decisão finalizada, é uma deliberação. Amanhã nós poderemos acrescentar o Nordeste ou outros Estados que possam manifestar os seus interesses.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, a minha propositura é exatamente nessa linha, guardado um equilíbrio da questão das regiões.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Está certo, é justo.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Porque, obviamente, o Rio de Janeiro, como o segundo Distrito Federal do País, poderia também ser o palco de uma nova discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – O que não seria uma má ideia para toda a Comissão.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Estamos discutindo sobre isso aí. (*Risos.*)

Esse tema vai voltar. Vai voltar. Não é agora na Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem. Então, submeto à apreciação de todos a votação do plano de trabalho apresentado pelo Relator e os requerimentos com os devidos ajustes.

Aqueles Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados por unanimidade.

Então, na sequência, passo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Sr. Presidente, Deputado Priante, Senador Wellington, primeiro quero parabenizá-los pela escolha para a condução desse trabalho.

A nossa preocupação, Deputado Priante, Senador Wellington, é que nós marquemos muitos debates, muitas exposições, e isso acabe sendo muito repetitivo. Ninguém que está aqui nesta Comissão deixa de conhecer o que é a Lei Kandir e os transtornos que ela trouxe para os nossos Estados. Estou mais preocupado com as soluções. Então, fazermos esses longos debates sem apresentar nada, apenas para as pessoas virem às nossas reuniões para explicar o que é a Lei Kandir, explicar a perda que está acontecendo nos Estados, não é preciso. Então, o que eu pediria é que a gente pudesse, nas audiências, fazer algo propositivo. Porque o que vimos na nossa comissão, na Câmara, é que se sucediam os expositores e eles apenas se restringiam a dizer qual era a perda da Lei Kandir, o que a Lei Kandir fazia de danoso aos Estados, o porquê de não haver compensação pela União, mas em nenhuma das audiências eu vi alguém apresentando uma solução para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu não sou contra nenhuma audiência. Só que nós podemos pedir aos nossos convidados que, em vez de fazer exposição sobre o que é a Lei Kandir e o dano que ela causa para os nossos Estados... Não precisa, todos aqui conhecem isso. Não vamos ficar repetitivos. Então, que essas audiências sejam feitas e que esses candidatos aqui venham – se é que eles realmente conhecem o assunto – debater propostas de soluções para isso, alternativas, para que a gente possa ou para que o senhor possa incorporar ao seu relatório. Porque o que nós vimos na nossa comissão na Câmara – fizemos cinco ou seis reuniões – foram 20 pessoas expondo e todas falando a mesma coisa, o quanto é danosa a Lei Kandir para os Estados, quanto cada Estado perdeu – os números não batem, são um pouco diferentes, mas na mesma linha – e nenhuma proposta.

O que me incomoda é não termos proposta de solução para isso. Então, já que essas pessoas são realmente grandes estudiosos, se o são, parece que sim, que eles possam trazer propostas à nossa Comissão. Eu quero vir a todos os debates, mas para discutir propostas de solução para resolver o problema dessa perda maluca que os Estados têm. Discutir, mostrar e ensinar aos Deputados e Senadores esse dano que a lei tem causado a nós, infelizmente, não precisa. O nosso Estado do Pará está repleto disso, todo mundo sabe. Hoje, até alguém que está saindo do nível secundário e até do nível primário já sabe que estamos perdendo com a Lei Kandir. Ou seja, a proposta é que essas audiências ocorram, mas em cima de ações que os nossos expositores venham trazendo, soluções, alternativas, propostas, para que o senhor possa apresentar algo melhor em seu relatório. Quer dizer, para ficar escutando sobre o dano e o que é a Lei Kandir, infelizmente, nós vamos perder o nosso tempo, que é precioso e é curto, para que a gente possa apresentar...

E tenho certeza de que não vai ser um relatório muito fácil de aprovar. Por isso, precisamos de tempo para discuti-lo e aprová-lo. Obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Só para completar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – É o seguinte, aqui ninguém precisa mais de aula nem de PowerPoint; precisa de alternativa e solução. Até porque eu acho que o que vai ser a essência desse trabalho aqui é o relatório, quais são os pontos que a gente vai ter que discutir para a redução de danos. É isso. Não adianta...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem. Talvez nós pudéssemos sugerir ao Relator que apresentasse logo o relatório para discutirmos daqui para a frente nas audiências públicas.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, acho que é razoável isso, Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Na verdade, esse é um ponto extremamente importante que foi levantado aqui pelo Deputado Joaquim Passarinho. A experiência que temos de já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

termos instalado uma comissão na Câmara dos Deputados, na qual inclusive sou o Relator – vamos ter que parar uma hora para ver como é que vai ficar essa situação –, na verdade, nos remeteu a uma experiência em que os nossos convidados acabaram falando das dores que a Lei Kandir provoca e dos números, cada Estado falando dos seus impactos, cada estudioso falando do dano, dos efeitos, do que impactou, do que deixou de impactar. E acabou que, ao final, invariavelmente, os Parlamentares perguntavam: "Sim, mas qual é a proposta? Qual é a solução?" E a solução, invariavelmente, não exista.

Então, nós podemos acrescentar um detalhe no convite, de que é para que o convidado possa apresentar a sua proposta de solução. Perfeito? Porque, se for só para fazer palestra, basta mandar uma videoconferência que está resolvido o nosso problema. Acho extremamente prudente e oportuna essa colocação feita pelo Deputado Joaquim.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente Priante e Senador Wellington, primeiro, eu queria lhes dar os parabéns e, depois, chamar-lhes a atenção para o tamanho da responsabilidade que vocês têm.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Nós.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. *Fora do microfone*.) – Nós.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Principalmente o Relator, porque – na linha do Deputado Passarinho – realmente os Estados que nós representamos cobram de nós ou querem de nós essa solução.

Então, eu acho que aqui – já estou acostumado –, dentro do Parlamento, o nosso trabalho, além de ajudar a Mesa, é convencer os nossos pares dos outros Estados a formarmos uma maioria para atender a esses interesses, no concreto, porque realmente é uma barbárie o que aconteceu com os nossos Estados ao longo de anos. De todas as coisas de que padecem os nossos Estados, eu acho que grande parte, se não existisse essa lei, nós já teríamos resolvido. Só em 2015, aquilo que deixou de entrar no Estado é três vezes mais que a capacidade que o Estado tem de investimento na infraestrutura.

Então, realmente, Senador Fagundes, está nas nossas mãos a solução desse problema. E é claro que a gente tem que estabelecer um trabalho de convencimento para poder processar isso.

Lá para o nosso Estado, Reginaldo, está-se acrescentando ainda mais uma coisa danosa nesse sentido. Como para a produção de energia, da chamada energia limpa, optou-se pelo projeto da hidrólise, onde há águas, hoje a Amazônia e o Pará é que estão sendo chamados a produzir mais energia para o Centro-Sul do País. Sem problema nenhum. Não temos problema nenhum. Se é essa a nossa vocação, nós vamos ter que produzir, não é? Inclusive, corta-se na carne lá, porque há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problemas de conflito com as terras indígenas, com a questão ambiental etc., mas a própria ciência e tecnologia já avançou para evitar esses danos aos grandes lagos, como foi inicialmente lá o Tucuruí.

Pois bem, a gente produz energia, mas o ICMS quem ganha é o Estado consumidor; o que produz, não. Nesse sentido – vou até passar para os colegas –, eu entrei com uma PEC aqui já para fazer, digamos assim, um processo de transição para ver se se media aquilo que fica para o produtor e o que atende ao consumidor, nesse caso, lá. Nós somos o maior produtor de energia, mas o maior consumidor é São Paulo, por exemplo, e aí São Paulo é beneficiado pelo ICMS, etc.

Então, realmente é um debate em que a gente tem que dialogar com os Estados que são beneficiados para podermos assegurar. O que não pode é a nossa representação política aqui deixar passar esse momento e não trazer soluções para esse grave problema que trouxe a Lei Kandir para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem, Senador Paulo Rocha.

Eu vou passar a palavra para as considerações finais ao Relator, Senador Wellington Fagundes, e, tão logo ele faça sua manifestação final, eu vou encerrar esta reunião...

Perdão! O Deputado Rogério Silva também está inscrito aqui. Vamos ouvir o Deputado.

O SR. ROGÉRIO SILVA (PMDB - MT) – Obrigado, Sr. Presidente. De início, desejo um bom trabalho nos trabalhos desta Comissão Mista e também ao Senador Wellington Fagundes, que é lá do meu Estado.

A minha fala não é diferente da dos colegas Parlamentares aqui. O Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente – o Senador Wellington pode comprovar o que estou dizendo –, é hoje um dos Estados que está sendo mais prejudicado com a atual legislação da Lei Kandir. Ao longo de dez anos, o Estado de Mato Grosso deixou de arrecadar 200 bilhões. Só no ano de 2016, o Estado deixou de arrecadar 5 bilhões; os Municípios, 1,3. E o Estado, a sua principal produção, a sua principal fonte de arrecadação encontra-se na matéria-prima: são os derivados da produção da soja, da carne, do algodão, do milho.

Então, Sr. Presidente, a implantação desta Comissão e os trabalhos que vão ser realizados, inclusive com audiências públicas em alguns Estados do Brasil, vêm de forma a equilibrar esses Estados que estão sendo prejudicados. Será um prazer dar as minhas contribuições para que possamos, ao final, na conclusão do relatório, ter aí um projeto de lei que venha a equipar essa arrecadação com os demais Estados.

No momento, quero só desejar boa sorte tanto para o Senador como para o Presidente Priante pelos trabalhos que vão ser realizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Silva. V. Exª está praticamente estreando no Parlamento e já participando desse debate tão importante não só para o Brasil, mas, fundamentalmente, para o Estado que V. Exª representa.

Passo a palavra ao Relator, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero também cumprimentar – e congratular-me com a sua presença – o Deputado Rogério. Ele foi meu parceiro lá na campanha eleitoral e representa a cidade de Tangará da Serra, uma cidade polo do Médio Norte. Com certeza, a Região e o Estado vão ganhar bastante com a presença de S. Exª aqui.

Sr. Presidente, quero também pedir a aprovação de dois requerimentos de informações, exatamente para somá-los a esse trabalho que a gente já está fazendo.

Um requerimento é dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda e à Secretaria do Tesouro Nacional, que a ele está subordinada. Então, é à Secretaria do Tesouro, em nome do Ministério da Fazenda. É um requerimento de informações à STN para auxiliar nos trabalhos desta Comissão, destinada a oferecer propostas de alteração da Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto, nos Estados e no Distrito Federal, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, a chamada Lei Kandir, no que se refere à compensação devida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios pela perda de receita resultante da não incidência do ICMS.

Esse pedido de informações tem o intuito de auxiliar os trabalhos desta Comissão especial com as informações sobre todas as dívidas dos Municípios com a União.

O outro requerimento de informações é ao Conselho Monetário de Política Fazendária (Confaz) para auxiliar nos trabalhos desta Comissão. Solicitamos os créditos de ressarcimento da referida lei, as dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União e a contraparte dos Municípios.

Esse requerimento tem, pois, o intuito de auxiliar os trabalhos desta Comissão especial com informações sobre os créditos de ressarcimento da referida lei, as dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União e a contraparte dos Municípios.

Eu sei que, inclusive, esse requerimento foi já também pedido lá na Comissão da Câmara.

Pondero, ao encerrar a minha parte também, Sr. Presidente, já que V. Exª é o Relator lá, que nós não precisamos fazer retrabalho. Acho que, de tudo que está lá na Comissão, como nós vamos estar trabalhando em conjunto, já também peço que esse material seja disponibilizado para a nossa Comissão, ou seja, para que, como Relator, eu possa aproveitar esse trabalho que já foi feito. E até, como sugestão também, penso que, objetivamente, nós temos que buscar o caminho de fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

relatório que possa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Por exemplo, a Câmara poderia até ter uma posição, e o Senado, outra. Por isso, sendo esta uma comissão mista, ela tem que ser uma comissão já para que a gente possa ter a aprovação nas duas Casas do relatório final.

Como foi colocado, é claro, eu já estive com o Ministro da Fazenda. Como o Deputado Reginaldo colocou aqui, há certa resistência nesse momento de arrocho, mas eu penso que nós vamos produzir um relatório, discutir uma forma para que encontremos também um caminho mesmo que seja gradativo, essa questão de até quando a Lei Kandir pode permanecer ou não. Enfim, eu sou Relator também do Projeto de Resolução nº 1 no Senado da República, em que se discute a questão da guerra fiscal, e há a tentativa de equiparação do ICMS, ou seja, uma alíquota única. Inclusive, a nossa proposta inicial é exatamente que isso seja gradativo. Acaba que uma coisa vai chamar a outra.

Então, peço aqui a aprovação dos dois requerimentos e agradeço imensamente, mais uma vez, a todos. Sei que essa parceria é fundamental com a experiência da Câmara, até porque fui também Deputado Federal por seis mandatos. Então, não é só pela amizade que construímos, mas também pela compreensão de que esse trabalho tem de ser feito pelas duas Casas.

Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Deputado Priante...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não, Deputado.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) – Não sei se foi acatada a nossa proposta de que as reuniões sejam propositivas...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Neste finalzinho de reunião, o Relator, Senador Wellington, apresenta dois requerimentos – na verdade, são pedidos de informação –, que nós vamos submeter à apreciação imediatamente.

Mas, antes de fazê-lo, Senador Wellington, eu gostaria, com a aquiescência da Comissão, Deputado Reginaldo, de fazer uma ponderação. Eu também já me considero um marujo de longo curso no Congresso, já tenho alguns mandatos a mais, e confesso que é uma experiência única a que estou vivendo agora, porque eu estou como Relator dessa mesma matéria na Câmara e, agora, assumindo a Presidência desta matéria em uma comissão mista.

Evidentemente, a primeira linha de raciocínio que eu posso ter é a de que a comissão mista representa uma economia processual entre as duas Casas, afinal de contas, vivemos em um sistema bicameral, e, se nós vamos aprovar conjuntamente pelo Congresso, está sanado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. *Fora do microfone.*) – Em termos de comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Em termos de comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. *Fora do microfone.*) – Porque nós vamos ter que aprovar nos dois Plenários.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois, então. É aí que mora o diferencial da situação. Eu não posso, de forma alguma, tomar a liberdade, a iniciativa de encerrar as atividades da Comissão na Câmara, mas também não seria de bom termo que nós amanhã nos encontrássemos com dois relatórios na própria Câmara. Porque nós vamos elaborar conjuntamente o relatório, Câmara e Senado, mas inevitavelmente terá que tramitar tanto na Câmara quanto no Senado, não vai ser uma matéria que vai tramitar no Congresso. Estou certo?

Então, isso aqui, meu caro Relator, me remete a uma preocupação, e eu gostaria de convidá-lo – eu na condição de Presidente e V. Exª na condição de Relator – para que provocássemos um encontro, tanto com o Presidente do Senado quanto com o Presidente da Câmara, para efetivamente darmos um desdobramento a esse problema sem qualquer embaraço da minha parte como um Deputado que vá fazer qualquer, digamos assim, gestão no sentido de criar qualquer problema, até porque acho que esse é o caminho mais econômico, do ponto de vista do tempo, fundamentalmente pelos prazos que estão delimitados. Mas já destaco a percepção desse problema com que vamos nos deparar daqui a poucos dias.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Eu gostaria de esclarecer, até porque estamos aqui em uma reunião pública, que é exatamente a questão de tempo mesmo, porque, ao aprovarmos aqui, diferentemente do que se fosse uma comissão do Senado e, como é o caso também, uma comissão da Câmara, nós teríamos que aprovar em Comissão de Constituição e Justiça, e poderia até ser requerido por outras comissões. Neste caso, não.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Lá, na Câmara, é comissão especial.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Aqui também, mesmo sendo...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Aqui também, não... No Congresso também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Não, não. Aqui também nós poderíamos, digamos, se tivessem proposto...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – O Senado poderia fazer também uma comissão especial.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – E aí outras comissões poderiam requerê-la. Mas, de qualquer forma, teríamos que passar na Comissão de Constituição e Justiça. Nesse caso da comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

especial, não; nós não temos que aprovar nem na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara nem na do Senado. Então, nós somos totalmente terminativos em termos das duas Casas. Mas terá que ser aprovado no Plenário das duas Casas; só no Plenário.

Mas, da minha parte...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – De maneira independente.

O meu receio é que o final da deliberação dos trabalhos desta Comissão aconteça concomitantemente ao trabalho da Comissão da Câmara, e nós nos deparemos com dois pareceres sobre a mesma matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Como V. Exª é Relator lá e Presidente aqui, e quem manda é o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Não; eu estou presidindo as reuniões, não sou presidente da decisão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Mas, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Nós devemos ter uma conversa com o Presidente do Senado e com o da Câmara para...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – E o faremos.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem.

Feitas todas as considerações necessárias nesta primeira reunião, agradeço a participação de todos, tanto dos Deputados quanto dos Senadores, da imprensa, de todos que participaram deste evento; congratulo-me com o Senador Wellington, desejando pleno sucesso ao seu encaminhamento na qualidade de Relator; cumprimento todo o Brasil e agradeço a oportunidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de registrar aqui – até porque eles estarão nos auxiliando, e eu não posso deixar de fazer justiça – a nossa assessoria: o Eduardo Sá, também o Reinilson Prado, a Fernanda Lima, o Alexandre Sidnei Guimarães e o Carlos Alexandre Amorim Rocha. Eu acho que, no nosso trabalho, todos dependemos muito do trabalho deles.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem. Apenas um pequeno reparo, uma correção de percurso. Vou colocar em votação os dois requerimentos de pedidos de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrar, a Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol. Uma vez cadastrados e enviados pelo Sedol, os requerimentos deverão ser entregues à Secretaria da Comissão, na sala 15, subsolo da Ala Senador Alexandre Costa, após o encerramento desta reunião.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia... O dia será comunicado com a antecedência regimental.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Paulo Rocha, Leonardo Quintão, Lúcio Vale, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar e Hugo Leal. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Antonio Anastasia, Wilder Morais, Acir Gurgacz, Lúcia Vânia, José Priante, Reginaldo Lopes, Ezequiel Fonseca, Nilson Leitão, Fabio Garcia, Jorge Côrte Real, Arnaldo Jordy e Pompeo de Mattos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realização de Audiência Pública. **Participantes:** Sr. Josué Pellegrini, Consultor do Senado Federal; Sr. Murilo Rodrigues da Cunha Soares, Consultor da Câmara dos Deputados; Sr. Eduardo José Monteiro da Costa, Presidente da Fapespa. Sr. Neurilan Fraga, Presidente da AMM. **Resultado:** Foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Sr. Eduardo José Monteiro da Costa - Presidente da Fapespa; Sr. Josué Pellegrini - Consultor do Senado Federal; Sr. Murilo Rodrigues da Cunha Soares - Consultor da Câmara dos Deputados. Sr. Neurilan Fraga - Presidente da AMM. Também foram aprovados os seguintes requerimentos: 6/2017 - Autoria: Senador Lasier Martins – Requer a realização de audiência pública desta Comissão Especial sobre a Lei Kandir, no Estado do Rio Grande do Sul. 7/2017 - Autoria: Senadora Ana Amélia - Requer que seja convidado para participar de Audiência Pública representante da FEBRAFITE. 8/2017 - Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer que seja convidado para participar de Audiência Pública representante da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal – ANAPE. 9/2017 - Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer que seja convidado para participar de Audiência Pública o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Wilder Morais, Ana Amélia, José Medeiros, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, José Priante, Leonardo Quintão, Reginaldo Lopes, Nilson Leitão, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar, Fabio Garcia, Hugo Leal, Arnaldo Jordy, Pompeo de Mattos, Hélio Leite, Ataídes Oliveira, Valdir Raupp, Pedro Fernandes, Paulo Paim, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Átila Lira, Lídice da Mata, Dário Berger, Roberto Muniz, Vicentinho Alves, Regina Sousa, Jaime Martins e Ângela Portela. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ezequiel Fonseca, Lúcio Vale e Jorge Côrte Real. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realização de Audiência Pública. **Participantes:** Sr. Telmo Lemos Filho, Presidente da ANAPE; Sr. Armando Melo (representante de: Governo do Acre); Sr. Charles Mathusalem (representante de: TCU); Sr. Regis Mattos Teixeira, Presidente do CONSEPLAN; Sr. Eduardo Refinetti Guardia (representante de: Ministério da Fazenda); Sr. Roberto Kupski, Presidente da FEBRAFITE; Sr. Simão Cirineu Dias (representante de: Goiás); Sr. Reinaldo Azambuja, Governador de Mato Grosso do Sul; Sr. Wellington Dias, Governador do Piauí; Sr. José Ivo Sartori, Governador do Rio Grande do Sul; Sr. Carlos Fávaro, Vice-Governador de Mato Grosso (representante de: Governo de Mato Grosso); Sr. André Horta (representante de: CONFAZ); Sr. Simão Jatene, Governador do Pará; Sr. Carlos Henrique Oliveira, Representante do Governo do DF. Sr. Marcellus Ribeiro (representante de: Governo do Maranhão). **Resultado:** Realizada Audiência Pública e aprovados os seguintes requerimentos: 10/2017 – Autoria: Deputado Hugo Leal – Requer a realização de seminário, no âmbito dessa Comissão Mista, no Estado do Rio de Janeiro. 11/2017 - Autoria: Deputado Hugo Leal - Requer aditamento ao Requerimento nº 003/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, para inclusão do nome do Professor Bruno Leonardo Barth Sobral como convidado para participar de audiência pública aprovada nessa Comissão. 12/2017 - Autoria: Senador Paulo Rocha – Requer que seja convidado a participar de Audiência Pública nesta Comissão um representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO. 13/2017 – Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer ao Tribunal de Contas da União informações sobre as medidas tomadas para cumprir a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 25. 14/2017 – Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer ao Ministro de Estado da Fazenda o envio dos dados referentes ao valor das perdas de arrecadação da Lei Kandir. 15/2017 – Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer que sejam solicitados ao Ministro de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Fazenda informações do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz), para auxiliar nos trabalhos desta Comissão. 16/2017- Autoria: Senador Wellington Fagundes - Requer que seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda o acesso à base de dados de notas fiscais eletrônicas e a outros dados balizadores dos cálculos das perdas de receita resultante da não incidência sobre as exportações de bens primários e semielaborados do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Vice-Presidente da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/27

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2017, destinada a oferecer proposta sobre alteração da Lei Kandir no que se refere à compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, gostaria de comunicar aos senhores que está aqui ao meu lado o Relator da matéria, o Senador Wellington Fagundes.

Quero cumprimentar e agradecer a presença dos senhores expositores representantes de todos os Estados da Federação.

Quero convidar para tomar assento à Mesa o Sr. Ministro da Fazenda em exercício, Sr. Eduardo Guardia, que nos honra com sua presença aqui nesta Comissão.

Gostaria de cumprimentar todos os senhores Governadores e dizer que, como são muitos os Estados aqui representados, chamarei um por um e os convidarei para sentar à frente, para que a gente possa ter uma visibilidade melhor dos representantes.

Gostaria de abrir esta reunião convidando para falar, em primeiro lugar, o Sr. Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori.

Convido V. Exª para tomar assento à mesa e fazer a sua exposição.

Antes de passar a palavra ao Sr. Governador, gostaria de convidar o Sr. Charles Mathusalem, representante do TCU para tomar assento à mesa.

Com a palavra o Sr. Governador do Rio Grande do Sul, Sr. José Ivo Sartori, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ IVO SARTORI – Boa tarde a todas, boa a tarde a todos! Quero saudar o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Lúcia Vânia, também o Ministro Interino da Fazenda, os Senadores do Rio Grande do Sul, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. Na pessoa deles quero saudar todos os Senadores e Deputados Federais aqui presentes, a imprensa. Quero saudar especialmente os nossos colegas Governadores. Vejo aqui o Governador em exercício do Mato Grosso, o Governador Simão Jatene, do Pará, o Governador Reinaldo Azambuja, de Mato Grosso do Sul, e o Governador Wellington Dias, do Piauí.

Primeiro quero saudar o encontro, porque ele é necessário e se faz necessário. Existia já uma preocupação de todo os Governadores que dependem do processo de exportação de que isso se prolongasse por muito tempo e que não teríamos condições de finalizar esse processo. E nós entendemos que é possível, pela agilidade e pelo trabalho das senhoras e de todos os senhores de chegarmos a uma conclusão. Nós estaremos, todos os Governadores, à disposição em todos os locais para atender a essa necessidade diante dessa decisão que foi dada pelo Supremo Tribunal Federal de que, mesmo que pudesse passar para o Tribunal de Contas da União, o melhor é que ele estivesse na representação da nossa sociedade e dos Estados – no caso da sociedade, na Câmara dos Deputados e, no caso os Estados, no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro, eu queria, para ser bem breve, já pedir desculpas antecipadas, porque eu tenho um compromisso em Porto Alegre às 8 horas, mas fiz questão de estar aqui para manifestar a nossa posição também em relação a isso.

O Rio Grande do Sul, se fosse olhar aquilo que acontece de 20 anos para cá, teria perdido, pela não regulamentação, mais de R$40 bilhões. Então, quero dizer isso porque, só em 2016, foram quase R$4 bilhões, em uma dificuldade financeira de trabalho, em que a gente procura fazer – e não vou entrar nos detalhes – a arrumação da casa ou tomar atitudes de mudança, de transformação e de modernização do Estado para atender às necessidades de toda a sociedade. E fazer parar o Poder Público de se voltar única e exclusivamente para si mesmo, quando ele tem que estar voltado para a sociedade; estou falando de uma realidade que é nacional, não apenas do Estado, mas dos Municípios e da própria União.

Por outro lado, queria dizer que nós, muitas vezes, somos prejudicados também porque exportamos produtos sem valor agregado. Nos últimos anos, nós acreditamos que alcançamos um ressarcimento que chega próximo a 10% do volume que alcançaram, em média, todas as exportações. Então, o volume das isenções sobre isso nos prejudica internamente de uma forma muito elevada. Compreendemos a realidade nacional: compreendemos a realidade que está aí, a situação financeira nacional, o problema previdenciário e todas as outras situações em relação às quais procuramos tomar atitude. Fizemos o dever de casa, estamos arrumando a nossa casa, e devo dizer que nós estamos muito próximos, se tivermos mais atitudes, de chegarmos ao equilíbrio financeiro no Estado do Rio Grande do Sul.

Eu quero dizer que o Estado, como outros que estão aqui na minha frente, é por excelência um Estado exportador, que tem uma vocação exportadora. Mas o nosso agro e especialmente os nossos semielaborados não colaboram ou não têm a devolução suficiente diante das isenções que são estabelecidas.

A Lei Kandir todo mundo sabe que foi instituída em 1996, portanto há 21 anos. E ela foi feita para dar sustentação ao Plano Real, que na verdade atendia às necessidades de combater a inflação e de fazer a estabilização econômica – na verdade foi também para atender as necessidades da balança comercial do País. Agora, eu acho também que se poderia se falar da âncora cambial, poderia se falar dos produtos brasileiros no mercado global, mas a legislação estabeleceu a isenção justamente sobre os produtos primários e os semielaborados. No entanto, a Constituição anteriormente já tinha eliminado a parte industrial, tinha colocado de lado o setor industrial, e não deu as mesmas possibilidades. Isso para nós é muito difícil, pois, com a retração econômica, prejudicou toda a indústria do Rio Grande do Sul.

Felizmente, a única que sobreviveu foi a indústria de equipamentos e máquinas agrícolas, porque esta, por força das últimas três safras que nós tivemos no Rio Grande do Sul, teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

competitividade com a agregação tecnológica, a renovação e a mudança. Foi a única indústria que se manteve quase que sem alteração e com algum crescimento nesse período.

Por outro lado, eu quero dizer que nós temos o segundo polo metal-mecânico do País no Rio Grande do Sul. Então, eu agregaria esse, porque esse setor foi beneficiado na Constituição de 1988.

Por outro lado, eu acredito que, mesmo com a emenda que foi aprovada, se não me falha a memória, em 2003, e que se chamou Emenda nº 42, a Lei Kandir segue sem regulamentação, e esta deveria criar as regras de ressarcimento aos Estados.

Eu entreguei há pouco ao Relator Wellington Fagundes e também à Senadora Lúcia Vânia, acompanhado pelos Governadores, uma posição nossa da Procuradoria-Geral do Estado, na qual juridicamente colocamos todas as questões que são importantes, não para o nosso Estado, mas, eu diria aqui, para todos os Estados exportadores, seja da forma que for.

Diria ainda que, por essa razão, ao julgar a ação encaminhada pelos diversos Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, o Supremo Tribunal Federal deu prazo justamente até novembro de 2017, para que o Congresso Nacional defina os critérios de ressarcimento das perdas da Lei Kandir.

Eu acredito que o local adequado, com todo o respeito que eu tenho ao Tribunal de Contas da União, é que isso seja celebrado, realizado, pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, porque, como disse antes, está na Câmara a representação da sociedade e, no Senado, a representação dos Estados. Com ela, eu espero que esta seja também uma oportunidade – e é o desejo de todos os Governadores – de colaborar e ajudar a construir, daqui para frente, a possibilidade de um novo pacto federativo para o nosso País.

Um dia a nossa economia vai voltar a funcionar, um dia a nossa economia vai estar estabilizada em produtividade e alcançando índices melhores do que os da atualidade, mas é preciso pensar desde logo naquilo que o Senado e a Câmara estão pensando na reforma política do sistema eleitoral, do sistema partidário; é preciso que se pense naquilo que é a convivência que deve haver entre os entes federados do nosso País, dos nossos Municípios, dos nossos Estados e da União, com a extrema corresponsabilidade profundamente ativada.

Essa é a manifestação do Rio Grande do Sul. Espero que este seja o começo de uma caminhada. Diz-se que a caminhada vale justamente pelo primeiro passo. Este eu espero que seja o primeiro passo de uma grande caminhada para a regulamentação da Lei Kandir e, quem sabe, do começo de uma caminhada também para termos um novo pacto federativo no nosso País.

Mais uma vez, peço desculpas por ter que me retirar.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço o Governador do Rio Grande do Sul, o Sr. José Ivo Sartori, e passo a palavra ao Governador do Estado de Piauí, Wellington Dias.

Eu pediria desculpa aos senhores Governadores; eu vou dar apenas cinco minutos para cada um, porque temos aqui vários expositores, e o Ministro precisa sair um pouco mais cedo.

Convidaria o Governador Wellington Dias para tomar assento à mesa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – A segunda prioridade, por ser meu xará.

O SR. WELLINGTON DIAS – Minha querida Senadora Lúcia Vânia, com quem tive o privilégio de conviver aqui, primeiro como Deputado Federal, depois aqui no Senado Federal, na sua pessoa e na da Senadora Ana Amélia quero saudar aqui meus queridos Senadores e Senadoras. Deputado Assis Carvalho, que é do Piauí, também quero saudá-lo aqui pela presença, e também o meu xará, Senador Wellington Fagundes, que tem uma responsabilidade gigante aqui na condução da finalização desse nó, que é antigo e não pode apodrecer antes de uma solução.

Meu querido Guardia, pelo Ministério da Fazenda e, pelo TCU aqui, o Dr. Charles Mathusalem. Meus colegas Governadores, Reinaldo Azambuja e Jatene, me permitam em nome dos dois saudar aqui meus colegas governadores e também Carlos Fávaro, do Mato Grosso. E esteve aqui conosco também o Ivo Sartori.

Eu vou ser logo muito direto. Vamos imaginar: neste momento, eu vou pegar uma imagem lá dos anos 90. O Brasil não tinha dinheiro, não tinha dólares para cumprir com as suas obrigações na necessidade de importação, o Brasil era deficitário no balanço de pagamentos, o Brasil tinha quer ir ao Fundo Monetário Internacional, a todo momento, atrás de um quinhão de dólares para poder pagar o que comprávamos de outros países. Essa era a realidade brasileira, praticamente de joelhos durante um longo tempo.

Vamos imaginar hoje se há uma decisão de não haver mais Lei Kandir. Nós estamos, talvez, com o maior saldo no balanço de pagamentos acumulados, a maior reserva cambial da história. Mesmo no meio de tantas turbulências que a gente vive aqui dentro do Brasil e lá fora também, por conta de colchões de reservas como esse, a gente consegue ultrapassar, sem maiores problemas.

Vamos imaginar que não tem mais Lei Kandir, que está revogada a Lei Kandir a partir de amanhã. Alguém tem ideia do que acontece neste País? Alguém tem uma noção do que pode acontecer com o Brasil? Então, a responsabilidade é de quem tem que dirigir, governar, administrar, tratar dos equilíbrios e das responsabilidades que temos com os nossos Estados, mas também temos com o País. Quando o País vai mal, também é ruim para os nossos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou no terceiro mandato de Governador e comemorei os primeiros US$100 milhões de exportação no Piauí no primeiro mandato. Agora estamos comemorando o primeiro meio bilhão de dólares de exportações. É uma curva crescente. Nós estamos lá fazendo um gigantesco esforço com investimentos, inclusive investimentos tomando empréstimos que tiram dinheiro do Estado para fazer infraestrutura, para garantir as condições de haver crescimento na produção.

Nós temos lá no sul uma parte da região do Matopiba – Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia – que é uma das regiões que mais crescem no Brasil. Lá nós temos produtos voltados para a exportação. É o nosso principal crescimento: soja, algodão, mas cresce também a exportação de um produto pouco conhecido no Brasil: os derivados da carnaúba, a cera da carnaúba, de que somos os maiores exportadores brasileiros. Exportamos também mel e frutas, e estamos crescendo muito. Ou seja, estamos fazendo todo um esforço para ampliar a exportação.

Agora, quando eu converso com o Reinaldo Azambuja, quando eu converso com o Pedro Taques, com o Jatene ou com o Rio Grande do Sul, com o meu colega Pimentel, de Minas Gerais, eu fico a me perguntar se é esse mesmo o caminho ou é melhor refazer a curva, porque é para ampliar a exportação e para colocar uma alíquota zero de ICMS e outros que são cobrados, para garantir competitividade dos nossos produtos. Foi bem ressaltado aqui: são produtos primários e produtos beneficiados, manufaturados. Estou falando de uma opção, e todo mundo pergunta: por que o Brasil não exporta produto acabado? Porque a legislação é focada para produto primário e para o manufaturado. Essa é a resposta.

Então, o que eu quero trazer para esta Comissão é a necessidade, meu querido Wellington Fagundes, de a gente sair daqui com uma data em que a gente possa ter a apreciação de uma proposta do Congresso Nacional. Há um prazo dado pelo Supremo que termina agora em novembro. Não é razoável o que se diz lá: se o Congresso não resolver, vai para o Tribunal de Contas da União. Então, eu quero aqui chamar a atenção de que o Senado é a Casa da Federação. É daqui de onde esperamos a regulamentação da Lei Kandir, garantindo uma fonte segura, garantindo as condições de que a política de exportação brasileira possa prosseguir.

Então, estou aqui pelos meus colegas do Nordeste, onde cresce a exportação, na esperança de estarmos estimulados a prosseguir na política de crescimento da exportação, mas fazendo este apelo: isso aqui é essencial para o Brasil ter saldo, ter reservas pujantes, como tem atualmente, e para prosseguir gerando emprego, enfim, em áreas estratégicas voltadas para o mercado externo. É esse o apelo que faço aqui e é esta a proposta que trazemos: que possamos marcar agora em outubro uma data, votar na Câmara e no Senado, para a gente ter uma solução.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito obrigado ao Governador do Piauí, Sr. Wellington Dias. Eu quero cumprimentá-lo, cumprimentando todos os Governadores, todos os convidados que se fazem presentes nesta reunião. Na verdade, é uma reunião de uma Comissão Mista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da Câmara e do Senado. Nós estamos tentando fazer uma economia processual no encaminhamento dessa matéria, cuja responsabilidade cabe às duas Casas, em vista do nosso processo bicameral. E eu quero cumprimentar todos os Deputados e Senadores.

Primeiro, quero pedir minhas escusas pelo atraso. Aqui funciona tudo ao mesmo tempo. Sabe muito bem o ex-Senador Wellington Dias. Nós estamos em volta de uma votação importante na Câmara dos Deputados. Então, eu agradeço a manifestação e a aquiescência ao convite desta Comissão ao Governador Wellington Dias. E convido, então, na sequência, o Governador do meu Estado do Pará, Dr. Simão Jatene, para que ele possa fazer as suas considerações.

Governador Jatene, seja bem-vindo à Comissão Mista que trata das nossas dores comuns, de tantos Estados brasileiros. Dentre os Estados que mais se ressentem do advento dessa lei que tem sido extremamente injusta está o nosso querido e amado Estado do Pará. Então, vou passar a palavra a V. Exª, agradecendo a presença, congratulando-me com a sua aquiescência ao convite desta Comissão. E, evidentemente, seguindo aqui o que já foi estabelecido anteriormente à minha chegada, os cinco minutos, prorrogáveis, evidentemente, por alguns outros, como foi feito com o nosso Governador do Piauí.

Então, com a palavra o nosso Governador Simão Jatene.

O SR. SIMÃO JATENE – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar o Deputado José Priante, quero, na sua pessoa, cumprimentar todos os Deputados presentes, o Senador Wellington Fagundes e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras presentes; e ao Dr. Eduardo Guardia, que representa o Ministro da Fazenda e ao Dr. Charles Mathusalem, do TCU. Quero, antes de tudo, agradecer o convite e festejar o fato deste encontro.

Confesso aos senhores que, talvez, a discussão da Lei Kandir possa ser colocada na condição da tentativa de reparar uma das maiores agressões à Federação brasileira. Para mim essa é uma questão fundamental e, sem dúvida, uma das maiores injustiças fiscais que este País comete, por duas razões. Primeiro, todos nós sabemos que a chamada compensação não compensa absolutamente nada; então, ela é insuficiente. E segundo, da forma como ela está distribuída, também é injusta; ela tem uma injustiça horizontal brutal.

E confesso, meu caro representante do Ministério da Fazenda, que eu acho que a União nunca exerceu seu papel de União neste debate e nesta questão de efetivamente enfrentar isso. Então, mais do que eu ficar e apresentar as perdas do Estado do Pará – algumas até já são cantadas em prosa e em verso como um dos Estados que mais perde –, eu gostaria de refletir sobre algumas questões.

Primeiro, é verdade, sim: eu acho que a Lei Kandir veio e ajudou a contribuir no sentido de modernização. Nenhum país tributa investimento e tributa exportação, sobretudo – e aí começamos a ver algumas questões que para mim são essenciais – exportações que agreguem valor. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discussão, na verdade, de desonerar produtos que agregam valor é absolutamente pacífica, na minha avaliação.

O quer se tem que refletir um pouco mais é: quando você desonera primários e semielaborados, entre primários e semielaborados você precisa qualificar melhor, porque alguns primários e semielaborados têm um poder de atomização na própria economia. A atividade é muito mais atomizada, é muito mais bem distribuída do que, por exemplo, algumas atividades como a atividade mineral, que é absolutamente concentrada, diferentemente do próprio agronegócio, que tem um poder maior de geração de emprego e renda na economia.

Então, essa é uma questão que envolve várias dimensões – mas várias mesmo –, e não dá para simplificar isso. Mas o que acontece, na verdade, com as exportações do País, o que alguns imaginariam que aconteceria com a desoneração das exportações? E o Dr. Guardia sabe muito bem disso, como todos os senhores.

O Brasil continua exportando pouco em relação ao PIB. Aliás, pouco não, eu diria que muito pouco. Se a gente pegar a média da economia mundial, dá em torno de 30%; nós exportamos 12%.

Eu peguei alguns exemplos aqui só para qualificar um pouco melhor isso que estou dizendo. Na União Europeia, as exportações representam alguma coisa em torno de 40% do PIB; no Canadá, 30%; na África do Sul, 30%; na América Latina e Caribe juntos, 20%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIMÃO JATENE – Já acabou, então? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Evidentemente que não.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado, senhoras e senhores.

É assim que se discute Federação.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Isso aqui é a cruel programação feita pela máquina. Evidentemente...

O SR. SIMÃO JATENE – Na verdade, no Brasil as exportações representam 12% do PIB. Então, a gente precisa primeiro discutir o seguinte: qual foi o efeito disso efetivamente sobre a dinâmica da economia brasileira e sobre as exportações?

Um segundo efeito, que nós não podemos deixar de considerar: quando a gente pega 1997 – e eu fiz questão de pegar esses números também – os primários e semielaborados representavam 21%. Quando nós vamos para 2016, nós saímos de 21% para 37%. Ou seja, além de não terem crescido as exportações em relação ao PIB como se imaginava que cresceriam, houve efetivamente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desindustrialização. Ou seja, nós passamos a exportar mais primários e semielaborados do que produtos industriais; nós passamos a exportar mais aquilo que não agrega valor à economia regional e à economia local, o que exige que nós reflitamos sobre essa questão da Kandir numa outra dimensão.

Então, um: a ficção do crescimento das exportações não aconteceu, no sentido do que se esperava. Dois, há a ficção da industrialização, porque a conversa era mais ou menos a seguinte: que, na hora em que você desonera, você vai gerar uma nova dinâmica que vai compensar os Estados da suposta perda de desoneração. E, aí, entra um outro dado que é importante amigos, extremamente importante: quando eu pego o peso do ICMS, ele é relativamente estável antes e depois desse negócio, e nós continuamos com o ICMS tendo um peso de aproximadamente 6 a 7%. Então, não houve também a explosão do ICMS para compensar as perdas. Pelo contrário.

Então, o ICMS, no PIB, continua em 6 e 7%; as exportações não cresceram como se esperava, e mudaram de perfil: exportamos, hoje, mais primários e semielaborados.

Então, eu acho que, sem considerar essas coisas, a discussão fica capenga; ela fica enviesada. Aí, se nós formos efetivamente discutir perda... Eu sei que há um debate no qual podemos passar horas. Se alguém disser o seguinte: "Não há como quantificar as perdas." Isso faz algum sentido? Faz, sim. Tecnicamente, faz algum sentido. Não é uma coisa simples quantificar essas perdas, mas não dá para negar que perdas ocorreram e que elas são extremamente grandes, sobretudo para alguns Estados.

Então, a minha sugestão, no prazo de cinco minutos – e até extrapolei, peço mil desculpas – é, primeiro, que essa discussão tem que ser aprofundada. Segundo: que se tenha claro o princípio de que é insignificante o que se compensa e que é injusto. Então, não dá para imaginar que a questão da compensação é simplesmente mais uma fonte de receita para os Estados, mas tem que ser discutido isso na dimensão de, efetivamente, quem perde.

No caso concreto do Pará – pois nós andamos fazendo alguns cálculos também nessa direção –, nós temos alguma coisa de mais de 15%, porque eu não posso deixar de comparar perda com receita. Como a economia do Estado é fortemente exportadora, se você pega Mato Grosso e pega o Pará, isso dá que 30% do nosso PIB é exportado. Isso é diferente de alguém que exporta 5%. Então, de fato, eu começo a tributar 70% da economia. Não há como tributar mais do que isso. E eu não posso, então, fazer esse debate sem considerar essas diferenças.

Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, é que eu acho que isso é muito sério e exige que você tenha um debate e um aprofundamento técnico nesse debate, não só de discussão da chamada perda em absoluto, mas, efetivamente, de como é que essa perda se distribui entre os Estados e de como é que, efetivamente, se cria um mecanismo que possa compensar, para haver um mínimo – um mínimo – de equilíbrio fiscal nessa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que, sem isso, nós vamos estar fazendo uma discussão que é: "Não; eu perco cinco, eu perco dez, eu perco vinte", e isso não nos leva a lugar nenhum, porque o fato é que a União também vive um momento crítico. Agora, não dá é para dizer que não dá para fazer nada, porque a União está vivendo uma brutal crise, como o País vive uma brutal crise fiscal.

Eu acho que a gente precisa ter muito cuidado com isso. Manter como está não é correto. Segundo, desconsiderar a insuficiência e a injustiça é muito grave, e isso tem que ser aprofundado.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e lamentar que esta reunião seja tão rápida, porque eu acho que tecnicamente há muito a se discutir sobre isso.

Muito obrigado, senhoras e senhores. Obrigado pela atenção e pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Agradeço, então, ao Governador Simão Jatene, evidentemente, pedindo desculpas em função do tempo curto, Governador.

Na verdade, talvez o tema nos exigisse uma audiência para cada Governador, especialmente para os Estados que padecem mais do efeito dramático e injusto da Lei Kandir, mas, lamentavelmente...

Tenha certeza de que esta pequena amostra irá contribuir com a consolidação da opinião e com a formatação de um juízo, até porque nós estamos trabalhando, não só nesta audiência, contra o tempo, mas estamos efetivamente trabalhando contra o tempo em função de determinação judicial.

O SR. SIMÃO JATENE (*Fora do microfone.*) – Tem só 21 anos!

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois é. Faz 21 anos que nós não conseguimos resolver. Vamos tentar resolver agora.

Muito bem. Então, vou chamar aqui, para nos brindar com sua participação também, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Reinaldo Azambuja, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Pois não, nobre Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS. Pela ordem.) – Enquanto chega o Governador Azambuja, de Mato Grosso do Sul, eu queria dizer que nós estamos aqui discutindo, é uma oportunidade para abrir o debate. Estamos discutindo a solução da dívida hoje, da situação dos Estados com a União hoje e como desatar esse nó. Então, é uma questão, eu diria, atual, conjuntural e estrutural. Isso que o Governador do Pará abordou deve ser para um momento em que nós tenhamos as condições de trabalho para fazer a análise disto: o que fazer com a Lei Kandir – acabar com ela, mudá-la? –, dentro daquele argumento, lógico, que ele apresentou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também agradecer a V. Exª por entender que nós estamos nesse ritmo maluco aqui, porque a Câmara está votando... Daqui a pouco começa a sessão deliberativa no Senado. Hoje é um dia perturbador para o Senado Federal.

E eu queria também saudar aqui a representação da Assembleia Legislativa do meu Estado, na presença do Deputado Frederico Antunes, de uma equipe também do Sindifisco do Estado do Rio Grande do Sul e também da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, que acompanham este debate aqui, porque é extremamente crucial para o nosso Estado, que é um Estado exportador.

Então, obrigada a V. Exª. Era apenas para que as pessoas entendam, e os Governadores, que nós estamos premidos por uma escravidão do relógio, dos compromissos e da nossa agenda.

Agradeço também a todos os expositores aqui, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas, e aos Governadores em especial, que são as vítimas desse sistema.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Obrigado, Senadora.

Na verdade, fiquem certos, todos os convidados, Governadores, o Secretário Guardia, de que esta audiência tomará com certeza a atenção deste imenso País; grifará, de forma definitiva, a preocupação de todos os Governadores que aqui se fazem presentes; e levantará o tema como um tema da Ordem do Dia do Congresso Nacional, para que nós possamos fazer o devido enfrentamento.

Eu passo a palavra ao Governador Reinaldo Azambuja.

Seja bem-vindo. Muito obrigado pela presença. Eu passo a palavra a V. Exª, evidentemente dentro dos critérios, que não são suficientes, mas são os critérios possíveis de encaminhamento desta audiência.

O SR. REINALDO AZAMBUJA – Agradeço ao Presidente José Priante, cumprimento aqui o Senador Wellington, o nosso Relator, o Eduardo Guardia, todos os Senadores, Deputados, Senadoras e Deputadas. Cumprimento o Senador Dagoberto, do Mato Grosso do Sul; os nossos Governadores e amigos aqui; Fávaro, o nosso Vice-Governador; Wellington; Simão Jatene e outros, que estarão chegando aqui também nesta reunião.

Sendo bem breve, o Congresso Nacional não faltou ao País lá em 1997, quando o País passava por um momento realmente extremamente difícil na balança comercial, nas exportações, quando tinha o real igualado ao dólar. E, naquele momento, foi extremamente necessária a criação dessa lei, que possibilitou o avanço das exportações e um equilíbrio maior da balança comercial. Só que isso à custa dos Estados brasileiros e dos Municípios brasileiros, porque os Municípios são sócios no ICMS dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De lá para cá, nós tivemos várias mudanças da lei: a Lei Complementar nº 115; a Lei Complementar nº 102. A grande discussão de todo o ano: os Governadores, com pires na mão, conversando com o Ministério da Fazenda, para tentar um pequeno percentual desse ressarcimento.

O objetivo da lei hoje... Nós temos uma balança comercial hoje favorável, só que há uma preocupação – o Jatene falou bem claro, Relator e nosso Presidente, que nós estamos avançando muito nas exportações de produtos primários e semielaborados, deixando de avançar nas exportações com produtos de valor agregado. Cada ano que passa, a gente produz mais e exporta mais as nossas *commodities,* sem agregar valor aos nossos produtos.

O momento da discussão é este agora, com essa ADO que remetida ao Congresso Nacional, nesta Comissão Mista. E, quando a gente discute Federação, de tudo o que foi criado nesses 20 anos de contribuições foi cada vez mais centralizado aos cofres da União, que cada vez mais foi-se fortalecendo. A gente entende as dificuldades que a União tem, mas o problema é que hoje o risco fiscal dos Estados e dos Municípios é enorme.

Nós temos uma compreensão hoje fiscal, todos os Estados brasileiros, e é premente uma decisão, principalmente desta Casa – que, se não o fizer, o TCU terá que fazer essa regulamentação –, de nós criarmos um regramento para a justiça tributária, que é necessária no nosso País. O cidadão mora lá nos Municípios e nos Estados, e nós estamos discutindo, a cada ano, o percentual que vai ser transferido aos Estados como ressarcimento, em um critério totalmente injusto, se se ver o quanto cada Estado contribui nessa balança comercial brasileira, que fortalece a cada ano as exportações e as *commodities,* que têm gerado oportunidades, fortalecido... O Brasil está exportando mais, mas não dá para ser só à custa dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Nós precisamos discutir bem claramente isso, Presidente e Relator, e aqui é a Casa que nunca faltou ao País. Lá, há 21 anos, quando realmente nós tínhamos um problema em relação ao dólar e ao real – e prejudicava –, foi a solução encontrada naquele momento. Se acompanhar os três anos subsequentes, após o ano de 1997, nós tínhamos quase a plenitude do ressarcimento aos Estados, e de lá para cá houve um descasamento.

A economia cresceu? Sim. As *commodities* e a produção nacional cresceram? Também. Mas junto com isso também cresceram as demandas da sociedade, principalmente do segmento produtivo, em todos os Estados brasileiros. Cada vez mais há procura – está aqui o Relator – por estradas, por pontes, por alternativas de escoamento dessa enorme e gigante produção que cria esse montante na nossa balança comercial. Mas isso é feito também ao custo que os Estados têm de levar uma infraestrutura, sendo que hoje nós não conseguimos nem responder ao setor produtivo, alcançando essa necessidade de uma infraestrutura melhor, para uma competitividade maior dos nossos produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é premente, aqui, hoje, nós definirmos realmente. Nós entendemos aqui o posicionamento do Governo Federal, a crise fiscal que existe hoje, os problemas financeiros, o não crescimento da economia. Quando a economia cresce, ela é salutar para todos os segmentos da sociedade: setor privado, setor público, Municípios, Estados e União, mas hoje a realidade dos Estados e dos Municípios é um pouco diferente da realidade da União. A União gera o seu déficit, faz moeda, e os Estados e os Municípios têm que fazer cortes. Se você não tem receita para cobrir a despesa, você vai cortando no seu dia a dia, no seu orçamento, para dar conta de demandar o que a sociedade pede a cada dia para Prefeitos e Governadores do Brasil como um todo. E essa discussão da Lei Kandir é premente. Não dá para continuar, todo ano, os governadores e os prefeitos com o pires na mão, batendo na porta do Ministério da Fazenda, para dizer qual o montante, pedindo, pelo amor de Deus, para colocar na LOA o valor, para haver o ressarcimento naquele ano e garantir o mínimo necessário.

Eu acho que esta Casa tem um papel, agora, fundamental. Estados e Municípios brasileiros já contribuíram muito com esse fortalecimento das exportações. Acho que essa equação merece uma forte reflexão: a cada ano aumenta a exportação de produtos primários, em vez de nós estarmos exportando produtos industrializados, com valor agregado. Então, é preciso realmente uma reflexão. Mas a urgência, hoje, aqui, é que até novembro, se esta Casa não fizer, o TCU – e aqui está o o nosso representante – terá que fazer essa regulamentação. E os Estados e os Municípios brasileiros não aguentam mais.

Eu acho que não adianta discutir... Eu apresentei aí as perdas que nós levantamos, do Mato Grosso do Sul; o Jatene falou da dele; o outro falou do outro; o Carlos, com certeza, falará do Mato Grosso, mas eu acho que nós temos que discutir, primeiro, uma solução definitiva para essa questão do ressarcimento ou finalizar a Lei Kandir. Qual é que seria a solução para o momento, agora? Estanca a questão da Lei Kandir? A União não consegue ressarcir perdas que os Estados têm e os Municípios acabam sendo prejudicados ou nós vamos criar um regramento realmente equânime, que dê condições aos Estados e aos Municípios brasileiros de enfrentarem essa grande discussão?

Então, eu não quero alongar em respeito aos vários oradores que estão aqui, ao Relator e ao nosso Presidente, mas é muito importante... Esta Casa nunca faltou, o Congresso Nacional, que é a representação das duas Casas, ao nosso País. E nós esperamos que vocês não faltem também aos Estados e aos Municípios brasileiros, porque, hoje, essa conta e esse ônus estão ficando para nós. Tudo isso que foi criado aí, nos últimos anos, de contribuição, nada foi dividido com os Estados e com os Municípios e fortaleceu uma Federação que, a cada ano, fortalece mais o poder central, a União, com o empobrecimento de Estados e Municípios.

E com algo mais: esta Casa, este Congresso também criou algo que tem prejudicado e dificultado. Nada contra o fortalecimento, mas hoje nós temos um piso do magistério imposto aos Municípios e aos Estados brasileiros e outras obrigações que foram criadas que os Estados e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios hoje não conseguem mais cumprir. Então, é premente uma decisão até novembro para que a gente tenha realmente o Congresso Nacional cumprindo o seu papel com a Federação brasileira, para buscar o equilíbrio, para que cada um possa cumprir com as suas obrigações e continuar avançando, produzindo e gerando riquezas para o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito obrigado, Governador Reinaldo Azambuja.

Antes de passar a palavra – acho que, na ordem aqui, o próximo é o Vice-Governador do Estado do Mato Grosso, Carlos Fávaro –, quero fazer um registro.

Na verdade, nós estamos procedendo a encaminhamentos através desta Comissão Mista, mas já vínhamos discutindo isso na Câmara, onde há também instalada uma Comissão, na qual sou o Relator. E uma constatação muito importante de que eu faço questão, Senador Wellington, é que o testemunho dos efeitos da Lei Kandir nos diversos Estados, o testemunho dos Governadores, o testemunho das entidades que estudam o tema, dos secretários de Fazenda são testemunhos importantes. De certa forma, nós, como uma espécie de clínicos gerais, já estamos virando especialistas nos efeitos que a Lei Kandir causou aos diversos Estados.

Nós, de maneira muito transparente, gostaríamos de ouvir quais são as soluções, quais são as propostas que nós podemos ter, quais são os caminhos que nós podemos seguir. Para que nós possamos fazer aqui a crítica, o enfrentamento dessas diversas propostas, nós devemos fazer um corte temporal e estabelecer um regramento de compensação daqui para frente? Nós devemos fazer o que com o passivo que vai ficar, que é uma contra estratosférica, especialmente no momento grave que vivemos no País? Nós devemos fazer o enfrentamento direto da própria Lei Kandir, revogando talvez a própria lei? Essa palavra, essa proposta, esse encaminhamento eu entendo que seja fundamental para balizar o próximo passo que esta Comissão deverá tomar.

Então, eu conclamo a todos aqui, na verdade, que nós possamos... Nós já temos diversos estudos de especialistas da área, de Senadores, de Deputados, de diversas autoridades que estudam o tema, mas efetivamente nós gostaríamos de ouvir a palavra política, além do testemunho, de qual encaminhamento, qual solução nós haveremos de seguir para darmos esse encaminhamento a um problema que já perdura há mais de 20 anos. Se fosse um tema fácil, não estaríamos aqui o discutindo, talvez encaminhado da forma mais dramática, que é através de uma decisão judicial.

Passo a palavra aqui...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Sr. Presidente, só para explicar, regimentalmente, eu, como Relator, deveria falar primeiro, mas, num acordo com a Senadora Lúcia Vânia, até em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito também aos Governadores, eu vou deixar para falar por último. Mas eu gostaria de registrar aqui que nós já temos preparados quatro requerimentos, fruto de várias reuniões que fizemos – o Senador Flexa e tantos outros participaram –, no Ministério da Fazenda, com a Consultoria da Casa.

Eu quero destacar isso e, inclusive, pedir aqui, porque o Presidente vai ter que sair também daqui a pouco, que a gente votasse esses requerimentos ainda nesta reunião. Deles eu destaco um em que solicito o envio dos dados referentes ao valor das perdas de arrecadação com a Lei Kandir, calculados pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aí tem toda a explicação.

O outro requerimento: o acesso à base de dados de notas fiscais eletrônicas e a outros dados balizadores dos cálculos das perdas da receita resultante da não incidência sobre as exportações de bens primários e semielaborados.

O terceiro ofício: requeiro que o Tribunal de Contas da União – nós já fizemos reunião também no Tribunal de Contas da União. Por isso é importante a presença do Tribunal de Contas da União aqui, porque talvez eles possam falar inclusive do tempo que eles têm – informe esta Comissão sobre as medidas tomadas para cumprir a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade.

E ainda: requeiro que sejam solicitados ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Fazenda informações do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz) para auxiliar os trabalhos desta Comissão.

Eu fiz questão de colocar isso até porque, também em função da fala do Ministro e do Tribunal de Contas, eles podem já trazer alguns subsídios e até colocar...

Eu deixo a minha palavra para o final, mas eu quero aqui cumprimentar, em nome de todos os companheiros de Mato Grosso que aqui estão, o Presidente da AMM, Neurilan Fraga. Inclusive a AMM trabalhou comigo e elaborou um projeto de lei que apresentei aqui no Senado, exatamente visando a – assim como o Senador Flexa. Esses projetos todos foram agrupados – aprimorar a Lei Kandir.

É esse compromisso nosso da regulamentação, esse prazo... Claro, o nosso objetivo aqui é ouvir, como diz o Presidente, principalmente propostas de vocês, Governadores, que estão lá vivendo essas dificuldades, porque nós não vamos votar aqui um relatório que não seja fruto de algo de algo exequível. Nós não estamos em dois lados, eu acredito que estamos todos do mesmo lado, que é recuperar o Brasil, gerar emprego neste País.

E é bom dizer também que, claro, ainda não é a maioria dos Estados que tem a mesma necessidade daquilo que aqui estamos discutindo, que é, exatamente, a compensação dessas exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Até agora é importante dizer que, pela legislação, o Governo compensa se puder e se quiser ou se quiser e se puder. Então, não tem nada de obrigatório. Isso também é um trabalho em que a gente está pensando. No meu Estado, eu sou chamado agora de "Senador FEX", porque isso é tão importante para o nosso Estado, para Goiás, Pará, Minas, Rio de Janeiro e outros tantos Estados, enfim todos.

Mas no caso desses Estados, é tão importante que isso... No ano passado, por exemplo, se não fossem os recursos do FEX, dificilmente o Estado e os Municípios teriam condições até de sobrevida, mesmo o nosso Estado ainda sendo um Estado em desenvolvimento.

Por isso, eu quero saudar aqui o Vice-Governador Carlos Fávaro também, em nome de todos os secretários do Governo do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Senador Wellington, V. Exª fez aqui a leitura e já apresentou alguns requerimentos. Na verdade, nós temos outros tantos aqui à mesa. Eu fui informado pela assessoria que nós não temos neste momento – evidentemente que está havendo um fluxo de presença e retorno...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. *Fora do microfone.*) – Há quórum?

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – ... de quórum para deliberação dos requerimentos.

Então, eu vou passar a palavra ao Vice-Governador, e, evidentemente, ao final, nós voltaremos a...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT. *Fora do microfone.*) – Há ou não há? (*Pausa.*)

Está afirmando aqui que há. Por isso é importante a gente, então, votar logo. O senhor pode votar até em globo...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Eu posso votar, mas decidam: se há ou não há.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Assessoria, há o quórum? (*Pausa.*)

Com V. Exª, então, deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Então, pronto, eu sempre ajudando a salvar os trabalhos aqui, não é isso?

Então, os requerimentos apresentados pelo Senador Wellington já foram anunciados, e eu vou anunciar aqui o requerimento do Deputado Hugo Leal, que propõe a realização de um seminário no âmbito da Comissão Mista da Lei Kandir, no Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar resumir aqui, para que nós possamos deliberar em conjunto, em globo.

Requerimento do Deputado Hugo Leal para que seja convidado o Prof. Bruno Leonardo Barth Sobral, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, especialista em economia fluminense.

Requerimento do Senador Paulo Rocha para que seja convidada a participar de audiência pública nesta Comissão a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Então, eu os submeto à apreciação do conjunto de Senadores e Deputados.

Aqueles que concordam com a aprovação desta pauta apresentada, com os diversos requerimentos, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Estão aprovados, Senador Wellington, os requerimentos para que nós possamos encaminhar à assessoria da Comissão para que nós possamos agendar e deliberar sobre a realização desses eventos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Eu queria chamar a atenção...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – ... porque o Ministro nos pediu muito, pois há o compromisso dele de ter de sair daqui às 16h30.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) – Como nós demos prioridade aos Governadores, eu não sei se o Governador de Mato Grosso pode ou prefere...

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Um minuto, Senador Wellington, vamos tentar aqui encaminhar, já que o Governador já está aqui à mesa. Vamos respeitar aqui o convite, já chamamos que o Governador a participar do encaminhamento.

Eu passo a palavra ao Vice-Governador, desejando a ele boas-vindas a esta Comissão.

Senador Flexa, V. Exª tem alguma...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma sugestão, mas posso fazer após o pronunciamento do Vice-Governador Fávaro.

O SR. PRESIDENTE (José Priante. PMDB - PA) – Muito bem.

Então, com a palavra o nosso Vice-Governador, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO – Muito obrigado pela especial atenção.

Quero cumprimentar o Presidente, Deputado José Priante; a Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia; o nosso Senador Wellington Fagundes, Relator; demais Senadores e Deputados; Deputado Nilson Leitão; Flávio Garcia, do nosso Estado de Mato Grosso; secretários de Estado; representantes de classe, e representante da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, tão preocupado com este assunto.

Só para evitar ser redundante, mas, para a construção de uma ideia, eu queria ressaltar a importância e a relevância da Lei Kandir para o Brasil. Ninguém se torna competitivo exportando imposto. A discussão aqui é exatamente como compensar Estados e Municípios, que perdem muito por conta dessa desoneração.

Nós avançamos muito. A Lei Kandir proporcionou resultados excelentes na balança comercial brasileira. Imaginem o que seria, se nós não tivéssemos uma exportação forte, o resultado da balança comercial brasileira diante de tanta crise que o Brasil vive.

Portanto, acho que é inadmissível pensar – e não é, tenho certeza, interesse desta Comissão Mista – em tributar ou taxar as exportações brasileiras. Isso é, definitivamente, tirar a competitividade do Brasil. O que nós temos, diante das falas dos Governadores que me antecederam, é dizer da importância que é a industrialização brasileira, de verticalizar a nossa produção.

Eu sugiro, até para dar encaminhamento a esta Comissão, Senador Wellington, que se estude um fundo que taxe as importações principalmente de produtos que tiram a competitividade da indústria brasileira. Com isso, ao mesmo tempo, nós resolveremos definitivamente o problema da compensação da Lei Kandir aos Estados e Municípios, com a qual a União faz bondade com o chapéu alheio, e quem paga a conta e quem sofre com o desequilíbrio das contas são os Estados e Municípios. Criando um fundo, taxando a importação de produtos já elaborados, o que tira a competitividade da indústria brasileira, resolvemos dois problemas. Vamos ter quando e quanto compensar Estados e Municípios e daí também gerar uma barreira comercial, garantindo competitividade à indústria brasileira.

Acho que é isso. Para não demorar e tomar o tempo, uma sugestão a esta Comissão, que tão brilhantemente vem discutindo uma solução para o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Vice-Governador Carlos Fávaro e quero cumprimentá-lo pela rapidez com que fez sua exposição.

Convido o representante do Governo de Goiás, Sr. Simão Cirineu, para fazer sua exposição. V. Sª dispõe de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Sr. Relator, Senador Wellington Fagundes, Srs. Governadores, representante do TCU, Dr. Eduardo Guardia, do Ministério da Fazenda, em vez de falar sobre as consequências, que o Governador Simão Jatene muito bem já enumerou aqui, eu queria mostrar só dois quadros: um que era a distribuição de recursos da Lei Kandir quando foi criada e outro com a distribuição comparativa, o quadro que nós temos hoje, que elabora o que seria a Lei Kandir hoje.

Esse passado mudou muito a composição das exportações de alguns Estados. Dentre esses Estados, o que mais perdeu composição foi o Estado de São Paulo, e o que mais ganhou composição foi exatamente o Estado de Mato Grosso. Como a distribuição... Se pudesse reproduzir...

Não está muito bom para ver, mas, quanto à distribuição da Lei Kandir, eu vou citar alguns Estados que tiveram modificações muito profundas. Por exemplo, se nós verificarmos o Estado de São Paulo, o Estado tinha direito a 31,14% nos recursos que fossem entregues para a compensação da Lei Kandir. Enquanto isso, o Mato Grosso, naquela ocasião... E São Paulo, hoje, na composição feita em um protocolo do Consefaz, São Paulo teria 14,38% na distribuição dos recursos. Não vou citar muitos. Vou citar o Mato Grosso, por exemplo. O Mato Grosso, ali, recebia 1,94%, naquela época, de acordo com os índices da Lei Kandir. E, hoje, estaria recebendo 14,2%.

Se nós distribuirmos um valor x, se nós fizéssemos esse valor x hoje, normalmente é determinado R$3,9 bilhões. Nós, do Consefaz, fizemos uma divisão. Dividimos R$1,95 bilhão pela Lei Kandir, porque pela lei complementar, a partir de janeiro, é distribuído. E nós criamos mais, dividimos os valores que estão entrando no orçamento, que hoje são na base de R$1,9 bilhão por ano, o que é muito pouco para as perdas que são realizadas, em torno de R$40 bilhões.

Então, nós distribuímos a outra parte sob um índice que é aquele lá, que é de um protocolo do Confaz. Com isso, nós conseguimos, nesses R$3,9 bilhões, dar o índice como resultado do índice final, do protocolo atual, mas esses Estados que dependem muito do recurso do FEX, como ali chamamos, do protocolo, só recebem esse dinheiro no final do ano, às vezes, enquanto quem recebe pela Lei Kandir recebe a partir de janeiro. Então, há um descompasso muito grande, principalmente dos Estados do Centro-Oeste, que ganhavam bem menos, e alguns Estados do Sudeste.

No outro quadro, nós vamos demonstrar o que foi gerado de perdas decorrentes da Lei Kandir a partir de 1996 e as perdas decorrentes de um protocolo que foi assinado naquela metodologia. Da Lei Kandir mesmo nós não temos a forma como suas perdas foram formadas. Não temos a claridade dela, mas elaboramos um protocolo no Consefaz e, a partir daquele momento, nós verificamos que as perdas eram aquelas que estão, em primeiro lugar, chegando a R$41 bilhões no ano de 2016.

E a Lei Kandir mesmo, sob a forma da Lei Kandir, foi distribuído R$1,95 bilhão em 2016. E nosso financeiro foi R$3,9 bilhão, porque no ano de 2013 não tinha sido distribuído. Então, ali a gente consegue compensar e dar um resultado efetivo de acordo com os índices do protocolo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representam melhor a participação nas exportações, mas como diz o Sr. Governador Simão Jatene, também nesse protocolo há questões a discutir, se isso representa a realidade de cada Estado naquilo que está recebendo. E o que acontece nesse caso é que, para uma perda de R$41 bilhões, os Estados estão recebendo, na realidade, a cada ano, cerca de R$3,9 bilhões. Então, isto nós temos que discutir: a composição, aquilo que realmente deve ser destinado a cada Estado, e o valor. Então, esse é o grande problema da Lei Kandir. E como dizem alguns: se vai acabar a Lei Kandir ou não, como se diz, não se consegue exportar, não é adequado exportar imposto.

Essa era a minha fala aqui.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Dr. Simão Cirineu e passo a palavra ao representante do Distrito Federal, Sr. Carlos Henrique Oliveira.

V. Sª dispõe de cinco minutos.

O SR. CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA – Srª Senadora Lúcia Vânia, Senador Wellington, Secretário Eduardo Guardia, representante do TCU, cumprimento a todos.

Serei breve.

O Distrito Federal talvez não seja o Estado que mais perde. Temos uma exportação pequena; também temos uma indústria pequena; mas, de qualquer forma, as perdas são significativas. A Lei Kandir tem reposto praticamente 25% do que nós concedemos de crédito. Então, é uma situação que também nos aflige, nos prejudica, e precisamos ter isso reposto. Uma coisa que é importante é que as tratativas no Confaz também não representam a unanimidade dos Estados. O Protocolo 69 tem somente nove Estados e o Distrito Federal que não concordam com aquela motivação. Talvez por isso essa repartição tenha que ser também repactuada, ou pelo Tribunal ou pelo Congresso.

É isso que a gente tem a falar, a representação do Governo do Distrito Federal.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Henrique Oliveira e passo agora a palavra ao Ministro em exercício Eduardo Guardia.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, Senador Wellington Fagundes. Queria cumprimentar o Senador Roberto Muniz, o Governador Jatene, o Deputado Júlio Cesar, na pessoa de quem cumprimento os demais Parlamentares. Gostaria de cumprimentar os consultores e analistas da Câmara e do Senado, que têm dado uma contribuição muito grande neste debate conosco, e agradecer a participação de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro momento, agradeço esse convite, Senadora, porque esse é um tema da maior relevância. O Ministério da Fazenda vem discutindo esse tema com diversos Parlamentares. O Senador Wellington Fagundes tem tido contato frequente conosco, com as equipes técnicas, para que a gente possa aprofundar esse tema, e o Governador Jatene tem toda a razão: esse é um tema difícil, técnico, que exige um debate bastante equilibrado para que a gente possa caminhar na direção correta.

Eu vou usar esses cinco, dez minutos... Eu tinha uma apresentação mais longa, mas em benefício do tempo, vou focar nas mensagens que eu acho que são fundamentais para que a gente possa – não agora, nesta mesa – continuar o debate, como a gente já vem fazendo com o Senado e com a Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de fixar quatro pontos importantes. Em primeiro lugar, é o ponto de partida da nossa discussão. Eu acho que não dá para ignorar de onde saímos, qual é o ponto de partida; em segundo lugar, qual o nosso entendimento sobre o conteúdo da Emenda Constitucional 42 e da decisão do Supremo Tribunal Federal que nos trouxe aqui, neste momento, nesta discussão; em terceiro lugar, comentário sobre as supostas perdas, os números que foram apresentados, que eu não vou entrar em detalhes, mas quero, sim, fazer comentário sobre essa questão aqui, que acho fundamental; e, por último, o que seria uma base de proposta para encaminhamento para que possamos buscar uma solução para essa questão e atender ao que foi colocado pelo Supremo Tribunal Federal, que é definir isso aqui.

Em primeiro lugar, com relação ao ponto de partida, de maneira muito rápida, todos aqui conhecem com absoluta clareza a situação fiscal dos Estados, dos Municípios e da União. Através do Tesouro, no Ministério da Fazenda, temos uma interlocução frequente com os Governos estaduais e somos testemunhas do esforço que os Estados vêm fazendo para se ajustar e das dificuldades que enfrentam, mas também não podemos negar o quadro em que a União se coloca. Se olharmos numa perspectiva um pouco mais longa, nós vamos ver que é a primeira vez que nós vamos ter déficits primários sucessivos e relevantes durante um período grande de tempo. Então, essa é uma situação extremamente preocupante. Aí eu faço um comentário. Acho que foi mencionado pelo Vice-Governador aqui ou pelo Governador Azambuja – não tenho certeza – que a União tem condições de financiar através de dívida. Isso já bateu no limite também. Nós estamos discutindo hoje as imposições colocadas pela regra de ouro, ou seja, um dispositivo constitucional que é absolutamente correto e oportuno que diz que não se deve fazer operações de crédito além do montante das despesas de capital no Orçamento, ou seja, não vamos financiar despesa corrente com dívida. Esse passa a ser um problema hoje. Então, nós temos uma despesa que, de 1991 a 2015, aumentou 8,7 pontos do PIB somente no Governo Federal. Se formos olhar isso aqui, 6,6 pontos do PIB estão relacionados à previdência, a gastos com saúde, educação, programas de transferência de renda, ou seja, as pessoas que recebem os benefícios, evidentemente, não moram na União, elas estão nos Estados, nos Municípios. O que eu quero dizer é que o grande custo do desequilíbrio fiscal dos últimos 15 anos foi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, concentrado no Governo Federal através da explosão do déficit previdenciário. Se não fizermos algo – e isso está nesta Casa para discussão –, essa situação vai se agravar de maneira significativa, impondo problemas sérios para a gestão da política fiscal na União, nos Estados e nos Municípios. Então, este é o nosso ponto de partida: um desequilíbrio fiscal que é grave. O Governo vem atuando na correção dos desequilíbrios, mas tudo que for se discutir tem que estar dentro do contexto da situação inicial em que estamos vivendo.

Dito isso, qual é o nosso entendimento sobre a Emenda Constitucional 42? Eu acho que esse é um ponto muito importante, porque isso baliza, na nossa visão, o escopo e os limites dessa discussão. Então, eu não vou ler a emenda, o art. 91, que todos aqui conhecem, mas eu gostaria de destacar alguns pontos. O primeiro é no *caput* do art. 91. A Constituição é clara ao dizer que a lei vai definir o montante para transferência aos Estados, que ela entregará aos Estados o montante definido em lei complementar, podendo considerar alguns critérios.

Quando ela diz que entregará o montante, em nenhum momento, a Constituição está dizendo que cabe à União ou que há uma obrigação, uma responsabilidade da União de fazer ressarcimento integral, compensações, etc., de perdas. Não é isso que está escrito no Texto Constitucional. Esse é o nosso ponto de partida.

O segundo ponto importante é que a emenda constitucional, no seu §2º, diz, de maneira textual, que a entrega tal como definida no *caput*, perdurará até o momento em que a unidade da Federação tiver menos de 80% do imposto; com mais de 80% do imposto no destino ela deixa de receber o recurso. Então, isso deixa claro o caráter transitório dessa transferência de recurso, ou seja, ela não é uma compensação de perdas, em nenhum momento se fala em perdas integrais ou em reposição de perdas. A Constituição é absolutamente clara, não só porque está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas ela mesmo deixa uma regra de saída que diz que, quando 80% da arrecadação estiver no destino não há mais transferência. Então, é uma regra transitória, como foi a Lei Kandir no início. Então, temos de substituir uma regra transitória por uma outra regra transitória.

E fundamental porque esse ponto é recorrente, eu sempre escuto que existe um passivo: o art. 3º é textual. Ele diz que, enquanto não forem definidas as regras da nova lei complementar, perdurará o sistema de repasse previsto na Lei Kandir, ou seja, o Texto Constitucional é claríssimo que não há que se falar em passivos, em despesas de ressarcimento de anos anteriores, porque nós transferimos ao amparo da lei complementar.

Aliás, isso já foi objeto de ações no Supremo Tribunal Federal, e a decisão do Supremo em duas AOCs pelo menos foi clara e textual que não há que se falar em passivos, que não há que se falar em débitos referentes ao período anterior à aprovação da nova lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um outro ponto fundamental no nosso entendimento sobre o espaço que temos aqui para discutir as novas regras de transferência da Lei Kandir. Então, não há compensação integral. Estamos falando de um regime que é transitório, que depende também da distribuição do ICMS entre origem e destino, e não há absolutamente que se falar em passivos ou débitos decorrentes do passado.

Dito isso, mesmo tendo absoluta clareza de que o Texto Constitucional não abre nenhum espaço para discussões sobre o passado, eu gostaria de enfrentar a questão que vem sendo colocada pelos Estados através do Consefaz com uma estimativa de perdas dos Estados com a Lei Kandir.

Foi-nos apresentado um número de R$40 bilhões por ano, que, no período de 15 anos, dá um valor extremamente significativo – estamos falando de coisa de R$500 bilhões. Enfim, vi esse número de R$40 bilhões por ano.

Aqui, Senadora, acho que não é o momento para a gente entrar detalhadamente nessa discussão, mas a gente faz questão de entrar nessa discussão. Inclusive falamos ao Senador Wellington Fagundes que vamos encaminhar uma nota técnica do Ministério da Fazenda que já é objeto de um requerimento de informação muito oportuno, mostrando tecnicamente por que nós não concordamos com a estimativa aqui apresentada, independentemente de a gente não reconhecer passivos com relação à transferência da Lei Kandir. Mas é importante enfrentar esse problema, algumas questões, muito rapidamente, e depois a pode aprofundar o debate.

Nós sabemos que, quando da introdução da Lei Kandir em 1996, já havia incentivos que eram praticados nos produtos primários e semielaborados. Então, uma conta que toma como referência uma alíquota de 13% não está correta.

Em segundo lugar, nós sabemos que, na presença da tributação, as exportações seriam menores e, portanto, é muito difícil o contrafactual: o que seria a exportação hoje se eu tivesse mantido a tributação? Mas um cálculo de perda tem que comparar os dois cenários.

O terceiro ponto extremamente relevante é que, no cálculo das supostas perdas não estão considerados os créditos que são de direito do setor privado, das empresas exportadoras que não foram ressarcidas pelos Estados. Então, não há que se falar numa perda de um montante que não foi ressarcido.

Portanto, há uma série de temas que a gente pode aprofundar e debater com relação ao número que nos foi apresentado. O registro aqui, e eu acho que isso que é importante, é que o Ministério da Fazenda, o Governo não concorda, não reconhece esses números. A gente entende que existem equívocos técnicos que foram considerados para fazer seu cálculo. E, diga-se de passagem, é um cálculo difícil, como o próprio Governador Jatene aqui reconheceu, tanto é que, no próprio Protocolo 69, quando os Estados foram discutir ressarcimento, critério de rateio do FEX, viu-se como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

era difícil chegar a um critério técnico para ver quem perdeu, quem ganhou. Lá também os Estados já se depararam com essa dificuldade.

Mas o ponto que eu gostaria de frisar aqui, de maneira bastante enfática, é que, da nossa visão, não há que se falar nessas perdas. Esse número exige uma análise bastante criteriosa. Não temos informações para todos os Estados, mas pegamos um exemplo, apenas um exemplo em que a gente dispunha de todas as informações e pegamos o mesmo cálculo, o mesmo critério que foi utilizado pelo Consefaz e calculamos o que teria sido a perda, levando em consideração esses fatores que eu mencionei e sem levar em consideração a elasticidade de exportação, porque isso é um pouco mais complexo. E nós chegamos a um valor que era inferior a 10% do valor calculado simplesmente pela aplicação dos 13%. Então, isso deixa claro que precisamos olhar com muito detalhe a conta que foi feita, que não é reconhecida pelo Ministério da Fazenda como uma referência.

Além disso, e aí eu gostaria já de finalizar e ir para meus comentários finais, dois comentários importantes. O primeiro é que qualquer decisão que seja tomada, qualquer proposta que a gente venha a apresentar e discutir evidentemente tem que respeitar o marco legal vigente, e aqui eu gostaria de fazer referência principalmente à restrição imposta não só pelo 113 da Constituição, mas também e principalmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Qualquer programa, qualquer criação de despesa permanente não só tem que ser quantificada de maneira adequada, mas a lei exige que sejam apresentadas as fontes de compensação – então, despesa permanente. E essa discussão poderá suscitar, em função das decisões aqui tomadas, criação de despesa permanente, e nós teríamos que compensar ou pela elevação de impostos ou pela redução de despesas permanentes. Então, nosso arcabouço legal não permite desviar dessa restrição, lembrando que essa nova despesa necessariamente estará dentro do teto de despesas que foi aprovado por esta Casa. Portanto, mesmo que a solução seja pela compensação pela via de impostos, a gente ainda vai ter que absorver essa nova despesa dentro do teto do gasto. Esse é um dado da realidade do nosso ponto de partida para qualquer decisão que venha a ser tomada.

Dito isso tudo, o que nós entendemos que poderia, Senador e Senadora, ser um caminho para a discussão? Nós entendemos que podemos... O que hoje é feito? Hoje temos a compensação através da Lei Kandir, R$1,9 bilhão, mais R$1,9 bilhão do FEX. O FEX não é uma obrigação da União, isso é aprovado todo ano no Orçamento, exige uma lei específica para que façamos o repasse aos Estados e Municípios. Então, o que existe hoje é uma obrigação de repasse de R$1,9 bilhão, e R$1,9 do FEX é uma liberalidade que depende, evidentemente, da aprovação da Casa, que tem que ter orçamento e tem que ter uma lei específica para a sua execução.

Nós achamos que o caminho, dentro desse contexto complexo e difícil que temos para trabalhar, seria unir os recursos do FEX e da Lei Kandir para que, a partir desse novo bolo de recursos da ordem de R$3,9 bilhões, que eu sei que é inferior à expectativa que foi criada entre os governos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estaduais... Mas essa seria a nossa base para, aí sim, enfrentar a discussão que o Governador Jatene corretamente coloca de qual é o critério de distribuição desses recursos. Eu acho que, aqui sim, também existe um espaço relevante de discussão técnica extremamente importante. É o da Lei Kandir? É o do FEX? Ou é um novo critério? Temos ideias e podemos discutir ideias, mas é fundamental que tenhamos um entendimento, primeiro, sobre qual é o bolo que estamos dividindo para, depois, entrarmos – também podemos fazer isso concomitantemente – na discussão técnica sobre o rateio.

Então os meus comentários, já pedindo desculpas se excedi o meu tempo, eram para frisar a dificuldade inicial imposta pelo ponto de partida, as restrições colocadas pelo arcabouço legal vigente, seja pelo teto, pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou pela própria Constituição Federal, que impõe restrições objetivas ao que possamos fazer aqui – querendo ou não fazer, temos que respeitar o que diz a lei.

Em terceiro lugar, é fundamental a nossa não concordância com os números apresentados com relação às perdas e, por último, evidentemente, quero ressaltar que vem sendo um diálogo franco, aberto, com os Senadores, com os Deputados, com as equipes técnicas. O Ministério da Fazenda está com as portas abertas para que continuemos esse debate – com os governadores também –, podemos fazer isso individualmente na hora em que os senhores quiserem.

Então, estamos abertos e mais uma vez agradecemos a oportunidade de poder vir aqui participar deste debate. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Eduardo Guardia.

Quero dizer, Ministro, que é um prazer e uma honra tê-lo aqui conosco. Peço desculpas pela quantidade de oradores, mas a ansiedade aqui é grande. Muito obrigada.

V. Exª poderá se retirar quando achar necessário, porque o compromisso de V. Exª aqui com o Senador Fagundes seria até as 16h30. Então, V. Exª fique à vontade.

Com a palavra o Sr. Charles Mathusalem, representante do TCU.

O SR. CHARLES MATHUSALEM – Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente da Comissão, o Senador Wellington, Relator, o Ministro Substituto Guardia, cumprimentar os Governadores, os Parlamentares, o pessoal da Comissão, as senhoras e os senhores presentes.

Eu gostaria, em benefício do tempo, de me ater a alguns pontos a partir do momento em que o Tribunal de Contas da União recebeu a decisão, a comunicação da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Nesse momento, digamos assim, nós fomos procurados pelos técnicos da Comissão para tratar do assunto. O assunto é complexo, e aqui eu gostaria de externar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas limitações que o Tribunal de Contas da União tem, sob o ponto de vista legal, sob o ponto de vista técnico, para enriquecer o debate na medida em que esta Casa regulamentará esse assunto.

Eu gostaria de pedir à assessoria que passasse para o eslaide da Limitação 1, para a gente discorrer um pouco.

Eu vou passar alguns eslaides aqui, porque já é do conhecimento dos senhores o valor original, que era o da Lei Kandir, que tem o propósito de realmente aumentar a competitividade dos produtos exportados, mediante a desoneração de ICMS dos produtos primários, semielaborados. Isso, de certa maneira, tem sido conduzido pela Lei Kandir e, agora, por força da regulamentação do art. 91 do ADCT e também da ação, tem outros contornos.

A primeira limitação que eu gostaria de colocar com relação a esse assunto é porque o Tribunal de Contas da União tem uma *expertise* de fato em promover, digamos assim, em calcular os coeficientes para a repartição dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios, do IPI-Exportação e da Cide. Mas, sob o ponto de vista legal, essa limitação a que me refiro, nessa ação direta de inconstitucionalidade, é que, antes de mais nada, nós teríamos que aguardar, digamos assim, a elaboração dessa lei complementar para que pudéssemos, caso isso não fosse feito, atuar.

E aí há um aspecto interessante: o Tribunal de Contas da União, na sua essência, na sua forma geral de atuar, é um órgão de fiscalização – prova disso está no art. 71 da Constituição –, mas, excepcionalmente, estabelece, digamos assim, um cálculo das cotas para esses fundos a partir de uma exceção que está no art. 161 da Constituição. E aí o legislador originário, ao fazer isso, realmente estabeleceu esses controles, porque você está dentro da esfera de atuação do Tribunal, que é a Administração Pública Federal.

Então, vejam, nós temos uma distinção muito clara aí: há uma função de fiscalização e uma exceção para esses fundos expressamente contemplada na Constituição. Ainda que essa seja uma decisão que venha a ser tomada aqui, no âmbito da Comissão e, enfim, desta Casa, há que se analisar exatamente esse impacto, que pode causar certo problema na Justiça. Alguns questionamentos podem ser levantados, uma vez que essa função de fazer um regramento, a partir do momento em que houver mora do Congresso, nos parece um pouco temerária. Ou seja, na realidade, o que a gente percebe é uma lacuna constitucional para o Tribunal atuar nessas regras, na medida em que isso não consta da Constituição Federal.

Então, chamar a atenção para isso acho que é importante. Acho que isso tem que ser levado em consideração ao ser definida essa lei complementar, até porque, ainda que tivesse sido aprovado por lei complementar, ainda há esse aspecto que tem que ser observado.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é a competência do Tribunal de Contas da União com relação à fiscalização de receitas estaduais. Veja, o Tribunal não detém informações pormenorizadas do ICMS declarado pelos contribuintes; ele não tem acesso a essas informações. Ou seja, ainda que a nova lei estabelecesse, o Tribunal teria que auditar essas contas, teria que verificar se realmente há uma perda e então fixar esse valor repassado. Para isso, o Tribunal de Contas da União precisaria de instrumentos, de ferramentas para bem executar essa tarefa, que é o acesso ao sigilo fiscal.

Veja, hoje a Constituição que dá a competência, as atribuições ao Tribunal de Contas da União; ainda assim, sob o ponto de vista da fiscalização da arrecadação, nós temos restrições ao acesso fiscal no âmbito da Receita Federal.

Então, se na sua esfera de atuação ele já tem essa restrição, imagina nós termos que fiscalizar, auditar as receitas estaduais? Até porque essa função, nesse arcabouço jurídico e nesse sistema constitucional, foi atribuída aos Tribunais de Contas dos Estados. Então, a gente alerta: essa questão também é importante, porque uma vez elaborado esse normativo, precisa estar muito bem sopesada qual seria de fato a atuação do Tribunal.

Vamos para o terceiro aspecto.

O terceiro aspecto é que o Tribunal de Contas da União não detém competência técnica com relação à área tributária dos Estados. Nós estamos falando em uma legislação de ICMS de 27 entes da Federação, cada um com sua especificidade. Para conhecer isso, todo esse arcabouço tributário, você precisaria, de imediato, de uma força de trabalho de especialista e um tempo necessário, primeiro para criarmos uma metodologia de trabalho e critérios definidos, para melhor fazer esse trabalho de auditagem nessas contas, e aí estabelecer se há ou não essa discussão em torno de perdas contínuas.

Outra é estabelecer um critério... Quer dizer, o Tribunal atua normalmente a partir de uma norma. Quando o FPM e o FPE foram definidos, estabeleceu-se que o cálculo você faz pela população, estabelecendo um percentual de participação dos Estados... Ou seja, dessa definição por si só, as duas Casas Legislativas precisam dotar o Tribunal. Ele não cria uma norma. Ele não tem função de legislar, ele tem função de executar aquilo que está na norma. Então, tecnicamente esse critério deve ser muito bem discutido, porque qualquer critério é questionável, não existe um critério inquestionável.

Então, o que acontece? A partir do momento em que isso está estabelecido de forma clara na lei complementar ou na Constituição, eu diria que diminuímos o risco de questionamentos em cima desse assunto.

Bom, esses foram os pontos principais. Eu gostaria só de realmente ressaltar isso. Evidentemente, o Tribunal está à disposição do Congresso para auxiliar nesse assunto, mas é de suma importância que esses aspectos sejam bem discutidos. Nós já começamos a discutir com a área técnica, mas acredito que precisa ser realmente melhor enfatizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abstraindo do mérito da questão do que regulamenta o art. 91, esses aspectos são fundamentais e relevantes para que façamos o nosso trabalho.

Então, eu gostaria de deixar esse assunto. Estamos à disposição para atender ao Congresso, que é uma função nobre nossa, do Tribunal de Contas da União.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao representante do TCU, Sr. Charles Mathusalem.

Passo a palavra agora ao Sr. Regis Mattos Teixeira, Presidente do Conseplan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Saiu? Então, Roberto Kupski, Presidente da Febrafite. Está presente? (*Pausa.*)

O Sr. Ministro em exercício da Fazenda pede licença para se retirar. O compromisso dele era até 16h30. Quero aqui dizer aos membros deste Colegiado que o Ministério da Fazenda tem se colocado à disposição de todos os Srs. Senadores e Deputados para discutir essa questão junto aos técnicos que assessoram esta Comissão. Já tivemos várias reuniões no Ministério da Fazenda e acredito que o Ministério continua aberto para que essa discussão seja feita de forma mais profunda, mais técnica. Portanto, nada mais justo do que liberar o Ministro, neste momento, uma vez que ele assumiu conosco o compromisso de estar aqui até 16h30.

Como, por deliberação deste Colegiado, foram convidados 16 expositores, obviamente, isso cerceou a presença e o debate dos Srs. Senadores. Mas, infelizmente, essa foi a decisão do Colegiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – E cerceou também a presença dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – E cerceou também a dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Sim, desculpe-me. É Comissão Mista. Obrigada pela lembrança. Esta é uma Comissão Mista, os Srs. Deputados e os Srs. Senadores terão a oportunidade de discutir com o Ministério da Fazenda. Acho que teremos que fazer uma reunião após esta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Ainda no final, Presidente, acho que vai sobrar um tempinho para fazermos alguma... Acho que sobra, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Sim, nós vamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Para quem resistir aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Sim, para quem resistir, nós vamos ficar aqui. Eu fico à disposição dos senhores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Libero aqui o Sr. Ministro em exercício.

Pela ordem, Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. Pela ordem.) – Senadora Lúcia Vânia, Srs. Governadores, nosso convidado, Ministro Eduardo Guardia, o Ministro tem-se colocado sempre à disposição para nós discutirmos não só a questão da Lei Kandir, mas outros assuntos de importância da República brasileira.

Já tivemos acho que umas quatro reuniões com o Ministro e sua equipe. Começamos com a reunião de um grupo de trabalho da CAE, daqui do Senado. Numa conversa com a Drª Ana Paula, sugerimos fazer a quatro mãos o entendimento. Não dá para fazermos isoladamente, sem conversarmos com o Governo, até para que possamos – Deus queira! – chegar a um consenso que atenda aos dois lados.

Em seguida, foi criada uma comissão na Câmara para tratar da Lei Kandir e, posteriormente, esta Comissão do Congresso Nacional. Acredito que nós vamos ter que convergir em uma só. Não dá para ficarmos trabalhando na CAE do Senado a Lei Kandir, na Comissão da Câmara e numa terceira do Congresso. O Congresso abrange todas.

Então, minha sugestão, Sr. Presidente – ia falar com o Deputado Priante – é de que nós possamos fazer uma convergência das três em uma só, que é esta em que nós estamos, neste momento, em audiência pública.

Um outro ponto. É de conhecimento de todos nós que uma audiência pública que tenha mais de cinco – no limite seis – convidados, torna-se improdutiva, porque não conseguimos chegar a nenhum resultado prático. Então, nós vamos fazer um novo requerimento, Ministro, para que possa voltar aqui conosco, numa audiência com menor número de participantes, em que a gente possa, então, aprofundar essa discussão.

O Ministro, em todas as vezes em que estivemos – ontem, não pudemos ir até lá, estávamos aqui em votação nominal, mas o Senador Wellington esteve... Vamos estar num impasse. Entendo que não estamos conseguindo avançar. Por parte do Governo, já nos foi colocado nessas várias vezes em que fomos, que o número que há são os 3,8 ou 3,9, com a fração, que seria o FEX e a Lei Kandir. E de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o FEX – a proposta, me parece – seria o Governo assumir um compromisso de que, como não há a obrigação de fazer o repasse, ele passaria a ser obrigatório.

Todas as vezes em que isso nos foi dito, sempre pontuamos que nós temos uma obrigação no Congresso brasileiro de chegar a um parecer, a um relatório e aprová-lo. Que número é esse a que nós estamos querendo chegar? Acho que esse é o ponto também de convergência. Até disse, na última reunião em que estive lá, que não é de quarenta – que o Governo diz que não é – mas também não é quatro, que é o número que está sendo ofertado. Então, temos que chegar a algum número que atenda aos Estados e aos Municípios.

O representante do TCU, Dr. Charles, colocou na sua transparência que é necessário fazer um estudo para saber se os Estados estão perdendo receita com a não tributação do ICMS nas exportações. Isso é claro, é fratura exposta. No caso do Pará – até falei numa reunião –, é uma conta de multiplicar, só isso.

Antes da Lei Kandir, os semielaborados e os primários eram tributados numa alíquota diferenciada de 4%. É só multiplicar o valor do que foi exportado só de primários e semielaborados por 4% e se chega no número que seria a perda de receita do Estado.

Quando a Lei Kandir foi criada lá em 1996, o País passava por um momento crítico de balança comercial deficitária e precisava incentivar a exportação. Foi proposta a Lei Kandir. Os governadores aceitaram, na certeza de que ela seria regulamentada em seguida, para que pudessem ter o retorno e a compensação das perdas. Lamentavelmente, isso nunca aconteceu. Nunca foi feita a compensação pelo total. Acho que o maior percentual atingido chegou a um pouco menos de 50%. Daí foi em queda livre até chegar hoje a esses R$3,9 bilhões, cuja representação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... em nível de perda, é insignificante.

Nós já discutimos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Senador Flexa, nós estamos com o expositor à mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu concluo. Estou fazendo essa observação no meio, e peço desculpa ao Dr. Roberto, porque o nosso Ministro vai ter de se ausentar. Posso estar enganado, mas eu acredito que a peça fundamental para chegarmos a um encaminhamento para um parecer desta Comissão Mista passa pelo Dr. Guardia, para que possamos...

Então, eu pediria ao Dr. Guardia – nós fizemos esse pedido anteriormente – que nós pudéssemos chegar por parte do Governo a um número e de nossa parte, dos Parlamentares, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podermos nos aproximar. Nós estamos em polos opostos. Temos de fazer uma convergência e, numa próxima oportunidade, já termos o encaminhamento do processo.

Com relação ao TCU, o compromisso que lhe foi transferido foi pelo Supremo. O Supremo determinou que, se o Congresso não fizer a regulamentação, o TCU a fará. Mas tenho certeza de que o Congresso cumprirá a sua obrigação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Obrigada.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Senador, eu só queria pedir desculpa por ter de sair antes. Infelizmente, eu já tinha uma viagem marcada. É questão de voo, senão eu ficaria com o maior prazer.

Estou à disposição para voltar na hora em que os senhores quiserem a esta Comissão no formato que for mais adequado.

Continuamos com as portas abertas para discutir aqui e no Ministério a qualquer momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Ministro, se V. Exª me permitir, é só um minuto, e pode contar no relógio.

Eu quero pedir à Presidente para que, na próxima reunião, na próxima audiência pública, nós possamos só ter três e, dentre esses três, V. Exª...

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Estou à disposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – ... e o Tribunal de Contas. Não sei quem será o terceiro, mas V. Exª e o Tribunal de Contas são fundamentais, até porque, se nós não resolvermos aqui, vai caber ao Tribunal de Contas resolver lá.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Os senhores escolhem o formato e eu estarei à disposição aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Eu quero fazer esse pedido, concluindo o raciocínio, até porque V. Exª disse que está com as portas abertas, mas nós precisamos de mais do que abrir as portas do Ministério; nós precisamos de abrir as portas do cofre, porque, senão... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Essa é a parte mais difícil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – E quem tem a chave da porta do cofre sabemos que é V. Exª e o Ministério da Fazenda.

Eu sou Deputado do PDT pelo Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é o Estado mais sacrificado porque... Cada um chora ao seu modo, ao seu jeito, mas nós temos lá a nossa angústia. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, precisamos de V. Exª. A União, até agora, criou dificuldades para regulamentar, e, na dificuldade que criou, não pagou. Então, nós estamos criando dificuldades para vendermos facilidades. Nós não podemos aceitar esse tipo. A partir de agora, temos, sim, de nos entender para o bem da União, para o bem dos Estados, eu diria, para o bem do Pacto Federativo do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Obrigada, Deputado, pela rapidez.

Agora com a palavra o Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Exma Senadora Lúcia Vânia, eu quero saudar nossos Senadores aqui presentes, nossos Deputados Federais, nossos Secretários, o nosso Governador Jatene, que aqui ainda se encontra e com cuja manifestação concordo muito, acho que é uma oportunidade ímpar, Senador Wellington e Senador Flexa, para que este Congresso defina uma questão fundamental para o Pacto Federativo.

Eu gostaria de não me prender só...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – V. Sª dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Serão suficientes.

A Lei Kandir: perdas de 500 bilhões estimadas – e passo às suas mãos; e temos mais diversos exemplares. Todas as unidades da Federação perderam. Os números foram feitos por grupos técnicos e, respeitando o Dr. Guardia, acho que tem de haver contrapontos para dizer que não se concorda; eu acho que tem de mostrar por que não se concorda com aquelas perdas estimadas em 500 bilhões ao longo desses anos; vamos contrapor com números. E acho que é trabalho técnico de muita qualidade feito por grupos dentro de Secretarias de Fazenda para se chegar a esse número.

Além disso, Senadora, Senadores, Deputados, Governador, nós temos dois temas que agrediram muito esse Pacto Federativo. São dois: a dívida dos Estados com a União, quando juros escorchantes e correção monetária são colocados ao encargo dos Estados e que se arrastam por esses 20 anos. É estimada em 93 bilhões a negociação dos Estados, com pagamento até dezembro de 2016 de 277 bilhões e saldo devedor de 476 bilhões. Quanto temos de perda para o Pacto Federativo?

A próxima, por favor.

Desonerações do IPI, o Simples Nacional. Quanto os Estados perderam de recursos nesses anos?

A próxima.

Algumas diferenças da União: sempre sem limite de endividamento, e os Estados com limite de endividamento; a União chegou a um déficit astronômico que os Estados não têm; turbinamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contribuições sociais, com PIS e Cofins que não são repartidas entre os entes federados, Estados e Municípios.

Isso trouxe perda para o serviço da sociedade, especialmente na área da segurança, saúde e educação.

O próximo.

Nós temos, sim, sugestão. O Deputado Pompeo de Mattos protocolou o Projeto de Lei Complementar 423, em que se busca o efetivo ressarcimento, para trás, inclusive com a possibilidade de encontro de contas sobre a questão da dívida dos Estados.

E esta é uma oportunidade, Senadora, que esta Casa não pode perder. Com todo respeito ao TCU – entendo muito as dificuldades e a importância da sua presença aqui –, este é um tema desta Casa, para se ter uma solução efetiva e definitiva.

Por que não podemos tributar a exportação de produtos primários, alguns que só o Brasil tem, muitos dos quais regulados por preços internacionais, pelo mercado? Nós estamos simplesmente, quem sabe, aumentando a margem de lucro de empresas, às vezes nem nacionais. O Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, exportava 30% de produtos primários. Hoje são mais de 50% de produtos primários. Inverteu em relação a produtos industrializados.

Eu não tenho dúvida, Srs. Parlamentares, de que nós estamos exportando empregos. O Secretário André, Coordenador do Consefaz, sabe quantos Estados o têm buscado para resolver sua situação de finanças, mas é lógico, porque, ao longo desses 20 anos, quanto os Estados perderam, como já referi? Não há por que dizer que não se exporta imposto. Não se exporta imposto de produto elaborado, que gerou emprego no País. Nós estamos exportando empregos neste País, em favor da indústria de fora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO KUPSKI – A próxima. Aqui o resumo das perdas de todas as unidades da Federação. Eu gostaria que fossem contrapostos esses números efetivamente. E o acumulado é em torno de 500 bilhões ao longo desses anos todos.

Próxima. E aí, uma proposta de emenda à Constituição para revogação da Lei Kandir. Nós temos um discurso, Governador Jatene, o senhor está correto: revogar e ressarcir, tendo que para o País será positiva a revogação a fim de não tributar produtos primários e semielaborados, em especial se nós não tivermos o efetivo ressarcimento.

Próxima. Acho que este é o grande dilema hoje: qual é o novo montante anual de ressarcimento? Acho que a inclusão do FEX, deixando de ser uma liberalidade, é importante, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos que avançar para que não fiquemos em menos de 10% de ressarcimento. Os Estados têm travado uma luta enorme em busca das receitas para cumprir seu papel. Eu tenho uma atividade de auditor, representando todo o País, em todas as associações, incansavelmente, mas estamos realmente com dificuldade devido a assuntos, a temas como os que trouxemos aqui. Não foi só a Lei Kandir que tirou recursos dos Estados, mas a Lei Kandir é a oportunidade de dar recurso novo para as unidades federadas neste momento, e esse é o papel que os governadores... Fico muito satisfeito ao ver o número de governadores aqui presentes ou aqui representados e os Parlamentares que estão aqui para construir essa solução junto com o Governo Federal.

Quero agradecer esta oportunidade de estar nesta Comissão. A Febrafite fica sempre à disposição desta Casa. Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Obrigada, Sr. Roberto.

Eu vou intercalar com os Deputados e Senadores que queiram falar, porque não tiveram oportunidade. Então, peço desculpas aos representantes, e vamos intercalando.

Com a palavra agora, pela inscrição, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Srª Presidente, Sr. Relator, senhores expositores, Srªs e Srs. Deputados, o maior avanço no Pacto Federativo foi na Constituinte, em 1988, no compartilhamento das receitas dos três entes federados. À época, a União arrecadava 20,5% do PIB; os Estados, 9%, e os Municípios, menos de 1%: 0,95%. Aí, a Constituição aumentou três pontos percentuais para os Estados de uma vez, quatro pontos para os Estados e três para os Municípios do IPI e do Imposto de Renda, e foi aumentando 0,5% até 1993. Na época, os Estados tinham 14, passou para 18 pontos percentuais; os Municípios tinham 17 e passou para 20 e, a partir daí, foi aumentando de meio em meio ponto até chegar a 22,5% e a 21,5%. Com essa perda... A União começou a criar artifícios para compensar as perdas. Em 1988, a União tinha 20,5% da receita em relação ao PIB, e os Estados, 9%. Hoje a União tem 24,78%, e os Estados, 9% – estão onde estavam.

Aí criaram a CSLL. Sabem quanto é que arrecadaram no ano passado? R$67 bilhões! Qual é a base da CSLL? O Imposto de Renda. E o Imposto de Renda é base de quê? Do FPM e do FPE. Eu vejo aqui as perdas dos Estados exportadores: 40 bilhões. Só o crescimento da CSLL, cuja base era compartilhada – e criaram a título de contribuição para driblar o compartilhamento –, já deu um prejuízo de 67 bilhões a preços do ano passado.

Então, o que nós vimos nessa lei? O Governo... Eu queria muito que o nosso Guardia estivesse aqui, porque a União aumentou de 20,5% para 24,78%, e cada ponto desse representa mais de 60 bilhões. Ela aumentou 200 e tantos bilhões. Lembro que aqui é percentagem do PIB – a carga tributária brasileira. O PIB equivale a mais de R$6 trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve um esvaziamento, e quem mais pagou a conta foram os Estados. Eu mostrei aqui que, em 1988, tinham 9% da carga tributária brasileira no compartilhamento e, hoje, também 9%. E tiraram da base 67! Dos 67, os Estados teriam hoje 21,5%, e os Municípios, 24,5%, ou seja 47%, o que seria pelo menos a metade, 47%, 48%. Então, nós temos que encontrar uma maneira de compensar essas perdas da Lei Kandir.

Essa história de 1,9 bilhão com mais 1,9 bilhão está longe, porque as perdas são altamente expressivas. E o que tem a Lei Kandir? Ela desonera a exportação e só privilegia os ricos, aqueles que importam mais do que exportam. E, quando importam, eles cobram ICMS. Quando exportam, são isentos do ICMS.

Então, quais são os grandes beneficiários? Aqueles que importam muito mais do que exportam. É a Zona Franca de Manaus, que é cheia de privilégios; é o Estado de São Paulo; são os Estados que mais importam.

Se dependesse de mim, o critério de distribuição desse pequeno recurso seria diretamente proporcional ao saldo da balança de pagamentos, para fazer justiça.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – O saldo da balança de pagamento, o volume de exportação. Você tem um saldo de mais ou menos R$15, R$16 bilhões... Um grande prejuízo também é de Minas Gerais. Os mineradores...

Se ele importa, ele paga imposto; se ele exporta, não paga. Então, não há arrecadação de imposto. Quem tem o maior déficit da balança é altamente compensado. E qual é o maior compensado no Brasil? Em primeiro lugar, São Paulo; depois, o Amazonas e esses Estados que são grandes importadores.

Foram essas as colocações, Srª Presidente.

O Brasil tem crescido muito. Eu vi aqui os dados da balança de pagamento. O Brasil tem uma balança até agora de R$49 bilhões. Está crescendo muito a nossa balança de pagamento, e é uma maneira de compensar esses Estados que são altamente prejudicados com esse artifício inteligente para uns e muito ruim para outros dessa tal de Lei Kandir.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Eu passarei a palavra agora ao Deputado Jordy, e, logo em seguida, vou chamar o representante do Confaz, que nos honra também com sua presença, André Horta, para falar. Posteriormente, eu darei a palavra aos Deputados e Senadores.

Perdoem-me, mas a gente vai tentando conciliar devagarinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Claro.

Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, que preside esta reunião.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados, o representante do TCU, Dr. Charles; o Dr. Roberto, que já esteve há cerca de um mês conosco na Comissão da Câmara; o nosso querido Senador Wellington; o Senador Flexa; o Governador Simão Jatene – é uma honra tê-lo aqui; o Deputado Júlio, enfim, todos os presentes, os nossos convidados, os Deputados e os Senadores.

Eu vou ser muito breve, lamentando ausência do Dr. Eduardo, com quem já estivemos em quatro audiências, salvo engano, Senador Wellington, com a Fazenda.

A Comissão da Câmara já vem trabalhando há alguns meses. Já ouvimos praticamente todas as entidades afins ao debate. O Dr. Roberto já esteve lá; o Tribunal de Contas – não com o Dr. Charles, mas através de uma outra representação – já esteve; o Deputado Júlio, que é um estudioso do assunto e foi o primeiro a nos brindar com as suas exposições no início dos trabalhos da nossa Comissão, de que ele é membro; o Consefaz; enfim, todas as entidades... A Fapespa, que tem um trabalho acadêmico extremamente elogiado e adotado, inclusive, por algumas entidades e alguns Estados.

O nosso problema, o nosso constrangimento, hoje, objetivamente – e aí eu lamento, mais uma vez, a saída do Ministério da Fazenda –, é com a União.

Nós fazemos todo esse esforço de compensação. Os dados apresentados agora pela Federação são de perdas da ordem de 500 bilhões; em outros estudos, como o da Fapesp, chegam a 643 bilhões; nos estudos do Consefaz, chega a quase 700 bilhões o total de perdas – depois eu serei corrigido aí, na precisão dos números, pelo representante do Consefaz. E a Fazenda diz reiteradas vezes, nas audiências – mais de quatro – que já tivemos, que não há déficit, não há desajuste nesse confisco, digamos assim, que foi o objeto.

Até, na última reunião, Governador Simão Jatene e demais entidades, ficou uma situação meio constrangedora diante dos Senadores – Senador Anastasia, Senador Wellington, Senador Flexa –, de mim mesmo e de outros Deputados, porque a proposta da Fazenda é não reconhecer qualquer passivo pretérito e também não admitir qualquer mexida nos chamados 3,8 ou 3,9, a que hoje é destinado. Ou seja, segundo a Fazenda, nós deveríamos – o Governador do Estado do Pará, o Governador de Minas e todos nós Deputados, Senadores, que estamos envolvidos nesse debate – convocar ou pedir uma audiência com a Ministra Cármen Lúcia e pedir desculpa por ter importunado a Suprema Corte do País, que decidiu à unanimidade um reconhecimento que a Fazenda não reconhece.

Eu até trouxe aqui parte... Eu me dei, depois daquela audiência, Senador Wellington, ao trabalho de pesquisar trechos do voto do douto Ministro Gilmar Mendes, que foi o Relator, e de alguns outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministros, como, por exemplo, o Ministro Roberto Barroso. Os Ministros são contundentes no reconhecimento de perdas aos Estados-membros. Isso está textual no voto do relator, no voto do Ministro Barroso e no de outros Ministros que secundaram o voto do relator. Portanto, o argumento da Fazenda de desconhecer isso é conspirar contra a decisão da Suprema Corte. Com todo o respeito ao Dr. Eduardo, ao Dr. Marcos, à Drª Ana Paula, com quem nós temos de forma muito parceira, muito civilizada discutido esse assunto, mas a proposta da Fazenda é não sair do lugar, e não sair do lugar não nos atende.

Eu até, na última reunião – e o Governador Simão Jatene pode me corrigir se eu estiver errado... Por exemplo, ao Estado do Pará basta voltar a tributar sobre a cadeia dos primários e semielaborados. Aí, a União não aceita, porque isso vai produzir um desalinhamento e um desajuste. Eu sou autor de uma PEC que está tramitando na Câmara, dentre as quatro PECs que ali estão tramitando – há outras aqui no Senado – que simplesmente autorizam a recuperação da capacidade tributária dos Estados-membros. Para o Estado do Pará isso resolve. Pode não resolver para a União.

É claro que é uma provocação isto que nós estamos fazendo. Este não é o nosso ponto de partida do debate; talvez seja o nosso ponto de chegada, porque nós, Deputados e Senadores, Congresso Nacional, vamos cumprir a decisão que nos foi delegada pela Suprema Corte do País. Pelo menos esse é o entendimento dos Senadores e Deputados que integram as duas comissões que estão tratando do assunto nestas Casas, por uma questão de responsabilidade. Nós não iremos fugir da nossa responsabilidade de fazer aquilo que a Suprema Corte *prima facie* nos delegou por responsabilidade constitucional. Até porque, se não o fizermos, o Tribunal de Contas, de forma subsidiária, vai fazê-lo.

E nós sabemos o quanto este debate, este tema, é caro aos Estados brasileiros, aos Municípios brasileiros todos, mas, em especial, a alguns Estados que ficaram no tronco, na senzala diante da casa-grande. Porque, como já foi dito aqui – eu não vou entrar nos números, pois esses números são absolutamente pacíficos e conhecidos entre nós –, o Deputado Julio acabou de nos ilustrar com mais uma coisa... Quer dizer, a evolução da participação da União em relação aos Estados nesse confisco saiu de 20,8% para quase 25% em relação ao PIB. E, se você vir o comportamento dos Estados – ele não revelou, mas eu conheço o estudo do Deputado Julio –, você vai ver que é um movimento depressivo inverso àquilo que aconteceu com a União.

Então, são várias janelas de revelações de evidências do quanto essa decisão da Suprema Corte está ancorada em bases técnicas, em estudos técnicos, que lamentavelmente a Fazenda resiste em reconhecer.

Eu acho que nós precisamos, talvez, Senador Wellington – eu já conversei também com o Deputado Priante, que é Relator na outra comissão –, fazer, o mais breve possível, depois de mais uma rodada que está prevista já, com o Ministro Meirelles, da Fazenda, uma reunião de trabalho das duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comissões em conjunto, Câmara e Senado, porque o problema não será entre nós; certamente não será entre nós. Ainda que possam haver diferenças de peso, de critérios, nós vamos nos entender. E acho que nós devemos já apresentar uma proposta e conversar com o Senador Eunício, com Presidente da Casa, Rodrigo Maia, no sentido de tentar apresentar uma proposta concreta, que possa ter o ajuste do Ministério da Fazenda. Nós estamos discutindo neste sentido: de ter uma posição de comunhão, de cumplicidade no encontrar desse desenho, mas nós não podemos perder o nosso *time*.

Nós já estamos praticamente outubro; nosso prazo, a rigor, é até o final do ano. Nós temos ainda mais um tempinho no ano que vem, mas é ano eleitoral, e isso tudo complica. Nós temos que resolver isso este ano, mesmo tendo o prazo, porque o acordão só foi publicado há pouco tempo, nós teríamos ainda tempo para respirar; mas eu acho que devemos apresentar, depois dessa reunião, de comum acordo com os técnicos, governadores, um desenho objetivo para botar em discussão. Nós estamos ainda nas preliminares, e dessas preliminares não há o reconhecimento do pressuposto da decisão. Então, isso é uma situação extremamente constrangedora em prejuízo desses Estados.

Eu queria agradecer a V. Exª, Senadora Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Eu pediria ao Dr. André para observar o tempo, porque a Ordem do Dia vai ser aberta agora, e nós não poderemos prosseguir com a Comissão.

Com a palavra o Dr. André Horta.

O SR. ANDRÉ HORTA – Muito boa noite, Senadora Lúcia Vânia; Senador Wellington, Relator desta Comissão Mista; Presidente Roberto Kupski; Sr. Charles Mathusalém, do TCU, Srs. Senadores; Srs. Deputados aqui presentes; Sr. Governador.

A nossa pauta já está bem atendida, Senadora, pelo que já foi falado até aqui. Quem vai ficando para o final vai esvaziando... Ainda bem.

A senhora está vendo que a defesa tão contundente... O protagonismo dos governadores não foi aqui político simplesmente, foi protagonismo técnico. A defesa deles foi técnica aqui e atende já ao Consefaz. Foi votado o requerimento aí pelo Senador Wellington Fagundes para poder auxiliar nas discussões desta Comissão – obrigado, Senador, por este convite. O Consefaz está aqui à disposição, vai trabalhar junto com a Comissão fornecendo os dados que puder e de que a Comissão necessitar para isso.

Só para lembrar o contexto, Senadora: isso vem no contexto de federalismo fiscal, isso vem no contexto de retirar receita dos Estados e dos Municípios que tiveram serviços delegados pela Constituição e não receberam recursos suficientes para poderem honrar esses serviços.

É sintomático que se tenha criado aqui, há uma semana, duas semanas, a Frente Parlamentar Mista do Federalismo Fiscal, da qual o próprio Deputado Júlio Cesar, que aqui estava, é o líder e por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio da qual queremos recompor a base de receitas dos Estados, corroída que foi ao longo desses anos.

Nós temos um projeto de participação mais abrangente nas contribuições sociais, na CSLL; vamos adaptar esse projeto para esta nova reforma que está aí, sendo discutida, para, se ela andar desta forma, já termos um projeto nesse sentido.

Então, quero dizer que este contexto que a gente está discutindo aqui, esses dados que a gente está discutindo aqui, estão num contexto maior de perdas de receita abrangentes dos Estados ao longo desses anos.

O Presidente Kupski falou de uma sugestão técnica, que, inclusive, o Deputado estava falando há pouco. Qual é a sugestão técnica? Encontro de contas. As dívidas dos Estados serem compensadas com a Lei Kandir. Eu queria só destacar, Senadora, que essa sugestão está na Carta de Diamantina, redigida a partir do encontro que os governadores tiveram em 12 de setembro, a convite do Governador de Minas Gerais, onde estavam presentes os governadores do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Mato Grosso, de Sergipe – vários governadores presentes. A sugestão técnica foi essa.

O Senador Wellington estava falando aqui: "Queremos ouvir sugestões, queremos ouvir formas de como proceder em relação a isso." Receba, Senador, essa sugestão do Fórum de Governadores, que gostariam de ver suas dívidas compensadas com esses valores que nós estamos propondo.

Vai ser um prazer trabalhar com esta Comissão, e eu tenho certeza de que nós vamos fazer isso sem precisar passar para o TCU depois.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Deputado Hugo Leal e, depois, o Senador Roberto.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Srª Presidente, Sr. Relator, eu não sei, na realidade, qual é a avaliação que nós fazemos de uma audiência desta natureza, com a presença aqui dos governadores, em que o Ministério da Fazenda vem aqui para dizer que tudo que foi falado não existe. Talvez eu esteja vivendo uma obra de ficção; talvez o equívoco aqui seja do Supremo Tribunal Federal ou do Congresso Nacional e o único agente correto aqui seja o Ministério da Fazenda.

Confesso que eu não tenho a menor ideia de qual é o desejo do Ministério da Fazenda no momento em que diz que não tem que compensar absolutamente nada. Daqui a pouco os Estados é que vão ter que pagar. A Lei Kandir vai chegar e vão falar assim: "Agora a conta para vocês é maior". Tudo bem. Há uma linha de raciocínio ali com a qual eu até concordo. Parte dos créditos que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gerados pela Lei Kandir também não foram pagos. Sim, mas isso não justifica que, desde o momento em que foi feita, ela também não possa ser avaliada e compensada. Ou seja, é o seguinte: "O passado não existe; o presente, talvez; e o que já está sendo compensado já está pago."

Governador Simão Jatene, eu confesso ao senhor que eu não sei se o esforço que V. Exª fez para sair lá do Pará e vir aqui e ouvir o que o Ministério... Eu sei que não é a primeira vez que ele fala, que o Ministério da Fazenda fala. Eu fico questionando. Estou aqui como representante do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, que é o segundo Estado com maior perda – o primeiro Estado é Minas Gerais, o segundo é o Rio de Janeiro e o terceiro é o Pará. O Pará está com a medalha de bronze e é o que mais está representado aqui; eu fico muito feliz. Do meu Estado também há representantes aqui, da carreira de gestor público, que têm nos ajudado muito, orientado, trazido informações.

Mas fica estarrecedor, fica parecendo aqui, como disse o Deputado Jordy, que a gente tem agora que chegar lá à Ministra Cármen Lúcia, ao Ministro Gilmar Mendes, que julgou a ADO 25, de 2013, e pedir desculpa ao Supremo. Falar: "O senhor está errado, Supremo; o senhor não tem que fazer nada disso. O Congresso Nacional..." E com todo o respeito que eu tenho pelo Dr. Eduardo Guardia, que veio aqui defender o seu ponto de vista: quem decide aqui qual é a forma de compensação é o Congresso Nacional. Ele que, caso não concorde, venha aqui, dispute, traga alguém, ou ele se candidate e venha aqui discutir como Senador ou como Deputado.

O Congresso não está aqui para receber ordem de ninguém, não! Nós temos autonomia suficiente para poder discutir a matéria e colocar nos termos que nós desejamos. "Ah, sim, é claro, Deputado Hugo Leal, o senhor há de convir que a situação fiscal do País também não é equilibrada." Eu estou lá na CMO, não é a primeira, vez, e sei muito bem qual é a situação fiscal do País. E os entes da Federação também não estão no mesmo País? Os Municípios não estão no mesmo País?

Essa concentração nefasta que acontece hoje com as contas públicas, com a arrecadação no Governo central é o que acontece, Senadora Lúcia Vânia. Nós estamos assistindo a isso aqui. É o que acontece com o meu Estado também. Tudo bem que nós tivemos problemas lá no meu Estado, problemas graves, mas não é só isso. Todas essas desonerações que imputam ali, que dão essa situação para o Estado do Rio de Janeiro também têm foco na questão da Lei Kandir. É que não adianta dizer que os estudos que foram feitos... Estudos foram feitos – a Febrafite traz um estudo aqui – e esses não são reconhecidos. E quais são reconhecidos? Ele falou assim: "Vou deixar de fazer a minha apresentação." Por que é que não fez, até para poder ser contestado? Porque não pode ser contestado? É um oráculo, que ninguém pode saber o que é?

Com todas as vênias que tenho aqui, e a paciência que tenho, eu acho que nós estamos chegando ao limite, e essa discussão, Deputado Jordy...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... eu quero reforçar mais uma vez: V. Exª tem feito, outros Deputados têm feito, o Deputado Júlio Cesar. Fica parecendo que estamos pregando no deserto, que estamos fazendo um favor.

Olha, sinceramente, a senhora desculpe, Senadora Lúcia Vânia, demais colegas, não há como deixar de outra forma a não ser desabafar, porque não é possível!

Todo mundo está errado aqui, todo mundo está errado, todo mundo está pedindo algo que não existe. Estou errado, Deputado Jordy? O senhor está errado também. É melhor o senhor pedir desculpa. Vá lá fora, pegue um caminhão de som e peça desculpa. O senhor está falando de Lei Kandir, só o senhor está olhando essa compensação.

Eu acho que nós temos aqui a responsabilidade – fomos eleitos para isso – de poder fazer essa discussão da questão do federalismo, que foi colocada aqui pelo representante do Confaz. É óbvio que o nosso papel é esse, mas nós não podemos... E olha só... Aí acaba... Eu faço um mea-culpa aqui. Nós, como Congresso Nacional... Essa decisão é do ano passado, de 30 de novembro de 2016. Infelizmente, já estamos chegando próximos a um ano e não conseguimos decidir. Nós somos pautados pelo Tribunal Superior Eleitoral, somos pautados pelo Supremo Tribunal Federal, somos pautados, às vezes, pelo Tribunal Superior do Trabalho. Olha, com todas as vênias, nós temos que fazer o enfrentamento, entender com responsabilidade fiscal, com visão de futuro, de nação e decidir essa matéria.

O Senado Federal tem uma proposta de emenda, que está na Comissão de Constituição e Justiça, a PEC 22, de que a Senadora Simone Tebet é a Relatora. Então, ou seja, material... Eu entendo aqui que, por mais que tenhamos que fazer oitivas e oitivas – já chegamos todos a um nível máximo –, temos que decidir, Senador Wellington Fagundes. V. Exª sabe muito bem, com toda a responsabilidade que nos cabe... Como o senhor já foi da Comissão Mista de Orçamento, fomos juntos, sabemos da nossa responsabilidade. Nós não podemos abrir mão do que é o mister que a Constituição nos coloca, que é votar legislação e trazer o equilíbrio desse federalismo.

Peço, mais uma vez, vênias a todos os colegas e convidados, mas eu não posso fazer apenas uma manifestação que não seja uma indignação dessa forma. Ouviu e teve que sair, tudo bem. Talvez seja até melhor, depois os assessores do Ministério passam para ele, porque não é possível que eu tenha que ouvir isso e achar que é normal. Não é normal. Aqui é o Congresso Nacional, que não pode abrir mão das suas atribuições, dos princípios constitucionais que juramos cumprir. Então, não vamos abrir mão.

Acho que todos que estão aqui têm consciência. Ninguém quer nada contra. Não é a União contra os Estados, não é isso, mas é justiça fiscal. É isto que nós pedimos: federalismo, equilíbrio. O meu Estado tem sido permanentemente prejudicado com relação ao ICMS do petróleo, como o Pará é penalizado com minério, como o Paraná é penalizado com a fonte de energia, com a hidrelétrica, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tudo bem. Nós até estamos sendo condescendentes para buscar uma alternativa, mas não venham aqui citar regra, não venham aqui se manifestar e falar que a regra tem que ser assim porque é dessa forma e acabou. Não vou aceitar isso, não vou admitir. Nós não podemos admitir uma circunstância dessa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (PP - BA) – Srª Presidente, nobre Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria, a minha contribuição é muito rápida.

Primeiro, quero fazer alguns enfrentamentos.

Na questão do STF, ficou claro que o STF reconhece a dívida e, por isso, colocou o TCU para fazer o acompanhamento dessa questão, porque entende, talvez, que, mesmo sem as obrigações legais, o senhor possa contribuir, o TCU, como mediador nessa situação. E acho que esse deve ser o papel que o TCU terá caso isso aqui não chegue a esse final.

Então, o STF está simplesmente usando uma figura importante, um *testius*, para trazer uma luz a essa discussão, porque ele reconhece que esse débito existe, essa perda existe. Tanto existe que o Governo Federal não estaria propício a pagar 1,9 bilhões através de um fundo depois da Lei Kandir, que se tornou insuficiente diante da gravidade dos problemas do Estado, da escala e do tamanho das perdas. Então, o fundo representa a certeza de que o Governo Federal, o Tesouro Nacional, reconhece que há essa perda, ele nasce do reconhecimento dessa perda.

Assim, fica fácil a gente fazer alguns encaminhamentos. E quero aqui louvar a palavra do Governador Simão Jatene, que foi muito clara no sentido não só de olhar para o passado, mas de vislumbrar o futuro.

Mas existem algumas questões que precisamos aqui olhar.

O Governo Federal, ao olhar haveres e deveres, reconhece que também os Estados devem a ele. Há um débito dos Estados com o Governo Federal. Então, queria aqui não fazer cisão, mas fazer algum reconhecimento: criando dois blocos que são completamente diferentes. Existem quatro Estados da União que são responsáveis por 87% da dívida federal. Então, esses quatro Estados têm que ter um tratamento especial. E existem 23 Estados no Brasil que têm apenas 12,9% da dívida com o Tesouro.

Essa discussão, Relator, se a gente não tiver um pensamento completamente diferente, talvez a gente não chegue a um lugar tão relevante para os Estados, principalmente para os Estados que não são devedores do Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí quero levantar outra questão. Se a gente olhar essas perdas e a gente tiver esses 40 bilhões como o número que a gente está perdendo a cada ano, Senadora, verá que 57% são referentes a esses 23 Estados e 43%, a esses quatro Estados.

Quando vamos ver o pagamento dos encargos da dívida, vemos que quem deve 13% paga 34% dos encargos da dívida; quem deve 87% paga apenas 76%. Então, como o Confaz coloca: há uma possibilidade de estarmos discutindo através de blocos diferentes para poder encontrar, pelo menos, rapidamente uma solução para esses 23 Estados. É muito fácil: a União recebe de encargos e amortizações 3,6 bilhões por ano desses 23 Estados. Então, você começaria a ter alguma coisa palatável se os Estados não pagassem essas quotas por um determinado tempo.

Se nós conseguirmos fazer essa separação, nobre Senador Wellington, será mais fácil fazer essa compensação, que é um momento muito sonhado pelos Estados brasileiros, que é esse encontro de contas.

Então, Senadora, para finalizar, é importante que a gente tenha esse olhar que o Deputado colocou, da obrigação que este Senado tem, que está tendo...

Eu não sou aqui da Comissão, mas fiz questão de acompanhar, porque entendo que esse é o grande debate que está Casa tem para o final do ano. É por aqui que pode sair a vitalidade, que pode sair a saúde financeira dos Estados para os próximos anos.

Então essa separação desses quatro Estados e desses outros 23... Não que não estejamos unidos na busca de uma solução para o País, mas são realidades completamente diferentes e que nós não podemos desconhecer. Não é possível que nós paguemos 34% de uma dívida sendo que a gente só deve 12,9%.

Então esses números aqui podem ser colocados, e acho que o Governo Federal terá que ter sensibilidade para encontrar esse caminho, para que não perdure essa judicialização.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Passo a palavra agora ao Deputado Pompeo de Mattos, mas eu pediria rapidez...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Eu vou observar meus cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – ... porque nós já estamos na Ordem do Dia e ainda temos quatro expositores.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Perfeito.

Eu quero ser breve aqui, Srª Presidente Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras da nossa Comissão Mista, especialmente os Governadores, o Simão Jatene, que está aqui conosco, José Ivo Sartori, do meu Estado do Rio Grande do Sul, que esteve conosco, enfim aqueles debatedores técnicos.

Quero dizer, primeiro, que é importante nós estarmos nesta Comissão, Srª Presidente, por ordem do Supremo Tribunal Federal. Pode parecer um exagero, mas foi uma decisão do Supremo que determinou a abertura dessas comissões para que nós pudéssemos apreciar e regulamentar a nossa famosa e um pouco famigerada Lei Kandir.

É verdade que a Lei Kandir na sua essência é boa, mas se ela tivesse começo, meio e fim. Ela tem o começo, tem o meio, mas não cumpre a sua finalidade objetiva, que é devolver aos Estados a compensação necessária por conta das exportações que fizeram em decorrência dos impostos dos quais abriram mão.

A União é rápida, muito rápida e intransigente para cobrar a dívida que os Estados têm para com ela, mas é lerda, é lenta, e eu diria que é até relapsa quando se trata de pagar o que ela deve para os Estados. E, nesse contexto, a gente vive um drama.

No meu Estado, por exemplo, o Governo está propondo a venda de patrimônio, de ativos do Estado, para pagar dívida com a União, propondo a venda da CEEE, está vislumbrando a venda da Corsan, vislumbrando a venda do Banrisul, vislumbrando a venda da Sulgás, do patrimônio público, para pagar a União Federal, que deveria ser a nossa mãe, mas que é a nossa madrasta. Aliás, bandida, bandida com o nosso Estado. Nós entregarmos o que é nosso, vendermos os bens de dentro da nossa casa, para pagar essa madrasta, sendo que ela deve para nós? Deve e não nega que deve. Sabe que está devendo, mas faz ouvidos moucos e, relapsa, não paga. E vem a Fazenda aqui... Por isso é que eu queria que o Ministro estivesse aqui ainda, mas eu já pude dizer um pouco para ele ali... Vem a Fazenda se fazendo de leitão para mamar deitado. Mas o que é isso? Nós temos que ter responsabilidade.

Eu apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 423, de 2017, mostrando, sim, que a União não só pode como deve compensar as perdas. Nós estamos aqui brigando para ver qual é o Estado mais prejudicado, quem tem a medalha de ouro, quem tem a medalha de prata, quem tem a medalha de bronze. O meu Estado, nas minhas contas, é o terceiro que mais perde. Talvez haja uns três ou quatro empatados em terceiro. A verdade é que somos todos perdedores. Há uma meia dúzia de Estados que são os grandes perdedores.

O Governo cria dificuldades para regulamentar a Lei Kandir. Sabe para quê? Para ter a facilidade de não precisar pagar. É importante que o Tribunal de Contas, que aqui está presente, saiba, ouça e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreenda isso de maneira muito objetiva. Nos meus cálculos, São Paulo é o maior perdedor, Minas Gerais... Aí vem o Rio Grande do Sul e aí vêm os nossos outros Estados.

A esperteza da União não pode servir para criar dificuldades e depois vender facilidades. Nós precisamos de dinheiro novo, nós precisamos de recursos para que o Rio Grande não venda o seu patrimônio para pagar o que não deve para a União. Nós precisamos fazer o encontro de contas, o quanto nós devemos e o quanto nós temos em haver, olho no olho.

Esta Casa tem a responsabilidade de decidir. Não é a Fazenda; é o Senado, é a Câmara, é o Congresso Nacional. Se o Congresso Nacional não fizer por ordem que o Supremo deu, é só povo na rua... Os Farroupilhas empunharam as suas bandeiras exatamente porque a União estava nos logrando no retorno de impostos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Vou concluir, Excelência.

Então, nós precisamos ter isso muito claro. Nós não estamos aqui pedindo favor. Nós não estamos lambendo botas nem nos ajoelhando aos pés de ninguém. A César o que é de César; a Deus o que é de Deus. À União, o que lhe pertence, assim como aos Estados e aos entes federados a parte que lhes cabe. Nós queremos a nossa parte. Queremos dentro da regra, dentro da lei, mas com a brevidade e com a urgência que se fazem necessárias, porque se trata de tirar o pai da forca. O Rio Grande precisa desse recurso!

Nós não vamos e não podemos vender o nosso patrimônio, construído com o suor e o sangue do povo gaúcho, para pagar a União, sabendo que a União deve para nós e não está pagando. Encontro de contas já!

E vamos aprovar essa lei para que nós possamos, com base na lei, compensar devidamente os Estados, Sr. Relator.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Sr. Telmo Lemos Filho, Presidente da Anape.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senadora, é só para justificar.

Está havendo votação nominal. Estamos votando lá o Refis e eu tenho que me retirar. Perdoe-me.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMO LEMOS FILHO – Eu lhe agradeço, Senadora Lúcia Vânia.

Sr. Senador Wellington Fagundes, Relator; Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, falo em nome dos Procuradores de Estado, que estão levando esse tema aos Tribunais Superiores. Tivemos a felicidade de a ação movida pelo Governador do Estado do Pará acabar produzindo este momento aqui.

Serei brevíssimo, até porque deixarei a minha apresentação depois com a senhora.

Eu queria mostrar dois gráficos e deles tirar algumas conclusões.

O primeiro gráfico é de dados tirados do Confaz: o percentual de ressarcimento que era feito pela União, desde que a Lei Kandir começou a atuar. Ou seja, nós viemos numa desabalada corrida rumo ao zero de ressarcimento. Nós começamos, no primeiro ano, com 92% de ressarcimento e, depois, caímos para algo em torno de 37, 40, 51, 62, 43. Aí continuamos vindo e estamos aqui na faixa de 10%. Esse é um dado da vida.

Há outro gráfico, que está na seguinte lâmina. Eu gostaria que se passasse, então, para a próxima lâmina por favor.

Esse é o tamanho da distância entre o que se transferiu e o que se perdeu. Lá, no início, em um dado momento, em 2001, houve uma aproximação, mas, depois, há um vazio, praticamente. Ou seja, nós praticamente não estamos recebendo ressarcimento. Na verdade, nós estamos perto de não sermos ressarcidos.

Por isso, esse discurso da limitação pela Lei de Responsabilidade Fiscal etc. é um discurso vazio. Por quê? Porque os limites são os que a Constituição nos dá no art. 91. Nós não podemos ser pautados pela questão fática do dinheiro que vem sendo feita. Ao contrário, nós viemos, desde 2003, no mínimo, quando nós já teríamos que ter regulamentado esse dispositivo... Desde 2003, nós teríamos que ter regulamentado esse dispositivo para fazer com que esse ressarcimento efetivamente fosse um ressarcimento. Hoje, a rigor, nós não temos ressarcimento. Nós temos – vamos dizer assim – uma disposição da União em transferir esse título, alguns recursos aos Estados exportadores.

Aliás, eu ouvi a fala de que tem que haver outra fonte de custeio para poder aumentar dos 3,9 milhões. Lá, em 1996, será que perguntaram para os Estados se eles tinham fonte de custeio para perder essa receita que perderam, nessa isenção heterônoma, uma isenção feita pela União de um tributo que não é dela?

Então, eu acho que equívocos técnicos... Pode haver um equívoco técnico às avessas também. Pode ser que os cálculos feitos por nós não estejam efetivamente corretos, mas pode ser também... Eu acho que nós temos que dialogar com a possibilidade de os cálculos feitos pela União também não estarem corretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sendo brevíssimo, porque me comprometi a sê-lo, eu trago a fala dos Procuradores de Estado de todo o Brasil, que têm esse assunto como central. A ação movida pelo Governador do Estado do Pará contou com adesão de 17 Estados da Federação, que estiveram juntos com o Estado do Pará nessa discussão. É uma discussão que fere o Pacto Federativo, e nós temos, sim, que certamente buscar consensos, mas o consenso não pode ser que os Estados e o Distrito Federal fiquem submetidos à disponibilidade que União tiver em relação a esse tema. Já ficamos submetidos por muito tempo – nós estamos há 14 anos submetidos. Desde 2003, a União transfere aquilo que ela entende que deve transferir. É o momento de esta Casa, que é quem tem a autorização constitucional para fazer isso, com todo o respeito à decisão do Supremo, que elegeu o TCU na hipótese de esta Casa não legislar... Tenho certeza de que esta Casa – onde está a sociedade brasileira e onde estão os Estados, em cada uma delas – é que vai legislar, sim, e vai corrigir esse absurdo, essa violação do Pacto Federativo brasileiro, que consiste nessa desoneração sem um ressarcimento justo, que não foi feito até hoje para os Estados.

Era isso, e eu lhe agradeço muito a atenção.

É bom ficar para o fim porque, normalmente, tudo já foi dito, mas eu queria, pelo menos, fazer essas referências, agradecendo, mais uma vez, o convite que nos foi formulado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Eu perguntaria se o Sr. Regis Mattos Teixeira se encontra.

Com a palavra o Sr. Regis Mattos Teixeira, Presidente do Conseplan. (*Pausa.*)

Não está?

Representante do Governo do Maranhão. (*Pausa.*)

Não?

Representante do Governo de Sergipe. (*Pausa.*)

Também não.

Bom, eu passo a palavra agora ao Relator da matéria, Senador Wellington Fagundes.

Pediria ao Senador que assumisse a Presidência porque nós estamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PR - MT) – Como a Senadora já colocou, nós estamos em processo de votação, mas aqui nós temos o Representante da Confederação Nacional dos Municípios e Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, do meu Estado, Neurilan Fraga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de passar a palavra a ele para que, representando todos os prefeitos, que são outra parte importante, são 25% dos que aqui estamos discutindo... Mas, mais ainda, todos os programas criados pelo Governo são imputados aos Municípios, estão atendendo ao cidadão. O Município é que está na ponta, é onde vive o cidadão, por isso entendo ser extremamente importante aqui também a palavra do Prefeito Neurilan, representando também a confederação. Inclusive está na pauta, como prioridade, esta discussão da regulamentação da Lei Kandir e do FEX, que aqui estamos discutindo.

O SR. NEURILAN FRAGA – Boa tarde – quase boa noite!

Quero agradecer a oportunidade e saudar todos os debatedores, todos os palestrantes e os governadores que aqui estiveram, assim como Deputados e Senadores, na pessoa do Senador Wellington Fagundes, Relator desta Comissão e do meu Estado do Mato Grosso.

Eu queria colocar que o cidadão mora nos Municípios, é lá que ele mora, é lá que ele vive. Então, é de lá que demandam todas as necessidades, todos os serviços públicos e os investimentos. E não poderia deixar de usar este momento para poder representar todos os Municípios do Brasil, de forma especial os Municípios de Mato Grosso.

Eu vi aqui, durante toda esta tarde, dos que me antecederam, que poucos se referiram aos Municípios, referiram-se sempre aos Estados. No Estado não mora ninguém, na União não mora ninguém, moram nos Municípios. A crise é muito maior lá no Município, porque a pessoa, quando demanda os serviços públicos, seja na área da saúde, da infraestrutura ou da educação, não quer saber se aquilo é uma responsabilidade do Governo do Estado ou do Governo Federal.

Eu quero pontuar algumas coisas que foram ditas. Eu vi que alguém – não sei se foi Deputado ou Senador – até falou em liquidar, em extinguir a Lei Kandir. Nós defendemos a permanência da Lei Kandir. Talvez, para os Estados que estão próximos dos portos de exportação, que já têm toda uma infraestrutura de logística, que têm já o processo de industrialização dos seus produtos, um grande mercado consumidor local, a Lei Kandir possa não ter tanto efeito, tantos resultados positivos, mas para os Estados mais distantes, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, as dificuldades são grandes, até porque, mesmo o Governo Federal sendo beneficiado com as exportações, tem equilíbrio da balança comercial, tem um aumento no volume de receita através do Imposto de Renda, através do IPI, mesmo com isso, o Governo Federal tem pouco investido, principalmente na infraestrutura de transporte, na logística e nas áreas sociais desses Estados, que são os que mais contribuem para o equilíbrio da balança comercial. Então, por isso, nós defendemos que a Lei Kandir continue, evidentemente com a alteração no artigo que trata da compensação, que é o objetivo desta Comissão Mista constituída aqui no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também quero colocar que é muito importante considerar, nesta discussão, algumas atribuições que são do Governo Federal e que terminam sendo colocadas nos ombros das prefeituras, dos prefeitos, através do subfinanciamento dos programas, principalmente da área social.

Lá no Mato Grosso nós estamos recebendo apenas R$2,05 por quilômetro rodado para transportar uma criança. Para a merenda escolar da criança, do aluno, R$0,36. Para um PSF ou uma unidade de saúde familiar, nós recebemos em torno de R$12 mil para manter essa unidade funcionando. Há uma gama de transferências de obrigações do Governo Federal para os Estados e para os Municípios, mas na discussão de uma compensação, que é justa e necessária, vemos, com surpresa, que o Ministro interino vem aqui falar que não há legalidade para fazer essa compensação e que os números apresentados não condizem, são duvidosos.

Eu, desde 2015, como Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, junto com a Confederação Nacional dos Municípios, trabalhamos muito com essas informações, com esses números das perdas dos Estados exportadores da produção primária. Procuramos e pesquisamos em vários institutos, vários Estados, Secretarias de Fazenda Estaduais. E esse número, Senador Wellington Fagundes, é bem diferente do número que o Ministro interino propôs – que se deveria juntar o FEX com a Lei Kandir e, aí, seria a compensação que faria para os Estados. Esse número é muito diferente de R$4 milhões.

No caso específico do Mato Grosso, chegam a 40 bilhões as perdas nestes últimos anos. Só no ano passado, Mato Grosso deixou de arrecadar 5,5 bilhões. Foram exportados mais de US$13 bilhões. Em Mato Grosso, a base de produção, a economia está centrada no agronegócio. E 70%, quase 70% do que é produzido pelo agronegócio no Mato Grosso é exportado e é desonerado por conta da Lei Kandir. E isso tem provocado um desequilíbrio muito grande na economia e nas finanças públicas, com consequências desastrosas para os Municípios do Estado, porque não têm a mínima condição financeira de levar um serviço de qualidade para a população e muito menos de fazer investimentos.

Nós já temos Municípios no Mato Grosso com dificuldade para pagar os salários por conta desse desequilíbrio provocado pela desoneração, pois os Estados todos são tratados com a mesma igualdade.

Eu vi aqui o Governador do Pará.

Parabéns, Governador, pela presença do senhor até o final desta audiência. O senhor foi um grande craque quando disse que os Estados, dependendo da produção que é exportada, têm de ser tratados de forma diferente. Nós não podemos dar ao Estado do Pará o mesmo tratamento que é dado ao Mato Grosso ou aos Estados de Minas e São Paulo. Nós temos de levar em consideração o que é produzido, a logística da distribuição, o custo de produção e as deficiências que os Estados têm na área dos serviços públicos para poder definir os padrões de compensação e a desoneração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero me alongar, Senador. E eu tenho certeza absoluta, pelo que eu ouvi aqui dos Senadores e Deputados que falaram, de que esta Comissão Mista e este Congresso Nacional não vão se omitir novamente, não vão se omitir novamente. Eu tenho certeza absoluta de que o Congresso Nacional vai definir um projeto de lei, aprovar essa lei, independentemente de o Ministério da Fazenda concordar ou não concordar. Evidentemente, é de bom alvitre buscar o consenso, uma proposta conciliadora. No entanto, não podem esta Comissão e o Congresso Nacional aceitar que venha o Ministro da Fazenda aqui falar que não há base legal para fazer essa compensação, que o País está quebrado e que, por isso, não se pode fazer esse tipo de compensação. Quem quebrou o País não foi a população brasileira, não foi o cidadão que mora no Município. Não fomos nós os responsáveis por quebrar o País com políticas equivocadas do Governo Federal.

E outra: o Governo Federal deu um drible nos Estados e nos Municípios quando começou a criar as contribuições e as taxas que não dividem com os Estados e Municípios. Hoje a arrecadação das taxas e das contribuições etc. é muito maior do que a arrecadação dos tributos cuja arrecadação é dividida com Estados e Municípios.

Então, não há motivo nenhum para que o Governo Federal não aceite uma proposta definida pelo Congresso Nacional fazendo uma compensação mais justa. E, para não me alongar, eu vou colocar aqui uma proposta que nós apresentamos já internamente para a equipe de assessores do Senador Wellington Fagundes. A proposta que nós fizemos é que queremos 100% daquilo que nós deixamos de arrecadar. Se o Governo Federal quer fazer cortesia, faça com chapéu dele, não faça com o chapéu dos Estados e dos Municípios.

E essa compensação pode ser parcelada de forma gradual – nós entendemos também a crise nacional. Então, a nossa proposta é que se comece já no primeiro ano com 20%; no segundo ano, com 40%; no terceiro ano, 60%; quarto ano, 80%; e o quinto ano com 100% do que foi desonerado. Essa proposta nós deixamos escrita já na propositura de um projeto de lei. E acreditamos que o Senado Federal, através desta Comissão Mista, vai fazer justiça, porque esse Pacto Federativo que hoje vigora no País é injusto, ele penaliza os Estados e os Municípios.

O cidadão não mora na União; o cidadão mora dos Municípios. Por que o Governo Federal fica com mais de 60% do que é arrecadado no Brasil e os Municípios ficam com menos de 14% e os Estados ficam com menos de 27%? Isso é uma injustiça. O Congresso Nacional tem o compromisso de fazer justiça, de inverter a lógica desse Pacto Federativo, porque é no Município que acontece tudo, é onde mora a população. Os gestores estão ali convivendo com a população, e as demandas são muito grandes.

Eu quero, mais uma vez, agradecer pela participação e dizer que nós estaremos em todos os eventos onde será tratada a questão da Lei Kandir, porque entendemos que a única forma de salvar os Municípios brasileiros é através de uma compensação financeira mais justa e coerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PR - MT) – Eu quero agradecer a todos.

A assessoria nos comunica que a sessão foi suspensa e, agora, nós estamos ao vivo novamente na TV Senado. Se pudéssemos, que voltássemos ao debate. De minha parte, haveria toda a disposição, mas, claro, ainda temos outros compromissos também.

Temos agora uma audiência no Ministério dos Transportes, Governador Jatene, para tratar da questão da 163.

A 163 é uma estrada troncal do Brasil extremamente importante para todo o Brasil. Nós temos a concessão que foi feita tanto no Mato Grosso do Sul como no Mato Grosso, da divisa até a cidade de Sinop. E a continuidade dessa 163 no Mato Grosso, lá no Pará... Agora o Exército assumiu aquele ponto que foi o grande atoleiro no ano passado. E esses dias eu conversava, numa reunião no Ministério do Planejamento, com o Ministro dos Transportes. Dizia que os nossos problemas da Amazônia são comuns, assim como a solução, principalmente no caso de Mato Grosso e do Pará.

Nós temos a BR-158, que, na verdade, está numa região que é uma nova fronteira agrícola. De tudo o que se produz no Mato Grosso, só na região do Araguaia é possível produzir, só naquela região. E, de tudo o que se produz no Brasil, só Mato Grosso é capaz de produzir tudo o que hoje se produz o Brasil. Mas nós precisamos de infraestrutura, e aí é onde entram esses Estados da Região Amazônica. E nós tivemos agora aquela luta pela construção da ferrovia Ferrogrão – houve a questão da reserva Jamanxim e toda essa discussão. E, de repente, a gente vê pessoas, brasileiros e estrangeiros, que vêm aqui discutir a questão da preservação, que é extremamente importante, a preservação da Amazônia.

Agora, nós temos também de promover um desenvolvimento sócio-econômico-ambiental. As pessoas que estão lá estão garantindo, inclusive, que a discussão da questão da internacionalização da Amazônia seja banida. Eu acredito que isso hoje não seja mais tese aceita em nenhum lugar do mundo. Mas por quê? Porque lá estavam os amazônidas cumprindo o seu papel. Às vezes a gente não consegue aqui sentir o que representa exatamente o papel de quem está lá naquela região, tão longe, tão distante, com tantas necessidades, para ajudar o Brasil a preservar a Amazônia. Agora, você não preserva se não houver investimento. Uma região abandonada, às vezes, é mais depredada ainda. Então, quando se quer promover essa sustentação, o Brasil todo tem que compreender o papel de cada região e as diferenças regionais tão grandes que existem, como foi colocado aqui, inclusive do endividamento – e há também outras situações que não vou citar aqui para não me alongar muito.

No entanto, até por dever como Relator, eu quero fazer aqui um pequeno pronunciamento, até para que fique também registrado nos anais desta Comissão Mista. Quero registrar que a Comissão na Câmara começou realmente antes. E por que é que formamos a Comissão Mista? Exatamente pela tramitação. Ela teria que tramitar por várias comissões da Câmara, vir para o Senado e tramitar também, e depois ser aprovada nas duas Casas. Já na Comissão Mista, é terminativa em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão, e depois será votada nas duas Casas. Por isso é importante, inclusive, que o Relator da Comissão Mista, que é o Deputado Priante... Ele é o Presidente da Comissão da Câmara, e aqui eu estou como Relator.

E não vamos fazer retrabalho não. Estamos procurando fazer um trabalho conjunto. E, nessa linha, depois de muitas audiências que já tivemos, depois de muitas discussões, nós também compreendemos que temos que fazer um relatório que seja, primeiro, possível de ser aprovado e, depois, possível de ser cumprido. Por isso é que nós, além de correrrmos contra o tempo, precisamos muito da Confederação Nacional dos Municípios, para que, com a capilaridade que tem, convença todos os Parlamentares, inclusive de Estados que não vivem a mesma necessidade nossa no caso da Lei Kandir, da compensação, para que entendam esse papel do que é realmente exportar matéria-prima, produtos semielaborados, o que isso representa hoje para o Brasil.

Por isso eu quero, inclusive, aqui agradecer também a todos aqueles que estão nos assessorando. E o faço na pessoa da Neiva Lúcia da Costa Nunes, Secretária Adjunta da Secretaria de Fazenda. Aliás, assessora não. Ela está presente e abriu mão da fala. Neiva Lúcia da Costa Nunes é Secretária Adjunta da Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá e está representando aqui o Governo do Amapá.

Quero agradecer a Eduardo de Sá, a Renilson Prado, a Fernando Lima, a Diogo Peixoto e a Leandro Bueno, da Secretaria desta Comissão. Agradeço também a Andressa Pinelli e a Evelin Alves, da Taquigrafia; a Marisa Duarte, nossa assessora; a Arnaldo Alves, que foi, inclusive, Secretário de Planejamento e de Infraestrutura do nosso Estado; a Jurandir dos Santos, que também é do Bloco Moderador, do qual tenha a honra de ser o Líder; a Alexandre Guimarães, a Alexandre Rosa e a Sócrates Teixeira, que é da Consultoria Legislativa.

Quero dizer que esta audiência pública se reveste da mais alta relevância para Estados e Municípios brasileiros, que têm dado expressiva contribuição para a manutenção de um dos grandes pilares que sustentam a economia nacional: a balança comercial. Essa contribuição é tão importante que, caso as exportações fossem excluídas do cômputo do Produto Interno Bruto, por exemplo, o nosso crescimento econômico no primeiro trimestre deste ano ficaria próximo de zero. Ou seja, as exportações foram, e têm sido ao longo do tempo, demasiadamente fundamentais para o nosso País, principalmente essas exportações que estamos aqui discutindo, das *commodities* minerais, agrícolas e dos produtos semielaborados.

São Estados e Municípios como o meu Estado, o Mato Grosso, que têm ajudado de maneira substancial para se alcançar esse objetivo, contribuição essa, senhoras e senhores, que necessita objetivamente ser melhor reparada e, acima de tudo, ser justa para quem tanto produz e exporta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso – algo semelhante pode ser dito sobre o Estado do Pará e todos os Estados nessa condição –, para lembrar, entregou no ano passado, só o Estado do Mato Grosso, um saldo de aproximadamente US$6 bilhões, ou seja, um saldo positivo de US$6 bilhões, no qual se destacam os negócios firmados com a China, que é o nosso maior comprador de grãos, com US$3,1 bilhões.

Aqui estamos, portanto, para tratar da construção de uma lei complementar que visa definir as compensações previstas na Lei Kandir pela desoneração do ICMS sobre a produção primária e de semielaborados destinados à exportação e que tem gerado esse fabuloso resultado ao Brasil. Estamos trabalhando para cumprir a determinação expressa no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzida pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, para editar essa Lei Complementar com os critérios, os prazos e as condições em que se darão os repasses compensatórios, medida essa corroborada pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

Como Relator desta Comissão Especial Mista, juntamente com os demais colegas Deputados e Senadores, afianço a todos os convidados, e ainda aos que nos acompanham neste momento pelos meios de comunicação do Senado e também pelas redes sociais, que iremos trabalhar pela elaboração de uma proposta que seja absolutamente exequível.

Reconhecemos, em verdade, as dificuldades fiscais e econômicas que impedem que avancemos diretamente sobre uma compensação adequada, da forma como desejada pelos governadores, prefeitos, enfim, por todos nós, Parlamentares, operadores de linha de frente das mais urgentes reivindicações do cidadão. Porém, senhoras e senhores, tais dificuldades não podem ser o imperativo das nossas atitudes perante a necessidade que se impõe sobre a realidade de Estados e Municípios, realidade dura diga-se de passagem.

No meu Estado, o Mato Grosso, os recursos da compensação estão ajudando o Estado e os Municípios, inclusive, a quitarem salários e, claro, fazerem os mínimos investimentos e cumprirem principalmente os programas criados pelo Governo Federal.

Está claro, no entanto, que a compensação feita através do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações, o FEX, como mostram os números, está muito aquém daquilo que pode ser considerado minimamente justo. De forma que as perspectivas que devemos seguir devem ser pautadas, sim, pelo otimismo, jamais pela retórica, mas pela certeza de que, com maturidade, saberemos quebrar a resistência desse momento difícil do nosso País.

É importante dizer que o advento da Lei Kandir proporcionou importantes conquistas econômicas ao Brasil, como mostram os resultados excepcionais da nossa balança comercial.

A Lei Kandir, criada em 1996, fez uma verdadeira revolução no desenvolvimento e ainda continua sendo a mola propulsora do agronegócio e também da exploração mineral, contribuindo com a geração de riquezas e ocupação de mão de obra. Mas esse custo precisa ser muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhado. Não pode, de forma alguma, ficar apenas na conta do cidadão. O financiamento do Estado não pode jamais se restringir a altas cargas tributárias impostas ao consumo. No meu Estado, por exemplo, no caso da energia elétrica, chega-se a índice de 42%do ICMS.

Antes de finalizar, me auxilio nas palavras do Ministro Celso de Mello, que reconhece a existência de uma profunda deturpação no sistema de repartição das receitas, fato que compromete a saúde das relações federativas enfraquecendo os Estados e o Distrito Federal. Assim manifestou o Ministro do Supremo Tribunal Federal: que as competências constitucionais desses entes federados estariam, como de fato estão, esvaziadas pela falta de condições materiais necessárias para que sejam exercidas.

Portanto, a minha palavra é esta: vamos buscar a elaboração de uma lei de compensação que traga horizontes mais promissores. Não há lados opostos nesse trabalho, nem governantes, nem legisladores. Devemos estar, sim, conscientes de que logo ali, nos Municípios brasileiros, existe uma demanda da sociedade clamando por uma solução; solução, senhoras e senhores, que passa também por este debate.

Eu sempre tenho dito que o cidadão que está lá numa fila de espera de um posto de saúde ou de um hospital tem pressa e quer ver a solução; quem está numa estrada esburacada ou numa ponte que caiu por falta de condições, às vezes, do prefeito de mantê-la tem pressa, porque a sua produção, fruto do seu suor e do trabalho da sua família, pode ser totalmente perdida.

Sabemos da complexidade para se chegar a um resultado satisfatório, mas certamente nos guiaremos pela perseverança para se cumprir esse objetivo.

Antes de encerrar, até em homenagem a V. Exª, Governador Simão Jatene, eu gostaria de lhe passar a palavra – a V. Exª, que ficou do começo ao fim – para que expressasse esse sentimento do que é fazer uma governança, estar lá na ponta para atender tantas demandas, principalmente em função do Estado que V. Exª governa, um Estado tão grande, tão gigantesco. Às vezes, muitas pessoas que estão nos grandes centros não compreendem o que é ser governante numa região como a nossa.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria apenas, Senador, mais uma vez agradecer o convite para participar deste encontro.

Eu queria registrar dois pontos.

O primeiro é concordar com o senhor quando se refere à Amazônia. Eu sou daqueles que dizem que a Amazônia, na verdade, tem um duplo papel: ela tem que ser – e tem um papel natural nesse sentido – prestadora de serviços ambientais em escala planetária. Mas esse papel só será cumprido e exercido de forma correta se ela também for base material de vida digna para as pessoas que ali nasceram ou para lá se deslocaram. Isso significa dizer, em outras palavras, que, como amazônida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que a Amazônia só tem uma forma legítima de contribuir para o desenvolvimento brasileiro: é através do seu próprio desenvolvimento.

Especificamente quanto à Lei Kandir, quero falar da preocupação efetiva de que...

A questão do equilíbrio das contas externas é tão importante, é tão estratégica, que a União tem um imposto sobre exportação. A maioria das pessoas não se dá conta disso. Não é um imposto com característica eminentemente fiscal, mas tem um imposto sobre exportação que é um imposto muito mais de caráter regulatório. Ora, se isso é fato, não dá para tratar a questão da desoneração das exportações como simplesmente uma questão fiscal. Tem que se pensar isso da mesma forma como um imposto de importação, como um elemento estratégico para o desenvolvimento do País, como um elemento estratégico para o desenvolvimento dos Estados e dos Municípios.

A discussão, se não tiver esse fundamento, perde a sua essência. Ela perde aquilo que ela tem por princípio. É por isso que entendo que o debate do quanto será, em termos de compensação, tem que levar em conta não apenas os números *stricto sensu*, mas tem que levar em conta, sobretudo, o caráter estratégico que as exportações têm para o desenvolvimento brasileiro.

Não se importa sem exportar. Então, não dá para não fazer uma conexão entre essas duas variáveis importantes. Não dá para Estados como o seu Estado, como o Estado do Pará, simplesmente, por contribuírem de forma decisiva para o equilíbrio das contas externas do País, serem penalizados por isso.

Então, fica, mais do que a minha esperança, a minha certeza de que o Congresso Nacional, em especial o Senado, como instituição representante da própria Federação... E eu sempre digo que a Federação, no Brasil, não é uma opção. Nós somos muito diversos – lamentavelmente, também, muito desiguais. Então, a Federação, no Brasil, é quase uma imposição de realidade. O que está ainda nos desafiando é sermos sábios, para utilizar a nossa diversidade para reduzir as nossas desigualdades.

Quero mais uma vez lhe agradecer e dizer-lhe que fiz questão de ficar até o final porque queria também ouvi-lo como Relator.

Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PR - MT) – Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezessete, no Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir com a presença dos Parlamentares Wellington Fagundes e Pompeo de Mattos. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Wilder Morais, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Lúcia Vânia, José Priante, Leonardo Quintão, Reginaldo Lopes, Ezequiel Fonseca, Nilson Leitão, Lúcio Vale, Joaquim Passarinho, Fabio Garcia, Jorge Côrte Real e Arnaldo Jordy. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realização de Audiência Pública. **Participantes:** Sr. GERMANO RIGOTTO, Ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. FREDERICO ANTUNES, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul; Sr. EUZÉBIO FERNANDO RUSCHEL, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. ABEL HENRIQUE FERREIRA, Presidente da AFISVEC. Sr. GIOVANI FELTES, Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Resultado:** Audiência Pública realizada, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Giovani Feltes, Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul; Sr. Germano Rigotto, Ex-Governador do Rio Grande do Sul; Sr. Frederico Antunes, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul; Sr. Eusébio Fernando Ruschel, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; e Sr. Abel Henrique Ferreira, Presidente da AFISVEC, representando a FEBRAFITE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Lasier Martins

Presidente Eventual da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Wilder Morais, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Lúcia Vânia, José Priante, Leonardo Quintão, Reginaldo Lopes, Ezequiel Fonseca, Nilson Leitão, Lúcio Vale, Joaquim Passarinho, Fabio Garcia, Jorge Côrte Real, Arnaldo Jordy e Pompeo de Mattos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Realizar seminário sobre as alterações na Lei Kandir e seu impacto na situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro. **Participantes:** Sra. Ana Paula Vasconcellos, Presidente da Associação dos Gestores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (GESTRIO); Sr. Thiago Rangel, Presidente da Associação dos Analistas de Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Mauro Osório, Presidente do Instituto Pereira Passos (IPP); Sr. Bruno Sobral, Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Sr. Maurício Faro, Presidente da Comissão Especial de Tributação da OAB/RJ; Sra. Cláudia Freze, Procuradora do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Daniel Ávila, Professor de Direito Tributário da Universidade Santa Úrsula e Diretor da Escola da PGFN no Rio de Janeiro; Sr Douglas Almeida, Coordenador da Casa Fluminense; Sr. Adilson Zegur, Subsecretário de Receita do Rio de Janeiro. Sr. Alexandre Rocha, Consultor legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir com a presença dos Parlamentares Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Wilder Morais, José Medeiros, Paulo Rocha, Hugo Leal, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Sérgio Petecão e José Pimentel. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, José Priante, Leonardo Quintão, Reginaldo Lopes, Ezequiel Fonseca, Nilson Leitão, Lúcio Vale, Joaquim Passarinho, Fabio Garcia, Jorge Côrte Real, Sóstenes Cavalcante, Arnaldo Jordy e Pompeo de Mattos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública. **Participantes:** Sr. Júlio César Minelli, Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio); Sr. Donizete Tokarski, Diretor-Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio); Sr. Pedro Alves de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Sr. Josué Pellegrini, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Lúcia Vânia

Vice-Presidente da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4246C2DD001F0676.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.